



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1703

Segunda-feira - 16 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Imbituba	389	São Miguel do Oeste.....	593
Alto Bela Vista.....	91	Indaial.....	392	São Pedro de Alcântara.....	594
Antônio Carlos	93	Ipumirim	425	Schroeder.....	594
Arroio Trinta.....	94	Irineópolis	432	Serra Alta	599
Atalanta.....	119	Itá	434	Sombrio.....	601
Bela Vista do Toldo.....	119	Itaiópolis	439	Tigrinhos	608
Benedito Novo	126	Itapiranga.....	439	Timbé do Sul	611
Biguaçu	127	Itapoá	440	Timbó	614
Blumenau	151	Ituporanga	448	Treze Tilias	615
Bom Jesus do Oeste	176	Joaçaba.....	450	Trombudo Central.....	615
Bom Retiro	176	Lages	458	Tunápolis.....	616
Botuvera.....	177	Lauro Muller	463	Vargeão.....	697
Braço do Trombudo.....	178	Lebon Regis	464	Videira.....	697
Brunópolis	198	Leoberto Leal.....	468	Vitor Meireles.....	704
Brusque.....	199	Lindóia do Sul	469	Xavantina	706
Caçador.....	202	Luzerna	470	Xaxim.....	707
Camboriú.....	213	Macieira.....	471		
Campo Alegre	215	Mafra	471	Consórcios	
Campos Novos	217	Maravilha.....	472	CIGA	708
Canoinhas.....	229	Marema.....	472	CIMCATARINA.....	708
Capinzal	249	Massaranduba.....	473	CIMVI.....	710
Catanduas.....	251	Meleiro	477	CIS/AMARP.....	711
Chapadão do Lageado	252	Modelo	478	CITMAR.....	723
Cocal do Sul.....	253	Navegantes.....	480	CIGAMERIOS	724
Concórdia	253	Nova Trento	488		
Cordilheira Alta	254	Novo Horizonte	497		
Coronel Martins.....	255	Orleans	497		
Correia Pinto.....	259	Palhoça	499		
Corupá	260	Palmitos	500		
Curitibanos	261	Papanduva.....	500		
Dionísio Cerqueira	263	Passo de Torres.....	503		
Doutor Pedrinho.....	265	Paulo Lopes	519		
Ermo	266	Penha.....	524		
Erval Velho	266	Pinheiro Preto	526		
Faxinal dos Guedes.....	268	Pomerode	533		
Forquilha.....	270	Ponte Serrada	534		
Fraiburgo.....	273	Porto União.....	535		
Frei Rogério	286	Presidente Castello Branco.....	559		
Galvão.....	287	Rio do Sul.....	560		
Garopaba.....	287	Salto Veloso	568		
Garuva	296	Santa Rosa do Sul	570		
Gaspar	297	Santa Terezinha do Progresso	571		
Grão Pará	297	Santiago do Sul.....	571		
Guaraciaba	298	São Bento do Sul.....	576		
Guaramirim.....	300	São João do Oeste	581		
Guarujá do Sul.....	300	São Joaquim	581		
Herval d'Oeste	301	São José.....	585		
Ibiam	302	São José do Cedro.....	591		
Imarui	303	São Miguel da Boa Vista	592		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 6/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 6/2015

PREGÃO PRESENCIAL 5/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 6/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 5/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de fraldas e leite, o qual será processado e julgado no dia 27 de março de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 13 de março de 2015

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

ANEXO 01 2014 FMAS DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Exercício de 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	139.903,36	DESPESAS CORRENTES	178.747,54
RECEITA PATRIMONIAL	9.267,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.238,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	130.636,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.509,28
DEFICIT	38.844,18		
TOTAL	178.747,54	TOTAL	178.747,54
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	38.844,18
		DESPESAS DE CAPITAL	35.838,00
		INVESTIMENTOS	35.838,00
DEFICIT	74.682,18		
TOTAL	214.585,54	TOTAL	214.585,54

Resumo

RECEITAS CORRENTES	139.903,36	DESPESAS CORRENTES	178.747,54
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	35.838,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	97.500,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	22.817,82
TOTAL	237.403,36	TOTAL	237.403,36

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

AGUA DOCE , 12/02/2015

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 01 2014 SAUDE DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Exercício de 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	1.662.259,18	DESPESAS CORRENTES	4.137.935,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.251,65	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.301.736,81
RECEITA PATRIMONIAL	78.256,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.836.198,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.545.515,67	DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.311,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	235,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.311,81
DEFICIT	2.487.988,35		
TOTAL	4.150.247,53	TOTAL	4.150.247,53
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.487.988,35
RECEITAS DE CAPITAL	309.800,00	DESPESAS DE CAPITAL	650.754,48
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	309.800,00	INVESTIMENTOS	650.754,48
DEFICIT	2.828.942,83		
TOTAL	4.801.002,01	TOTAL	4.801.002,01

Resumo

RECEITAS CORRENTES	1.662.259,18	DESPESAS CORRENTES	4.150.247,53
RECEITAS DE CAPITAL	309.800,00	DESPESAS DE CAPITAL	650.754,48
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.979.544,65	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	150.601,82
TOTAL	4.951.603,83	TOTAL	4.951.603,83

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

AGUA DOCE , 12/02/2015

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 01 2014SIMA DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Exercício de 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	325.322,11	DESPESAS CORRENTES	233.958,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	134.373,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.958,02
RECEITA PATRIMONIAL	139.078,48		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.870,60		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	122.444,66		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	122.444,66		
		SUPERAVIT	213.808,75
TOTAL	447.766,77	TOTAL	447.766,77
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	213.808,75		
		SUPERAVIT	213.808,75
TOTAL	447.766,77	TOTAL	447.766,77

Resumo

RECEITAS CORRENTES	447.766,77	DESPESAS CORRENTES	233.958,02
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	213.808,75
TOTAL	447.766,77	TOTAL	447.766,77

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 FMAS NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			178.747,54
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			31.238,26
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.238,26	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.809,38		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	21.057,19		
3.1.90.11.05.00.00.00	incorporações	771,54		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	102,88		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	2.877,77		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	6.428,88		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	6.428,88		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			147.509,28
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		147.509,28	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	4.323,79		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.323,79		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	43.230,45		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.523,02		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	49,60		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	15.488,26		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	2.544,10		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	14.945,71		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	79,90		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	118,19		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	37,65		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.248,88		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	1.275,20		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	20,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.214,84		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	350,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.335,10		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	15.238,14		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	9.472,49		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	5.765,65		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	2.350,64		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	2.350,64		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	8.037,90		
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc-Pessoa Fisica-Pagto Antec	3.621,50		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	4.416,40		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	70.251,78		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	5.966,74		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	22.400,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.798,80		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	660,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.230,60		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	100,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	5.148,92		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.666,62		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	901,04		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	6.266,22		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	104,00		
3.3.90.39.67.00.00.00	Serviços Funerários	9.346,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.088,30		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	280,40		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.294,14		
3.3.90.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	2.188,80		
3.3.90.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	2.188,80		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	1.117,50		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	1.117,50		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	770,28		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	770,28		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			35.838,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			35.838,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		35.838,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	35.838,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	6.341,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	198,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	6.585,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	11.159,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	11.555,00		
Total da Unidade:				214.585,54
Total do Órgão:				214.585,54
Total da Entidade:				214.585,54
TOTAL GERAL:				214.585,54

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 FMAS RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		139.903,36	
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		139.903,36	
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	9.267,03		
3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	9.267,03		
3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	9.267,03		
3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	9.267,03		
3.2.5.01.19.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	4.296,74		
3.2.5.01.20.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	835,39		
3.2.5.01.21.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. -	172,86		
3.2.5.01.22.00.00.00	Remun. de Dep. Banc. Recursos Vinc- I	373,63		
3.2.5.01.23.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.-BPC ES	58,45		
3.2.5.01.24.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.- FEAS	838,71		
3.2.5.01.25.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.- Fortalec	2.691,25		
7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	130.636,33		
7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT	130.636,33		
7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	127.905,24		
7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Sc	127.905,24		
7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/Prt. Social Esper	2.006,40		
7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS/IGDBF	9.596,19		
7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - CRAS	42.000,00		
7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Rec. FNAS - Incentivo Único	9.784,49		
7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. Rec.Serviço de Convivência Fo	37.800,00		
7.2.1.34.11.00.00.00	Trnsf.Rec.SST FEAS PMAD FMAS B C	26.678,16		
7.2.1.34.12.00.00.00	Rec.Programa BPC - ESCOLA	40,00		
7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.731,09		
7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	2.731,09		
7.2.2.99.01.00.00.00	Transf. Recursos Eventuais	2.731,09		

Total: 139.903,36

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 FMAS RESUMO GERAL DA DESPESA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			178.747,54
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			31.238,26
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.238,26	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.809,38		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	21.057,19		
3.1.90.11.05.00.00.00	incorporações	771,54		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	102,88		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	2.877,77		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	6.428,88		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	6.428,88		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			147.509,28
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		147.509,28	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	4.323,79		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.323,79		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	43.230,45		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.523,02		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	49,60		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	15.488,26		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	2.544,10		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	14.945,71		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	79,90		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	118,19		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	37,65		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.248,88		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	1.275,20		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	20,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.214,84		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	350,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.335,10		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	15.238,14		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	9.472,49		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	5.765,65		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	2.350,64		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	2.350,64		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	8.037,90		
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc-Pessoa Física-Pagto Antec	3.621,50		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.416,40		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	70.251,78		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	5.966,74		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	22.400,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.798,80		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	660,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.230,60		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	100,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	5.148,92		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.666,62		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	901,04		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	6.266,22		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	104,00		
3.3.90.39.67.00.00.00	Serviços Funerários	9.346,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.088,30		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	280,40		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.294,14		
3.3.90.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	2.188,80		
3.3.90.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	2.188,80		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	1.117,50		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	1.117,50		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	770,28		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	770,28		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			35.838,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			35.838,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		35.838,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	35.838,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	6.341,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	198,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	6.585,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	11.159,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	11.555,00		
Total:				214.585,54

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 SAUDE NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.150.247,53
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.314.048,62
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.301.736,81	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.857.992,14		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.459.143,60		
3.1.90.11.05.00.00.00	incorporações	94.598,22		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	65.059,57		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	54.345,67		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	43.459,12		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	140.890,99		
3.1.90.11.44.00.00.00	férias - abono pecuniário	494,97		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	441.172,95		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	12.533,58		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	428.639,37		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	2.571,72		
3.1.90.94.01.00.00.00	Indenizações Restit. Trabalhistas - Ativo Civil	2.571,72		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		12.311,81	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	12.311,81		
3.1.91.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	12.311,81		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.836.198,91
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		416.880,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	416.880,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	416.880,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.419.318,91	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	48.482,27		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	48.482,27		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	295.465,35		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	107.710,59		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	51,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	16.233,42		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	27.293,54		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	1.680,00		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	788,10		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	29.634,94		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	252,80		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	285,75		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	949,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	756,55		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	7.555,18		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.999,12		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	15,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	2.399,27		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.241,60		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	54.264,46		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	23.551,25		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	375,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	11.676,13		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	5.752,65		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	291.323,25		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	258.384,26		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	142,20		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	32.796,79		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	9.414,04		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	9.414,04		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	50.536,24		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	200,00		
3.3.90.36.21.00.00.00	Manutenção e Conserv de Bens Móveis de Outras Nat	65,00		
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc-Pessoa Física-Pagto Antec	8.737,09		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	41.534,15		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	643.119,39		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	9.923,78		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	11.931,95		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	8.550,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3.030,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.204,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	11.224,80		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	3.283,90		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	19.558,56		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	3.681,23		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	9.298,29		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	9.050,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	480.091,73		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	12.968,92		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	7.939,45		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	15.343,22		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	3.081,97		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	32.957,59		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	53.115,00		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	53.115,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	8.346,83		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	8.346,83		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	19.516,54		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxilio Financeiro a Pessoas Fisicas	19.516,54		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			650.754,48
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			650.754,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		650.754,48	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.900,00		
4.4.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	7.900,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	477.727,73		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	477.727,73		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	165.126,75		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	24.942,75		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.444,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	4.364,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	1.576,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	132.800,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	132.800,00		
			Total da Unidade:	4.801.002,01
			Total do Órgão:	4.801.002,01
			Total da Entidade:	4.801.002,01
			TOTAL GERAL:	4.801.002,01

AGUA DOCE , 13/03/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 SAUDE RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		1.972.059,18	
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		1.662.259,18	
1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	38.251,65		
1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	38.251,65		
1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	38.251,65		
1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	38.251,65		
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	78.256,66		
3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	78.256,66		
3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	78.256,66		
3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Recorrentes	66.766,56		
3.2.5.01.08.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - NASF	595,00		
3.2.5.01.09.00.00.00	Rem. Rec. Bancários - Cofinanciamento	9.250,08		
3.2.5.01.11.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Incentivo a Violência	3.023,67		
3.2.5.01.13.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PVI	90,27		
3.2.5.01.16.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - CAF	18.852,84		
3.2.5.01.17.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PMU	24.874,19		
3.2.5.01.18.00.00.00	Rem. Dep.Banc. Vinc. - CAPS Estado	979,97		
3.2.5.01.19.00.00.00	Rem. Dep.Banc. - UBS	6.744,10		
3.2.5.01.20.00.00.00	Rem. Dep. Banc. (Jorginho Mello)	1.465,53		
3.2.5.01.21.00.00.00	Rem. Pab Fixo	330,77		
3.2.5.01.22.00.00.00	Rem. Piso Estratégico	13,72		
3.2.5.01.23.00.00.00	Rem. Piso Fixo	332,50		
3.2.5.01.24.00.00.00	Remuneração Rec. Incentivo as Práticas	85,57		
3.2.5.01.25.00.00.00	Rem. Piso de Ações Dengue	42,78		
3.2.5.01.26.00.00.00	Rem. Aperfeiçoamento (FNS)	85,57		
3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. Outros dep. Banc. Rec. não Vinculados	11.490,10		
3.2.5.02.10.00.00.00	Rem. Dep. Banc. Tx. Vigilância	1.412,45		
3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. Outros dep. Banc. Rec. não Vinculados	10.077,65		
7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.545.515,67		
7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.541.890,44		
7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.382.226,34		
7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde	1.382.226,34		
7.2.1.33.01.00.00.00	PAB Fixo	195.411,96		
7.2.1.33.02.00.00.00	PAB - Farmácia Básica	35.556,40		
7.2.1.33.05.00.00.00	Recursos PSF	221.815,00		
7.2.1.33.07.00.00.00	PACS - Agentes Comunitária de Saúde	185.552,00		
7.2.1.33.08.00.00.00	PSF - Saúde Bucal	61.325,00		
7.2.1.33.09.00.00.00	Piso Fixo Vigilância e Promoção da Saúde	7.118,56		
7.2.1.33.10.00.00.00	Piso de Ações da Dengue	6.406,70		
7.2.1.33.12.00.00.00	INCENTIVO PONTUAIS - AÇÕES VIGI	719,99		
7.2.1.33.14.00.00.00	Rec. Programa Melhoria Acesso (PMAC)	274.536,79		
7.2.1.33.15.00.00.00	Recursos Piso Fixo - Vigilância em Saúde	11.146,24		
7.2.1.33.16.00.00.00	Recurso PVISA - Ações Estruturantes V	4.800,00		
7.2.1.33.17.00.00.00	Recurso PVISA - Piso Estratégia Gerenciamento	1.872,70		
7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. CAPS FEDERAL	367.965,00		
7.2.1.33.19.00.00.00	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	1.798,40		
7.2.1.33.20.00.00.00	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	6.201,60		
7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	159.664,10		
7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas	159.664,10		
7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Assistência Farmacêutica	26.141,30		
7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção Básica	43.800,00		
7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Rec. Estado - NASF/SC	32.000,00		
7.2.2.33.05.00.00.00	Transf. Rec. do Estado CAPS	45.000,00		
7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. Rec. Estado - FMS MÉDIA E ALTA	10.222,80		
7.2.2.33.07.00.00.00	Transf. Rec. Estado - Sala de Vacina	2.200,00		
7.2.2.33.16.00.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha	300,00		
7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	3.625,23		
7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entidades	3.625,23		
7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.625,23		
7.6.2.99.06.00.00.00	Transf. Conv. Saúde - Corpo de Bombeiros	3.625,23		
3.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	235,20		
3.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	235,20		
3.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	235,20		
3.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	235,20		
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		309.800,00	
4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	309.800,00		
4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	309.800,00		
4.7.3.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e suas Entidades	309.800,00		
4.7.3.03.00.00.00.00	Transferências Convênios - CAPS CATARINENSE	65.000,00		
4.7.3.08.00.00.00.00	Transf. Convênio Requalificação UBS - Criciúma	244.800,00		

Total: 1.972.059,18

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
AGUA DOCE	, 12/02/2015			

ORLANDO FÁVERO
Titular da UnidadeNEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 SAUDE RESUMO GERAL DA DESPESA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.150.247,53
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.314.048,62
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.301.736,81	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.857.992,14		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.459.143,60		
3.1.90.11.05.00.00.00	incorporações	94.598,22		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	65.059,57		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	54.345,67		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	43.459,12		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	140.890,99		
3.1.90.11.44.00.00.00	férias - abono pecuniário	494,97		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	441.172,95		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	12.533,58		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	428.639,37		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	2.571,72		
3.1.90.94.01.00.00.00	Indenizacoes Restit Trabalhistas - Ativo Civil	2.571,72		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		12.311,81	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	12.311,81		
3.1.91.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	12.311,81		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.836.198,91
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		416.880,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	416.880,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	416.880,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.419.318,91	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	48.482,27		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	48.482,27		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	295.465,35		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	107.710,59		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	51,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	16.233,42		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	27.293,54		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	1.680,00		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	788,10		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	29.634,94		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	252,80		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	285,75		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	949,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	756,55		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	7.555,18		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.999,12		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	15,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	2.399,27		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.241,60		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	54.264,46		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	23.551,25		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	375,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	11.676,13		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	5.752,65		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	291.323,25		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	258.384,26		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	142,20		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	32.796,79		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	9.414,04		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	9.414,04		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	50.536,24		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	200,00		
3.3.90.36.21.00.00.00	Manutenção e Conserv de Bens Móveis de Outras Nat	65,00		
3.3.90.36.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc-Pessoa Fisica-Pagto Antec	8.737,09		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	41.534,15		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	643.119,39		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	9.923,78		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	11.931,95		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	8.550,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3.030,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.204,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	11.224,80		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	3.283,90		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	19.558,56		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	3.681,23		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	9.298,29		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	9.050,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	480.091,73		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	12.968,92		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	7.939,45		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	15.343,22		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	3.081,97		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	32.957,59		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentacao	53.115,00		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	53.115,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	8.346,83		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	8.346,83		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	19.516,54		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxilio Financeiro a Pessoas Fisicas	19.516,54		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			650.754,48
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			650.754,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		650.754,48	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.900,00		
4.4.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	7.900,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	477.727,73		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	477.727,73		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	165.126,75		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	24.942,75		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.444,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	4.364,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	1.576,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veiculos de Tração Mecânica	132.800,00		
Total:				4.801.002,01

AGUA DOCE , 13/03/2015

ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 SIMA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		447.766,77	
1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		325.322,11	
2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	134.373,03		
2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	134.373,03		
2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	134.373,03		
2.1.0.99.01.00.00.00	Contribuição do Associado	134.373,03		
3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	139.078,48		
3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	139.078,48		
3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	139.078,48		
3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vi	139.078,48		
3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não V	139.078,48		
3.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.870,60		
3.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	51.870,60		
3.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	51.870,60		
3.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	51.870,60		
1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁ		122.444,66	
2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	122.444,66		
2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	122.444,66		
2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuições Sociais	122.444,66		
2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição da PMAD	109.537,87		
2.1.0.99.03.00.00.00	Contribuição do FMS	11.530,90		
2.1.0.99.04.00.00.00	Contribuição Câmara	1.375,89		

Total: 447.766,77

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 SIMA RESUMO GERAL DA DESPESA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			233.958,02
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			233.958,02
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		233.958,02	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	220.029,63		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	2.443,22		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	1.781,55		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	8.378,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	7.668,82		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	199.758,04		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	13.928,39		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	13.928,39		
			Total:	233.958,02

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 02 2014 SIMA NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA DOCE - SIMA

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			233.958,02
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			233.958,02
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		233.958,02	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	220.029,63		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	2.443,22		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	1.781,55		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	8.378,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	7.668,82		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	199.758,04		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	13.928,39		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	13.928,39		
Total da Unidade:				233.958,02
Total do Órgão:				233.958,02
Total da Entidade:				233.958,02
TOTAL GERAL:				233.958,02

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 06 2014 FMAS PROGRAMA TRAB. POS ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			16.826,47	16.826,47
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência			0,00	0,00
08.242.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			0,00	0,00
08.242.0045.2.059	AÇÃO CONTINUADA APAE			0,00	0,00
08.244	Assistência Comunitária			16.826,47	16.826,47
08.244.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			16.826,47	16.826,47
08.244.0045.1.024	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CRAS			0,00	0,00
08.244.0045.2.056	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			7.573,25	7.573,25
08.244.0045.2.057	MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL			1.731,50	1.731,50
08.244.0045.2.061	PROGRAMA BPC - ESCOLA			0,00	0,00
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETi e Outros			7.521,72	7.521,72
99	Reserva de Contingência			0,00	0,00
99.999	Reserva de Contingência			0,00	0,00
99.999.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			0,00	0,00
99.999.0045.9.902	RESERVA DE CONSTINGÊNCIA - FMAS			0,00	0,00
Total:					16.826,47
Total da Entidade:					16.826,47
TOTAL GERAL:					16.826,47

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 06 2014 SAUDE PROGRAMA TRAB. POS ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Entidade :FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE
Órgão: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		613.785,73	4.187.216,28	4.801.002,01
10.301.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"		613.785,73	3.295.545,12	3.909.330,85
10.301.0042.1.022	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F		613.785,73	3.295.545,12	3.909.330,85
10.301.0042.1.023	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE		480.985,73	480.985,73	480.985,73
10.301.0042.2.051	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		132.800,00	132.800,00	132.800,00
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMA ESTADUAIS E FEDERAIS			2.283.480,95	2.283.480,95
10.301.0042.9.901	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAÚDE			1.012.064,17	1.012.064,17
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			0,00	0,00
10.302.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			416.880,00	416.880,00
10.302.0042.2.053	CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO			416.880,00	416.880,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			409.976,01	409.976,01
10.303.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			409.976,01	409.976,01
10.303.0042.2.065	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC			409.976,01	409.976,01
10.304	Vigilância Sanitária			20.363,52	20.363,52
10.304.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			20.363,52	20.363,52
10.304.0042.2.054	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			20.363,52	20.363,52
10.305	Vigilância Epidemiológica			44.451,63	44.451,63
10.305.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			44.451,63	44.451,63
10.305.0042.2.055	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EPIDI			44.451,63	44.451,63
Total:					4.801.002,01
Total da Entidade:					4.801.002,01
TOTAL GERAL:					4.801.002,01

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 06 2014SIMA PROGRAMA TRAB. POS ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade :FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE					
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA DOCE - SIMA					
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			233.958,02	233.958,02
08.244	Assistência Comunitária			233.958,02	233.958,02
08.244.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			233.958,02	233.958,02
08.244.0045.2.064	MANUTENÇÃO DO SIMA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA			233.958,02	233.958,02
08.244.0045.9.903	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SIMA			0,00	0,00
Total:				233.958,02	233.958,02
Total da Entidade:				233.958,02	233.958,02
TOTAL GERAL:				233.958,02	233.958,02

AGUA DOCE

, 12/02/2015

ELIAS VIECELI

Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 07 2014 FMAS DEMONSTRATIVO FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			214.585,54	214.585,54
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência			2.188,80	2.188,80
08.242.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			2.188,80	2.188,80
08.242.0045.2.059	ACÃO CONTINUADA APAE			2.188,80	2.188,80
08.244	Assistência Comunitária			212.396,74	212.396,74
08.244.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			212.396,74	212.396,74
08.244.0045.1.024	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CRAS			0,00	0,00
08.244.0045.2.056	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			44.241,94	44.241,94
08.244.0045.2.056	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.245,99	1.245,99
08.244.0045.2.057	MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL			50.368,76	50.368,76
08.244.0045.2.057	MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL			528,51	528,51
08.244.0045.2.061	PROGRAMA BPC - ESCOLA			0,00	0,00
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e OUTROS			21.418,56	21.418,56
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL IGD/PETI e Outros			2.731,09	2.731,09
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e OUTROS			6.480,00	6.480,00
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -ID/PETI e Outros			13.276,07	13.276,07
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e OUTROS			1.481,00	1.481,00
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e Outros			3.400,00	3.400,00
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e OUTROS			1.576,65	1.576,65
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI e Outros			19.540,05	19.540,05
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e Outros			0,00	0,00
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI e Outros			4.227,01	4.227,01
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e Outros			24.161,29	24.161,29
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI e OUTROS			4.842,19	4.842,19
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI e OUTROS			3.157,63	3.157,63
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e OUTROS			9.720,00	9.720,00
08.244.0045.9.902	RESERVA DE CONSTINGÊNCIA - FMAS			0,00	0,00

Total: 214.585,54

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 07 2014 SAUDE DEMONSTRATIVO FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		613.785,73	4.187.216,28	4.801.002,01
10.301.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"		613.785,73	3.295.545,12	3.909.330,85
10.301.0042.1.022	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F		613.785,73	3.295.545,12	3.909.330,85
10.301.0042.1.022	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F		82.808,74	82.808,74	82.808,74
10.301.0042.1.022	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F.		42.743,19	42.743,19	42.743,19
10.301.0042.1.023	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE		355.433,80	355.433,80	355.433,80
10.301.0042.1.023	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE		128.000,00	128.000,00	128.000,00
10.301.0042.1.023	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE		4.800,00	4.800,00	4.800,00
10.301.0042.2.051	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			1.804,30	1.804,30
10.301.0042.2.051	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			47.307,80	47.307,80
10.301.0042.2.051	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			2.234.368,85	2.234.368,85
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			360,00	0,00
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			114.134,13	114.134,13
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			8.021,25	8.021,25
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			1.190,14	1.190,14
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			550,00	550,00
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			90.136,92	90.136,92
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			696.961,41	696.961,41
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			710,32	710,32
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS			100.000,00	100.000,00
10.301.0042.9.901	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAÚDE			0,00	0,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			416.880,00	416.880,00
10.302.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			416.880,00	416.880,00
10.302.0042.2.053	CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO			416.880,00	416.880,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			409.976,01	409.976,01
10.303.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			344.119,44	344.119,44
10.303.0042.2.065	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC			25.971,03	25.971,03
10.303.0042.2.065	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC			39.885,54	39.885,54
10.303.0042.2.065	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC			20.363,52	20.363,52
10.304	Vigilância Sanitária			20.363,52	20.363,52
10.304.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			20.363,52	20.363,52
10.304.0042.2.054	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			44.451,63	44.451,63
10.305	Vigilância Epidemiológica			44.451,63	44.451,63
10.305.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"			7.900,00	7.900,00
10.305.0042.2.055	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			22.707,99	22.707,99
10.305.0042.2.055	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			4.020,00	4.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.305	Vigilância Epidemiológica				
10.305.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"		613.785,73	4.187.216,28	4.801.002,01
10.305.0042.2.055	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			44.451,63	44.451,63
				44.451,63	44.451,63
				9.823,64	9.823,64

Total:

0,00

4.187.216,28

4.801.002,01

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 07 2014 SIMA DEMONSTRATIVO FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social				
08.244	Assistência Comunitária			233.958,02	233.958,02
08.244.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			233.958,02	233.958,02
08.244.0045.2.064	MANUTENÇÃO DO SIMA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA			233.958,02	233.958,02
08.244.0045.9.903	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SIMA				0,00
Total:		0,00	0,00	233.958,02	233.958,02

AGUA DOCE

, 12/02/2015

ELIAS VIECELI

Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 08 2014 FMAS DEMONSTRATIVO DESPESAS POR FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Exercício de 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Período: Janeiro à Dezembro

Anexo 08 - Administração Direta

Página 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8	Assistência Social	103.343,30	111.242,24	214.585,54
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		2.188,80	2.188,80
08.242.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		2.188,80	2.188,80
08.242.0045.2.059	AÇÃO CONTINUADA APAE		2.188,80	2.188,80
08.244	Assistência Comunitária	103.343,30	109.053,44	212.396,74
08.244.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	103.343,30	109.053,44	212.396,74
08.244.0045.2.056	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA S	45.487,93		45.487,93
08.244.0045.2.057	MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL	50.897,27		50.897,27
08.244.0045.2.062	PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL	6.958,10	109.053,44	116.011,54
Total:		103.343,30	111.242,24	214.585,54

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 08 2014 SAUDE DEMONSTRATIVO DESPESAS POR FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 1

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	2.805.661,08	1.995.340,93	4.801.002,01
10.301	Atenção Básica	2.338.553,10	1.570.777,75	3.909.330,85
10.301.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDI	2.338.553,10	1.570.777,75	3.909.330,85
10.301.0042.1.022	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F	30.242,54	450.743,19	480.985,73
10.301.0042.1.023	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE	4.800,00	128.000,00	132.800,00
10.301.0042.2.051	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.276.671,81	6.809,14	2.283.480,95
10.301.0042.2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMA ESTADUAIS E FEDEF	26.838,75	985.225,42	1.012.064,17
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	416.880,00		416.880,00
10.302.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDI	416.880,00		416.880,00
10.302.0042.2.053	CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER	416.880,00		416.880,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	40.614,87	369.361,14	409.976,01
10.303.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDI	40.614,87	369.361,14	409.976,01
10.303.0042.2.065	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOC	40.614,87	369.361,14	409.976,01
10.304	Vigilância Sanitária	9.613,11	10.750,41	20.363,52
10.304.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDI	9.613,11	10.750,41	20.363,52
10.304.0042.2.054	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂ	9.613,11	10.750,41	20.363,52
10.305	Vigilância Epidemiológica		44.451,63	44.451,63
10.305.0042	FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDI		44.451,63	44.451,63
10.305.0042.2.055	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂ		44.451,63	44.451,63
Total:		2.805.661,08	1.995.340,93	4.801.002,01

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 08 2014 SIMA DEMONSTRATIVO DESPESAS POR FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Exercício de 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Período: Janeiro à Dezembro

Anexo 08 - Administração Direta

Página 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8	Assistência Social	233.958,02		233.958,02
08.244	Assistência Comunitária	233.958,02		233.958,02
08.244.0045	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	233.958,02		233.958,02
08.244.0045.2.064	MANUTENÇÃO DO SIMA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS	233.958,02		233.958,02
Total:		233.958,02		233.958,02

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 09 2014 FMAS DEMONSTRATIVO DESPESAS POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
--------	---------------------	--------------------	--------------------	-------	----------	----------

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁC

Total : 214.585,54
214.585,54

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
--------	---------	-------------	------------------	--------------------	-------------------------	-------

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁC

Total : 214.585,54
214.585,54

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 09 2014 SAUDE DEMONSTRATIVO DESPESAS POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ÓRGÃOS		RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE				4.801.002,01		
Total :					4.801.002,01		

ÓRGÃOS		ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE						4.801.002,01
Total :							4.801.002,01

AGUA DOCE

, 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 09 2014 SIMA DEMONSTRATIVO DESPESAS POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
--------	---------------------	--------------------	--------------------	-------	----------	----------

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA 233.958,02 233.958,02

Total : 233.958,02

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
--------	---------	-------------	------------------	--------------------	-------------------------	-------

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA 233.958,02 233.958,02

Total : 233.958,02

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 10 2014 FMAS COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	112.241,00	139.903,36	75.221,42	47.559,06
RECEITAS CORRENTES	112.241,00	139.903,36	75.221,42	47.559,06
RECEITA PATRIMONIAL	3.368,00	9.267,03	7.972,17	2.073,14
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.368,00	9.267,03	7.972,17	2.073,14
Remuneração de Depósitos Bancários	3.368,00	9.267,03	7.972,17	2.073,14
Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul.	1.908,00	9.267,03	7.972,17	613,14
Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. - FNAS	225,00	0,00	0,00	225,00
Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. - CRAS	561,00	4.296,74	3.735,74	0,00
Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. - PETI	561,00	835,39	274,39	0,00
Remun. Dep. Banc. Recursos Vincul. - IGD	561,00	172,86	0,00	388,14
Remun. de Dep. Banc. Recursos Vinc- IGD SUAS	0,00	373,63	373,63	0,00
Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.-BPC ESCOLA	0,00	58,45	58,45	0,00
Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.- FEAS	0,00	838,71	838,71	0,00
Remun. Dep. Banc. Rec.Vinc.- Fortalec.Vinc	0,00	2.691,25	2.691,25	0,00
Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	1.460,00	0,00	0,00	1.460,00
Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	1.460,00	0,00	0,00	1.460,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.873,00	130.636,33	67.249,25	45.485,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	108.873,00	130.636,33	67.249,25	45.485,92
Transferências da União	108.873,00	127.905,24	64.518,16	45.485,92
Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	108.873,00	127.905,24	64.518,16	45.485,92
Transf. de Rec. FNAS/Prt. Social Especial - APAE	2.460,00	2.006,40	0,00	453,60
Transf. de Rec. FNAS/PSE MC PETI JORN URB	13.483,00	0,00	0,00	13.483,00
Transf. de Rec. FNAS/IGDBF	15.182,00	9.596,19	0,00	5.585,81
Transf. de Rec. FNAS - CRAS	63.730,00	42.000,00	0,00	21.730,00
Transf. de Rec. FNAS - Incentivo Unico IGD	14.018,00	9.784,49	0,00	4.233,51
Transf. Rec.Serviço de Convivência Fort.Vinculo/SC/FV	0,00	37.800,00	37.800,00	0,00
Trnsf.Rec.SST FEAS PMAD FMAS B CUST	0,00	26.678,16	26.678,16	0,00
Rec.Programa BPC - ESCOLA	0,00	40,00	40,00	0,00
Transferências dos Estados	0,00	2.731,09	2.731,09	0,00
Outras Transferências dos Estados	0,00	2.731,09	2.731,09	0,00
Transf. Recursos Eventuais	0,00	2.731,09	2.731,09	0,00
Totais:	112.241,00	139.903,36	75.221,42	47.559,06

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 10 2014 SAUDE COMPARATIVO DA RCEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	2.272.223,00	1.972.059,18	165.422,22	465.586,04
RECEITAS CORRENTES	1.694.623,00	1.662.259,18	164.022,22	196.386,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.690,00	38.251,65	3.561,65	0,00
TAXAS	34.690,00	38.251,65	3.561,65	0,00
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	34.690,00	38.251,65	3.561,65	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	34.690,00	38.251,65	3.561,65	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.136,00	78.256,66	75.198,39	77,73
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.136,00	78.256,66	75.198,39	77,73
Remuneração de Depósitos Bancários	3.136,00	78.256,66	75.198,39	77,73
Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinculados	1.136,00	66.766,56	65.708,29	77,73
Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - NASF	113,00	595,00	482,00	0,00
Rem. Rec. Bancários - Cofinanciamento	0,00	9.250,08	9.250,08	0,00
Rem. Dep.Banc. Incentivo a Violência	225,00	3.023,67	2.798,67	0,00
Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - Farm. B. Estadual	56,00	0,00	0,00	56,00
Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PVISA	112,00	90,27	0,00	21,73
Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - CAPS	630,00	18.852,84	18.222,84	0,00
Rem. Dep.Banc. Rec. Vinculados - PMAQ	0,00	24.874,19	24.874,19	0,00
Rem. Dep.Banc. Vinc. - CAPS Estado	0,00	979,97	979,97	0,00
Rem.Dep.Banc. - UBS	0,00	6.744,10	6.744,10	0,00
Rem. Dep. Banc. (Jorginho Mello)	0,00	1.465,53	1.465,53	0,00
Rem. Pab Fixo	0,00	330,77	330,77	0,00
Rem. Piso Estratégico	0,00	13,72	13,72	0,00
Rem. Piso Fixo	0,00	332,50	332,50	0,00
Remuneração Rec. Incentivo as Práticas Corporais	0,00	85,57	85,57	0,00
Rem. Piso de Ações Dengue	0,00	42,78	42,78	0,00
Rem. Aperfeiçoamento (FNS)	0,00	85,57	85,57	0,00
Rem. Outros dep. Banc. Rec. não Vinculados	2.000,00	11.490,10	9.490,10	0,00
Rem. Dep. Banc.Tx. Vigilancia	0,00	1.412,45	1.412,45	0,00
Rem. Outros dep. Banc. Rec. não Vinculados	2.000,00	10.077,65	8.077,65	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.653.928,00	1.545.515,67	85.262,18	193.674,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.646.128,00	1.541.890,44	85.262,18	189.499,74
Transferências da União	1.434.134,00	1.382.226,34	72.839,38	124.747,04
Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.434.134,00	1.382.226,34	72.839,38	124.747,04
PAB Fixo	184.740,00	195.411,96	10.671,96	0,00
PAB - Farmácia Básica	37.970,00	35.556,40	0,00	2.413,60
Recursos de Vigilância Sanitária	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Recursos PPI/ECD	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Recursos PSF	245.630,00	221.815,00	0,00	23.815,00
PACS - Agentes Comunitária de Saúde	204.000,00	185.552,00	0,00	18.448,00
PSF - Saude Bucal	76.824,00	61.325,00	0,00	15.499,00
Piso Fixo Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS	40.690,00	7.118,56	0,00	33.571,44
Piso de Ações da Dengue	2.680,00	6.406,70	3.726,70	0,00
INCENTIVO PONTUAIS - AÇÕES VIGILÂNCIA	0,00	719,99	719,99	0,00
Rec. Programa Melhoria Acesso (PMAQ)	264.000,00	274.536,79	10.536,79	0,00
Recursos Piso Fixo - Vigilância em Saúde	4.800,00	11.146,24	6.346,24	0,00
Recurso PVISA - Ações Estruturantes Vig Sanitária	28.800,00	4.800,00	0,00	24.000,00
Recurso PVISA - Piso Estratégia Gerenc. de Risco	1.000,00	1.872,70	872,70	0,00
Transf. CAPS FEDERAL	336.000,00	367.965,00	31.965,00	0,00
Aperfeiçoamento do Sistema Único Saúde (SUS)	0,00	1.798,40	1.798,40	0,00
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (FNS)	0,00	6.201,60	6.201,60	0,00
Transferências dos Estados	211.994,00	159.664,10	12.422,80	64.752,70
Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	211.994,00	159.664,10	12.422,80	64.752,70
Transf. Rec Estado - TFD	7.390,00	0,00	0,00	7.390,00
Transf. Rec. Estado - Assistência Farm. Básica	33.200,00	26.141,30	0,00	7.058,70
Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção Básica	53.424,00	43.800,00	0,00	9.624,00
Transf. Rec. Estado - NASF/SC	50.880,00	32.000,00	0,00	18.880,00
Transf. Rec. do Estado CAPS	63.600,00	45.000,00	0,00	18.600,00
Transf. Rec. Estado - FMS MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0,00	10.222,80	10.222,80	0,00
Transf. Rec. Estado - Sala de Vacina	0,00	2.200,00	2.200,00	0,00
Teto Municipal Rede Cegonha	3.500,00	300,00	0,00	3.200,00
Transf. de Conv.	7.800,00	3.625,23	0,00	4.174,77
Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	7.800,00	3.625,23	0,00	4.174,77
Outras Transferências de Convênio dos Estados	7.800,00	3.625,23	0,00	4.174,77
Transf. Conv. Saude - Corpo de Bombeiros	7.800,00	3.625,23	0,00	4.174,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,00	235,20	0,00	2.633,80
Multas e Juros de Mora	106,00	0,00	0,00	106,00
Multas/Juros de Mora dos Tributos	106,00	0,00	0,00	106,00
Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	106,00	0,00	0,00	106,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.650,00	235,20	0,00	2.414,80
RESTITUIÇÕES	2.650,00	235,20	0,00	2.414,80
Outras Restituições	2.650,00	235,20	0,00	2.414,80
RECEITAS DIVERSAS	113,00	0,00	0,00	113,00
Outras Receitas Eventuais	113,00	0,00	0,00	113,00
RECEITAS DE CAPITAL	577.600,00	309.800,00	1.400,00	269.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00
Alienação de Veículos	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	556.400,00	309.800,00	1.400,00	248.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	556.400,00	309.800,00	1.400,00	248.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCEComparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transf. Convênios da União e de suas Entidades	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transf Convênio Federal (Veículos)	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	34.800,00	0,00	0,00	34.800,00
Transf Convênio Estadual (Veículos)	34.800,00	0,00	0,00	34.800,00
Transf. Convênios dos Municípios e suas Entidades	471.600,00	309.800,00	1.400,00	163.200,00
Transferências Convênios - CAPS CATANDUVAS	63.600,00	65.000,00	1.400,00	0,00
Transf Convênio Requalificação UBS - Construção	408.000,00	244.800,00	0,00	163.200,00
Totais:	2.272.223,00	1.972.059,18	165.422,22	465.586,04

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 10 2014SIMA COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	361.626,00	447.766,77	93.955,98	7.815,21
RECEITAS CORRENTES	253.146,00	325.322,11	79.862,22	7.686,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	113.252,39	134.373,03	21.120,64	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	113.252,39	134.373,03	21.120,64	0,00
Outras Contribuições Sociais	113.252,39	134.373,03	21.120,64	0,00
Contribuição do Associado	113.252,39	134.373,03	21.120,64	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	80.336,90	139.078,48	58.741,58	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	80.336,90	139.078,48	58.741,58	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	80.336,90	139.078,48	58.741,58	0,00
Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	80.336,90	139.078,48	58.741,58	0,00
Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	80.336,90	139.078,48	58.741,58	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.556,71	51.870,60	0,00	7.686,11
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	59.556,71	51.870,60	0,00	7.686,11
RESTITUIÇÕES	59.556,71	51.870,60	0,00	7.686,11
Outras Restituicoes	59.556,71	51.870,60	0,00	7.686,11
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	108.480,00	122.444,66	14.093,76	129,10
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.480,00	122.444,66	14.093,76	129,10
Contribuições Sociais	108.480,00	122.444,66	14.093,76	129,10
Contribuições Sociais	108.480,00	122.444,66	14.093,76	129,10
Contribuição da PMAD	96.820,00	109.537,87	12.717,87	0,00
Contribuição do FMS	11.660,00	11.530,90	0,00	129,10
Contribuição Câmara	0,00	1.375,89	1.375,89	0,00
Totais:	361.626,00	447.766,77	93.955,98	7.815,21

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 11 2014 SAUDE COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE				
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
0901.10 Saúde				
0901.10.301 Atenção Básica	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
09.01.10.301.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85
	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85
09.01.10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ES.F	534.607,28	42.745,00	577.352,28	480.985,73
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicacoes Diretas	0,00	42.745,00	42.743,19	96.366,55
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 Obras e Instalações	30.332,54	0,00	30.332,54	1,81
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	408.000,00	0,00	408.000,00	90,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0023 Aplicacoes Diretas	82.808,74	0,00	82.808,74	82.808,74
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	13.466,00	0,00	13.466,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000 Obras e Instalações				13.466,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0002 Obras em Andamento				
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0002 Obras e Instalações				
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0023 Obras e Instalações				
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0023 Obras e Instalações				
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0000 Obras em Andamento				
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0002 Obras em Andamento				
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0023 Obras em Andamento				
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0023 Obras em Andamento				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0002 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0002 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.08.00.00.00.01.0002 Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp				
4.4.90.52.34.00.00.00.00.01.0002 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				
09.01.10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEICULOS - SAÚDE	269.000,00	0,00	269.000,00	136.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	30.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	84.800,00	0,00	84.800,00	84.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0088 Aplicacoes Diretas	21.200,00	0,00	21.200,00	21.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	128.000,00	0,00	128.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0002 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0064 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0002 Veículos de Tração Mecânica				
4.4.90.52.52.00.00.00.03.0064 Veículos de Tração Mecânica				
09.01.10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.368.723,52	0,00	2.368.723,52	85.242,57
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	1.566.500,00	0,00	1.566.500,00	51.584,63
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	1.804,30	0,00	1.804,30	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0002 vencimentos e salários				
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0000 vencimentos e salários				
3.1.90.11.05.00.00.00.01.0002 Incorporações				
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0002 gratificação por exercício de funções				
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0002 gratificação por tempo de serviço				
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0002 férias indenizadas				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE				
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
0901.10 Saúde				
0901.10.301 Atenção Básica	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
09.01.10.301.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85
	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85
0901.10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.368.723,52	0,00	2.368.723,52	2.283.480,95
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0002 13º salário				72.498,85
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0002 Obrigações Patronais				367.652,18
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0002 FGTS				12.533,58
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0002 Contribuições Previdenciárias - INSS				355.118,60
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0002 Indenizações Resititucioes Trabalhistas				853,33
3.1.90.94.01.00.00.00.01.0002 Indenizações Resititucioes Trabalhistas - Ativo Civil				853,33
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	12.311,81	0,00	12.311,81	12.311,81
3.1.91.13.00.00.00.00.01.0002 Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias				12.311,81
3.1.91.13.99.00.00.00.01.0002 Outras Obrigações Patronais				674.728,89
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	696.938,08	0,00	696.938,08	22.209,19
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	37.052,39	0,00	37.052,39	11.448,75
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 Aplicacoes Diretas	54.116,94	0,00	54.116,94	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0002 Diárias - Civil				39.120,19
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0000 Diárias - Civil				625,95
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0002 Diárias - Civil				1.117,10
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0002 Diárias no País - Civil				39.120,19
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0000 Diárias no País - Civil				625,95
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0002 Diárias no País - Civil				1.117,10
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				68.700,85
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0002 Material de Consumo				978,42
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0002 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				4.155,50
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0002 Gás Engarrafado				51,00
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0002 Gêneros de Alimentação				2.429,08
3.3.90.30.10.00.00.00.03.0002 Material Odontológico				40,00
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0002 Material Educativo e Esportivo				48,10
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0002 Material de Expediente				21.033,45
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0002 Material de Processamento de Dados				177,00
3.3.90.30.19.00.00.00.01.0002 Material de Acondicionamento e Embalagem				285,75
3.3.90.30.20.00.00.00.01.0002 Material de Cama, Mesa e Banho				801,50
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0002 Material de Copa e Cozinha				756,55
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0002 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				4.901,42
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.168,02
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Bens Móveis				15,00
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0002 Material Elétrico e Eletrônico				1.883,85
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0002 Material Elétrico e Eletrônico				90,42
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0002 Material de Proteção e Segurança				813,20
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0002 Material Hospitalar				1.588,71
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Veículos				16.905,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 3

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
0901.10 Saúde				
0901.10.301 Atenção Básica				
09.01.10.301.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"				
09.01.10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0002 Material para Manutenção de Veículos				1.152.056,15
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0002 Material de Sinalização Visual e Afins				1.152.056,15
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0002 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0002 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0002 Outros Materiais de Consumo	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0002 Outros Materiais de Consumo	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	736.633,51
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0002 Material de Distribuição Gratuita	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	736.633,51
3.3.90.32.00.00.00.03.0000 Material de Distribuição Gratuita				
3.3.90.32.00.00.00.03.0002 Material de Distribuição Gratuita				
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0002 Medicamentos	2.368.723,52	0,00	2.368.723,52	85.242,57
3.3.90.32.02.00.00.00.03.0000 Medicamentos				293,50
3.3.90.32.02.00.00.00.03.0002 Medicamentos				375,00
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0002 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				10.231,55
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0000 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				524,50
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0002 Passagens e Despesas com Locomoção				1.080,41
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0002 Passagens e Despesas com Locomoção				30,00
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0002 Passagens Para o País				153.684,55
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Passagens Para o País				1.365,72
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				47.272,02
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				140.100,45
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				720,72
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				47.272,02
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				13.584,10
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				645,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				8.096,90
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				139,94
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				8.096,90
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				139,94
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				29.871,19
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				815,75
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				200,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				65,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				6.995,38
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				815,75
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				22.610,81
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				353.258,51
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				410,72
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				3.793,71
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				8.830,88
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				10.705,30
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				5.100,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				60,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				25,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				675,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				204,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				6.999,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0000 Medicamentos				170,00
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0002 Medicamentos				2.531,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 4

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE					
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
0901.10 Saúde					
0901.10.301 Atenção Básica					
09.01.10.301.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85	736.633,51
	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85	736.633,51
09.01.10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.368.723,52	0,00	2.368.723,52	2.283.480,95	85.242,57
				230,00	
				15.926,19	
				2.223,48	
				300,67	
				8.077,05	
				620,58	
				1.770,00	
				242.339,98	
				263,01	
				1.637,99	
				3.235,67	
				56,91	
				325,20	
				7.699,45	
				15.343,22	
				1.105,80	
				30,80	
				118,80	
				20.491,99	
				365,47	
				23.201,25	
				23.201,25	
				4.180,16	
				4.180,16	
				17.816,54	
				17.816,54	
09.01.10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMA ESTADUAIS E FEDERAIS	1.327.888,56	100.000,00	1.427.888,56	1.012.064,17	415.824,39
	50.993,00	0,00	50.993,00	11.800,00	39.193,00
	526.454,00	100.000,00	626.454,00	534.645,84	91.808,16
	36.000,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00
	83.408,49	0,00	83.408,49	83.408,49	0,00
				11.800,00	
				486.109,15	
				36.000,00	
				80.765,04	
				11.800,00	
				390.172,06	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 5

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
0901.10 Saúde				
0901.10.301 Atenção Básica				
09.01.10.301.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
0901.10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0043 vencimentos e salários	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0064 vencimentos e salários	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	3.909.330,85
3.1.90.11.05.00.00.00.01.0064 incorporações				
3.1.90.11.05.00.00.00.03.0064 incorporações				
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0064 gratificação por exercício de funções				
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0064 gratificação por tempo de serviço				
3.1.90.11.37.00.00.00.03.0064 gratificação por tempo de serviço				
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0064 férias indenizadas				
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0064 13º salário				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0064 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0064 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0064 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0064 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.3.90.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	6.454,68	0,00	6.454,68	2.829,45
3.3.90.00.00.00.00.01.0043 Aplicacoes Diretas	38.424,00	0,00	38.424,00	34.161,75
3.3.90.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	338.740,00	0,00	338.740,00	151.415,18
3.3.90.00.00.00.00.01.0065 Aplicacoes Diretas	11.874,80	0,00	11.874,80	3.853,55
3.3.90.00.00.00.00.01.0067 Aplicacoes Diretas	71.226,00	0,00	71.226,00	15.922,73
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	36.960,00	0,00	36.960,00	10.121,25
3.3.90.00.00.00.00.03.0043 Aplicacoes Diretas	7.702,68	0,00	7.702,68	7.702,68
3.3.90.00.00.00.00.03.0064 Aplicacoes Diretas	33.339,63	0,00	33.339,63	850,02
3.3.90.00.00.00.00.03.0065 Aplicacoes Diretas	56,00	0,00	56,00	56,00
3.3.90.14.00.00.00.01.0043 Diárias - Civil	4.773,12	0,00	4.773,12	377,21
3.3.90.14.00.00.00.01.0064 Diárias - Civil				
3.3.90.14.00.00.00.01.0043 Diárias no País - Civil				
3.3.90.14.00.00.00.01.0064 Diárias no País - Civil				
3.3.90.30.00.00.00.01.0064 Diárias no País - Civil				
3.3.90.30.00.00.00.01.0064 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.03.0064 Material de Consumo				
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0064 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0064 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0064 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.10.00.00.00.01.0064 Material Odontológico				
3.3.90.30.10.00.00.00.03.0064 Material Odontológico				
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0064 Material Educativo e Esportivo				
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0064 Material de Expediente				
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0064 Material de Proteção e Segurança				
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0064 Material Hospitalar				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 6

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE				
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
0901.10 Saúde				
0901.10.301 Atenção Básica				
09.01.10.301.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	736.633,51
	4.503.219,36	142.745,00	4.645.964,36	736.633,51
09.01.10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	1.327.888,56	100.000,00	1.427.888,56	415.824,39
3.3.90.30.36.00.00.00.00.03.0064 Material Hospitalar			10.022,59	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0064 Material para Manutenção de Veículos			4.420,73	
3.3.90.30.99.00.00.00.00.01.0064 Outros Materiais de Consumo			862,63	
3.3.90.32.00.00.00.00.00.01.0064 Material de Distribuicao Gratuita			10.647,70	
3.3.90.32.00.00.00.00.00.01.0067 Material de Distribuicao Gratuita			55.248,67	
3.3.90.32.00.00.00.00.00.03.0064 Material de Distribuicao Gratuita			550,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.00.03.0067 Material de Distribuicao Gratuita			4.395,91	
3.3.90.32.02.00.00.00.00.01.0067 Medicamentos			55.248,67	
3.3.90.32.02.00.00.00.00.03.0067 Medicamentos			4.395,91	
3.3.90.32.99.00.00.00.00.01.0064 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			10.647,70	
3.3.90.32.99.00.00.00.00.03.0064 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			550,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0023 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			3.625,23	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0043 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			2.205,70	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0064 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			20.288,35	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0065 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			8.021,25	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0067 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			54,60	
3.3.90.39.05.00.00.00.00.01.0043 Servicos Técnicos Profissionais			802,90	
3.3.90.39.15.00.00.00.00.01.0064 Limpeza de Veículos			2.775,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.01.0064 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			545,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.01.0064 Manutenção e Conservação de Maquinas e Equip			1.000,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0064 Manutenção e Conservação de Veiculos			2.684,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.00.01.0064 Fornecimento de Alimentação			46,40	
3.3.90.39.44.00.00.00.00.01.0064 Servicos de Água e Esgoto			322,17	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.01.0064 Servicos de Seleção e Treinamento			7.100,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.00.01.0065 Servicos Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			8.021,25	
3.3.90.39.58.00.00.00.00.01.0064 Servicos de Telecomunicações			4.737,28	
3.3.90.39.63.00.00.00.00.01.0064 Servicos Gráficos e Editoriais			240,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0043 Servicos Bancários			7,80	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0067 Servicos Bancários			54,60	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0023 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			3.625,23	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0043 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			1.395,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0064 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			838,50	
3.3.90.46.00.00.00.00.00.03.0000 Auxilio-Alimentacao			26.838,75	
3.3.90.48.01.00.00.00.00.03.0000 Auxilio-Alimentação em Pecunia			26.838,75	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	1.345,32	0,00	1.345,32	635,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0043 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0023 Aplicacoes Diretas	22.878,43	0,00	22.878,43	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 7

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE					
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE					
0901.10 Saúde					
0901.10.301 Atenção Básica					
09.01.10.301.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
0901.10.301.0042 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS					
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0043 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0023 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0023 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0043 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.08.00.00.00.01.0023 Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp					
4.4.90.52.08.00.00.00.03.0023 Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp					
4.4.90.52.08.00.00.00.03.0043 Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp					
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0023 Equipamentos de Processamento de Dados					
09.01.10.301.0042.9.901 RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAÚDE	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.00.01.0002 RESERVA DE CONTINGENCIA	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
0901.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial					
09.01.10.302.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	417.000,00	0,00	417.000,00	416.880,00	120,00
	417.000,00	0,00	417.000,00	416.880,00	120,00
09.01.10.302.0042.2.053 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO					
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0002 Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	417.000,00	0,00	417.000,00	416.880,00	120,00
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0002 Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	190.800,00	0,00	190.800,00	190.800,00	0,00
3.3.50.43.00.00.00.00.01.0002 Subvencoes Sociais	226.200,00	0,00	226.200,00	226.080,00	120,00
3.3.50.43.00.00.00.00.03.0002 Subvencoes Sociais					
3.3.50.43.99.00.00.00.00.01.0002 Outras Subvenções Sociais					
3.3.50.43.99.00.00.00.00.03.0002 Outras Subvenções Sociais					
09.01.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico					
09.01.10.303.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01	326.980,25
	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01	326.980,25
09.01.10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC					
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01	326.980,25
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0023 Aplicacoes Diretas	14.836,77	28.500,00	43.336,77	32.674,51	10.662,26
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0023 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	86.488,30	0,00	86.488,30	86.488,30	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0023 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0023 vencimentos e salários					
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0023 vencimentos e salários					
3.1.90.11.05.00.00.00.01.0023 incorporações					
3.1.90.11.05.00.00.00.03.0023 incorporações					
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0023 gratificação por exercício de funções					
3.1.90.11.33.00.00.00.03.0023 gratificação por exercício de funções					
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0023 gratificação por tempo de serviço					
3.1.90.11.37.00.00.00.03.0023 gratificação por tempo de serviço					
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0023 13º salário					

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 8

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE					
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
0901.10 Saúde					
0901.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico					
09.01.10.303.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01	326.980,25
	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01	326.980,25
0901.10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01	326.980,25
3.1.90.11.43.00.00.00.00.03.0023 13º salário				3.023,85	
3.1.90.11.44.00.00.00.00.03.0023 férias - abono pecuniário				494,97	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0023 Obrigações Patronais				8.094,05	
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0023 Obrigações Patronais				14.246,58	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0023 Contribuições Previdenciárias - INSS				8.094,05	
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0023 Contribuições Previdenciárias - INSS				14.246,58	
3.1.90.94.00.00.00.00.03.0023 Indenizações Restituições Trabalhistas				1.718,39	
3.1.90.94.01.00.00.00.03.0023 Indenizações Resit Trabalhistas - Ativo Civil				1.718,39	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	38.160,00	0,00	38.160,00	37.539,87	620,13
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	408.493,23	0,00	408.493,23	105.185,37	303.307,86
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 Aplicacoes Diretas	3.465,00	0,00	3.465,00	3.075,00	390,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0023 Aplicacoes Diretas	98.369,74	46.643,22	145.012,96	145.012,96	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0002 Diárias - Civil				4.112,53	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0023 Diárias - Civil				761,68	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0002 Diárias no País - Civil				4.112,53	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0023 Diárias no País - Civil				761,68	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				3.208,56	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0023 Material de Consumo				18.049,83	
3.3.90.30.00.00.00.03.0023 Material de Consumo				5.373,57	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0002 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				161,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0002 Gêneros de Alimentação				712,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0023 Gêneros de Alimentação				6.879,72	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0023 Gêneros de Alimentação				5.054,82	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0023 Material Educativo e Esportivo				465,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0002 Material de Expediente				210,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0023 Material de Expediente				8.307,74	
3.3.90.30.20.00.00.00.01.0002 Material de Cama, Mesa e Banho				147,50	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0002 Material de Limpeza e Produção de Higienezação				383,60	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0023 Material de Limpeza e Produção de Higienezação				1.951,41	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0023 Material de Limpeza e Produção de Higienezação				318,75	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Bens Imóveis				11,40	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0002 Material Elétrico e Eletrônico				26,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Veiculos				636,98	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0002 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				920,08	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0023 Outros Materiais de Consumo				445,96	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0002 Material de Distribuicao Gratuita				10.918,69	
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0002 Medicamentos				10.846,49	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0002 Gêneros Alimentícios				142,20	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 9

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE				
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
0901.10 Saúde				
0901.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico				
09.01.10.303.0042 FUNDO M. DE SAÚDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01
	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01
	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01
09.01.10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS/SC	661.813,04	75.143,22	736.956,26	409.976,01
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0002 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			130,00	1.152.056,15
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0002 Passagens e Despesas com Locomoção			611,62	1.152.056,15
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0023 Passagens e Despesas com Locomoção			565,58	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0002 Passagens Para o País			611,62	
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0023 Passagens Para o País			565,58	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			925,96	
3.3.90.36.96.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terc-Pessoa Física-Pagto Antec			925,96	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			15.680,49	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0023 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			87.135,54	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0023 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			138.312,13	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0002 Serviços Técnicos Profissionais			150,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0023 Serviços Técnicos Profissionais			80,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0002 Limpeza de Veículos			495,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			135,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Veículos			811,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0002 Fornecimento de Alimentação			407,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0002 Serviços de Energia Elétrica			3.632,37	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0002 Serviços de Água e Esgoto			645,63	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0023 Serviços de Água e Esgoto			189,28	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0002 Serviços de Comunicação em Geral			600,66	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0002 Serviços de Seleção e Treinamento			180,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0002 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			4.629,50	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0023 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			85.214,07	
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0023 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			137.985,93	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0002 Serviços de Telecomunicações			2.036,93	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0023 Serviços de Telecomunicações			1.419,39	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0002 Serviços Bancários			156,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0023 Serviços Bancários			232,80	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0023 Serviços Bancários			326,20	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.801,40	
3.3.90.46.00.00.00.00.03.0000 Auxílio-Alimentação			3.075,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.03.0000 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			3.075,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0002 Obrigações Tributárias e Contributivas			382,02	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0002 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			382,02	
3.3.90.48.00.00.00.00.01.0002 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			1.700,00	
3.3.90.48.01.00.00.00.01.0002 Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas			1.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0023 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	12.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 10

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
0901.10 Saúde	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
0901.10.304 Vigilância Sanitária	59.009,18	0,00	59.009,18	20.363,52	38.645,66
09.01.10.304.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	59.009,18	0,00	59.009,18	20.363,52	38.645,66
09.01.10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	59.009,18	0,00	59.009,18	20.363,52	38.645,66
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicações Diretas	9.296,00	0,00	9.296,00	9.163,11	132,89
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066 Aplicações Diretas	35.022,00	0,00	35.022,00	2.389,23	32.632,77
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 Aplicações Diretas	5.891,18	0,00	5.891,18	5.891,18	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0002 Diárias - Civil				2,75	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0002 Diárias no País - Civil				2,75	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0002 Material de Consumo				4.697,19	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0066 Material de Consumo				230,23	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0002 Material de Consumo				1.430,19	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0002 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.642,97	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0066 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				130,41	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0002 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				895,63	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0066 Gêneros de Alimentação				99,82	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0002 Material de Processamento de Dados				75,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.819,70	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0002 Material Elétrico e Eletrônico				312,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0002 Material Elétrico e Eletrônico				87,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0002 Material para Manutenção de Veículos				846,72	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0002 Material para Manutenção de Veículos				447,56	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0066 Material de Distribuição Gratuita				750,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0066 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				750,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.465,92	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0066 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.409,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.458,24	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0002 Serviços Técnicos Profissionais				60,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0002 Locação de Softwares				1.226,65	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0002 Limpeza de Veículos				30,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0066 Limpeza de Veículos				30,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.03.0002 Limpeza de Veículos				35,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0066 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				1.310,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				365,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0002 Manutenção e Conservação de Veículos				340,80	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0002 Manutenção e Conservação de Veículos				220,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0066 Fornecimento de Alimentação				69,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0002 Serviços de Telecomunicações				569,07	
3.3.90.39.58.00.00.00.03.0002 Serviços de Telecomunicações				588,47	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0002 Serviços Bancários				839,40	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0002 Serviços Bancários				209,77	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.400,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 11

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
0901.10 Saúde					
0901.10.304 Vigilância Sanitária					
09.01.10.304.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
09.01.10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	59.009,18	0,00	59.009,18	20.363,52	38.645,66
3.3.90.39.99.00.00.00.00.03.00.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	59.009,18	0,00	59.009,18	20.363,52	38.645,66
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	450,00	1.550,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0066 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.00.021 Aplicacoes Diretas	4.800,00	0,00	4.800,00	2.470,00	2.330,00
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0002 Equipamentos e Material Permanente				450,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.00.03.00.021 Equipamentos e Material Permanente				2.470,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0002 Equipamentos de Processamento de Dados				450,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.03.00.021 Equipamentos de Processamento de Dados				894,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.00.03.00.021 Mobiliário em Geral				1.576,00	
0901.10.305 Vigilância Epidemiológica	94.128,36	0,00	94.128,36	44.451,63	49.676,73
09.01.10.305.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	94.128,36	0,00	94.128,36	44.451,63	49.676,73
09.01.10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA					
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0066 Aplicacoes Diretas	94.128,36	0,00	94.128,36	44.451,63	49.676,73
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.00.021 Aplicacoes Diretas	46.595,00	0,00	46.595,00	1.820,00	44.775,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.06.0043 Aplicacoes Diretas	10.201,29	0,00	10.201,29	9.823,64	377,65
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0066 Material de Consumo	25.232,07	0,00	25.232,07	22.707,99	2.524,08
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0066 Gêneros de Alimentação				1.820,00	
3.3.90.30.11.00.00.00.00.01.0066 Material Químico				3.333,65	
3.3.90.30.99.00.00.00.00.03.00.021 Outros Materiais de Consumo				140,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.00.03.00.021 Material de Distribuição Gratuita				1.680,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.00.03.00.021 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				3.333,65	
3.3.90.36.00.00.00.00.00.06.0043 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				6.489,99	
3.3.90.36.99.00.00.00.00.06.0043 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				18.923,34	
3.3.90.47.00.00.00.00.00.06.0043 Obrigações Tributárias e Contributivas				18.923,34	
3.3.90.47.18.00.00.00.00.06.0043 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				3.784,65	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0043 Aplicacoes Diretas	2.200,00	0,00	2.200,00	2.200,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0066 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.00.021 Aplicacoes Diretas	7.900,00	0,00	7.900,00	7.900,00	0,00
4.4.90.30.00.00.00.00.00.03.00.021 Material de Consumo				7.900,00	
4.4.90.30.14.00.00.00.00.03.00.021 Material Educativo e Esportivo				7.900,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0043 Equipamentos e Material Permanente				2.200,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 12

Entidade : FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
0901.10 Saúde	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
0901.10.305 Vigilância Epidemiológica	94.128,36	0,00	94.128,36	49.676,73
09.01.10.305.0042 FUNDO M. DE SAUDE "PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO"	94.128,36	0,00	94.128,36	49.676,73
09.01.10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	94.128,36	0,00	94.128,36	49.676,73
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0043 Equipamentos de Processamento de Dados			2.200,00	
Total por Entidade:	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15
Total Geral:	5.735.169,94	217.888,22	5.953.058,16	1.152.056,15

AGUA DOCE , 13/03/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 2

Entidade : FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
10.01 FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
1001.08 Assistência Social				
1001.08.244 Assistência Comunitária	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
10.01.08.244.0045 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
10.01.08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.805,99	0,00	45.805,99	318,06
3.3.90.39.99.00.00.0240 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			190,00	
3.3.90.39.99.00.00.0610 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			410,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.0610 Auxílio-Alimentação			1.117,50	
3.3.90.46.01.00.00.00.0610 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			1.117,50	
4.4.90.00.00.00.00.0610 Aplicacoes Diretas	300,00	0,00	300,00	300,00
10.01.08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO.PROMOÇÃO SOCIAL	53.428,51	0,00	53.428,51	2.531,24
3.3.90.00.00.00.00.0240 Aplicacoes Diretas	528,51	0,00	528,51	0,00
3.3.90.00.00.00.00.0610 Aplicacoes Diretas	52.900,00	0,00	52.900,00	2.531,24
3.3.90.30.00.00.00.0610 Material de Consumo			9.476,02	
3.3.90.30.01.00.00.0610 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			1.030,71	
3.3.90.30.07.00.00.0610 Gêneros de Alimentação			6.611,47	
3.3.90.30.21.00.00.0610 Material de Copa e Cozinha			118,19	
3.3.90.30.22.00.00.0610 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			37,65	
3.3.90.30.24.00.00.0610 Material para Manutenção de Bens Imóveis			350,00	
3.3.90.30.26.00.00.0610 Material Elétrico e Eletrônico			282,90	
3.3.90.30.99.00.00.0610 Outros Materiais de Consumo			1.045,10	
3.3.90.32.00.00.00.0240 Material de Distribuicao Gratuita			77,00	
3.3.90.32.00.00.00.0610 Material de Distribuicao Gratuita			14.457,78	
3.3.90.32.03.00.00.0610 Gêneros Alimentícios			9.377,78	
3.3.90.32.99.00.00.0240 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			77,00	
3.3.90.32.99.00.00.0610 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			5.080,00	
3.3.90.33.00.00.00.0610 Passagens e Despesas com Locomocao			1.474,86	
3.3.90.33.01.00.00.0610 Passagens Para o Pais			1.474,86	
3.3.90.36.00.00.00.0610 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			8.037,90	
3.3.90.36.96.00.00.0610 Outros Serviços de Terc-Pessoa Fisica-Pagto Antec			3.621,50	
3.3.90.36.99.00.00.0610 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			4.416,40	
3.3.90.39.00.00.00.0610 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			451,51	
3.3.90.39.05.00.00.0610 Serviços Técnicos Profissionais			16.151,92	
3.3.90.39.10.00.00.0610 Locação de Imóveis			158,00	
3.3.90.39.16.00.00.0610 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			800,00	
3.3.90.39.43.00.00.0240 Serviços de Energia Elétrica			180,00	
3.3.90.39.43.00.00.0610 Serviços de Energia Elétrica			319,03	
3.3.90.39.44.00.00.0240 Serviços de Água e Esgoto			2.037,19	
3.3.90.39.44.00.00.0610 Serviços de Água e Esgoto			132,48	
3.3.90.39.58.00.00.0610 Serviços de Telecomunicações			416,40	
3.3.90.39.58.00.00.0610 Serviços de Telecomunicações			992,28	
3.3.90.39.67.00.00.0610 Serviços Funerários			5.374,91	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 3

Entidade : FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE				
10.01 FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
1001.08 Assistência Social				
1001.08.244 Assistência Comunitária	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
10.01.08.244.0045 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
10.01.08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL	53.428,51	0,00	53.428,51	2.531,24
3.3.90.39.99.00.00.0610 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			6.193,14	
3.3.90.47.00.00.00.0610 Obrigações Tributárias e Contributivas			770,28	
3.3.90.47.18.00.00.00.0610 Contrib Prevenciária S/ Serviços de Terc - PF			770,28	
10.01.08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IDPETI e Outros	173.536,35	44.100,31	217.636,66	101.625,12
3.1.90.00.00.00.00.0052 Aplicacoes Diretas	1.100,00	12.250,00	13.350,00	73,93
3.1.90.00.00.00.00.0146 Aplicacoes Diretas	0,00	3.400,00	3.400,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.0651 Aplicacoes Diretas	4.915,04	0,00	4.915,04	72,85
3.1.90.00.00.00.00.0653 Aplicacoes Diretas	-3.280,00	13.000,00	9.720,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0052 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			10.512,57	
3.1.90.11.00.00.00.0046 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			2.762,27	
3.1.90.11.00.00.00.0651 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			3.910,61	
3.1.90.11.00.00.00.0653 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			7.623,93	
3.1.90.11.01.00.00.0052 vencimentos e salários			9.139,31	
3.1.90.11.01.00.00.0046 vencimentos e salários			2.762,27	
3.1.90.11.01.00.00.0651 vencimentos e salários			3.910,61	
3.1.90.11.01.00.00.0653 vencimentos e salários			5.245,00	
3.1.90.11.05.00.00.0053 Incorporações			771,54	
3.1.90.11.37.00.00.00.0653 gratificação por tempo de serviço			102,88	
3.1.90.11.43.00.00.0052 13º salário			1.373,26	
3.1.90.11.43.00.00.0653 13º salário			1.504,51	
3.1.90.13.00.00.00.0052 Obrigações Patronais			2.763,50	
3.1.90.13.00.00.00.0146 Obrigações Patronais			637,73	
3.1.90.13.00.00.00.0651 Obrigações Patronais			931,58	
3.1.90.13.00.00.00.0653 Obrigações Patronais			2.096,07	
3.1.90.13.02.00.00.0052 Contribuições Previdenciárias - INSS			2.763,50	
3.1.90.13.02.00.00.0146 Contribuições Previdenciárias - INSS			637,73	
3.1.90.13.02.00.00.0651 Contribuições Previdenciárias - INSS			931,58	
3.1.90.13.02.00.00.0653 Contribuições Previdenciárias - INSS			2.096,07	
3.3.90.00.00.00.00.0050 Aplicacoes Diretas	14.044,00	0,00	14.044,00	14.044,00
3.3.90.00.00.00.00.0052 Aplicacoes Diretas	50.941,00	0,00	50.941,00	45.973,73
3.3.90.00.00.00.00.0063 Aplicacoes Diretas	13.664,00	0,00	13.664,00	2.952,02
3.3.90.00.00.00.00.0146 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	10.459,95
3.3.90.00.00.00.00.0147 Aplicacoes Diretas	3.157,63	0,00	3.157,63	0,00
3.3.90.00.00.00.00.0610 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0651 Aplicacoes Diretas	3.304,56	0,00	3.304,56	1,00
3.3.90.00.00.00.00.0653 Aplicacoes Diretas	3.280,00	3.200,00	6.480,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.0655 Aplicacoes Diretas	1.576,65	0,00	1.576,65	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 4

Entidade : FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Títulos	Créditos Orçamentários e Suplementares	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
		Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	214.585,54	106.928,02
10.01 FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	214.585,54	106.928,02
1001.08 Assistência Social					
1001.08.244 Assistência Comunitária					
10.01.08.244.0045 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	277.413,25	44.100,31	321.513,56	214.585,54	106.928,02
	274.770,85	44.100,31	318.871,16	212.396,74	106.474,42
	274.770,85	44.100,31	318.871,16	212.396,74	106.474,42
10.01.08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e Outros	173.536,35	44.100,31	217.636,66	116.011,54	101.625,12
3.3.90.00.00.00.00.00.0662 Aplicações Diretas	5.265,38	0,00	5.265,38	4.227,01	1.038,37
3.3.90.00.00.00.00.00.0679 Aplicações Diretas	2.731,09	0,00	2.731,09	2.731,09	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0063 Diárias - Civil				643,18	
3.3.90.14.00.00.00.00.0147 Diárias - Civil				677,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.0662 Diárias - Civil				3.003,61	
3.3.90.14.00.00.00.00.0063 Diárias no País - Civil				643,18	
3.3.90.14.14.00.00.00.0147 Diárias no País - Civil				677,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.0662 Diárias no País - Civil				3.003,61	
3.3.90.30.00.00.00.00.0052 Material de Consumo				3.175,47	
3.3.90.30.00.00.00.00.0063 Material de Consumo				1.062,64	
3.3.90.30.00.00.00.00.0146 Material de Consumo				17.407,05	
3.3.90.30.00.00.00.00.0147 Material de Consumo				1.215,85	
3.3.90.30.00.00.00.00.0651 Material de Consumo				3.183,36	
3.3.90.30.00.00.00.00.0653 Material de Consumo				6.141,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.0052 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.349,76	
3.3.90.30.01.00.00.00.0063 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				730,71	
3.3.90.30.01.00.00.00.0146 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				634,69	
3.3.90.30.01.00.00.00.0147 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				480,98	
3.3.90.30.04.00.00.00.0146 Gás Engarrafado				49,60	
3.3.90.30.07.00.00.00.0052 Gêneros de Alimentação				500,73	
3.3.90.30.07.00.00.00.0146 Gêneros de Alimentação				8.336,31	
3.3.90.30.14.00.00.00.0651 Material Educativo e Esportivo				2.544,10	
3.3.90.30.16.00.00.00.0052 Material de Expediente				11,80	
3.3.90.30.16.00.00.00.0146 Material de Expediente				8.366,45	
3.3.90.30.16.00.00.00.0651 Material de Expediente				402,46	
3.3.90.30.16.00.00.00.0653 Material de Expediente				6.141,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.0051 Material de Processamento de Dados				79,90	
3.3.90.30.24.00.00.00.0052 Material para Manutenção de Bens Imóveis				294,88	
3.3.90.30.24.00.00.00.0147 Material para Manutenção de Bens Imóveis				580,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.0052 Material Elétrico e Eletrônico				603,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.0063 Material Elétrico e Eletrônico				41,93	
3.3.90.30.26.00.00.00.0147 Material Elétrico e Eletrônico				154,87	
3.3.90.30.26.00.00.00.0651 Material Elétrico e Eletrônico				156,90	
3.3.90.30.28.00.00.00.0146 Material de Proteção e Segurança				20,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0052 Material para Manutenção de Veículos				415,30	
3.3.90.30.99.00.00.00.0063 Outros Materiais de Consumo				290,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.0052 Material de Distribuição Gratuita				272,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.0655 Material de Distribuição Gratuita				336,65	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 5

Entidade : FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE				
10.01 FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
1001.08 Assistência Social				
1001.08.244 Assistência Comunitária	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
10.01.08.244.0045 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
10.01.08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e Outros	173.536,35	44.100,31	217.636,66	101.625,12
3.3.90.32.99.00.00.0052 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			272,00	
3.3.90.32.99.00.00.0655 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			336,65	
3.3.90.33.00.00.00.0063 Passagens e Despesas com Locomocao			336,00	
3.3.90.33.00.00.00.0147 Passagens e Despesas com Locomocao			539,78	
3.3.90.33.01.00.00.0063 Passagens Para o Pais			336,00	
3.3.90.33.01.00.00.0147 Passagens Para o Pais			539,78	
3.3.90.39.00.00.00.0052 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			1.519,80	
3.3.90.39.00.00.00.0063 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			910,20	
3.3.90.39.00.00.00.0146 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			2.133,00	
3.3.90.39.00.00.00.0147 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			725,00	
3.3.90.39.00.00.00.0651 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			120,20	
3.3.90.39.00.00.00.0653 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			339,00	
3.3.90.39.00.00.00.0655 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			1.240,00	
3.3.90.39.00.00.00.0662 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			1.223,40	
3.3.90.39.00.00.00.0679 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			2.731,09	
3.3.90.39.05.00.00.0052 Servicos Técnicos Profissionais			339,00	
3.3.90.39.05.00.00.0063 Servicos Técnicos Profissionais			539,00	
3.3.90.39.05.00.00.0146 Servicos Técnicos Profissionais			878,00	
3.3.90.39.05.00.00.0147 Servicos Técnicos Profissionais			265,00	
3.3.90.39.05.00.00.0653 Servicos Técnicos Profissionais			339,00	
3.3.90.39.15.00.00.0052 Limpeza de Veiculos			390,00	
3.3.90.39.15.00.00.0063 Limpeza de Veiculos			60,00	
3.3.90.39.15.00.00.0146 Limpeza de Veiculos			30,00	
3.3.90.39.15.00.00.0147 Limpeza de Veiculos			180,00	
3.3.90.39.16.00.00.0052 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			720,60	
3.3.90.39.16.00.00.0147 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			280,00	
3.3.90.39.16.00.00.0651 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			50,00	
3.3.90.39.19.00.00.0063 Manutenção e Conservação de Veiculos			100,00	
3.3.90.39.63.00.00.0146 Servicos Gráficos e Editoriais			104,00	
3.3.90.39.67.00.00.0065 Servicos Funerários			1.240,00	
3.3.90.39.67.00.00.0679 Servicos Funerários			2.731,09	
3.3.90.39.81.00.00.0052 Servicos Bancários			70,20	
3.3.90.39.81.00.00.0063 Servicos Bancários			31,20	
3.3.90.39.81.00.00.0651 Servicos Bancários			70,20	
3.3.90.39.81.00.00.0662 Servicos Bancários			23,40	
3.3.90.39.99.00.00.0063 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			180,00	
3.3.90.39.99.00.00.0146 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			1.121,00	
3.3.90.39.99.00.00.0662 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			1.200,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 6

Entidade : FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
10.01 FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
1001.08 Assistência Social				
1001.08.244 Assistência Comunitária				
10.01.08.244.0045 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	277.413,25	44.100,31	321.513,56	106.928,02
	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
	274.770,85	44.100,31	318.871,16	106.474,42
10.01.08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI e Outros	173.536,35	44.100,31	217.636,66	101.625,12
4.4.90.00.00.00.00.00.0043 Aplicacoes Diretas	14.243,00	0,00	14.243,00	14.243,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0063 Aplicacoes Diretas	2.079,00	0,00	2.079,00	598,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0146 Aplicacoes Diretas	0,00	12.250,31	12.250,31	2.408,31
4.4.90.00.00.00.00.00.0147 Aplicacoes Diretas	6.400,00	0,00	6.400,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0651 Aplicacoes Diretas	18.115,00	0,00	18.115,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0063 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.0146 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.0147 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.0651 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.12.00.00.00.0147 Aparelhos e Utensilios Domésticos				
4.4.90.52.33.00.00.00.0146 Equipamentos Para Audio, Video e Foto				
4.4.90.52.34.00.00.00.0063 Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos				
4.4.90.52.34.00.00.00.0146 Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos				
4.4.90.52.34.00.00.00.0147 Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos				
4.4.90.52.34.00.00.00.0651 Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos				
4.4.90.52.35.00.00.00.0146 Equipamentos de Processamento de Dados				
4.4.90.52.35.00.00.00.0651 Equipamentos de Processamento de Dados				
4.4.90.52.42.00.00.00.0146 Mobiliário em Geral				
4.4.90.52.42.00.00.00.0651 Mobiliário em Geral				
10.01.08.244.0045.9.902 RESERVA DE CONSTINGÊNCIA - FMAS	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.0610 RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
Total por Entidade:				106.928,02
Total Geral:				106.928,02

AGUA DOCE , 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRCSC 020388/O-0

ANEXO 11 2014 SIMA COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro a Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA DOCE - SIMA	361.626,00	0,00	361.626,00	127.667,98
11.01 FUNDO MUN.DE ASSISTÊNCIA DE AGUA DOCE - SIMA	361.626,00	0,00	361.626,00	127.667,98
1101.08 Assistência Social	361.626,00	0,00	361.626,00	127.667,98
1101.08.244 Assistência Comunitária	361.626,00	0,00	361.626,00	127.667,98
11.01.08.244.0045 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	361.626,00	0,00	361.626,00	127.667,98
11.01.08.244.0045.2.064 MANUTENÇÃO DO SIMA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	358.626,00	0,00	358.626,00	124.667,98
3.3.90.00.00.00.00.00.0095 Aplicações Diretas	348.626,00	0,00	348.626,00	114.667,98
3.3.90.39.00.00.00.00.0095 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			220.029,63	
3.3.90.39.05.00.00.00.0095 Serviços Técnicos Profissionais			2.443,22	
3.3.90.39.11.00.00.00.0095 Locação de Softwares			1.781,55	
3.3.90.39.50.00.00.00.0095 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			8.378,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.0095 Serviços de Publicidade Legal			7.668,82	
3.3.90.39.99.00.00.00.0095 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			199.758,04	
3.3.90.47.00.00.00.00.0095 Obrigações Tributárias e Contributivas			13.928,39	
3.3.90.47.18.00.00.00.0095 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			13.928,39	
4.4.90.00.00.00.00.00.0095 Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
11.01.08.244.0045.9.903 RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SIMA	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.0095 RESERVA DE CONTINGENCIA	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
Total por Entidade:	361.626,00	0,00	361.626,00	127.667,98
Total Geral:	361.626,00	0,00	361.626,00	127.667,98

AGUA DOCE , 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 12 2014 FMAS BALANÇO ORÇAMENTÁRIA**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	112.241,00	139.903,36	-27.662,36	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUP	277.413,25	188.255,04	89.158,21
Receita Patrimonial	3.368,00	9.267,03	-5.899,03	Despesas Corrente	234.276,25	162.259,04	72.017,21
Transferências Correntes	108.873,00	130.636,33	-21.763,33	Despesas de Capital	43.137,00	25.996,00	17.141,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	97.500,00	-97.500,00	CRÉDITO ESPECIAL	44.100,31	26.330,50	17.769,81
Transferências Financeiras Recebid	0,00	97.500,00	-97.500,00	Despesas Corrente	31.850,00	16.488,50	15.361,50
				Despesas de Capital	12.250,31	9.842,00	2.408,31
SOMA	112.241,00	237.403,36	-125.162,36	SOMA	321.513,56	214.585,54	106.928,02
DÉFICIT	209.272,56	0,00	209.272,56	SUPERAVIT	0,00	22.817,82	-22.817,82
TOTAL	321.513,56	237.403,36	84.110,20	TOTAL	321.513,56	237.403,36	84.110,20

AGUA DOCE, 12/02/2015

ORLANDO FAVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 12 2014 SAUDE BALANÇO ORÇAMENTÁRIA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	1.694.623,00	1.662.259,18	32.363,82	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUP	5.735.169,94	4.583.749,70	1.151.420,24
Receita Tributária	34.690,00	38.251,65	-3.561,65	Despesas Corrente	4.801.868,69	3.963.426,60	838.442,09
Receita Patrimonial	3.136,00	78.256,66	-75.120,66	Despesas de Capital	920.989,44	608.011,29	312.978,15
Transferências Correntes	1.653.928,00	1.545.515,67	108.412,33	Despesas Intra-Orçamentárias Cor	12.311,81	12.311,81	0,00
Outras Receitas Correntes	2.869,00	235,20	2.633,80	CRÉDITO ESPECIAL	217.888,22	217.252,31	635,91
Receitas de Capital	577.600,00	309.800,00	267.800,00	Despesas Corrente	175.143,22	174.509,12	634,10
Alienação de Bens	21.200,00	0,00	21.200,00	Despesas de Capital	42.745,00	42.743,19	1,81
Transferências de Capital	556.400,00	309.800,00	246.600,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	2.979.544,65	-2.979.544,65				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	2.979.544,65	-2.979.544,65				
SOMA	2.272.223,00	4.951.603,83	-2.679.380,83	SOMA	5.953.058,16	4.801.002,01	1.152.056,15
DÉFICIT	3.680.835,16	0,00	3.680.835,16	SUPERÁVIT	0,00	150.601,82	-150.601,82
TOTAL	5.953.058,16	4.951.603,83	1.001.454,33	TOTAL	5.953.058,16	4.951.603,83	1.001.454,33

AGUA DOCE, 12/02/2015

ORLANDO FAVERO
Titular da UnidadeNEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 12 2014 SIMA BALANÇO ORÇAMENTÁRIA**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	253.146,00	325.322,11	-72.176,11	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUP	361.626,00	233.958,02	127.667,98
Receita de Contribuições	113.252,39	134.373,03	-21.120,64	Despesas Corrente	348.626,00	233.958,02	114.667,98
Receita Patrimonial	80.336,90	139.078,48	-58.741,58	Despesas de Capital	13.000,00	0,00	13.000,00
Outras Receitas Correntes	59.556,71	51.870,60	7.686,11				
Receitas Intra-Orçamentárias Corren	108.480,00	122.444,66	-13.964,66				
SOMA	361.626,00	447.766,77	-86.140,77	SOMA	361.626,00	233.958,02	127.667,98
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT	0,00	213.808,75	-213.808,75
TOTAL	361.626,00	447.766,77	-86.140,77	TOTAL	361.626,00	447.766,77	-86.140,77

AGUA DOCE, 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 132014 FMAS BALANÇO FINANCEIRO**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	237.403,36	ORÇAMENTÁRIAS	214.585,54
Receitas	139.903,36	Despesas	214.585,54
Receitas Correntes	139.903,36	Despesas Correntes	178.747,54
Receita Patrimonial	9.267,03	Pessoal e Encargos Sociais	31.238,26
Transferências Correntes	130.636,33	Outras Despesas Correntes	147.509,28
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	97.500,00	Despesas de Capital	35.838,00
Transferências Financeiras Recebidas	97.500,00	Investimentos	35.838,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.272,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.094,65
Depósitos	6.937,94	Depósitos	6.937,94
Depósitos de Diversas Origens	6.937,94	Depósitos de Diversas Origens	6.937,94
Restos a Pagar	2.088,61	Restos a Pagar	1.156,71
Obrigações a Pagar	2.088,61	Obrigações a Pagar	1.156,71
Restos a Pagar Não Processados	2.088,61	Restos a Pagar Não Processados	1.156,71
Acréscimos Patrimoniais	245,99		
SOMA	246.675,90	SOMA	222.680,19
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	106.009,08	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	130.004,79
Bancos Conta Movimento	33.709,08	Bancos Conta Movimento	130.004,79
Aplicações Financeiras de Recursos Vinc	72.300,00		
TOTAL	352.684,98	TOTAL	352.684,98

AGUA DOCE, 12/02/2015

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 132014 SAUDE BALANÇO FINANCEIRO**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	4.951.603,83	ORÇAMENTÁRIAS	4.801.002,01
Receitas	1.972.059,18	Despesas	4.801.002,01
Receitas Correntes	1.662.259,18	Despesas Correntes	4.137.935,72
Receita Tributária	38.251,65	Pessoal e Encargos Sociais	2.301.736,81
Receita Patrimonial	78.256,66	Outras Despesas Correntes	1.836.198,91
Transferências Correntes	1.545.515,67	Despesas de Capital	650.754,48
Outras Receitas Correntes	235,20	Investimentos	650.754,48
Receitas de Capital	309.800,00	Despesas Intra-Orçamentárias	12.311,81
Transferências de Capital	309.800,00	Pessoal e Encargos Sociais	12.311,81
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.979.544,65		
Transferências Financeiras Recebidas	2.979.544,65		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	636.442,91	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	470.873,60
Depósitos	452.786,07	Depósitos	452.786,07
Depósitos de Diversas Origens	452.786,07	Depósitos de Diversas Origens	452.786,07
Restos a Pagar	179.318,04	Restos a Pagar	18.087,53
Obrigações a Pagar	179.318,04	Obrigações a Pagar	18.087,53
Restos a Pagar Não Processados	179.318,04	Fornecedores	2.459,00
Acréscimos Patrimoniais	4.338,80	Restos a Pagar Não Processados	15.628,53
SOMA	5.588.046,74	SOMA	5.271.875,61
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	816.382,86	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.132.553,99
Bancos Conta Movimento	107.695,69	Bancos Conta Movimento	1.132.553,99
Aplicações Financeiras de Recursos Vinc	708.687,17		
TOTAL	6.404.429,60	TOTAL	6.404.429,60

AGUA DOCE, 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da UnidadeNEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 132014 SIMA BALANÇO FINANCEIRO**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA I**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	447.766,77	ORÇAMENTÁRIAS	233.958,02
Receitas	447.766,77	Despesas	233.958,02
Receitas Correntes	325.322,11	Despesas Correntes	233.958,02
Receita de Contribuições	134.373,03	Outras Despesas Correntes	233.958,02
Receita Patrimonial	139.078,48		
Outras Receitas Correntes	51.870,60		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	122.444,66		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.414,69	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.885,96
Depósitos	1.285,96	Depósitos	1.285,96
Depósitos de Diversas Origens	1.285,96	Depósitos de Diversas Origens	1.285,96
Acréscimos Patrimoniais	5.128,73	Restos a Pagar	12.600,00
		Restos a Pagar Não Processados	12.600,00
SOMA	454.181,46	SOMA	247.843,98
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.543.686,70	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.750.024,18
Bancos Conta Movimento	43.686,70	Bancos Conta Movimento	20.024,18
Aplicações Financeiras de Recursos Vinc	1.500.000,00	Aplicações Financeiras de Recursos Vinc	1.730.000,00
TOTAL	1.997.868,16	TOTAL	1.997.868,16

AGUA DOCE, 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 142014 FMAS BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	130.004,79	FINANCEIRO	2.088,61
DISPONÍVEL	130.004,79	RESTOS A PAGAR	2.088,61
Bancos Conta Movimento	130.004,79	Obrigações a Pagar	2.088,61
PERMANENTE	501.025,03		
IMOBILIZADO	501.025,03		
Bens Imóveis	400.000,00		
Bens Móveis	103.721,46		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustõe	-2.696,43		
ATIVO REAL	631.029,82	PASSIVO REAL	2.088,61
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	628.941,21
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	628.941,21
COMPENSADO	130.004,79	COMPENSADO	130.004,79
Execução da Programação Financeira	130.004,79	Execução da Programação Financeira	130.004,79
TOTAL	761.034,61	TOTAL	761.034,61

AGUA DOCE, 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 142014 SAUDE BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	1.132.553,99	FINANCEIRO	179.318,04
DISPONIVEL	1.132.553,99	RESTOS A PAGAR	179.318,04
Bancos Conta Movimento	1.132.553,99	Obrigações a Pagar	179.318,04
PERMANENTE	1.807.971,09		
CRÉDITOS	81.600,00		
Devedores - Entidades e Agentes	81.600,00		
IMOBILIZADO	1.726.371,09		
Bens Imóveis	913.417,38		
Bens Móveis	854.057,41		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-41.103,70		
ATIVO REAL	2.940.525,08	PASSIVO REAL	179.318,04
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	2.761.207,04
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	2.761.207,04
COMPENSADO	1.132.553,99	COMPENSADO	1.132.553,99
Execução da Programação Financeira	1.132.553,99	Execução da Programação Financeira	1.132.553,99
TOTAL	4.073.079,07	TOTAL	4.073.079,07

AGUA DOCE, 13/03/2015

 ORLANDO FAVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 142014 SIMA BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	1.750.024,18		
DISPONIVEL	1.750.024,18		
Bancos Conta Movimento	20.024,18		
Aplicações Financeiras de Recursos Vincul	1.730.000,00		
PERMANENTE	24.332,83		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	21.590,21		
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	21.590,21		
IMOBILIZADO	2.742,62		
Bens Móveis	2.818,67		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustõe	-76,05		
ATIVO REAL	1.774.357,01	PASSIVO REAL	0,00
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	1.774.357,01
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.774.357,01
COMPENSADO	1.750.024,18	COMPENSADO	1.750.024,18
Execução da Programação Financeira	1.750.024,18	Execução da Programação Financeira	1.750.024,18
TOTAL	3.524.381,19	TOTAL	3.524.381,19

AGUA DOCE, 13/03/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 152014 FMAS DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Receitas	139.903,36	Despesas	214.585,54
Receitas Correntes	139.903,36	Despesas Correntes	178.747,54
Receita Patrimonial	9.267,03	Pessoal e Encargos Sociais	31.238,26
Transferências Correntes	130.636,33	Outras despesas correntes	147.509,28
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	97.500,00	Despesas de Capital	35.838,00
Transferências Financeiras Recebidas	97.500,00	Investimentos	35.838,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	35.838,00		
Aquisições de Bens	35.838,00		
Bens Móveis	35.838,00		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	577.627,70	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	577.627,70
Interferências Ativas	577.627,70	Interferências Passivas	577.627,70
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	245,99	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	6.431,59
Cancelamento de Restos a Pagar	245,99	AJUSTES DE BENS, VALORES E CF	6.431,59
		Desvalorização de Bens	3.735,16
		Bens Móveis	3.735,16
		Depreciação, Amortização e Exhaust	2.696,43
		Depreciações	2.696,43
Total das Variações Ativas	851.115,05	Total das Variações Passivas	798.644,83
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	52.470,22
TOTAL GERAL	851.115,05	TOTAL GERAL	851.115,05

AGUA DOCE, 12/02/2015

 ORLANDO FAVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 152014 SAUDE DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Receitas	1.972.059,18	Despesas	4.801.002,01
Receitas Correntes	1.662.259,18	Despesas Correntes	4.137.935,72
Receita Tributária	38.251,65	Pessoal e Encargos Sociais	2.301.736,81
Receita Patrimonial	78.256,66	Outras despesas correntes	1.836.198,91
Transferências Correntes	1.545.515,67	Despesas de Capital	650.754,48
Outras Receitas Correntes	235,20	Investimentos	650.754,48
Receitas de Capital	309.800,00	Despesas Intra-Orçamentárias	12.311,81
Transferências de Capital	309.800,00	Pessoal e Encargos Sociais	12.311,81
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.979.544,65		
Transferências Financeiras Recebidas	2.979.544,65		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	489.741,90		
Aquisições de Bens	489.741,90		
Bens Imóveis	337.723,28		
Bens Móveis	152.018,62		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.131.624,29	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.131.624,29
Interferências Ativas	2.131.624,29	Interferências Passivas	2.131.624,29
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	85.938,80	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	78.612,24
Incorporações de Ativos	81.600,00	AJUSTES DE BENS, VALORES E CF	78.612,24
Incorporação de Direitos	81.600,00	Desvalorização de Bens	37.508,54
Devedores - Entidades e Agentes	81.600,00	Bens Móveis	37.508,54
Entidades Devedoras	81.600,00	Depreciação, Amortização e Exhaust	41.103,70
Cancelamento de Restos a Pagar	4.338,80	Depreciações	41.103,70
Total das Variações Ativas	7.658.908,82	Total das Variações Passivas	7.011.238,54
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	647.670,28
TOTAL GERAL	7.658.908,82	TOTAL GERAL	7.658.908,82

AGUA DOCE, 13/03/2015

 ORLANDO FAVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 152014 SIMA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA I**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Receitas	447.766,77	Despesas	233.958,02
Receitas Correntes	325.322,11	Despesas Correntes	233.958,02
Receita de Contribuições	134.373,03	Outras despesas correntes	233.958,02
Receita Patrimonial	139.078,48		
Outras Receitas Correntes	51.870,60		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	122.444,66		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	56.567,77		
Outras Incorporações de Ativos	56.567,77		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.563.929,06	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.563.929,06
Interferências Ativas	1.563.929,06	Interferências Passivas	1.563.929,06
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	5.128,73	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	52.477,30
Cancelamento de Restos a Pagar	5.128,73	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	52.266,11
		Baixa de Títulos e Valores	52.266,11
		AJUSTES DE BENS, VALORES E CF	211,19
		Desvalorização de Bens	135,14
		Bens Móveis	135,14
		Depreciação, Amortização e Exaustão	76,05
		Depreciações	76,05
Total das Variações Ativas	2.073.392,33	Total das Variações Passivas	1.850.364,38
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	223.027,95
TOTAL GERAL	2.073.392,33	TOTAL GERAL	2.073.392,33

AGUA DOCE, 12/02/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 16 2014 FMAS DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

E

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada

Administração Direta

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		S
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

AGUA DOCE, 12/02/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

atha Sistemas
Exercício 2014

Página: 1

alido para o
Exercício
Seguinte

ANEXO 16 2014 SAUDE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

E

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada

Administração Direta

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		S
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

AGUA DOCE, 13/03/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

atha Sistemas
Exercício 2014

Página: 1

alido para o
Exercício
Seguinte

ANEXO 16 2014 SIMA DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

E

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada

Administração Direta

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		S
Leis (N° e Data)	N° Contrato	Qtde	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

AGUA DOCE, 13/03/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

atha Sistemas
Exercício 2014

Página: 1

alido para o
Exercício
Seguinte

ANEXO 17 2014 FMAS DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Betha Sistemas

Exercício 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante
Administração Direta

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Depósitos de Diversas Origens	0,00	6.937,94	6.937,94	0,00
SUBTOTAL	0,00	6.937,94	6.937,94	0,00
RESTOS A PAGAR				
Obrigações a Pagar				
Restos a Pagar Não Processados	1.156,71	2.088,61	1.156,71	2.088,61
SUBTOTAL	1.156,71	2.088,61	1.156,71	2.088,61
TOTAL GERAL	1.156,71	9.026,55	8.094,65	2.088,61

ANEXO 17 2014 SAUDE DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Depósitos de Diversas Origens	0,00	452.786,07	452.786,07	0,00
SUBTOTAL	0,00	452.786,07	452.786,07	0,00
RESTOS A PAGAR				
Obrigações a Pagar				
Fornecedores	2.459,00	0,00	2.459,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	15.628,53	179.318,04	15.628,53	179.318,04
SUBTOTAL	18.087,53	179.318,04	18.087,53	179.318,04
TOTAL GERAL	18.087,53	632.104,11	470.873,60	179.318,04

AGUA DOCE, 13/03/2015

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 17 2014 SIMA DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
 Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Depósitos de Diversas Origens	0,00	1.285,96	1.285,96	0,00
SUBTOTAL	0,00	1.285,96	1.285,96	0,00
RESTOS A PAGAR				
Obrigações a Pagar				
Restos a Pagar Não Processados	12.600,00	0,00	12.600,00	0,00
SUBTOTAL	12.600,00	0,00	12.600,00	0,00
NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO				

AGUA DOCE, 12/02/2015

ELIAS VIECELI
 Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

ANEXO 19 2014 FMAS DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

Beirã Sistemas
Exercício 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 19 2014 SAUDE DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Beirha Sistemas
Exercício 2014

Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 19 2014 SIMA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

Beirã Sistemas
Exercício 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FMAS 2014 BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2014 de nº 002246/2013 de 03 de Dezembro de 2013, estimou a receita em 112.241,00 e fixou a despesa em 212.241,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		212.241,00
+ Créditos Suplementares:	106.756,29	
+ Créditos Especiais:	44.100,31	150.856,60
- Reduções:		41.584,04
DESPESA AUTORIZADA:		321.513,56

Créditos Adicionais:

No exercício considerado, foram autorizados 39 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 106.756,29, e 5 crédito(s) especiais no valor de R\$ 44.100,31, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	41.584,04
Despesa a Maior	109.272,56
TOTAL:	150.856,60

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 139.903,36, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 27.662,36, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	112.241,00
Arrecadação a Maior	27.662,36
Receita Arrecadada	139.903,36

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	112.241,00	139.903,36	27.662,36
RECEITAS CORRENTES	112.241,00	139.903,36	27.662,36
RECEITA PATRIMONIAL	3.368,00	9.267,03	5.899,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3.368,00	9.267,03	5.899,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.873,00	130.636,33	21.763,33
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM	108.873,00	130.636,33	21.763,33
Totais:	112.241,00	139.903,36	27.662,36

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 130.636,33 correspondem a 93,3761% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2011	2.778,14	79.895,10	0,00	82.673,24
2012	309,46	98.677,53	0,00	98.986,99
2013	2.315,18	124.040,62	0,00	126.355,80
2014	9.267,03	130.636,33	0,00	139.903,36

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 002246/2013 foi de R\$ 212.241,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 214.585,54, importância esta que foi distribuída da seguinte

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	266.126,25	178.747,54	-87.378,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.385,04	31.238,26	-146,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	234.741,21	147.509,28	-87.231,93
DESPESAS DE CAPITAL	53.387,31	35.838,00	-17.549,31
INVESTIMENTOS	53.387,31	35.838,00	-17.549,31
RESERVA DE CONTINGÊ	2.000,00	0,00	-2.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	-2.000,00
Total	321.513,56	214.585,54	-106.928,02

A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 147.509,28 , que representa 68,7415 % do total.

O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2011	194.454,06	34.708,50	229.162,56
2012	142.987,33	26.741,50	169.728,83
2013	167.812,82	4.442,59	172.255,41
2014	178.747,54	35.838,00	214.585,54

Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA	
Créditos Orçamentários	212.241,00
Créditos Suplementares:	106.756,29
Créditos Especiais:	44.100,31
- Reduções:	41.584,04
Total	321.513,56
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	214.585,54
Despesa a Menor	-106.928,02

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Exercício 2014

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**DESPESA REALIZADA**

Orçamentária	214.585,54
Despesa a Menor	-106.928,02
RECEITA ARRECADADA	139.903,36
(-) Receita Prevista	112.241,00
RECEITA A MAIOR	27.662,36

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA**BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

Saldos do início do exercício	106.009,08
RECEITA ARRECADADA	
Orçamentária	139.903,36
Interferências Ativas	97.500,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Depósitos	6.937,94
Restos a Pagar	2.088,61
Acréscimos Patrimoniais	245,99
TOTAL	352.684,98
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	
Empenhada e Paga	212.496,93
Empenhada a Pagar	2.088,61
Interferências Passivas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Depósitos	6.937,94
Restos a Pagar	1.156,71
Saldo em 31/12/2014	130.004,79
TOTAL	352.684,98

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos

ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	130.004,79
Total do Ativo Financeiro	130.004,79
PASSIVO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR	2.088,61
Total do Passivo Financeiro	2.088,61
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	127.916,18
Por ser turno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:	
ATIVO PERMANENTE	
IMOBILIZADO	501.025,03
Total do Ativo Permanente	501.025,03
SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)	

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 2.088,61, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	0,00
RESTOS A PAGAR	2.088,61
TOTAL	2.088,61

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2014:

Saldo do Exercício Anterior	1.156,71D
Nova Formação da Dívida	9.026,55D
(-) Amortização no Exercício	8.094,65D
Saldo do Exercício de 2014	2.088,61D

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRII

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RECEITA EFETIVA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	139.903,36
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	97.500,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	35.838,00
Total	273.241,36
DESPESA EFETIVA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	214.585,54
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	0,00
Total	214.585,54
Superávit (7)	58.655,82
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENT/	
Variações Ativas	577.873,69
Variações Passivas	584.059,29
Total (8)	-6.185,60
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	52.470,22

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica do exercício de 2014, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

AGUA DOCE, 13/03/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

SAUDE 2014 BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2014 de nº 002246/2013 de 03 de Dezembro de 2013, estimou a receita em 2.272.223,00 e fixou a despesa em 4.797.002,43.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		4.797.002,43
+ Créditos Suplementares:	1.166.917,87	
+ Créditos Especiais:	400.055,68	1.566.973,55
- Reduções:		410.917,82
DESPESA AUTORIZADA:		5.953.058,16

Créditos Adicionais:

No exercício considerado, foram autorizados 68 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 1.166.917,87, e 8 crédito(s) especiais no valor de R\$ 400.055,68, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	410.917,82
Despesa a Maior	1.156.055,73
TOTAL:	1.566.973,55

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 1.972.059,18, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 300.163,82, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	2.272.223,00
Arrecadação a Menor	-300.163,82
Receita Arrecadada	1.972.059,18

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	2.272.223,00	1.972.059,18	-300.163,82
RECEITAS CORRENTES	1.694.623,00	1.662.259,18	-32.363,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.690,00	38.251,65	3.561,65
TAXAS	34.690,00	38.251,65	3.561,65
RECEITA PATRIMONIAL	3.136,00	78.256,66	75.120,66
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.136,00	78.256,66	75.120,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.653.928,00	1.545.515,67	-108.412,33
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM	1.646.128,00	1.541.890,44	-104.237,56
Transf. de Conv.	7.800,00	3.625,23	-4.174,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,00	235,20	-2.633,80
Multas e Juros de Mora	106,00	0,00	-106,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.650,00	235,20	-2.414,80
RECEITAS DIVERSAS	113,00	0,00	-113,00
RECEITAS DE CAPITAL	577.600,00	309.800,00	-267.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS	21.200,00	0,00	-21.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	21.200,00	0,00	-21.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	556.400,00	309.800,00	-246.600,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	556.400,00	309.800,00	-246.600,00
Totais:	2.272.223,00	1.972.059,18	-300.163,82

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 1.545.515,67 correspondem a 78,3707% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2011	38.532,97	994.584,84	15.500,00	1.048.617,81
2012	37.346,95	1.573.221,48	153.500,00	1.764.068,43
2013	61.834,88	1.426.910,63	233.608,74	1.722.354,25
2014	116.743,51	1.545.515,67	309.800,00	1.972.059,18

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 002246/2013 foi de R\$ 4.797.002,43.

A Despesa realizada alcançou R\$ 4.801.002,01, importância esta que foi distribuída da

seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	4.989.323,72	4.150.247,53	-839.076,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.507.296,67	2.314.048,62	-193.248,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.482.027,05	1.836.198,91	-645.828,14
DESPESAS DE CAPITAL	960.734,44	650.754,48	-309.979,96
INVESTIMENTOS	960.734,44	650.754,48	-309.979,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00	0,00	-3.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.000,00	0,00	-3.000,00
Total	5.953.058,16	4.801.002,01	-1.152.056,15

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 2.314.048,62 , que representa 48,1993 % do total.

O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2011	3.345.323,71	473.208,52	3.818.532,23
2012	3.721.615,86	506.216,25	4.227.832,11
2013	3.867.490,83	83.843,13	3.951.333,96
2014	4.150.247,53	650.754,48	4.801.002,01

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

 Betha Sistemas
 Exercício 2014

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2011	3.345.323,71	473.208,52	3.818.532,23
2012	3.721.615,86	506.216,25	4.227.832,11
2013	3.867.490,83	83.843,13	3.951.333,96
2014	4.150.247,53	650.754,48	4.801.002,01

Confronto da Receita e Despesa			
A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:			
DESPESA AUTORIZADA			
Créditos Orçamentários			4.797.002,43
Créditos Suplementares:			1.166.917,87
Créditos Especiais:			400.055,68
- Reduções:			410.917,82
Total			5.953.058,16
DESPESA REALIZADA			
Orçamentária			4.801.002,01
Despesa a Menor			-1.152.056,15
RECEITA ARRECADADA			1.972.059,18
(-) Receita Prevista			2.272.223,00
RECEITA A MENOS			-300.163,82

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA
BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

Saldos do início do exercício	816.382,86
RECEITA ARRECADADA	
Orçamentária	1.972.059,18
Interferências Ativas	2.979.544,65
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Depósitos	449.134,00
Restos a Pagar	179.318,04
Acréscimos Patrimoniais	4.338,80
TOTAL	6.400.777,53
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	
Empenhada e Paga	4.621.683,97
Empenhada a Pagar	179.318,04
Interferências Passivas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Depósitos	449.134,00
Restos a Pagar	18.087,53
Saldo em 31/12/2014	1.132.553,99
TOTAL	6.400.777,53

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos.

ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	1.132.553,99
Total do Ativo Financeiro	1.132.553,99
PASSIVO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR	179.318,04
Total do Passivo Financeiro	179.318,04
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	953.235,95

Por ser turno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:

ATIVO PERMANENTE	
CRÉDITOS	81.600,00
IMOBILIZADO	1.726.371,09
Total do Ativo Permanente	1.807.971,09
SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)	

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 179.318,04, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	0,00
RESTOS A PAGAR	179.318,04

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCEBetha Sistemas
Exercício 2014**Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 179.318,04, encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	179.318,04
TOTAL	179.318,04

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2014:

Saldo do Exercício Anterior	18.087,53D
Nova Formação da Dívida	628.452,04D
(-) Amortização no Exercício	467.221,53D
Saldo do Exercício de 2014	179.318,04D

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRII

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RECEITA EFETIVA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	1.972.059,18
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	2.979.544,65
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	489.741,90
Total	5.441.345,73
DESPESA EFETIVA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	4.801.002,01
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	0,00
Total	4.801.002,01
Superávit (7)	640.343,72
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENT/	
Variações Ativas	2.217.563,09
Variações Passivas	2.210.236,53
Total (8)	7.326,56
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	647.670,28

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica do exercício de 2014, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura
se fizerem necessários

AGUA DOCE, 12/02/2015

ORLANDO FAVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

SIMA 2014 BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2014 de nº 002246/2013 de 03 de Dezembro de 2013, estimou a receita em 361.626,00 e fixou a despesa em 361.626,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		361.626,00
+ Créditos Suplementares:	0,00	
+ Créditos Especiais:	0,00	0,00
- Reduções:		0,00
DESPESA AUTORIZADA:		361.626,00

Créditos Adicionais:

No exercício considerado, foram autorizados 0 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 0,00, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	0,00
Despesa a Menor:	0,00
TOTAL:	0,00

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 447.766,77, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 86.140,77, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	361.626,00
Arrecadação a Maior	86.140,77
Receita Arrecadada	447.766,77

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	361.626,00	447.766,77	86.140,77
RECEITAS CORRENTES	253.146,00	325.322,11	72.176,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	113.252,39	134.373,03	21.120,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	113.252,39	134.373,03	21.120,64
RECEITA PATRIMONIAL	80.336,90	139.078,48	58.741,58
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	80.336,90	139.078,48	58.741,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.556,71	51.870,60	-7.686,11
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	59.556,71	51.870,60	-7.686,11
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	108.480,00	122.444,66	13.964,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.480,00	122.444,66	13.964,66
Contribuições Sociais	108.480,00	122.444,66	13.964,66
Totais:	361.626,00	447.766,77	86.140,77

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 0,00 correspondem a 0,0000% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2011	293.081,22	0,00	0,00	293.081,22
2012	325.513,85	0,00	0,00	325.513,85
2013	370.409,36	0,00	0,00	370.409,36
2014	447.766,77	0,00	0,00	447.766,77

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 002246/2013 foi de R\$ 361.626,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 233.958,02, importância esta que foi distribuída da seguinte

forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	348.626,00	233.958,02	-114.667,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	348.626,00	233.958,02	-114.667,98
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	-10.000,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	-10.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00	0,00	-3.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.000,00	0,00	-3.000,00
Total	361.626,00	233.958,02	-127.667,98

A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 233.958,02, que representa 100,0000 % do total.

O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2011	121.876,36	0,00	121.876,36
2012	158.534,19	0,00	158.534,19
2013	181.689,43	358,00	182.047,43
2014	233.958,02	0,00	233.958,02

Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	361.626,00
Créditos Suplementares:	0,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	0,00
Total	361.626,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Exercício 2014

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

Confronto da Receita e Despesa
A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA	
Créditos Orçamentários	361.626,00
Créditos Suplementares:	0,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	0,00
Total	361.626,00
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	233.958,02
Despesa a Menor	-127.667,98
RECEITA ARRECADADA	447.766,77
(-) Receita Prevista	361.626,00
RECEITA A MAIOR	86.140,77

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA
BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

Saldos do início do exercício	1.543.686,70
RECEITA ARRECADADA	
Orçamentária	447.766,77
Interferências Ativas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Depósitos	1.285,96
Acréscimos Patrimoniais	5.128,73
TOTAL	1.997.868,16
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	
Empenhada e Paga	233.958,02
Empenhada a Pagar	0,00
Interferências Passivas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Depósitos	1.285,96
Restos a Pagar	12.600,00
Saldo em 31/12/2014	1.750.024,18
TOTAL	1.997.868,16

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos

ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	1.750.024,18
Total do Ativo Financeiro	1.750.024,18
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.750.024,18
Por ser turno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:	
ATIVO PERMANENTE	
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	21.590,21
IMOBILIZADO	2.742,62
Total do Ativo Permanente	24.332,83
SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)	

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 0,00, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	0,00
RESTOS A PAGAR	0,00

NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2014:

Saldo do Exercício Anterior	12.600,00D
Nova Formação da Dívida	1.285,96D
(-) Amortização no Exercício	13.885,96D
Saldo do Exercício de 2014	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Exercício 2014

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRII

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RECEITA EFETIVA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	447.766,77
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	56.567,77
Total	504.334,54
DESPESA EFETIVA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	233.958,02
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	0,00
Total	233.958,02
Superávit (7)	270.376,52
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENT/	
Variações Ativas	1.569.057,79
Variações Passivas	1.616.406,36
Total (8)	-47.348,57
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	223.027,95

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica do exercício de 2014, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

AGUA DOCE, 13/03/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alto Bela Vista

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 664, DE 13 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS MÓVEIS ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES BENEFICIÁRIAS QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de cessão de direito de uso com as Associações de Moradores abaixo relacionadas, relativamente aos bens móveis adiante identificados.

§ 1º - Associação de Moradores de Linha das Palmeiras, entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 08.011.388/0001-38, com sede na localidade de Linha das Palmeiras, neste Município;

a)- Uma Grade Aradora (gobi), 12 Discos, com pneus, marca BALDAN, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3082.

§ 2º - Associação de Moradores de Linha Entre Rios entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.675.154/0001-34, com sede na localidade de Linha Entre Rios, neste Município;

a)- Um Distribuidor de Adubo orgânico líquido, capacidade 3.000lt, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3115.

§ 3º - Associação de Moradores das Propriedades Circunvizinhas a Sede, entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.160.372/0001-07, com sede na localidade de Linha Alto Bela Vista, neste Município;

a)- Um Pulverizador, capacidade 600lt, barras 10 Metros, marca KUHN MONTANA, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3081.

Art. 2º O Termo de Cessão de Direito de Uso, além dos encargos previstos no artigo seguinte, estabelecerá as normas de utilização, manutenção, recuperação e reforma dos bens identificados no artigo Primeiro da presente, além da vigência e de outras condições da cessão.

Art. 3º Os encargos das entidades beneficiadas e identificadas no artigo anterior, serão de:

I - Utilizar os equipamentos, objetos desta cessão, exclusivamente no atendimento à demanda de serviços agrícolas às propriedades rurais dos agricultores pertencentes à área de abrangência de cada entidade;

II - Disponibilizar, às suas expensas, pessoal habilitado para o uso adequado e operação dos equipamentos cedidos;

III - Outros encargos que serão determinados no termo de cessão de direito de uso a ser celebrado com as entidades beneficiadas.

Parágrafo único. Na ocorrência de situações de emergência ou que caracterizem calamidade pública, presente a necessidade de o Município prestar atendimento emergencial às propriedades rurais em qualquer local do território municipal, fica estabelecido o encargo excepcional à entidade beneficiada, em disponibilizar, temporariamente, os equipamentos cedidos, para utilização pelo Município, enquanto perdurar a situação.

Art. 4º Quando não cumpridos os encargos da entidade, o Município poderá retomar os equipamentos cedidos, mediante a rescisão do termo de cessão.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 13 de Março de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 031, DE 11 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, FERNANDA GIRELLI, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA - 20 HORAS no período de vinte (20) dias, a contar de 09 a 28 de março de 2015, conforme atestado médico expedido em 09 de março de 2015 pelo Dr. Claudio Frederico Kamijo CREMERS 18.279.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 09 a 23 de março de 2015, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 11 de Março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 033, DE 13 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, TITULARES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais";

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores Públicos Municipais abaixo identificados, Progressão por interesse de qualificação

MAT.	SERVIDORES	HORAS	REF.
335	Lauri Fischer	Deferir 160 horas pelo requerimento prot. nº 154/2013. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014 e 80 horas para 2015.	02
25	José Luiz Rettore	Deferir 100 horas pelo requerimento prot. nº 070/2015. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, restando 20 horas para 2016.	02
385	Juliana Valeria Lermen Steckling	Deferir 8 horas pelo requerimento prot. nº 262/2014. Sendo que foram aproveitadas. Deferir 173 horas pelo requerimento prot. nº 163/2013. Sendo que foram aproveitadas 32 horas em 2015 e o restante em anos posteriores.	01

Art. 2º - Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo o dispositivo no Par. 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005, sendo as horas excedentes aproveitadas para fins da referida progressão em anos posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 13 de março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 32, DE 11 DE MARÇO DE 2015

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal ELOI VITOR ROSSET ocupante do cargo de MECÂNICO no período de trinta e dois dias (32), a contar do dia 05/03/2015, conforme, atestado médico expedido na mesma data pelo Dr. Etson Patzlaff CREMSC 9319.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS) uma vez que os quinze (15) primeiros dias reconhecidos pela portaria 030/2015 já foram consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 11 de março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

35º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2015

35º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 16/03/2015 a 15/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensinará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 13 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 20H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
07º	DEISY TERNES GARCIA	0433

PORTARIA N 158/2015

PORTARIA Nº 158/2015.

Cria e Nomeia o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no âmbito do Município de Antônio Carlos.

ANTÔNIO PAULO REMOR- Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1310/2011.

Resolve:

Artigo 1º - Criar e Nomear os Membros do CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEB, do Governo Municipal, Profissionais da Educação e Outros Profissionais, assim distribuídos:

Poder Executivo Municipal
Titular - Maria Inês Kremer
Suplente - Bruna Nau
Titular - Judite koch Schmitt
Suplente - Idinéia Carla Bioeu

Professores da Educação Básica Pública

Titular - Patricia Wiese Besen

Suplente - Regina Correa

Diretor das Escolas Básicas Públicas

Titular - Jucélio Laudelino Schmitt

Suplente - Carla Geovana Schmitz da Silva

Servidor Técnico-administrativo da Escola Básica Pública

Titular - Nair Zimmermann Gelsleichter

Suplente - Rozimere Bernadete Guesser Schmitt

Pais de Alunos de Educação Básica Pública

Titular - Lizério Pitz

Suplente - Edir Aparecida Mannes Schapoo

Titular - Carmen Lucia Pitz Rasweiler

Suplente - Karlla Duarte

Estudantes Da Educação Básica

Titular - Liandra Will

Suplente - Leonardo Costa Silva

Titular - Adailto Julio da Rosa

Suplente - Eliza Andrade Amorim

Conselho Municipal de Educação

Titular - Nilzete Decker Koch

Suplente - Leonita Petry

Conselho Tutelar

Titular - Nilza de Oliveira Basei

Suplente - Marcelita Néis Zimermann

Arigo2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº219/2013 de 08 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito, em 11 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de março de 2015.

PORTARIA N 164/2015

PORTARIA Nº 163/2015.

Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor efetivo EDENESIO ANTONIO NEIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 01 de abril de 2015, referente ao período aquisitivo de abril/2009 a abril/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de março de 2015.

PORTARIA Nº 163/2015

PORTARIA Nº 163/2015.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2014,

Considerando que temos uma servidora de Licença Maternidade e Férias, no cargo de Agente Comunitario de Saude,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, MARTHA VALLADARES MESSIAS, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, em substituição a ELIZABETH JORDELINA CRISTOVAO, de LICENÇA MATERNIDADE e FÉRIAS, a partir de 16 de março de 2015 a 31 de julho de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de março de 2015.

Arroio Trinta**PREFEITURA****DECRETO Nº 1675**

DECRETO Nº 1675, de 23 de janeiro de 2015.

Nomeia Comissão do Concurso Público para Provimento de Cargos na Administração Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo ou função pública seja precedida de aprovação em concurso público;
CONSIDERANDO a existência, no quadro de pessoal da Administração, de funções vagas a serem preenchidas, gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço;
CONSIDERANDO o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão do Concurso Público, para o processo de escolha de candidatos para provimento de cargos na Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

- 1.SANTO POSSATO
- 2.CLAUDETE MAGRO
- 3.DANIELA CAON
- 4.JULIAR LUIZ MANENTI

§1º - A Comissão será presidida pelo senhor SANTO POSSATO.

§2º - A comissão deverá instaurar procedimentos administrativos, que contenha os documentos relativos às fases do Concurso Público nº 001/2015.

Art. 2º - Serão selecionados candidatos para o provimento de função, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimentos constarão por inteiro teor do Edital do Concurso Público nº 001/2015, observadas as exigências e condições prescritas na legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º - O Concurso Público reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por este Decreto decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de janeiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1676

DECRETO Nº 1676, de 23 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.714 de 01/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 82.409,47 (Oitenta e dois mil quatrocentos e nove reais e quarenta e sete centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2004.12.361.2.26MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

33900000-0319Aplicações DiretasR\$ 21.809,74

33900000-0358Aplicações DiretasR\$ 30.028,53

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 51.838,27

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2004.12.365.2.32MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

33900000-0358Aplicações DiretasR\$ 30.571,20

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 30.571,20

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 21.809,74 (Vinte e um mil, oitocentos e nove reais e setenta e quatro centavos), por conta do superávit do exercício anterior na Fonte 0019 - FUNDEB.

§2º. R\$ 60.599,73 (Sessenta mil quinhentos e noventa e nove reais e setenta e três centavos), por conta do superávit do exercício anterior na Fonte 0058 - SALÁRIO EDUCAÇÃO.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de janeiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 23 de janeiro de 2015.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1677

DECRETO Nº 1677, de 06 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Dispensa de Licitação para Contratação Emergencial dos Serviços de Transporte Escolar.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é outorgada por Lei e tendo em vista a obrigação imediata e urgente que tem a Administração pública de evitar situações que possam causar a interrupção da prestação dos serviços públicos,

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 0002/2015, que tem como objeto a Contratação de empresas para execução dos serviços de transporte Escolar, encontra-se em fase de análise de recursos administrativos;

CONSIDERANDO a não existência de veículos escolares próprios em quantidade suficiente para cobertura dos serviços em todo o território do Município de Arroio Trinta e em Universitários em outras cidades;

CONSIDERANDO que existe termo de parceria firmado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Município de Arroio Trinta,

para que o município responsabilize-se pelo transporte dos alunos da rede Estadual;

CONSIDERANDO que o início das aulas da Rede estadual encontra-se previsto para o dia 09 de fevereiro de 2015 e as aulas da rede Municipal também em 09 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO que um novo processo licitatório demanda tempo para conclusão o que acarretaria sérios prejuízos aos usuários do transporte escolar;

CONSIDERANDO a inexistência de contrato terceirizado, em vigor, para este tipo de serviço;

CONSIDERANDO que a paralisação e/ou a descontinuidade do transporte escolar resultará em graves prejuízos a municipalidade, bem como, aos estudantes das escolas municipais e estaduais do município, com implicações futuras no tocante a repasses de recursos federais, com afetação no fundo de participação do município, bem como, na cesta de tributos com a qual o município mantém a prestação de serviços a essa sociedade;

CONSIDERANDO que o acesso a educação, a saúde e a assistência social são direitos essenciais, assegurado pela constituição a todos os cidadãos brasileiros;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade e demais princípios que regem a administração pública;

CONSIDERANDO que o processo licitatório de tal envergadura demanda tempo, e o serviço de transporte escolar como essencial ao acesso a educação não pode sofrer descontinuidade, sob pena de lesão ao interesse público;

CONSIDERANDO o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da união de que "Admite-se, em caráter excepcional, e com fundamento no interesse público, contratação emergencial da prestação de serviços que não possam sofrer solução de continuidade, desde que justificada adequadamente no respectivo processo e apontados os problemas que poderão advir da paralisação de tais serviços, comprovando-se a ocorrência de prejuízo ao interesse público, a contratação será apenas durante o prazo necessário para a realização do processo licitatório, observando-se o disposto no art. 26 da Lei no 8.666/1993. Acórdão 727/2009 Plenário;

CONSIDERANDO que é pública e notória a urgência em se contratar profissionais para prestação dos serviços de transporte escolar, sob pena de comprometer a continuidade dos serviços, em razão do início das aulas;

CONSIDERANDO a dificuldade em se encontrar, em prazo exíguo, empresas que conheçam os itinerários, a serem realizados; que executem os serviços a um preço de mercado compatível;

CONSIDERANDO que embora as empresas que participaram do Processo Licitatório revogado, não foram julgadas e que embora existam indícios de irregularidades, mas não foram condenadas;

DECRETA:

Art. 1º É dispensável o processo licitatório para a contratação de prestadores de serviços de transporte escolar, pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, ou até a realização de procedimento licitatório, nos termos do inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, contratando-se as empresas TRANSPORTE COLETIVO TERCÍ LTDA, RODOTERCÍ TRANSPORTES LTDA -ME E TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA, empresas que já efetuavam o transporte escolar em 2014.

Art. 2º Determina ao setor de Licitações a realização de Processo

Licitatório, em caráter de Urgência, com a respectiva contratação temporária das empresas acima citadas para a prestação de serviços de Transporte Escolar, para atender a partir do dia 09 de fevereiro a demanda do transporte escolar em todos seu níveis.

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 06 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 06 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

As linhas que necessitam de contratação são:

TRAJETO	KILOMETRAGEM	LOTAÇÃO MINIMA
<p>-Linha Aparecida, Linha Gramado, Linha Val Verde e parte da Linha Santo Antônio:</p> <p>No período diurno inicia na Linha Aparecida na propriedade de Almir Mello, retornando e entrando na propriedade de Pedro Souza retornando a estrada principal, retornando sentido SC 355 e entrando na Linha Gramado sentido Macieira, entrando nas Granjas Cesca, retornando a principal e seguindo até a propriedade de Biazio Favarin, retornando e entrando na propriedade de Agostino Terzi, retornando a principal e seguindo e cruzando a SC 355, entrando na Linha Val Verde e Santo Antônio indo até a propriedade de Vicente Manenti, retornando à SC 355 seguindo até Arroio Trinta na EBBGB, PROFABI e PROJAF.</p>	<p>MANHÃ: 40 Km MEIO DIA: 40 Km TARDE: 40 Km TOTAL DIA: 120</p>	22 lugares
<p>Linha Santo Antônio, Linha Barra do Veloso:</p> <p>No período diurno sai das escolas seguindo pela Linha Santo Antônio até a propriedade de Daniel Panigaz retornando sentido Centro Comunitário, entrando pelas propriedades de Zelir, Zelso, Paulinho e Moacir Scopel retornando seguindo sentido Linha Barra do Veloso passando pela propriedade de Silvestre Volpato e Gilmar Tasca. Na Barra do Veloso segue até a propriedade de Pedro Lazzari e seguindo até a propriedade da família Platzer, retorna e segue até as granjas do Spricigo 1 e 2, retornando a estrada principal entrando na propriedade de Agostinho Lazzari, retornando a estrada principal até o acesso a estrada de acesso a Treze Tílias, seguindo sentido Arroio Trinta, retornando para a PROJAF, EBBGB e PROFABI.</p>	<p>MANHÃ: 35,5 km MEIO DIA: 35,5 Km TARDE: 25 Km TOTAL DIA: 96 km</p>	22 lugares

Linha Esperança, Linha Sagrada Família:

No período diurno inicia na escola seguindo pela Linha Esperança entrando próximo ao Sítio do Mercado Mafel seguindo a propriedade de Nico Nesi, retornando até a propriedade de Jaldino Da Soler seguindo sentido Bom Sucesso entrando na propriedade de Celso Cividini, seguindo para a estrada de acesso a Bom Sucesso no sentido Arroio Trinta entrando na Linha Sagrada Família passando nas propriedades de Feltrin, Capelari, Lunardeli, seguindo pela propriedade de Avelino Pessenti, entrando na estrada geral de acesso a Treze Tílias, seguindo sentido Arroio Trinta, entrando na propriedade de Laudimir Favarin, retornando e passando pela propriedade de Gilberto Sangaletti, sede da Comunidade da Sagrada Família até a propriedade do Koller, retornando a estrada geral, seguindo novamente sentido Arroio Trinta, passando pela propriedade de Penildo Scheid até a propriedade de Renam Paganini, entrando sentido Bom Sucesso, seguindo até a propriedade de Luiz Sangaletti, retornando pela propriedade de Gilberto Serighelli, entrando pela Linha Sangaletti nas propriedades de Pedrinho Mioteli, seguindo até o acesso a Arroio Trinta na propriedade de Agostinho Cividini, saindo na Esquadrias Mickey até as escolas PROJAF, EBBGB e PROFABI.

MANHÃ: 27 Km
MEIO DIA: 28.5 Km
TARDE: 27,5Km
TOTAL DIA: 83 km
TOTAL ANO: 17.430

28 lugares

Noturno São Valentim:

No período noturno (as 22:20 hs) sai da EBBGB segue pela Linha Passoni até a propriedade Valmir Sonogo, retornando seguindo pela Linha São Valentim, seguindo a CGH Arroio Trinta Energética, retornando, seguindo por Santa Bárbara, saindo na SC 355 sentido Arroio Trinta, entrando pela Linha Alta, chegando ao centro.

NOITE: 26 Km
TOTAL DIA: 26 km
TOTAL ANO: 5.460

15 lugares

□Joaçaba e Herval D'Oeste:

No período noturno saindo em frente a Prefeitura seguindo por Treze Tílias, Ibicaré, Luzerna, duas vezes por semana passando por Herval D'Oeste até a Unoesc Joaçaba.

TOTAL DIA: 117 Km

30 Lugares

Videira:

No período matutino (segunda à sexta) saindo em frente a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 passando por Iomerê, seguindo pela UNOESC, SENAI e IFC.

TOTAL DIA: 76 km

32 Lugares

Videira:

No período vespertino (segunda à sábado) saindo em frente a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 passando por Iomerê, seguindo pela UNOESC, SENAI e IFC.

TOTAL DIA: 76 km

15 Lugares

SALTO VELOSO: (Passagens) No período matutino (segunda à sexta) saindo em frente a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 até salto Veloso	TOTAL: 05 pas- sagens em média - 10 km	15 Lugares
--	--	---------------

DECRETO Nº 1678

DECRETO Nº 1678, de 09 de fevereiro de 2015.
Revoga Processo Licitatório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta e o artigo 49, parte inicial da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e,

CONSIDERANDO o Parecer do Pregoeiro e o Parecer Jurídico do Advogado do Município, que recomenda a revogação do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 0002/2015;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de auto-controlar seus próprios atos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 0002/2015 na modalidade de Pregão Presencial, destinado a Contratação de Empresa para transporte Escolar.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1679

DECRETO Nº 1679, 09 de fevereiro de 2015.
Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º É considerado Ponto Facultativo, nas repartições públicas do Município, da seguinte forma:

Dia 16/02/2015 - Segunda Feira de Carnaval
Dia 17/02/2015 - Terça Feira - Feriado Nacional

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração, em 09 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal Administração

DECRETO Nº 1680

DECRETO Nº 1680, de 18 de fevereiro de 2015.
Dispõe sobre Regras do Vale-Alimentação aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 180 da Lei Complementar nº 1713/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado a conceder aos Servidores Públicos Municipais em atividade, vale-alimentação no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mensais.

Art. 2º. O vale-alimentação somente será devido aos servidores públicos municipais ativos, incluindo-se neste conceito, todos os servidores efetivos, comissionados e contratados em caráter temporário.

Parágrafo único. Ficam expressamente excluídos do benefício estabelecido por este decreto, os cargos em Regime de Emprego Público e os Agentes Políticos detentores de mandato eletivo.

Art. 3º. O Servidor que acumule cargo ou emprego na forma da constituição fará jus à percepção de um único vale-alimentação por mês.

Art. 4º. O valor do Vale-Alimentação de que trata este decreto será revisada por ato do Poder Executivo Municipal sempre no mês de fevereiro, pela aplicação do INPC auferido nos últimos doze meses anteriores a revisão.

Art. 5º. O Vale-Alimentação será concedido mediante o fornecimento de cartão magnético ou outra forma assemelhada, hábil à aquisição exclusiva de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais.

Art. 6º. O benefício de que trata este decreto, terá caráter indenizatório, para ressarcimento de despesas com alimentação, não sendo considerado verba salarial para qualquer efeito.

Art. 7º. O Vale-Alimentação instituído por este decreto será devido ao servidor afastado do serviço sem prejuízo de vencimentos em virtude de:

I - férias;

II - por 08 (oito) dias, em virtude de casamento, contados consecutivamente a partir da data da certidão de casamento civil, inclusive;

III - por 08 (oito) dias falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou irmãos ou pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela, contados consecutivamente a partir da data do óbito, inclusive.

IV - licença médica do próprio servidor ou para cuidar de pessoa da família;

V - licença por acidente de trabalho ou doença profissional;

VI - convocação para cumprimento de serviços obrigatórios por lei;

VII - faltas abonadas nos termos do parágrafo único do art. 92 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979;
VIII - exercício de outro cargo em comissão ou função na Administração Direta;
IX - participação em delegações esportivas ou culturais, nos termos da legislação pertinente;
X - participação em eventos de desenvolvimento profissional, regularmente autorizados pela Administração e desde que não ultrapassem 15 (quinze) dias.

§1º - Na hipótese dos incisos IV, V e VI, em que ultrapassar 15 (quinze dias), o valor do vale alimentação, será pago no percentual de 50% (cinquenta por cento) e ultrapassando 30 dias, não fará jus.

§2º - Na hipótese de atestados médicos superiores a 02 (dois) dias, haverá desconto proporcional a cada dia de afastamento.

§3º - O controle das licenças e dos atestados será de responsabilidade de cada secretário ou diretor da pasta, devendo ser repassado para departamento de recursos humanos.

§4º - Os descontos referidos nos incisos anteriores, serão realizados no mês subsequente daquele em que ocorreram as faltas.

§5º - Outros afastamentos do servidor, ainda que considerados como de efetivo exercício pela legislação municipal, não ensejarão o pagamento do Vale-Alimentação, tais como:

I - licença maternidade e paternidade;

II - licença-adoção;

III - licença para atividade política;

IV - para tratar de interesse particular;

V - cumprimento de mandato de dirigente sindical ou classista;

Art. 8º. O vale-alimentação será oferecido por cartão magnético, cuja contratação para fornecimento será realizada mediante publicação de edital de licitação, nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 9º. As despesas decorrentes deste decreto correrão a conta de recursos próprios do Orçamento Municipal vigente.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1681

DECRETO Nº 1681, de 18 de fevereiro de 2015.

Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.754,25m², localizado na Rua Anibal Manenti, Rua Florianópolis e Servidão João de Pieri, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor PAULINO DE PIERI, inscrito no CPF nº 665.182.889-40, objeto da matrícula RG nº 33.029 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: área A1 com 360,00m², área A2 com 563,86m², área A3 com 360,09m² e área A4 com 470,30m², conforme o Mapa e o Memorial Descritivo

apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1682

DECRETO Nº 1682, de 18 de fevereiro de 2015.

Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.089,28m², localizado na Rua Anibal Manenti e Servidão João de Pieri, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor PAULINO DE PIERI, inscrito no CPF nº 665.182.889-40, objeto da matrícula RG nº 33.028 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: área A1 com 372,10m², área A2 com 507,18m², área A3 com 105,00m² e Unificar com a Matrícula 16.503, área A4 com 105,00m² e Unificar com a Matrícula 16.504, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1683

DECRETO Nº 1683, de 19 de fevereiro de 2015.

Nomeia Membros da Comissão Executiva do Plano Municipal se Educação - PME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade como art. 8º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Nomeia membros da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação-PME para estruturar e coordenar os trabalhos do Fórum Municipal de Educação do município de Arroio Trinta, sendo que a comissão terá a seguinte composição:

- Juliar Luiz Manenti: (Secretário Municipal da Educação);
- Claudete Manenti Magro: (Diretora da Escola PROJAF);
- Daniela Caon: (Diretora da Escola PROFABI e Presidente do Fórum Municipal de Educação);
- Renato Manenti: (Diretor da Escola Estadual Governador Bornhausen);
- Vania Ferronato Campagnin: (Presidente do Conselho Municipal de Educação);

- Lires Ansileiro: (Vereadora);

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1684

DECRETO Nº 1684, de 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I da Lei nº 1.714 de 06/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 99.999,90 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DA AGRICULTURA

2003.20.601.20.1.5.1AQUISICÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

44900000-0134-000Aplicações DiretasR\$ 99.999,90

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 99.999,90

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único - R\$ 99.999,90 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), por conta do convênio/contrato de repasse nº. 1.019.863-62/2014, na Fonte 00134 - Transferências de convênios - União (não relacionas à educação/saúde/assistência social).

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 03 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 03 de março de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1685

DECRETO Nº 1685, de 13 de março de 2015.

Estabelece Normas Gerais para o Processo de Habilitação para Alteração de Carga Horária dos Servidores Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 76 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2015,

DECRETA:

Art. 1º A jornada de trabalho dos servidores Municipais de Arroio Trinta poderá ser ampliada (limite máximo de 40:00 horas semanais) ou reduzida (limite mínimo de 10:00 horas semanais), para o atendimento de necessidades da Administração, condicionada a habilitação nos termos do presente decreto.

Art. 2º O processo de habilitação para alteração da jornada de trabalho referida no caput do Artigo anterior será deflagrado pelo Executivo Municipal, conforme necessidade e interesse do poder público municipal.

Art. 3º São condições para participação na alteração da carga horária:

I - habilitação necessária para o cargo;

II - não ter sofrido penalidade resultante de processo administrativo disciplinar nos últimos 06 (seis) meses, contados da data da publicação do Edital;

III - não ter nenhuma falta injustificada nos últimos 06 (seis) meses, contados da data da publicação do Edital.

Art. 4º O processo de habilitação constará de:

I - prova de títulos, estes vinculados à área de atuação, excluídos aqueles enquadrados como pré-requisito para a posse no cargo público devendo os títulos e pesos ser fixados pela Administração no Edital;

II - avaliação de saúde ocupacional e, se necessário, exame clínico e exames complementares, de caráter eliminatório, que serão realizados no Ambulatório dos Servidores Municipais da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, que visa aferir a presença de condições plenas de saúde para o exercício da função.

Art. 5º A alteração da carga horária será deferida aos habilitados que exerçam suas atividades na Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e obedecendo aos seguintes critérios de desempate, em caso de existirem dois (02) ou mais habilitados para a mesma vaga:

I - habilitação;

II - maior pontuação na prova de títulos;

III - maior tempo no exercício do cargo no Município;

Parágrafo único. Havendo apenas um candidato para o cargo, a carga horária será automaticamente alterada.

Art. 6º Não havendo habilitados em exercício para ocupar a carga horária a ser acrescida o Município promoverá a realização de concurso público.

Art. 7º A homologação das inscrições e dos habilitados será publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Art. 8º Os recursos para impugnação do resultado do processo de habilitação aqui regulamentado deverão ser protocolados junto à Secretaria de Administração e Recursos Humanos, cujo edital fixará as condições e normas para seu processamento.

Art. 9º Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, o interessado terá

10 (dez) dias, após o comunicado, para atender as exigências necessárias, sob pena de ter a sua inscrição cancelada.

Art. 10 O cancelamento das inscrições que não atenderem as condições supracitadas será publicado no Mural da Prefeitura Municipal, para conhecimento de todos.

Art. 11 As despesas com o presente Decreto correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 12 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de março de 2015.
Helio Renato Martins Fogliatto
Prefeito Municipal em Exercício

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 13 de março de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1722

LEI Nº 1722, DE 11/02/2015.

Estabelece Revisão Geral Anual e o Reajuste dos Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC, e da outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 169 da Constituição Federal, Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e Lei Municipal nº 1055/2004, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Arroio Trinta aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Revisão Geral Anual dos Vencimentos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, em Comissão, Temporário, Funções Gratificadas, Aposentados e Pensionistas do Município de Arroio Trinta - SC, será atualizada pela aplicação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período de janeiro/2014 a dezembro/2014, fixada em 6,23 (seis vírgula vinte e três por cento).

Art. 2º O Reajuste dos Vencimentos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, em Comissão, Temporário, Funções Gratificadas, Aposentados e Pensionistas do Município de Arroio Trinta - SC, é fixado em 0,77% (zero vírgula setenta e sete por cento).

Art. 3º As Despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/02/2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Arroio Trinta - SC, 11 de fevereiro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 11 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1723

LEI Nº 1723, DE 11/02/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Subvencionar o Centro de Tradições Gaúchas - Tropeiros da Tradição de Arroio Trinta, e da outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a subvencionar o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - TROPEIROS DA TRADIÇÃO DE ARROIO TRINTA, com sede na Linha Passoni, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 02.541.764/0001-10, com a importância financeira de R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

§1º. Os recursos deverão ser destinados na aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e madeiras para reforma e melhorias da sede da Entidade.

§2º. O valor mencionado no caput deste Artigo, será repassado em única parcela de R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), após a aprovação da presente Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas de débito junto ao INSS e FGTS.

§4º. O CTG - TROPEIROS DA TRADIÇÃO DE ARROIO TRINTA, deverá prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de devolução dos recursos.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de fevereiro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 11 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1724

LEI COMPLEMENTAR Nº 1724, DE 11/02/2015

Autoriza Modificações no Plano de Cargos dos Servidores do Poder Executivo (Lei Complementar nº 1712, de 03/11/2014), Alterando Carga Horária de Cargo em Extinção, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 100, inciso XII da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal Autorizado a efetuar alterações na Lei Municipal nº 1712/2014, Que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, estabelece normas gerais de enquadramento do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências, nos seguintes termos:

I - Fica, pela presente Lei alterada a carga horário de 20 horas para 30 horas, o cargo de Fisioterapeuta, constante no anexo II da Lei Complementar nº 1712/2014.

II - O anexo II da Lei Municipal 1712/2014, passa a vigor com a seguinte composição:

ANEXO II - Cargos em Extinção - Parte Suplementar do Quadro de Pessoal

DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL DE VENCIMENTO	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Agente de Compras E Licitações	EX - I	01	40 horas
Assistente Artístico Cultural	EX - IV	01	40 horas
Assistente de CPD	EX - IV	01	40 horas
Assistente de Esporte	EX - I	01	40 horas
Assistente Social	EX - III	01	30 horas
Bioquímico	EX - V	01	30 horas
Fisioterapeuta Especialista	EX - II	01	30 horas
Técnico Tributário	EX - IV	01	40 horas

Parágrafo único. A alteração faz-se necessária, tendo e vista que o cargo original contemplava carga horária semanal de 30(trinta) horas.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a adotar as medidas que se fizerem necessárias para a compatibilização da lei orçamentária com as alterações introduzidas por esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de fevereiro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 11 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1725

LEI Nº 1725, DE 18/02/2015.

Concede Piso Salarial Profissional aos Agentes Comunitários de Saúde em Conformidade com a Lei Federal nº 12.994, de 17 de Junho de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder o piso salarial profissional de R\$ 1.014,00 (UM MIL E QUATORZE REAIS) mensais aos Agentes Comunitários de Saúde, conforme Artigo 9º-A da Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014, em vigor desde 18 de junho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei terão cobertura de dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1299, DE 14/11/2007.

Arroio Trinta - SC, 18 de fevereiro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 18 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1726

LEI Nº 1726, DE 18/02/2015.

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL A TÍTULO DE REVISÃO GERAL AOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE- PREFEITO E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, NA FORMA DO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reposição salarial ao Prefeito Municipal, Vice-prefeito e Secretários Municipais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período de janeiro a dezembro de 2014 fixada em 6,23% (seis virgula vinte e três por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento e suplementadas quando necessário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/02/2015.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de fevereiro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 18 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1727

LEI Nº 1727, DE 18/02/2015.

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL A TÍTULO DE REVISÃO GERAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, NA FORMA DO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reposição salarial, referente meses de janeiro a dezembro de 2014

em 6,23% (seis virgula vinte e três por cento) com efeito retroativo a 1º de fevereiro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento e suplementadas quando necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 18 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1728

LEI Nº 1728, DE 19/02/2015.

ESTABELECE REVISÃO GERAL ANUAL E O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Revisão Geral Anual dos Vencimentos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, em Comissão, Temporário, Funções Gratificadas, Aposentados e Pensionistas do Município de Arroio Trinta - SC, será atualizada pela aplicação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período de janeiro/2014 a dezembro/2014, fixada em 6,23 (seis virgula vinte e três por cento).

Art. 2º O Reajuste dos Vencimentos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, em Comissão, Temporário, Funções Gratificadas, Aposentados e Pensionistas do Município de Arroio Trinta - SC, é fixado em 0,77% (zero vírgula setenta e sete por cento).

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, passando a ter efeito retroativo em 01/02/2015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de Fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 19 de fevereiro de 2015.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 023

PORTARIA Nº 023, de 02/02/2015.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001 de 04/04/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, ADRIANO CHENCHI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Felix Antonio Spricigo, 400, centro, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CPF sob nº 059.029.979-41 e Identidade nº 5.219.725-5, classificado em 3º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2013 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Nível VIII - A, Lotado na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas e 13:30 as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024

PORTARIA Nº 024, de 02/02/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora VANIA CARLA KOSLOWSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 058.876.209-19 e Identidade nº 4.948.790, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, classificada em 4º lugar no Processo Seletivo, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 02/02/2015 à 18/12/2015.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025

PORTARIA Nº 025, de 02/02/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora JULIANA CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 077.610.649-03 e Identidade nº 5.585.498, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, classificada em 5º lugar no Processo Seletivo, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 02/02/2015 à 18/12/2015.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026

PORTARIA Nº 026, de 02/02/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora DIRCE BERNARDETE GRUTZMANN MAGRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 693.695.349-20 e Identidade nº 2.142.930-8, residente e domiciliada no Município de Arroio

Trinta - SC, classificada em 3º lugar no Processo Seletivo, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 02/02/2015 à 18/12/2015.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027

PORTARIA Nº 027, de 02/02/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora DAIANE CRISTINA PEDROSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 009.969.699-18 e Identidade nº 5.218.398-0, residente e domiciliado no Município de Salto Veloso - SC, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II - A, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 e 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 02/02/2015 à 31/03/2015. Parágrafo único - A servidora contratada estará substituindo Rosenei Turmina Cabral, que encontra-se em Tratamento de Saúde.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028

PORTARIA Nº 028, de 02/02/2015.

Nomeia CONSELHEIRA TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2014 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear a Senhora ANDREIA DOS SANTOS GONÇALVES ZAMBONI, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 040.089.399-11 e Identidade nº 3.989.387, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de CONSELHEIRA TUTELAR, no período de 02 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Artigo 2.º - A Conselheira nomeada foi eleita pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 28/09/2014, no qual obteve a terceira colocação.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029

PORTARIA Nº 029, DE 05/02/2015.

Faz a Readaptação de Servidora Pública Municipal.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe o art. 100, inciso XII da Lei Orgânica Municipal e art. 37 da Lei Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores e,

CONSIDERANDO o laudo médico emitido apresentado ao Município de Arroio Trinta, onde se verifica que a servidora pública KELI MANENTI está inapta para o exercício das funções de Professor por 20:00 horas semanais concluindo que poderá ser feito o ajustamento de função temporariamente;

CONSIDERANDO as regras contidas no artigo 37 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arroio Trinta (Lei Complementar nº 1713/2014);

RESOLVE:

Artigo 1.º - READAPTAR no cargo de Atendente de Biblioteca, com carga horária de 20:00 horas semanais, na BIBLIOTECA MUNICIPAL, a servidora municipal pública KELI MANENTI, a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - O exercício da função de ATENDENTE DE BIBLIOTECA será exercido sem ônus, fazendo jus ao vencimento do cargo efetivo de Professor.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04/02/2015.

Artigo 4.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030

PORTARIA Nº 030, de 09/02/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal SIRLEI VANUSA PASSONI SPRICIGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 015.181.209-89, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 03/05/2015. Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença Maternidade da Servidora Efetiva Thais Noelli Arigoni.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031

PORTARIA Nº 031, de 09/02/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal MARCIA BIAVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 066.206.939-03, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 09/03/2015.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude das férias da Servidora Efetiva Rachel Manenti.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032

PORTARIA Nº 032, de 09/02/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal TÂNIA CRISTINA MANENTI CONSTANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº

613.135.809-53 e Identidade nº 1.683.421, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADA), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 27/02/2015.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Jaqueline Legnani Favarin.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033

PORTARIA Nº 033, de 09/02/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora OLIRA MARIA CIVIDINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 081.698.059-45 e Identidade nº 5.927.982, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, classificada em 6º lugar no Processo Seletivo, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 09/02/2015 à 18/12/2015.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034

PORTARIA Nº 034, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, KLEDER ANTONIO NORDIO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 035

PORTARIA Nº 035, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, LUIZ ANTONIO CIVIDINI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036

PORTARIA Nº 036, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, CHEILA APARECIDA BONASSA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 037**

PORTARIA Nº 037, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JOÃO MARCOS FERRONATO, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo CONTROLADOR INTERNO, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 02/03/2015, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 038**

PORTARIA Nº 038, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JEFERSON

VERONA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 039**

PORTARIA Nº 039, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, EVARISTO JOSÉ BIAVA, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 05/01/2014 à 05/01/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 02/03/2015 e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 040**

PORTARIA Nº 040, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JULIANA SERIGHELLI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo BIÓLOGA, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041

PORTARIA Nº 041, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, MIGUEL ANTÔNIO MORAES, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 10/02/2014 à 10/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 042**

PORTARIA Nº 042, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SANDRA MARA CERON, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 12/02/2014 à 12/02/2015 e gozo das mesmas no período de 12/02/2015 a 14/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 043**

PORTARIA Nº 043, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARILIA BORGHA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, relativas ao

período aquisitivo de 13/02/2014 à 13/02/2015 e gozo das mesmas no período de 13/02/2015 a 15/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 044**

PORTARIA Nº 044, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, ALTINO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 21/02/2014 à 21/02/2015 e gozo das mesmas no período de 23/02/2015 a 25/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 045**

PORTARIA Nº 045, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, LINDOMAR ELIAS WILPERT, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 18/02/2014 à 18/02/2015 e gozo das mesmas no período de 23/02/2015 a 15/03/2015 e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046

PORTARIA Nº 046, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, GILBERTO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 15/02/2014 à 15/02/2015 e gozo das mesmas no período de 23/02/2015 a 15/03/2015 e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 047**

PORTARIA Nº 047, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, THAISE CRISTINA NESI SERIGHELLI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ENFERMEIRA, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 01/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 048**

PORTARIA Nº 048, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ADRIANA LUIZA

LIDANI CIVIDINI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 10/02/2014 à 10/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 049**

PORTARIA Nº 049, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ADRIANA LUIZA LIDANI CIVIDINI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 09/02/2014 à 09/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 050**

PORTARIA Nº 050, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ALINE REGINA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PSICOPEDAGOGO, relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051

PORTARIA Nº 051, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ANDREIA GACOMIN, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo NUTRICIONISTA, relativas ao período aquisitivo de 13/02/2014 à 13/02/2015 e gozo das mesmas no período de 13/02/2015 a 15/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 052**

PORTARIA Nº 052, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, BERNARDETE MANENTI NESI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 15/02/2014 à 15/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 053**

PORTARIA Nº 053, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAES CIVIDINI, brasileira, casada, ocupante

do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 15/02/2014 à 15/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 054**

PORTARIA Nº 054, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAES CIVIDINI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 09/02/2014 à 09/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 055**

PORTARIA Nº 055, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, CLAUDETE APARECIDA MANENTI MAGRO, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 01/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056

PORTARIA Nº 056, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, DANIELA CAON, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 10/02/2014 à 10/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 057**

PORTARIA Nº 057, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, DANIELA CAON, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 09/02/2014 à 09/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 058**

PORTARIA Nº 058, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, DENISE ZIMMERMANN SCHULLER, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao

período aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 059**

PORTARIA Nº 059, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, DENISE ZIMMERMANN SCHULLER, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 060**

PORTARIA Nº 060, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ERONI APARECIDA SCHULLER BIAVA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061

PORTARIA Nº 061, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ERONI APA-RECIDA SCHULLER BIAVA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 062**

PORTARIA Nº 062, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, FERNANDA CONSONI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 063**

PORTARIA Nº 063, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, IVONI BOSA COSSA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento

Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 064**

PORTARIA Nº 064, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JAQUELINE LEGNANI FAVARIN, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 01/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 065**

PORTARIA Nº 065, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, JOICE LIANE NAVA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 15/02/2014 à 15/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066

PORTARIA Nº 066, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JULIANO CIVIDINI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2014 à 03/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 067**

PORTARIA Nº 067, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, KELI MANENTI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 068**

PORTARIA Nº 068, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, KELI MANENTI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo

de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 069**

PORTARIA Nº 068, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, KELI MANENTI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 070**

PORTARIA Nº 070, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, LORENI LURDES FREZZA CONSONI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 08/02/2014 à 08/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 071

PORTARIA Nº 071, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARILDE ANCI-LIERO LIDANI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/03/2014 à 07/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 072**

PORTARIA Nº 072, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ROSANA NAVA ALVES, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 10/02/2014 à 10/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 073**

PORTARIA Nº 073, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SALETE CZERNIAK, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período

aquisitivo de 03/02/2014 à 03/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 074**

PORTARIA Nº 074, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SILVANA BOLZON, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 075**

PORTARIA Nº 075, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SILVANA BOLZON, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 08/02/2014 à 08/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 076

PORTARIA Nº 076, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SIRLEIA MARIA PASSONI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 077**

PORTARIA Nº 077, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SOLIANDRA RUZZA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 09/02/2014 à 09/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 078**

PORTARIA Nº 078, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SONIA LAZZARE TURMINA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período

aquisitivo de 07/02/2014 à 07/02/2015 e gozo das mesmas no período de 10/02/2015 a 12/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 079**

PORTARIA Nº 079, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, VANIA FERONATTO CAMPAGNIN, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 09/02/2014 à 09/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 080**

PORTARIA Nº 080, de 09/02/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, VANIA FERONATTO CAMPAGNIN, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 01/02/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 081

PORTARIA Nº 081, de 23/02/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, RONIVAN BRANDALISE, admitido por concurso público para o cargo de CONTADOR, através da Portaria de Nomeação nº 036 de 01/02/2010 relativas ao período aquisitivo de 01/02/2010 à 31/01/2015, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 082**

PORTARIA Nº 082, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal NELSON CAMPAGNIN, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 3.761.225 e CPF nº 021.750.619-49, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 083**

PORTARIA Nº 083, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal IRIO SERIGHELLI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 226.958 e CPF nº 163.594.709-00, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 084**

PORTARIA Nº 084, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal MARCIANO BIAVA, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 2.970.018-3 e CPF nº 868.606.909-68, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 085**

PORTARIA Nº 085, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal ITACIR CAMILO BIAVA, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 494.239 e CPF nº 220.627.189-34, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 086**

PORTARIA Nº 086, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR a servidora municipal JURLENE APPI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 785.655-5 e CPF nº 436.378.689-20, residente e domiciliado

no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087

PORTARIA Nº 087, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR a servidora municipal MARIA INES NESI FAVARIM, brasileira, viúva, portadora da cédula de Identidade nº 584.374 e CPF nº 296.567.379-20, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 088

PORTARIA Nº 088, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal GLEISON FERNANDO ABATI, brasileiro, solteiro, portador da cédula de Identidade nº 3.569.353 e CPF sob nº 031.678.419-23, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 089

PORTARIA Nº 089, de 27/02/2015.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal DIRCE BERNARDETE GRUTZMANN MAGRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 693.695.349-20 e Identidade nº 2.142.930-8, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de fevereiro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090

PORTARIA Nº 090, de 02/03/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora LINDAMIR LUCIA BARBACOVİ CONSTANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 565.847.769-72 e Identidade nº 5.615.577, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, classificada em 7º lugar no Processo Seletivo, para exercer o cargo de PROFESSOR (GRADUADO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 02/03/2015 à 09/05/2015.

Parágrafo único - A servidora contratada esta substituindo Keli Marenti, no qual encontra-se em Licença Tratamento de Saúde.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091

PORTARIA Nº 091, de 02/03/2015.

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 1711 de 03/11/2014,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de DIRETOR DE CONTABILIDADE Nível CC-04, o Senhor NELSON CAMPAGNIN, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 3.761.225 e CPF nº 021.750.619-49, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, a partir de 02 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092

PORTARIA Nº 092, de 02/03/2015.

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 1711 de 03/11/2014,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de DIRETOR DE TURISMO Nível CC-04, a Senhora MARIA INES NESI FAVARIM, brasileira, viúva, portadora da cédula de Identidade nº 584.374 e CPF nº 296.567.379-20, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, a partir de 02 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093

PORTARIA Nº 093, de 02/03/2015.

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 1711 de 03/11/2014,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, Nível CC-04, a Senhora JURLENE APPI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 785.655-5 e CPF nº 436.378.689-20, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, a partir de 02 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094

PORTARIA Nº 094, de 02/03/2015.

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 1711 de 03/11/2014,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de DIRETOR DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, Nível CC-04, o Senhor ITACIR CAMILO BIAVA, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 494.239 e CPF nº 220.627.189-34, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, a partir de 02 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095

PORTARIA Nº 095, de 02/03/2015.

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 1711 de 03/11/2014,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de DIRETOR DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, Nível CC-04, o Senhor MARCIANO BIAVA, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 2.970.018-3 e CPF nº 868.606.909-68, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, a partir de 02 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096

PORTARIA Nº 096, de 02/03/2015.

Nomeia Servidor que Menciona para Cargo Comissionado, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 1711 de 03/11/2014,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de SUPERVISOR DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, Nível CC-03, o Senhor IRIO SERIGHELLI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 226.958 e CPF nº 163.594.709-00, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, a partir de 02 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097

PORTARIA Nº 097, de 02/03/2015.

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 107 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, para a Senhora VÂNIA FERONATTO CAMPAGNIN, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 789.456.409-59, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, ou seja, 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se faz necessário a licença em virtude do tratamento de saúde de seu cônjuge.

Artigo 2.º - Durante o período de Concessão da Licença, a servidora permanecerá recebendo seus vencimentos integrais.

Artigo 3.º - Findado o prazo da Concessão da Licença, a servidora deverá retornar as suas atividades habituais ou solicitar uma nova licença, conforme o art. 107 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1713/2014.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 098

PORTARIA Nº 098, de 02/03/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal TÂNIA CRISTINA MARENTI CONSTANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 613.135.809-53 e Identidade nº 1.683.421, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADA), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença por Motivo de Doença de Pessoa da Família da Servidora Municipal Vânia Feronatto Campagnin.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 1/2015, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO NOVO E DE UMA CAÇAMBA BASCULANTE NOVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO CONFORME LIBERAÇÃO DO RECURSO DE CONVENIO FEDERAL E CONTRATO DE REPASSE Nº 1018768-49/MAPA/CAIXA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 31 de março de 2015, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 12 de março de 2015.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****PORTARIAS 134- 173/2015**

PORTARIA nº. 134/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA DIRETOR"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR JAISSON SCHIESSL para ocupar o cargo de DIRETOR DE ESPORTE E LAZER do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 135/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015
"ALTERA CARGO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR o cargo da servidora JULIANE LECIN para DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, do quadro de funcionários Comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 136/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS a servidora JANAINA DENISE GREIN, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS pelo período de 20 (vinte) dias, com vigência de 02/03/2015 à 21/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 02/07/2013 à 01/07/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 137/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS ao servidor ALAN KIEM, ocupante do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 02/03/2015 à 31/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 138/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS a servidora KELLY CAROLINE LIETZ ALVES DAVID, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 02/03/2015 à 31/03/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 03/06/2013 à 02/06/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 139/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER A CONVERSÃO DE 2/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO ao servidor ALESSANDRO DÉCIO DAMASO, ocupante do cargo de ASSESSOR JURÍDICO, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 22/07/2013 à 21/07/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 140/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER ao servidor EDISON JOSÉ LOTI, ocupante do cargo de ENFERMEIRO - ESF o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme Art. 8º da Lei nº 389/05.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CÉSAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 141/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER ao servidor JEFFERSON DAVIS WACHHOLZ, ocupante do cargo de ENFERMEIRO o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme Art. 8º da Lei nº 389/05.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CÉSAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 142/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER ao servidor ESTANISLAU DEMBINSKI, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme Art. 8º da Lei nº 389/05.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CÉSAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 143/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação na E.M. Paulo Schiessl, a profissional MARIA VALDIRENE KRAUSE FRANCISCO, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 144/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

“NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora Sala Multifuncional (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. João Pedro Alberti, a profissional CLAUDIA APARECIDA POLONISKY RUDNICK, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 145/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

“NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora Sala Multifuncional (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. João Batista Pontarolo, a profissional MARIA VERÔNICA SCHUMOVSKI, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 146/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

“NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a profissional SILVANA APARECIDA MACHADO VIEIRA, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 147/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015
“NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no E.M. José Schimborski, a profissional TEREZA MULLER KUCARZ, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 148/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

“NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeado para exercer o cargo de Professor de Ciências (15 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull o profissional RONI SANTI SJABELSKY, aprovado pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 149/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015

“NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeado para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais (20 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Educação na E.M. Paulo Schiessl o profissional JACIEL SOARES DE LIMA, aprovado pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 150/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Monitora de Educação Especial (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação, a disposição das unidades escolares, a profissional MICHELE DE LIMA HORTES, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 151/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. João Pedro Alberti, a profissional MARLI DENIZE DREHER, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 152/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Pedagoga - CRAS (40 horas semanais), lotada no Fundo Municipal de Assistência Social, a profissional ADRIANA MILCHEVSKY, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público) e Edital de Convocação nº 002/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 153/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Pedagoga (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no C.E.I Raios de Sol, a profissional CIRENE APARECIDA SCHIESSL, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 03 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 154/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista (40 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Educação, o profissional JOEL DAMASO DA SILVEIRA, aprovado pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 02 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 154-A/2015, DE 03 DE MARÇO DE 2015
"EXONERA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR TASSIANA ELVIRA NEVES ocupante do cargo de PSICÓLOGA - NASF do quadro de funcionários temporários desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 03 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 155/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora Sala Multifuncional (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. João Pedro Alberti, a profissional SILVEITE CZERNIAK, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 03 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 155-A/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS ao servidor OINDERSON DAMASO, ocupante do cargo de MOTORISTA pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 04/03/2015 à 02/04/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 06/02/2012 à 05/02/2013.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 156/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Monitora de Educação Especial (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação, a disposição das unidades escolares, a profissional ADRIANA BAZE, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 157/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora Sala Multifuncional (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal

de Educação no N.E.M. João Batista Pontarolo, a profissional RAQUELY BUENO, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 158/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Psicóloga - NASF (40 horas semanais), lotada no Fundo Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a profissional THAYNARA LECH WENDT, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público) e Edital de Convocação nº 002/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 159/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Social (30 horas semanais), lotada no Fundo Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a profissional MARIANE MICHELE LEANDRO GONÇALVES DA SILVEIRA, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 160/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, a profissional CARMEN LUCIA DOMINGOS PINTO, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação

nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 161/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeado para exercer o cargo de Médico Clínico geral (20 horas semanais), lotado no Fundo Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, o profissional ONIVALDO DA COSTA MENEZES, aprovado pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 162/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"EXONERA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR ARILDA MIELKE ocupante do cargo de ASSESSORA JURÍDICA do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 04 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CÉSAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 163/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Monitória de Creche (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no C.E.I. Delfino Corrêa da Maia, a profissional VIVIANE BAUER, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 163-A/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER FÉRIAS a servidora SOLANGE SCHIMBOSKI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 05/03/2015 à 03/04/2015, em conformidade com o Art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 08/10/2013 à 07/10/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 164/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Administrativo Escolar (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. João Pedro Alberti, a profissional ALEXANDRA IACHITZKI, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 165/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Advogada Municipal (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a profissional ARILDA MIELKE, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 166/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, a profissional ISABEL MARIA DE REZENDE, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 05 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 167/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Pedagoga (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação na E.M. Paulo Schiessl, a profissional CARMEN LUCIA POLONISKY IARROCHESKI, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 06 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 168/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR TEMPORARIAMENTE, ex officio, e por imperioso interesse público, a carga horária do servidor JACIEL SOARES DE LIMA, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais na E.M. Paulo Schiessl e no N.E.M. João Batista Pontarolo, pois não houve nenhuma aprovação para este cargo no Concurso Público, edital nº 001/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 06 de fevereiro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 162/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015
"EXONERA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR JUCILANE KNOP TOMPOROSKI ocupante do cargo de PROFESSORA do quadro de funcionários ACT's desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 06 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CÉSAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 170/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Professora Sala Multifuncional (20 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull, a profissional JUCILANE KNOP TOMPOROSKI, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 001/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 09 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 171/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada para exercer o cargo de Orientadora Social - CRAS (40 horas semanais), lotada no Fundo Municipal de Assistência Social, a profissional EDNA APARECIDA FARIAS, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público) e Edital de Convocação nº 002/2015, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 09 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 172/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA COORDENADORA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR FRANCISCA KOGG BORGES para ocupar o cargo de COORDENADORA ADMINISTRATIVA do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 09 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 172-A/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015
"ALTERA CARGA HORÁRIA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora ROSILDA KONKEL, de 25 (vinte e cinco) para 40 (quarenta) horas semanais, na E.M. Terezinha Corrêa Agostinho, conforme edital nº 002/2014, referente ao processo de alteração dos profissionais do magistério.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 09 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 173/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER ao servidor ANA LUCIA KRAUSE DE PAULA, ocupante do cargo de ATENDENTE DE FARMÁCIA o adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base do seu cargo, conforme Art. 8º da Lei nº 389/05.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.
Bela Vista do Toldo, 10 de março de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
MARIO CÉSAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL nº. 23/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 30 de março de 2015.

ABERTURA: às 09:05h do dia 30 de março de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 16 de março de 2015.

Jean Michel Grundmann
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE LEITE EM PO INFANTIL PARA FORNECIMENTO AS CRIANÇAS EXPOSTAS AO HIV CADASTRADAS NO SAE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 17/03/2015, às 13h59min do dia 27/03/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 27/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (27/03/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (27/03/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 17/03/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 14 de março de 2015.

RAMOM WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 031/2015

DECRETO Nº 031/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	10.000,00

0701.13.392.0003.2031	Ampliação e Mant. Da Biblioteca Pública	20.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2055	Serviços de Conv. Fortalecimento ao Vínculo	2.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.302.0004.2042	Man. Das Ações Média Alta Complexidade	11.260,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	11.260,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	11.260,00

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	50.550,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	50.550,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	50.550,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 034/2015

DECRETO Nº 034/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Aprova o desdobramento das metas fiscais, físicas e financeiras do exercício de 2015 em metas quadrimestrais.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento das metas fiscais, físicas e financeiras para o exercício de 2015 em metas quadrimestrais, na forma estabelecida nos anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º As metas quadrimestrais serão objeto de demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Biguaçu até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, mediante chamamento público, registro de presença e da ata em livro próprio e remessa desses documentos ao Tribunal de Contas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 034/2015 - ANEXO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

R\$ 1.000,00

ANEXO I DO DECRETO Nº 34/2015				
DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS PARA 2015 EM METAS QUADRIMESTRAIS – Art. 9º, §4º da LRF				
METAS FISCAIS	QUADRIMESTRE			TOTAL
	PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	
Receita Total (I)	46.758,0	44.882,0	101.795,0	193.435,0
Receita não Primária (II)	1.819,0	2.233,0	18.850,0	22.902,0
Receita Primária (III = I – II)	44.939,0	42.649,0	82.945,0	170.533,0
Despesa Total (IV)	36.421,0	45.597,0	111.417,0	193.435,0
Despesa não Primária (V)	2.204,0	2.602,0	2.604,0	7.410,0
Despesa Primária (VI = IV – V)	34.217,0	42.995,0	108.813,0	186.025,0
Resultado Primário (VII = III – VI)	10.722,0	-346,0	-25.868,0	-15.492,0
Resultado Nominal (VIII)	-12.042,8	-1.104,4	9.498,3	-3.648,9
Montante da Dívida Consolidada Líquida (IX)	2.212,3	849,3	11.159,1	8.097,5

Memória de Cálculo:

I - A Receita Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

II - A Receita não Primária de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

III - A Receita Primária de cada quadrimestre é apurada pela operação: Receita Total - Receita não Primária;

IV - A Despesa Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

V - A Despesa não Primária de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

VI - A Despesa Primária de cada quadrimestre é apurada pela operação: Despesa Total - Despesa não Primária;

VII - O Resultado Primário de cada quadrimestre é apurado pela operação: Receita não Financeira - Despesa não Financeira;

VIII - O Resultado Nominal (RN) é apurado pelas operações: Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre anterior - Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre de referência. Onde, DFL = Dívida Consolidada Líquida (DCL) + Receitas de Privatizações - Passivos Reconhecidos, conforme abaixo:

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2014 "a"	QUADRIMESTRES DE 2015		
		1º (b)	2º (c)	3º (d)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.231,2	20.027,2	17.425,2	32.001,2
DEDUÇÕES (II)	7.688,7	17.814,9	16.575,9	20.842,1
Ativo Disponível	10.461,9	17.753,0	16.514,0	24.222,7
Haveres Financeiros	61,9	61,9	61,9	61,9
(-) Restos a Pagar Processados	2.835,1	-	-	3.442,5
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I - II)	14.542,5	2.212,3	849,3	11.159,1
Receitas de Privatizações (IV)	-	-	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	2.873,2	2.585,8	2.327,2	3.138,7
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	11.669,3	-373,5	-1.477,9	8.020,4
RESULTADO NOMINAL QUADRIMESTRAL		b - a	c - b	d - c
		-12.042,8	-1.104,4	9.498,3
Resultado Nominal Anual 2015 (d - a) = 8.020,4 - 11.669,3 = -3.648,9				

Memória:

1.O Ativo Disponível em "b" e "c", foi extraído da Programação financeira para 2015, somando o saldo de caixa de todas as Unidades Gestoras no início do mês de maio e setembro, respectivamente, excluindo os recursos do RPPS.

2.A Dívida Consolidada em "b" e "c" foi calculada tomando por base a DC de 2014, R\$ 22.231,2, mais os empréstimos programados para tomar em cada quadrimestre, menos as amortizações fixadas para cada quadrimestre.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	John Kennedy Lara da Costa SECRETÁRIO DE FAZENDA	Priscila Raimundo Pinheiro CONTADORA CRC/SC-028726/O-6
---------------------------------------	---	---

DECRETO Nº 034/2015 - ANEXO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

ANEXO II DO DECRETO Nº 34/2015
DESDOBRAMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2015 EM METAS QUADRIMESTRAIS
Art. 9º, § 4º, da LC 101/2000

R\$ 1.000,00

Código	Especificação das Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre						TOTAL	
				1º		2º		3º			
				Física	Finan- ceira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA										
	Pessoal e Encargos Sociais				11.359		14.366		15.807	41.532	
	Amortização da Dívida Fundada Interna				2.204		2.602		2.604	7.410	
	Despesas Operacionais				7.346		9.859		12.591	29.796	

	SOMA				20.909		26.827		31.002		78.738
	Projetos da Secret. de Administração								610		610
1001	Restrut. Fís. e Func.do Prédio Admin.	Área	M2					720	30	720	30
1003	. Revitalização da Estrutura de Informá-tica								580		580
	Projetos da Secretaria da Fazenda								680		680
1004	Aperf. dos Mecanismo de Arrecadação								680		680
	Projetos da Secret de Planej. e Gestão								80		80
1026	Inclusão Digital	Pessoa	Unidade					2.400	80	2.400	80
	Projetos da Secretaria de Educação								2.964		2.964
1005	Ampl. da Rede Fís.de Ensino Fundamen-tal	Área	M2					1.000	814	1.000	814
1006	Aquisição de Veículo p/Transporte Escolar	Veículo	Unidade					03	700	03	700
1007	Ampliação da Rede Fís.de Ensino Infantil	Área	M2					1.300	1.450	1.300	1.450
	Projetos Secret. de Obras Infra-Estrutura								45.284		45.284
1002	Const.do Centro Admin. Municipal	Área	M2					2.000	1.200	2.000	1.200
1012	Restauração do Mercado Público	Área	M2					500	275	500	275
1035	Construção de Pontes	Ponte	M2					150	600	150	600
1036	Construção de Bueiros	Bueiro	M2					250	30	250	30
1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Eptos	Unidade					03	300	03	300
1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	Extensão	Km					04	17.200	04	17.200
1044	Revitalização de Praças	Praça	Unidade					02	50	02	50
1045	8 Pavimentação de Ruas	Área	M2					109.000	19.529	109.000	19.529
1046	Implantação de Drenagem Pluvial								6.100		6.100

Código	Programa/Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre						TOTAL	
				1º		2º		3º			
				Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	Projetos Secret. Desenv. Urb. Transp.							628		628	
1047	Sinalização Turística	Placas	Unidade					600	328	600	328
1050	Padronização de Calçadas	Área	M2					1.000	50	1.000	50
1051	Constr. ou Aquis.de Abrigo de Passag.	Abrigo	Unidade					20	250	20	250
	Proj Secret de Integração Regional								558		558
1041	1 Recup.de Danos por Intempéries								535		535
1042	1 Prevenção de Cheias								23		23
	Proj Sec. De Assist. Soc. e Habitação								2.200		2.200
1025	1 Biguaçu meu Lar	Familia/ Atda	Unidade					1.500	2.200	1.500	2.200
	Projetos Sec.Desenv.Econ.Inov. Tecn								400		400
1031	1 Implantação de Distritos Industriais	Distrito	Unidade					01	30	01	30
1032	1 Pagto de Precatória c/Desap. De Imóvel	Precatório	Unidade					01	350	01	350
1033	1 Implantação da Casa do Empreendedor	Área	M2					250	20	250	20
	Projetos Sec.Cult.Esp.Turismo e Lazer								1.975		1.975
1014	1 Constr do Centro Integrado de Cultura	Área	M2					2.000	410	2.000	410
1015	1 Constr de Equipamentos e Esportivos	Eptos	Unidade					01	985	01	985
1017	1 Construção do Centro de Artes Marciais	Área	M2					300	150	300	150
1018	1 Instalação de Academia ao ar Livre	Academia	Unidade					01	35	01	35
1019	1 .Construção de Área de Lazer	Área Lazer	Unidade					01	80	01	80
1048	1 Construção de Portal Turístico								315		315

	Proj Sec. Agric.Desenv.Rural e Aquic							984		984
1028	1 Formação da Patrulha Agrícola	Eptos	Unidade				02	525	02	525
1029	1 Implantação da Casa do Agricultor	Área	M2				130	459	130	459
	Reserva de Contingência				368	368		376		1.112
	TOTAL				21.277	27.195		87.741		136.213
	UNIDADE GESTORA: FMS									
	Pessoal e Encargos Sociais				4.272	4.332		4.676		13.280
	Despesas Operacionais				3.486	7.033		9.833		20.352
	SOMA				7.758	11.365		14.509		33.632
	Projetos da Saúde				30			1.695		1.725
1008	Const. do Hosp da Comarca de Biguaçu	Área	M2		30		6.468		6.468	30
1009	. Implant.e Manut.de Polos de Acad Saúde	Academia	Unidade				03	5	03	5
1010	. Constr. ou Ampl. de Unidade de Saúde	Área	M2				600	1.640	600	1.640
1011	Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade				01	50	01	50
	TOTAL				7.788	11.365		16.204		35.357

Código	Programa/Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre						TOTAL	
				1º		2º		3º			
				Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	UNIDADE GESTORA:FAMAB										
	Pessoal e Encargos Sociais				183		201		204		588
	Despesas Operacionais				93		91		135		319
	TOTAL				276		292		339		907
	UNIDADE GESTORA: BIGUAÇUPREV										
	Pessoal e Encargos Sociais				1.176		1.369		1.538		4.083
	Despesas Operacionais				71		124		123		318
	SOMA				1.247		1.493		1.661		4.401
	Reserva de Contingência				3.356		3.356		3.358		10.070
	TOTAL				4.603		4.849		5.019		14.471
	UNIDADE: CAMARA DE VEREADORES										
	Pessoal e Encargos Geral				1.942		1.673		1.685		5.300
	Amortização da Dívida Fundada Interna								50		50
	Despesas Operacionais				248		223		379		850
	TOTAL				2.190		1.896		2.114		6.200
	TOTAL GERAL				36.134		45.597		111.417		193.148

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	John Kennedy Lara da Costa SECRETÁRIO DE FAZENDA	Priscila Raimundo Pinheiro CONTADORA CRC/SC-028726/O-6
---------------------------------------	---	---

DECRETO Nº 035/2015

DECRETO Nº 035/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Aprova o desdobramento da receita prevista para 2015 em metas mensais de arrecadação e a programação financeira de desembolso para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento da receita prevista para 2015 em metas mensais de arrecadação, na forma do anexo I deste Decreto.

Art. 2º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para 2015 das diversas Unidades Gestoras, na forma estabelecida no anexo II deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 035/2015 - ANEXO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO II DO DECRETO Nº 35/2015													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) – R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
RECURSOS	20.181	17.879	22.123	22.531	23.513	23.610	21.985	21.745	22.316	22.927	46.776	48.921	
- Metas de Arrecadação de todas as Fontes (I)	8.910	9.188	11.624	9.215	9.306	8.822	8.369	8.920	8.830	9.421	33.976	37.882	164.463
- Saldo Anterior	11.271	8.691	10.499	13.316	14.207	14.788	13.616	12.825	13.486	13.506	12.800	11.039	5.683
DESPESAS (II)	11.490	7.380	8.807	8.324	8.725	9.994	9.160	8.259	8.810	10.127	35.737	43.238	170.051
1. Pessoal e Encargos Sociais	2.295	2.681	3.230	3.153	3.216	4.629	3.174	3.347	3.365	3.287	3.323	5.832	41.533
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários	2.005	2.391	2.940	2.863	2.926	4.339	2.884	3.057	3.075	2.997	3.033	5.522	38.033
1.2. Reserva para o 13º Vencimento	290	290	290	290	290	290	290	290	290	290	290	310	3.500
2. Dívida Fundada Interna	551	571	543	539	620	705	657	620	667	658	621	658	7.411
2.1. Encargos da Dívida	146	148	120	124	103	158	99	89	93	83	77	85	1.322
2.2. Amortização da Dívida	405	423	423	415	517	547	558	531	574	575	544	573	6.089
3. Demais Despesas Operacionais	845	1.825	2.353	2.323	2.443	2.451	3.022	1.943	2.637	3.045	2.292	4.617	29.799
3.1. Contribuição ao PASEP	56	108	120	153	128	111	111	116	118	118	129	132	1.400
3.2. Transferências a Instituições Privadas	104	125	96	88	92	125	96	83	83	92	104	511	1.599
3.3. Combustíveis, Lubrif., Lavagem e Filtros	8	67	140	190	132	144	199	76	221	272	120	181	1.755
3.4. Investimentos de Operações	84	92	96	99	105	110	117	122	125	133	142	177	1.402
3.5. Outras Despesas Operacionais	593	1.433	1.901	1.793	1.986	1.961	2.499	1.546	2.090	2.430	1.797	3.616	23.644
4. Projetos da Secretaria de Administração											305	305	610
4.1. Reestruturação Fis. e Func.do Prédio Admin											15	15	30
4.2. Revitalização da Estrutura de Informática											290	290	580
5. Projetos da Secretaria da Fazenda											340	340	680
5.1. Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Arrecad.											340	340	680
6. Projetos da Secretaria de Planej. e Gestão											25	25	50
6.1. Inclusão Digital											25	25	50
7. Projetos da Secretaria de Educação											270	1.345	2.964
7.1. Ampl. da Rede Fis.de Ensino Fundamental										270	270	274	814
7.2. Aquisição de Veículo p/Transporte Escolar											350	350	700
7.3. Ampliação da Rede Fis.de Ensino Infantil											725	725	1.450
8. Projetos Secretaria de Obras Infra-Estrutura										510	21.757	23.017	45.284
8.1. Const.do Centro Admin. Municipal										400	400	400	1.200
8.2. Restauração do Mercado Público											137	138	275
8.4. Construção de Pontes											300	300	600
8.5. Construção de Bueiros												30	30
8.6. Aquisição de Equipamentos Rodoviários										100	100	100	300
8.7. Dragagem do Rio e Fixação da Barra											8.100	9.100	17.200
8.8. Revitalização de Praças										10	20	20	50
8.9. Pavimentação de Ruas											9.700	9.829	19.529

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) - R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
8.10. Implantação de Drenagem Pluvial											3.000	3.100	6.100
9. Projetos Secretaria Desenv. Urb. Transp.										80	273	275	628
9.1. Sinalização Turística											164	164	328
9.3. Padronização de Calçadas											25	25	50
9.4. Construção ou Aquis de Abrigo de Passag.										80	84	86	250
10. Projetos Secretaria de Integração Regional											265	293	558
10.1. Recup.de Danos Causados por Intempéries											265	270	535
10.2. Prevenção de Cheias												23	23
11. Projetos Sec. De Assist. Social e Habitação											1.100	1.100	2.200
11.5. Biquacu meu Lar											1.100	1.100	2.200
12. Projetos Sec.Desenv.Econ.Inov. Tecn.											15	385	400
12.1. Implantação de Distritos Industriais												15	15
12.2. Pagto de Precatória c/Desap. De Imóvel												350	350
12.3. Implantação da Casa do Empreendedor												20	20
13. Projetos Sec.Cult.Esp.Turismo e Lazer											945	1.030	1.975
13.2. Construção do Centro Integrado de Cultura											200	210	410
13.3. Construção de Equipamentos e Esportivos											490	495	985
13.4. Construção do Centro de Artes Marciais											50	100	150
13.5. Instalação de Academia ao ar Livre											15	20	35
13.6. Construção de Área de Lazer											40	40	80
13.7. Construção de Portal Turístico											150	165	315
14. Projetos Sec. Agric.Desenv.Rural e Aquic.											410	574	984
14.1. Formação da Patrula Agrícola											200	325	525
14.2. Implantação da Casa do Agricultor											210	249	459
15. Transferências Financeiras a Conceder	2.119	2.211	2.589	2.217	2.354	2.117	2.215	2.257	2.049	2.160	2.629	3.333	28.250
15.1. Câmara Municipal de Biquaçu	504	509	648	529	505	476	450	465	471	498	537	608	6.200
15.2. Fundo Municipal de Saúde	1.463	1.548	1.746	1.528	1.697	1.497	1.629	1.651	1.436	1.512	1.930	2.544	20.181
15.3. Fundo Municipal Meio Ambiente	56	57	72	59	56	53	50	52	52	55	60	67	689
15.4. BiquacuPrev	96	97	123	101	96	91	86	89	90	95	102	114	1.180
16. Reserva de Contingência	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92	100	1.112
17. Recursos sem Programação de Despesa													
18. Despesa Extra-Orçamentária	5.588												5.588
18.1. Restos a Pagar	4.882												4.882
18.2. Consignações	706												706
SOMA	11.490	7.380	8.807	8.324	8.725	9.994	9.160	8.259	8.810	10.127	35.737	43.238	170.051

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

ANEXO II DO DECRETO N° 35/2015													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8°) – R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
RECURSOS	6.644	4.221	5.642	5.895	6.175	5.905	6.157	6.326	5.579	4.812	4.766	4.535	
- Metas de Arrecadação de todas as Fontes	2.749	2.867	3.166	2.683	2.785	2.679	2.672	2.727	2.691	2.800	3.684	4.141	35.644
- Saldo Anterior	2.125	1.354	2.476	3.212	3.390	3.226	3.485	3.599	2.888	2.012	1.082	394	0
- Recursos não liberados em 2014	1.770												1.770
DESPESAS	5.290	1.745	2.430	2.505	2.949	2.420	2.558	3.438	3.567	3.730	4.372	4.535	39.533
1. Pessoal e Encargos Sociais	1.063	1.063	1.063	1.083	1.083	1.083	1.083	1.083	1.123	1.183	1.183	1.187	13.280
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários	980	980	980	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.040	1.100	1.100	1.100	12.280
1.2. Reserva para o 13° Vencimento	83	83	83	83	83	83	83	83	83	83	83	87	1.000
2. Demais Despesas Operacionais	332	682	1.337	1.422	1.866	1.337	1.475	2.355	2.444	2.542	2.339	2.508	20.633
2.2. Investimentos de Operações	8	10	15	18	20	20	20	22	22	24	25	30	234
2.3. Outras Despesas Operacionais	324	672	1.322	1.404	1.846	1.317	1.455	2.333	2.422	2.518	2.314	2.478	20.405
2.4. Limitação de empenhos	-287												-287
3. Projetos													
3.1. Const. do Hospital da Comarca de Biguaçu			30							5	850	840	1.725
3.2. Implant e Manut.de Polos de Academia Saúde			30							5			30
3.3. Construção ou Ampl. de Unidade de Saúde											800	840	1.640
3.4. Aquisição de Veículos											50		50
5. Despesa Extra-Orçamentária	4.182												4.182
5.1. Restos a Pagar	4.036												4.036
5.2. Consignações	146												146
SOMA	5.290	1.745	2.430	2.505	2.949	2.420	2.558	3.438	3.567	3.730	4.372	4.535	39.533

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
UNIDADE GESTORA: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ANEXO II DO DECRETO N° 35/2015													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8°) – R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
RECURSOS	226	207	214	224	227	225	220	202	210	218	238	234	
- Metas de Arrecadação de todas as Fontes	76	70	77	87	71	63	75	67	70	75	81	95	907
- Saldo Anterior	150	137	137	137	156	162	145	135	140	143	157	139	122
DESPESAS	89	70	77	68	65	80	85	62	67	61	99	112	933
3. Pessoal e Encargos Sociais	41	47	50	45	45	62	45	49	47	43	48	66	588
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários	37	43	46	41	41	58	41	45	43	39	44	62	540
1.2. Reserva para o 13° Vencimento	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	48
2. Demais Despesas Operacionais	20	23	27	23	20	18	40	13	20	18	51	46	319
2.2. Investimentos de Operações			14				15				15		44
2.3. Outras Despesas Operacionais	20	23	13	23	20	18	25	13	20	18	36	46	275
4. Despesa Extra-Orçamentária	28												
4.1. Restos a Pagar	14												14
4.2. Consignações	15												15
SOMA	89	70	77	68	65	80	85	62	67	61	99	112	933

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
UNIDADE GESTORA: BIGUAÇUPREV

ANEXO II DO DECRETO N° 35/2015														
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8°) – R\$ 1.000,00														
ESPECIFICAÇÃO		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
RECURSOS		57.329	57.386	57.279	57.445	57.975	57.794	57.572	57.742	57.158	57.144	57.204	57.511	
- Metas de Arrecadação de todas as Fontes		1.246	1.221	1.042	1.318	1.693	988	1.109	1.338	597	1.178	1.238	1.503	14.471
- Saldo Anterior		56.083	56.165	56.237	56.127	56.282	56.806	56.463	56.404	56.561	55.966	55.966	56.008	56.058
DESPESAS		1.164	1.149	1.152	1.163	1.169	1.331	1.168	1.181	1.192	1.178	1.196	1.453	14.496
1. Despesas de Pessoal e Encargos		293	292	293	298	301	449	303	316	318	325	322	573	4.083
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários		4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
1.2. Proventos de Aposentadoria e Pensão		289	288	289	294	297	445	299	312	314	321	318	569	4.035
2. Demais Despesas Operacionais		7	18	20	26	29	43	26	26	35	14	35	39	318
2.2. Investimentos de Operações							10			10				20
2.3. Outras Despesas Operacionais		7	18	20	26	29	33	26	26	25	14	35	39	298
3. Reserva de Contingência		839	839	839	839	839	839	839	839	839	839	839	841	10.070
4. Despesa Extra-Orçamentária		25												25
4.1. Restos a Pagar		24												24
4.2. Consignações		1												1
SOMA		1.164	1.149	1.152	1.163	1.169	1.331	1.168	1.181	1.192	1.178	1.196	1.453	14.496

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Willinger
PREFEITO MUNICIPAL

John Kennedy Lara da Costa
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Priscila Raimundo Pinheiro
Contadora CRC/SC 028726/O-6

jad

DECRETO Nº 035/2015 - ANEXO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO I DO DECRETO Nº 35/2015													
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2015 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00													
Fontes de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS PRIMÁRIAS	8.882	9.156	11.585	9.168	9.255	8.772	8.321	8.872	8.781	9.369	25.881	28.715	146.757
0.1.00.000 Recursos Ordinários	4.550	4.600	5.850	4.780	4.560	4.300	4.060	4.200	4.250	4.500	4.850	5.488	55.988
0.1.01.000 Recursos de Impostos p/ MDEB	730	870	1.520	833	800	790	815	834	805	920	1.046	1.392	11.355
0.1.02.000 Recursos de Impostos p/ASPS	1.610	1.720	2.020	1.540	1.630	1.520	1.514	1.565	1.525	1.635	1.795	2.107	20.181
0.1.03.000 Receita de Honorários de Advogados		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
0.1.04.000 Cosip	234	227	343	227	342	338	211	449	343	387	356	417	3.874
0.1.05.000 Cide											2	2	4
0.1.06.000 Transferências do Salário Educação	98	98	180	100	103	101	103	106	108	107	111	111	1.326
0.1.07.000 Transferências FNDE - PDDE										1	1	1	3
0.1.08.000 Transferências FNDE – PNAE Ensino Fund.			17	17	17	18	18	18	18	18	18	18	177
0.1.09.000 Transferências FNDE - PNATE			3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	32
0.1.10.000 Transferências FNDE – PNAE Ensino Infantil			32	32	32	33	33	33	33	33	33	33	327
0.1.11.000 Transferências FNDE - Brasil Carinhoso			5	5	6	6	6	6	6	6	6	6	58
0.1.12.000 Transferências FUNDEB - 89,93%	1.480	1.442	1.332	1.333	1.468	1.388	1.286	1.376	1.403	1.466	1.567	1.646	17.187
0.1.13.000 Transferências FUNDEB - 10,07%	52	54	50	50	55	52	48	51	52	55	55	56	630
0.1.16.000 Multas de Trânsito – Parte Polícia Civil	9	7	12	9	9	10	8	9	12	8	8	10	111
0.1.17.000 Multas de Trânsito - Parte Polícia Militar	9	7	12	9	9	10	8	9	12	8	8	10	111
0.1.18.000 Multas de Trânsito – Parte PMB	12	10	15	12	12	13	11	12	16	11	12	13	149
0.1.19.000 Outras Concessões e Permissões	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	59
0.1.26.000 Transferências de Pessoas										1	1	1	3
0.1.33.000 Serviços Especiais Polícia Militar - Bombeiros	11	25	20	44	34	14	20	25	18	30	26	31	298
0.1.34.000 Serviços com Equip. em Propr. Particular	1	7	7	6	6	7	7	6	6	7	8	8	76
0.1.37.061 Piso de Alta Complexidade	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
0.1.37.066 Índice de Gestão Descentralizada-Bolsa Família	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	71
0.1.37.069 Piso Básico Fixo-PAIF	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	144
0.1.37.070 Índice de Gestão Descentralizadas - SUAS				1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
0.1.37.072 Piso de Transição de Média Complexidade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
0.1.37.198 Acessuas	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	108
0.1.37.209 Serviços de Convivência e Fort.do Vínculo	13	13	13	13	13	13	14	14	14	14	14	14	162
0.1.37.211 Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	96
0.1.37.212 Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	27
0.1.37.213 Piso Fixo de Média Complexidade - Abord.Social	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	60

0.1.38.156 Co-Financ. Proteção Esp. de Alta Complexidade	8	8	8	8	9	9	9	9	9	9	9	9	104
0.1.38.177 Co-Financ. Proteção de Média Complexidade	6	6	6	6	6	6	6	6	7	7	7	7	76
0.1.38.200 Benefícios Eventuais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	14
0.1.38.210 Co-Financiamento Proteção Social Básica	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	27
0.1.70.020 Conv. Ministério das Cidades - Hab. Popular											1.000	1.000	2.000
0.1.70.021 Conv. Ministério Turismo - Sinaliz. e Portal Turist.											300	300	600
0.1.70.073 Conv. Minist. Agricultura – Form .da Patr. Agrícola											200	300	500
0.1.70.074 Conv. IPHAN - Restauração Casarão Wollinger											200	200	400
0.1.70.090 Conv. Minit. Esportes- Construção Eptos Esportivos											300	385	685

ANEXO I DO DECRETO N° 35/2014

DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2014 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00

Fontes de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
0.1.70.094 Conv. Minist. Cidades-Pavimentação de Ruas											1.000	1.000	2.000
010.1.70.097 Conv. Minist. Cidades- Drenagem Pluvial											2.900	3.000	5.900
0.1.70.098 Conv. Minist. Cidades - Drag. Rio e Fix.da Barra											8.000	9.000	17.000
0.1.70.137 Conv. Minist. Turismo - Rest. do Merc.Público											100	150	250
0. 0.1.70.140 Conv.c/MEC- Ampl. Da Rede Fís. de Ens. Infantil											350	400	750
0. 0.1.70.202-Conv.Minist.da Integração -Recup de Danos											250	250	500
0. 0.1.71.012 Convenio SDR – Manut. Transporte Escolar			78	78	78	78	78	78	78	78	78	80	782
0 0.1.71.028 Convênio SDR - Centro Integrado de Cultura											200	200	400
0. 0.1.71.095 Convênio SDR – Pavimentação de Ruas											1.000	1.000	2.000
R RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS	28	32	39	47	51	50	48	48	49	52	8.095	9.167	17.706
0.0.1.80.000 Recursos Ordinários	10	14	21	29	32	31	29	29	29	31	32	35	322
0.0.1.81.001 RDB – MDE/FUNDEB	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	25
0.0.1.81.002 RDB – MDE /SALÁRIO EDUCAÇÃO	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	40
0.0.1.81.003 RDB – CIDE/Infra Estrutura em Transporte												1	1
0.0.1.81.004 RDB – PNAE - Merenda Escolar Ens.Fund..												1	1
0.0.1.81.005 RDB – PNAE - Merenda Escolar Ensino Infantil												1	1
0.1.81.006 RDB – PNATE – Transporte Escolar												1	1
0.1.81.008 RDB – Multa de Transito – Parte Polícia Civil												1	1
0.1.81.009 RDB – Multa de Transito – Parte Polícia Militar												1	1
0.1.81.010 RDB – Multa de Transito – Parte Prefeitura												1	1

0.1.81.011 RDB – Convênio Transporte Escolar											1	1	2
0.1.81.058 RDB – Manutenção do FUN-REBOM										1	1	1	3
0.1.81.059 RDB – Manutenção do FIA												1	1
0.1.81.067 RDB – Manutenção do FMAS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	24
0.1.81.080 RDB – Manutenção do FMDR											1	1	2
0.1.81.118 RDB – Outros Recursos Vinculados	11	11	11	11	12	12	12	12	12	12	12	12	140
0.1.82.089 Operação de Credito Int. p/ Programa Educação											300	300	600
0.1.82.096 Badesc Pavimentação de Ruas											2.000	3.000	5.000
0.1.82.128 PNAFM											700	800	1.500
0.1.82.170 CEF - Pró-Transporte											5.000	5.000	10.000
0.1.85.099 Alienação Veículos Educação											40		40
SOMA	8.910	9.188	11.624	9.215	9.306	8.822	8.369	8.920	8.830	9.421	33.976	37.882	164.463

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I DO DECRETO Nº 35/2015													
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2015 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00													
Fontes de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS PRIMÁRIAS	1.133	1.140	1.140	1.136	1.147	1.152	1.149	1.154	1.158	1.156	1.859	2.022	15.346
0.2.20.000 ASPS - Outras Receitas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	5	50
0.2.27.000 ASPS – Tx. Fiscalização de Vigilância Sanitária	11	17	14	10	18	21	17	19	20	18	17	38	220
0.2.28.015 ASPS - Teto Municipal Rede de Urgência - UPA	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	181	181	2.162
0.2.28.042 ASPS - Piso de Atenção Básica - PAB-Fixo	137	137	137	137	138	138	138	138	138	138	138	138	1.652
0.2.28.043 ASPS - Piso Fixo de Vig.Sanitária - PFVISA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	25
0.2.28.044 ASPS - Componente Básico de Assist.Farm.	26	26	26	26	26	27	27	27	27	27	27	27	319
0.2.28.045 ASPS - Piso Fixo de Vig.Sanitária - ANVISA					1	1	1	1	1	1	1	1	8
0.2.28.046 ASPS - Agentes Comunitários de Saúde	114	114	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	1.378
0.2.28.047 ASPS - Saúde da Família	110	110	110	110	110	110	110	111	111	111	111	111	1.325
0.2.28.048 ASPS - SAMU-Serv.Atend. Médico de Urgência	21	21	21	21	22	22	22	22	22	22	22	22	260
0.2.28.049 ASPS - CEO-Centro de Espec. Odontológica	9	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	119
0.2.28.050 ASPS - Núcleo de Apoio Saúde Familiar-NASF	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	480
0.2.28.056 ASPS - Prog. Nac.de Atenção Domiciliar-EMAD	58	58	58	58	58	58	58	58	59	59	59	59	700
0.2.28.057 ASPS - Prog.Nac.Eq.Multiprof. de Apoio-EMAP	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	72
0.2.28.104 ASPS - Rede Brasil sem Miséria-protese dentária	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	60
0.2.28.107 ASPS - Piso Fixo de Vigilância em Saúde	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	228
0.2.28.108 ASPS - Incentivo de Quali. das Ações de Dengue	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	31
0.2.28.109 ASPS - Form.Inf.às Crianças Vert.Exp.ao HIV	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
0.2.28.110 ASPS - Custeio de Academia de Saúde	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	36

0.2.28.119 ASPS - Teto Municipal MAC -Amb.e Hospitalar	144	144	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	1.738
0.2.28.120 ASPS - Inc. ao Prog.Nac.HIV/AIDS e Outras DST	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	8	8	86
0.2.28.179 ASPS – Outros Prog.Financ.por Transf.Fdo a Fdo	108	108	108	108	108	108	108	108	109	109	109	109	1.300
0.2.28.184 ASPS - Saúde Bucal	13	13	13	13	13	13	14	14	14	14	14	14	162
0.2.28.187 ASPS - Rede Psico Social	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	336
0.2.28.193 ASPS - Programa Saúde na Escola	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	5	50
0.2.29.052 ASPS - Programa de Assist. Farmacêutica Básica	21	21	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	262
0.2.29.053 ASPS - Centro Especialidade Odontológicas	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	40
0.2.29.054 ASPS - Co-Financiamento - PAB	34	34	34	34	34	34	34	35	35	35	35	35	413
0.2.29.125 ASPS - MAC-Produção Ambulatório Hospitalar	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	240
0.2.30.000 ASPS - Prefeitura Municipal GCR	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	25
0.2.30.000 ASPS - Prefeitura Municipal Antônio Carlos	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	17
0.2.70.102 Convênio MS-UPA-Ampliação											150	200	350
0.2.70.172 Convênio MS - Construção da UBS											300	380	680
0.2.70.180 Programa Req. de UBS-Reforma/ampliação											250	260	510
RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS	6	7	6	7	8	7	9	8	8	9	30	12	117
0.2.81.041 ASPS – RDB Recursos do FMS	6	7	6	7	8	7	9	8	8	9	10	12	97
0.2.85.101 ASPS - Veículos da Saúde											20		20
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.610	1.720	2.020	1.540	1.630	1.520	1.514	1.565	1.525	1.635	1.795	2.107	20.181
0.1.02.000 ASPS	1.610	1.720	2.020	1.540	1.630	1.520	1.514	1.565	1.525	1.635	1.795	2.107	20.181
SOMA	2.749	2.867	3.166	2.683	2.785	2.679	2.672	2.727	2.691	2.800	3.684	4.141	35.644

MUNICÍPIO BIGUAÇU

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I DO DECRETO Nº 35/2015

DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2015 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00

Fontes de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS PRIMÁRIAS	20	13	5	28	15	10	25	15	17	19	20	27	214
0.2.36.000 Manutenção Fundação Meio Ambiente	20	13	5	28	15	10	25	15	17	19	20	27	214
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS									1	1	1	1	4
0.2.81.082 RDB de Recursos da FAMABI									1	1	1	1	4
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	56	57	72	59	56	53	50	52	52	55	60	67	689
0.1.00.000 Recursos Ordinários	56	57	72	59	56	53	50	52	52	55	60	67	689
SOMA	76	70	77	87	71	63	75	67	70	75	81	95	907

MUNICÍPIO BIGUAÇU
UNIDADE GESTORA: PREVBIGUAÇU

ANEXO I DO DECRETO Nº 35/2015													
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2015 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00													
Fontes de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
RECEITAS PRIMÁRIAS	708	680	697	678	677	715	691	679	369	693	704	925	8.216
0.2.32.000 Pagamento de Inativos e Pensionistas	671	643	660	641	640	677	653	641	331	655	666	887	7.765
0.2.35.000 Contr.Patr.Serv.Ativo Civil – Intra-Orçam.	37	37	37	37	37	38	38	38	38	38	38	38	451
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS	442	444	222	539	920	182	332	570	138	390	432	464	5.075
0.2.81.040 Rem.dos Invest.RPPS-Renda Fixa	441	443	221	538	918	180	330	568	136	388	430	462	5.055
0.2.81.165 Rem dos Invest.RPPS-Renda Fixa	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	20
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	96	97	123	101	96	91	86	89	90	95	102	114	1.180
0.1.00.000 Recursos ordinários	96	97	123	101	96	91	86	89	90	95	102	114	1.180
SOMA	1.246	1.221	1.042	1.318	1.693	988	1.109	1.338	597	1.178	1.238	1.503	14.471

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	John Kennedy Lara da Costa SECRETÁRIO DE FAZENDA	Priscila Raimundo Pinheiro CONTADORA CRC/SC-028726/O-6
---------------------------------------	---	---

ERRATA Nº 02 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 86/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 86/2014

Analisando o processo, verificou-se a ausência de valores unitários nos itens narrados no Anexo II do presente edital. Desta forma, necessário adequar a data para realização da sessão de licitação. Neste sentido, altera-se a errata anterior (nº1) e edital.

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 86/2014 - FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA A UP 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 22/01/2015, às 13h59min do dia 04/02/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 04/02/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (04/02/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (04/02/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 86/2015 - FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA A UP 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 17/03/2015, às 13h59min do dia 30/03/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 30/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (30/03/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas

sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (30/03/2015) tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 86/2014 - FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	2,00	UN	0,00	BOMBA DE INFUSÃO COM EQUIPO UNIVERSAL- MECANISMO PERISTÁLTICO ROTATIVO; PROGRAMAÇÃO: ML/H X VOLUME LIMITE E/ OU TEMPO X VOLUME LIMITE; ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA: 90V A 230 ML/H; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 6 HORAS À 25 ML/H; FLUXO DE INFUSÃO PROGRAMÁVEL: 0,1 À 1.000 ML/H COM INCREMENTOS DE 0,1 ML/H; VOLUME PROGRAMÁVEL: 0,1 A 9999 ML COM INCREMENTOS DE 0,1 ML/H; TAXA DE BOLUS: 3 A 15 ML; FUNÇÃO 'KEEP VEIN /OPEN' PROGRAMÁVEL 1 A 5 ML/H, COM INCREMENTOS DE 0,1 ML/H; FUNÇÕES ESPECIAIS: MEMÓRIA DA ULTIMA INFUSÃO, TITULAÇÃO E AJUSTE DO VOLUME DE ALARME; ALARME SONORO E AUDIOVISUAIS QUE INDICAM: FLUXO LIBRE, BATERIA BAIXA, BATERIA MUITO BAIXA, AR NA LINHA, FALHA DO GOTEJADOR, EQUIPO INCORRETO, OCLUSÃO, PORTA ABERTA, FIM DE INFUSÃO, KVO, EQUIPAMENTO PARADO.
2	2,00	UN		CADEIRA GIRATÓRIA TIPO CAIXA - ASSENTO E ENCOSTO COM ESPUMA INJETADA DE DENSIDADE; REVESTIDA EM COURO ECOLÓGICO; LÂMINA DE AÇO UNINDO ASSENTO E ENCOSTO; BASE TEM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS; PÉS COM CAPA PROTETORA; SISTEMA FLAGE NA BASE, NA COR PRETA.
3	10,00	UN		CADEIRA GIRATÓRIA TIPO PRESIDENTE COM BRAÇOS - ESTOFADO EM ESPUMA INJETADA, APOIO LOMBAR, ESPALDAR MÉDIO; REVESTIDO EM TECIDO DE POLIPROPILENO, BRAÇOS FIXOS, GIRATÓRIA, EIXO CENTRAL, COM REGULAGEM, PROTEÇÃO DAS BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO EM PERFIL DE PVC DE ALTO IMPACTO; ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO 4 PÉS PINTADA EM EPÓXI, NA COR PRETA.
4	20,00	UN		CADEIRA SEM BRAÇO COM QUATRO PÉS, ESTOFADO EM ESPUMA INJETADA, APOIO LOMBAR, ESPALDAR MÉDIO; REVESTIDO EM TECIDO DE POLIPROPILENO, PROTEÇÃO DAS BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO EM PERFIL DE PVC DE ALTO IMPACTO; ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO 4 PÉS PINTADA EM EPÓXI, NA COR PRETA
5	6,00	UN		CADEIRAS DE RODAS DOBRÁVEL, COM ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL. RODAS GRANDES TRASEIRAS COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA, DE 24" CM ROLAMENTO E DIANTERIAS PEQUENAS GIRATÓRIAS DE 8". ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADO EM ESPIRA RESISTENTE COM REVESTIMENTO EM COURVIN PRETO. BRAÇOS FIXOS E APOIOS PARA OS PÉS RECLINÁVEIS. FREIOS NAS RODAS GRANDES. CAPACIDADE DE PESO 100 KG.
6	2,00	UN		DETECTOR FETAL PORTÁTIL COM FREQUENCIA DE 50 A 250 BPM E TRADUTOR COM FREQUENCIA MÉDIA DE 2,25 MHZ. GABINETE EM ALUMÍNIO COM ESPAÇO TRASEIRO PARA GUARDA DO TRADUTOR E BATERIAS. PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPOXI DE ALTA RESISTENCIA. ALIMENTAÇÃO POR DUAS BATERIAS ALKALINAS DE 9 VOLTS, TENSÃO ELÉTRICA BIVOLT. ACOMPANHA CAPA DE COURO PARA TRANSPORTE.
7	10,00	UN		ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE ADULTO, PORTÁTIL, COMPOSTO DE BRAÇADEIRA/OBESA/COXO COM TUBO PARA BRAÇO COM CIRCUNFERÊNCIA DE 41 A 51, MANÔMETRO ANERÓIDE ADULTO, PÊRA DE INSULFLAÇÃO, VÁLVULA DE CONTROLE DE AR E VÁLVULA DE ESCAPE RÁPIDO. BRAÇADEIRA EM TECIDO DE NYLON OU LONA DE ALGODÃO ANTIALÉRGICO, RESISTENTE, FLEXÍVEL, MOLDÁVEL FACILMENTE AO BRAÇO COM FECHO DE VELCRO, MANGUITO CONFECCIONADO EM LATÉX OU BORRACHA SINTÉTICA, RESISTENTE E FLEXÍVEL. MANÔMETRO ANERÓIDE DOTADO DE BLINDAGEM PROTETORA CONTRA DESREGULAGEM OU CHOQUES. FACE DO VISOR GRAVADO DE FORMA A GARANTIR MAIOR PRECISÃO. FAIXA DE MEDIÇÃO 20 A 300 MMHG E PRECISÃO EM TORNO DE 2 MMHG. PÊRA ANATÔMICA E VALVULA DE AR QUE PROMOVEM UM CONTROLE DO ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DE AR. COM CERTIFICADO INMETRO

8	20,00	UN		ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE INFANTIL, PORTÁTIL, COMPOSTO DE BRAÇADEIRA, MANÔMETRO ANERÓIDE INFANTIL, PÊRA DE INSULFLAÇÃO, VÁLVULA DE CONTROLE DE AR E VÁLVULA DE ESCAPE RÁPIDO. BRAÇADEIRA EM TECIDO DE NYLON OU LONA DE ALGODÃO ANTIALÉRGICO, RESISTENTE, FLEXÍVEL, MOLDÁVEL FACILMENTE AO BRAÇO COM FECHO DE VELCRO, MANGUITO CONFECCIONADO EM LÁTEX OU BORRACHA SINTÉTICA, RESISTENTE E FLEXÍVEL. MANÔMETRO ANERÓIDE DOTADO DE BLINDAGEM PROTETORA CONTRA DESREGULAGEM OU CHOQUES. FACE DO VISOR GRAVADO DE FORMA A GARANTIR MAIOR PRECISÃO. FAIXA DE MEDIÇÃO 20 A 300 MMHG E PRECISÃO EM TORNO DE 2 MMHG. PÊRA ANATÔMICA E VALVULA DE AR QUE PROMOVEM UM CONTROLE DO ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DE AR
9	20,00	UN		ESTETOSCÓPIO ADULTO COM AUSCUTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TUBO LIVRE DE LÁTEX, DIAFRAGMA LISO EM POLICARBONATO. COM ANEL (ARO) ANTI-FRIO, HASTE AJUSTÁVEL E OLIVAS MACIAS.
10	10,00	UN		ESTETOSCÓPIO INFANTIL COM AUSCUTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TUBO LIVRE DE LÁTEX, DIAFRAGMA LISO EM POLICARBONATO. COM ANEL (ARO) ANTI-FRIO, HASTE AJUSTÁVEL E OLIVAS MACIAS.
11	2,00	UN	0,00	GANCHO DE HARTMAN PARA OUVIDO E CORPO ESTRANHO, 17 CM
12	20,00	UN		LANTERNA CLINICA CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, COM LÂMPADA DE 2,5V. COMPRIMENTO DE 13-16CM. ALIMENTAÇÃO POR PILHAS TIPO AAA(PALITO). ACOMPANHA PILHAS, CAPA PROTETORA E MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA DE 5 ANOS.
13	20,00	UN	0,00	LIXEIRA COM PEDAL E RODAS CAPACIDADE 100 LITROS- MATERIAL POLIETILENO ROTOMOLDADO DE MÉDIA DENSIDADE COLORIDO EM MASSA DA COR CINZA, FABRICADO EM UMA ÚNICA PEÇA, SEM SOLDAS OU EMENDAS, EQUIPADO COM TAMPA E RODAS DE BORRACHA MACIÇA, REFORÇADOS NOS PONTOS MAIS SUSCEPTÍVEIS DE SE DETERIORAREM. COM PEDAL CAPACIDADE 100 LITROS
14	2,00	UN		MONITOR CARDÍACO- ARQUITETURA MODULAR: FACILIDADE DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PARÂMETROS. TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COLORIDO E 12"(LCD TFT - MATRIZ ATIVA). SAÍDA PARA IMPRESSORA COLORIDA /LASER/ JATO DE TINTA/REGISTRADOR TÉRMICO E OUTROS; COMUNICAÇÃO COM CENTRAL DE MONITORAÇÃO, OUTROS MONITORES, OUTROS EQUIPAMENTOS OU REDES DE EQUIPAMENTOS; BATERIA INTERNA OU MODULAR RECARREGÁVEL; SAÍDA PARA MONITOR DE VÍDEO VGA EXTERNO; CÁLCULOS FISIOLÓGICOS DE OXIGENAÇÃO, HEMODINÂMICA, RESPIRATÓRIOS, FUNÇÃO RENAL E OUTROS; CÁLCULOS PARA DOSAGEM DE DROGAS, VENTILAÇÃO, ETC; SALVAMENTO AUTOMÁTICO DE TODOS OS AJUSTES E CONFIGURAÇÃO DO USUÁRIO, PERMITINDO RESTAURAÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES DE FÁBRICA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO 110 ~ 220V AUTOMÁTICO
15	10,00	UN	0,00	OTOSCÓPIO COMPLETO COM 5 ESPÉCULOS DE DIFERENTES CALIBRES SEM REFORÇO METÁLICO, CABO EM METAL CROMADO COM CAPA EMBORRACHADA PARA MELHOR ADERÊNCIA. COM LÂMPADA TIPO LED, TEMPERATURA DE 5.500K E VIDA ÚTIL ESTIMATIVA DE 30.000 HORAS. DEVE FUNCIONAR COM PILHAS E POSSUIR ESTOJO PARA ACONDICIONAMENTO DO CONJUNTO. DEVERÁ ACOMPANHAR UMA LÂMPADA
16	20,00	UN	0,00	OXÍMETRO DE DEDO PEDIÁTRICO , INTEGRADO COM SONDA DE SP O2"OXIGÊNIO" PARA USO DE BEBÊS, CRIANÇAS, E MÓDULOS DE DISPLAY DE PROCESSAMENTO. MEDIÇÃO PRECISA DO SP O2(35% A 99%), BATIMENTO CARDÍACO(30 BPM A 250 BPM). CURVA E BARRA INDICADORAS DE PULSAÇÃO; INDICADOR DE CARGA; FÁCIL OPERAÇÃO; UTILIZA 2 PILHAS AAA, TELA OLED DE 1,3'; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 86/2015 - FMS)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	2,00	UN	3.236,63	BOMBA DE INFUSÃO COM EQUIPO UNIVERSAL- MECANISMO PERISTÁLTICO ROTATIVO; PROGRAMAÇÃO: ML/H X VOLUME LIMITE E/ OU TEMPO X VOLUME LIMITE; ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA: 90V A 230 ML/H; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 6 HORAS À 25 ML/H; FLUXO DE INFUSÃO PROGRAMÁVEL: 0,1 À 1.000 ML/H COM INCREMENTOS DE 0,1 ML/H; VOLUME PROGRAMÁVEL: 0,1 A 9999 ML COM INCREMENTOS DE 0,1 ML/H; TAXA DE BOLUS: 3 A 15 ML; FUNÇÃO 'KEEP VEIN /OPEN' PROGRAMÁVEL 1 A 5 ML/H, COM INCREMENTOS DE 0,1 ML/H; FUNÇÕES ESPECIAIS: MEMÓRIA DA ÚLTIMA INFUSÃO, TITULAÇÃO E AJUSTE DO VOLUME DE ALARME; ALARME SONORO E AUDIOVISUAIS QUE INDICAM: FLUXO LIVRE, BATERIA BAIXA, BATERIA MUITO BAIXA, AR NA LINHA, FALHA DO GOTEJADOR, EQUIPO INCORRETO, OCLUSÃO, PORTA ABERTA, FIM DE INFUSÃO, KVO, EQUIPAMENTO PARADO.
2	2,00	UN	225,46	CADEIRA GIRATÓRIA TIPO CAIXA - ASSENTO E ENCOSTO COM ESPUMA INJETADA DE DENSIDADE; REVESTIDA EM COURO ECOLÓGICO; LÂMINA DE AÇO UNINDO ASSENTO E ENCOSTO; BASE TEM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS; PÉS COM CAPA PROTETORA; SISTEMA FLAGE NA BASE, NA COR PRETA.
3	10,00	UN	406,00	CADEIRA GIRATÓRIA TIPO PRESIDENTE COM BRAÇOS - ESTOFADO EM ESPUMA INJETADA, APOIO LOMBAR, ESPALDAR MÉDIO; REVESTIDO EM TECIDO DE POLIPROPILENO, BRAÇOS FIXOS, GIRATÓRIA, EIXO CENTRAL, COM REGULAGEM, PROTEÇÃO DAS BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO EM PERFIL DE PVC DE ALTO IMPACTO; ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO 4 PÉS PINTADA EM EPÓXI, NA COR PRETA.
4	20,00	UN	106,46	CADEIRA SEM BRAÇO COM QUATRO PÉS, ESTOFADO EM ESPUMA INJETADA, APOIO LOMBAR, ESPALDAR MÉDIO; REVESTIDO EM TECIDO DE POLIPROPILENO, PROTEÇÃO DAS BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO EM PERFIL DE PVC DE ALTO IMPACTO; ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO 4 PÉS PINTADA EM EPÓXI, NA COR PRETA
5	6,00	UN	561,54	CADEIRAS DE RODAS DOBRÁVEL, COM ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL. RODAS GRANDES TRASEIRAS COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA, DE 24" CM ROLAMENTO E DIANTERIAS PEQUENAS GIRATÓRIAS DE 8". ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADO EM ESPIRA RESISTENTE COM REVESTIMENTO EM COURVIN PRETO. BRAÇOS FIXOS E APOIOS PARA OS PÉS RECLINÁVEIS. FREIOS NAS RODAS GRANDES. CAPACIDADE DE PESO 100 KG.
6	2,00	UN	699,70	DETECTOR FETAL PARA MONITORAÇÃO DE FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL -TIPO PORTÁTIL- RECURSOS : FCF DE 50 A 210 BPM; CONTROLES DE VOLUME E SENSIBILIDADE; FREQUÊNCIA DE 2,25 MHZ; POTÊNCIA DE PELO MENOS 1,2 W; INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA ; ACESSÓRIOS: TRANSDUTOR; BOLSA PARA TRANSPORTE; GEL. ALIMENTAÇÃO : BATERIA DE 9 V OU PILHA TIPO AA. REGISTRO NA ANVISA.
7	10,00	UN	88,22	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO: APARELHO MEDIDOR DE PRESSÃO ARTERIAL (ANERÓIDE), EM ESTOJO, COM ESCALA DE 0-300 MM HG, COM PRECISÃO DE MAIS OU MENOS 3 MM HG. CAIXA METÁLICA EM INOX OU AÇO, PINTADA EM EPÓXI COM BRAÇADEIRAS EM TECIDO ANTI-ALÉRGICO FLEXÍVEL E RESISTENTE COM FECHO DE METAL. BOLSA INFLÁVEL DE BORRACHA DE FORMADO LAMINAR, ENVOLVIDA POR UMA CAPA DE TECIDO INELÁSTICO E CONECTADA POR UM TUBO DE BORRACHA SEM EMENDAS, COM MANÔMETRO E POR OUTRO TUBO, A UMA PÊRA COM VÁLVULA DE METAL QUE PERMITA RETENÇÃO E ESVAZIAMENTO DO AR DE ACORDO COM CERTIFICADO DE GARANTIA E NORMAS DO INMETRO.
8	20,00	UN	51,35	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL: APARELHO MEDIDOR DE PRESSÃO ARTERIAL (ANERÓIDE), EM ESTOJO, COM ESCALA DE 0-300 MM HG, COM PRECISÃO DE MAIS OU MENOS 3 MM HG. CAIXA METÁLICA EM INOX OU AÇO, PINTADA EM EPÓXI COM BRAÇADEIRAS EM TECIDO ANTI-ALÉRGICO FLEXÍVEL E RESISTENTE COM FECHO DE METAL. BOLSA INFLÁVEL DE BORRACHA DE FORMADO LAMINAR, ENVOLVIDA POR UMA CAPA DE TECIDO INELÁSTICO E CONECTADA POR UM TUBO DE BORRACHA SEM EMENDAS, COM MANÔMETRO E POR OUTRO TUBO, A UMA PÊRA COM VÁLVULA DE METAL QUE PERMITA RETENÇÃO E ESVAZIAMENTO DO AR DE ACORDO COM CERTIFICADO DE GARANTIA E NORMAS DO INMETRO.
9	20,00	UN	17,50	ESTETOSCÓPIO ADULTO COM AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TUBO LIVRE DE LÁTEX, DIAFRAGMA LISO EM POLICARBONATO. COM ANEL (ARO) ANTI-FRIO, HASTE AJUSTÁVEL E OLIVAS MACIAS.
10	10,00	UN	23,20	ESTETOSCÓPIO INFANTIL COM AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TUBO LIVRE DE LÁTEX, DIAFRAGMA LISO EM POLICARBONATO. COM ANEL (ARO) ANTI-FRIO, HASTE AJUSTÁVEL E OLIVAS MACIAS.

11	2,00	UN	28,57	GANCHO DE HARTMAN PARA OUVIDO E CORPO ESTRANHO, 17 CM
12	20,00	UN	50,99	LANTERNA CLÍNICA PARA EXAMES, FUNCIONAMENTO COM PILHAS AA OU AAA, LÂMPADA INCANDESCENTE E CLIPE TIPO CANETA. COM CERTIFICADO E GARANTIA E NORMA DO INMETRO.
13	20,00	UN	183,75	LIXEIRA COM PEDAL E RODAS CAPACIDADE 100 LITROS- MATERIAL POLIETILENO ROTOMOLDADO DE MÉDIA DENSIDADE COLORIDO EM MASSA DA COR CINZA, FABRICADO EM UMA ÚNICA PEÇA, SEM SOLDAS OU EMENDAS, EQUIPADO COM TAMPA E RODAS DE BORRACHA MACIÇA, REFORÇADOS NOS PONTOS MAIS SUSCEPTÍVEIS DE SE DETERIORAREM. COM PEDAL CAPACIDADE 100 LITROS
14	2,00	UN	8.017,33	MONITOR MULTIPARÂMETRO COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ECG:POSSUI; RESPIRAÇÃO:POSSUI; OXIMETRIA DE PULSO:POSSUI; PRESSÃO NÃO INVASIVA: POSSUI; ANÁLISE SEGMENTO ST: POSSUI; TEMPERATURA: POSSUI. MONITORAÇÃO: ADULTO, INFANTIL E NEONATAL; TELA TIPO: LCD TFT COLOR MATRIZ ATIVA. TAMANHO MÍNIMO DE 10 POLEGADAS. PESO MÁXIMO DO EQUIPAMENTO EXCLUINDO ACESSÓRIOS 6,0KG. ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA 50/60 HERTZ. DEVE ACOMPANHAR BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 120MINUTOS. POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO ATRAVÉS DE UPGRADE, IDENTIFICAÇÃO VISUAL NA TELA DE MARCAPASSO. MÓDULOS DOS PARÂMETROS DE INSTALAÇÃO INTERNA, SEM INTERFERÊNCIA DO USUÁRIO NA CONEXÃO DOS MÓDULOS. ALARMES: ÁUDIOS VISUAIS, PRIORIDADES: 3 TIPOS (BAIXA, MÉDIA E ALTA), AJUSTÁVEIS PARA TODOS OS PARÂMETROS. TENDÊNCIAS: ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 48 HORAS DE TENDÊNCIAS GRÁFICA E TABULAR DE TODOS OS PARÂMETROS. PROTEÇÃO: CONTRA DESCARGA DE DESFIBRILADOR; CONTRA BISTURI ELÉTRICO. PARÂMETRO DE ECG: POSSUI - FINALIDADE DE MONITORIZAÇÃO DE ECG COM APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DE 7 TRAÇADOS; DERIVAÇÕES: POSSIBILIDADE DE 7 DERIVAÇÕES; FAIXA DE MEDIÇÃO DE FREQUÊNCIA CARDÍACA: 15 A 250BPM NO MÍNIMO; RECURSOS: RECONHECIMENTO DE ELETRODO SOLTO; ANÁLISE DE ARRITMIA SEGMENTO ST. DETECÇÃO DE MARCAPASSO; DEVE ACOMPANHAR ACESSÓRIOS: 01 CABO PACIENTE DE 5 VIAS ATERRADO. PARÂMETRO DE RESPIRAÇÃO: POSSUI - FINALIDADE: CONTROLE DA FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA COM CURVAS DE TENDÊNCIAS; FAIXA DE MEDIÇÃO DE FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA: 5 A 150 MOVIMENTOS RESPIRATÓRIOS POR MINUTO NO MÍNIMO. PARÂMETRO DE TEMPERATURA: POSSUI - FINALIDADE: MEDIÇÃO CONTINUA DE TEMPERATURA; FAIXA DE MEDIÇÃO DE TEMPERATURA: 15 A 45°C NO MÍNIMO; ACESSÓRIOS: 01 SENSOR DE PELE; 1 SENSOR RETAL. PARÂMETRO DE OXIMETRIA: POSSUI - PRECISÃO + OU - 2% DE 70 - 100% + OU - 3% DE 50 - 69%. APRESENTAÇÃO: CURVA PLETISMOGRÁFICA E VALOR NUMÉRICO; FAIXA DE MEDIÇÃO DE OXIMETRIA: 1 A 100% DE SATURAÇÃO DE O2, DEVERÁ POSSUIR TECNOLOGIA BCI, NELLCOR OU MASSIMO. ACESSÓRIOS: 02 SENSORES ADULTO, 02 SENSORES PEDIÁTRICOS E 02 SENSORES NEONATAIS TIPO "Y", 02 CABOS EXTENSOR. PARÂMETRO DE PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA: POSSUI - FINALIDADE: MEDIÇÃO PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO: OSCILOMÉTRICA. MODO DE MEDIDAS AUTOMÁTICO: PARA 120 MINUTOS NO MÍNIMO. MODO MANUAL: UMA MEDIÇÃO, MODO CONTINUO OU STAT: MEDIDAS CONSECUTIVAS POR 5 MINUTOS. INTERVALO DE MEDIDAS: ADULTO: 40 A 240 MMHG NO MÍNIMO. NEONATAL: 20 A 125 MMHG NO MÍNIMO, DISPARO E CANCELAMENTO DE MEDIDAS ATRAVES DE UMA ÚNICA TECLA. ACESSÓRIOS: 02 MANGUEIRA E 02 BRAÇADEIRAS (CUFF) ADULTO, 02 MANGUEIRA E 02 BRAÇADEIRAS (CUFF) OBESO, 02 MANGUEIRA E 02 BRAÇADEIRAS (CUFF) PEDIÁTRICA. APRESENTAR CERTIFICADO DO REGISTRO NA ANVISA (APRESENTAR COMPROVANTE DO REGISTRO OU PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO). FORNECER MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS IMPRESSO. GARANTIA TOTAL DO EQUIPAMENTO DE 1 ANO APÓS A INSTALAÇÃO. GARANTIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM 01 ANO COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS PEÇAS, EXCETO ACESSÓRIOS, OU SUBSTITUIÇÃO DO EQUIPAMENTO CASO SE TORNAR INVIÁVEL AO FIM QUE SE DESTINA.NA PROPOSTA ESCRITA DEVERÁ SER APRESENTADO REGISTRO DA ANVISA.

15	10,00	UN	429,96	OTOSCÓPIO: OTOSCOPIO, COM CABO EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA PILHAS MÍDIAS RECARREGÁVEIS, CABEÇOTE PARA ESPÉCULOS COM L MPADA, REGULADOR DE ALTA E BAIXA LUMINOSIDADE E ENCAIXE COM SISTEMA DE ROSCA PARA VISOR SOBRESSALENTE, VISOR ARTICULADO AO CABEÇOTE E MÓVEL, 5 ESPÉCULOS ANTIREFLEXO COM ENCAIXE DE METAL CROMADO, CABO EM METAL COM CAPA ANTIDERRAPANTE PARA MELHOR EMPUNHADURA COM REGULAGEM DE INTENSIDADE DE LUZ, REUTILIZÁVEIS E EM DIFERENTES CALIBRES, ACOMPANHA L MPADA E VISOR SOBRESSALENTE, E ESPÉCULOS DESCARTÁVEIS NAS SEGUINTE QUANTIDADES E MEDIDAS MÍNIMAS : 5 ESPÉCULOS DE 2 MM DE DI METRO EXTERNO, 5 ESPÉCULOS DE 3 MM DE DI METRO EXTERNO, 3 ESPÉCULOS DE 4 MM DE DI METRO EXTERNO, 3 ESPÉCULOS DE 5 MM DE DI METRO EXTERNO, BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO, FUNCIONA COM 02 PILHAS MÉDIAS (NÃO INCLUSAS), ACOMPANHA BASE CARREGADOR DE BATERIAS COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLTS (110 E 220V) - 60 HZ. O EQUIPAMENTO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE COPIA DO REGISTRO NA ANVISA; MANUAL TÉCNICO E DE OPERAÇÃO, EM PORTUGUÊS; CERTIFICADO DE GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO.
16	20,00	UN	254,43	OXÍMETRO DE PULSO: OXÍMETRO DE PULSO, COM CURVA PLESTIMOGRÁFICA, PARA MONITORIZAÇÃO NÃO INVASIVO DA SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO DA HEMOGLOBINA ARTERIAL DE PACIENTES: NEONATAL, PEDIÁTRICO E ADULTO; MODELO DE MESA DEVE POSSUIR DISPLAY DIGITAL PARA APRESENTAÇÃO DE PELO MENOS SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO, FREQUÊNCIA CARDÍACA E PLESTIMOGRAMA; COM TELA TIPO DISPLAY DE LCD MATRIZ ATIVA, RETROILUMINADO, TFT OU OUTRO DE FÁCIL VISIBILIDADE; SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO APRESENTADA DE FORMA A ABRANGER A FAIXA DE 30% A 100%; SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO COM PRECISÃO DE $\pm 2\%$, OU MELHOR, DENTRO DA FAIXA DE 80% A 100%; DEVE POSSUIR UM TEMPO DE RESPOSTA DE NO MÁXIMO 10 SEGUNDOS; DEVE POSSUIR ALARMES AUDIOVISUAIS, COM LIMITES AJUSTÁVEIS, PARA ALTA E BAIXA SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO, E ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BEEP PULSE COM AJUSTE DE VOLUME OU DESLIGADO, DEVE POSSUIR ALARME AUDIOVISUAL PARA DESCONEXÃO OU FALHA DO SENSOR, E PULSO FRACO ALARME VISUAL PARA A BAIXA CARGA DA BATERIA; MEMÓRIA PARA ACOMPANHAR TENDÊNCIAS DOS PAR METROS NO MÍNIMO DE 12 HORAS. SAÍDA RS 232 PARA FREQUÊNCIA CARDÍACA E SPO2. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 110/220V BIVOLT AUTOMÁTICO - 60 HZ, BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL (COM CARREGADOR INTEGRADO OU ACOPLADO AO EQUIPAMENTO) COM AUTONOMIA MAIOR QUE 120 MINUTOS COM PLENA CARGA DA BATERIA.; DEVE POSSUIR SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE ALIMENTAÇÃO POR BATERIA NO CASO DE FALHA DA LINHA DE FORÇA; DEVE POSSUIR INDICAÇÃO VISUAL DO TIPO DE ALIMENTAÇÃO EM USO (LINHA DE FORÇA OU BATERIA). ACOMPANHAM: BATERIA; 3 (TRES) CABOS SENSORES DE DEDO COMPLETOS, REUTILIZÁVEIS PARA PACIENTE, SENDO 01 (UM) ADULTO, 01 (UM) PEDIÁTRICO E 01 (UM) NEONATAL. COMPRIMENTO DO CABO DE APROXIMADAMENTE 3 METROS (+/- 20%); TODOS OS ACESSÓRIOS E COMPONENTES NECESSÁRIOS A PERFEITA INSTALAÇÃO E NORMAS DO INMETRO..

As demais informações constantes no Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 13 de março de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

PP 50/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 50/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA) OU AUTÔNOMO (PESSOA FÍSICA), PARA MINISTRAR CURSOS DE ARTES APLICADAS E CORTE E COSTURA NO CENTRO PROFISSIONALIZANTE - CEP.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 30 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 30 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2015 PMB

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA PARA ATENDER O CONSELHO TUTELAR DE BIGUAÇU, NO ENDEREÇO AV. RIO BRANCO, 89 -SALA 5 - CENTRO BIGUAÇU.

CONTRATADO: JONAS COSTA DOS REIS

VALOR: R\$ 1.049,26 (um mil quarenta e nove reais e vinte e seis centavos) mensais, por um período de 12 (doze) meses, totalizando o valor de R\$ 12.591,12 (doze mil quinhentos e noventa e um mil vinte e seis centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.058

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.10.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

X - para a compra e locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n. 8.883, de 08/06/94).

JUSTIFICATIVA: Trata-se de locação de um imóvel para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para atender o Conselho Tutelar de Biguaçu. O valor do imóvel locado é compatível com o mercado, conforme parecer técnico emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão, elencado ao processo e atende às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O contratado apresentou todos os documentos exigidos pela contratada, dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 09 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2015 PMB

OBJETO: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL SITUADA NA RUA RIO BRANCO, CENTRO DE BIGUAÇU PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

CONTRATADO: JONAS COSTA DOS REIS

VALOR: R\$ 4.053,40 (quatro mil, cinquenta e três reais e quarenta centavos) mensais, por um período de 12 (doze) meses, totalizando o valor de R\$ 48.640,80 (quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.058

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.10.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

X - para a compra e locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n. 8.883, de 08/06/94).

JUSTIFICATIVA: Trata-se de locação de um imóvel para uso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação e Tecnologia. O valor do imóvel locado é compatível com o mercado, conforme parecer técnico emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão, elencado ao processo e atende às necessidades da referida Secretaria.

O contratado apresentou todos os documentos exigidos pela contratada, dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 09 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 59/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 27 março, 2015, no Setor de Licitações

desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 27 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 (CONVITE)

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

CNPJ: 73.564.064/0001-99

RUA: HERMÓGENES PRAZERES, Nº 79, CENTRO, BIGUAÇU/SC

CEP 88.160-000

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 (CONVITE)

A Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 073/2015, de 02 de março de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 20 de março de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 20 de março de 2015, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 03/2015 na MODALIDADE CONVITE, para aquisição de materiais e serviços necessários à realização de eventos promovidos pela CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU no ano de 2015.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 - Ramal 217.

Biguaçu/SC, 13 de março de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.584/2015

DECRETO N. 10.584, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS FERRAMENTAS E DA BASE DE DADOS DO "PORTAL TRANSPARÊNCIA BLUMENAU".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, combinado com o art. 75, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Blumenau na internet, mecanismo que permita ao cidadão manifestar suas opiniões, críticas e sugestões para o aprimoramento das ferramentas e da base de dados do "Portal Transparência Blumenau".

Parágrafo único. O mecanismo de participação popular descrito no caput deste artigo integra o conjunto das 16 (dezesseis) medidas previstas na segunda geração do Pacote de Ações de Transparência e Controle Social a que se refere o § 1º do art. 2º do Decreto n. 10.499, de 09 de dezembro de 2014.

Art. 2º Qualquer cidadão, mediante cadastro único com seus dados pessoais de identificação, poderá avaliar as funcionalidades do "Portal Transparência Blumenau".

Art. 3º Nos links disponíveis no "Portal Transparência Blumenau" constarão o número de manifestações positivas e negativas a cada ferramenta.

Art. 4º A Diretoria de Sistemas da Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG viabilizará o desenvolvimento e implantação da funcionalidade ora instituída em até 90 (noventa) dias da data da publicação do presente Decreto, renováveis pelo mesmo período.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.585/2015

DECRETO Nº 10.585, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PODER EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, incisos V, VII e XXIV, e na forma do 75, inciso I, alíneas "a" e "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o disposto no §4º do art. 9º da Lei Complementar Nacional nº. 101, de 04 de maio de 2000, que determina a realização de audiências públicas a cada quadrimestre para

demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais;

CONSIDERANDO as sugestões de aperfeiçoamento deste mecanismo de controle recebidas de entidades da sociedade civil;

DECRETA:

Art. 1º. A transparência da gestão fiscal no âmbito do Município de Blumenau será assegurada mediante incentivo à participação popular, com a realização de audiências públicas no âmbito da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização da Câmara Municipal de Vereadores e na sede do Observatório Social de Blumenau - OSBLU.

§1º As audiências públicas serão realizadas, anualmente, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.

§2º Nas audiências públicas referidas neste artigo, o Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Art. 2º. A organização das audiências públicas para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre fica delegada à Diretoria de Receita da Secretaria Municipal de Fazenda, em conjunto com a Diretoria de Orçamento da Secretaria Municipal de Gestão Governamental.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.586/2015

DECRETO Nº 10.586, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

REGULAMENTA A LEI NACIONAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, incisos V e VII, e na forma do 75, inciso I, alíneas "a" e "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o direito fundamental de acesso à informação, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº. 12.527, de 18 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para garantia deste direito fundamental,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Nacional n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, estabelecendo os procedimentos a serem adotados para garantir o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo do Município de Blumenau, de acordo com o inciso XXXIII do art. 5º, do inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, as pessoas que com eles atuem em regime jurídico de parceria voluntária ou de mútua cooperação, as pessoas sujeitas à prestação de contas nos termos do art. 170 da Constituição e os prestadores de serviço público de titularidade

do Município assegurarão a qualquer interessado o direito fundamental de acesso à informação, que será efetivado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as disposições desta Lei.

§1º As entidades privadas ficam subordinadas relativamente aos recursos que receberem do Poder Executivo Municipal, mediante subvenções, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

§2º O acesso a documento preparatório ou a informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Art. 3º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I - às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;

II - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, dentre as quais os sigilos fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial e o segredo de justiça;

III - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

IV - às informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Parágrafo único. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, Vice-Prefeito, seus cônjuges ou companheiros e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo enquanto estiverem no exercício do mandato.

Art. 4º Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial.

§1º O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

§2º As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 5º As informações de utilidade pública, os detalhamentos de todas as receitas, despesas, operações de crédito e controles, bem como outras exigidas pela legislação serão publicadas e atualizadas rotineiramente no Portal da Transparência de cada um dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, atendendo aos seguintes requisitos:

I - conter formulário para requerimento de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

IV - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

V - indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente, por via eletrônica ou telefônica, com o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;

VI - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Art. 6º É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

§1º O Portal da Transparência da Administração Direta ficará disponível em www.blumenau.sc.gov.br/transparencia, devendo os portais de transparência das entidades da Administração Indireta manter um "link" de redirecionamento a ele.

§2º As informações disponíveis em outros sítios poderão ser disponibilizadas por meio de "links" de redirecionamento às mesmas.

Art. 7º Deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta as seguintes informações de interesse público, entre outros:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, endereço eletrônico e telefone de contato dos secretários municipais e diretores, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - receita orçamentária arrecadada;

IV - repasses ou transferências de recursos financeiros;

V - execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;

VI - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, contratos firmados e documentos a eles relacionados, empenhos e liquidações;

VII - remuneração, subsídio, proventos, pensões e vantagens pecuniárias de qualquer natureza dos cargos, postos, graduação, função e emprego público;

VIII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;

IX - contato institucional da Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios.

Art. 8º O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC da Administração Direta, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Governamental, ficará instalado na Praça do Cidadão com competência para:

I - disponibilizar atendimento presencial ao público;

II - receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso às informações;

III - orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis no Portal da Transparência de Blumenau;

IV - zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas.

§1º No âmbito da Administração Direta, os pedidos de acesso à informação serão analisados previamente pela Procuradoria Geral do Município e monitorados pela Gerência de Transparência da Secretaria Municipal de Gestão Governamental.

§2º Os órgãos e entidades da Administração Indireta deverão criar e regulamentar, no que couber, o seu próprio Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Art. 9º Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso ou requerer as informações no SIC ou, preferencialmente, de forma eletrônica nos Portais de Transparência.

§1º O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida, sendo vedadas exigências relativas aos motivos do pedido, exceto na hipótese de informação sigilosa necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais;

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da resposta requerida.

§2º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados;

IV - que não sejam de competência do requerido, devendo este indicar o local onde se encontram as informações.

Art. 10. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo atenderão de forma gratuita o pedido de acesso à informação cujos custos do serviço de busca e fornecimento da informação some até R\$ 10,00 (dez reais).

§1º Será cobrado o ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados para reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada que supere o valor de R\$ 10,00 para cada pedido.

§2º Estará isento de ressarcir os custos previstos no §1º, deste artigo, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§3º Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.

Art. 11. A informação solicitada será disponibilizada pelo SIC imediatamente, ou enviada, no prazo de até dez dias úteis, ao endereço físico ou eletrônico do requerente.

§1º O prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias úteis, mediante justificativa expressa da autoridade responsável pela prestação da informação, devendo ser dada ciência ao requerente antes do término do prazo inicial de 10 (dez) dias úteis.

§2º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação dispensando seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

§3º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será comunicada data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação.

§4º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o requerido deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§5º Na impossibilidade de obtenção de cópia, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão do requerido, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 12. Não sendo possível o fornecimento da informação, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC deverá:

I - apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso à informação pretendida;

II - comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, quem a detém, ou cientificar o interessado da remessa de seu pedido de acesso à informação a quem a detém;

III - comunicar, no caso de informação classificada com sigilo reservado ou secreto, o seu fundamento legal e código de indexação, bem como a possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará;

IV - informar sobre a possibilidade de interposição de reclamação, caso o requerente entenda que haja omissão, contradição ou obscuridade na resposta, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, e a autoridade para quem deva ser dirigida.

Art. 13. A reclamação ou recurso deverão ser apresentados no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que os encaminhará à autoridade hierarquicamente superior a que exarou a decisão impugnada.

§1º Caso a decisão impugnada tenha sido exarada pela autoridade máxima, o recurso será recebido como pedido de reconsideração a ser apreciado pela mesma autoridade.

§2º O prazo de decisão sobre o recurso ou reclamação é de 05 (cinco) dias.

§3º Mantida novamente a negativa de acesso à informação, é cabível novo recurso, no prazo de 10 (dez) dias, dirigida a Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Art. 14. Na aplicação deste Decreto serão observadas as questões sobre divulgação de informações por terceiros que não compõem a Administração Pública, restrições de acesso à informação e responsabilidades previstas na Lei Nacional n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 e as disposições do Decreto Federal n. 7.724, de 16 de maio de 2012, e do Decreto Federal n. 7.845, de 14 de novembro de 2012.

Art. 15. No âmbito do Poder Executivo, a classificação de informação é de competência:

I - Prefeito;

II - Vice-Prefeito;

III
SECRETÁRIOS Municipais;

IV - Intendentes Distritais;

V - Procurador Geral do Município;

VI - Diretor de Controle Interno do Município.

VII - das autoridades máximas das entidades da Administração Pública Indireta;

Parágrafo único. A competência prevista neste artigo poderá ser delegada, pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, devendo o ato de delegação e sua revogação serem publicados no Diário Oficial, vedada a subdelegação.

Art. 16. O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser apresentado independentemente de existir prévio pedido de acesso à informação.

Parágrafo único. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação pela autoridade classificadora, caberá reclamação ou recurso.

Art. 17. Fica criada a Comissão Mista de Reavaliação de Informações com a seguinte composição:

I - um representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - um representante da Secretaria Municipal de Gestão Governamental;

III - um representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

IV - um representante do Gabinete do Prefeito;

V - um representante da Procuradoria Geral do Município;

VI - um representante da Diretoria de Controle Interno do Município;

VII - um representante da OAB Blumenau;

VIII - um representante do Observatório Social de Blumenau.

§1º Os titulares dos órgãos referidos do caput deste artigo poderão indicar para representá-los o diretor geral ou outro diretor auxiliar e, quando não houver, um servidor ocupante de cargo ou função diverso, a seu critério.

§2º A indicação e nomeação dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações é da responsabilidade do Prefeito Municipal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§3º O membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá ser exonerado da função nos casos de renúncia, falta injustificada a três reuniões consecutivas ou desligamento do órgão que representa.

§4º A Presidência da Comissão Mista de Reavaliação de Informações será indicada pelo Prefeito Municipal dentre os seus membros, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido por uma única vez.

§5º A Comissão Mista de Reavaliação de Informações atuará junto à Secretaria Municipal de Gestão Governamental.

Art. 18. Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poderes Executivo:

I - manter registro dos titulares de cada órgão e entidade para decisão quanto ao acesso a informações e dados sigilosos da respectiva área;

II - requisitar da autoridade que classificar informação como sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III - rever em no máximo quatro anos, a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação do interessado;

IV - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

V - julgar, até a terceira reunião ordinária ao seu protocolo, os recursos ou reclamações, sobrestando-se as demais deliberações da Comissão;

VI - revisar a classificação atual de informações, no prazo máximo de dois anos após a publicação do presente Decreto, sob penas de desclassificação automática.

Art. 19. As deliberações da Comissão Mista de Reavaliação de Informações serão tomadas:

I - por maioria absoluta, quando envolverem A aprovação e alteração de seu regimento interno e as competências previstas nos incisos III e VI;

II - por maioria simples dos votos, nos demais casos.

Parágrafo único. A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações no prazo previsto no inciso III do art. 18, deste Decreto, implicará a desclassificação automática das informações.

Art. 20. Ao Presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informações cabe:

I - presidir os trabalhos da Comissão;

II - aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;

III - dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem, e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;

IV - designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;

V - convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões;

VI - remeter ao Secretário Municipal de Gestão Governamental a ata com as decisões tomadas pelo colegiado, para serem encaminhadas ao Prefeito Municipal.

Art. 21. No âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, a Secretaria Municipal de Gestão Governamental exercerá as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos deste Decreto;

II - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

III - orientar as unidades no que se refere ao cumprimento deste Decreto;

IV - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

V - capacitar e orientar agentes públicos e, no que couber, terceiros sujeitos ao presente Decreto, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência ativa e passiva;

VI - avaliar, monitor e publicar relatórios periódicos, anuais e estatísticos quanto ao cumprimento deste Decreto;

VII - definir dos formulários de requerimento e recursos, que estarão à disposição nos Portais da Transparência na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Art. 22. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 23. As disposições deste Decreto não excluem outras hipóteses de garantia do direito fundamental de acesso à informação previstas em lei.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em de de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVENIO Nº 29.01.042/2014 - FMAS EXTRATO DO CONVENIO Nº 29.01.042/2014

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU/APAE
-------------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso municipal, para custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adultos de 18 a 59 anos e idosos, sob o nível de Proteção Social Básica, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com o Decreto Municipal nº 10.234, de dezembro de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Convênio tem fundamento legal nas Leis Federais nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, n 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, no Decreto Municipal 10.234

de 20 de novembro de 2013, na Lei Municipal Complementar nº. 945, de 11 de novembro de 2014, no Decreto Municipal nº. 7.675 de 06 de maio de 2004 e alterações e na Resolução CMAS nº. 65/2014 e anexos.

VALOR: R\$ 65.124,00 (sessenta e cinco mil e cento e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio terá a vigência de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS	DESCRIÇÃO
Órgão:	29
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.244.0010.2152
Modalidade/Rubrica/Dotação:	3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0100.00000

DATA: 15 de dezembro de 2014

EXTRATO TERMO REVOGAÇÃO CONVENIO 29.01.009/14 - FMAS

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO DO CONVENIO Nº 29.01.009/2014

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU - APAE
-------------	---

Fica denunciado o Convênio nº. 29.01.009/2014, na forma prevista na cláusula décima terceira do convênio, cessando seus efeitos, direitos e deveres a partir de 11 de fevereiro de 2015.

DATA: 11 de fevereiro de 2015

EXTRATO TERMO REVOGAÇÃO CONVENIO 29.01.036/14 - FMAS

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO DO CONVENIO Nº 29.01.036/2014

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU - APAE
-------------	---

Fica denunciado o Convênio nº. 29.01.036/2014, na forma prevista na cláusula décima terceira do convênio, cessando seus efeitos, direitos e deveres a partir de 11 de fevereiro de 2015.

DATA: 11 de fevereiro de 2015

EDITAL CITAÇÃO PD Nº 002/15 - 1ª CPSI - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

1ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO DISCIPLINAR N. 002/15-1ª CPASD

A 1ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, constituída por meio das Portarias n. 17.431/2013, 15.579/2012 e 15.145/11, por sua Presidente, no uso de suas atribuições e com suporte no art. 222, da LC 660/07, CITA, pelo presente edital, Igor Ribeiro Macedo de Santana, ex-servidor público municipal, ocupante do cargo comissionado Gerente de Atendimento Público, lotado na Secretaria Municipal de Administração, portador da Cédula de Identidade nº. 0721080375, inscrito no CPF nº. 790.405.515-53, para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, contado desta publicação, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/15, instaurado por meio da Portaria n. 18.379, de 26/01/2015, para apurar, em tese, "IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA", sob pena de ser declarado revel, nos termos do art. 242, da LC 660/07. A defesa deverá ser protocolada na Rua XV de novembro, 1505, 3º andar, Centro, Blumenau (SC), fone: (47) 3381-6211, 3381-6212.

Blumenau, 13 de março de 2015.

DAGMAR MARLA ZIMMERMANN

Presidente da 1ª CPASD

PORTARIAS Nº 294/15 E 295/15 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 294/2015

Dispensa servidora publica municipal fundacional, do cargo em comissão de Gerente de Biblioteca, Símbolo, CC-3.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO

VERENA PELLIS KIRSTEN, servidora publica municipal fundacional, exercendo o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada através do Concurso Público nº. 001/96, do cargo em comissão de Gerente de Biblioteca, Símbolo CC-3, lotada no Departamento Histórico-Museológico, nomeada pela Portaria nº 261/2014, de 01 de abril de 2014, a partir do dia 13 de março de 2015.

Blumenau, 13 de março de 2015

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO

Presidente

PORTARIA Nº. 295/2015

Nomeia Denizia Regis, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Biblioteca, Símbolo, CC-3.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação

Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

DENIZIA REGIS, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Biblioteca, Símbolo CC-3, lotada no Departamento Histórico-Museológico, a partir do dia 16 de março de 2015.

Blumenau, 16 de março de 2015

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO

Presidente

PORTARIA Nº 4636/105 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4636/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA HELENA CENSI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA HELENA CENSI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.407,68 (Mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e oito centavos), a partir de 23 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01335/02/2015.

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4637/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4637/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, às servidoras públicas municipais:

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
228475	ANELISE BAUGARTHER DE OLIVEIRA	09/02/2015	08/06/2015
230034	FERNANDA GIRÃO DA COSTA	04/02/2015	03/06/2015
229328	SIRLEI APARECIDA DE MATTOS	18/02/2015	17/06/2015

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4638/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4638/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, aos servidores públicos municipais:

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
204935	ANA CRISTINA BLANCO CRUZ DE OLIVEIRA	06/01/2015	19/02/2015
207986	APARECIDA DONIZETU MARTINS	13/02/2015	16/03/2015
191493	ALEXANDRE PLOTTEGHER	23/09/2014	17/03/2015
228326	CLEUSA MATTEUCCI	11/02/2015	06/03/2015
228916	DEORILDO MARIA	11/02/2015	01/06/2015
184241	DOMINGOS SAVIO	03/02/2015	18/02/2015
144584	ELIANE APARECIDA IMTHURM	06/02/2015	20/02/2015
222160	FERNANDA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA	06/01/2015	29/02/2015
229923	FLAVIA QUINSINSKI HILLE	03/02/2015	20/03/2015
173797	GILCE MARIA DOMINGUES DO NASCIMENTO	06/02/2015	17/04/2015
214965	HELOISA HELENA DE OLIVEIRA	02/01/2015	20/03/2015
213144	IVANIR APARECIDA CAMPOS	03/02/2015	06/03/2015
206121	IVONETE DA SILVA CE	04/02/2015	11/03/2015
229301	JOSIANE KANSZEWSKI	23/10/2014	06/02/2015
206717	JUCELI ANA VISNIESCKI	06/02/2015	09/03/2015
229833	KARINA LUIZA LUCKMANN	10/02/2015	06/03/2015
227110	LETICIA BENITES REICHERT	04/02/2015	18/02/2015
228388	LETICIA BENITES REICHERT	04/02/2015	18/02/2015
229049	LIGIA BORGES DE JESUS	01/10/2014	30/01/2015
229740	MARCIA REGINA DA COSTA	06/02/2015	20/02/2015
190845	MARIA SELETE MAIER	30/01/2015	05/02/2015
198684	MISLAINE APARECIDA TRAINOTTI	06/02/2015	10/04/2015
229302	MYRIAM APARECIDA DA VEIGA BUENO	22/01/2015	17/04/2015
200859	PATRICIA CRISTIANE DOS SANTOS GARDIN	30/01/2015	02/04/2015

229201	PAULO CEZAR ALTHAUS	06/02/2015	02/03/2015
112348	REGINA ZEFERINO WISSHEIMAR	03/02/2015	31/03/2015
050113	REINWALDT HAUSHMANN	03/02/2015	16/05/2015
034436	RUBENS FREDEL	20/01/2015	17/02/2015
196622	SANDRA REGINA ZILS KUHN	06/02/2015	13/03/2015
226351	SHEILA ALINE NARDELLI	04/01/2015	20/03/2015
228336	SIMONE SOARES DE SOUZA	17/02/2015	03/03/2015
228964	SIMONE SOARES DE SOUZA	17/02/2015	03/03/2015
209996	SONIA MARIA FRANZEN	08/02/2015	12/02/2015
229895	SUZETTE SANTOS GONÇALVES	11/02/2015	13/03/2015
229194	ZENAIDE LUCHETTA MOREIRA	30/01/2015	13/02/2015
170585	ZENITA MARIA MARTINS NUNES	10/02/2015	27/03/2015

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4639/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4639/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4530/2014 4604/2015 E 4606/2015 AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
199095	CINTIA ROSSBACH CUSTODIO DA LUZ	31/01/2015	30/04/2015
228153	CLARISSA AMELIA PEIXOTO DOS SANTOS	31/01/2015	26/03/2015
145696	DAYSE MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES	10/02/2015	20/04/2015
203742	DORLI IDA DA SILVA	23/01/2015	13/03/2015
155659	GLAUCIA BEATRIZ NUNES ROCHA NAVEZ	12/02/2015	12/02/2015
221287	JANETE DA SILVA JACON	07/02/2015	02/04/2015
221147	JOÃO DE GOES NETO	10/02/2015	27/03/2015
110817	JOÃO DE GOES NETO	10/02/2015	27/03/2015
229429	JOICE MINEIA BRANGER	31/01/2015	13/03/2015
170054	MAGALI KRAMER DOS SANTOS	01/02/2015	12/04/2015
155527	MARIA KATIA DA CUNHA MELO	03/03/2015	24/02/2015
141267	MARIA MARGARETE DOMINGUES DOS SANTOS	01/02/2015	03/02/2015
204994	MARLISE RAVIZZA SILVA	06/12/2014	17/04/2015
181064	NILZA SCHNAIDER	03/02/2015	12/05/2015
177172	OSNI JACINTO	04/02/2015	06/03/2015
212466	ROSANE BALLMANN	31/01/2015	06/03/2015
229023	ROSANGELA PEREIRA	14/02/2015	27/03/2015
200883	ROSLAINE RUBLESKI PACHECO	11/02/2015	08/05/2015
229025	RUTE LUCAS DE ARAUJO	20/01/2015	30/04/2015
229504	SANDRA MICHELE TRAPP FISCHER	11/02/2015	06/03/2015
178306	SILVANA NADIR ZIMMERMANN REIS	07/02/2015	20/02/2015
186368	VALDELICE ANGELO MASO	04/02/2015	30/04/2015

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4640/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4640/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRANI MENESTRINA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de IRANI MENESTRINA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00428/14-4, em 22/12/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	07/07/1973 a 13/05/1982
Job Center do Brasil Consultores Associados Ltda.	24/04/1992 a 25/06/1992
Prefeitura Municipal de Blumenau	02/04/2008 a 19/12/2008 17/02/2009 a 31/12/2009

Totaliza o tempo de 3871 (três mil, oitocentos e setenta e um) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 7 (sete) meses, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 01409/02/2015.

Blumenau, 18 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4641/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4641/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOMINGOS SAVIO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DOMINGOS SAVIO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Topografia, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00036/15-7, em 13/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Hayashi & Cia. Ltda.	03/05/1973 a 09/07/1976
Jardinagem Aurora Ltda. – ME	20/07/1976 a 10/08/1976
EMOBRA Empresa de Mão de Obra Ltda.	20/08/1976 a 25/11/1976 16/01/1979 a 12/07/1979
Metalúrgica R F Ltda.	18/10/1978 a 08/01/1979
ALUSUD Alumínio do Sul S.A.	10/09/1979 a 18/12/1979
MGR Engenharia Ltda.- ME	08/01/1980 a 25/03/1980
Construtora Stein Ltda.	17/06/1980 a 02/12/1980
Construtora Hahne Ltda.	21/01/1981 a 20/02/1981
Estruturas Metálicas Blumenau Indústria e Comércio EIRELI	09/03/1981 a 05/01/1982
Singer do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	09/03/1982 a 20/03/1982
CSN Cimentos S.A.	15/09/1982 a 30/11/1982 07/12/1982 a 21/12/1982 06/01/1983 a 10/03/1983
Empreiteira de Mão de Obra Woelfer Ltda.	19/08/1983 a 10/02/1984 03/01/1984 a 20/11/1984

Empreiteira de Mão de Obra Liz Ramos Ltda.	26/11/1984 a 15/05/1985 01/07/1985 a 15/07/1985
Ferro Técnica Engenharia EIRELI	22/07/1985 a 30/09/1985
Empreiteira de Mão de Obra Boeller Ltda.	15/10/1985 a 13/05/1986 05/01/1994 a 06/01/1994
Empreiteira de Mão de Obra Sermobra Ltda.	19/05/1986 a 16/09/1986
Construtora e Empreiteira Clayton Dan Ltda.	22/09/1986 a 07/10/1986
Empreiteira de Mão de Obra Dallas Ltda. - ME	08/01/1987 a 04/03/1987
Mendes Engenharia e Automação Ltda.	26/05/1987 a 22/06/1987
Empreiteira de Mão de Obra Felizari Ltda.	14/01/1988 a 01/06/1988
Empreiteira de Mão de Obra Piata Ltda.	10/06/1988 a 16/08/1988
Empreiteira de Mão de Obra AVCS Ltda.	20/10/1988 a 25/11/1988
Empreiteira de Mão de Obra Tucomann Ltda.- ME	09/01/1989 a 01/02/1989
Empreiteira e Locadora de Mão de Obra Cril Ltda.	19/06/1989 a 30/08/1989
Prestação de Serviços São Judas Tadeu Ltda.- ME	17/01/1990 a 02/03/1990
Empreiteira de Mão de Obra JGPoncio Ltda.- ME	10/07/1990 a 10/08/1990
Construtora Neri Ltda.	27/08/1990 a 21/09/1990
Rodoservice Engenharia Civil Ltda.	18/03/1991 a 11/09/1992
Employer Organização de Recursos Humanos Ltda.	18/05/1994 a 24/05/1994

Totaliza o tempo de 4534 (quatro mil, quinhentos e trinta e quatro) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 5 (cinco) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 01325/02/2015.

Blumenau, 19 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4642/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4642/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE REINERT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARGARETE REINERT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00029/15-0, em 12/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Kolonia Distribuidora de Alimentos e Produtos Agrícolas Ltda.	02/05/1986 a 05/06/1986
Altenburg Têxtil Ltda.	01/07/1986 a 08/08/1986
Mafisa Malharia Blumenau S.A.	05/09/1986 a 03/11/1987
Fábrica de Chocolate Saturno Ltda. – ME	10/02/1988 a 26/05/1988
Muller Comércio do Vestuário Ltda. – ME	18/08/1988 a 06/01/1990
Moser Tecidos e Confecções Ltda.	01/11/1990 a 03/03/1992
Prefeitura Municipal de Blumenau	15/03/1993 a 31/12/1993 18/05/1994 a 04/08/1994

Totaliza o tempo de 1968 (mil, novecentos e sessenta e oito) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 4 (quatro) meses, e 23 (vinte e três) dias, conforme Processo n.º 01439/02/2015.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4643/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4643/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À IVANILDE TEREZINHA FREDEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

À IVANILDE TEREZINHA FREDEL, cônjuge de RUBENS FREDEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 17 de fevereiro de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 4.557,18 (Quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), a contar da data do óbito.

Blumenau, 20 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4644/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4644/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IDALINA EHMKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de IDALINA EHMKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021050.1.00019/15-5, em 05/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Blumenau Fabril Ltda.	01/10/1973 a 10/07/1974
Vitor Olavo Pacheco	01/08/1974 a 31/03/1975
Prefeitura Municipal de Florianópolis	06/08/1976 a 14/07/1978
Comercial Haraldo Germer Ltda.	10/11/1978 a 31/05/1981 18/06/1981 a 20/01/1983 01/03/1983 a 24/11/1983
Ataliba Cozinha Industrial Ltda.	26/11/1984 a 19/04/1985
Companhia Brasileira de Distribuição	10/05/1985 a 20/01/1986

Totaliza o tempo de 3417 (três mil, quatrocentos e dezessete) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 4 (quatro) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 01445/02/2015.

Blumenau, 23 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4645/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4645/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RITA DE CASSIA COSTA SCHIOCHET.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RITA DE CASSIA COSTA SCHIOCHET, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00028/15-4, em 10/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Condomínio Edifício Planalto Marajoara	01/04/1982 a 30/10/1983
GGR Promoções Indústria e Comércio Ltda.	23/10/1985 a 13/03/1987
Companhia Brasileira de Distribuição	20/04/1989 a 15/06/1989
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	02/10/1989 a 16/03/1994

Totaliza o tempo de 2767 (dois mil, setecentos e sessenta e sete) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 7 (sete) meses, e 2 (dois) dias, conforme Processo n.º 01450/02/2015.

Blumenau, 23 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4646/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4646/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE LEUTHEUSER LEITE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

MARILENE LEUTHEUSER LEITE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.706,58 (Cinco mil, setecentos e seis reais e cinquenta e oito centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01297/01/2015.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4647/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4647/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANICETO LUIZ MUND.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72, incisos I, II, e III, alíneas "a", e "b", § 1.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 2º, incisos I, II, III, alíneas "a", e "b", § 1º, inciso II, combinado o artigo 1º, § 3º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ANICETO LUZI MUND, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos reduzidos e mensais de R\$ 8.568,39 (Oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos), a contar de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01389/02/2015.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4648/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4648/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AUREA INÊS DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

AUREA INÊS DE SOUZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.439,66 (Dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo nº 01411/02/2015.

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4649/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4649/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, à servidora pública municipal:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
230130	CAMILA COLIN	13/02/2015	12/06/2015

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4650/2015 - ISSLUB

PORTARIA N.º 4650/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, aos servidores públicos municipais:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
228467	ADRIANA LUIZA BAHR	21/02/2015	27/02/2015
174599	ANDREA REGINA MAFRA	06/02/2015	27/02/2015
229620	CARLA ELIZABETH DE SOUZA	20/02/2015	13/03/2015
182834	CASTORINO DAVID DE JESUS	21/02/2015	13/03/2015
223883	CATIA CELENE NASCIMENTO MONTIBELER	17/02/2015	24/04/2015
139718	CECILIA ALEXANDRE	13/02/2015	28/02/2015
116904	CLEOCI KOLOSQUE DA CONCEIÇÃO	17/02/2015	17/04/2015
157252	CRISTINA TRINDADE DE PORTO	17/02/2015	10/04/2015
154679	DAISY SCHORK	17/02/2015	20/02/2015
229375	EDNA DE SOUZA E SILVA	21/02/2015	27/02/2015
222267	ELIAS ALVIM DA SILVA	07/02/2015	10/02/2015
118222	ELISETTE REGINA DA COSTA	15/02/2015	03/03/2015
207098	EVANDINA WILHELMS	18/02/2015	27/02/2015
187003	HILDA KNISS FERREIRA CASTANHA	19/02/2015	17/04/2015
190128	JOSUE CARDOSO	13/02/2015	28/05/2015
222526	JULIANE GARCIA DE MOURA PEREIRA	17/02/2015	04/03/2015
212180	LAURA DELUCA FERREIRA	18/02/2015	20/02/2015
115401	LUCIANA LILIAN ROSA	21/02/2015	06/03/2015
228536	MARA RUBIA AMARAL DA COSTA	21/02/2015	11/03/2015
228724	MARCIA SEVERO DA FONSECA MAIOR	13/02/2015	17/04/2015
229514	NEUSA VIRGINIA SCHMITT	24/02/2015	09/04/2015
210757	NOELI BERNADETE PADILIA DE ANDRADE	21/02/2015	03/04/2015
229466	PATRICIA PETERS	21/02/2015	06/03/2015
229199	REGIANE MARIA BUSNARDO HILLE	13/02/2015	27/03/2015
150762	ROSA MARIA BRANDALISE	18/02/2015	29/05/2015
229484	RUTH DE SOUZA E SILVA	21/02/2015	06/03/2015
202070	SIMONE RAIMUNDI FRIEDEL	05/02/2015	10/04/2015

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4651/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4651/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4606/2014 4638/2015 E 4639/2015 AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
204838	ARLEI RENI BORELLA	14/02/2015	17/04/2015
217310	CARLA FERNANDA DA SILVA DONINE	23/02/2015	03/06/2015
228392	GISELE LUCIANI	25/02/2015	24/04/2015
155659	GLÁUCIA BEATRIZ NUNES ROCHA NAVES	13/02/2015	18/05/2015
211087	KÁTIA CILENE CUNHA	21/02/2015	13/03/2015
229740	MÁRCIA REGINA DA COSTA	21/02/2015	22/04/2015
155527	MARIA KÁTIA DA CUNHA MELLO	25/02/2015	08/05/2015
207659	MARLENE WESSNER	13/02/2015	30/04/2015
191922	NELI TEREZINHA DAL CORDIVO SANTOS	19/02/2015	20/03/2015
229582	NEUSA MARLENE DOS SANTOS	05/02/2015	20/02/2015
224812	REGIANE DOS SANTOS KUTNI	05/02/2015	06/02/2015
079669	ROSELI DE ANDRADE	04/02/2015	29/05/2015
228731	RBENS RAULINO	21/02/2015	15/05/2015
171891	SERGIO FERNANDES SAPELLI	19/02/2015	06/03/2015
178306	SILVANA NADIR ZIMMERMANN REIS	21/02/2015	23/02/2015
217859	TÚLIO MORITZ JÚNIOR	21/02/2015	17/04/2015

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4652/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4652/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA BENILDA PACHER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SONIA BENILDA PACHER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00363/14-0, em 03/11/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Massa Falida de Sul Fabril S.A.	02/08/1978 a 12/09/1978
Cia. Hering	24/10/1978 a 23/02/1980
Comunidade Evangélica de Blumenau	29/12/1980 a 13/03/1981
Souza Cruz S.A.	14/03/1981 a 30/05/1981
Confecções Cila Ltda.	01/09/1981 a 30/09/1981
Mafisa Malharia Blumenau S.A.	19/07/1982 a 11/07/1984
Cia. de Cigarros Souza Cruz	08/01/1985 a 30/04/1985 02/05/1985 a 11/05/1985
Kuala S.A.	24/10/1985 a 15/01/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/08/1989 a 30/04/1990

Totaliza o tempo de 1916 (mil, novecentos e dezesseis) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 3 (três) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 01456/02/2015.

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4653/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4653/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CILENE APARECIDA DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CILENE APARECIDA DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.369,66 (Dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01303/01/2015.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4654/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4654/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE REINERT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

MARGARETE REINERT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.101,47 (Mil, cento e um reais e quarenta e sete centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 00324/07/2014.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4655/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4655/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARA GONÇALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARA GONÇALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.598,21 (Dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e um centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01233/01/2015.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4656/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4656/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IDALINA EHMKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IDALINA EHMKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 3.687,92 (Três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01446/02/2015.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4657/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4657/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOMINGOS SAVIO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, a

DOMINGOS SAVIO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Topografia, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.168,56 (Mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01325/02/2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4658/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4658/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANA INACIO AUGSBURGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo

6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ELIANA INACIO AUGSBURGER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.026,94 (Seis mil, vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01266/01/2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4659/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4659/2015

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAERT LEITE JUNIOR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA,

De acordo com os artigos 4.º, inciso II, § 5.º, e 28 da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelo § 1.º, da Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII, 54 e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso II, e 3º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, a

LAERT LEITE JUNIOR, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir 28 de fevereiro de 2015, conforme Processo n.º 01370/02/2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4660/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4660/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHIRLEY MEINECKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SHIRLEY MEINECKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00387/14-6, em 19/11/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Comunidade Evangélica de Blumenau	01/03/1983 a 29/07/1983
Prefeitura Municipal de Blumenau	25/02/1985 a 05/02/1995

Totaliza o tempo de 3780 (três mil, setecentos e oitenta) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 4 (quatro) meses, e 10 (dez) dias, conforme Processo nº 01468/02/2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4661/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4661/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL THEREZINHA MARLEI NUNES MUNIZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

THEREZINHA MARLEI NUNES MUNIZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.139,49 (Dois mil, cento e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo nº 01415/02/2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4662/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4662/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RITA DE CASSIA COSTA SCHIOCHET.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

RITA DE CASSIA COSTA SCHIOCHET, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.440,74 (Dois mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo nº 015571/02/2014.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4663/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4663/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 06 DE MARÇO DE 2015 ÀS 14H.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 06 de março de 2015, às 14h.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4664/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4664/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PEDRO WILSON BERTELLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de PEDRO WILSON BERTELLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00235/13-3, em 02/10/2013, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Comabra Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	13/01/1977 a 03/06/1977
Banco Bradesco S.A.	12/07/1977 a 01/02/1978
UNIBANCO União de Bancos Brasileiros S.A.	18/12/1979 a 30/09/1980
Construtora M Tafner Ltda.	01/10/1980 a 02/03/1981
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau	23/08/1982 a 28/02/1993

Totaliza o tempo de 4624 (quatro mil, seiscentos e vinte e quatro) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 8 (oito) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 01468/02/2015.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4665/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4665/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE FREIRE LEAL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei

Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

JORGE FREIRE LEAL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 11.449,75 (Onze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), a partir de 2 de março de 2015, conforme Processo n.º 01483/03/2015.

Blumenau, 2 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4666/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4666/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONI MARIA LUCAS CONTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de IVONI MARIA LUCAS CONTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00331/14-0, em 08/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Lojas Hering S.A.	29/01/1979 a 27/02/1979
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	12/03/1979 a 06/05/1993
Lojas Americanas S.A.	17/02/1997 a 08/05/1998
Via Varejo S.A.	13/11/1998 a 10/02/1999
Prefeitura Municipal de Blumenau	11/02/1999 a 12/03/1999

Totaliza o tempo de 5761 (cinco mil, setecentos e sessenta e um) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 9 (nove) meses, e 16 (dezesseis) dias, conforme Processo n.º 01481/03/2015.

Blumenau, 2 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4667/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4667/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSENIAS BORGES VARGAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOSENIAS BORGES VARGAS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00238/14-0, em 09/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Stumpf Transportes Ltda.	10/07/1979 a 07/01/1980
Flamingo Ltda.	01/12/1980 a 10/11/1982 03/04/1984 a 22/06/1988
Niberto Reuter	01/12/1983 a 31/01/1984
ENGEPROM Engenharia Projetos e Montagens Ltda. – ME	23/06/1988 a 11/01/1991
Tabacos Brasileiros Ltda.	20/02/1984 a 02/04/1984

Totaliza o tempo de 3465 (três mil, quatrocentos e sessenta e cinco) dias, correspondente a 9 (nove) anos, e 6 (seis) meses, conforme Processo n.º 01490/03/2015.

Blumenau, 2 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4668/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4668/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAGMAR BAUMGARTEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DAGMAR BAUMGARTEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00357/14-0, em 10/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Contribuinte Individual	01/03/1979 a 31/12/1979
	01/01/1980 a 31/03/1980
	01/04/1980 a 31/03/1985
	01/05/1985 a 31/10/1986
	01/11/1986 a 31/12/1986
	01/10/1987 a 30/09/1990
	01/04/1991 a 30/06/1994
	01/07/1997 a 30/11/1997
Alice Marlene Grimm	16/03/1979 a 21/12/1979
Marlene Ohf Odebrecht	08/04/1980 a 31/10/1986
Empreendimentos Agrícolas Odebrecht Ltda. – ME	01/11/1986 a 04/09/1987
Úrsula Marina Neumann Beiler	01/10/1987 a 11/10/1990 08/04/1991 a 28/06/1994
Hotel Gloria Ltda.	12/10/1990 a 08/03/1991 14/07/1994 a 02/05/1997

Totaliza o tempo de 6721 (seis mil, setecentos e vinte e um) dias, correspondente a 18 (dezoito) anos, 5 (cinco) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 01481/03/2015.

Blumenau, 2 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4669/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4669/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISA PROBST HAUSMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELISA PROBST HAUSMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00271/13-0, em 26/12/2013, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	01/03/1983 a 11/04/1983
Ártico Indústria de Refrigeração Ltda.	04/05/1983 a 27/07/1984
Prefeitura Municipal de Pomerode	30/07/1984 a 05/08/1985
Prefeitura Municipal de Blumenau	03/04/1985 a 31/12/1990
Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	17/03/1986 a 31/07/1990
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/08/1987 a 28/02/1993

Totaliza o tempo de 3621 (três mil, seiscentos e vinte e um) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 11 (onze) meses, e 6 (seis) dias, conforme Processo n.º 01491/03/2015.

Blumenau, 3 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4670/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4670/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSENIAS BORGES VARGAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 102, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso I, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações acrescidas pelas Lei Complementares n.os 680, de 6 de março de 2008, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, a

JOSENIAS BORGES VARGAS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.774,65 (Mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), a partir desta data, conforme Processo nº 012487/04/2012.

Blumenau, 3 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4671/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4671/2015

REVERTE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILMA BERNARDES PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

REVERTER

a aposentadoria por invalidez concedida à DILMA BERNARDES PEREIRA, pela Portaria N.º 1055/2006, de 29 de setembro de 2006, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes constatados através de Laudo Pericial.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo

efeitos a partir de 9 de março de 2015.

Blumenau, 3 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4672/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4672/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LUIZA OLIVEIRA MACHADO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, revogada pela Lei Complementar n.º 178, de 6 de agosto de 1998, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

MARIA LUIZA OLIVEIRA MACHADO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 7.012,57 (Sete mil, doze reais e cinquenta e sete centavos), a partir de 9 de março de 2015, conforme Processo n.º 01467/02/2015.

Blumenau, 4 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4673/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4673/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ARLETE ZUCKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ARLETE ZUCKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir de 9 de março de 2015, conforme Processo n.º 01470/02/2015.

Blumenau, 4 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4674/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4674/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCEU XENOFONTES LENZI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

ALCEU XENOFONTES LENZI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 8.227,09 (Oito mil, duzentos e vinte e sete reais e nove centavos), a partir de 12 de março de 2015, conforme Processo n.º 01496/03/2015.

Blumenau, 5 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4675/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4675/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOSANI MILENE FINK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho

de 2005, à

JOSANI MILENE FINK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 10.752,84 (Dez mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), a partir de 9 de março de 2015, conforme Processo n.º 01407/02/2015.

Blumenau, 5 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4676/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4676/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORENA BENATHAR BALLOD TAVARES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LORENA BENATHAR BALLOD TAVARES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 13.370,11 (Treze mil, trezentos e setenta reais e onze centavos), a partir de 9 de março de 2015, conforme Processo n.º 01484/03/2015.

Blumenau, 5 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4677/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4677/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILMA BERNARDES PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação

determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

DILMA BERNARDES PEREIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Obras, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir de 9 de março de 2015, conforme Processo n.º 01494/03/2015.

Blumenau, 5 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4678/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4678/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AGUIDA PAULINA PEIXER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de AGUIDA PAULINA PEIXER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00187/14-7, em 21/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Antonio Plotegher	01/11/1985 a 29/01/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/09/1987 a 31/12/1987
	01/03/1988 a 05/02/1995

Totaliza o tempo de 2739 (dois mil, setecentos e trinta e nove) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 6 (seis) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 01498/03/2015.

Blumenau, 5 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4679/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4679/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLARA MARIA VON HOHENDORFF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CLARA MARIA VON HOHENDORFF, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.428,37 (Cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos), a partir de 12 de março de 2015, conforme Processo n.º 01489/03/2015.

Blumenau, 5 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4680/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4680/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, às servidoras públicas municipais:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
228400	PRISCILA DUTRA DE AVIZ	18/02/2015	17/06/2015
229488	SHEYLA CRISTINA MAIA LIT-ZENBERG	02/03/2015	29/06/2015

Blumenau, 6 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4681/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4681/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, aos servidores públicos municipais:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
229434	CARLA REITZ SOARES	04/03/2015	02/04/2015
215660	CELIA DOS SANTOS BADER	17/02/2015	27/03/2015
197700	CERISE LEITE DOS SANTOS E SILVA	17/02/2015	10/04/2015
204218	DENISE HORT	27/02/2015	10/04/2015
229547	ELIANE DE OLIVEIRA SEUBERT	04/03/2015	06/03/2015
192996	ELISABETH MARIA BRANCO	03/03/2015	16/03/2015
201359	ELIZABETH KRUEGER	05/03/2015	20/03/2015
205966	HEMELICE MACHADO PELLIS	21/02/2015	31/07/2015
139084	MARIA DONIZETE NONES	21/02/2015	23/08/2015
173347	MARIA TERESA PRADE FRONZA	17/02/2015	04/03/2015
207446	MARILDA TERESINHA GONÇALVES PAGOTO	28/02/2015	14/03/2015
223743	NAIR DA SILVA	26/02/2015	10/04/2015
229438	PATRICIA DAMAS POLLEHEIN	21/02/2015	20/03/2015
132500	PAULO SERGIO TAMASIA	28/02/2015	10/04/2015
205753	PEDRO LEDRA	02/03/2015	20/03/2015
206300	RITA DE CASSIA ANDRADE	24/02/2015	18/03/2015
118354	SANDRA MARA UECKERT ROWE- DER	26/02/2015	10/04/2015
201022	SILVANA SALETE SACCON DALL'IGNA	27/02/2015	27/03/2015
209996	SONIA MARIA FRANZEN	28/02/2015	06/03/2015

Blumenau, 6 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4682/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4682/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4639/2015 4650/2015 E 4651/2015 AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
133248	CAMEN LUIZA GOMES DE MAT- TOS	05/03/2015	30/08/2015
228340	DANIELA TORRI	07/03/2015	08/05/2015
144584	ELIANE APARECIDA IMTHURM	21/02/2015	02/04/2015
210927	ELUIZA FREITAS	28/02/2015	07/04/2015
209309	JUARES LUIS DOS SANTOS	04/03/2015	14/05/2015
222526	JULIANE GARCIA DE MOURA PEREIRA	05/03/2015	15/03/2015
206881	LUZIA CUSTODIO NUNES PRO- CHNOW	26/02/2015	02/04/2015
221066	MARA ELISABETH DA SILVA	03/03/2015	30/04/2015
229417	MARCIA IRENI ASSMANN	28/02/2015	06/03/2015
221449	MARIA ROSANA CHIODINI INEICHEN	28/02/2015	02/04/2015
120642	RITA DE CASSIA DEMARCHI ROCHA	28/02/2015	31/03/2015
204056	ROSITA PAGELKOPF	28/02/2015	10/04/2015

Blumenau, 6 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4683/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4683/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAGMAR BAUMGARTEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a", e 3.º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

DAGMAR BAUMGARTEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a contar de 10 de março de 2015, conforme Processo n.º 01479/03/2015.

Blumenau, 9 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4684/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4684/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRIDOLINO BECKER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de FRIDOLINO BECKER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00305/14-0, em 16/09/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A.	07/02/1978 a 21/03/1994
Gunter Hermann Horst Koczorski	29/09/1994 a 08/11/1996

Totaliza o tempo de 6655 (seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco) dias, correspondente a 18 (dezoito) anos, 2 (dois) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 01524/03/2015.

Blumenau, 9 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4685/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4685/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 13 DE MARÇO DE 2015 ÀS 14H.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de

Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 13 de março de 2015, às 14h.

Blumenau, 10 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 54/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 54/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INTELLIBR SISTEMAS LTDA.

Objeto: Serviço de licença de software para gestão escolar integrada

Valor: R\$ 1.760,00 (Um mil setecentos e sessenta reais).

Vigência: 27 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 27 de Fevereiro de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 574/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 574/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 31 de Março de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, tendo como objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação de passeio publico em paver em ruas e avenidas do perímetro urbano.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 16 de Março de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA EDITAL PP 09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 09/2015 para Fornecimento de cartuchos de tinta e toners para impressoras e copiadoras, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Educação e Gabinete do Prefeito no exercício de 2015. A abertura dos envelopes será dia 26/03/15 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 16 de março de 2015.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Botuvera**PREFEITURA****PL13/2015 - PP04/2015-MERENDA E DIVERSOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº13/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de Gêneros alimentícios, verduras, materiais de limpeza e diversos, para manutenção da merenda escolar e escolas da rede municipal de ensino. Recebimento da documentação e propostas: Até as 15:30hrs do dia 27/03/2015. Abertura da sessão: dia 27/03/2015 às 15:30 horas, na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações na Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 13 de Março de 2015.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 78/2015

PORTARIA 78/2015

"Determina abertura de Sindicância e dá outras providências"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 104, II, c da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Considerando os fatos narrados no procedimento administrativo 06.2014.00002059-4 instaurado pelo MPSC, cujo objeto é investigar fraude em licitação, bem como considerando o entendimento da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque:

RESOLVE:

Artigo 1º - Determino a abertura de Sindicância Investigativa para apurar fatos narrados no procedimento administrativo do MP 06.2014.00002059-4 envolvendo todas as licitações ocorridas neste município envolvendo as empresas citadas.

Artigo 2º- A Comissão ora constituída, terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para a conclusão do processo e apresentação do relatório final.

Artigo 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir desta data, e tem validade até o final da Sindicância, quando da entrega do relatório final.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 11 de março de 2015
José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

PORTARIA 79/2015

PORTARIA 79/2015

"Nomeia Membros da Comissão de Sindicância para apurar fatos narrados no procedimento 06.2014.00002059-4 instaurado pelo MPSC, cujo objeto é investigar fraude em licitação"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para formar a Comissão de Sindicância para apurar fatos narrados no procedimento administrativo 06.2014.00002059-4 instaurado pelo MPSC, cujo objeto é investigar fraude em licitação, bem como considerando o entendimento da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, devendo a Comissão identificar exatamente os fatos, datas, responsáveis, causas, danos ao erário público, culpa e/ou dolo.

Presidente: Rogério Comandolli

Secretário: Ana Victorino

Membro: José Augusto de Almeida Falcão Júnior

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 11 de março de 2015
José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

Braço do Trombudo

PREFEITURA

CONCURSO 001/2014 E 002/2014

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS e EMPREGO
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO TORNA PÚBLICO que encontram-se disponíveis no Mural da Prefeitura Municipal e site www.concursosss1.com.br, EDITAIS QUE DIVULGAM A HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CONCURSOS Nº 01 e 02/2014.
Braço do Trombudo, 16 de março de 2015.
ROMILDO TESKE - Prefeito Municipal em Exercício.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 06 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 08/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h15min do dia 27.03.2015, estará selecionando a melhor proposta para contratação de serviços de veículo de Comunicação na modalidade de Televisão Aberta, que tem por objetivo a divulgação dos atos administrativos, das notícias e eventos do município, a ser veiculado em rede regional de televisão, transmitindo o sinal para no mínimo 20 (vinte) municípios da Região do Alto Vale do Itajaí. Com inserções de 30 (trinta) segundos, ou conforme necessidade de divulgação. Deverão ser apresentadas durante os programas da TV com maior audiência, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 16 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 07 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 27.03.2015, estará selecionando a melhor proposta para Prestação de serviço de Rádio Difusão, destinado à publicação de boletim semanal com os atos oficiais e/ou atividades desenvolvidas no município de Braço do Trombudo, conforme detalhado no Anexo I do edital. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 16 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 08 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 08/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 10h00min do dia 27.03.2015, estará selecionando a melhor proposta para Prestação de serviço de serviços de comunicação social para o município de Braço do Trombudo, através de informativos eletrônicos, bem como, com atendimento in loco/semanal de um jornalista qualificado, conforme detalhado no Anexo I do edital. informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 16 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 09 2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 10h45min do dia 27.03.2015, estará selecionando a melhor proposta para contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 16 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

LEI 0831

LEI Nº 0831/2015
Dispõe sobre as alterações no PPA 2014/2017 e estabelece outras providências.

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no Plano Plurianual, a partir do exercício de 2015, a seguinte Unidade Orçamentária e Ação do Poder Executivo para os exercícios de 2015, 2016 e 2017:

Na Entidade 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRAÇO DO TROMBUDO:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 10.02 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Atividade: 2.111 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Modalidade	Recurso	2015	2016	2017
3.1.90.00.00	0.1.0000	1.000,00	1.070,00	1.144,90
3.3.50.00.00	0.1.0000	4.000,00	4.280,00	4.579,60
3.3.50.00.00	0.1.0053	20.000,00	21.400,00	22.898,00
3.3.90.00.00	0.1.0000	5.000,00	5.350,00	5.724,50
3.3.90.00.00	0.1.0052	12.400,00	13.268,00	14.196,76
3.3.90.00.00	0.1.0077	22.000,00	23.540,00	25.187,80
TOTAL	-	64.400,00	68.908,00	73.731,56

Art. 2º Por conta da inclusão do artigo anterior, ficam alterados os valores no Plano Plurianual, a partir do exercício de 2015, da seguinte Ação:

Na Entidade 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRAÇO DO TROMBUDO:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Atividade: 2.102 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA AO MENOR

Modalidade	Recurso	2015	2016	2017
3.1.90.00.00	0.1.0000	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00	0.1.0000	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00	0.1.0053	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	0.1.0000	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	0.1.0052	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	0.1.0077	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-	0,00	0,00	0,00

Art. 3º As alterações mencionadas nos artigos anteriores, passam a compor as respectivas tabelas da Lei Municipal nº 0754/2013 de 06 de setembro de 2013 (Plano Plurianual para 2014/2017).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 13 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

LEI 0832

LEI Nº 0832 /2015.

Anula e suplementa dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo.

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 64.400,00 (Sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

2.102 - Manutenção e Assistência ao Menor

(7) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

(8) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 4.000,00

(9) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.3106.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 20.000,00

(10) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

(11) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0077.000000 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

(12) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.3105.000000 - Aplicações Diretas R\$ 12.400,00

TOTAL R\$ 64.400,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de 64.400,00 (Sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), ficam criadas e suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

02 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

2.111 - Manutenção do Fundo da Infância e do Adolescente

(30) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

(31) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 4.000,00

(32) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.3106.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 20.000,00

(33) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

(34) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0077.000000 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

(35) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.3105.000000 - Aplicações Diretas R\$ 12.400,00

TOTAL R\$ 64.400,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 13 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

LEI 0833

LEI Nº 0833/2015

Ratifica a Resolução nº 042 de 21 de novembro de 2014, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí-CIS-AMAVI, que altera o Contrato de Consórcio Público e dá outras providências.

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a Resolução nº 042 de 21 de novembro de 2014, constante do Anexo desta lei, em todos os seus termos, para que a alteração no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí-CIS-AMAVI produza seus efeitos legais e jurídicos em sua plenitude.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 13 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

LEI 0834

LEI Nº 0834/2015

Revoga a Lei nº 0091/1994 de 10.03.1994, que autoriza pagamento de despesas de transportes de animais do Centro de Tradições Gaúchas - CTG - "Braço Forte", deste município e dá outras providências.

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada os efeitos da Lei nº 0091/1994 de 10.03.1994, que autoriza pagamento de despesas de transportes de animais do Centro de Tradições Gaúchas - CTG - "Braço Forte", deste município e dá outras providências.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 13 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

LEI 0835

LEI Nº 0835/2015

Revoga a Lei nº 107/1994 de 05.05.1994, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 0091/94, de 10.03.94 e estabelece outras providências.

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada os efeitos da Lei nº 107/1994 de 05.05.1994, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 0091/94, de 10.03.94 e estabelece outras providências.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 13 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

LEI 0836

LEI Nº 0836/2015

Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com o Lar Beneficente João 3:16 e dá outras providências.

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder executivo autorizado a firmar convênio com o Lar Beneficente João 3:16, no valor de R\$ 5.035,00 (cinco mil, trinta e cinco reais), provenientes do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

Art. 2º O Termo de Convênio em anexo é parte integrante da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 13 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

LEI 0837

LEI Nº 0837/2015

Autoriza firmar convênio e transferência de recursos financeiros a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Braço do Trombudo, e dá outras providências.

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio, concedendo auxílio financeiro no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BRAÇO DO TROMBUDO, localizada a Rua Dom Pedro I, nº 28, sala 2, Centro, da cidade de Braço do Trombudo, Estado do Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 07.271.339/0001-71, devidamente reconhecida de utilidade pública através da Lei nº 0785, de 28 de março de 2014.

Parágrafo único. Os recursos constantes do artigo são destinados ao cumprimento da campanha/programa de estímulo a compra no comércio local e emissão de nota de produtor rural - COMPRE AQUI PARA VER BRAÇO DO TROMBUDO CRESCER, cujo convênio e regulamento acompanham a presente lei.

Art. 2º O valor descrito no caput do artigo anterior será repassado a entidade beneficiada em cota única.

Art. 3º A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido até 30 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art. 4º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor da Prefeitura Municipal.

Art. 5º São responsáveis pela aplicação do recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 1/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneu Novos para diversas Secretárias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu radial 1000x20.borrachudo, 16 lonas profundidade mínima do sulco de 20.0mm câmara e protetor (15386)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FIRESTONE/C	0	1.210,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	1.210,5000	2
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	DUNLOP SP4;	0	1.215,0000	3
2	Pneu radial 1000x20 misto liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 18mm, com câmara e protetor (15387)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PRESA PR101	0	1.250,0000	1
3	Pneu borrachudo 900x20, 14 lonas, profundidade mínima do sulco de 19,5mm convencional, com câmara e protetor (15388)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	JK/JET TRACH	0	760,0000	1
5	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional com câmara e protetor (15390)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	1.610,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	GOODRIDE G	0	1.615,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CONDOR/ZCF	0	1.630,0000	3
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	PEGASUS/G2	0	1.700,0000	4
6	Pneu 1300x24 com 14 lonas convencional com câmara e protetor (15391)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	CHAOYANG G	0	1.460,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	1.468,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FUNSA/ZCRU	0	1.470,0000	3
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	PEGASUS/G2	0	1.500,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneu Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional, com câmara (15392)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JK/TORTUGA	0	550,0000	1
8	Pneu 19,5 X 24 16 lonas convencional com protetor e câmara (15393)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	LANDE 12PR I	0	1.920,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R.	0	1.990,0000	2
9	Pneu 12,5/80 - R18 convencional com câmara (11286)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R.	0	840,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ARMOUR/R4	0	843,0000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	LANDE 12PR I	0	900,0000	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FORERUNNEI	0	900,0000	4
10	Pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PEGASUS/FO	0	2.080,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	2.090,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	2.200,0000	3
11	Pneu 14,9 X 28 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor. (11288)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	1.500,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	1.600,0000	2
12	Pneu 18,4 X30 com 12 lonas convencional com, camara e protetor (15767)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	1.900,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneu Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pneu 12.4 X24 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor (15768)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Marcher R1	0	2.300,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	950,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER/MA	0	1.100,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	1.150,0000	3
14	Pneu 750 X 16 com câmara. (11289)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX SS200,	0	390,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JK/MAGGION	0	392,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LL9	0	396,0000	3
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	FM SUPER CE	0	399,0000	4
15	Pneu 175/70 R 14 88 T. (11290)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI/QBO	0	416,0000	5
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Sailun Atrezzo	0	215,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	APOLLO AMA,	0	216,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	217,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	F580 88T FIRE	0	227,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
16	Pneu 185 R14 C 102 profundidade do sulco mínima de 9,5mm. (11291)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22	0	218,0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LMCE	0	218,9000	2		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	219,0000	3		
17	Camera 1000 x 20. (11293)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW V3	0	64,0000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	64,5000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	91,2900	3		
18	PROTETOR 1000 X 20 (2674)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	21,4000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	21,5000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	TOPTec	0	25,4700	3		
19	Câmera 900 x 20. (11295)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW V3	0	58,9000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	59,0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	79,5100	3		
20	Protetor 900 x 20. (11296)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	21,4000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Câmara 1300 x 24. (11297)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	22,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	TOPTec	0	25,4700	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	118,9000	2
22	Protetor 1300 x 24. (11298)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152,9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RALFLEX	0	55,0000	3
23	Câmara 1400 x 24. (11299)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW KM24	0	117,5000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152,9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35,0000	1
24	Protetor 1400 x 24. (11301)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	45,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
25	Câmera 19.5 X 24. (11302)		MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RAL FLEX	0	55.0000	3		
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	150.0000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FLEXEM	0	175.0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	210.8700	3		
26	Câmera 12.5/80 - R18. (11303)		RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	65.0000	1		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FLEXEM	0	70.0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	76.1500	3		
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	152.0000	1		
27	Câmera 17.5x25. (11304)		RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR220	0	153.0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	208.5300	3		
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	75.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	80.0000	2		
29	PROTETOR 17.5X25 (3103)		MODELO PNEUS LTDA. (8069)	IRBO	0	135.0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
30	Pneu 275/80 R 22.5 Iiso (15580)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	D821 DRC 16f	0	1.020.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	GOODRIDE C	0	1.050.0000	2		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	1.050.0000	3		
31	Pneu 275/80 R 22.5 borrachudo (15581)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	TRIANGLE TR	0	1.095.0000	1		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	1.100.0000	2		
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FD663 16L FIR	0	1.240.0000	3		
32	CÂMARA 14.9 x 28 (15583)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	140.0000	1		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	171.8300	2		
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGNUM	0	175.0000	3		
33	Câmara 12.4x24 (11263)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	96.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	96.5000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	108.6300	3		
34	Câmara 18.4x30 (6670)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	170.0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
35	Pneu 175/70 R-13. (11248)		COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	185,0000	2		
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	TR218 QBOM	0	287,0000	3		
		UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC4;	0	137,9000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	SAILUN ATRE.	0	138,0000	2		
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	SEIB 500 82S	0	139,0000	3		
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	82T EVERTRE	0	143,0000	4		
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	159,2400	5		
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PREMIORI SC	0	198,0000	1		
		UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG R	0	198,5000	2		
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KH17 KUMHO	0	260,0000	3		
36	Pneu 195/65 R15 Iso (15584)		JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	279,8500	4		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG R	0	329,0000	1		
		UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FALKEN R51	0	360,0000	2		
37	Pneu 225/70 R-15C Iso (15585)								

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
38	Pneu 215/75 R 15.5 liso (15586)		JK PNEUS LTDA (7955)	BRIDGESTON	0	405.6400	3		
		UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	ASR35 AEOLL	0	485.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG LL	0	490.0000	2		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	500.0000	3		
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	689.9100	4		
39	Pneu 185/70 R 14 (11247)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	175.0000	1		
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC4	0	185.0000	2		
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	217.6800	3		
40	Pneu 195/60R 15. (11275)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	UNIGLORY EV	0	190.0000	1		
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AH01 AEOLUS	0	192.0000	2		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	TRIANGLE TR	0	197.5000	3		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	210.0000	4		
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	253.2800	5		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
41	Pneu 205/60 R16 (15587)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	230.0000	1		
42	Pneu 185 R14 102/1005 (15588)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22	0	218.0000	1		
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LMC2	0	220.0000	2		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	220.0000	3		
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	264.1400	4		
43	Pneu 90/90/X18. (15683)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	ROTTYRE RT1	0	98.0000	1		
44	Pneu 275 X 18. (15684)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	ROTTYRE RT1	0	85.0000	1		
45	Pneu 185/60 R 14. (15685)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	NANKANG RX	0	170.0000	1		
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	175.0000	2		
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AH01 AEOLUS	0	193.0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	216,3500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PROCESSO Nº 5/2015

- (7955) - JK PNEUS LTDA
- (8069) - MODELO PNEUS LTDA.
- (8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
- (8446) - TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
- (8789) - RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA
- (9367) - CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
- (9368) - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

Braço do Trombudo, 9 de Março de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 21/2014 Data do Registro: 15/09/2014 Válido até: 15/09/2015**Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco prestação de serviço particular 50x3, formato 14x20, numerado, papel copiativo (14568)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	7,8000	1
2	Bloco receituário Medico veterinário, 14x20, 50x2 vias, pap. copiativo (14569)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	9,7000	2
3	Bloco 100x1 de cupons ref. contri. de impostos e taxas, 10x7, 4x0, numerado, 75g, (14570)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	8,0500	1
4	Bloco 100x1 de cupons ref. contri. de impostos e taxas, 10x7, 4x0, numerado, 75g, (14570)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	8,1000	2
5	Pastas triplex 33x51, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 sanfonada (14572)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,0500	1
6	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2,1000	2
7	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	8,0000	1
8	Pastas triplex 33x51, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 sanfonada (14572)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	9,8000	2
9	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,1200	1
10	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2,4500	2
11	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,3200	1
12	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,7000	2
13	Capa de carne de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 21/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
8	Ficha de hora maquina, folha 20x30, impr. 1x1, sulf, 75 g (14575)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,9000	2	
		UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1400	1	
9	Envelope branco 11x22, 90gr, impressão 4x0. (14576)		GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,1500	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,2600	1	
10	Envelope branco 16x22, 90gr, impressão 4x0. (14577)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,4100	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,3900	1	
11	Envelope branco 24x34, 90gr, impressão 4x0. (14578)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,6600	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,5900	1	
12	Folhas timbradas, formato A4, Papel sulfite 90 gr impressão. (14579)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,6800	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,0900	1	
13	Pastas triplex 33x44, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 com encarte (14580)		NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1200	2	
		UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	1,5200	1	
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,3000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 21/09/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
14	Blocos de requisição 50x3, fomato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14581)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	5,3000	1	
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	8,9600	2	
15	Blocos de Patrimônio 50x3, fomato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14582)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	5,9000	1	
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	9,7500	2	
16	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 10x14, impressão 1x0,colado, papel sulfite 56 gr (14583)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,9400	1	
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,9500	2	
17	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 14x20, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (14584)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	1,3000	1	
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	1,7500	2	
18	Folhas Picotadas, 20x30, 3 picotes (6 partes) 75g, sem impressão (14585)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,0400	1	
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1200	2	
19	Folhas Picotadas, 20x30, 3 picotes (3 partes) 75g, sem impressão (14586)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,0400	1	
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	0,1200	2	
20	Bloco 100x1 de cupons Notas Fiscais. Produtor rural , 10x7, 4x0, numerado, 75g (14587)	UND	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (9315)	NORTE	0	2,0500	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 21/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	2,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 21/2014		Data do Registro: 15/09/2014		Válido até: 15/09/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Gráfico para as Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2014
PROCESSO Nº 40/2014

(8832) - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA
(9315) - NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Setembro de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 833

LEI Nº 833 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA ART. 2º DA LEI 429 DE 12 DE SETEMBRO DE 2007.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições;

FAZ saber a todos os habitantes que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 2º da Lei nº 429, de 12 de setembro de 2007, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por nove membros titulares, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

V) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública; e

VI) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

Art. 2º. Demais artigos, incisos e alíneas da Lei 429 de 12 de setembro de 2007, permanecem inalterados.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis em 12 de março de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI 852/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente;
Senhores Vereadores;

Apresentamos o presente Projeto de Lei o qual visa obter autorização legislativa para alterar o art. 2º da Lei 429/2007.

Esta alteração se faz necessária para que a composição do conselho do FUNDEB, criado em 2007 pela Lei 429, se enquadre nas diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 481/2013.

Sem mais esperamos que esta Egrégia acate ao nosso pleito aprovando o presente projeto de Lei o mais breve para que a Secretaria

de Educação possa regularizar a composição do Conselho.

Brunópolis, em 11 de março de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.577, DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECRETO nº 7.577, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Cria e denomina Centro Municipal de Educação Infantil MARLI TERESINHA BENVENUTTI BUSS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o constante na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil, localizado na Rua Horácio Anacleto da Silva, nº 20, Loteamento Ema II - bairro Limoeiro, nesta cidade de Brusque-SC, cuja denominação fica oficializada como "Centro Municipal de Educação Infantil MARLI TERESINHA BENVENUTTI BUSS".

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.578, DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECRETO nº 7.578, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o valor da hora/máquina para prestação de serviços de patrulha mecanizada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c o Decreto nº 4.041/98,

DECRETA:

Art. 1º O valor da hora/máquina do trator agrícola de pneus, para prestação de serviços de patrulha mecanizada fica fixado em R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

JORGE LUIZ RAMOS

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 7.575, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.575, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência, da Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 540.500,00 (Quinhentos e quarenta mil e quinhentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

03.00Procuradoria Geral do Município

03.002 Fundo Procuradoria Geral do Município

0004.0062.0005.1195Manutenção Fundo Procuradoria

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00Recursos ordinários

VALORR\$ 3.000,00

09.00Secretaria Municipal de Educação

09.001Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.1005Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Infantil

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.36.00Salário Educação

VALORR\$ 350.000,00

21.00Secretaria de Trânsito e Mobilidade

21.001Secretaria de Trânsito e Mobilidade

0006.0452.0325.2303Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.12.00Convênio Trânsito - Prefeitura

VALORR\$ 50.000,00

50.00Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade

50.001Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade

0015.0451.0305.2007Atividades do Fundo Municipal Desenvol. Urbano

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00Recursos ordinários

VALORR\$ 50.000,00

75.00Fundação Municipal de Meio Ambiente

75.001Fundação Municipal de Meio Ambiente

0018.0122.0160.1197Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00Recursos ordinários

VALORR\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00Procuradoria Geral do Município

03.002 Fundo Procuradoria Geral do Município

0004.0062.0005.1195Manutenção Fundo Procuradoria

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00Recursos ordinários

VALORR\$ 3.000,00

09.00Secretaria Municipal de Educação
 09.001Secretaria Municipal de Educação
 0012.0365.00201005Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Infantil
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.36.00Salário Educação
 VALORR\$ 350.000,00
 21.00Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.12.00Convênio Trânsito - Prefeitura
 VALORR\$ 50.000,00
 50.00Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
 50.001Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
 0015.0451.0305.2007Atividades do Fundo Municipal Desenvolv. Urbano
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00Recursos ordinários
 VALORR\$ 50.000,00
 75.00Fundação Municipal de Meio Ambiente
 75.001Fundação Municipal de Meio Ambiente
 0018.0122.0160.1197Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00Recursos ordinários
 VALORR\$ 70.000,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de fevereiro de 2015.
 PAULO ROBERTO ECCEL ELTON RODRIGO RIFFEL
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

DIEGO FAGUNDES
 Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
 Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 030/2015 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 030/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 51.756,30. CONTRATADA: Tigre S/A - Tubos e Conexões. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
 PUBLIQUE-SE
 Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 031/2015 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 031/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 2.547,00. CONTRATADA: Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
 PUBLIQUE-SE
 Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 032/2015 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 032/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 13.142,00. CONTRATADA: Doal Plastic Industria e Comercio Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
 PUBLIQUE-SE
 Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 033/2015 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 033/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 2.460,00. CONTRATADA: Corr Plastik Industrial Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
 PUBLIQUE-SE
 Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 034/2015 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 034/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 10.055,20. CONTRATADA: Conexpar Michele Gonçalves da Silva dos Santos Comercial ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
 PUBLIQUE-SE
 Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 035/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 035/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 186.859,50. CONTRATADA: Asperbras Tubos e Conexões Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 036/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 036/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 32.855,10. CONTRATADA: CE Macedo e Cia Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 037/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 037/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 37.100,00. CONTRATADA: Esaplast Ind. E Com. Material Plástico Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 038/2015 SAAME

EXTRATO DO CONTRATO 038/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 1.209,50. CONTRATADA: Hidrolux Comercial Hidroeletrica Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 039/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 039/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 1.948,00. CONTRATADA: Lea Loureiro ME - Hidrovalvas. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO 040/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 040/2015

ESPÉCIE: fornecimento de tubos e conexões em PVC, PEAD e PP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 004/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1191.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 12/06/2015. DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2015; VALOR: R\$ 4.728,00. CONTRATADA: Unitubos Industria e Comercio de Conexões Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 12 de março de 2015.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

PORTARIA Nº 9.645, DE 11 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA nº 9.645, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Diego Fagundes, Secretário de Orçamento e Gestão, e Hugo Manfrin Dallossi, Comandante do Corpo de Bombeiros de Brusque, para movimentar as contas bancárias relativas ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2015.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Brusque, 11 de março de 2015.

OF. 47/2015

Ao
Gerente do BANCO DO BRASIL

Prezado Senhor:

Comunicamos que a partir desta data, as pessoas abaixo identificadas são as autorizadas a determinar a MOVIMENTAÇÃO, ABERTURA e ENCERRAMENTO das contas-correntes nºs 243845-3 e 33957-1 do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, assinando os respectivos contratos, bem como, movimentá-las, seja por meio de emissão de cheques, ofícios e/ou autorização, bem como endossar cheques, sustá-los, contra-ordená-los, cancelá-los e baixá-los, requisitar talonários, retirar cheques devolvidos, efetuar saques e transferências, efetuar resgates e aplicações financeiras, solicitar saldos e extratos, autorizar débitos diversos, receber e passar recibo e dar quitação, efetuar transferências e pagamentos via eletrônica ou física, liberar arquivos de pagamentos/transferências, cadastrar, alterar e desbloquear contas para recebimento de créditos/pagamentos, solicitar saldos e extratos por qualquer meio, utilizar contas de aplicações e programas governamentais, assinar instrumentos de crédito, bem como utilizar o crédito aberto, autorizar cobrança. Enfim, efetuar todas as movimentações financeiras necessárias. Informamos, ainda, que qualquer movimentação financeira deverá ter, no mínimo, DUAS assinaturas.

- PAULO ROBERTO ECCEL - Prefeito Municipal
- DIEGO FAGUNDES
SECRETÁRIO de Orçamento e Gestão
- HUGO MANFRIN DALLOSSI - Comandante do Corpo de Bombeiros.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.330

DECRETO nº 6.330, de 10 de março de 2015.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 6.282, de 20 de janeiro de 2015, que nomeia Comissão Central Organizadora - CCO dos 81 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º O Artigo 1º do Decreto nº 6.282, de 20 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Central Organizadora - CCO, dos Festejos dos 81 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de Caçador, na forma que segue:

PRESIDENTE:

COMISSÃO EXECUTIVA:

SUBCOMISSÕES:

- PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, ALIMENTAÇÃO CCO E EQUIPES DE APOIO: Mario Luiz Cachinski, Leonardo Antunes Menegotto e Iria Lezan Ribeiro;

- SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Roselaine de Almeida Périco e Luzia Michelina Santos;

- ESPORTE E COMPETIÇÕES: João Darci Coelho;

- SHOWS, COORDENAÇÃO DO PALCO PRINCIPAL E CAMARIM: Leonardo Antunes Menegotto, Allex Atolini Silva e Mario Luiz Cachinski;

- COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, VISTORIAS, ILUMINAÇÃO: Thaelys Varaschin Olsen Peruzollo, Romulo Machado de Souza e Luiz Gustavo Pavelski;

- SEGURANÇA: Ten. Cel. PM Miguel Chokailo Neto, Delegado Regional de Polícia Sr. Fabiano Locatelli, Cmte. Bombeiros Voluntários Anderson Caetano de Souza, Instrutor Chefe do TG 05-006 Sgto Sandro Marcos Jacyntho e Cmte Bombeiros Militares SubTenente Adelmir Marschalk;

- ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE TRÂNSITO: Allex Atolini Silva e Alessandro Gonçalves;

- FEIRA DA AGRICULTURA: Eduardo Scapinelli;

- ESTACIONAMENTO E CREDENCIAIS: Diala Marchi Gonçalves Briedi e Sérgio Eloi Bisotto;

- AÇÕES SOCIAIS (SOS CRIANÇA): Beatriz Ribeiro dos Santos e Silvio Ziperer;

- COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES: Denise Chiarello Hartmann, Luiz Gustavo Pavelski, Jorge Westerlon e Pedro Henrique P. Garcia;

- IMPRENSA, DIVULGAÇÃO E MARKETING: Alessandro Schneider de Almeida e Mariana Piacentini;

- ORÇAMENTO E CONTROLE: Jovani Scremin, João Paulo Debarba e Gilberto Nicolao Haudsch;

- FEIRA MULTISSECTORIAL: Valtair José Vargas (CDL), Henrique Luis Basso (ACIC) e Odelir Neves (AMPE);

- EVENTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS E PALCO ALTERNATIVO: Caren Fendt e Aldonir Anciutti;

- ASSESSORIA JURÍDICA: João Paulo Debarba." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32 - EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32, de 09 de Março de 2015.

Convoca aprovados em Concurso Público para o preenchimento dos cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, aprovados em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

ODONTÓLOGO

Renata Machado Aires
Renan de Souza Anesi

a) Os Convocados deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 24.909

PORTARIA nº 24.909, de 28 de Novembro de 2014.
NÃO UTILIZADA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.930

PORTARIA Nº 24.930, de 09 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
3421	Adriana Aparecida Pavloski	Auxiliar de Serviços Gerais	10	03/12/2014 a 12/12/2014
2650	Odney Leite	Motorista de Caminhão	05	04/12/2014 a 08/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.931

PORTARIA Nº 24.931, de 09 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código,

nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
7674	Patricia Kirschner	Técnico em Higiene Dental	07	09/12/2014 a 15/12/2014
3262	Rosangela Cristina Malat	Assistente Social	15	09/12/2014 a 23/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.933

PORTARIA nº 24.933, de 10 de Dezembro de 2014.

NÃO UTILIZADA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.934

PORTARIA Nº 24.934, de 10 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
637	Marcia Regia Mostiack	Bioquímico	90	10/12/2014 a 10/03/2015
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	90	08/12/2014 a 08/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.937

PORTARIA nº 24.937, de 11 de Dezembro de 2014.

NÃO UTILIZADA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.938

PORTARIA Nº 24.938, de 12 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
10551	Dayana Holz	Bioquímica	10	06/12/2014 a 15/12/2014
9198	Eliane do Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	60	12/12/2014 a 10/02/2015
12016	Fabíola Linhares Gonçalves Bueno	Agente Comunitário de Saúde	15	08/12/2014 a 22/12/2014
611	João de Oliveira Prestes	Mecânico	12	05/12/2014 a 16/12/2014
13357	Luiz Carlos de Queiroz	Agente de Serviço e Obras Especiais	10	02/12/2014 a 11/12/2014
11956	Neusa Tedesco Bressan	Agente Comunitário de Saúde	04	08/12/2014 a 11/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.991

PORTARIA Nº 24.991, de 05 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
11056	Carla Ribeiro	Auxiliar de Enfermagem	60	01/12/2014 a 30/01/2015
769	Geni Aparecida dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	08	16/12/2014 a 23/12/2014
10509	Graciele Favero	Odontólogo	32	17/12/2014 a 18/01/2015
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	30	01/12/2014 a 30/12/2014
1145	José Luiz Carvalho	Guarda Patrimonial Municipal	53	11/12/2014 a 02/02/2015
9488	Maria Lucia Batista Piran	Auxiliar de Serviços Gerais	10	18/12/2014 a 27/12/2014
11876	Miriane Beatriz Braga de Lima	Agente Comunitário de Saúde	05	15/12/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.000

PORTARIA Nº 25.000, de 05 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária, referência, local de atuação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Escola	A contar de:
13403	Araci Lucia Pereira Dias	Professora de Educação Infantil	40	1.3/A	CMEI Educar é Tudo, V.V. Luciane Carneiro, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13013	Doroti Dutra	Servente da Educação	44	1.5/A	CMEI Educar é Tudo, Vaga Transitória, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13574	Elinéia Dias	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Ulysses Guimarães, V.V. Monaliza Seidel, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13525	Eva Aparecida Martins Ferreira Bueno Fernandes	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Sininho, V.V. Elisabete Rodrigues, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13517	Gláucia Regina Rafaeli da Silva	Merendeira	44	1.5/A	CMEI Sonho Encantado, V.V. Edite Bigas, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13558	Karina Padilha	Professora de Educação Infantil	40	1.3/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Neiva Maffessoni, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13354	Leonice Alves	Merendeira	44	1.5/A	CMEI Ulysses Guimarães, V.V. Vilma de Oliveira, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13441	Mara Rejane Fortes Silva	Merendeira	44	1.5/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Eliane Alves, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13402	Marcia Aparecida Munhões	Orientadora Educacional	40	1.3/A	CMEI Educar é Tudo, Vaga Transitória, férias	20/12/2014 a 04/02/2015

135161	Marli da Cruz	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Adriana Klein Huhn, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
12988	Rita de Cássia Rincão Idalgo de Moraes	Servente da Educação	44	1.5/A	CMEI Sininho, V.V. Carmem Lucia Alano de Souza, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13563	Rosani Aparecida Moraes Rosa	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Silvana Dalla Vechia, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13137	Roseli Aparecida Machado	Professora de Educação Infantil	40	1.3/A	CMEI Sonho Encantado, V.V. Nelci França, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13381	Silmara Aparecida Alves do Prado Porfirio	Auxiliar de Creche e Berçário	40	2.1/A	CMEI Educar é Tudo, Vaga Transitória, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
13565	Silmara Castilho	Professora de Educação Infantil	40	1.3/A	CMEI Educar é Tudo, Vaga Transitória, férias	20/12/2014 a 04/02/2015
12996	Tania Marcia dos Santos Alves	Servente da Educação	44	1.5/A	CMEI Pierina Adami, V.V. Maria Lucia Rocha, férias	20/12/2014 a 04/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.013

PORTARIA Nº 25.013, de 08 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, escola de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Tratamento Saúde a contar de:
11944	Neiva da Aparecida de Lima Carlin do Prado	Agente Comunitário de Saúde	30	15	05/01/2015 a 19/01/2015, após Regime Geral de Previdência Social – INSS

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.021

PORTARIA nº 25.021, de 12 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10470	Liane Capelin	10h
7746	Santina Piacentini	10h
9043	Marcelo Silvio Alves	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.022

PORTARIA nº 25.022, de 12 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/11/2014 a 14/12/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
4081	Fatima Rozana Damaceno	84h
7746	Santina Piacentini	110h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.034

PORTARIA Nº 25.034, de 16 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em razão de faltas injustificadas no período de 15/12/2014 a 14/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e número

de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de dias
247	Orlando Nivaldo da Silva	11 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 25.035

PORTARIA Nº 25.035, de 16 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, em razão de faltas injustificadas no período de 15/12/2014 a 14/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e número de falta, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
10484	Vinicius Alexandre Soares	18 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 25.038

PORTARIA nº 25.038, de 19 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/12/2014 a 14/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2512	Altino Inácio Carneiro	30h
13363	Ana Maria Ribeiro dos Santos	10h
10832	Ana Paula Castilho Souza	10h
11151	Andrea Romão Martins	10h
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10h
11185	Cristiane Baldicera Granemann	10h
13619	David Nicolas Fetzer Arrais	10h
13204	Doraci Maia Ruppel	52h
13191	Edmar Sampaio	60h
8612	Elizeni Batista do Amaral	52h
7665	Eloá de Paula	60h
11139	Eunice Misayo Ueda	10h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	12h
13201	Gerson José Teles de Souza	39h
5791	Ivone Tibes de Lima	48h
13207	João Berthier Brasil Neto	56h
10470	Liane Capelin	10h
11060	Lucas Filipini Chaves	10h
2529	Lucia Ribeiro Luz Cavaletti	30h
9043	Marcelo Silvia Alves	40h
7746	Santina Piacentini	60h
13318	Simone Casagrande	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.039

PORTARIA nº 25.039, de 19 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/12/2014 a 14/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12857	Doraci Maia Ruppel	63h
7665	Eloá de Paula	84h
4081	Fatima Rozana Damaceno	07h
13201	Gerson José Teles de Souza	56h
13207	João Berthier Brasil Neto	21h
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h
7746	Santina Piacentini	112h

13318	Simone Casagrande	77h
-------	-------------------	-----

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.062

PORTARIA Nº 25.062, de 26 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07/1999 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.325, de 31 de Janeiro de 2013, que designou diversos servidores para exercerem a Função de Confiança de Diretores de Escolas, somente no que se refere a Servidora DÉBORA LIZ PADILHA FRANCO, Diretora da EMEB Professora Maria Luisa Martins Barbosa.

Art. 2º CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 23.543, de 10 de Fevereiro de 2014, que alterou o local de trabalho da referida servidora, onde passou a exercer a Função de Diretora na EMEB Pierina Santin Perret.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a contar de 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.069

PORTARIA Nº 25.069, de 28 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1236	Lucianita Furlanetto	Professora	005	1/3	13/02/2005 a 13/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
28 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.112

PORTARIA Nº 25.112, de 04 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 24.301 de 04 de Agosto de 2014, que alterou a Portaria nº 24.219, da Servidora ALINE COLLA HAHN, matrícula nº 13466, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Hilda Granemann de Sousa, vaga excedente, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA DE 36 (trinta e seis) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
04 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.136

PORTARIA Nº 25.136, de 05 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.566, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação ao Servidor CIDINEI ALVES MORAIS, matrícula nº 12903, ocupante do cargo de Professor de Ensino Religioso, para atuar na EMEB Morada do Sol 12 (doze) horas, Vaga Excedente e EMEB Henrique Julio Berger 13 (treze) horas, Vaga Excedente, REDUZINDO A CARGA HORÁRIA de 29 (vinte e nove) horas para 25 (vinte e cinco) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
05 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.141

PORTARIA Nº 25.141, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.566, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora CLAUDIA COMERLATO, matrícula nº 13088, ocupante do cargo de Professora de Geografia, para atuar na EMEB Pierina Santin Perret, sendo 21 (vinte e uma) horas, Vaga Vinculada a da servidora Ana Maria Bortolon, FMC e 06 (seis) horas, Vaga Excedente, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 21 (vinte e uma) horas para 27 (vinte e sete) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.142

PORTARIA Nº 25.142, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 22.482, de 13 de Março de 2013, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora CLAUDENI BEZERRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 12539, ocupante do cargo de Professora de Língua Portuguesa, para atuar na EMEB Alto Bonito, sendo 10 (dez) horas, Vaga Vinculada a da servidora Janaina Demin, SME, REDUZINDO A CARGA HORÁRIA de 38 (trinta e oito) horas para 10 (dez) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.143

PORTARIA Nº 25.143, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.567, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora CLAUDIA APARECIDA RAMOS, matrícula nº 13125, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, no que se refere ao local de trabalho, que passa a ser na EMEB Rodolfo Nickel, 40 (quarenta) horas semanais, Vaga Transitória, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.144

PORTARIA Nº 25.144, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.563, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora CLAUDIA APARECIDA SOARES BROMER, matrícula nº 13036, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, no que se refere ao local de trabalho, que passa a ser na CMEI Sonho Encantado, 40 horas semanais, Vaga Excedente, a contar de 02 de Fevereiro 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.145

PORTARIA Nº 25.145, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.566, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação ao Servidor CLAUDIO FERNANDO COSTA, matrícula nº 13067, ocupante do cargo de Professor de Matemática, no que se refere ao local de trabalho, que passa a ser na EMEB Hilda Granemann de Sousa, Vaga Vinculada a da servidora Maria Beatriz Konflanz, SME, REDUZINDO A CARGA HORÁRIA de 23 (vinte e três) horas para 20 (vinte) horas semanais, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.146

PORTARIA Nº 25.146, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 119, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO da Licença por Motivo de Afastamento de Cônjuge Militar, concedida a Servidora Pública Municipal ANGELA KNEBEL, matrícula nº 8628, ocupante do cargo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, lotada junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, com efeitos a contar de 04 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 25.149

PORTARIA Nº 25.149, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.567, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora CLORIS DE FATIMA CASAGRANDE, matrícula nº 13133, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, para atuar na EMEB Esperança, Vaga Vinculada a da servidora Vera Lucia Muchinski, AEE, com Carga Horária 20 horas semanais, com relação a data fim que é 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.150

PORTARIA Nº 25.150, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.565, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora CRICIELE DA SILVA RIBEIRO LEVINSKI, matrícula nº 12929, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, para atuar na CMEI Pierina Adami, Vaga Transitória, com Carga Horária 40 horas semanais, com relação a data fim que é 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.160

PORTARIA Nº 25.160, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal EDINEIA APARECIDA GALLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 9492, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos, para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 05 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.161

PORTARIA Nº 25.161, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Mônica Regina Tomazini Tavares	Psicóloga	37	35h	Vaga vinculada a da servidora Sabrina Zafari Farias - Férias	09/02/2015 a 10/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.164

PORTARIA Nº 25.164, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
8479	Rejane Serafini	Enfermeira	16/04/2008 a 16/04/2013	21/01/2015 a 19/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.285

PORTARIA Nº 25.285, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo e data de retorno da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar:
1206	Davi Ribeiro	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	10/02/2015
1827	Odair Santana	Motorista de Caminhão	01/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.311

PORTARIA Nº 25.311, de 18 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado do Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Prorrogar até:
13191	Edmar Sampaio	Motorista	44h	10	31/08/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.352

PORTARIA Nº 25.352, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos por prazo indeterminado dos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar de:
13492	Bruna Gehlen	Médica ESF – 40 horas	25/02/2015
13489	Rodrigo Renno Martins Toledo	Médico ESF – 40 horas	27/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.354

PORTARIA Nº 25.354, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, Licença Nojo, especificando: código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
46	Juruá Coelho de Sousa Filho	Técnico em Agri-mensura	8	21/02/2015
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procuradora Municipal	8	23/02/2015
2084	Neide Fatima da Silva	Servente da Educação	8	21/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 – FUNDESB**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 003/2015 - FUNDESB - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2015 - FUNDESB - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA PARA ARMAZENAMENTO EM ÁREAS ONDE HÁ NECESSIDADE E PARA FAMÍLIAS CONSIDERADAS BAIXA RENDA, ENCAMINHADAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/03/2016

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 005/2015 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2015 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL PARA ATENDER VUNERABILIDADE RELATIVA AO NASCIMENTO DE MEMBROS DA FAMÍLIA NA FORMA DE AUXÍLIO NATALIDADE CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2621/2013, ATENDENDO DEMANDA IDENTIFICADA E ATENDIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA:13/03/2016

1ª Publicação.

PR 004/2015 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015-FUNDESP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DE ATLETAS E PROFESSORES NAS ESCOLINHAS, RECREAÇÕES BEM COMO ONDE HOUVER NECESSIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 01 (Um) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 007/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS COMPREENDENDO RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, DESDOBRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO, REVALIDAÇÃO, CANCELAMENTO, FORNECIMENTO E ENDOSSO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS NACIONAIS, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 30 (Trinta) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 008/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 01 (Um) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 006/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015-FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA COM REPETIÇÃO DO FEITO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 13 de Março de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de baterias, à base de troca, para veículos leves, caminhões e máquinas da frota municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - ME, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 22/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	12	Unidade	Bateria 150Ah (à base de troca)	550,00	6.600,00
02	8	Unidade	Bateria 100Ah (à base de troca)	450,00	3.600,00
03	4	Unidade	Bateria 45Ah (à base de troca)	225,00	900,00
VALOR TOTAL				R\$ 11.100,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de óleo para motor, graxa, desengraxante e aditivo ARLA 32 para manutenção da frota municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - ME, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 08/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	1	Tambor	Detergente desengraxante para lavagem de veículos. Tambor com 200 litros.	300,00	300,00
05	1	Container	Aditivo ARLA 32 em container IBC de 1.000 litros.	2.200,00	2.200,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.500,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de óleo para motor, graxa, desengraxante e aditivo ARLA 32 para manutenção da frota municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LUCHETI LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ: 59.160.689/0001-64, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 08/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	6	Tambor	Óleo mineral 15W40, CI-4 / SL. Tambor com 200 litros.	1.080,00	6.480,00
02	2	Tambor	Óleo hidráulico 68. Tambor com 200 litros.	1.045,00	2.090,00
03	3	Tambor	Graxa de lítio para rolamentos, cubas de roda, mancais e pino graxeiro (1ª linha). Tambor com 170 quilos.	1.580,00	4.740,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.310,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

LUCHETI LUBRIFICANTES LTDA
Representante legal

CONVOCAÇÃO Nº 025/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 025/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. VIRGILIO ADILSON FERNANDES, inscrito no CPF/MF sob nº. 751.361.719-87, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2012, para o cargo público e na função de AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 13 de março de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 13 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.919 DE 13 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.919 DE 13 DE MARÇO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde				
91.10 -	Manutenção das Atividades – da Estratégia Saúde da Família				
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família				
300000.00.120 -	Despesas Correntes				
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.120 -	Aplicações Diretas				
339036.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$	5.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde				
91.10 -	Manutenção das Atividades – da Estratégia Saúde da Família				
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família				
300000.00.120 -	Despesas Correntes				
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.120 -	Aplicações Diretas				
339030.00.120 -	Material de Consumo	R\$	5.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 13 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.920 DE 13 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.920 DE 13 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149, alterada pela Lei Municipal nº 3.907, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e Não Governamentais.

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a)Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Titular: Márcia Regina Schadeck Friedrich;

Suplente: Zélia Inez Laval.

Titular: Patrick Onghero;

Suplente: Deisi Estela Amorim.

b)Secretaria Municipal de Administração.

Titular: Lílian Terezinha Bartsch;

Suplente: Rosani Aparecida da Silva.

c)Secretaria Municipal de Educação.

Titular: Leda Carina Munhoz Odia;

Suplente: Maira Joceli Pereira de Miranda.

d)Secretaria Municipal de Finanças.

Titular: Maria Eliane Friedrich;

Suplente: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte.

e)Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Titular: Olívio Odia;

Suplente: Eloá Cristhine Prim.

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a)Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Nádia Terezinha Bastos;

Suplente: Elisabeth Kesting.

b)Organizações e Representantes de Usuários.

Titular: Michele Engler;

Suplente: Roseneide Maria de Souza.

c)Organizações e Representantes de Usuários.

Titular: Rudinei Jackson Medeiros dos Santos;

Suplente: Rosenilda Aparecida da Maia.

Segmento: Organizações e Representantes de Trabalhadores do SUAS:

d) Representação: CREFITO - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Titular: Mário César Deunísio;

Representação: CRP - Conselho Regional de Psicologia.

Suplente: Marco Aurélio Beckhauser.

e) Representação: CRESS - Conselho Regional de Serviço Social.

Titular: Elizete Teresinha Foletto Florencio;

Representação: CRESS - Conselho Regional de Serviço Social.

Suplente: Wanderleia Furtado Barabach.

Segmento: Remanescente do segmento de Entidades por não haver outra Entidade inscrita no CMAS: Organizações e representantes de trabalhadores do SUAS e Organizações e representantes de usuários.

f) Representação: Fundação Educacional de Campo Alegre - FE-CAMPO

Titular: Ivo Kesting;

Representantes de Usuários.

Suplente: Lizandra Kratch Cunha.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: Márcia Regina Schadeck Friedrich;

Vice-Presidente: Mário César Deunísio;

Primeiro Secretário: Patrick Onghero;

Segunda Secretária: Michele Engler;

Tesoureiro: Edilson Pruchneski;

Gestor: Carolina da Costa Telma.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.533 de 01 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº9/2015.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório nº36/2015.

Dispensa de Licitação nº 09/2015.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL REGIN, DE ACORDO COM A LEI 8.663/93, ARTIGO 24, INCISO XXVI.

Valor mensal R\$ 1.680,00 (Mil e seiscentos e oitenta reais)

Campos Novos, 13 de Março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.245/15 DE 12/03/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.127/15 .

DECRETO Nº 7.245/15 DE 12/03/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.127/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.127/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.246/15 DE 12/03/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.128/15 .

DECRETO Nº 7.246/15 DE 12/03/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.128/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 112.726,46 (Cento e doze mil, setecentos e vinte seis reais e quarenta e seis centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.128/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.247/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.129/15 .**

DECRETO Nº 7.247/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.129/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 343.428,00 (Trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.129/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.248/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.130/15 .**

DECRETO Nº 7.248/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.130/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.130/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.249/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.131/15 .**

DECRETO Nº 7.249/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.131/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 196.500,00 (Cento e noventa e seis mil e quinhentos reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.131/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.250/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.132/15 .**

DECRETO Nº 7.250/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.132/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 243.137,76 (Duzentos e quarenta e três mil, cento e trinta e sete reais e setenta e seis centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.132/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.251/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.133/15 .**

DECRETO Nº 7.251/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.133/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 43.249,52 (Quarenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.133/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.252/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.134/15 .**

DECRETO Nº 7.252/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.134/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 21.958,73 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.134/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.253/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.135/15 .**

DECRETO Nº 7.253/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.135/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.135/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.254/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.136/15 .**

DECRETO Nº 7.254/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.136/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 197.128,33 (cento e noventa e sete mil, cento e vinte e oito reais e trinta e três centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.136/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.255/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.137/15 .**

DECRETO Nº 7.255/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.137/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 24.819,00 (Vinte e quatro mil, oitocentos e dezenove reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.137/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.256/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.138/15 .**

DECRETO Nº 7.256/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.138/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 284.797,14 (duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e quatorze centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.138/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.257/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.139/15.**

DECRETO Nº 7.257/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.139/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 76.867,09 (setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e nove centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.139/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.258/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.140/15 .**

DECRETO Nº 7.258/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.140/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 3.014,91 (três mil e quatorze reais e noventa e um centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.140/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.259/15 DE 12/03/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.141/15 .**

DECRETO Nº 7.259/15 DE 12/03/15
REGULAMENTA LEI Nº 4.141/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 21.657,13 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e treze centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.141/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.127/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A
INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE
CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.127/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.064

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 614 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 33 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.064

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Recursos: 614 - Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a ser

aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE:02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde

Elemento Desp.: 28 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 18.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE:02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde

Elemento Desp.: 6 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 18.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.128/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A
INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE
CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.128/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 29 - Manutenção da Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.088

Função: 8 Assistência Social

Subfunção: 241 - Assistência ao idoso

Recursos: 606 - Outras especificações

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 29 - Manutenção da Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.088

Função: 8 Assistência Social

Subfunção: 241 - Assistência ao idoso

Recursos: 606 - Outras especificações

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no

valor de R\$ 112.726,46 (cento e doze mil setecentos e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 2.088 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal do Idoso

Elemento Desp.: 132 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 112.726,46

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.129/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.129/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 22 - Manutenção do Ensino Fundamental e Infantil

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.013

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Recursos: 297 - Salário Educação

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 22 - Manutenção do Ensino Fundamental e Infantil

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.013

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Recursos: 297 - Salário Educação

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 343.428,00 (trezentos e quarenta e três mil quatrocentos e vinte e oito reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJ./ATIV.: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elemento Desp.: 134 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0036 - Aplicações Diretas R\$ 343.428,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.130/15 DE 12/03/2015 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.130/2015 DE 12/03/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 1.031 - Implantação de Projetos Habitacionais - Fdo Habitacional

Elemento de despesa: 7 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.0000 00- aplicações diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.131/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.131/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 21 - Manutenção da Iluminação Pública

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.038

Função: 25 - Energia

Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Recursos: 302 - Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação Pública

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 21 - Manutenção da Iluminação Pública

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.038

Função: 25 - Energia

Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Recursos: 302 - Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação Pública

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 196.500,00 (cento e noventa e seis mil e quinhentos reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 2.038 - Manutenção da Iluminação Pública

Elemento Desp.: 133 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0008 - Aplicações Diretas R\$ 196.500,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.132/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.132/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 37 - Fundo Rotativo Habitacional

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 1.033

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Recursos: 244 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 37 - Fundo Rotativo Habitacional

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 1.033

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Recursos: 244 - Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 243.137,76 (duzentos e quarenta e três mil cento e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

PROJ./ATIV.: 1.033 - Financiamento e Empréstimos para construção e reforma de habitação

Elemento Desp.: 8 - 4.5.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 243.137,76

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.133/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.133/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 12 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.046

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 243 - Assistência a criança e adolescente

Recursos: 606 - Outras espécies

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 12 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.046

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 243 - Assistência a criança e adolescente

Recursos: 606 - Outras espécies

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 43.249,52 (quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 34 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE:01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROJ./ATIV.: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente
Elemento Desp.: 7 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 43.429,52

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.134/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº4.134/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.048

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Recursos: 611 - Transferência de convênio Estado/Outros

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.048

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Recursos: 611 - Transferência de convênio Estado/Outros

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 21.958,73 (vinte e um mil novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE:01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento Desp.: 23 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0064 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 8.800,16
Elemento Desp.: 24 - 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0064 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 13.158,57

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.135/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.135/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.048

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Recursos: 91 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência

Social
 Tipo de Ação: Atividade
 Ação: 2.048
 Função: 8 - Assistência Social
 Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
 Recursos: 91 - Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE:01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Elemento Desp.: 22 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 160.000,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte rubrica orçamentária.
 ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE:01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Elemento Desp.: 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.
 NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.136/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.136/2015 DE 12/03/2015
 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
 FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II
 Programa: 33 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
 Tipo de Ação: Atividade
 Ação: 1.052
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Recursos: 621 - Recursos Ordinários Exercício Anterior

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II
 Programa: 33 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
 Tipo de Ação: Atividade
 Ação: 1.052
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Recursos: 621 - Recursos Ordinários Exercício Anterior

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 197.128,33 (cento e noventa e sete mil cento e vinte e oito reais e trinta e três centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE:01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ./ATIV.: 1.052 - Obras, reformas e ampliações de Unidades de Saúde
 Elemento Desp.: 29 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas R\$ 197.128,33

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.
 NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.137/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.137/2015 DE 12/03/2015
 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
 FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II
 Programa: 33 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
 Tipo de Ação: Atividade
 Ação: 2.064
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Recursos: 80 - Recursos de Instituições Privadas

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II
 Programa: 33 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
 Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.064
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Recursos: 80 - Recursos de Instituições Privadas

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2015, no valor de R\$ 24.819,00 (vinte e quatro mil oitocentos e dezenove reais), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ./ATIV.: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde
Elemento Desp.: 30 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0080 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 24.819,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte rubrica orçamentária.
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 19 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
PROJ./ATIV.: 2.088 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal do Idoso
Elemento Desp.: 132 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0080 - Transf. à inst. Priv. sem fins lucrativos R\$ 24.819,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.138/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.138/2015 DE 12/03/2015
AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II
Programa: 19 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
Tipo de Ação: Atividade
Ação: 1.010
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Recursos: 280 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II
Programa: 19 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
Tipo de Ação: Atividade
Ação: 1.010
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana
Recursos: 280 - Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 284.797,14 (duzentos e oitenta e quatro mil setecentos e noventa e sete reais e quatorze centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJ./ATIV.: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
Elemento Desp.: 136 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas R\$ 284.797,14

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.139/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.139/2015 DE 12/03/2015
AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II
Programa: 31 - Construções e Reformas na Secretaria de Obras, Transportes e Urbanismo
Tipo de Ação: Atividade
Ação: 1.009
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Recursos: 280 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II
Programa: 31 - Construções e Reformas na Secretaria de Obras, Transportes e Urbanismo
Tipo de Ação: Atividade

Ação: 1.009

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Recursos: 280 - Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 76.867,09 (setenta e seis mil oitocentos e sessenta e sete reais e nove centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ./ATIV.: 1.009 - Realização de Obras e Reformas pela Secretaria de Transportes e Obras e Urbanismo

Elemento Desp.: 135 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas R\$ 76.867,09

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.140/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.140/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.082

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência a Criança e Adolescente

Recursos: 247 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.082

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência a Criança e Adolescente

Recursos: 247 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 3.014,91 (três mil e quatorze e noventa e um centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 2.082 - Manutenção do CREAS

Elemento Desp.: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035 - Aplicações Diretas R\$ 3.014,91

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.141/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.141/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.055

Função: 4 - Administração

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Recursos: 247 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

ANEXO II

Programa: 14 - Manutenção do Fundo de Assistência Social

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.055

Função: 4 - Administração

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Recursos: 247 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2015, no valor de R\$ 21.657,13 (vinte e um mil seiscentos e cinquenta e sete

reais e treze centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE:01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 2.055 - Manutenção do Programa CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
Elemento Desp.: 25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035 - Aplicações Diretas R\$ 21.657,00

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.142/15 DE 12/03/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM O CLUBE AQUA CAMPONOVENSE

LEI Nº 4.142/2015 DE 12/03/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVES DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM O CLUBE AQUA CAMPONOVENSE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo, através da Fundação Cultural Camponovense, autorizado a firmar convênio com o Clube Aqua Camponovense, com a finalidade de realizar o Baile de Escolha da Miss Campos Novos 2015, o qual faz parte da programação das Festividades Alusivas aos 134 Anos de Emancipação Político-Administrativa do município de Campos Novos, que ocorrerá no dia 14 de março de 2015, na forma da minuta de Termo de Convênio anexa, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O Clube Aqua Camponovense se responsabilizará por ceder de forma gratuita o local para a realização do Baile e ficará responsável pela comercialização e venda das bebidas durante o evento, bem como pelo pessoal necessário (garçons) para atender/servir ao público, devendo movimentar os recursos arrecadados em conta bancária específica.

Art. 3º. Todo o gerenciamento e a comercialização de mesas e ingressos referente ao Baile ficam sob a responsabilidade Fundação Cultural Camponovense, que deve movimentar os recursos arrecadados em conta bancária específica.

Art. 4º. Os recursos arrecadados com a comercialização das mesas/ingressos do baile, bem como os lucros apurados com a venda das mesmas, serão de propriedade da Fundação Cultural Camponovense. Da mesma forma, os recursos arrecadados com a venda das bebidas do baile serão de propriedade do Clube Aqua Camponovense.

Art. 5º. Além da comercialização das mesas descritas no art. 4º,

a Fundação Cultural ficará responsável pela contratação de seguranças, decoração do local, sonorização, filmagem, climatização, joias, faixas e coroas de premiação.

Art. 6º. A Fundação Cultural Camponovense deverá prestar contas dos recursos arrecadados com o presente convenio, ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da realização do evento, com relatórios detalhados.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

CONVENIO Nº 024/2014

CONVENIO Nº 024 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVENIO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES REFERENTE A ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, brasileiro, casado, Médico Veterinário, portador do CPF nº. 477.740.299-15, residente e domiciliado nesta cidade, ora denominado MUNICÍPIO e, INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 13.617.301/0001-00, com sede na cidade de Timbó, na Rua Germano Brandes Sênior, nº 690, CEP 89120-000, no Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor, Sr. Richard da Silva Choseki, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 893.805.259-15, residente e domiciliado à Rua Amazonas, n.º 560, sala 02, bairro Garcia, Município de Blumenau Santa Catarina, CEP 89021-000, nos termos de seus estatutos sociais, daqui por diante denominada INSTITUTO, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e SS, e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, e CONSIDERANDO que a execução do serviço de pronto socorro para atendimento de situações de Urgência e Emergência constitui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) atividade de média complexidade, cuja execução pelo Município é optativa, e não impositiva;

CONSIDERANDO que a administração municipal, para atendimento da saúde pública, pode firmar convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, cabendo-lhes nestas hipóteses o controle e a avaliação de sua execução, conforme estabelece o Art. 18, X, da Lei n.º 8.080/1990;

CONSIDERANDO que a municipalidade possui interesse de congregar as atividades relacionadas ao sistema de saúde, em especial o serviço de pronto socorro ao serviço de internação, prezando assim por melhores condições, principalmente quanto a custos, pagamentos, execução de atividades e atendimento à população; CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.034 de 05 de maio de 2010, a consulta do Tribunal de Contas nº COM-10/00435935;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, aprovou em assembleia a possibilidade de participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no sistema único de saúde;

CONSIDERANDO que o INSTITUTO possui mão de obra qualificada, estando tecnicamente apto a assumir de forma integral e exclusiva as atividades e serviços de pronto socorro do MUNICÍPIO. Tem entre si, justo e acordado, o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PRONTO ATENDIMENTO, na forma e nas condições estabelecidas na Lei Municipal n.º 5.437, de 26 de novembro de 2014, e nas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços médicos, por equipe médica vinculada do INSTITUTO, seja do seu quadro social, seja preposto, associado

ou contratado como pessoa física ou pessoa jurídica, em plantão de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, na (s) unidade (s) de PRONTO ATENDIMENTO do MUNICÍPIO, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, nos moldes e competências estabelecidas no presente instrumento.

§ 1.º - Para a prestação dos serviços médicos, estabelecem as partes as seguintes regras:

I - O INSTITUTO prestará os serviços objeto do presente Convênio de maneira adequada e criteriosa, segundo as técnicas médicas, usualmente aceitas e recomendadas, adotando as cautelas de segurança necessárias, observadas as escalas de sobreaviso, protocolos e prescrições médicas padronizadas;

II - O INSTITUTO atenderá todos os pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS - com os quais o MUNICÍPIO se relacionar. O INSTITUTO também prestará os serviços aos pacientes encaminhados pelos bombeiros, outros serviços de urgências ou emergências da região, prefeituras de outros municípios, hospitais da região, particulares, dentre outros, garantindo sempre um atendimento médico completo e igualitário respeitado as necessidades individuais de cada paciente;

III - O INSTITUTO manterá, às suas expensas, mediante admissão no quadro social, através de regime autônomo ou relação de emprego, atendidos, neste último caso, os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, profissionais em número suficiente para suprir o atendimento dos pacientes, contratando se for o caso, novos profissionais, visando manter o padrão e a excelência do atendimento, sem qualquer ônus ao MUNICÍPIO.

IV - O INSTITUTO determinará dentre os profissionais do seu quadro funcional, uma chefia que fará o controle médico direto de todo o serviço prestado, ou seja, treinamento, produção de protocolos e aprovação da listagem de equipamentos e medicamentos; V - O INSTITUTO pagará os honorários dos médicos, os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários dos funcionários que eventualmente contratar, bem como os encargos relativos à sua condição de pessoa jurídica;

§ 2.º - Sem prejuízo do acompanhante da fiscalização e da normatividade suplementar exercido pelo MUNICÍPIO sobre a execução do objeto deste Convênio e o MUNICÍPIO reconhecerem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional dos gestores do SUS, decorrente da Lei n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), fica certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou notificação dirigida ao INSTITUTO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Para o cumprimento do objeto deste Convênio, o INSTITUTO se obriga a oferecer aos pacientes do SUS os recursos necessários ao seu atendimento, representado por 02 (dois) médicos em regime de plantão presencial, de 24 (vinte e quatro) horas, durante todos os dias do mês, inclusive sábados, domingos e feriados.

DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Convênio terá vigência de um ano a contar da sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo, cujos valores nas possíveis renovações, serão corrigidos pelo INPC.

CLÁUSULA QUARTA - A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 II da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94, respeitado o Art. 116 da Lei Federal n.º 8.666/93.

§ 1.º - Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à rescisão. Se, neste prazo, o INSTITUTO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa poderá ser duplicada.

§ 2.º - Poderá o INSTITUTO rescindir o presente Convênio no caso de descumprimento, pelo MUNICÍPIO, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 30 (trinta)

dias dos pagamentos devidos. Caberá ao INSTITUTO notificar o MUNICÍPIO, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando do fim da prestação dos serviços contratados no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação.

DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA - Pelos serviços objeto do presente convênio, o MUNICÍPIO disponibilizará ao INSTITUTO, até 05 (cinco) dias anteriores à prestação dos serviços conveniados, o valor mensal de até R\$ 199.700,00 (cento e noventa e nove mil reais) eis que o valor global deste convênio é de R\$ 2.396.400,00 (dois milhões trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos reais), sendo, R\$ 2.246.400,00 (dois milhões duzentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais) de origem do Município de Canoinhas (dotação 3.3.50.00.00.00.00.00.0133 - Transferência a Instituições privadas sem fins lucrativos) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de origem do Município de Bela Vista do Toldo/SC (dotação 3.3.90.00.00.00.00.00.0702), decorrente de convênio firmado através de lei de ambos os municípios, cujo objeto permite aos munícipes deste município ser atendidos no Pronto Atendimento Municipal de Canoinhas.

§ 1.º O referido repasse compreende o adimplemento de toda a execução do objeto e demais obrigações, atribuições responsabilidade, custos e ônus diretos e indiretos constantes no presente instrumento.

§ 2.º Os repasses serão efetuados pelo MUNICÍPIO ao INSTITUTO através do depósito junto a instituição bancária na seguinte conta específica:

Banco Sicredi (748)

Ag: 2602

C/C: 31543-5

CNPJ: 13.617.301/0001-00.

§ 3.º O INSTITUTO obriga-se a fornecer mensalmente prestação de contas dos recursos repassados, que deverá conter:

- a) Balancete da prestação de contas - Anexo TC-28;
- b) Declaração de recebimento e aplicação das subvenções sociais;
- c) Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais), com o devido recebimento dos serviços prestados, e que esta de acordo com as especificações;
- d) Cópia do cheque utilizado para pagamento;
- e) Extratos bancários da conta especial, com a movimentação completa do período;
- f) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso.

§ 4.º As despesas oriundas do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.13 - Fundo Municipal de Saúde

4.016 - Manutenção do Pronto Atendimento

3.3.50.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO

CLÁUSULA SEXTA - Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda o INSTITUTO:

- I - Adequar-se aos programas de melhoria, qualidade e acreditação, implantados ou a serem implantados pelo MUNICÍPIO;
- II - Levar ao imediato conhecimento de autoridade sanitária municipal, através do seu Departamento de Vigilância a Saúde, os casos confirmados ou suspeitos de doenças de notificação compulsória, elencadas no artigo 1º, da Portaria nº 1.100/96, do Ministério da Saúde, que deve ser do conhecimento de todos os profissionais, atendendo, ainda, as demais disposições legais pertinentes à matéria, inclusive de âmbito municipal;
- III - Zelar e conservar, em perfeitas condições de uso, as dependências, equipamentos, mobiliários, eletrodomésticos e materiais colocados à sua disposição, responsabilizando-se por eventuais faltas ou danos provocados pelo mau uso ou descuido do manuseio, a ser apurado mediante sindicância;
- IV - Executar os serviços de maneira ética e criteriosa, segundo as técnicas médicas usualmente aceitas e recomendadas, e com as

cautelas de segurança necessárias;

V - Adequar-se às políticas administrativas elaboradas pelo MUNICÍPIO, sem que isto venha caracterizar qualquer tipo de subordinação;

VI - Exigir o uso de EPI's de seus empregados e prepostos;

VII - Sempre que se utilizar da estrutura do MUNICÍPIO, observar as normas deste último, inclusive escalas de sobreaviso, protocolos e prescrições médicas padronizadas.

XI - Quitar os honorários médicos aos profissionais que compõem seu corpo clínico, comprovando mensalmente os pagamentos, bem como o recolhimento de todas as incidências fiscais, tributárias e previdenciárias;

XII - Proceder a avaliação, indicação, planejamento, execução e acompanhamento dos procedimentos médicos no âmbito das unidades sob sua responsabilidade;

XIII - Proporcionar qualificação técnica a toda equipe profissional das unidades sob sua responsabilidade através de cursos de capacitação e atualização de acordo com bibliografia adequada;

XIX - colaborar no levantamento e acompanhamento dos índices de qualidade da Unidade de Emergências;

XV - manter a titulação necessária para credenciamento da unidade junto ao Ministério da Saúde, desde que cumprido o presente contrato;

XVI - realizar o recrutamento de profissionais médicos com qualificação técnica de alto padrão em todas as especialidades previstas anteriormente para prestarem serviços junto às unidades descritas na Cláusula Primeira, responsabilizando-se sob todos os aspectos legais relativos a essas contratações;

XVII - Cumprir as normas sanitárias, legais e fiscais dos órgãos de controle;

XIX - organizar as modalidades de referência e contra referência com outros serviços médicos da região;

XX - cumprir e fazer cumprir todas as resoluções, portarias, normas técnicas de demais determinações oriundas do CREMESC e do CFM;

XXI - aplicar o recurso recebido em 30 (trinta) dias e providenciar a prestação de contas de cada parcela recebida dentro de um prazo de 10 (dez) dias a contar do prazo de aplicação;

XXII - movimentar os recursos financeiros em conta individualizada e vinculada, por cheques nominais e individualizada por credor;

XXIII - devolver os recursos não utilizados para conta do MUNICÍPIO;

XXIV - fornecer médicos habilitados e capacitados ao atendimento de urgência e emergência.

XXV - o preenchimento correto e completo de todos os campos do BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA, com letra legível e com carimbo e assinatura do médico. Cada boletim que não apresentar o exposto aqui, será descontado no ato do pagamento para o Instituto Vida;

XXVI - que todos os profissionais médicos apresentem a inscrição no CRM/SC ou o protocolo de entrada de pedido de inscrição e/ou outro documento compatível que legalize sua permanência para a realização de trabalhos do Pronto Atendimento de Canoinhas;

XXVII - os médicos deverão trabalhar devidamente uniformizados;

XXVIII - os médicos deverão trazer os materiais/equipamentos de uso pessoal como estetoscópio e oxímetro;

XXIX - o Instituto Vida deverá apresentar escala de trabalho com antecedência, ou seja, ao final de cada mês já enviar a escala de trabalho do mês seguinte;

XXX - O Instituto ficará responsável pela alimentação dos médicos;

XXXI - O Instituto, impreterivelmente terá que substituir médicos imediatamente que, por qualquer fator não se apresentarem ao trabalho;

§ 1.º É vedada a cobrança por serviços de assistência médica, hospitalar e outros complementares do atendimento devido ao paciente. O INSTITUTO responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio.

§ 2.º No atendimento da assistência médica para crianças,

adolescentes e idosos é assegurada à presença de acompanhante. § 3.º É de responsabilidade exclusiva e integral do INSTITUTO a utilização de pessoal para execução do objeto deste Convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício; Tais ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para MUNICÍPIO ou para Ministério da Saúde.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SÉTIMA - Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda o MUNICÍPIO:

I - Fornecer ao INSTITUTO as diretrizes dos serviços a serem executados no âmbito da Unidade de PRONTO ATENDIMENTO, diretrizes estas em consonância com serviços similares atualmente realizadas no território nacional e fundamentadas nas normas de saúde vigentes;

II - Determinar a todos os demais setores do MUNICÍPIO que prestem o máximo de colaboração ao INSTITUTO, quando na execução de suas tarefas, seja no que tange ao fornecimento de informações e documentos, seja no que diz respeito ao cumprimento de instruções e determinações do INSTITUTO e que se relacionem com seus trabalhos, como também no livre trânsito do pessoal do INSTITUTO em toda e qualquer dependência do MUNICÍPIO relacionada aos serviços objeto do presente convênio;

III - Executar, com a maior brevidade possível, a realização dos exames e procedimentos, tanto diagnósticos quando terapêuticos encaminhados pelos médicos do INSTITUTO a outras especialidades médicas ou serviços do MUNICÍPIO;

IV - Fornecer os materiais, medicamentos e serviços de apoio necessários às necessidades do serviço e em quantidade suficiente.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Convênio pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade do INSTITUTO nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislações existentes, de que trata o Art. 116, da Lei Federal n.º 8.666/93. O INSTITUTO será exclusivamente responsável pela reparação de danos decorrente de ato ilícito culposo ou doloso praticado pelos profissionais médicos a si vinculados na consecução das atividades objeto do presente convênio.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA - A inobservância, pelo INSTITUTO de cláusula ou obrigação constante deste Convênio ou de dever originados de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o MUNICÍPIO, garantia e prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações, combinado com o disposto no artigo 7º, § 2º, da Portaria do Ministério da Saúde n.º 1286/93, quais sejam:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária das internações e/ou atendimentos ambulatoriais;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar ou conveniar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar, contratar ou conveniar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja, promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes depois de decorrido o prazo da sanção mencionada no item "c" desta cláusula.

§ 1.º - A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula

dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação da situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu e dela será notificada o INSTITUTO.

§ 2.º - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

§ 3.º - Da aplicação das penalidades o INSTITUTO terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso dirigido ao Diretor Municipal de Saúde.

§ 4.º - O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado ao INSTITUTO e o respectivo montante será descontado dos repasses devidos pela Diretoria/Fundo Municipal de Saúde ao INSTITUTO, garantindo a este pleno direito de defesa em processo regular.

§ 5.º - A multa será de aplicação diária, enquanto perdurarem os motivos que lhe deram causa, no valor de R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais) por dia.

§ 6.º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas, nesta cláusula, não ilidirá o direito do MUNICÍPIO indenizado integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, e/ou ética do autor do fato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O não cumprimento pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não desobriga o MUNICÍPIO de pagar os serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS e pelo Conselho Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Convênio, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O INSTITUTO facilitará ao MUNICÍPIO, através de seus órgãos competentes e/ou Conselho Municipal de Saúde, o acompanhamento e fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os direitos provenientes deste Convênio não poderão ser cedidos a terceiros, salvo autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Eventual tolerância, por qualquer dos convenientes, ao descumprimento de cláusulas do presente instrumento não implicará em precedente, novação ou modificação de quaisquer das disposições deste Convênio, as quais permanecerão íntegras em plena vigor.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - As partes elegem o foro da Comarca de Canoinhas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente, para dirimir questões oriundas do presente Convênio não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Município de Canoinhas, 28 de novembro de 2014.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Prefeito Municipal

INSTITUTO VIDA DE ASSISTENCIA A SAÚDE
Diretor do Instituto Vida

Testemunha

Testemunha

EDITAL Nº. 012/2015

EDITAL Nº. 012/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 012/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR DE AEE

Cleusa Adriana Lescovitz Da Silva
Karina De Fatima Gomes
Marcela Vieira Do Nascimento Tasso
Luciane Munhoz Marko Maffezoli
Adriana Bueno De Oliveira Erhardt

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Scheila Reva
Tatiana Kotelak Leao
Andriele Bail (VD)
Daniely Amaral
Susy Aparecida Gapski
Luciane Schimitberger

Andreia Aparecida Mangue
Marli De Fatima Piscoski
Dioneia Sant'ana
Simone Neuburger Langer
Tatieli Portugal Pacheco
Marieli Engel
Iracy De Lourdes Carneiro Dominiak
Patricia Pfleger
Nelci Teresinha Schupel Titon
Neucimara Panfil
Karine Rohrbacher
Elisangela Erzinger
Cintia Danielle Baukat
Ana Paula Rosa Kryczyk (20ª VD)
Cristina De Fatima Chaves
Eliane Cristina Barbosa Da Silva
Nelci Kochan
Marizete Hach De Oliveira
Lucas Alves De Almeida

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 024/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 024/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CANOINHAS E O INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, brasileiro, casado, Médico Veterinário, portador do CPF nº. 477.740.299-15, residente e domiciliado nesta cidade, ora denominado MUNICÍPIO e, INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 13.617.301/0001-00, com sede na cidade de Timbó, na Rua Germano Brandes Sênior, nº 690, CEP 89120-000, no Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor, Sr. Richard da Silva Choseki, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 893.805.259-15, residente e domiciliado à Rua Amazonas, n.º 560, sala 02, bairro Garcia, Município de Blumenau Santa Catarina, CEP 89021-000, nos termos de seus estatutos sociais, daqui por diante denominada INSTITUTO, resolvem aditar o presente convênio conforme disposto a seguir:

I - DAS ALTERAÇÕES

O caput da Cláusula Quinta e seus parágrafos primeiro e terceiro passam a vigorar com a seguinte redação:

“DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA - Pelos serviços objeto do presente convênio, o MUNICÍPIO disponibilizará ao INSTITUTO, até 05 (cinco) dias anteriores à prestação dos serviços conveniados, o valor mensal de até R\$ 199.700,00 (cento e noventa e nove mil reais) eis que o valor global deste convênio é de R\$ 2.396.400,00 (dois milhões trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos reais).

§1º O referido repasse compreende o adimplemento de toda a execução do objeto e demais obrigações, atribuições responsabilidade, custos e ônus diretos e indiretos constantes no presente instrumento, inobstante os serviços ora conveniados contemplarem

também os municípios de Bela Vista do Toldo, por conta de convênio existente entre os dois Municípios, a responsabilidade pelo repasse dos valores lançados no “caput” da presente cláusula caberá exclusivamente ao MUNICÍPIO (mediante ressarcimento pelo Município de Bela Vista do Toldo), devendo o INSTITUTO prestar contas unicamente ao MUNICÍPIO, na forma no § 3.º da presente cláusula.

(...)

§ 3.º O INSTITUTO obriga-se a fornecer ao MUNICÍPIO mensalmente prestação de contas dos recursos repassados, que deverá conter:

- a) Balancete da prestação de contas - Anexo TC-28;
- b) Declaração de recebimento e aplicação das subvenções sociais;
- c) Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais), com o devido recebimento dos serviços prestados, e que esta de acordo com as especificações;
- d) Cópia do cheque utilizado para pagamento;
- e) Extratos bancários da conta especial, com a movimentação completa do período;
- f) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso.

II - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do Convênio permanecem inalteradas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presente das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Canoinhas/SC, 30 de janeiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

RICHARD DA SILVA CHOSEKI

INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

TESTEMUNHAS:

Willian Thiago Groth Cardoso

CPF: 082.380.529-80

CPF:

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/15

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.029,00 (doze mil e vinte e nove reais)

DATA: 13/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/15

CONTRATADO: ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.420,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e vinte reais)

DATA: 13/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/15

CONTRATADO: Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)

DATA: 13/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/15

CONTRATADO: CWR COMERCIAL LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.589,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e nove reais)

DATA: 13/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 29/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 48/2015

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 29/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/03/2015, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, 05 (CINCO) PASSAGEIROS, ANO 2015 E 02 (DUAS) MOTOCICLETAS NOVAS, ZERO KM, 125CC CROSS, ANO 2015, PARA SEREM UTILIZADOS A SERVIÇO DO DETRACAN. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 31/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 03/2015

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 03/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 03/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/03/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM MALHA, NA COR BRANCA, SENDO 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS I, 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS II E 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS III. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 31/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

TERMO DO CONVÊNIO Nº 01/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 01/2015 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas e a Associação Desportiva e Cultural Canoinhas. OBJETO: O presente Convênio tem por objeto, destinar a realização de despesas gerais para elaboração/execução de projetos esportivos e sociais, fica autorizado também o uso do Ginásio Municipal Magno Victor Fuck por esta entidade para treinos e jogos, podendo ainda explorar financeiramente a lanchonete do ginásio nos dias de jogos, desde previamente autorizado pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer e custear despesas de transportes limitado a dois mil quilômetros. VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), podendo ser repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Sr. Mario César de Oliveira, pela Associação Desportiva e Cultural Canoinhas.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 38/2015

Licitação.....: 22/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO UNO MILLE WAY Nº 113, ANO 2010/2011 - MHV 3758.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 6.750,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 4230	- PEÇAS PARA FIAT UNO PLACA MHV 3758 - Unidade: C.J						
6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		1,000	0,0000	4.237,2263	4.237,23	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	BOSH	1,000	0,0000	4.278,8679	4.278,87	Perdeu	2
Item.....: 2	- 16578	- MÃO DE OBRA VEÍCULO FIAT UNO PLACA MHV 3758 - Unidade: C.J						
6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.	IHM AUTO MECANIC	1,000	0,0000	2.512,7737	2.512,77	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	LEO	1,000	0,0000	2.521,1321	2.521,13	Perdeu	2

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE

PAULO CESAR SAFANELLI - - PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 6.750,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 38/2015

Licitação.....: 22/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO UNO MILLE WAY Nº 113, ANO 2010/2011 - MHV 3758.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 4230 - PEÇAS PARA FIAT UNO PLACA MHV 3758 - Unidade: C.J

6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.		1,000	0,0000	4.237,2263	4.237,23	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	BOSH	1,000	0,0000	4.278,8679	4.278,87	Perdeu	2

Item.....: 2 - 16578 - MÃO DE OBRA VEÍCULO FIAT UNO PLACA MHV 3758 - Unidade: C.J

6364	IHM AUTO MECANICA LTDA.	IHM AUTO MECANIC	1,000	0,0000	2.512,7737	2.512,77	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	LEO	1,000	0,0000	2.521,1321	2.521,13	Perdeu	2

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DP RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/12

Total dos Itens Vencedores: 92.538,00

Processo / Ano: 35/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS;

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311043302	- TANQUE DE PAREDE - EM AÇO INOXIDAVEL 304 - Unidade: UN						
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/T061	1,000	0,0000	378,0600	378,06	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	370,9251	370,93	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	INOX BRASIL	1,000	0,0000	370,0000	370,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2	- 311043303	- CARRO PLATAFORMA CAPACIDADE MINIMA 400 KG - Unidade: UN						
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/CPLA 400A	1,000	0,0000	1.603,0000	1.603,00	Inabilitado	0
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	INOX BRASIL	1,000	0,0000	2.300,0000	2.300,00	Inabilitado	0
Item.....: 3	- 311043304	- BALANCA DE PISO, MÓVEL CAPACIDADE MÍNIMA 300 KG - Unidade: UN						
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	WELMY	1,000	0,0000	1.225,4668	1.225,47	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	MICHELETTI	1,000	0,0000	1.229,6398	1.229,64	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	MICHELETTI/MIC 33	1,000	0,0000	1.372,0000	1.372,00	Desclassif.	3
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4	- 311043305	- ESTRADO PLASTICO MODULAR 100X60 H=16,5 - Unidade: UN						
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/12

92.538,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 5 - 35403 - Estante de Aço - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/ELI 120	2,000	0,0000	1.117,0984	2.234,20	Venceu	1 ****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	2,000	0,0000	1.096,1375	2.192,28	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	CIMAPI	2,000	0,0000	1.120,0000	2.240,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 6 - 6333 - Refrigerador, conforme especificações do Edital - Unidade: UN

16538	CWR COMERCIAL LTDA	UNIFRIO	1,000	0,0000	5.977,0702	5.977,07	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	FRILUX	1,000	0,0000	5.958,4100	5.958,41	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/PVR 24	1,000	0,0000	6.002,9697	6.002,97	Perdeu	3
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	LOTHAR JOHANN	1,000	0,0000	6.000,0000	6.000,00	Perdeu	4

Item.....: 7 - 6336 - Freezer Horizontal, conforme especificações do Edital - Unidade: UN

16538	CWR COMERCIAL LTDA	ELECTROLUX	1,000	0,0000	1.946,2526	1.946,25	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CONSUL	1,000	0,0000	1.956,3470	1.956,35	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	FRICON/HDE 411	1,000	0,0000	1.954,6860	1.954,69	Perdeu	3
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	VENAX	1,000	0,0000	1.970,0000	1.970,00	Perdeu	4

Item.....: 8 - 311043306 - Refrigerador Industrial 2 portas - Unidade: UN

16538	CWR COMERCIAL LTDA	REFRIRIO	1,000	0,0000	3.386,6771	3.386,68	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	FRILUX	1,000	0,0000	3.405,2355	3.405,24	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/PVR 12	1,000	0,0000	3.402,3443	3.402,34	Perdeu	3
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	LOTHAR JOHANN	1,000	0,0000	3.400,0000	3.400,00	Perdeu	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/12

92.538,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 9 - 8556 - ARMÁRIO EM AÇO - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/ARM 070	1,000	0,0000	1.785,3627	1.785,36	Venceu	1 ****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	1.751,8627	1.751,86	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	INOX BRASIL	1,000	0,0000	1.790,0000	1.790,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 10 - 39149 - LAVADORA DE ALTA PRESSÃO - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	LAVOR WASH	1,000	0,0000	344,7100	344,71	Venceu	1 ****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	WAP	1,000	0,0000	344,3498	344,35	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	WAP/DIAMANTE	1,000	0,0000	345,6700	345,67	Perdeu	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA	INTECH	1,000	0,0000	345,4153	345,42	Perdeu	4

Item.....: 11 - 40716 - MESA INOX COM UMA CUBA - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/MI 150	1,000	0,0000	1.423,3031	1.423,30	Venceu	1 ****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	1.396,5967	1.396,60	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	CIMAPI	1,000	0,0000	1.400,0000	1.400,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 12 - 10161 - CORTADOR DE LEGUMES GRANDE - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	SPOLU	1,000	0,0000	119,3481	119,35	Venceu	1 ****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	VITALEX	1,000	0,0000	120,0000	120,00	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	SPOLU/SPL003	1,000	0,0000	234,0000	234,00	Desclassif.	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/12

92.538,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 13 - 311043307 - CORTADOR DE LEGUMES MEDIO - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	SPOLU	1,000	0,0000	88,7713	88,77	Venceu	1 *****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	VITALEX	1,000	0,0000	90,0000	90,00	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	SPOLU/SPL002	1,000	0,0000	216,0000	216,00	Desclassif.	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 14 - 39453 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	SKYMPSEN	1,000	0,0000	1.774,3169	1.774,32	Venceu	1 *****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	VITALEX	1,000	0,0000	1.776,0162	1.776,02	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	SPOLU/SPL 067	1,000	0,0000	1.778,1824	1.778,18	Perdeu	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA	FAK	1,000	0,0000	1.786,6307	1.786,63	Perdeu	4

Item.....: 15 - 36761 - FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	CEMAF	1,000	0,0000	2.880,0000	2.880,00	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	ITAJOBÍ	1,000	0,0000	2.890,0000	2.890,00	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	PROGAS	1,000	0,0000	2.900,0000	2.900,00	Perdeu	3
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/FG6B	1,000	0,0000	4.800,0000	4.800,00	Desclassif.	0

Item.....: 16 - 311043308 - CAPTADOR DE VAPORES E VAPORES GORDUROSOS - Unidade: UN

13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	INOX BRASIL	2,000	0,0000	5.837,4324	11.674,86	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	2,000	0,0000	5.851,6024	11.703,20	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/CICF 150	2,000	0,0000	5.855,0336	11.710,07	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	AR NATURAL	2,000	0,0000	5.880,0000	11.760,00	Perdeu	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/12

92.538,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 17 - 311043309 - FORNO CONVENCIONAL COM 02 (DUAS) CAMARAS SOBREPOSTAS - Unidade: UN

13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	PROGAS	1,000	0,0000	2.845,1351	2.845,14	Venceu	1 ****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	METALMAQ	1,000	0,0000	2.826,7951	2.826,80	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	MAFRAN/FGD 01	1,000	0,0000	2.829,9329	2.829,93	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	VENANCIO	1,000	0,0000	2.842,0000	2.842,00	Perdeu	4

Item.....: 18 - 29084 - BALANCA ELETRÔNICA CAPACIDADE 15 KG. - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	WELMY	1,000	0,0000	534,5332	534,53	Venceu	1 ****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	MICHELETTI	1,000	0,0000	535,3602	535,36	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	MICHELETTI/MIC 15	1,000	0,0000	543,0000	543,00	Desclassif.	3
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 19 - 29406 - BATEDEIRA INDUSTRIAL - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	VENANCIO	1,000	0,0000	1.753,6281	1.753,63	Venceu	1 ****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	BRAESI	1,000	0,0000	1.756,2827	1.756,28	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	VENANCIO/VB05	1,000	0,0000	1.758,4248	1.758,42	Perdeu	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA	BRAESI	1,000	0,0000	1.766,7792	1.766,78	Perdeu	4

Item.....: 20 - 311043311 - MAQUINA SELADORA PARA MARMITA - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	SPOLU	1,000	0,0000	80,8805	80,88	Venceu	1 ****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	VITALEX	1,000	0,0000	80,0000	80,00	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	SPOLU/SPL024	1,000	0,0000	230,0000	230,00	Desclassif.	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/12

92.538,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21 - 311043312 - MESA INOX LISA 150X70 H85 CM - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/MLI 150	4,000	0,0000	1.948,9378	7.795,75	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	4,000	0,0000	1.911,3898	7.645,56	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	CIMAPI	4,000	0,0000	1.950,0000	7.800,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 22 - 311043314 - BALCAO AQUECIDO COM CORRE BANDEJA - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/BDA 6GN	1,000	0,0000	10.984,4190	10.984,42	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	11.547,6132	11.547,61	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	ALF	1,000	0,0000	11.800,0000	11.800,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 23 - 311043315 - BALCÃO FRIO - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/BDR 2GN	1,000	0,0000	5.186,5285	5.186,53	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	5.088,2313	5.088,23	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	ALF	1,000	0,0000	5.200,0000	5.200,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 24 - 311043316 - MESA INOX LISA COM APOIO PARA REFRESQUEIRA E PRATOS FRIOS - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/MLI 150	2,000	0,0000	1.416,3212	2.832,64	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	2,000	0,0000	1.389,7458	2.779,49	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	INOX BRASIL	2,000	0,0000	1.400,0000	2.800,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/12

92.538,00

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 25 - 6355 - MESA PARA REFEITÓRIO - Unidade: UN

13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	ALF	12,000	0,0000	427,0658	5.124,79	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 26 - 1566 - VENTILADOR DE PAREDE - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	VENTISOL	4,000	0,0000	177,3332	709,33	Venceu	1 *****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	TRON	4,000	0,0000	177,6016	710,41	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	VENTIDELTA/60CM	4,000	0,0000	177,8182	711,27	Perdeu	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA	VENTISOL	4,000	0,0000	177,6705	710,68	Perdeu	4

Item.....: 27 - 111041013 - REFRESQUEIRA 2 DEPOSITOS 15 LT CADA - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	IBBL/IBBS 2	1,000	0,0000	2.443,6528	2.443,65	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	BEGEL	1,000	0,0000	2.395,8435	2.395,84	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	IBBL	1,000	0,0000	2.450,0000	2.450,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 28 - 311043317 - CARRO INOX 2 (DOIS) PLANOS - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/CPRI 002	1,000	0,0000	714,1451	714,15	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	700,7451	700,75	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	CIMAPI	1,000	0,0000	700,0000	700,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/12

Processo / Ano: 35/2015		Processo Administrativo:		92.538,00				
Licitação.....: 20/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 29 - 29476 - BEBEDOURO - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	LIBELL	1,000	0,0000	1.263,0063	1.263,01	Venceu	1 *****
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	LIBELL	1,000	0,0000	1.262,9448	1.262,94	Perdeu	2
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	BEGEL/BRX 80M	1,000	0,0000	1.266,4610	1.266,46	Perdeu	3
16538	CWR COMERCIAL LTDA	BEGEL	1,000	0,0000	1.270,4929	1.270,49	Perdeu	4
Item.....: 30 - 311043318 - MESA INOX COM 2 (DUAS) CUBAS - Unidade: UN								
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/MLI 290	1,000	0,0000	1.815,2850	1.815,29	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	1.781,2235	1.781,22	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	INOX BRASIL	1,000	0,0000	1.800,0000	1.800,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 31 - 31954 - CARRO PARA DETRITOS - Unidade: UN								
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME	INECOM/CADI 080P	1,000	0,0000	906,6451	906,65	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	PRINOX	1,000	0,0000	889,6331	889,63	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	CIMAPI	1,000	0,0000	900,0000	900,00	Perdeu	3
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 32 - 43786 - PRATELEIRA SUSPENSÃO LISA COM MAO FRANCESA (TRAY REST) - Unidade: UN								
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	INOX BRASIL	2,000	0,0000	368,0119	736,02	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/12

92.538,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 33 - 44908 - ROUPEIRO DE ACO COM PORTAS - Unidade: UN

13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	DJS	4,000	0,0000	350,8951	1.403,58	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 34 - 311043319 - CONTAINER PLASTICO 1.000 (ML) LITROS - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 35 - 6237 - MESA PARA COMPUTADOR - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	LUNASA	2,000	0,0000	176,8689	353,74	Venceu	1 ****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	TOPMOVEIS	2,000	0,0000	177,8187	355,64	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	ALF	2,000	0,0000	180,0000	360,00	Perdeu	3
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 36 - 30811 - CADEIRA GIRATÓRIA - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	PETHIFLEX	4,000	0,0000	182,5402	730,16	Venceu	1 ****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	TOPMOVEIS	4,000	0,0000	182,6507	730,60	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	ALF	4,000	0,0000	185,0000	740,00	Perdeu	3
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/12

Processo / Ano: 35/2015		Processo Administrativo:		92.538,00				
Licitação.....: 20/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 37 - 6098 - ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS - Unidade: UN								
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	DJS	2,000	0,0000	341,4808	682,96	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 38 - 35403 - ESTANTE DE AÇO - Unidade: UN								
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	DJS	10,000	0,0000	295,2654	2.952,65	Venceu	1 ****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 39 - 39678 - LIXEIRA TELADA EM ALUMINIO 320X320 MM - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 40 - 33103 - COMPUTADOR (CONFORME ESPECIFICAÇÕES EDITAL) - Unidade: UN								
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	HORBI	2,000	0,0000	3.200,0000	6.400,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/12

92.538,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 41 - 44033 - QUADRO BRANCO COM MOLDURA EM ALUMINIO 120 X 90 CM - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	BELA ARTE	2,000	0,0000	85,5507	171,10	Venceu	1 *****
16538	CWR COMERCIAL LTDA	EASYOFFICE	2,000	0,0000	86,8799	173,76	Perdeu	2
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	CORTIARTE	2,000	0,0000	85,0000	170,00	Perdeu	3
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 42 - 26701 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - Unidade: UN

12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16538	CWR COMERCIAL LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	HP	1,000	0,0000	325,0000	325,00	Inabilitado	0

Item.....: 43 - 311043320 - CATRACA ELETRONICA COM SENHA NUMERICA E CARTÃO - Unidade: UN

16538	CWR COMERCIAL LTDA	TRIXTEC	1,000	0,0000	5,279,0000	5,279,00	Venceu	1 *****
12945	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13147	ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 35/2015

Licitação.....: 20/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

92.538,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 43 - 311043320 - CATRACA ELETRONICA COM SENHA NUMERICA E CARTÃO - Unidade: UN

16537	Inecom Equipamentos e Manutenção LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	--	--	-------	--------	--------	------	-----------	---

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 032/2015

DECRETO No 032, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 739.600,00 (setecentos e trinta e nove mil e seiscentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 739.600,00 (setecentos e trinta e nove mil e seiscentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0503.27.812.0100.2055	REFORMA NO GINÁS ES- PORTE DILETO BERTAIOLI	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-211	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	493.750,00
0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFALTI- CA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-210	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	245.850,00
	Total	1024	54	R\$	739.600,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 739.600,00 (setecentos e trinta e nove mil e seiscentos reais), na fonte de recursos 1.24 "Transferências de Convênios Outros", na destinação de recursos 54 "Transferências de convênios da União", da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferên- cias de Convênios Outros	1024	54	R\$	739.600,00
Total	024	54	R\$	739.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0069/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0044/2015

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0069/2015

Pregão Presencial Nº 0044/2015

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de pneus novos de 1.ª linha, certificados pelo INMETRO, com no máximo 6 (seis) meses de fabricação à data do fornecimento, conforme especificações técnicas individuais constante do anexo VI.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 26/03/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 16 de março de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PORTARIA 046/2015

PORTARIA Nº 046, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Waldecir Ferreira de Lima, matrícula 410034/01, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Habitação, nível CC - 3, conforme anexo IV - G da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 16 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por WALDECIR FERREIRA

DE LIMA

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Waldecir Ferreira de Lima, matrícula 410034/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Habitação, nomeado pela Portaria nº 046, de 16 de janeiro de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 16 de janeiro de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 450/2015

PORTARIA Nº 450, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Capinzal - CMDIC, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Complementar nº 098, de 29 de novembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Capinzal - CMDIC, na forma que especifica:

I - Representantes dos Órgãos Governamentais

a)Ana Paula Chiamolera - titular
Dircilei Terezinha Leal da Silva Souza - suplente
Representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social;

b)Josimari Dondoni do Amaral - titular
Katiúscia Santin Petri - suplente
Representantes da Diretoria de Desenvolvimento Social;

c)Inês Rosseti Baron - titular
Tânia Maria Surdi - suplente
Representantes da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

d)Elisângela Aparecida Bagnolin - titular
Daiane Toscan Helt - suplente
Representantes da Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento;

e)Gerson Luiz Valduga - titular
Ademir Crul - suplente
Representantes da Secretaria de Infraestrutura;

II - Representantes dos Órgãos Não Governamentais:

a)Angelina Lovatel Masson - titular
Eronides Paulo Prigol - suplente
Representantes dos Grupos de Idosos;

b)Rosani da Rosa Bazi - titular
Idalina Ferrari - suplente
Representantes das Entidades Religiosas;

c)Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio - titular
Roselange Barbara Zenere Baretta - suplente
Representante da comunidade científica;

d)Mariana Viganó - titular
Marisa Alves - suplente
Representantes dos trabalhadores na área do Idoso;

e)Cristiane Bonetti Cechin - titular
Celi Eliane Antunes - suplente
Representante das entidades de atendimento à saúde, em caráter preventivo e emergencial;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças.

PORTARIA 451/2015

PORTARIA Nº 451, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Administração e Finanças, nível CC - 5, conforme o Anexo IV - A, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente como Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2015

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

SIMAE**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/08/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/08/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0096/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de um microcomputador.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 26 de março de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail Francieli@simaecao.sc.gov.br, material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 16 de março de 2015.

Francieli A. da Rosa

Pregoeira

PORTARIA N º 20/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 20/2015/SIMAE-CAO, de 16 de março de 2015.

Exonera a pedido, Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, o servidor VANDRIGO BALBINOT, nascido em 13/02/1986, do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão 02.07, Nível 02, Referência C, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, em decorrência de sua posse no cargo de Encanador, conforme Portaria nº SIMAE/CAO/13/2015.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvás**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015 - PREGÃO Nº 0016/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015

PREGÃO Nº 0016/2015

Objeto: Contratação de serviços mecânicos visando a manutenção dos veículos da frota oficial do município de Catanduvás, bem como o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social e Conselho Tutelar.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 31 de março de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 13 de março de 2015, no endereço <http://www.catanduvassc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvassc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás - SC, 13 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N. 027/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

Resolução N. 027/2015, de 10 de março de 2015.

"INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES E NOMEIA SEUS MEMBROS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, É DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores apresenta para que se discuta, vote e posteriormente aprove o seguinte Projeto de Resolução:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações no âmbito do Poder Legislativo Municipal, para o exercício de 2015, composta pelos seguintes membros:

NEUSA REGINA CHINATO - Presidente

MARIA ALICE CASTAGNARO

SECRETÁRIA

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI - Membro

§ 1º A comissão ora instituída terá mandato de um (1) ano, permitida a recondução por períodos subsequentes observadas as disposições do art. 51, § 4º da Lei 8.666/93.

§ 2º Excepcionalmente e tendo em vista peculiaridades especiais ou técnicas do objeto licitado, poderão ser convidados terceiros para integrar a Comissão.

Art. 2º. Compete à Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações no âmbito do Poder Legislativo Municipal:

- I - Processar, julgar a provar o registro cadastral de fornecedores da Câmara de Vereadores de Catanduvas, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;
- II - Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores;
- III - Processar e julgar os processos licitatórios em todas as suas modalidades;
- IV - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;
- V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que presente o interesse público;
- VI - Processar e julgar todos os processos e avaliações necessários para o cumprimento da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Parágrafo único. Das sessões a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as licitações na Modalidade de Convite, nos termos do art. 51, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a Comissão ora nomeada poderá, excepcionalmente, ser substituída pela Servidora NEUSA REGINA CHINATO.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que lhe são conferidas.

Art. 5º. Os membros da Comissão não farão "jus" a qualquer remuneração adicional, sendo, todavia, considerado como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 10 de março de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente da Câmara

Registrado em 10 de março de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente da Câmara

CHEILA A. GUERRA FABRIS
Primeira Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

162.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 162/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.02.2014 à 31.01.2015, a JOÃO NUNES DE ALMEIDA, matriculado sob o nº 1704/03, ocupante do cargo efetivo de Operário.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 16.03.2015 à 04.04.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de março de 2015.

ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em Exercício

163/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº. 163/2015

"CONSTITUI COMISSÃO COORDENADORA DA CHAMADA PÚBLICA PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085 de 30.06.1999 e Lei Complementar nº. 040 de 15.05.2009;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Coordenadora da Chamada Pública, destinada a admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o "caput" do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - DILVA ROSA CORREIA PAUL

II - EVA APARECIDA KEMPNER ABREU

III - MEIRELEIN GRACH MACHADO

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de março de 2015.

ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em Exercício

Cocal do Sul**PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/PMCS/2015
(REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de homem x hora para serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade, no atendimento a frota do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 30/03/2015.

Abertura: Dia 30/03/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 13 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Concórdia**PREFEITURA****ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Transporte, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e mão de obra para retífica do motor Cummins 8.3, série C do caminhão VW24220, ano 2001, PMC 045 e do motor Cummins 8.3, série C do caminhão caçamba VW 26220, ano 2002, PMC 048 e aquisição de peças para conserto do diferencial do caminhão VW 24220, ano 2001, PMC 045, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, sofreu alterações.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167

Concórdia, SC, 13 de março de 2015.

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transporte

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015-FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015 - FMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização, organização e corte de grama com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências do Centro Cultural Concórdia e da Galeria Municipal de Artes, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/03/2015.

Abertura: dia 31/03/2015 as 08h30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 13 de março de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente da FMC

EXTRATO 2ªTA CONTRATO Nº 295/2014 -PMC

Contrato Nº : 295/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FAPEU - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSAO UNIVERSITÁRIA

Licitação : Inexigibilidade 1/2014

Objeto : Contratação de serviços especializados de engenharia para a elaboração de projeto executivo de reforço estrutural para ser executado na Escola de Educação Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, de acordo com o Memorial Descritivo.

Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 07/04/2015

Assinatura : 05/02/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2015

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Stórchio, Diretor Administrativo de Educação, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 13 de março de 2015, para o fornecimento de passes para alunos do ensino Médio e Fundamental da rede pública Municipal e Estadual de ensino, conforme Termo de Concessão de Exploração nº 10, no seguinte valor: TRANSPORTES MENEGAT LTDA - ME, no valor total estimado de R\$ 103.010,25 (cento e três mil, dez reais e vinte e cinco centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Cordilheira Alta**PREFEITURA****EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2015- DIVULGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N. 002/2015

EDITAL DE DIVULGAÇÃO PRELIMINAR DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº. 002/2015, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alceu Mazzioni, Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 7.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015, e demais disposições legais, RESOLVE proceder à divulgação preliminar das inscrições, conforme segue:

I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Cargo: Professor de Música (instrumentos e coral)	
Nº Insc.	Nome do Candidato
003	Sérgio Paulo Ribeiro

Cargo: Professor de Artes Visuais (desenho e pintura)	
Nº Insc.	Nome do Candidato
002	Lais Modena Ribeiro
006	Aryana Lucia Rech
007	Fábio Daniel Vieira
011	Andréia Raquel Vargas Martins

Cargo: Professor Dança – Ballet Clássico	
Nº Insc.	Nome do Candidato
009	Patrícia Briancini
010	Kássia Cristina Briancini

Cargo: Professor Esporte – Futsal	
Nº Insc.	Nome do Candidato
001	Clauciana Lucia Obetzene
004	Márcio Fernando Viecelli Della Betta
005	Ana Flávia Bianchessi
008	Ana Paula Dal Santo

II - INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Não houveram inscrições indeferidas

III - INSCRIÇÕES DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Não houve inscrição de portador de necessidade especial

IV - DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

Não houve qualquer solicitação no sentido de atendimento

diferenciado para a realização das provas.

V - DO RECURSO

Aos candidatos, caberá recurso inscrito e fundamentado em dados reais e concretos - Anexo V, nos termos previsto do Edital de Processo Seletivo.

A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, desde que verificadas qualquer falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nos documentos apresentados.

VI - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A prova escrita, obrigatória para todos os candidatos/cargos, independente de qualquer outra condição, sob pena de eliminação sumária da seleção, será realizada no dia 17 de março de 2015, na cidade de Cordilheira Alta, das 08:00 às 11:00 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal, na Rua Celso Tozzo, nº 27, centro, Cordilheira Alta - Santa Catarina.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC),
em 13 de março de 2015.

Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 017/2015

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Fundo Municipal de Saúde, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 31/2015.

Pregão Presencial n. 017/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços médicos clínico geral, ginecologista e fisioterapeuta para manutenção das atividades de Saúde Pública.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 26/03/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26/03/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 13 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 012 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 012 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 012/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa com fornecimento e instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação para a realização de shows e animação de bailes com os seguintes artistas,
Dia 29/03/2015

1) Show com a Dupla ANDRÉ E CRISTIANO, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início as 22h00min e término as 00h00min.

2) Show com o Grupo Criado em Galpão, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início as 20h00min e término as 22h00min.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 01 de maio de 2015.

2. O presente contrato poderá ser prorrogado em duas hipóteses:

- a) Por conveniência e interesse da Administração Pública;
- b) Por livre acordo entre as partes.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 20.457.555/0001-74

CONTRATADA: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO ME

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/05/2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 013 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 013 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 013/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para a realização de shows e animação de bailes com o seguinte artista:

Dia 29/03/2015

1) Show com Walther Moraes, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início as 18h00min e término as 20h00min.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 01 de maio de 2015.

2. O presente contrato poderá ser prorrogado em duas hipóteses:

- a) Por conveniência e interesse da Administração Pública;
- b) Por livre acordo entre as partes.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 09.312.308/0001-47

CONTRATADA: GETULIO SILVA DA SILVA - ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/05/2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 014/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 014/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 014/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06.03.2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de Segurança para as festividades alusivas ao 23º aniversário do Município de Coronel Martins-SC no dia 29 de março de 2015, organizados pela administração municipal para o exercício de 2015, Pré e Pós o evento, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, de acordo com os locais e horários especificados pela administração pública, de acordo com as especificações constantes na Clausula terceira do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO

O prazo de vigência será o seguinte: início dia 06.03.2015 e término: 01.05.2015, podendo ser prorrogado em caso de necessidade e interesse público.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ 11.842.550/0001-74
CONTRATADO: EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/05/2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 015/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 015/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 015/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10.03.2015

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO

O objeto do presente contrato constitui a contratação de empresa Especializada CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PARA A CONTINUIDADE E CONCLUSÃO CONFORME REPLANILHAMENTO DA QUADRO ESPORTIVA A SER EDIFICADA JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE CORONEL MARTINS MARTINS, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2 -Termo de Compromisso PAC 2 204527/2013, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro PADRÃO FNDE, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante do Processo Licitatório Nº 007/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O presente contrato tem sua vigência, iniciando-se na data de sua assinatura até 05/09/2015, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 10.338.596/0001-98
CONTRATADO: Conxap Construtora Ltda Epp.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 05/09/2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 010/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 010/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: 010/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente instrumento a contratação de empresa para realização de serviços de recapeamento de pneus para máquinas e veículos das diversas Secretarias e Fundos do Município de Coronel Martins - SC, para o exercício de 2015, de acordo com os itens e quantitativos constantes da relação em anexo II do Edital.

Item	Produto	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Recape de Pneu 1000x20 borrachudo a frio	24	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
02	Recape de Pneu 12,5/80 x 18	8	R\$ 710,00	R\$ 5.680,00
03	Recape de Pneu 12.4 x 24	4	R\$ 840,00	R\$ 3.360,00
04	Recape de Pneu 1400 x 24	14	R\$ 1.225,00	R\$ 17.150,00
05	Recape de Pneu 14. 9 x 24	2	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
06	Recape de Pneu 19.5L x 24	6	R\$ 1.685,00	R\$ 10.110,00
07	Recape de Pneu 17.5-25 BQ'	4	R\$ 1.695,00	R\$ 6.780,00
08	Recape de Pneu 18.4-30 BQ	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
09	Recape de Pneu 23.1-30 BQ	2	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
10	Recape de Pneu 14.9-28 BQ	2	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
11	Recape de Pneu 215/75R17.5 BF	12	R\$ 315,00	R\$ 3.780,00
12	Recape de Pneu 750 x 16 borrachudo	4	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00
13	Recape de Pneu 735-14 BF	6	R\$ 165,00	R\$ 990,00
14	Recape de Pneu 18.4-34	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
TOTAL				R\$ 79.250,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4 do Edital de Licitação Modalidade Convite n. 002/2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 81.374.845/0001-49
CONTRATADO: FM PNEUS LTDA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 011/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 011/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: 011/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa de Publicidade para Criação, Produção e Execução de Serviços Publicitários:

1 - Desenvolvimento e diagramação de relatório de ações do governo municipal Biênio 2013/2014, que será por mídia, em forma de revista, com as ações de todas as Secretarias no primeiro biênio do governo municipal contendo as informações, transformações infográficos e imagens como demonstrativo para a população conhecer os trabalhos realizados no período.

2 - Criação, desenvolvimento e acompanhamento do Projeto Hino à Cidade de Coronel Martins, para instituir, acompanhar e finalizar o Concurso que vai escolher oficialmente o Hino à Cidade de Coronel Martins com instrução baseada na história relevante do município.

3 - Criação de logomarca para divulgar os eventos a serem promovidos pelo município de Coronel Martins.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O prazo do presente contrato será de 30 dias, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado em caso de necessidade e interesse público. No caso do Concurso que vai escolher o Hino à Cidade de Coronel Martins, o contratado acompanhará de forma sistemática até o final do projeto, previsto para 30 de março de 2016.

CLÁUSULA NONA- DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de São Domingos, Santa Catarina;

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 19.926.885/0001-82

CONTRATADA: Q INTELIGÊNCIA CRIATIVA - LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS MEI.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 014/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 014/2015 DE CONTRATO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 013/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

CLÁUSULA I.- DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 013/2013, firmado em 01 de março de 2013, fica corrigido a partir de 01 de abril de 2015 no percentual de 7,67 tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passando a ser de R\$ 770,99 (setecentos e setenta reais e noventa e nove centavos) que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

CLÁUSULA II.-

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe, que antecederam a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF: 725.593.579-68

CONTRATADO: ISOLDA AMABILE PERTUSSATTI.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 013/2015 DE CONTRATO DE 13 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 013/2015 DE CONTRATO DE 13 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2014. NÚMERO CONTRATO:026/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/04/2014

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 026/2014, firmado em 14 de abril de 2014, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2014, Tomada de Preço nº 001/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para 14 de maio de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA-

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, no dia 13 de abril de 2015, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
SERVENTE	LUCIANA PERUZZO BASI	11º

A candidata supra relacionada deverá apresentar-se até o dia 10 de abril de 2015, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes

documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
- 8.02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 24 de março de 2015, às 08:00 horas, a qual será atendido para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O candidato empossado e nomeado entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 12 de março de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 044 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 044 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno do Servidor, Mareci Angelo Trento, ocupante do Cargo de Motorista, a partir do dia 14 de março de 2015, em virtude da falta de profissional junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de Férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 13 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 01/2015 FMS/FHMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 - FMS/FHMCP

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 01/2015 FMS/FHMCP, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EMERGÊNCIA, PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Alterando-se a data de abertura da licitação, onde se lê: "20/03/2015", passa a ser lido: "25/03/2015", mantendo-se o mesmo horário, às 09:00 horas.

Correia Pinto, 16 de março de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 01/2015 FMS/FHMCP SEGUNDA CHAMADA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

SEGUNDA CHAMADA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com execução indireta e fornecimento parcelado, para CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTES NA TABELA SUS. Abertura dos envelopes: 26.03.2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 16 de março de 2015.

DILMAR RIBEIRO PEREIRA

Diretor Administrativo FHMCP

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº. 850 – A/2015

DECRETO Nº. 850 - A/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 9.911,93(nove mil e novecentos e onze reais e noventa e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.303.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 197)	
08.000	0.3.00.67	Secretaria Municipal Educação e Cultura	9.911,93
08.001	0.1.00.19	Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	109.911,93

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.67 - Assistência Farmacêutica Básica no valor de R\$ 9.911,93 (nove mil e novecentos e onze reais e noventa e três centavos) e da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

08.000 Secretaria Municipal Educação e Cultura
08.001 Divisão de Educação
012.365.0047.2019 Manutenção do Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.18 Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 850/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
11 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos onze dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 3/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 3/2015

Aos treze dias do mês de Março de 2015, no FUNDO DE CULTURA DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 3/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE UM TRENZINHO PARA USO NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS A PÁSCOA, NO PERÍODO DE 29/03 A 02/04/2015, E FESTIVIDADES ALUSIVAS AO NATAL PELO PERÍODO DE 07/12 A 16/12/2015. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO

DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Cultura, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 13 de Março de 2015.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

O Município de Curitibaanos de Curitibaanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS PARA USO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 26/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibaanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 26/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibaanos, 11 de Março de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2015

O Município de Curitibaanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibaanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 30/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibaanos, 12 de Março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 030/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: T.O.S Obras e serviços Ambientais Ltda.
Objeto: Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do Município, Distrito de Idamar e São Pedro Tobias; Origem: Processo 013/2013 Modalidade Concorrência 013/2013 PMDC. Vigência 01/03/2015 à 29/02/2016
Valor R\$ 405.462,40 Dionísio Cerqueira 24/02/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 030/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: T.O.S Obras e serviços Ambientais Ltda.
Objeto: Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do Município, Distrito de Idamar e São Pedro Tobias; Origem: Processo 013/2013 Modalidade Concorrência 013/2013 PMDC. Vigência 01/03/2015 à 29/02/2016-
Por esse instrumento de aditivo fica acrescido ao aditivo anterior firmado o valor de R\$ 16.077,36 devido a retificação de valor conforme índice previsto no contrato principal
Dionísio Cerqueira 11/03/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATO: 006/2015.
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: Maria Iracema Rosa da Maia
Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de abrigo contínuo de longa permanência para idosos do Município. Origem: Pregão 003/2015 FMAS. Valor R\$ 12.800,00 -
Vigência: 04/03/2015 à 03/01/2016
Dionísio Cerqueira 04/03/2015
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIONÍSIO CERQUEIRA
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA -FIA
CONTRATO: 001/2015.
Contratante: Fundo da Infância e Adolescência
Contratado: Ildomar Egger.
Objeto Locação de Imóvel para o Programa Resgatando Vidas - Amigo de Valor. Origem: DL 002/2015 FMAS. Valor R\$ 8.700,00
Vigência: 01/03/2015 à 31/12/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0016/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Altermed Mat. Med. Hospit. Lda
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 465,73 Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0017/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Qualymedic Com. e Assist. Técnica Ltda.
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 8.183,00 Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0018/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Cirúrgica Ceron Equip.Hosp. e Véter. Ltda
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 4.550,00- Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0019/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Wen Equip. Eletrônicos Ltda.
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 17.800,00 -Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0020/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Logitex Distribuidora
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 17.779,60-Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0021/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: MB Industria e Com. de Prod. Para Saúde Ltda
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 225.000,00-Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0022/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: IBF Industriai Brasileira de Filmes S/A
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 29.990,00-Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 0023/2015.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Edilberto Greinert Cia Ltda.
Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.. Origem: Pregão 006/2015 HMDC.
Valor R\$ 159.769,70 -Vigência: 12/03/2015 à 11/09/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Dekiziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 016/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda.
Objeto: Construção de escola municipal com 12 salas de aulas. padrão FNDE; Concorrência 010/2015 PMDC Modalidade Concorrência 010/2015 PMDC. Vigência 13/03/2015 à 31/12/2015
Valor R\$ 3.528.843,21 Dionísio Cerqueira 13/03/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 017/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Associação Liga Esportiva Oestina
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para as competições esportivas realizadas pelo departamento de esportes do Município Origem: Pregão.020/2015 PMDC Modalidade Pregão 020/2015 PMDC. Vigência 13/03/2015 à 31/12/2015 - Valor R\$ 69.710,00
Dionísio Cerqueira 13/03/2015

Altair Rittes
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal 3665/2006 e da Lei e da Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso Público, Edital de 01/2014 convoca os candidata abaixo relacionada para ocupar o cargo, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

MOTORISTA

Osmar Gularte
Felipe Leal Polez

Dionísio Cerqueira - SC, 04 de março de 2015.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 003/2015 Modalidade: Pregão nº 003/2015, Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de abrigamento asilar contínuo de longa permanência para idosos do Município
Vencedor Maria Iracema Rosa da Maia. Valor R\$ 12.800 - período de 10 meses Dionísio Cerqueira 04/03/2015
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITALMUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 012/2015. Modalidade: Pregão nº 012/2015, Objeto aquisição de materiais de expediente e gas de cozinha para o Hospital Municipal - Vencedor Rosa e Rosa Cia Ltda Valor R\$ 5.484,80 - Telecopy Equipamentos Ltda. -Valor R\$ 16.401,85 - Potencia Son e Informática Ltda. - Valor R\$ 6.891,38 Nilo Sul Ind. Com. Ltda-Valor R\$ 4.080,00
Dionísio Cerqueira 11/03/2015 -
Deliziane L.dos Santos - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 005/2015 Modalidade: Pregão nº 005/2015, Objeto Contratação de empresa para realização de seminário, confecção de revistas coloridas para o referido seminário, café da manhã e lanches a tarde para realização de seminário para as futuras ações voltadas ao combate a violência contra a mulher realizada pelo fundo de assistência social de Dionísio Cerqueira Vencedores Dangraf. Artes Gráfica Ltda. Valor R\$ 7.980 Vani Zamboni Ltda - Valor R\$ 2.500,50 - Acordar Treinamentos Ltda - ME - Valor R\$ 1.960,00 - Dionísio Cerqueira 11/03/2015
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 016/2015 Modalidade: Pregão nº 016/2015, Objeto aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e gás de cozinha para o Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira. Vencedores Rosa e Rosa Cia Ltda. Valor R\$ 19.548,88 - Nilo Sul IND Com. Ltda - Valor R\$384,00
Dionísio Cerqueira 11/03/2015
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL Nº 034/2015 PMDC Objeto Aquisição de bolo para comemoração do aniversario de emancipação política administrativo do Município.. Origem: DL 034/2015 PMDC. Vencedor Vani Zamboni - ME Valor R\$ 7.809,75.
Dionísio Cerqueira 12/03/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIONÍSIO CERQUEIRA
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA -FIA
O Funda da Infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira comunica o resultado da DL Nº 002/2015 - Objeto Locação de Imóvel para o Programa Resgatando Vidas - Amigo de Valor. Origem: DL 002/2015 FMAS. Valor R\$ 8.700,00 Vencedor: Ildomar Egger
Vigência: 01/03/2015 à 31/12/2015
Dionísio Cerqueira 12/03/2015

Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA**Hospital MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 006/2015, Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira... Origem: Pregão 006/2015 HMDC. Vencedores: Altermed Mat. Med. Hospit. Ltda- Valor R\$ 465,73 - Cirúrgica Ceron Equip. Hosp. e Véter. Ltda. - Valor R\$ 4.550,00 -Edilberto Greinert Cia Ltda - Valor R\$ 159.769,70 - IBF Industria Brasileira de Filmes S/A Valor R\$ 29.990,00 - Logitex Distribuidora - Valor R\$17.779,60 - MB Industria e Com. de Prod. Para Saúde Ltda. - Valor R\$ 255.000,00 Qualymedic Com. e Assist. Técnica Ltda. - Valor R\$ 8.183,00 - Wen Equip. Eletrônicos Ltda.- alor R\$ 17.800,00.

Dionísio Cerqueira 12/02/2015

Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da CV Nº 029/2015 PMDC Objeto Locação de palcos, pavilhão coberto, banheiros químicos, e tendas para o evento festivo de aniversário do município de Dionísio Cerqueira... Origem: DL 034/2015 PMDC. Vencedor NR Locações e Serviços Ltda-ME Valor R\$ 13.895,00 Dionísio Cerqueira 13/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Pregão Nº 021/2015 PMDC Objeto Aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Obras do Município.. Origem: Pregão 021/2015 PMDC. Vencedor Olmiro Rosa dos Santos - Valor R\$ 20.438,60 - Rosa e Rosa Cia toda - Valor R\$ 455,60 Dionísio Cerqueira 13/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Concorrência Nº 010/2015 PMDC Objeto Construção de escola municipal com 12 salas de aulas. padrão FNDE.. Origem: Concorrência 010/2015 PMDC. Vencedor JCV Construção e Incorporação Ltda - Valor R\$ 3.528.843,21

Dionísio Cerqueira 13/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 020/2015 PMDC Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para as competições esportivas realizadas pelo departamento de esportes do Município Origem: Pregão.020/2015 PMDC Modalidade Pregão 020/2015 PMDC. Vencedor Associação Liga Esportiva Oestina Valor R\$ 69.710,00 Vigência 13/03/2015 à 31/12/2015 -

Dionísio Cerqueira 13/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

PORTARIA 035/2015

PORTARIA no 035, de 04 de março de 2015.

Altera temporariamente a carga horária de servidor da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

O Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento nos artigos 6º e 7º da Lei Complementar nº 31, de 06/04/2004, e no artigo 153 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o pedido apresentado pelo servidor, pleiteando a redução de sua carga horária atual;

Considerando-se a aquiescência da Secretária de Educação e Promoção Social, bem como a possibilidade de substituição do servidor sem prejuízo ao atendimento dos alunos; resolve:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE

A carga horária do servidor CRISTIAN TIAGO HEINRICH, ocupante do emprego público de Professor I, sob regime jurídico da CLT, de 20 (vinte) horas semanais para 18 (dezoito) horas e 36 (trinta e seis) minutos semanais, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de Março de 2015; 27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2015**

EXTRATO DO CONTRATO nº 29/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Pré-Moldados Pagani Ltda EPP

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para serem utilizados nos serviços públicos pela Secretaria de Obras, no exercício de 2015.

VIGÊNCIA: 11/03/2015 á 31/12/2015

VALOR TOTAL: R\$ 71.090,00 (setenta e um mil e noventa reais)

Data da assinatura: 11/03/2015

Erval Velho**PREFEITURA****DECRETO 1945/2015**

DECRETO 1945, de 06 de março de 2015.

Nomeia Comissão para Acompanhamento e Adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada comissão para coordenar, sistematizar e adequar o Plano Municipal de Educação de Erval Velho ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Complementar nº 036, de 23 de novembro de 2012.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes representantes dos segmentos educacionais do Município, sendo:

- Representante do Ensino Médio: Ivone kerschbaumer Denti;
- Representante da Educação Infantil: Rejane Maria Provensi Barcaro;
- Representante do Ensino Fundamental: Laurici Michelotto Feliapiaki;
- Representante do Conselho do FUNDEB: Francine Assmann Trombetta;
- Representante do NAES: Francieli Carabolante Pinto;
- Representante da Secretaria Municipal de Educação: Sandra Masson;
- Representante de Gestores da Unidade Escolar Estadual: Vânia Recalcatti Piovesan;
- Representante da Assistência Social: Flávia Helena Recalcatti;
- Representante da Cultura: Juliano de Oliveira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 06 de março de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 06 de março de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1946/2015

DECRETO 1946, de 09 de março de 2015.

Homologa Resultado Final de Classificação do Processo Seletivo nº 001/2015, de que trata o Edital n. 001, de 24 de fevereiro de 2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 001, de 24 de fevereiro de 2015, homologa resultado final do Processo Seletivo nº 001/2015, destinado à contratação de Professor de Inglês para Rede Municipal de Ensino,

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o disposto no Edital do Processo Seletivo n. 001/2015, de 24 de fevereiro de 2015, homologado o resultado final de classificação da seguinte forma:

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS - Não Habilitado

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
001	BRUNA PRIMO	1º lugar

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 09 de março de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, 09 de março de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1947/2015

DECRETO 1947, de 09 de março de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 23.900,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 08 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ/ATIV - 0.006 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA

155 - 4.6.90.00.00.00.00.03.0093 - Aplicações Diretas
..... R\$ 23.700,00

ÓRGÃO 08 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ/ATIV - 2.036 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

166 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0093 - Aplicações Diretas
..... R\$ 200,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 09 de março de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1947/2015, de 09 de março de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0093 - Outros Receitas não Primárias

Ativo Financeiro	23.916,54
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	23.916,54
Deduções	
Decreto n.º 1947/2015	23.900,00
Saldo	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

PORTARIA 3070/2015

PORTARIA 3070, de 06 de março de 2015.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Senhor IVO JANDIR ALBERTI, brasileiro, casado, no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Transportes e Obras, nível CC-2, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Parágrafo único - Fica suspenso o período de estágio probatório do cargo efetivo de Motorista, nomeado pela Portaria n. 3038, de 03 de fevereiro de 2015, pelo tempo em que o mesmo permanecer no cargo de Diretor.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 01 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,
em 06 de março de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3071/2015

PORTARIA 3071, de 09 de março de 2015.

Contrata servidor por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001 e Alterações Posteriores, com a Lei Complementar n. 021/2009, em consonância com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e conforme Edital n. 001/2015, de 24 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora BRUNA PRIMO, no cargo temporário de Professor de Inglês, não habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2015, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 09 de março de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO 1CONTRATO_ DIVERSOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0010/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Agroter Agropecuária e Ferragem Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de construção e madeiras para a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 95.500,00 (noventa e cinco mil e quinhentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0011/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0003/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de março de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0011/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Serraria Tobaldini Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de construção e madeiras para a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0011/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0003/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de março de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO ADT 3º ALEXSANDRA DOS SANTOS - RECURSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Alexsandra dos Santos Me

Objeto: Contratação de profissional par elaboração de projetos que visam a captação de recursos junto ao governo Estadual, Federal bem como em entidades privadas.

Número do Contrato: 0031/2013

Terceiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência e valor

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0026/2013 na Modalidade Carta Convite nº 0011/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de março de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO CONTRATO_00192015 - ANDRÉ AUGUSTO MARTINS - CARDIOLOGISTA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0019/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: André Augusto Martins.

Objeto: Contratação de profissional especializado em cardiologia para prestar consultas no posto de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 58.080,00 (cinquenta e oito mil e oitenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2015, na Modalidade Tomada de Preços nº 0001/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de março de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO CONTRATO_00202015 - VITA CARDIO - CLINICA CARDIOLOGIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0020/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Vita Cardio Clínica de cardiologia S/S Ltda.

Objeto: Contratação de clínica especializada em cardiologia para realização de exames específicos da área para o município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 37.920,00 (trinta e sete mil novecentos e vinte reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0013/2015, na Modalidade Tomada de Preços nº 0002/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de março de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO CONTRATO_00182015 - DIAGNÓSTICOS VIA IMAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0018/2015

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratada: Diagnósticos Via Imagem Ltda.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames em diversas áreas.

Valor 2.484.100,00.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0016/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de março de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO CONTRATO_1 DIVERSOS - CORAÇÃO FAXINALENSE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0014/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de produtos para montagem dos kits do programa social coração faxinalense, oferecido pela secretaria de assistência social do município.

Valor: R\$ 11.718,00 (onze mil setecentos e dezoito reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0003/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0003/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de março de 2015.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0005/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e cia Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de produtos para montagem dos kits do programa social coração faxinalense, oferecido pela secretaria de assistência social do município.

Valor: R\$ 29.200,50 (vinte e nove mil duzentos reais e cinquenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0003/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0003/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de março de 2015.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**EXTRATO INEXIGIBILIDADE 00062015
DIAGNÓSTICOS VIA IMAGEM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2015

Processo Licitatório nº: 0016/2015

Contratada: Diagnósticos Via Imagem Ltda.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames em diversas áreas.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0016/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de março de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2015

(Referente Pregão Presencial nº. 31/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. JF AR CONDICIONADO LTDA ME, estabelecida na Rua Luiz Tomazi, nº. 110, Bairro Vila Franca, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.211.353/0001-69, neste ato representado pelo Sr. Juliano Favaro, portador da CI nº. 3.485.050 e inscrito no CPF nº. 990.384.809-97.

2. DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA, estabelecida na Rua Frei Gregório Dal Mont, 1489, Centro, Turvo/SC Tomazi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.478.911/0001-29, neste ato representado pelo Sr. Leandro Bardini Idalino, portador da CI nº. 1.088.332 e inscrito no CPF nº. 501.851.289-04.

3. BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME, estabelecida na Rua José Cosme Pamplona, 2350, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.677.803/0001-15, neste ato representado pelo Sr. Valmir Tavares, portador da CI nº. 4989597 e inscrito no CPF nº. 079.906.409-29.

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 31/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de aparelhos de ar condicionado, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do

Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subseqüentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegura-
do o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 31/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 13 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

JF AR CONDICIONADO LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Juliano Favaro

CPF: 990.384.809-97

DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Leandro Bardini Idalino

CPF: 501.851.289-04

BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Valmir Tavares

CPF: 079.906.409-29

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 43/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de equipamento (escova lateral para acoplamento em vassoura mecanizada), para atender as necessidades da Secretária de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de março de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 13 de março de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIENCIA PUBLICA PARA DISCUSSÃO SOBRE A ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS PÚBLICOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, Sr. Vanderlei Alexandre, nos termos da Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 24 de março de 2014, terça-feira, às 19:30 horas, no CENTRO MÚLTIPLO USO DO BAIRRO SANTA ISABEL, localizado na Rua Gabriel Herdt, nº 67, Bairro Santa Isabel, Forquilha/SC, PARA DISCUTIR A ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS PÚBLICOS ABAIXO RELACIONADOS:

- a) um terreno, com área de 353,77m2, localizado na Rua Francisco Back, Bairro Santa Isabel, lote nº 08 da quadra "c", matrícula nº 118, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha;
- b) um terreno, com área de 355,00m2, localizado na Rua Manoel Almerindo Costa, Bairro Santa Isabel, lote nº 07 da quadra "c", matrícula nº 8.101, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha;
- c) um terreno, com área de 355,75m2, localizado na Rua Manoel Almerindo Costa, Bairro Santa Isabel, lote nº 09 da quadra "c",

matrícula nº 8.102, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha;
d) um terreno com área de 350,91m², localizado na Rua Francisco Back, Bairro Santa Isabel, lote nº 10 da quadra "c", matrícula nº. 8.103, do Ofício de Registro de Imóveis da de Forquilha.

Forquilha/SC, 10 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/FMA/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 01/2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº 10/2014

LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

LOCADOR - VALDIR MÁRIO DA ROSA

DO OBJETO - Locação de imóvel com área de 462 m², com área construída de 395,94 m², localizada na Rodovia Antonio Valmor Canela nº 951, Bairro Santa Ana, Forquilha S/C, para servir como instalações da Casa do Agricultor que compreenderá os serviços da EPAGRI, CIDASC, COONAFOR (Cooperativa da Agricultura Familiar) da Secretaria da Agricultura, entre outros serviços necessários.

DO PRAZO - O valor global dos serviços previsto mensalmente sofrerá um reajuste de 3,4899%, de acordo com índice de IGP-M, passando de R\$ 5.247,00 (cinco mil duzentos e quarenta e sete reais) para R\$ 5.430,10 (cinco mil quatrocentos e trinta reais e dez centavos) mensais, sofrendo um acréscimo de R\$ 1.647,90 (um mil seiscentos e quarenta e sete reais e noventa centavos) para o exercício de 2015, a partir de 01/04/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 09 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 09/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 09/2015
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 144/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO - EFICAZ ASSESSORIA DE MARKETING LTDA

DO OBJETO - A presente Licitação tem como objeto a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo: planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei 12.232/10.

DO VALOR - O valor global acrescido corresponde a R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 03 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15FME04

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME04

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: ZANSHIN COM. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

Valor : 14.320,00 (quatorze mil trezentos e vinte reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLINHAS, E PARA USO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FME, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A JULHO DE 2015.

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente
Fraiburgo, 13 de Março de 2015

AT15FME05

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME05

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

Valor : 6.059,00 (seis mil e cinquenta e nove reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLINHAS, E PARA USO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FME, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A JULHO DE 2015.

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente
Fraiburgo, 13 de Março de 2015

AT15FME06

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME06

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: TOTAL SPORTS LTDA

Valor : 13.624,98 (treze mil seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLINHAS, E PARA USO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FME, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A JULHO DE 2015.

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente
Fraiburgo, 13 de Março de 2015

AT15FME07

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME07

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: COMERCIAL ROPAGI LTDA

Valor : 10.360,00 (dez mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLINHAS, E PARA USO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FME, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A JULHO DE 2015.

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

AT15FME08

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME08

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: ONEVIO BETTONI EPP

Valor : 27.429,99 (vinte e sete mil quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLINHAS, E PARA USO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FME, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A JULHO DE 2015.

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

AT15FME09

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FME09

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA

Valor : 15.629,99 (quinze mil seiscentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS ÀS ESCOLINHAS, E PARA USO NAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FME, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A JULHO DE 2015.

Antonio Marcos de Almeida - Superintendente

Fraiburgo, 13 de Março de 2015.

AT15PMF28

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF28

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA

Valor : 28.999,99 (vinte e oito mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2015

Objeto : PREGÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, LUVAS E CALÇADOS DE SEGURANÇA, PARA USO DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF29

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF29

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada.: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Valor : 34.191,30 (trinta e quatro mil cento e noventa e um reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2015

Objeto : PREGÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, LUVAS E CALÇADOS DE SEGURANÇA, PARA USO DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF30

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF30

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

Valor : 16.660,00 (dezesseis mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR, BEM COMO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS).

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF31

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF31

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Valor : 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) Vigência

..... : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR, BEM COMO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOVOS, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS).

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15PMF32

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF32

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP Valor : 43.047,20 (quarenta e três mil e quarenta e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Objeto : REGISTRAR PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA USO DE CRIANÇAS ABRIGADAS NAS CASAS LARES DESTES MUNICÍPIOS.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

AT15SF02

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15SF02

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Valor : 175,00 (cento e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONserto DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS AFINS GERAIS PARA USO DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0007_2015-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0007/2015 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de equipamentos para o uso no Laboratório da Estação de tratamento de Água da SANEFRAI (ETA). Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 30.03.2015. Abertura: 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 março de 2015.

Eloi REGALIN

Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035_2015-PMF RP 0020

Aviso do Pregão Presencial nº 0035/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0020/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando fornecimento futuro futuro de tendas, coberturas para palcos, pavilhões de lona, grupos geradores e grades de proteção, para as festividades a serem promovidas pelo Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e pelo Órgão Participante (Fundação Municipal de Esportes/FME) durante o ano de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 27.03.2015. Abertura: as 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de março de 2015.

Ivo BIAZZOLO

Prefeito

CT15PMF20

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF20

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: BALESTRIN IMOVEIS LTDA

Valor : 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015

Objeto : Locação de um imóvel Urbano, matriculas nº 9.429 e 9430, com benfeitorias, sendo um barracão com um pavimento, tendo uma área útil aproximada de 1.160,00 m², edificada sobre o lote 1 da quadra 29, e um terreno urbano sem benfeitorias com área de 610, 51 m², designado pelo lote n 2 da quadra 29, situados na rua Arnaldo Frey.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

CT15PMF21

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF21

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MARIANA POMERENING STEFANES ME

Valor : 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DA REVISTA FI-QUE DE OLHO, PELO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO, SENDO UM TOTAL DE ONZE EDIÇÕES.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

CT15SF05

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15SF05

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOMBAS NEOBOR LTDA

Valor : 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA PARA INSTALAÇÃO NO POÇO ARTESIANO QUE ATENDE O BAIRRO JARDIM AMÉRICA (P4 - POÇO POMIFRAI) E 01 (UMA) BOMBA CENTRÍFUGA MULTISTÁGIOS, PARA INSTALAÇÃO NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO MANSINHO, LOCALIZADA NO BAIRRO LIBERATA.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

CT15SF06

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15SF06

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA

Valor : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA PARA INSTALAÇÃO NO POÇO ARTESIANO QUE ATENDE O BAIRRO JARDIM AMÉRICA (P4 - POÇO POMIFRAI) E 01 (UMA) BOMBA CENTRÍFUGA MULTISTÁGIOS, PARA INSTALAÇÃO NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO MANSINHO, LOCALIZADA NO BAIRRO LIBERATA.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

CT15SF07

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15SF07

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA MONITORAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL E PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), LOCALIZADA NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, NESTA CIDADE.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

EDITAL DE INTIMAÇÃO 03/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO 1

Processos Administrativos nº 2979/2014, 3015/2014, 2981/2014, 3029/2014, 3093/2014, 3134/2014, 3325/2014, 3331/2014, 3355/2014 e 3358/2014.

Recorrentes: ADEMIR CAVALHEIRO - ME, ANTONIO CARLOS RIBEIRO - ME, ADEMIR ZAGO & CIA LTDA. - ME, BARRETINHO SERVIÇOS LTDA, ROSEMERI DE FATIMA BARBOSA CAMPAGNARO - ME, ELETRO ELETRONICA NADAL LTDA, WALMOR COREA DE MENEZES - ME, WILLIAN RICARDO DAROL - ME, LEONI DELORENZE - ME, LUIZ CARLOS PEDROZO SERVIÇOS - ME.

Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas ADEMIR CAVALHEIRO - ME, ANTONIO CARLOS RIBEIRO - ME, ADEMIR ZAGO & CIA LTDA. - ME, BARRETINHO SERVIÇOS LTDA, ROSEMERI DE FATIMA BARBOSA CAMPAGNARO - ME, ELETRO ELETRONICA NADAL LTDA, WALMOR COREA DE MENEZES - ME, WILLIAN RICARDO DAROL - ME, LEONI DELORENZE - ME, LUIZ CARLOS PEDROZO SERVIÇOS - ME, bem como a contabilidade ROQUE ANTÔNIO SAVIAN de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância insertas nos Processos Administrativos nº 2979/2014, 3015/2014, 2981/2014, 3029/2014, 3093/2014, 3134/2014, 3325/2014, 3331/2014, 3355/2014 e 3358/2014, serão julgados no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 2

Processos Administrativos nº 2975/2014, 3018/2014, 3001/2014, 3027/2014, 3043/2014, 3060/2014, 3063/2014, 3066/2014, 3071/2014 e 3097/2014.

Recorrentes: AD-AMALISES CLINICAS LTDA - ME, APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME, AMARILDO MENDES - ME, AUTO MECANICA MOOLI LTDA ME, CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS, CLEI WIL COM. DE CHAVES LTDA ME, CLINICA ODONTOLOGICA ADRIANA/UGO LTDA - FILIAL 2, CLINICA ODONTOLOGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME, COLEGIO POSIFRAI LTDA e S&B SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas AD-AMALISES CLINICAS LTDA - ME, APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME, AMARILDO MENDES - ME, AUTO MECANICA MOOLI LTDA ME, CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS, CLEI WIL COM. DE CHAVES LTDA ME, CLINICA ODONTOLOGICA ADRIANA/UGO LTDA - FILIAL 2, CLINICA ODONTOLOGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME, COLEGIO POSIFRAI LTDA e S&B SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA ME, bem como a contabilidade DINÂMICA SERVIÇOS CONTÁBEIS de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 2975/2014, 3018/2014, 3001/2014, 3027/2014, 3043/2014, 3060/2014, 3063/2014, 3066/2014, 3071/2014 e 3097/2014 serão julgados no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 3

Processos Administrativos nº 2980/2014, 3095/2014, 3064/2014, 3105/2014, 3170/2014, 3180/2014, 3333/2014, 3335/2014, 3381/2014, 3429/2014 e 3263/2014.

Recorrentes: ADEMIR MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA ME, ROSILENE BUZATO DA SILVA & CIA LTDA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VISUALE S/S LTDA, SANTO SERIGHELLI & CIA LTDA ME, SILVEIRA & SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS S.S - ME FILIAL, PLANET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, ZH ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS LTDA, ZIOLKOWSKI ADMINISTRADORA DE HOTÉIS LTDA, LUIZ CARLOS ALVES RODRIGUES & CIA LTDA - ME, ODONTOMIX CLINICA ODONTOLOGICA LTDA e HZ CONSULTORIA LTDA

Relatora: LUCAS DALAGNOLI

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas ADEMIR MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA ME, ROSILENE BUZATO DA SILVA & CIA LTDA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VISUALE S/S LTDA, SANTO SERIGHELLI & CIA LTDA ME, SILVEIRA & SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS S.S - ME FILIAL, PLANET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, ZH ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS LTDA, ZIOLKOWSKI ADMINISTRADORA DE HOTÉIS LTDA, LUIZ CARLOS ALVES RODRIGUES & CIA LTDA - ME, ODONTOMIX CLINICA ODONTOLOGICA LTDA e HZ CONSULTORIA LTDA, bem como a contabilidade CONTAGIL de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 2980/2014, 3095/2014, 3064/2014, 3105/2014, 3170/2014, 3180/2014, 3333/2014, 3335/2014, 3381/2014, 3429/2014 e 3263/2014 serão julgados no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 4

Processos Administrativos nº 3122/2014, 3012/2014, 3013/2014, 3014/2014, 3020/2014, 3045/2014, 3081/2014, 3140/2014, 3141/2014 e 2986/2014.

Recorrentes: EDIFIKE EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA ME,

ANGELO SADI RODRIGUES ME, ANNY COMÉRCIO DE FRUTAS NACIONAIS E IMPORTADAS LTDA, ANTONIO CARLOS DA CRUZ- ACC, ARI QUEIROZ, CANTINHO DA NOIVA LTDA ME, CONSTRUKASA EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA, ESCOLA DE IDIOMAS FRAIBURGO LTDA ME, ESTOFARIA FRAIBURGO LTDA e ADNILSON JOSÉ NUNES ME.

Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas EDIFIKE EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA ME, ANGELO SADI RODRIGUES ME, ANNY COMÉRCIO DE FRUTAS NACIONAIS E IMPORTADAS LTDA, ANTONIO CARLOS DA CRUZ- ACC, ARI QUEIROZ, CANTINHO DA NOIVA LTDA ME, CONSTRUKASA EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA, ESCOLA DE IDIOMAS FRAIBURGO LTDA ME, ESTOFARIA FRAIBURGO LTDA e ADNILSON JOSÉ NUNES ME, bem como a contabilidade RAIMUNDO ANTÔNIO SAVIAN de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 3122/2014, 3012/2014, 3013/2014, 3014/2014, 3020/2014, 3045/2014, 3081/2014, 3140/2014, 3141/2014 e 2986/2014, serão julgados no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 5

Processo Administrativo nº 2975/2014

Recorrente: AD-ANALISES CLÍNICAS LTDA ME

Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AD-ANALISES CLÍNICAS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 2975/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 6

Processo Administrativo nº 2979/2014

Recorrente: ADEMIR CAVALHEIRO - ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADEMIR CAVALHEIRO - ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 2979/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 7

Processo Administrativo nº 2981/2014
Recorrente: ADEMIR ZAGO & CIA LTDA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADEMIR ZAGO & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2981/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 8

Processo Administrativo nº 2986/2014
Recorrente: ADNILSON JOSÉ NUNES ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADNILSON JOSE NUNES ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2986/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 9

Processo Administrativo nº 3001/2014
Recorrente: AMARILDO MENDES ME
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AMARILDO MENDES ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3001/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 10

Processo Administrativo nº 3015/2014
Recorrente: ANTONIO CARLOS RIBEIRO ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa

ANTONIO CARLOS RIBEIRO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3015/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 11

Processo Administrativo nº 3018/2014
Recorrente: APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3018/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 12

Processo Administrativo nº 3027/2014
Recorrente: AUTO MECANICA MOOLI LTDA ME
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AUTO MECANICA MOOLI LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3027/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 13

Processo Administrativo nº 3029/2014
Recorrente: BARRETINHO SERVIÇOS LTDA
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BARRETINHO SERVIÇOS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3029/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 14

Processo Administrativo nº 3043/2014
Recorrente: CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3043/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 15

Processo Administrativo nº 3060/2014
Recorrente: CLEI WIL COM. DE CHAVES LTDA ME
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLEI WIL COM. DE CHAVES LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3060/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 16

Processo Administrativo nº 3063/2014
Recorrente: CLINICA ODONTOLOGICA ADRIANA/UGO - FILIAL 2
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLINICA ODONTOLOGICA ADRIANA/UGO - FILIAL 2 de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3063/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 17

Processo Administrativo nº 3066/2014
Recorrente: CLINICA ODONTOLOGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno

do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLINICA ODONTOLOGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3066/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 18

Processo Administrativo nº 3071/2014
Recorrente: COLEGIO POSIFRAI LTDA
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa COLEGIO POSIFRAI LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3071/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 19

Processo Administrativo nº 3081/2014
Recorrente: CONSTRUKASA EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CONSTRUKASA EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3081/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 20

Processo Administrativo nº 3134/2014
Recorrente: ELETRO ELETRONICA NADAL LTDA
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ELETRO ELETRONICA NADAL LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3134/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 21

Processo Administrativo nº 3140/2014
Recorrente: ESCOLA DE IDIOMAS FRAIBURGO LTDA ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ESCOLA DE IDIOMAS FRAIBURGO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3140/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 22

Processo Administrativo nº 3141/2014
Recorrente: ESTOFARIA FRAIBURGO LTDA
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ESTOFARIA FRAIBURGO LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3141/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 23

Processo Administrativo nº 3358/2014
Recorrente: LUIZ CARLOS PEDROZO SERVIÇOS ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LUIZ CARLOS PEDROZO SERVIÇOS ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3358/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 24

Processo Administrativo nº 3093/2014
Recorrente: ROSEMERI DE FATIMA BARBOSA CAMPAGNARO ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ROSEMERI DE FATIMA BARBOSA CAMPAGNARO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3093/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 25

Processo Administrativo nº 3325/2014
Recorrente: WALMOR CORREA DE MENEZES - ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa WALMOR CORREA DE MENEZES - ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3325/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 26

Processo Administrativo nº 3355/2014
Recorrente: LEONI DELORENZE - ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LEONI DELORENZE - ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3355/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO
EDITAL DE INTIMAÇÃO 27

Processo Administrativo nº 33333/2014
Recorrente: ZH ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS LTDA
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ZH ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3333/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 28

Processo Administrativo nº 2980/2014
Recorrente: ADEMIR MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA ME
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADEMIR MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2980/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 29

Processo Administrativo nº 3012/2014
Recorrente: ANGELO SADI RODRIGUES ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ANGELO SADI RODRIGUES ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3012/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 30

Processo Administrativo nº 3013/2014
Recorrente: ANNY COMERCIO DE FRUTAS NACIONAIS E IMPORTADAS LTDA
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ANNY COMERCIO DE FRUTAS NACIONAIS E IMPORTADAS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3013/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 31

Processo Administrativo nº 3014/2014
Recorrente: ANTONIO CARLOS DA CRUZ - ACC

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ANTONIO CARLOS DA CRUZ - ACC de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3014/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 32

Processo Administrativo nº 3020/2014
Recorrente: ARI QUEIROZ
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ARI QUEIROZ de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3020/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 33

Processo Administrativo nº 3045/2014
Recorrente: CANTINHO DA NOIVA LTDA ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CANTINHO DA NOIVA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3045/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 34

Processo Administrativo nº 3064/2014
Recorrente: CLINICA DE FISIOTERAPIA VISUALE S/S LTDA
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CLINICA DE FISIOTERAPIA VISUALE S/S LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3064/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São

José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 35

Processo Administrativo nº 3122/2014

Recorrente: EDIFIKE EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa EDIFIKE EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3122/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 36

Processo Administrativo nº 3263/2014

Recorrente: HZ CONSULTORIA LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa HZ CONSULTORIA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3263/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 37

Processo Administrativo nº 3355/2014

Recorrente: LEONI DELORENZE ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LEONI DELORENZE ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3355/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 38

Processo Administrativo nº 3381/2014

Recorrente: LUIZ CARLOS ALVES RODRIGUES & CIA LTDA ME
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LUIZ CARLOS ALVES RODRIGUES & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3381/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 39

Processo Administrativo nº 3429/2014

Recorrente: ODONTOMIX CLINICA ODONTOLOGICA LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ODONTOMIX CLINICA ODONTOLOGICA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3429/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 40

Processo Administrativo nº 3333/2014

Recorrente: PLANET COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PLANET COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3333/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 41

Processo Administrativo nº 3095/2014

Recorrente: ROSELENE BUZATO DA SILVA & CIA LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ROSELENE BUZATO DA SILVA & CIA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo

nº 3095/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 42

Processo Administrativo nº 3097/2014
Recorrente: S&B SERVIÇOS RADIOLOGICOS LTDA ME
Relator: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa S&B SERVIÇOS RADIOLOGICOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3097/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 43

Processo Administrativo nº 3105/2014
Recorrente: SANTO SERIGHELLI & CIA LTDA ME
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SANTO SERIGHELLI & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3105/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 44

Processo Administrativo nº 3170/2014
Recorrente: SILVEIRA & SANTOS SERVIÇOS MEDICOS S/S - ME-FILIAL
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SILVEIRA & SANTOS SERVIÇOS MEDICOS S/S - ME- FILIAL de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3170/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 45

Processo Administrativo nº 3335/2014
Recorrente: ZIOLKOWSKI ADMINISTRADORA DE HOTEIS LTDA
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ZIOLKOWSKI ADMINISTRADORA DE HOTEIS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3335/2014, será julgado no dia 31/03/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

PORTARIA Nº 0810/2015

PORTARIA Nº 0810, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0626/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARINÊS TELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.381.769-79, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de março de 2015 até 20 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0811/2015

PORTARIA Nº 0811, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0627/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JESSICA MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.886.919-19, na

função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0812/2015

PORTARIA Nº 0812, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0628/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 030.321.019-21, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0813/2015

PORTARIA Nº 0813, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0629/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADEMIR MACHADO PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 678.848.069-91, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0814/2015

PORTARIA Nº 0814, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0630/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ADAIR MORAIS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.098.199-49, nomeado no cargo de provimento efetivo de ZELADOR DE PATRIMÔNIO, Função Gratificada FGM - NÍVEL 2, 40 horas semanais, por estar assumindo a função de responsável pelas instalações e manutenções nos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0815/2015

PORTARIA Nº 0815, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de VIVIANE CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 064.065.079-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - DANÇA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 13 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15SF03

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15SF03 - Contrato Nº: AT14SF12
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: KEMHYDRA PROMOÇÃO DE VENDAS LTDA
Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 30/09/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

TA.AT15SF04

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15SF04 - Contrato Nº: AT14SF13
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: BUSCHLE & LEPPER S.A
Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015
ELOI REGALIN
Presidente

TA15PMF53

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF53 - Contrato Nº: CT14PMF140
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA ME
Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 09/05/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 09 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 13 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF54

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF54 - Contrato Nº: CT10PMF145
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL
Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2010
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 2.3 DO PROJETO BÁSICO E ART. 65, INC. I, ALÍNEA A E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM O CANCELAMENTO DA LINHA 23 DO PERÍODO MATUTINO E LINHA 39 DO PERÍODO VESPERTINO (ATERPLAN, PAPUÃ, LINHA MATHIAS ESCOLA CARLOS GOMES, C.E.M SÃO SEBASTIÃO, E.E.B BELA VISTA, E.E.B GONÇALVES DIAS), COM UM DECRÉSCIMO DIÁRIO DE 143 QUILOMETROS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (C.I Nº 0415/2015).

Fraiburgo, 13 de Março de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO CONTRATO 58/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE CELEBROU CONTRATO Nº 059/2015 COM A EMPRESA SOLANGE DACOL PELIZZARO - ME, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE: AUDIOMETRIA TONIAL ADULTO/INFANTIL, AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL, IMITANCIOMETRIA, TESTE DA ORELHINHA, PROCESSAMENTO AUDITIVO, NO PERÍODO DE 13 DE MARÇO ATÉ DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015, APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E HOMOLOGADOS PELO DECRETO Nº 690/2015.

VALOR DA CONSULTA: R\$ 77,00,00 (setenta e sete reais)

OBS.: OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS PELA FONOAUDIOLOGA SOLANGE DACOL PELIZZARO

Frei Rogério - SC, 13 de março de 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito municipal

RESUMO CONTRATO 59/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE CELEBROU CONTRATO Nº 059/2015 COM A EMPRESA SOLANGE DACOL PELIZZARO - ME, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE: AUDIOMETRIA TONIAL ADULTO/INFANTIL, AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL, IMITANCIOMETRIA, TESTE DA ORELHINHA, PROCESSAMENTO AUDITIVO, NO PERÍODO DE 13 DE MARÇO ATÉ DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015, APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E HOMOLOGADOS PELO DECRETO Nº 690/2015.

VALOR DA CONSULTA: R\$ 77,00,00 (setenta e sete reais)

OBS.: OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS PELA FONOAUDIOLOGA SOLANGE DACOL PELIZZARO

Frei Rogério - SC, 13 de março de 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito municipal

RESUMO CONTRATO 60/2015

CRENDECIAAMENTO 01/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE CELEBROU O CONTRATO Nº 60/2015 COM A EMPRESA J&F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA - ME, ESTABELECIDO À AV. JOÃO MARQUES VIEIRA, Nº 601, NA CIDADE DE FRAIBURGO-SC, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS -CNPJ SOB O Nº 08 542 283 0001 05, TENDO POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, NO PERÍODO DE 13 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, DEVENDO O CREDENCIADO/CONTRATADO EFETUAR A COLETA DOS MATERIAIS POR PELO MENOS DUAS VEZES POR SEMANA, JUNTO AO POSTO DE SAÚDE SITUADO NA RUA JOÃO BATISTA PILN Nº 247, NA CIDADE FREI ROGERIO, CUJOS VALORES UNITARIOS ESTÃO DESCRITOS E DISCRIMINADOS EM ANEXO QUE FAZ PARTE DO CONTRATO.

Informações e contrato na íntegra poderão ser obtidos no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000 e ou e-mail, compras@freirogerio.sc.gov.br.

Frei Rogério - SC, 13 de março de 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito municipal

RESUMO CONTRATO 61/2015

CRENDECIAAMENTO 01/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE CELEBROU O CONTRATO Nº 61/2015 COM A EMPRESA LABORATORIO SANTA GEMA LTDA - ME, ESTABELECIDO À AV. ENIO LOPES DE ALBUQUERQU, Nº 273, NA CIDADE DE MONTE CARLO-SC, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS -CNPJ SOB O Nº 16 752 650 0001 23, TENDO POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, NO PERÍODO DE 13 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, DEVENDO O CREDENCIADO/CONTRATADO EFETUAR A COLETA DOS MATERIAIS POR PELO MENOS DUAS VEZES POR SEMANA, JUNTO AO POSTO DE SAÚDE SITUADO NA RUA JOÃO BATISTA PILN Nº 247, NA CIDADE FREI ROGERIO, CUJOS VALORES UNITARIOS ESTÃO DESCRITOS E DISCRIMINADOS EM ANEXO QUE FAZ PARTE DO CONTRATO.

Informações e contrato na íntegra poderão ser obtidos no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000 e ou e-mail, compras@freirogerio.sc.gov.br.

Frei Rogério - SC, 13 de março de 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito municipal

Galvão**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO 018/2015**

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE GALVÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna público que realizou no dia 13 de março de 2015, às 15h:00min, Inexigibilidade de Licitação para contratação das empresas para comemoração do 52º Aniversário do Município de Galvão. Empresas contratadas: MONARCAS PRODUÇÕES E REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, CNPJ: 93.558.234/0001-82, localizada na Rua Padre Feijo, nº 80, Centro, Erechim - RS, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) para show/baile no dia 06 de abril de 2015, CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO ME, CNPJ: 20.457.555/0001-74, localizada na Rua Domingos Piana, 233, bloco G Apto 302, Bairro Santa Terezinha, Xaxim - SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para três shows artísticos no dia 07 de abril de 2015. GT MARQUES ME, CNPJ: 09.561.117/0001-19, localizada na Rua Sonia Garbin Sutilli, 33, bairro Santa Catarina, São Lourenço d'Oeste, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para realização do Festival Canto da Terra a realizar-se no dia 20 de abril de 2015. O fundamento legal é o Art. 25, inciso III a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 13 de março de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 019/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 019/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 012/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 26 de março de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE UM VEICULO BRANCO 2.0 PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 13 de março de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PE016/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo aquisição de mobiliário, conforme a necessidade das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 31/03/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 31/03/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 13 de março de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 047/2015

DECRETO N.º 047, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

REGULAMENTA O CURSO DE TAXISTA, PREVISTO NA LEI FEDERAL 12.468/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.468/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de frequência ao Curso de Taxista e Resolução do CONTRAN 456/2013;

CONSIDERANDO que, competem à Diretoria Técnica de Trânsito o planejamento, a regulamentação, a delegação, a operação, o controle e a fiscalização do Serviço Público de transporte individual por Táxi;

CONSIDERANDO a necessidade de definir critérios objetivos quanto ao vencimento do Curso de Taxista, tendo por base a validade da Identidade de Condutor do Transporte Público - Táxi, que será de até 05 (cinco) anos, contados da sua expedição;

CONSIDERANDO a necessidade de credenciar instituições públicas ou privadas para ministrarem o referido curso, na forma do inciso II do artigo 3º da Lei 12.468/2011 e atendendo integralmente o conteúdo programático instituído pela Resolução CONTRAN nº 456/2013.

DECRETA

Art. 1º. O Curso de Taxista, de que trata o inciso II, do art. 3º, da Lei Federal 12.468/2011, com o conteúdo programático mínimo definido pela Resolução CONTRAN nº 456/2013, no âmbito do Município de Garopaba, terá validade de 05 (cinco) anos, contados da data da sua conclusão.

§ 1º. O Curso de Taxista terá como conteúdo obrigatório: relações humanas; direção defensiva; primeiros socorros; mecânica e elétrica básica de veículos, e será promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizador, e terá carga horária mínima

de 28 (vinte e oito) horas/aula.

§ 2º. Após a conclusão do Curso de Taxista, os permissionários e demais condutores do serviço de táxi deverão apresentar o comprovante de conclusão do curso referido no "caput" deste artigo, junto à Diretoria Técnica de Trânsito, para fins de registro do curso em seus cadastros, condição essa para continuarem no exercício da profissão.

§ 3º. O certificado será expedido ao aluno que comprovar assiduidade de 90% de participação nas aulas.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal, através da Diretoria Técnica de Trânsito, providenciará o credenciamento de instituições de ensino, públicas e/ou privadas, interessadas em ministrarem o curso de Taxista, no âmbito do Município de Garopaba/SC.

Parágrafo Único. O credenciamento das instituições interessadas em ministrar o Curso de Taxista será efetuado mediante pedido escrito, formulado a qualquer tempo pelo representante legal da instituição interessada junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC, dirigido à Diretoria Técnica de Trânsito acompanhado da seguinte documentação:

- a) cópia do ato constitutivo;
- b) cópia do Cartão do CNPJ;
- c) cópia do RG e CPF do representante legal;
- d) Certidões negativas da Fazenda Federal (inclusive previdenciária e FGTS), Estadual e Municipal;
- e) cópia do Alvará de Localização e Funcionamento;
- f) comprovação de que possui local disponível e adequado para ministrar o curso;
- g) declaração de que ministrará o conteúdo programático integral previsto na Resolução CONTRAN nº 456/2013;
- h) comprovação de que o(s) ministrante(s) possuem notável saber na área de trânsito.

Art. 3º. O Curso de Taxista será ministrado sem qualquer ônus para o Município e será custeado integralmente pelo aluno, perante a instituição credenciada.

§ 1º. O descredenciamento da instituição não invalidará o(s) certificado(s) emitido(s) durante a validade de seu credenciamento.

§ 2º. As instituições credenciadas que realizarem o Curso de Taxista deverão entregar à Diretoria Técnica de Trânsito, a relação dos alunos que participaram do referido curso, acompanhado de cópia da lista de presença assinada pelo aluno, para fins registrais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 004/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 004/2015

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando que os Centros de Atenção Psicossocial I - CAPS - tem por objetivo oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2.O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3.O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4.No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2.DA INSCRIÇÃO

2.1.As inscrições serão recebidas de 17/03/2015 à 31/03/2015, das 08h

às 13h, na Policlínica, situada na Rua Antonio José Botelho - Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8102, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2.Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
*AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
*ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Curso de auxiliar de consultório dentário; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
MÉDICO EMERGENCISTA - 30 HORAS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - CAPS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

3.DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1.Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF ÁREA 01 (CENTRO) Micro Área 01 ÁREA 01 (CENTRO) Micro Área 04 ÁREA 02 (AREIAS DE MACACU) Micro Área 02 ÁREA 03 (AMBRÓSIO) Micro Área 03 ÁREA 04 (PALHOCINHA) Micro Área 01 Micro Área 02 Micro Área 04 ÁREA 05 (CAMPO DUNA) Micro Área 01 Micro Área 02 ÁREA 06 (ENCANTADA) Micro Área 04 ÁREA 02 (MACACU) Micro área 07	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar. Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	40 horas	R\$ 803,84	11

<p>*AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS - ESF</p> <p>ÁREA 02 (NORTE)</p> <p>ÁREA 06 (ENCANTADA)</p>	<p>Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau).</p> <p>Atribuições: exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; utilizar instrumentos para vigilância, prevenção e controle de doenças; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento, vigilância, prevenção, controle de doenças e promoção da saúde junto às famílias na área de abrangência determinada, conforme estabelecido em seu plano de trabalho, elevando sua frequência nos domicílios que apresentem situações de risco e ou requeiram atenção especial; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; realizar o cadastramento dos domicílios de sua respectiva base geográfica e o acompanhamento das micro-áreas de risco; promover o saneamento domiciliar, de forma a descobrir, destruir e evitar a formação e reprodução de focos e criadouros; Orientar a comunidade quanto aos meios para evitar a proliferação de vetores, visando o combate aos mesmos; realizar o combate aos vetores, conforme orientação técnica do Município de Garopaba/SC, utilizando equipamentos de proteção individual -- EPI, quando necessário e conforme determinado; deixar no PA -- ponto de apoio -- o itinerário a ser cumprido no dia; receber e cumprir as programações estabelecidas, observando a produção e qualidade exigida; ser cordial no trato com a comunidade, de modo a não gerar conflitos; utilizar instrumentos para diagnósticos demográficos e sócio-culturais da comunidade de sua atuação; Realizar ações e atividades definidas no planejamento local; Realizar borrifação com inseticidas; exercer outras funções correlatas.</p>	40 horas	R\$ 803,82	02
<p>*ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF</p>	<p>Habilitação: Ensino Fundamental completo (1º Grau);</p> <p>Atribuições: proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; sob supervisão do odontólogo, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, a escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental etc.; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o cirurgião-dentista durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	803,82	01

MÉDICO EMERGENCISTA	<p>Habilitação profissional: Portar diploma médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; desejável tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência</p> <p>Atribuições: Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (escores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.</p>	30 horas	R\$ 11.316,12	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - CAPS	<p>Habilitação profissional: Idade mínima: 18 anos; Instrução: Curso de Técnico com habilitação legal para o exercício da profissão de Técnico de Enfermagem. Registro no órgão de Classe.</p> <p>Atribuições: Desenvolver ações de técnico de enfermagem nos espaços do CAPS e no domicílio/comunidade; fazer curativos; aplicar vacinas e injeções; observar prescrições médicas realizadas a doentes; ministrar remédios e cuidados com os doentes; atender e acompanhar os doentes; auxiliar demais profissionais da saúde; requisitar material de enfermagem; desenvolver com ACS atividades de identificação de família de risco para patologias relacionadas à saúde mental; contribuir com ACS no que se refere a visitas domiciliares dos pacientes do CAPS; acompanhar as consultas de enfermagem de indivíduos expostos a situação de risco; executar segundo sua qualificação profissional os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiologia nas áreas de atenção a saúde; participar da discussão e organização do processo de trabalho no CAPS, SMS e comunidade; apoiar rotina diária do CAPS; acompanhar pacientes em estado agudo da doença psíquica até a internação; registrar os procedimentos realizados; manter atualizado o prontuário do paciente; executar outras tarefas correlatas.</p>	40 horas	R\$ 1.007,60	01

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Habilitação profissional: Curso Técnico em Enfermagem; Registro no Conselho da Classe Profissional Atribuições: Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas	40 horas	R\$ 1.007,60	01
-----------------------	--	----------	--------------	----

* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

4.DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1.O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1.Análise dos documentos apresentados.

4.1.2.Entrevista.

4.1.3.Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5.DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1.Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho na atenção aos serviços de saúde.

6.DA ENTREVISTA

6.1.A entrevista será realizada com os (as) candidatos (as) selecionados (as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2.Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do (a) candidato (a).

6.3.A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba (www.garopaba.sc.gov.br).

7.DO DESEMPATE:

7.1.Em caso de empate, será classificado (a) e posteriormente contratado (a) o (a) candidato (a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

8.DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1.Os (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

8.2.Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

8.3.A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- a.classificação no processo seletivo simplificado;
- b.idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- c.cédula de Identidade;
- d.inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;
- e.título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- f.certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);
- g.carteira de Trabalho;
- prova de inscrição no PIS/PASEP;
- h.certidão de casamento se for casado (a); ou de nascimento;
- i.certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- j.comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- k.registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- l.comprovante de residência;
- m.folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- n.uma foto 3X4, de frente e recente;
- o.declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;
- p.declaração de bens;
- q.outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

9.DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1.O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
- b.por iniciativa do contratado;
- c.por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d.pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2.Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) pela Secretaria Municipal de Saúde em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1.1.DOS RECURSOS Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.2.Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a.nº do Processo Seletivo;
- b.cargo a que concorre;
- c.sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d.razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e.identificação do candidato.

10.1.3.Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.2.A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

10.3.Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.4.Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 13 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO I

AVALIAÇÃO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACS.

AVALIAÇÃO CARGOS: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACE.

AVALIAÇÃO CARGO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Curso de Auxiliar de Consultório Dentário	0,5 ponto (por curso)	1 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: MÉDICO EMERGENCISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - CAPS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	5 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL N. 004/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias

conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, ____/____/2015

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº015.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2015
PMG E FMS

Ata nº. 015/2015; Processo nº. 033/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: NAPOLY COMERCIAL DE VEICULOS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de veículos para uso das Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$333.700,00 (trezentos e trinta e três mil e setecentos reais); Data da Assinatura: 12/03/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº01 AO CONTRATO Nº 074.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 074/2014; Processo nº. 181/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: VINICIUS BRACHT MALAGUTTI EPP. CNPJ: 76.344.795/0001-17. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 74/2014 por mais 90 (noventa) dias, conforme solicitado pelo Setor de convênios da Prefeitura Municipal de Garopaba.
; Data da Assinatura: 13/03/2015.

Garuva

PREFEITURA

ERRATA EDITAL PREGÃO FMS Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ERRATA

Processo Licitatório FMS nº 001/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do município.

No item 3.2 do Anexo I da Minuta da Ata, pág. 21 do edital, aonde lê-se "...60 (sessenta) dias..." leia-se "...12 (doze) meses..."

GARUVA, 13 de março de 2015.
IVANDRO SÉRGIO LOPES
Pregoeiro do Município

PORTARIA Nº 37/2015

PORTARIA Nº 037, de 09 de março de 2015.
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, MARILENE GOMES FERREIRA, do cargo de Professora Nível I, admitida através da Portaria nº. 119/2014, de 03 de Fevereiro de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 09 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 38/2015

PORTARIA Nº. 038, de 13 de março de 2015.
DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 006/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II - Educação Infantil, a Senhora Rafaela Marin Gomes, CPF nº 087.455.429-29, RG nº 4.648.231 - SSP/SC, com lotação destinada à Creche Municipal Maria Corrêa Saad, por 40 (quarenta) horas semanais. Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de Março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****DECRETO Nº 6.330, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 6.330, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia membros PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial para a elaboração do Plano Municipal de Educação, conforme os membros abaixo relacionados e suas respectivas representações:

- I - Ana Paula Uczmynda da Silveira - IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina;
- II - Michela Rejane Breda - Escolas Estaduais;
- III - Silvia Regina Jacobsen - Ensino Fundamental das Escolas Municipais;
- IV - Jovino Emir Massom - Representante do SINTRASPUG;
- V - Camila Schreiber - Secretaria Municipal de Educação;
- VI - Rozangela Aparecida Alves Dias - Conselho Municipal de Educação - COMED;
- VII - Sandra Maria de Aguiar - Escolas particulares;
- VIII - Josiane Chiminelli - Educação Infantil;
- IX - Jaime Kirchner - Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Grão Pará**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO 01/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará, em sua reunião Ordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2015, às quatorze horas, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal número 1.960/2014 de 08/07/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Aplicação dos Recursos Utilizados no Fundo Municipal da Saúde Durante o Exercício de 2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Homologo a resolução 001/2014 - CMS, de 27/02/2015, nos termos da legislação vigente, na data abaixo,

Grão-Pará, 13 de março de 2015.

Márcio B. Blasius
Vice-Presidente CMS – Grão-Pará/SC

Amilton Ascari
Prefeito Municipal

PORTARIA 107/2015 SUB. MEMBROS CONSELHO CMDCA

PORTARIA N. 107/2015

DE 10 DE MARÇO DE 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n. 1.954/2014, 06 de maio de 2014,

RESOLVE

Art. 1º - Art. 1º Substituir e homologar os nomes membros integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeados através da Portaria n.º 271/2014, de 15 de setembro de 2014, conforme enunciado a seguir :

I - REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Representantes da Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social - AGRADES

Titular: SÔNIA MARIA BRUNING ASCARIF

Suplente: ADÉLIA BUSSOLO ALBERTON

Representantes do Lions Clube Grão-Pará

Titular: MARILÉIA KESTREING ASTE PICKLER

Suplente: MARLI NIEHUES DACORÉGIO

t

Representantes das Associações de Pais e Professores - APPs

Titular: ALEÇANDRA JUNKES SCHMIDT

Suplente: VANDERLENE BALLMANN HEINZEN

Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais -STR
Titular: SÉRGIO LEANDRO ASCARI
Suplente: ALBERTINA VOLPATO BELTRAME

II - REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal da Educação e Cultura
Titular: JANE BONIN
Suplente: MARILEI MORGAN VERONEZI BRATTI

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento
Titular: DENIZE REDIVO BUSSOLO
Suplente: DENÍSIA ALBERTON DEMAY

Representantes da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda
Titular: ROSILDA PERIN BÖGER
Suplente: GREICY DE OLIVEIRA PEDROSO

Representantes da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social
Titular: MERI TERESINHA KÜELKAMP SCHLICKMANN
Suplente: ANA PAULA AVELINO LÚCIO

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
10 de março de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em 10 de março de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PR 13/2015 MATERIAL DE ARTESANATO

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 40/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 13/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA OS GRUPOS GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 27/03/2015, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 10 de março de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO AD 01.2015 CONTRATO 17.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 17/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA
Contratada...: CONSTRUTORA DA CRUZ LTDA - ME
Valor : 1.062,18 (um mil e sessenta e dois reais e dezoito centavos)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/03/2015
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUTAR A REFORMA COM TROCA DO PISO DO PRÉDIO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS, LOCALIZADO NA RUA OLAVO BILAC S/N, CENTRO, DA CIDADE DE GUARACIABA/SC COM ÁREA DE 340,26M².

EXTRATOS CONTRATO 38, 39, 40.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 38/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO DR. HUGO SCHUNEMANN
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EXAMES DE ENDOSCOPIA, DESTINADO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2015.

Contrato Nº..: 39/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA EBENEZER LTDA
Valor : 16.320,00 (dezesesseis mil trezentos e vinte reais)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA REALIZAR SESSÕES DE FONOAUDIOLOGIA, DESTINADO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2015.

Contrato Nº..: 40/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: AIRTON KEMPER

Valor : 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais)
 Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ
 LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM
 ESTABELECIMENTO, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATU-
 AM
 EM CAMPANHAS DE PREVENTIVO, VACINAÇÃO, COMBATE A FOCO
 DE DENGUE E REUNIÕES DOS ACS DA SEC. DE SAÚDE DE
 GUARACIABA SC. ESTIMATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 09, 18 E 19.2015 FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2015
 PROCESSO Nº 9/2015 HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2015
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
 OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA EXAMES DE
 ENDOSCOPIA, TESTE DA ORELINHA E SESSÕES DE
 FONOAUDIOLOGIA, DESTINADO AOS PACIENTES DA SECRETARIA
 MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC, CONFORME
 PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA
 MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO DR. HUGO
 SCHUNEMANN

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA EBENEZER LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 16.320,00 (dezesesseis mil trezentos e vin-
 te

reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

PROCESSO Nº 18/2015 HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERSIANAS (INSTALADAS),
 DESTINADAS AS JANELAS DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL (LAVANDERIA E DEMAIS SALAS) LOCALIZADO À RUA
 PRESIDENTE KENNEDY E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE
 LINHA OURO VERDE QUE PASSAM POR REFORMAS NO
 MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC.

CONTRATADO: MARILENE SCHOLL - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

PROCESSO Nº 19/2015 HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA

OBJETO: ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ
 LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM
 ESTABELECIMENTO, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS QUE
 ATUAM EM CAMPANHAS DE PREVENTIVO, VACINAÇÃO,
 COMBATE A FOCO DE DENGUE E REUNIÕES DOS ACS DA SEC.
 DE SAÚDE DE GUARACIABA SC. ESTIMATIVO PARA O EXERCÍCIO
 DE 2015.

CONTRATADO: AIRTON KEMPER

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta
 reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 39.15 ARBITRAGEM CAMPEONATOS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PRE-
 GÃO PRESENCIAL Nº39/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais,
 em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações
 vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Li-
 citatório nº 45/15, Edital de Pregão Presencial Nº 39/15, Obje-
 to: Contratação de Empresa para prestar serviços de arbitragem
 nas competições oficiais do Município; recebimento de propostas
 até às 09:00 horas do dia 27/03/15; a abertura do Edital será às
 09:00 horas do dia 27/03/15, no Setor de Compras, Contratos e
 Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros
 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-
 36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das
 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 13 de março de 2015.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

Guaramirim**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015 PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Contratado: CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA -
CNPJ Nº 08.295.563/0001-66.

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2014 - TIPO TÉCNICA
E PREÇO.

Objeto: Prestação de serviços de publicidade, propaganda, englobando as atividades de planejamento, pesquisas, criação de layouts e roteiros, produção de peças gráficas e eletrônicas, supervisão técnica junto aos fornecedores contratados, administração de mídia para veiculação das peças publicitárias em jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, bem como junto aos demais meios de comunicação de acordo com as necessidades e planos da Câmara Municipal.

Valor Global: R\$ 200.000,00.

Data: 12/03/2015.

EVALDO JOÃO JUNCKES
PRESIDENTE

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO -
FMS 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº.
01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CDIPSUL CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA ME

OBJETO: Contrato de credenciamento para realização de exames de Ressonância Magnética para o Fundo Municipal de Saúde, conforme edital de Credenciamento nº. 01/2015.

VIGENCIA: Até 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 13 de março de 2015.

Vera Lurdes Segat,
Gestora do FMS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 407/2015

PORTARIA Nº 407/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO (Matr. 1405), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de abril de 2013 e 02 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 09 de março de 2015 a 07 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

ERRATA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, torna pública errata do PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, tendo por objeto a contratação de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) ou Amplitude Modulada (AM) e abrangência comprovada no município de Herval d'Oeste, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste; a veiculação semanal de um programa de 15 (quinze) minutos com os vereadores, com 3 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora e; ainda, 150 (cento e cinquenta) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste.

Onde se lê:

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 20 de março de 2015, às 14h15min na Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos, 389 - Centro, Herval d'Oeste-SC.;

LEIAM-SE:

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 26 de março de 2015, às 14h15min na Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos, 389 - Centro, Herval d'Oeste-SC.

Herval d'Oeste, 13 de março de 2015.

Paulo Ferrandin

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2770/2015

DECRETO Nº 2.770, DE 13 DE MARÇO DE 2015
HOMOLOGA RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO E CADASTRO DE RESERVA - EDITAL Nº 001, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, e considerando o resultado da prova escrita (objetiva) realizada no dia 09 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Divulga resultado final com a respectiva classificação da prova objetiva por cargos do Processo Seletivo e Cadastro de Reserva, para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, conforme EDITAL nº 001, de 11 de fevereiro de 2015, para os seguintes cargos:

Médico			
Nº Insc.	Nome Candidato	Média	Classificação
031	Fabiano Scortegagna Dupezak	8,0	1º
024	Regis Ariel Ribeiro Jordão	Não compareceu	

Agente de Serviços Gerais			
Nº Insc.	Nome Candidato	Média	Classificação
009	Mariza Possera Cruz Sobrinho	10,0	1º
007	Ilisangela Zitterell do R. da Silva	9,6	2º
017	Aline Odorizzi Turella	9,2	3º
005	Ilizandra Pereira	9,2	4º
021	Diego da Silva Guindani	8,8	5º
002	Elizete Moraes dos Santos	8,8	6º
016	Lucimar Aparecida Trevisol	8,4	7º
022	Andressa da Costa	8,0	8º
006	Tatiana Garcia Teixeira	7,6	9º
025	Luciana de Fatima G. dos Santos	7,6	10º
019	Neide Tescke Coelli	7,6	11º
028	Andreia Barth da Costa Recalcatti	7,2	12º
004	Marilene Ribeiro	6,8	13º
014	Edneia da Silva Guindan	6,4	14º
008	Dirlei Medeiros	6,4	15º
018	Mayara Nunes Alves	6,0	16º
001	Zilma Comaretto Giareta	6,0	17º
030	Silvia Cristiane Tescke Coelli	5,6	18º
011	Claudete Miorelli Falchetti Carlet	5,6	19º
023	Daniele Sá Brito	4,8	20º
012	Edione Aparecida Piovesan Titon	4,8	21º
003	Simara Meira de Castro	Não compareceu	
013	Maria Bernardete Danielevig Calai	Não compareceu	
015	Crislaine Paz Padilha Coeli	Não compareceu	

020	Cristiane Soares dos Santos	Não compareceu
029	Danieli Rodrigues	Não compareceu

Servente			
Nº Insc.	Nome Candidato	Média	Classificação
026	Ariana Lopes de Souza Costa	9,6	1º
027	Juliete Barth da Costa Recalcatti	8,8	2º
010	Marizani Aparecida Ramos	6,8	3º
032	Debora Noelia Kokowise Ribeiro	5,6	4º

Art. 2º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PL 014/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

SRP: 006/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial Registrar preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados, de tubos de concreto, por um período de doze meses.

Entrega dos envelopes: até o dia 30/03/2015 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 30/03/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 13 de Março de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE CARTA CONVITE PMI Nº. 001/2015

Objeto: Constitui como objeto à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de segurança não armada, para uso da Secretária de Municipal de Planejamento e Gestão.

Tipo: Carta Convite. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 19 de março de 2015, às 09:00 horas.

Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 e no setor de licitação e também no site oficial do município.

Imaruí, 12 de Março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 018/2015

Objeto: Aquisição de Gás de Cozinha, para uso das seguintes secretarias: Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social, Secretária Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Desenvolvimento Rural e Pecuário, Secretaria de Administração e Finanças e Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço por item. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 25 de Março de 2015, às 14h00min horas.

Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, IMARUÍ-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min no setor de licitação ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

Imaruí, 11 de Março de 2015.

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 015/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí torna pública a suspensão do Pregão 015/2015, para contratação de empresa especializada em segurança não armada, por período indeterminado.

Imaruí, 12 de Março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.498,00	0,00	9.130,00	0,00	148.187,16	0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.958,71)	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	25.558,83	0,00	1.950,35	(22.865,65)	0,00	
Atenção Básica	0,00	16.174,51	0,00	24.440,58	478.808,25	0,00	
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	167,37	0,00	9.597,22	63.926,03	0,00	
FUNDEB 40%	0,00	6.974,06	0,00	141,92	178.005,31	0,00	
FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	3.500,10	(348.133,88)	0,00	
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	(55,00)	0,00	
Fundo da Procuradoria Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	7.488,43	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - BF	0,00	266,99	0,00	11.069,73	47.538,04	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	9.259,36	0,00	
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	35.107,05	0,00	
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	14.962,42	8.480,17	0,00	
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	0,00	759,78	0,00	995,56	(3.989,29)	0,00	
Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	445,00	56.503,91	0,00	
Piso de Transição de Média Complexidade - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	3.344,00	0,00	
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	0,00	60,79	0,00	0,00	22.040,79	0,00	
PNAE	0,00	23.023,95	0,00	0,00	48.867,23	0,00	
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	23.291,28	0,00	
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJ	0,00	5.277,25	0,00	7.078,41	125.937,70	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	903,50	0,00	0,00	0,00	(12.600,10)	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.696,60	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.600,10)	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.696,60	0,00	
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	0,00	0,00	31.874,65	0,00	103.668,85	0,00	
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	14.140,00	0,00	41.414,70	0,00	(55.277,49)	0,00	

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Salário Educação	0,00	21.831,87	0,00	44.100,19	156.776,99	0,00
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	797,50	0,00	0,00	0,00	(2.239,49)	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	12.869,63	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	110.238,13	692.088,11	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	11.958,00	0,00	3.855,03	206.395,99	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	4.897,71	61.512,67	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	17.339,00	112.053,40	82.419,35	237.272,35	2.053.770,44	0,00
RECURSO ORDINARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	(24,66)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	14.888,87	0,00	77.521,94	18.502,46	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	0,00	220.188,71	0,00	690.738,49	413.487,52	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	248.705,91	0,00	53.346,73	0,00	(642.939,81)	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	37.637,71	246.152,75	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	248.705,91	235.077,58	53.346,73	805.898,14	35.178,26	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	266.044,91	347.130,98	135.766,08	1.043.170,49	2.088.948,70	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")
IMARUI , 06/03/2015

R\$ 1,00

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.498,00	0,00	9.130,00	0,00	148.187,16	0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.958,71)	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	25.558,83	0,00	1.950,35	(22.865,65)	0,00	
Atenção Básica	0,00	16.174,51	0,00	24.440,58	478.808,25	0,00	
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	167,37	0,00	9.597,22	63.926,03	0,00	
FUNDEB 40%	0,00	6.974,06	0,00	141,92	178.005,31	0,00	
FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	3.500,10	(348.133,88)	0,00	
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	(55,00)	0,00	
Fundo da Procuradoria Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	7.488,43	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - BF	0,00	266,99	0,00	11.069,73	47.538,04	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	9.259,36	0,00	
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	35.107,05	0,00	
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	14.962,42	8.480,17	0,00	
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	0,00	759,78	0,00	995,56	(3.989,29)	0,00	
Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	445,00	56.503,91	0,00	
Piso de Transição de Média Complexidade - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	3.344,00	0,00	
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	0,00	60,79	0,00	0,00	22.040,79	0,00	
PNAE	0,00	23.023,95	0,00	0,00	48.867,23	0,00	
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	23.291,28	0,00	
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJ	0,00	5.277,25	0,00	7.078,41	125.937,70	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	903,50	0,00	0,00	0,00	(12.600,10)	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.696,60	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.600,10)	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.696,60	0,00	
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	0,00	0,00	31.874,65	0,00	103.668,85	0,00	
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	14.140,00	0,00	41.414,70	0,00	(55.277,49)	0,00	

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Salário Educação	0,00	21.831,87	0,00	44.100,19	156.776,99	0,00
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	797,50	0,00	0,00	0,00	(2.239,49)	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	12.869,63	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	110.238,13	692.088,11	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	11.958,00	0,00	3.855,03	206.395,99	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	4.897,71	61.512,67	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	17.339,00	112.053,40	82.419,35	237.272,35	2.053.770,44	0,00
RECURSO ORDINARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	(24,66)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	14.888,87	0,00	77.521,94	18.502,46	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	0,00	220.188,71	0,00	690.738,49	413.487,52	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	248.705,91	0,00	53.346,73	0,00	(642.939,81)	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	37.637,71	246.152,75	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	248.705,91	235.077,58	53.346,73	805.898,14	35.178,26	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	266.044,91	347.130,98	135.766,08	1.043.170,49	2.088.948,70	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")
IMARUI , 06/03/2015

R\$ 1,00

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.498,00	0,00	9.130,00	0,00	148.187,16	0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.958,71)	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	25.558,83	0,00	1.950,35	(22.865,65)	0,00	
Atenção Básica	0,00	16.174,51	0,00	24.440,58	478.808,25	0,00	
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	167,37	0,00	9.597,22	63.926,03	0,00	
FUNDEB 40%	0,00	6.974,06	0,00	141,92	178.005,31	0,00	
FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	3.500,10	(348.133,88)	0,00	
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	(55,00)	0,00	
Fundo da Procuradoria Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	7.488,43	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - BF	0,00	266,99	0,00	11.069,73	47.538,04	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	9.259,36	0,00	
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	35.107,05	0,00	
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	14.962,42	8.480,17	0,00	
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	0,00	759,78	0,00	995,56	(3.989,29)	0,00	
Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	445,00	56.503,91	0,00	
Piso de Transição de Média Complexidade - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	3.344,00	0,00	
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	0,00	60,79	0,00	0,00	22.040,79	0,00	
PNAE	0,00	23.023,95	0,00	0,00	48.867,23	0,00	
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	23.291,28	0,00	
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJ	0,00	5.277,25	0,00	7.078,41	125.937,70	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	903,50	0,00	0,00	0,00	(12.600,10)	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.696,60	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.600,10)	0,00	
RECURSOS DO FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.696,60	0,00	
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	0,00	0,00	31.874,65	0,00	103.668,85	0,00	
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	14.140,00	0,00	41.414,70	0,00	(55.277,49)	0,00	

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Salário Educação	0,00	21.831,87	0,00	44.100,19	156.776,99	0,00
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	797,50	0,00	0,00	0,00	(2.239,49)	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	12.869,63	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	110.238,13	692.088,11	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	11.958,00	0,00	3.855,03	206.395,99	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	4.897,71	61.512,67	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	17.339,00	112.053,40	82.419,35	237.272,35	2.053.770,44	0,00
RECURSO ORDINARIO	0,00	0,00	0,00	0,00	(24,66)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	14.888,87	0,00	77.521,94	18.502,46	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	0,00	220.188,71	0,00	690.738,49	413.487,52	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	248.705,91	0,00	53.346,73	0,00	(642.939,81)	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	37.637,71	246.152,75	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	248.705,91	235.077,58	53.346,73	805.898,14	35.178,26	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	266.044,91	347.130,98	135.766,08	1.043.170,49	2.088.948,70	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

IMARUI, 06/03/2015

R\$ 1,00

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	VERONICE NIEHUES Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6
LUCIANO CEZAR BOICO Secretário de Administração e Finanças		

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	158.815,16	10.628,00	148.187,16
ALIENACAO DE BENS	(1.958,71)	0,00	(1.958,71)
Assistência Farmacêutica Básica	2.693,18	25.558,83	(22.865,65)
Atenção Básica	529.630,66	50.822,41	478.808,25
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	64.093,40	167,37	63.926,03
FUNDEB 40%	255.528,24	77.522,93	178.005,31
FUNDEB 60%	(169.252,33)	178.881,55	(348.133,88)
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	(55,00)	0,00	(55,00)
Fundo da Procuradoria Jurídica	4.726,66	(2.761,77)	7.488,43
Índice de Gestão Descentralizada - BF	48.005,23	467,19	47.538,04
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	9.259,36	0,00	9.259,36
Outras Transferências do FNAS	35.107,05	0,00	35.107,05
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA E	8.636,17	156,00	8.480,17
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	(365,50)	3.623,79	(3.989,29)
Piso Básico Variável II - API/PAC	56.713,61	209,70	56.503,91
Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAC	3.344,00	0,00	3.344,00
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	22.101,58	60,79	22.040,79
PNAE	71.891,18	23.023,95	48.867,23
PNATE	23.291,28	0,00	23.291,28
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	131.565,26	5.627,56	125.937,70
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	(11.696,60)	903,50	(12.600,10)
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	11.696,60	0,00	11.696,60
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	135.543,50	31.874,65	103.668,85
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	277,21	55.554,70	(55.277,49)
Salário Educação	179.793,15	23.016,16	156.776,99
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	(1.441,99)	797,50	(2.239,49)
Transferências de Convênios - Assistência Social	12.936,23	66,60	12.869,63
Transferências de Convênios - Outros	697.944,57	5.856,46	692.088,11
Transferências de Convênios - Saúde	220.437,48	14.041,49	206.395,99
Vigilância em Saúde	61.534,72	22,05	61.512,67
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.560.795,35	506.121,41	2.054.673,94
RECURSO ORDINARIO	(24,66)	0,00	(24,66)
Recursos Ordinários	41.312,44	22.809,98	18.502,46
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	614.998,68	201.511,16	413.487,52
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	(332.493,28)	310.446,53	(642.939,81)
Serviços de Saúde	250.720,28	4.567,53	246.152,75
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	574.513,46	539.335,20	35.178,26
TOTAL (III) = (I + II)	3.135.308,81	1.045.456,61	2.089.852,20
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.674.487,84	18.391.445,74	18.743.552,96	19.199.753,43
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.888.387,32	4.046.118,06	4.123.581,65	4.223.945,75
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.499.548,59	3.641.506,26	3.711.223,49	3.801.551,18

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.606.664,14	251.165,38
Pessoal Ativo	10.397.602,02	251.165,38
Pessoal Inativo e Pensionista	209.062,12	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	625.290,85	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	360.904,39	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	264.386,46	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	9.981.373,29	251.165,38
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	10.232.538,67	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.199.753,43	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	53,30	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	10.367.866,85	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	9.849.473,51	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	9.331.080,17	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	80.956,24
Parcelamentos de Dívidas	0,00	80.956,24
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	80.956,24
Previdenciárias	0,00	80.956,24
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.199.753,43	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.071.960,55	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.764.764,49	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.343.982,74	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	80.956,24	0,42

FONTE:

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.635.767,17	2.563.963,21	2.640.331,84	2.594.905,15
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Interna	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	231.845,72	231.845,72	275.731,61	290.089,18
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.136.550,18	1.427.598,86	1.725.546,13	2.486.005,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.832.218,10	3.074.814,55	3.219.600,68	3.135.308,81
Demais Haveres Financeiros	3.346,30	3.346,30	-3.733,14	-36.127,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.699.014,22	1.650.561,99	1.490.321,41	613.175,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.499.216,99	1.136.364,35	914.785,71	108.899,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.674.487,84	18.391.445,74	18.743.552,96	19.199.753,43
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	14,91%	13,94%	14,09%	13,52%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	8,48%	6,18%	4,88%	0,57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	21.209.385,41	22.069.734,89	22.492.263,55	23.039.704,12
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	19.088.446,87	19.862.761,40	20.243.037,20	20.735.733,70

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Previdenciárias	0,00	0,00	80.956,24	69.720,76
Demais Contribuições Sociais	2.403.921,45	2.332.117,49	2.283.643,99	2.235.095,21
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	258.850,71	269.212,44	270.748,62	296.514,64
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	367.229,87	2.151.273,74	1.788.485,46	1.178.936,57
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.635.767,17	2.563.963,21	2.640.331,84	2.594.905,15
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Interna	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	231.845,72	231.845,72	275.731,61	290.089,18
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.136.550,18	1.427.598,86	1.725.546,13	2.486.005,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.832.218,10	3.074.814,55	3.219.600,68	3.135.308,81
Demais Haveres Financeiros	3.346,30	3.346,30	-3.733,14	-36.127,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.699.014,22	1.650.561,99	1.490.321,41	613.175,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.499.216,99	1.136.364,35	914.785,71	108.899,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.674.487,84	18.391.445,74	18.743.552,96	19.199.753,43
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	14,91%	13,94%	14,09%	13,52%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	8,48%	6,18%	4,88%	0,57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	21.209.385,41	22.069.734,89	22.492.263,55	23.039.704,12
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	19.088.446,87	19.862.761,40	20.243.037,20	20.735.733,70

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Previdenciárias	0,00	0,00	80.956,24	69.720,76
Demais Contribuições Sociais	2.403.921,45	2.332.117,49	2.283.643,99	2.235.095,21
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	258.850,71	269.212,44	270.748,62	296.514,64
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	367.229,87	2.151.273,74	1.788.485,46	1.178.936,57
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.635.767,17	2.563.963,21	2.640.331,84	2.594.905,15
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Interna	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	231.845,72	231.845,72	275.731,61	290.089,18
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.136.550,18	1.427.598,86	1.725.546,13	2.486.005,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.832.218,10	3.074.814,55	3.219.600,68	3.135.308,81
Demais Haveres Financeiros	3.346,30	3.346,30	-3.733,14	-36.127,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.699.014,22	1.650.561,99	1.490.321,41	613.175,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.499.216,99	1.136.364,35	914.785,71	108.899,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.674.487,84	18.391.445,74	18.743.552,96	19.199.753,43
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	14,91%	13,94%	14,09%	13,52%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	8,48%	6,18%	4,88%	0,57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	21.209.385,41	22.069.734,89	22.492.263,55	23.039.704,12
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	19.088.446,87	19.862.761,40	20.243.037,20	20.735.733,70

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.403.921,45	2.332.117,49	2.364.600,23	2.304.815,97
Previdenciárias	0,00	0,00	80.956,24	69.720,76
Demais Contribuições Sociais	2.403.921,45	2.332.117,49	2.283.643,99	2.235.095,21
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	258.850,71	269.212,44	270.748,62	296.514,64
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	367.229,87	2.151.273,74	1.788.485,46	1.178.936,57
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.135.500,00	2.135.500,00	644.893,33	30,20
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	960.000,00	960.000,00	163.663,63	17,05
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	101.649,99	50,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	265.700,00	265.700,00	242.448,80	91,25
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.300,00	198.300,00	88.880,57	44,82
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	2.982,88	149,14
Dívida Ativa dos Impostos	502.500,00	502.500,00	24.137,74	4,80
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	21.129,72	301,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.189.000,00	11.189.000,00	11.561.698,63	103,33
Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	7.872.681,80	104,97
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	34.102,67	341,03
Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	571.429,10	95,24
Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	3.023.197,91	100,77
Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	65.000,00	47.479,31	73,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00	12.807,84	91,48
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00	12.807,84	91,48
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.324.500,00	13.324.500,00	12.206.591,96	91,61

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.448.860,00	3.448.860,00	1.551.990,93	45,00
Provenientes da União	3.132.660,00	3.132.660,00	1.411.095,93	45,04
Provenientes dos Estados	316.200,00	316.200,00	140.895,00	44,56
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	33.000,00	33.000,00	82.131,11	248,88
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.481.860,00	3.481.860,00	1.634.122,04	46,93

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	4.671.786,25	5.495.391,94	4.191.381,48	119.649,56	78,45
Pessoal e Encargos Sociais	2.557.500,00	3.140.560,32	2.537.695,47	47.389,39	82,31
Outras Despesas Correntes	2.114.286,25	2.354.831,62	1.653.686,01	72.260,17	73,29
DESPESAS DE CAPITAL	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
Investimentos	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06

Continua 2/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/5

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
Investimentos	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
TOTAL (IV)	6.544.556,25	7.938.940,74	4.546.167,99	157.287,27	59,25
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(V(f+g) - V(h+i))]	2.352.196,25	2.476.251,17		2.161.820,74	45,96
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					17,71
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V(h+i) - (15 x IIIb)/100)]					330.831,95

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	6.511.056,25	7.874.929,84	4.511.742,96	152.124,56	99,16
Vigilância Sanitária	12.000,00	17.840,12	9.029,70	4.208,89	0,28
Vigilância Epidemiológica	21.500,00	46.170,78	25.395,33	953,82	0,56
Outras Subfunções	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.554.556,25	7.948.940,74	4.546.167,99	157.287,27	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ENCATE-

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNTE.

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	VERONICE NIEHUES Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6
LUCIANO CEZAR BOICO Secretário de Administração e Finanças		

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.135.500,00	2.135.500,00	644.893,33	30,20	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	960.000,00	960.000,00	163.663,63	17,05	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	101.649,99	50,82	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	265.700,00	265.700,00	242.448,80	91,25	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.300,00	198.300,00	88.880,57	44,82	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	2.982,88	149,14	
Dívida Ativa dos Impostos	502.500,00	502.500,00	24.137,74	4,80	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	21.129,72	301,85	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.189.000,00	11.189.000,00	11.561.698,63	103,33	
Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	7.872.681,80	104,97	
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	34.102,67	341,03	
Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	571.429,10	95,24	
Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	3.023.197,91	100,77	
Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	65.000,00	47.479,31	73,05	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00	12.807,84	91,48	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00	12.807,84	91,48	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.324.500,00	13.324.500,00	12.206.591,96	91,61	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.448.860,00	3.448.860,00	1.551.990,93	45,00
Provenientes da União	3.132.660,00	3.132.660,00	1.411.095,93	45,04
Provenientes dos Estados	316.200,00	316.200,00	140.895,00	44,56
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	33.000,00	33.000,00	82.131,11	248,88
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.481.860,00	3.481.860,00	1.634.122,04	46,93

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	4.671.786,25	5.495.391,94	4.191.381,48	119.649,56	78,45
Pessoal e Encargos Sociais	2.557.500,00	3.140.560,32	2.537.695,47	47.389,39	82,31
Outras Despesas Correntes	2.114.286,25	2.354.831,62	1.653.686,01	72.260,17	73,29
DESPESAS DE CAPITAL	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
Investimentos	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06

Continua 2/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/5

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
Investimentos	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
TOTAL (IV)	6.544.556,25	7.938.940,74	4.546.167,99	157.287,27	59,25
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	2.352.196,25	2.476.251,17		2.161.820,74	45,96
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					17,71
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h+i) - (15 x IIIb)/100]					330.831,95

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	6.511.056,25	7.874.929,84	4.511.742,96	152.124,56	99,16
Vigilância Sanitária	12.000,00	17.840,12	9.029,70	4.208,89	0,28
Vigilância Epidemiológica	21.500,00	46.170,78	25.395,33	953,82	0,56
Outras Subfunções	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.554.556,25	7.948.940,74	4.546.167,99	157.287,27	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ENCATE-

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNTE.

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	VERONICE NIEHUES Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6
LUCIANO CEZAR BOICO Secretário de Administração e Finanças		

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.135.500,00	2.135.500,00	644.893,33	30,20
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	960.000,00	960.000,00	163.663,63	17,05
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	101.649,99	50,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	265.700,00	265.700,00	242.448,80	91,25
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.300,00	198.300,00	88.880,57	44,82
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	2.982,88	149,14
Dívida Ativa dos Impostos	502.500,00	502.500,00	24.137,74	4,80
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	21.129,72	301,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.189.000,00	11.189.000,00	11.561.698,63	103,33
Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	7.872.681,80	104,97
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	34.102,67	341,03
Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	571.429,10	95,24
Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	3.023.197,91	100,77
Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	65.000,00	47.479,31	73,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00	12.807,84	91,48
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00	12.807,84	91,48
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.324.500,00	13.324.500,00	12.206.591,96	91,61

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.448.860,00	3.448.860,00	1.551.990,93	45,00
Provenientes da União	3.132.660,00	3.132.660,00	1.411.095,93	45,04
Provenientes dos Estados	316.200,00	316.200,00	140.895,00	44,56
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	33.000,00	33.000,00	82.131,11	248,88
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.481.860,00	3.481.860,00	1.634.122,04	46,93

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	4.671.786,25	5.495.391,94	4.191.381,48	119.649,56	78,45
Pessoal e Encargos Sociais	2.557.500,00	3.140.560,32	2.537.695,47	47.389,39	82,31
Outras Despesas Correntes	2.114.286,25	2.354.831,62	1.653.686,01	72.260,17	73,29
DESPESAS DE CAPITAL	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
Investimentos	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06

Continua 2/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/5

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
Investimentos	1.872.770,00	2.443.548,80	354.786,51	37.637,71	16,06
TOTAL (IV)	6.544.556,25	7.938.940,74	4.546.167,99	157.287,27	59,25
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	4.192.360,00	5.462.689,57	2.459.255,92	82.378,60	54,04
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	2.352.196,25	2.476.251,17		2.161.820,74	45,96
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					17,71
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h+i) - (15 x IIIb)/100]					330.831,95

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	6.511.056,25	7.874.929,84	4.511.742,96	152.124,56	99,16
Vigilância Sanitária	12.000,00	17.840,12	9.029,70	4.208,89	0,28
Vigilância Epidemiológica	21.500,00	46.170,78	25.395,33	953,82	0,56
Outras Subfunções	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.554.556,25	7.948.940,74	4.546.167,99	157.287,27	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNTE.

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "iii" ou com a coluna "ii-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "iii" ou com a coluna "ii-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	VERONICE NIEHUES Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6
LUCIANO CEZAR BOICO Secretário de Administração e Finanças		

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo	
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)											R\$ 1,00
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		41.964,92	1.657.049,30	1.466.751,11	-	232.263,11	52.386,21	314.843,66	186.802,39	10.879,60	169.547,88
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		38.279,92	1.317.226,15	1.168.109,43	0,00	187.396,64	42.114,21	207.873,56	159.689,66	8.004,30	82.293,81
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		0,00	6.481,08	6.221,08	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	9.253,86	8.665,03	0,00	588,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL		0,00	5.362,28	5.362,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		0,00	1.787,03	1.787,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		3.690,67	243.524,59	190.288,95	0,00	56.926,31	2.366,47	54.540,00	54.540,00	0,00	2.366,47
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E MEIO AMBIENTE		14.140,00	90.495,44	78.732,24	0,00	25.903,20	0,00	92,00	92,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E RECREAÇÃO		0,00	467.308,22	433.850,19	0,00	33.458,03	0,00	94.317,36	53.094,26	8.004,30	33.218,80
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO		20.419,25	9.216,27	27.006,02	0,00	2.639,50	0,00	257,90	257,90	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		30,00	462.943,25	395.798,48	0,00	67.174,77	39.747,74	58.666,30	51.705,50	0,00	46.708,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		0,00	20.854,13	20.398,13	0,00	456,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUI		0,00	34.187,45	28.799,33	0,00	5.388,12	0,00	1.812,25	1.302,25	0,00	510,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	34.187,45	28.799,33	0,00	5.388,12	0,00	1.812,25	1.302,25	0,00	510,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI		3.685,00	305.635,70	268.842,35	0,00	39.478,35	10.272,00	105.157,85	25.810,48	2.875,30	86.744,07
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		3.685,00	305.635,70	268.842,35	0,00	39.478,35	10.272,00	105.157,85	25.810,48	2.875,30	86.744,07
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (I) + (II):		41.964,92	1.657.049,30	1.466.751,11	0,00	232.263,11	52.386,21	314.843,66	186.802,39	10.879,60	169.547,88
FONTE											

IMARUI, 09/03/2015

IMARUI DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037.449/0-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	21.716.453,70
Previsão Atualizada		—	21.716.453,70
Receitas Realizadas		3.874.793,03	19.568.393,43
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.976.767,88
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	21.716.453,70
Créditos Adicionais		—	5.944.445,54
Dotação Atualizada		—	27.660.899,24
Despesas Empenhadas		3.140.453,13	19.035.605,00
Despesas Executadas		3.635.842,96	19.035.605,00
Liquidadas		3.635.842,96	17.992.434,51
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.043.170,49
Superávit Orçamentário		—	532.788,43
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		3.140.453,13	19.035.605,00
Despesas Executadas		3.635.842,96	19.035.605,00
Liquidadas		3.635.842,96	17.992.434,51
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.043.170,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			19.199.753,43
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-1.440.846,77
Resultado Primário		0,00	790.942,26
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	367.229,87	10.879,60	186.802,39
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	1.699.014,22	0,00	1.466.751,11
TOTAL:	2.066.244,09	10.879,60	1.653.553,50
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.504.026,97	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.192.734,68	60%
Liquidadas		3.189.234,58	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		3.500,10	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500,00
Despesa de Capital Líquida		1.006.847,16	4.479.314,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	40.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.161.820,74	15,00	17,71
Liquidadas	2.086.912,07		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	74.908,67		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas **liquidadas** são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso III da Lei 4.320/64.

IMARUI, 06/03/2015

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 VERONICE NIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037.

 LUCIANO CEZAR BOICO
 Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	21.716.453,70
Previsão Atualizada		—	21.716.453,70
Receitas Realizadas		3.874.793,03	19.568.393,43
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.976.767,88
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	21.716.453,70
Créditos Adicionais		—	5.944.445,54
Dotação Atualizada		—	27.660.899,24
Despesas Empenhadas		3.140.453,13	19.035.605,00
Despesas Executadas		3.635.842,96	19.035.605,00
Liquidadas		3.635.842,96	17.992.434,51
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.043.170,49
Superávit Orçamentário		—	532.788,43
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		3.140.453,13	19.035.605,00
Despesas Executadas		3.635.842,96	19.035.605,00
Liquidadas		3.635.842,96	17.992.434,51
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.043.170,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			19.199.753,43
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-1.440.846,77
Resultado Primário		0,00	790.942,26
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		367.229,87	10.879,60
EXECUTIVO		367.229,87	10.879,60
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.699.014,22	0,00
EXECUTIVO		1.699.014,22	0,00
TOTAL:		2.066.244,09	10.879,60
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.504.026,97	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.192.734,68	60%
Liquidadas		3.189.234,58	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		3.500,10	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500,00
Despesa de Capital Líquida		1.006.847,16	4.479.314,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	40.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.161.820,74	15,00	17,71
Liquidadas	2.086.912,07		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	74.908,67		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas **liquidadas** são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso III da Lei 4.320/64.

IMARUI, 06/03/2015

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 VERONICE NIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037.

 LUCIANO CEZAR BOICO
 Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTARIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	21.716.453,70	
Previsão Atualizada		—	21.716.453,70	
Receitas Realizadas		3.874.793,03	19.568.393,43	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.976.767,88	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	21.716.453,70	
Créditos Adicionais		—	5.944.445,54	
Dotação Atualizada		—	27.660.899,24	
Despesas Empenhadas		3.140.453,13	19.035.605,00	
Despesas Executadas		3.635.842,96	19.035.605,00	
Liquidadas		3.635.842,96	17.992.434,51	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.043.170,49	
Superavit Orçamentário		—	532.788,43	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.140.453,13	19.035.605,00	
Despesas Executadas		3.635.842,96	19.035.605,00	
Liquidadas		3.635.842,96	17.992.434,51	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.043.170,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			19.199.753,43	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.440.846,77	0,00
Resultado Primário		0,00	790.942,26	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	367.229,87	10.879,60	186.802,39	169.547,88
EXECUTIVO	367.229,87	10.879,60	186.802,39	169.547,88
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.699.014,22	0,00	1.466.751,11	232.263,11
EXECUTIVO	1.699.014,22	0,00	1.466.751,11	232.263,11
TOTAL:	2.066.244,09	10.879,60	1.653.553,50	401.810,99
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.504.026,97	25%	28,71
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.192.734,68	60%	70,98
Liquidadas		3.189.234,58		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		3.500,10		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500,00	
Despesa de Capital Líquida		1.006.847,16	4.479.314,50	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	40.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.161.820,74	15,00	17,71
Liquidadas	2.086.912,07		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	74.908,67		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas **liquidadas** são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso III da Lei 4.320/64.

IMARUI, 06/03/2015

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 VERONICE NIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037.

 LUCIANO CEZAR BOICO
 Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUÍ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (Últ. 12 Meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.920.186,03	1.818.062,68	1.680.761,37	1.740.886,25	1.791.309,96	1.501.383,27	1.533.504,87	1.947.280,63	1.774.233,43	1.701.732,01	1.788.233,80	2.287.780,59	21.485.217,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	35.706,30	30.715,94	38.183,52	62.516,42	47.294,41	24.279,63	37.185,16	74.530,31	234.627,71	76.396,20	55.419,43	123.295,74	845.956,67
IPTU	1.639,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.552,14	121.469,54	16.086,34	4.192,94	8.733,16	163.663,63
IRR-F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	23.691,57	10.602,00	12.531,18	22.407,82	16.621,49	7.453,81	13.111,11	11.794,63	18.976,93	15.922,25	10.157,56	79.175,45	242.448,80
I.T.E.L.	1.176,40	13.094,44	19.006,90	7.814,14	7.244,83	4.449,54	9.492,00	13.967,12	12.449,46	3.598,68	3.000,37	5.814,11	101.649,99
Outras Receitas Tributárias	9.198,82	7.079,40	7.643,44	32.399,09	23.398,09	14.592,05	81.693,78	37.236,42	43.330,83	37.488,56	29.574,02	336.124,25	643.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.466,79	33.299,78	33.761,12	35.262,81	32.551,11	32.056,68	31.052,17	30.800,14	37.091,38	36.413,21	72.367,26	438.298,32	450.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	12.220,66	11.314,00	12.048,01	14.613,60	13.471,62	12.095,71	15.417,01	15.531,74	16.238,70	16.863,71	15.488,56	18.853,62	174.156,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	365,00	791,92	379,42	70,00	927,50	420,00	2.240,00	1.260,00	2.975,00	2.596,00	4.100,00	1.425,00	17.469,84
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.832.246,00	1.734.240,98	1.477.232,42	1.593.108,41	1.705.937,95	1.411.490,74	1.432.872,66	1.796.697,29	1.474.980,52	1.528.414,18	1.634.498,82	2.051.145,93	19.642.967,90
Cota-Parte de FPMI.	793.103,49	846.923,88	502.391,05	573.394,90	764.119,07	573.039,99	482.168,85	597.901,41	524.110,57	485.338,47	655.943,81	1.054.541,43	7.872.661,80
Cota-Parte do ICMS.	252.646,02	240.361,58	243.942,57	237.954,94	241.879,41	245.934,55	228.039,61	239.238,61	256.522,24	264.474,80	291.787,06	3.023.197,91	3.000.000,00
Cota-Parte do IPVA.	26.829,86	34.292,15	48.217,21	55.395,82	59.781,14	61.780,68	64.195,24	51.260,69	57.334,06	48.079,03	36.557,70	26.725,52	571.429,10
Cota-Parte do ITR.	999,95	75,35	160,20	1.793,57	1.858,21	184,80	178,38	149,89	5.452,76	20.343,48	1.900,68	975,40	34.102,67
Outras Transferências Correntes	334.936,17	228.646,37	329.000,37	366.930,98	247.375,33	161.094,91	305.202,08	541.392,53	257.593,90	306.406,15	240.332,69	281.063,65	3.601.814,73
Transferências da LC 61/199	4.079,82	3.454,07	3.375,08	3.677,35	3.999,71	3.803,51	3.913,55	4.004,01	3.799,21	4.065,42	4.666,32	4.606,26	47.479,31
Transferências da LC 87/196	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	2.134,64	12.907,84
Transferências do FUNDEB	388.606,37	379.430,28	350.245,94	352.894,03	385.857,76	365.149,97	338.117,63	361.682,63	369.103,46	385.639,51	402.811,24	400.013,52	4.478.354,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.142,28	7.710,16	98.156,88	35.312,01	-43.942,63	21.040,51	14.717,57	26.054,42	14.411,36	37.916,54	22.313,78	20.691,94	326.537,92
DEDUÇÕES (II)	215.740,40	225.232,71	159.597,05	174.656,55	214.540,83	177.054,78	157.910,37	178.730,20	169.656,41	166.873,50	198.336,77	207.134,59	2.245.464,16
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	215.740,40	225.232,71	159.597,05	174.656,55	214.540,83	177.054,78	157.910,37	178.730,20	169.656,41	166.873,50	198.336,77	207.134,59	2.245.464,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.704.426,63	1.592.830,97	1.501.164,32	1.568.229,70	1.576.669,13	1.324.328,49	1.375.594,30	1.788.330,33	1.604.577,02	1.534.858,91	1.569.897,03	2.080.646,00	21.510.720,00
FONTE:													
IMARUÍ													
06/03/2015													

MANOEL MANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.135.500,00	2.135.500,00	134.424,86	644.893,33	30,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.466.500,00	1.466.500,00	17.329,22	205.372,65	14,00
1.1.1- IPTU	960.000,00	960.000,00	12.926,10	163.663,63	17,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	1.079,39	2.228,55	445,71
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	1.596,39	20.947,70	4,19
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	1.727,34	18.532,77	308,88
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	9.414,48	101.649,99	50,82
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	9.414,48	101.649,99	50,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.700,00	270.700,00	89.968,33	248.990,12	91,98
1.3.1- ISS	265.700,00	265.700,00	89.333,01	242.448,80	91,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.500,00	1.500,00	277,48	754,33	50,29
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.500,00	2.500,00	185,25	3.190,04	127,60
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	172,59	2.596,95	259,69
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.300,00	198.300,00	17.712,83	88.880,57	44,82
1.4.1- IRRF	198.300,00	198.300,00	17.712,83	88.880,57	44,82
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.189.000,00	11.189.000,00	2.361.723,65	11.561.696,63	103,33
2.1- Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	1.710.185,24	7.872.681,80	104,97
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.500.000,00	7.500.000,00	1.710.185,24	7.872.681,80	104,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	572.842,57	3.023.197,91	100,77
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.000,00	14.000,00	3.201,96	12.807,84	91,48
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	65.000,00	65.000,00	9.274,58	47.479,31	73,05
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	2.936,08	34.102,67	341,03
2.6- Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	63.283,22	571.429,10	95,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.324.500,00	13.324.500,00	2.496.148,51	12.206.591,96	91,61
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	588.860,00	588.860,00	109.009,24	726.181,30	123,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	410.000,00	410.000,00	79.306,04	473.659,70	115,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	112.860,00	112.860,00	20.848,00	181.680,00	160,98
5.4- Transferências Diretas - PNATE	66.000,00	66.000,00	8.855,20	70.841,60	107,34
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	236.000,00	236.000,00	7.222,90	266.775,31	113,04
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	825.260,00	825.260,00	116.232,14	992.956,61	120,32
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.174.800,00	2.174.800,00	405.471,36	2.245.464,16	103,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.480.000,00	1.480.000,00	275.164,04	1.507.663,12	101,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	576.000,00	576.000,00	114.568,35	604.638,39	104,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.800,00	2.800,00	640,38	2.561,52	91,48
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.854,91	9.495,84	94,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	587,19	6.820,42	341,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	104.000,00	104.000,00	12.656,49	114.284,87	109,89
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.970.000,00	3.970.000,00	804.470,60	4.498.009,45	113,30
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.960.000,00	3.960.000,00	802.624,76	4.479.354,54	113,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.845,84	18.654,91	186,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.785.200,00	1.785.200,00	397.153,40	2.233.890,38	125,13
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.160.000,00	3.201.435,16	680.678,90	3.189.234,58	3.500,10	99,73	
13.1- Com Educação Infantil	1.018.000,00	802.000,00	246.877,91	801.443,47	0,00	99,93	
13.2- Com Ensino Fundamental	2.142.000,00	2.399.435,16	433.800,99	2.387.791,11	3.500,10	99,66	
14- OUTRAS DESPESAS	800.000,00	1.400.000,00	392.492,61	1.372.319,48	141,92	98,03	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	800.000,00	1.400.000,00	392.492,61	1.372.319,48	141,92	98,03	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.960.000,00	4.601.435,16	1.073.171,51		4.565.196,08	99,21	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						4.565.196,08	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						70,98	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						30,51	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-1,49	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²						0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.331.125,00	3.331.125,00	624.037,13	3.051.647,99		91,61	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.308.000,00	1.089.000,00	267.629,75	967.370,80	38.729,12	92,39	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.463.500,00	5.097.535,16	983.695,41	4.575.268,35	175.203,99	93,19	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.942.000,00	3.799.435,16	826.293,60	3.760.110,59	3.642,02	99,06	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.521.500,00	1.298.100,00	157.401,81	815.157,76	171.561,97	76,01	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.771.500,00	6.186.535,16	1.251.325,16		5.756.572,26	93,05	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.233.890,38	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (501)						18.654,91	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						2.252.545,29	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						3.504.026,97	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						28,71	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	409.900,00	612.605,81	78.615,58	474.143,58	44.100,19	84,60	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	66.000,00	99.067,00	6.904,23	65.998,33	14.962,42	81,72	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	475.900,00	711.672,81	85.519,81		599.204,52	84,20	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.247.400,00	6.898.207,97	1.336.844,97		6.355.776,78	92,14	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.479.354,54	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.654,91	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.498.009,45	0,00

IMARUI, 08/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.135.500,00	2.135.500,00	134.424,86	644.893,33	30,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.466.500,00	1.466.500,00	17.329,22	205.372,65	14,00
1.1.1- IPTU	960.000,00	960.000,00	12.926,10	163.663,63	17,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	1.079,39	2.228,55	445,71
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	1.596,39	20.947,70	4,19
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	1.727,34	18.532,77	308,88
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	9.414,48	101.649,99	50,82
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	9.414,48	101.649,99	50,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.700,00	270.700,00	89.968,33	248.990,12	91,98
1.3.1- ISS	265.700,00	265.700,00	89.333,01	242.448,80	91,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.500,00	1.500,00	277,48	754,33	50,29
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.500,00	2.500,00	185,25	3.190,04	127,60
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	172,59	2.596,95	259,69
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.300,00	198.300,00	17.712,83	88.880,57	44,82
1.4.1- IRRF	198.300,00	198.300,00	17.712,83	88.880,57	44,82
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.189.000,00	11.189.000,00	2.361.723,65	11.561.698,63	103,33
2.1- Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	1.710.185,24	7.872.681,80	104,97
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.500.000,00	7.500.000,00	1.710.185,24	7.872.681,80	104,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	572.842,57	3.023.197,91	100,77
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.000,00	14.000,00	3.201,96	12.807,84	91,48
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	65.000,00	65.000,00	9.274,58	47.479,31	73,05
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	2.936,08	34.102,67	341,03
2.6- Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	63.283,22	571.429,10	95,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.324.500,00	13.324.500,00	2.496.148,51	12.206.591,96	91,61
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	588.860,00	588.860,00	109.009,24	726.181,30	123,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	410.000,00	410.000,00	79.306,04	473.659,70	115,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	112.860,00	112.860,00	20.848,00	181.680,00	160,98
5.4- Transferências Diretas - PNATE	66.000,00	66.000,00	8.855,20	70.841,60	107,34
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	236.000,00	236.000,00	7.222,90	266.775,31	113,04
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	825.260,00	825.260,00	116.232,14	992.956,61	120,32
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.174.800,00	2.174.800,00	405.471,36	2.245.464,16	103,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.480.000,00	1.480.000,00	275.164,04	1.507.663,12	101,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	576.000,00	576.000,00	114.568,35	604.638,39	104,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.800,00	2.800,00	640,38	2.561,52	91,48
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.854,91	9.495,84	94,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	587,19	6.820,42	341,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	104.000,00	104.000,00	12.656,49	114.284,87	109,89
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.970.000,00	3.970.000,00	804.470,60	4.498.009,45	113,30
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.960.000,00	3.960.000,00	802.624,76	4.479.354,54	113,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.845,84	18.654,91	186,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.785.200,00	1.785.200,00	397.153,40	2.233.890,38	125,13
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.160.000,00	3.201.435,16	680.678,90	3.189.234,58	3.500,10	99,73	
13.1- Com Educação Infantil	1.018.000,00	802.000,00	246.877,91	801.443,47	0,00	99,93	
13.2- Com Ensino Fundamental	2.142.000,00	2.399.435,16	433.800,99	2.387.791,11	3.500,10	99,66	
14- OUTRAS DESPESAS	800.000,00	1.400.000,00	392.492,61	1.372.319,48	141,92	98,03	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	800.000,00	1.400.000,00	392.492,61	1.372.319,48	141,92	98,03	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.960.000,00	4.601.435,16	1.073.171,51		4.565.196,08	99,21	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.565.196,08		
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					70,98		
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					30,51		
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-1,49		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 –RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 –DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.331.125,00	3.331.125,00	624.037,13	3.051.647,99	91,61		
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(g)=(e+f)/d)x100		
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.308.000,00	1.089.000,00	267.629,75	967.370,80	38.729,12	92,39	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.463.500,00	5.097.535,16	983.695,41	4.575.268,35	175.203,99	93,19	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.942.000,00	3.799.435,16	826.293,60	3.760.110,59	3.642,02	99,06	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.521.500,00	1.298.100,00	157.401,81	815.157,76	171.561,97	76,01	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.771.500,00	6.186.535,16	1.251.325,16		5.756.572,26	93,05	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.233.890,38		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (501)					18.654,91		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)					—		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.252.545,29		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.504.026,97		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ⁵ ((38) / (3) x 100) %					28,71		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%	
		No Bimestre	Até o Bimestre (e)				(g)=(e+f)/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	409.900,00	612.605,81	78.615,58	474.143,58	44.100,19	84,60	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	66.000,00	99.067,00	6.904,23	65.998,33	14.962,42	81,72	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	475.900,00	711.672,81	85.519,81		599.204,52	84,20	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.247.400,00	6.898.207,97	1.336.844,97		6.355.776,78	92,14	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.479.354,54	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.654,91	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.498.009,45	0,00

IMARUI, 08/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.135.500,00	2.135.500,00	134.424,86	644.893,33	30,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.466.500,00	1.466.500,00	17.329,22	205.372,65	14,00
1.1.1- IPTU	960.000,00	960.000,00	12.926,10	163.663,63	17,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	1.079,39	2.228,55	445,71
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	1.596,39	20.947,70	4,19
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	1.727,34	18.532,77	308,88
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	9.414,48	101.649,99	50,82
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	9.414,48	101.649,99	50,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.700,00	270.700,00	89.968,33	248.990,12	91,98
1.3.1- ISS	265.700,00	265.700,00	89.333,01	242.448,80	91,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.500,00	1.500,00	277,48	754,33	50,29
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.500,00	2.500,00	185,25	3.190,04	127,60
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	172,59	2.596,95	259,69
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	198.300,00	198.300,00	17.712,83	88.880,57	44,82
1.4.1- IRRF	198.300,00	198.300,00	17.712,83	88.880,57	44,82
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.189.000,00	11.189.000,00	2.361.723,65	11.561.698,63	103,33
2.1- Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	1.710.185,24	7.872.681,80	104,97
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.500.000,00	7.500.000,00	1.710.185,24	7.872.681,80	104,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	572.842,57	3.023.197,91	100,77
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.000,00	14.000,00	3.201,96	12.807,84	91,48
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	65.000,00	65.000,00	9.274,58	47.479,31	73,05
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	2.936,08	34.102,67	341,03
2.6- Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	63.283,22	571.429,10	95,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.324.500,00	13.324.500,00	2.496.148,51	12.206.591,96	91,61
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	588.860,00	588.860,00	109.009,24	726.181,30	123,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	410.000,00	410.000,00	79.306,04	473.659,70	115,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	112.860,00	112.860,00	20.848,00	181.680,00	160,98
5.4- Transferências Diretas - PNATE	66.000,00	66.000,00	8.855,20	70.841,60	107,34
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	236.000,00	236.000,00	7.222,90	266.775,31	113,04
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	825.260,00	825.260,00	116.232,14	992.956,61	120,32
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.174.800,00	2.174.800,00	405.471,36	2.245.464,16	103,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.480.000,00	1.480.000,00	275.164,04	1.507.663,12	101,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	576.000,00	576.000,00	114.568,35	604.638,39	104,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.800,00	2.800,00	640,38	2.561,52	91,48
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.854,91	9.495,84	94,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	587,19	6.820,42	341,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	104.000,00	104.000,00	12.656,49	114.284,87	109,89
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.970.000,00	3.970.000,00	804.470,60	4.498.009,45	113,30
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.960.000,00	3.960.000,00	802.624,76	4.479.354,54	113,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.845,84	18.654,91	186,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.785.200,00	1.785.200,00	397.153,40	2.233.890,38	125,13
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.160.000,00	3.201.435,16	680.678,90	3.189.234,58	3.500,10	99,73	
13.1- Com Educação Infantil	1.018.000,00	802.000,00	246.877,91	801.443,47	0,00	99,93	
13.2- Com Ensino Fundamental	2.142.000,00	2.399.435,16	433.800,99	2.387.791,11	3.500,10	99,66	
14- OUTRAS DESPESAS	800.000,00	1.400.000,00	392.492,61	1.372.319,48	141,92	98,03	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	800.000,00	1.400.000,00	392.492,61	1.372.319,48	141,92	98,03	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.960.000,00	4.601.435,16	1.073.171,51		4.565.196,08	99,21	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						4.565.196,08	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						70,98	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						30,51	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %						-1,49	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²						0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.331.125,00	3.331.125,00	624.037,13	3.051.647,99		91,61	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.308.000,00	1.089.000,00	267.629,75	967.370,80	38.729,12	92,39	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.463.500,00	5.097.535,16	983.695,41	4.575.268,35	175.203,99	93,19	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.942.000,00	3.799.435,16	826.293,60	3.760.110,59	3.642,02	99,06	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.521.500,00	1.298.100,00	157.401,81	815.157,76	171.561,97	76,01	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.771.500,00	6.186.535,16	1.251.325,16		5.756.572,26	93,05	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.233.890,38	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (501)						18.654,91	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						2.252.545,29	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						3.504.026,97	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						28,71	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	409.900,00	612.605,81	78.615,58	474.143,58	44.100,19	84,60	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	66.000,00	99.067,00	6.904,23	65.998,33	14.962,42	81,72	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	475.900,00	711.672,81	85.519,81		599.204,52	84,20	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.247.400,00	6.898.207,97	1.336.844,97		6.355.776,78	92,14	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO EM 2014
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		(h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB	FUNDEF
	(i)	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.479.354,54	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.654,91	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.498.009,45	0,00

IMARUI, 08/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	90,11	2.148.060,27
RECEITAS CORRENTES	21.510.720,00	21.510.720,00	3.650.543,03	16,97	19.199.753,43	89,26	2.310.966,57
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.069.100,00	2.069.100,00	178.716,17	8,64	843.886,67	40,79	1.225.213,33
IMPOSTOS	1.624.000,00	1.624.000,00	129.386,42	7,97	596.642,99	36,74	1.027.357,01
TAXAS	400.000,00	400.000,00	49.249,75	12,31	246.823,68	61,71	153.176,32
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	45.100,00	45.100,00	80,00	0,18	420,00	0,93	44.680,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	450.000,00	450.000,00	108.780,57	24,17	438.298,32	97,40	11.701,68
Contrib p/Custeio do Serviço de Iluminação Pública	450.000,00	450.000,00	108.780,57	24,17	438.298,32	97,40	11.701,68
RECEITA PATRIMONIAL	37.500,00	37.500,00	34.342,18	91,58	174.156,94	464,42	-136.656,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	37.500,00	37.500,00	34.342,18	91,58	174.156,94	464,42	-136.656,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	5.525,00	36,83	17.469,84	116,47	-2.469,84
Outras Receitas Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	5.525,00	36,83	17.469,84	116,47	-2.469,84
RECEITA DE SERVIÇOS	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.246.920,00	18.246.920,00	3.280.173,39	17,98	17.397.403,74	95,34	849.516,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.193.220,00	18.193.220,00	3.275.462,53	18,00	17.213.555,72	94,62	979.654,28
Transf. de Conv.	53.700,00	53.700,00	4.710,86	8,77	183.838,02	342,34	-130.138,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	691.600,00	691.600,00	43.005,72	6,22	328.537,92	47,50	363.062,08
Multas e Juros de Mora	17.000,00	17.000,00	8.095,55	47,62	46.586,95	274,04	-29.586,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	2.813,34	40,19	36.952,29	527,89	-29.952,29
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	517.500,00	517.500,00	3.379,12	0,65	39.148,55	7,56	478.351,45
RECEITAS DIVERSAS	150.100,00	150.100,00	28.717,71	19,13	205.850,13	137,14	-55.750,13
RECEITAS DE CAPITAL	205.733,70	205.733,70	224.250,00	109,00	368.640,00	179,18	-162.906,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	165.233,70	165.233,70	224.250,00	135,72	368.640,00	223,10	-203.406,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	144.390,00	0,00	-144.390,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	165.233,70	165.233,70	224.250,00	135,72	224.250,00	135,72	-59.016,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	90,11	2.148.060,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.588.393,43	90,11
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.588.393,43	90,11
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.074.339,29	—	—	1.976.767,88	—
Superávit Financeiro	—	1.967.139,29	—	—	1.967.139,29	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	107.200,00	—	—	9.628,59	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% (g + h) / (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.342,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82
DESPESAS CORRENTES	18.754.683,70	3.370.053,88	22.124.737,58	3.120.256,35	18.028.757,84	3.571.715,03	17.182.970,01	845.787,83	81,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.580.403,75	1.026.791,42	12.607.195,17	2.834.279,63	11.460.248,29	2.587.788,16	11.209.082,91	251.165,38	90,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	396.500,00	-270.990,00	125.510,00	446,75	68.951,98	446,75	68.951,98	0,00	54,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.777.779,95	2.614.252,46	9.392.032,41	285.529,97	6.498.557,57	983.480,12	5.904.935,12	594.622,45	69,20
DESPESAS DE CAPITAL	2.911.770,00	2.574.391,66	5.486.161,66	20.196,78	1.006.847,16	64.127,93	809.464,50	197.382,66	18,35
INVESTIMENTOS	2.411.270,00	2.705.331,66	5.116.601,66	2.376,40	643.488,37	46.307,55	446.105,71	197.382,66	12,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.500,00	-130.940,00	369.560,00	17.820,38	363.358,79	17.820,38	363.358,79	0,00	98,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.342,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		LIQUIDADAS		DESPESAS EXECUTADAS		SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	%	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82	8.625.294,24
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	532.788,43	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	19.568.393,43	70,74	70,74	8.625.294,24

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREO-ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)			R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	90,11	
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.510.720,00	21.510.720,00	3.650.543,03	16,97	19.199.753,43	89,26	
IMPOSTOS	2.069.100,00	2.069.100,00	178.716,17	8,64	843.886,67	40,79	
TAXAS	1.624.000,00	1.624.000,00	129.386,42	7,97	596.642,99	36,74	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	400.000,00	49.249,75	12,31	246.823,68	61,71	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	45.100,00	45.100,00	80,00	0,18	420,00	0,93	
Contrib p/Custeio do Serviço de Iluminação Pública	450.000,00	450.000,00	108.780,57	24,17	438.298,32	97,40	
RECEITA PATRIMONIAL	450.000,00	450.000,00	108.780,57	24,17	438.298,32	97,40	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	37.500,00	37.500,00	34.342,18	91,58	174.156,94	464,42	
RECEITA AGROPECUÁRIA	37.500,00	37.500,00	34.342,18	91,58	174.156,94	464,42	
Outras Receitas Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	5.525,00	36,83	17.469,84	116,47	
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	5.525,00	36,83	17.469,84	116,47	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.246.920,00	18.246.920,00	3.280.173,39	17,98	17.397.403,74	95,34	
Transf. de Conv.	18.193.220,00	18.193.220,00	3.275.462,53	18,00	17.213.585,72	94,62	
Multas e Juros de Mora	53.700,00	53.700,00	4.710,86	8,77	183.838,02	342,34	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	691.600,00	691.600,00	43.005,72	6,22	328.537,92	47,50	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.000,00	17.000,00	8.095,55	47,62	46.586,95	274,04	
RECEITAS DIVERSAS	7.000,00	7.000,00	2.813,34	40,19	36.952,29	527,89	
RECEITAS DE CAPITAL	517.500,00	517.500,00	3.379,12	0,65	39.148,55	7,56	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	150.100,00	150.100,00	28.717,71	19,13	205.850,13	137,14	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	205.733,70	205.733,70	224.250,00	109,00	368.640,00	179,18	
ALIENAÇÃO DE BENS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	165.233,70	165.233,70	224.250,00	135,72	368.640,00	223,10	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	144.390,00	0,00	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	90,11	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.588.393,43	90,11
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.588.393,43	90,11
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.074.339,29	—	—	1.976.767,88	—
Superávit Financeiro	—	1.967.139,29	—	—	1.967.139,29	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	107.200,00	—	—	9.628,59	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% (g + h) / (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.342,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82
DESPESAS CORRENTES	18.754.683,70	3.370.053,88	22.124.737,58	3.120.256,35	18.028.757,84	3.571.715,03	17.182.970,01	845.787,83	81,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.580.403,75	1.026.791,42	12.607.195,17	2.834.279,63	11.460.248,29	2.587.788,16	11.209.082,91	251.165,38	90,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	396.500,00	-270.990,00	125.510,00	446,75	68.951,98	446,75	68.951,98	0,00	54,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.777.779,95	2.614.252,46	9.392.032,41	285.529,97	6.498.557,57	983.480,12	5.904.935,12	594.622,45	69,20
DESPESAS DE CAPITAL	2.911.770,00	2.574.391,66	5.486.161,66	20.196,78	1.006.847,16	64.127,93	809.464,50	197.382,66	18,35
INVESTIMENTOS	2.411.270,00	2.705.331,66	5.116.601,66	2.376,40	643.488,37	46.307,55	446.105,71	197.382,66	12,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.500,00	-130.940,00	369.560,00	17.820,38	363.358,79	17.820,38	363.358,79	0,00	98,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.342,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		%
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	532.788,43	—	—	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	19.568.393,43	70,74	8.625.294,24	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR	VERONICE NIEHUES
Prefeito Municipal	Chefe de Auditoria e Controle Interno	Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §.º)			R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	90,11	
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.510.720,00	21.510.720,00	3.650.543,03	16,97	19.199.753,43	89,26	
IMPOSTOS	2.069.100,00	2.069.100,00	178.716,17	8,64	843.886,67	40,79	
TAXAS	1.624.000,00	1.624.000,00	129.386,42	7,97	596.642,99	36,74	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	400.000,00	49.249,75	12,31	246.823,68	61,71	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	45.100,00	45.100,00	80,00	0,18	420,00	0,93	
Contrib p/Custeio do Serviço de Iluminação Pública	450.000,00	450.000,00	108.780,57	24,17	438.298,32	97,40	
RECEITA PATRIMONIAL	450.000,00	450.000,00	108.780,57	24,17	438.298,32	97,40	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	37.500,00	37.500,00	34.342,18	91,58	174.156,94	464,42	
RECEITA AGROPECUÁRIA	37.500,00	37.500,00	34.342,18	91,58	174.156,94	464,42	
Outras Receitas Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	5.525,00	36,83	17.469,84	116,47	
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	5.525,00	36,83	17.469,84	116,47	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.246.920,00	18.246.920,00	3.280.173,39	17,98	17.397.403,74	95,34	
Transf. de Conv.	18.193.220,00	18.193.220,00	3.275.462,53	18,00	17.213.565,72	94,62	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53.700,00	53.700,00	4.710,86	8,77	183.838,02	342,34	
Multas e Juros de Mora	691.600,00	691.600,00	43.005,72	6,22	328.537,92	47,50	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.000,00	17.000,00	8.095,55	47,62	46.586,95	274,04	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.000,00	7.000,00	2.813,34	40,19	36.952,29	527,89	
RECEITAS DIVERSAS	517.500,00	517.500,00	3.379,12	0,65	39.148,55	7,56	
RECEITAS DE CAPITAL	150.100,00	150.100,00	28.717,71	19,13	205.850,13	137,14	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	205.733,70	205.733,70	224.250,00	109,00	368.640,00	179,18	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	165.233,70	165.233,70	224.250,00	135,72	368.640,00	223,10	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	144.390,00	0,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	165.233,70	165.233,70	224.250,00	135,72	224.250,00	135,72	
	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	90,11	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	2.148.060,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	21.716.453,70	21.716.453,70	3.874.793,03	17,84	19.568.393,43	2.148.060,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.074.339,29	—	—	1.976.767,88	—
Superávit Financeiro	—	1.967.139,29	—	—	1.967.139,29	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	107.200,00	—	—	9.628,59	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.342,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82
DESPESAS CORRENTES	18.754.683,70	3.370.053,88	22.124.737,58	3.120.256,35	18.028.757,84	3.571.715,03	17.182.970,01	845.787,83	81,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.580.403,75	1.026.791,42	12.607.195,17	2.834.279,63	11.460.248,29	2.587.788,16	11.209.082,91	251.165,38	90,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	396.500,00	-270.990,00	125.510,00	446,75	68.951,98	446,75	68.951,98	0,00	54,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.777.779,95	2.614.252,46	9.392.032,41	285.529,97	6.498.557,57	983.480,12	5.904.935,12	594.622,45	69,20
DESPESAS DE CAPITAL	2.911.770,00	2.574.391,66	5.486.161,66	20.196,78	1.006.847,16	64.127,93	809.464,50	197.382,66	18,35
INVESTIMENTOS	2.411.270,00	2.705.331,66	5.116.601,66	2.376,40	643.488,37	46.307,55	446.105,71	197.382,66	12,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.500,00	-130.940,00	369.560,00	17.820,38	363.358,79	17.820,38	363.358,79	0,00	98,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.342,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		%
						No Bimestre (j)	Até o Bimestre (k)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (xi)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (xii) = (x + xi)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	17.992.434,51	1.043.170,49	68,82	
SUPERÁVIT (xiii)	—	—	—	—	—	—	532.788,43	—	—	
TOTAL (xiv) = (xii + xiii)	21.716.453,70	5.944.445,54	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	19.568.393,43	70,74	8.625.294,24	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR	VERONICE NIEHUES
Prefeito Municipal	Chefe de Auditoria e Controle Interno	Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	40.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
 Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	21.716.453,70	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	17.992.434,51	1.043.170,49	100,00	68,82
Administração Geral	825.000,00	825.000,00	154.949,89	782.414,75	166.926,46	782.414,75	0,00	4,11	94,84
Judiciária	825.000,00	825.000,00	154.949,89	782.414,75	166.926,46	782.414,75	0,00	4,11	94,84
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	234.000,00	231.700,00	38.857,88	200.427,30	34.611,47	196.180,89	4.246,41	1,05	86,50
Administração	234.000,00	231.700,00	38.857,88	200.427,30	34.611,47	196.180,89	4.246,41	1,05	86,50
Planejamento e Orçamento	3.802.700,00	5.643.655,03	424.877,14	3.368.047,91	618.287,39	3.276.107,57	91.940,34	17,69	59,68
Administração Geral	112.600,00	115.100,00	9.695,68	104.025,14	9.633,78	97.351,14	6.674,00	0,55	90,38
Administração Financeira	395.500,00	372.300,00	42.748,17	313.369,92	39.298,57	307.544,49	5.825,43	1,65	84,17
Controle Interno	3.017.500,00	3.964.016,00	346.923,41	2.796.283,03	525.526,20	2.664.712,41	71.570,62	14,37	69,03
Educação de Jovens e Adultos	29.500,00	29.000,00	6.320,64	26.639,50	5.528,76	26.047,62	791,88	0,14	92,55
Extensão Rural	200.000,00	497.639,03	19.189,24	187.530,32	38.300,08	180.451,91	7.078,41	0,99	37,68
Segurança Pública	47.600,00	665.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policimento	51.700,00	41.700,00	4.585,90	27.365,32	2.543,90	25.323,32	2.042,00	0,14	65,62
Assistência Social	51.700,00	41.700,00	4.585,90	27.365,32	2.543,90	25.323,32	2.042,00	0,14	65,62
Assistência ao Idoso	586.800,00	716.432,53	56.112,16	407.956,15	76.151,81	388.210,67	19.745,48	2,14	56,94
Assistência ao Portador de Deficiência	12.000,00	21.819,81	0,00	7.712,40	0,00	7.267,40	445,00	0,04	35,35
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.100,00	8.768,80	2.006,40	4.012,80	2.006,40	4.012,80	0,00	0,02	45,76
Assistência Comunitária	152.500,00	160.776,00	17.254,65	92.083,94	16.192,25	87.462,02	4.621,92	0,48	57,27
Habitação Urbana	407.000,00	517.867,92	36.851,11	304.147,01	57.953,16	289.468,45	14.678,56	1,60	58,73
Saúde	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	6.544.556,25	7.938.940,74	734.255,85	4.703.455,26	793.221,71	4.546.167,99	157.287,27	24,71	59,25
Vigilância Sanitária	6.511.056,25	7.874.929,84	730.863,85	4.663.867,52	788.628,48	4.511.742,96	152.124,56	24,50	59,22
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	17.840,12	480,00	13.238,59	737,99	9.029,70	4.208,89	0,07	74,21
Trabalho	21.500,00	46.170,78	2.912,00	26.349,15	3.855,24	25.365,33	953,82	0,14	57,07
Promoção da Produção Agropecuária	76.300,00	1.014.387,25	6.998,05	29.734,16	6.171,73	28.907,84	826,32	0,16	2,93
Educação	76.300,00	1.014.387,25	6.998,05	29.734,16	6.171,73	28.907,84	826,32	0,16	2,93
Alimentação e Nutrição	6.625.160,00	7.332.646,24	1.425.979,67	6.631.884,59	1.399.727,70	6.340.736,00	291.148,59	34,84	90,44
	312.860,00	386.538,27	33.671,02	256.107,81	61.582,73	237.954,94	18.152,87	1,35	66,26

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		% (b + c) / Total (b + c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Educação	21.716.453,70	27.660.899,24	3.140.453,13	19.036.605,00	3.635.842,96	17.992.434,51	100,00	8.625.294,24
Ensino Fundamental	6.625.160,00	7.332.846,24	1.425.979,67	6.631.884,59	1.399.727,70	6.340.736,00	34,84	700.761,65
Ensino Superior	4.949.200,00	5.732.940,97	1.055.320,06	5.294.218,69	1.059.715,22	5.065.088,13	27,81	438.722,28
Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	1.300,00	20.000,00	1.300,00	20.000,00	0,11	0,00
Cultura	1.343.100,00	1.193.167,00	335.688,59	1.061.598,09	277.129,75	997.692,93	5,58	131.608,91
Difusão Cultural	100.200,00	67.200,00	0,00	56.524,91	0,00	56.524,91	0,30	10.675,09
Urbanismo	100.200,00	67.200,00	0,00	56.524,91	0,00	56.524,91	0,30	10.675,09
Infra-Estrutura Urbana	1.463.100,00	2.426.050,00	194.007,46	1.961.703,69	450.515,53	1.727.164,78	10,31	464.346,31
Serviços Urbanos	32.300,00	8.300,00	0,00	62,50	0,00	62,50	0,00	8.237,50
Energia Elétrica	1.071.300,00	1.825.250,00	166.553,81	1.449.697,80	341.610,55	1.255.121,00	7,62	375.552,20
Saneamento	359.500,00	592.500,00	27.453,65	511.943,39	108.904,98	471.981,28	2,69	80.556,61
Saneamento Básico Urbano	174.500,00	7.400,00	0,00	3.622,36	45,70	3.622,36	0,02	3.777,64
Gestão Ambiental	236.100,00	600,00	0,00	3.622,36	0,00	0,00	0,00	3.777,64
Preservação e Conservação Ambiental	236.100,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Agricultura	390.500,00	557.500,00	45.848,69	297.123,21	35.288,15	245.998,11	1,56	260.376,79
Extensão Rural	390.500,00	557.500,00	45.848,69	297.123,21	35.288,15	245.998,11	1,56	260.376,79
Comércio e Serviços	76.000,00	174.000,00	0,00	168.488,02	0,00	168.435,41	0,89	5.511,98
Turismo	76.000,00	174.000,00	0,00	168.488,02	0,00	168.435,41	0,89	5.511,98
Transporte	136.200,00	333.050,00	0,00	135.712,86	0,00	4.921,96	0,71	197.337,14
Infra-Estrutura Urbana	103.100,00	324.950,00	0,00	133.662,86	0,00	2.871,96	0,70	191.287,14
Promoção da Produção Agropecuária	27.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
Transporte Rodoviário	5.700,00	5.700,00	0,00	2.050,00	0,00	2.050,00	0,01	3.650,00
Desporto e Lazer	343.637,45	300.637,45	53.980,44	261.144,51	52.351,41	201.717,95	1,37	39.492,94
Desporto Comunitário	343.637,45	300.637,45	53.980,44	261.144,51	52.351,41	201.717,95	1,37	39.492,94
Reserva de Contingência 1	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.716.453,70	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	17.992.434,51	1.043.170,49	100,00	8.625.294,24
Reserva de Contingência 1	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.716.453,70	27.660.899,24	3.140.453,13	19.035.605,00	3.635.842,96	17.992.434,51	1.043.170,49	100,00	8.625.294,24

FONTE:

IMARUI , 06/03/2015

IMARUI
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037.448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.635.767,17	2.595.763,58	2.594.905,15
DEDUÇÕES (II)	1.136.550,18	2.214.416,30	2.486.005,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.832.218,10	3.392.980,32	3.135.308,81
Demais Haveres Financeiros	3.346,30	-13.060,19	-36.127,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.699.014,22	1.165.503,83	613.175,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.499.216,99	381.347,28	108.899,36
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	231.845,72	242.813,26	282.374,86
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.267.371,27	138.534,02	-173.475,50

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	-312.009,52	-1.440.846,77

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 06/03/2015

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 VERONICE NIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

 LUCIANO CEZAR BOICO
 Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/8 BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PREVISOÃO INICIAL					PREVISOÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
RECEITAS						No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECEITAS CORRENTES								
Recicla de Contribuições dos Segurados					0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil					0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo					0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista					0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar					0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo					0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista					0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual					0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições					0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla Patrimonial					0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla Imobiliárias					0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla de Valores Mobiliários					0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais					0,00	0,00	0,00	0,00
Recicla de Serviços					0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL					0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos					0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)					0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS								
DOTAÇÃO INICIAL					DOTAÇÃO ATUALIZADA	Em 2014		Em 2013
DESPESAS						No Bimestre	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2014	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013
							INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)								
ADMINISTRAÇÃO					0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL					0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil					0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias					0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões					0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários					0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO – RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR							
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013		
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
Valor			0,00				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS							
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013		
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recicla de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
						Continua 2/3	

Continua 2/3

Município de IMARUÍ - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			Liquidadas No Bimestre	Liquidadas Até o Bimestre/2014	Liquidadas Até o Bimestre/2013	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUÍ, 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR VERONICE NIEHUES LUCIANO CEZAR BOICO
 Prefeito Municipal Chefe de Auditoria e Controle Interno Técnica Contábil ORCOSC 037448/O Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	500,00	0,00		500,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.486.161,66	809.464,50	197.382,66	4.479.314,50
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.486.161,66	809.464,50	197.382,66	4.479.314,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.485.661,66	-1.006.847,16		-4.478.814,50

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI, 06/03/2015

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 VERONICE NIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

 LUCIANO CEZAR BOICO
 Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 06/03/2015

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 VERONICE NIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

 LUCIANO CEZAR BOICO
 Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.473.220,00	3.616.200,85	19.025.596,49
Receita Tributária	2.069.100,00	178.716,17	843.886,67
I.P.T.U.	960.000,00	12.926,10	163.663,63
I.S.S.	285.700,00	89.333,01	242.448,80
I.T.B.I.	200.000,00	9.414,48	101.649,99
I.R.R.F.	198.300,00	17.712,83	88.880,57
Outras Receitas Tributárias	445.100,00	49.329,75	247.243,68
Receita de Contribuição	450.000,00	108.780,57	438.298,32
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	450.000,00	108.780,57	438.298,32
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	37.500,00	34.342,18	174.156,94
(-) Aplicações Financeiras	37.500,00	34.342,18	174.156,94
Transferências Correntes	18.246.920,00	3.280.173,39	17.397.403,74
F.P.M.	6.020.000,00	1.435.021,20	6.365.018,68
I.C.M.S.	2.424.000,00	458.274,22	2.418.559,52
Convênios	53.700,00	4.710,86	183.838,02
Outras Transferências Correntes	9.749.220,00	1.382.167,11	8.429.987,52
Demaís Receitas Correntes	707.200,00	48.530,72	346.007,76
Dívida Ativa	517.500,00	3.379,12	39.148,55
Diversas Receitas Correntes	189.700,00	45.151,60	306.859,21
			125.575,86
RECEITAS DE CAPITAL (II)	205.733,70	224.250,00	368.640,00
Operações de Crédito (III)	500,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	165.233,70	224.250,00	368.640,00
Convênios	165.233,70	224.250,00	224.250,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	144.390,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
			0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	165.233,70	224.250,00	368.640,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.638.453,70	3.840.450,85	19.394.236,49
			18.005.955,71

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	EM 2013
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.124.737,58	3.571.715,03	17.182.970,01	845.787,83	17.119.985,95	238.424,59
Pessoal e Encargos Sociais	12.607.195,17	2.587.788,16	11.209.082,91	251.165,38	10.752.123,34	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	125.510,00	446,75	68.951,98	0,00	65.602,07	0,00
Outras Despesas Correntes	9.392.032,41	983.480,12	5.904.935,12	594.622,45	6.302.240,54	238.424,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.999.227,58	3.571.268,28	17.114.018,03	845.787,83	17.054.363,88	238.424,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.486.161,66	64.127,93	809.464,50	197.382,66	743.615,89	76.419,07
Investimentos	5.116.601,66	46.307,55	446.105,71	197.382,66	316.773,42	76.419,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	369.560,00	17.820,38	363.358,79	0,00	426.842,47	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.116.601,66	46.307,55	446.105,71	197.382,66	316.773,42	76.419,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	27.165.829,24	3.617.575,83	17.560.123,74	1.043.170,49	17.371.137,30	314.843,66
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.527.375,54	222.875,02		790.942,26		319.974,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		1.976.767,88		0,00
Superávit Financeiro	-	-		1.967.139,29		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		9.628,59		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PI O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA	PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR	VERONICE NIEHUES
Prefeito Municipal	Chefe de Auditoria e Controle Interno	Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUÍ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.473.220,00	3.616.200,85	19.025.596,49
Receita Tributária	2.069.100,00	178.716,17	17.612.682,91
I.P.T.U.	960.000,00	12.926,10	492.058,33
I.S.S.	265.700,00	89.333,01	91.689,25
I.T.B.I.	200.000,00	9.414,48	147.522,51
I.R.R.F.	198.300,00	17.712,83	82.889,81
Outras Receitas Tributárias	445.100,00	49.329,75	83.379,71
Receita de Contribuição	450.000,00	108.780,57	86.577,05
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	458.677,81
Outras Contribuições	450.000,00	108.780,57	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	458.677,81
(-) Aplicações Financeiras	37.500,00	34.342,18	0,00
Transferências Correntes	37.500,00	34.342,18	66.614,93
F.P.M.	18.246.920,00	3.280.173,39	66.614,93
I.C.M.S.	6.020.000,00	1.435.021,20	16.506.972,72
Convênios	2.424.000,00	458.274,22	5.938.606,19
Outras Transferências Correntes	53.700,00	4.710,86	2.192.348,50
Demais Receitas Correntes	9.749.220,00	1.382.167,11	207.077,61
Dívida Ativa	707.200,00	48.530,72	8.168.940,42
Diversas Receitas Correntes	517.500,00	3.379,12	154.974,05
	189.700,00	45.151,60	29.398,19
			125.575,86
RECEITAS DE CAPITAL (II)	205.733,70	224.250,00	368.640,00
Operações de Crédito (III)	500,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	165.233,70	224.250,00	393.272,80
Convênios	165.233,70	224.250,00	35.082,80
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	358.190,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
			0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	165.233,70	224.250,00	368.640,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.638.453,70	3.840.450,85	19.394.236,49
			18.005.955,71

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	EM 2013
		No Bimestre	Até o Bimestre			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.124.737,58	3.571.715,03	17.182.970,01	845.787,83	17.119.985,95	238.424,59
Pessoal e Encargos Sociais	12.607.195,17	2.587.788,16	11.209.082,91	251.165,38	10.752.123,34	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	125.510,00	446,75	68.951,98	0,00	65.602,07	0,00
Outras Despesas Correntes	9.392.032,41	983.480,12	5.904.935,12	594.622,45	6.302.240,54	238.424,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.999.227,58	3.571.268,28	17.114.018,03	845.787,83	17.054.363,88	238.424,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.486.161,66	64.127,93	809.464,50	197.382,66	743.615,89	76.419,07
Investimentos	5.116.601,66	46.307,55	446.105,71	197.382,66	316.773,42	76.419,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	369.560,00	17.820,38	363.358,79	0,00	426.842,47	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.116.601,66	46.307,55	446.105,71	197.382,66	316.773,42	76.419,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	27.165.829,24	3.617.575,83	17.560.123,74	1.043.170,49	17.371.137,30	314.843,66
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.527.375,54	222.875,02		790.942,26		319.974,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		1.976.767,88		0,00
Superávit Financeiro	-	-		1.967.139,29		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		9.628,59		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PI O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA	PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR	VERONICE NIEHUES
Prefeito Municipal	Chefe de Auditoria e Controle Interno	Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUÍ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.473.220,00	3.616.200,85	19.025.596,49
Receita Tributária	2.069.100,00	178.716,17	17.612.682,91
I.P.T.U.	960.000,00	12.926,10	492.058,33
I.S.S.	265.700,00	89.333,01	91.689,25
I.T.B.I.	200.000,00	9.414,48	147.522,51
I.R.R.F.	198.300,00	17.712,83	82.889,81
Outras Receitas Tributárias	445.100,00	49.329,75	83.379,71
Receita de Contribuição	450.000,00	108.780,57	86.577,05
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	458.677,81
Outras Contribuições	450.000,00	108.780,57	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	458.677,81
(-) Aplicações Financeiras	37.500,00	34.342,18	0,00
Transferências Correntes	37.500,00	34.342,18	66.614,93
F.P.M.	18.246.920,00	3.280.173,39	66.614,93
I.C.M.S.	6.020.000,00	1.435.021,20	16.506.972,72
Convênios	2.424.000,00	458.274,22	5.938.606,19
Outras Transferências Correntes	53.700,00	4.710,86	2.192.348,50
Demais Receitas Correntes	9.749.220,00	1.382.167,11	207.077,61
Dívida Ativa	707.200,00	48.530,72	8.168.940,42
Diversas Receitas Correntes	517.500,00	3.379,12	154.974,05
	189.700,00	45.151,60	29.398,19
			125.575,86
RECEITAS DE CAPITAL (II)	205.733,70	224.250,00	368.640,00
Operações de Crédito (III)	500,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	165.233,70	224.250,00	393.272,80
Convênios	165.233,70	224.250,00	35.082,80
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	358.190,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
			0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	165.233,70	224.250,00	368.640,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.638.453,70	3.840.450,85	19.394.236,49
			18.005.955,71

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	EM 2013
		No Bimestre	Até o Bimestre			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.124.737,58	3.571.715,03	17.182.970,01	845.787,83	17.119.985,95	238.424,59
Pessoal e Encargos Sociais	12.607.195,17	2.587.788,16	11.209.082,91	251.165,38	10.752.123,34	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	125.510,00	446,75	68.951,98	0,00	65.602,07	0,00
Outras Despesas Correntes	9.392.032,41	983.480,12	5.904.935,12	594.622,45	6.302.240,54	238.424,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.999.227,58	3.571.268,28	17.114.018,03	845.787,83	17.054.363,88	238.424,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.486.161,66	64.127,93	809.464,50	197.382,66	743.615,89	76.419,07
Investimentos	5.116.601,66	46.307,55	446.105,71	197.382,66	316.773,42	76.419,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	369.560,00	17.820,38	363.358,79	0,00	426.842,47	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.116.601,66	46.307,55	446.105,71	197.382,66	316.773,42	76.419,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	27.165.829,24	3.617.575,83	17.560.123,74	1.043.170,49	17.371.137,30	314.843,66
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.527.375,54	222.875,02	790.942,26			319.974,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.976.767,88			0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.967.139,29			0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	9.628,59			0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PI O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA	PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR	VERONICE NIEHUES
Prefeito Municipal	Chefe de Auditoria e Controle Interno	Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

RELATÓRIOS RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 6º BIMESTRE/2014

Município de IMARUI - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 0374

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 0374

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 06/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE NIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 0374

LUCIANO CEZAR BOICO
Secretário de Administração e Finanças

Imbituba

PREFEITURA

LEI Nº 4.522, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.522, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.792.955/0001-42, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas com a realização do Projeto "Cantando a Esperança", que tem como objetivo atender adolescentes em situação de vulnerabilidade social no município de Imbituba.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.523, DE 13 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.523, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro a Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.271/0001-35, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de

Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.524, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.524, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas - AMAGI, de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas de Vila Nova, inscrita no CNPJ sob o nº 08.035.549/0001-23, no valor de até R\$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar
Secretária Executiva

LEI Nº 4.525, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.525, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão da modalidade abaixo discriminada na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, Lei 4.450/2014 de 02/10/2014.

ORGÃO	17	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA
UNIDADE	17.01	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba
PROG-MA	15	Proteção à Criança e Adolescente
AÇÃO	2.126	Construindo o Futuro
MODALIDADE	3.1.90.00.00.00.00.00.0250	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485/2014 de 03/12/2014, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA			
Construindo o Futuro			
08.243.0015-2.126			
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (0007)	Aplicações Diretas	50.000,00	
Total		50.000,00	

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa de Atenção a Criança apurados em exercícios anteriores.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar
Secretária Executiva

PORTARIA PMI/SEAST Nº 001, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA PMI/SEAST Nº 001, de 12 de março de 2015.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades no Termo de Cooperação da firmado pela prefeitura Municipal de Imbituba e a Secretaria DEAP, Penitenciária/Fundo Rotativo e UPA, conforme ofício do Ministério Público n. 0023/2015/02PJ/IMB e processo administrativo PMI 1148/2015.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
II - Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e
III - Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de março de 2014.

Selma Elias Westphal
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 001, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 001, de 13 de março de 2015.
Dispõe sobre a instauração de Sindicância e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades nas prestações de contas de recursos concedidos pelo município, conforme processos 19650/2014, 21439/2014, 19437/2014, 21954/2014, 20047/2014 e 21462/2014.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

- I - Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
- II - Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e
- III - Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de março de 2014.
Ivan Vitório
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 19/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 26 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de pessoa jurídica especializada para lavagem de material contaminado e não contaminado da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 26 de março de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 38/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 26 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a aquisição de máquinas roçadeiras para a SEAPI.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 16 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal da SEAPI

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 041/2015

CONTRATO Nº 041/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.953.067/0001-78, com sede na rua Quintino Bocaiúva, nº 185, bairro Centro, na cidade de Apiúna - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Moacir Antonio Fistarol, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 383.807.069/00 e Cédula de Identidade nº 96.630/SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Florianópolis, nº 75, bairro Centro, na cidade de Apiúna - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos e moveis de escritório, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	03	Unid.	Escada de alumínio com 06 degraus.	100,00	300,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega e instalação serão efetuadas no local definido pela Secretaria de Assistência Social, todos dentro do município, em horário de expediente da Unidade Requisitante, no telefone (047)

3317-7100 (Mirian).

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$300,00 (trezentos reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

•31.001.0008.0244.0031.2513.449052340000.01350010
 •31.001.0008.0244.0031.2513.449052420000.01350010
 •31.001.0008.0244.0031.2513.449052360000.01350010
 •31.001.0008.0244.0031.2510.449052120000.03650011
 •31.001.0008.0244.0031.2510.449052340000.03650011
 •31.001.0008.0244.0031.2510.449052360000.03650011
 •31.001.0008.0243.0031.2503.449052120000.03650012
 •31.001.0008.0243.0031.2503.449052340000.03650012
 •31.001.0008.0243.0031.2503.449052360000.03650012
 •31.001.0008.0244.0031.1500.449052120000.01000000
 •31.001.0008.0244.0031.1500.449052340000.01000000
 •31.001.0008.0244.0031.1500.449052360000.01000000
 •31.001.0008.0244.0031.1503.449052120000.01000000
 •31.001.0008.0244.0031.1503.449052340000.01000000
 •31.001.0008.0244.0031.1503.449052360000.01000000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Assistência Social.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
 Agência 5442-9
 Conta 3904-7

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto

no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irremovíveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 09 de março de 2015 até 06 de junho de 2015.

8.1.1.O cronograma de entrega se inicia no dia 09/03/2015, com os seguintes itens e quantidades: 03 - Condicionador de ar, ciclo quente e frio, tipo Split no mínimo 9.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. (item 02), 01 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 12.000 btu's, incluindo instalação. Mínimo Procel A. (item 03), 02 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 18.000 btu's, incluindo instalação. Procel A, no Abrigo Institucional Ademar Keunecke. Os demais itens e quantidades ficam estabelecidos o prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento da ordem de compra, para entrega e instalação, conforme relação de locais com endereços fornecido pela Secretaria de Assistência Social.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4.O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados

pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4.Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do

contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/ produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas

contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4.A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios

pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1.Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SUPERMERCADO FISTAROL LTDA Moacir Antonio Fistarol Contratada
--	---

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
--	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 042/2015

CONTRATO Nº 042/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP, NA FORMA ABAIXO:Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos

Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 07.698.920/0001-74, com sede na rua Tubarão, nº 250, bairro Bom Jesus, na cidade de Caçador - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Gabriel da Silva Reis, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF sob nº 052.754.179-69 e Cédula de Identidade nº 4944929, residente na Rua Uirapuru, nº 120, bairro Centro, na cidade de Tijucas - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos e moveis de escritório, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	10	Unid.	Cadeira estofada 04 (quatro) pés fixa, na cor preta.	R\$58,00	R\$580,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega e instalação serão efetuadas no local definido pela Secretaria de Assistência Social, todos dentro do município, em horário de expediente da Unidade Requisitante, no telefone (047) 3317-7100 (Mirian).

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$580,00 (quinhentos e oitenta reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052340000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052420000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052360000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052120000.03650011
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052340000.03650011
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052360000.03650011
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052120000.03650012
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052340000.03650012
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052360000.03650012
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052120000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052340000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052360000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052120000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052340000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052360000.01000000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Assistência Social.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 4237-4
Conta 12129-0

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrevogáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 09 de março de 2015 até 06 de junho de 2015.

8.1.1. O cronograma de entrega se inicia no dia 09/03/2015, com os seguintes itens e quantidades: 03 - Condicionador de ar, ciclo quente e frio, tipo Split no mínimo 9.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. (item 02), 01 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 12.000 btu's, incluindo instalação. Mínimo Procel A. (item 03), 02 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 18.000 btu's, incluindo instalação. Procel A, no Abrigo Institucional Ademar Keunecke. Os demais itens e quantidades ficam estabelecidos o prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento da ordem de compra, para entrega e instalação, conforme relação de locais com endereços fornecido pela Secretaria de Assistência Social.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP
Sérgio Almir dos Santos	Gabriel da Silva Reis
Contratante	Contratada

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 043/2015

CONTRATO Nº 043/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 12.371.228/0001-77, com sede na rua Bernardo Halfeld, nº 471, bairro Nossa Senhora do Rosário, na cidade de São José- Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Elder da Silva, brasileiro, Administrador, inscrito no CPF sob nº 034.127.079/29 e Cédula de Identidade nº 4.086.800, residente na Avenida Atlântica, nº 330, Apto 303, bairro Jardim Atlântico, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos e moveis de escritório, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	08	Unid.	Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 24.000 btu's, incluindo instalação. Procel C. Tipo Split high wall, filtro de ar antibactérias, fungos e ácaros, compressor rotativo, chassi aço galvanizado, display digital, controle remoto total, termostato digital, voltagem 220 v ou bivolt, nível de ruído (silencioso ou baixo), com quatro modos de operação (refrigera, ventila, desumidifica e automático), aprovado pelo INMETRO, garantia mínima de três anos. Devidamente instalados por técnico credenciado pela marca, caso necessário para manter a garantia.	2.685,00	21.480,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega e instalação serão efetuadas no local definido pela Secretaria de Assistência Social, todos dentro do município, em horário

de expediente da Unidade Requisitante, no telefone (047) 3317-7100 (Mirian).

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$21.480,00 (vinte e um mil quatrocentos e oitenta reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

•31.001.0008.0244.0031.2513.449052340000.01350010
•31.001.0008.0244.0031.2513.449052420000.01350010
•31.001.0008.0244.0031.2513.449052360000.01350010
•31.001.0008.0244.0031.2510.449052120000.03650011
•31.001.0008.0244.0031.2510.449052340000.03650011
•31.001.0008.0244.0031.2510.449052360000.03650011
•31.001.0008.0243.0031.2503.449052120000.03650012
•31.001.0008.0243.0031.2503.449052340000.03650012
•31.001.0008.0243.0031.2503.449052360000.03650012
•31.001.0008.0244.0031.1500.449052120000.01000000
•31.001.0008.0244.0031.1500.449052340000.01000000
•31.001.0008.0244.0031.1500.449052360000.01000000
•31.001.0008.0244.0031.1503.449052120000.01000000
•31.001.0008.0244.0031.1503.449052340000.01000000
•31.001.0008.0244.0031.1503.449052360000.01000000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Assistência Social.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:
Banco Caixa Econômica Federal
Agência 1873
Conta 1964-4

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto

no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrevogáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 09 de março de 2015 até 06 de junho de 2015.

8.1.1.O cronograma de entrega se inicia no dia 09/03/2015, com os seguintes itens e quantidades: 03 - Condicionador de ar, ciclo quente e frio, tipo Split no mínimo 9.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. (item 02), 01 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 12.000 btu's, incluindo instalação. Mínimo Procel A. (item 03), 02 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 18.000 btu's, incluindo instalação. Procel A, no Abrigo Institucional Ademar Keunecke. Os demais itens e quantidades ficam estabelecidos o prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento da ordem de compra, para entrega e instalação, conforme relação de locais com endereços fornecido pela Secretaria de Assistência Social.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4.O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para

os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/

produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à

13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios

pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP Elder da Silva Contratada

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 044/2015

CONTRATO Nº 044/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.275.465/0001-22, com sede na rua Professor Max Humpl, nº 1.139, Sala Comercial, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Evandro da Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 037.381.209/47 e Cédula de Identidade nº 4.262.328, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos e moveis de escritório, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	03	Unid.	Condicionador de ar, ciclo quente e frio, tipo Split no mínimo 9.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. Tipo Split high wall, filtro de ar antibactérias, fungos e ácaros, compressor rotativo, chassi aço galvanizado, display digital, controle remoto total, termostato digital, voltagem 220 v ou bivolt, nível de ruído (silencioso ou baixo), com quatro modos de operação (refrigera, ventila, desumidifica e automático), aprovado pelo INMETRO, garantia mínima de três anos. Devidamente instalados por técnico credenciado pela marca, caso necessário para manter a garantia.	1.539,00	4.617,00
06	01	Unid.	Refrigerador vertical, com capacidade mínima de 240 litros, uma porta, cor branca. Tipo de degelo manual, eficiência energética classe a, controle manual interno de temperatura, prateleiras amovíveis, removíveis e reguláveis, porta ovos, gavetão de legumes, iluminação interna. Alimentação 220v ou bivolt. Garantia mínima de 01 após a entrega.	897,00	897,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega e instalação serão efetuadas no local definido pela Secretaria de Assistência Social, todos dentro do município, em horário de expediente da Unidade Requisitante, no telefone (047) 3317-7100 (Mirian).

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$5.514,00 (cinco mil quinhentos e quatorze reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052340000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052420000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052360000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052120000.03650011
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052340000.03650011
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052360000.03650011
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052120000.03650012
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052340000.03650012
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052360000.03650012
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052120000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052340000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052360000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052120000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052340000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052360000.01000000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Assistência Social.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:Banco do Brasil - Agência 2869-X - Conta 27002-4

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrecorribéis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 09 de março de 2015 até 06 de junho de 2015.

8.1.1. O cronograma de entrega se inicia no dia 09/03/2015, com os seguintes itens e quantidades: 03 - Condicionador de ar, ciclo quente e frio, tipo Split no mínimo 9.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. (item 02), 01 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 12.000 btu's, incluindo instalação. Mínimo Procel A. (item 03), 02 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 18.000 btu's, incluindo instalação. Procel A, no Abrigo Institucional Ademar Keunecke. Os demais itens e quantidades ficam estabelecidos o prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento da ordem de compra, para entrega e instalação, conforme relação de locais com endereços fornecido pela Secretaria de Assistência Social.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. A Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida

de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4.A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1.Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME Evandro da Silva Contratada
--	---

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
--	--

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CONTRATO Nº 045/2015

CONTRATO Nº 045/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA RODRIGUES AMARAL & AMARAL LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RODRIGUES AMARAL & AMARAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.211.527/0001-70, com sede na Avenida Francisco Alves Pereira, nº 848, bairro Jardim Paraíso, na cidade de Bandeirantes - Estado do Paraná, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Marcelo Toledo Fonseca, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 005.792.839/84 e Cédula de Identidade nº 7.046.575-2 SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida Eugênio Krause, nº 1.208, na cidade de Penha - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos e moveis de escritório, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL		
01	01	Unid.	Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 7.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. Tipo Split high wall, filtro de ar antibactérias, fungos e ácaros, compressor rotativo, chassi aço galvanizado, display digital, controle remoto total, termostato digital, voltagem 220 v ou bivolt, nível de ruído (silencioso ou baixo), com quatro modos de operação (refrigera, ventila, desumidifica e automático), aprovado pelo INMETRO, garantia mínima de três anos. Devidamente instalados por técnico credenciado pela marca, caso necessário para manter a garantia.	1.375,00	1.375,00		
03	01	Unid.	Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 12.000 btu's, incluindo instalação. Mínimo Procel A. Tipo Split high wall, filtro de ar antibactérias, fungos e ácaros, compressor rotativo, chassi aço galvanizado, display digital, controle remoto total, termostato digital, voltagem 220 v ou bivolt, nível de ruído (silencioso ou baixo), com quatro modos de operação (refrigera, ventila, desumidifica e automático), aprovado pelo INMETRO, garantia mínima de três anos. Devidamente instalados por técnico credenciado pela marca, caso necessário para manter a garantia.	1.620,00	1.620,00		
04	02	Unid.	Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 18.000 btu's, incluindo instalação. Procel B. Tipo Split high wall, filtro de ar antibactérias, fungos e ácaros, compressor rotativo, chassi aço galvanizado, display digital, controle remoto total, termostato digital, voltagem 220 v ou bivolt, nível de ruído (silencioso ou baixo), com quatro modos de operação (refrigera, ventila, desumidifica e automático), aprovado pelo INMETRO, garantia mínima de três anos. Devidamente instalados por técnico credenciado pela marca, caso necessário para manter a garantia.	2.190,00	4.380,00		

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A entrega e instalação serão efetuadas no local definido pela Secretaria de Assistência Social, todos dentro do município, em horário de expediente da Unidade Requisitante, no telefone (047) 3317-7100 (Mirian).

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$7.375,00 (sete mil trezentos e setenta e cinco reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052340000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052420000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2513.449052360000.01350010
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052120000.03650011
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052340000.03650011
- 31.001.0008.0244.0031.2510.449052360000.03650011
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052120000.03650012
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052340000.03650012
- 31.001.0008.0243.0031.2503.449052360000.03650012
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052120000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052340000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1500.449052360000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052120000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052340000.01000000
- 31.001.0008.0244.0031.1503.449052360000.01000000

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Assistência Social.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Caixa Econômica Federal
Agência 0382
Conta 2371-2

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrevogáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 09 de março de 2015 até 06 de junho de 2015.

8.1.1.O cronograma de entrega se inicia no dia 09/03/2015, com os seguintes itens e quantidades: 03 - Condicionador de ar, ciclo quente e frio, tipo Split no mínimo 9.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. (item 02), 01 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 12.000 btu's, incluindo instalação. Mínimo Procel A. (item 03), 02 - Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 18.000 btu's, incluindo instalação. Procel A, no Abrigo Institucional Ademar Keunecke. Os demais itens e quantidades ficam estabelecidos o prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento da ordem de compra, para entrega e instalação, conforme relação de locais com endereços fornecido pela Secretaria de Assistência Social.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4.O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus

empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 029/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens;

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1.Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	RODRIGUES AMARAL & AMARAL LTDA ME Marcelo Toledo Fonseca Contratada

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

DECRETO Nº 1317/15

. DECRETO Nº 1317/15

. De 12 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
32	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001.0014	DIREITOS DA CIDADANIA
32.001.0014.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
32.001.0014.0243.0032	AÇÕES QUE VISAM A GARANTIA DOS DIREITOS
32.001.0014.0243.0032.2550	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	Recursos Ordinários - E.A.
	Valor: (5.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 12 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1318/15

. DECRETO Nº 1318/15

. De 12 de março de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar - Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPE-NHO	CREDOR	VALOR EMPENHA-DO	VALOR A CANCE-LAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
9931/2014	SCHULZ CO-MERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	R\$ 10.810,46	R\$ 158,62	25343 / 25352	anulação parcial: empenhado a maior.
9935/2014	SCHULZ CO-MERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	R\$ 3.015,23	R\$ 380,46	25342	anulação parcial: empenhado a maior.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 12 de março de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 12 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1319/15

. DECRETO Nº 1319/15

. De 13 de março de 2015

NOMEIA COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/CARLOS ALBERTO PIERITZ

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 16 de março de 2015, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Serviços Administrativos, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-4), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, CARLOS

ALBERTO PIERITZ..

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1320/15

. DECRETO Nº 1320/15

. De 13 de março de 2015

EXONERA COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO/CESAR AUGUSTO MICHELI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de 13 de março de 2015, do Cargo em Comissão de Coordenador de Serviço Administrativo, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-2), CESAR AUGUSTO MICHELI, nomeado nos termos do Decreto 2392/12.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1321/15

. DECRETO Nº 1321/15

. De 13 de março de 2015

EXONERA CHEFE DIVISÃO MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS/JOSÉ LUIZ OLIVEIRA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 13 de março de 2015, do

Cargo em Comissão de Chefe de Divisão Serviços Urbanos(símbolo CC-3), previsto na Lei Complementar nº 83/2008 JOSÉ LUIZ OLIVEIRA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1322

. DECRETO Nº 1322/15

. De 13 de março de 2015

NOMEIA COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/EUGENIO FELIPE CAPRISTANO

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 16 de março de 2015, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Serviços Administrativos, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-4), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, EUGENIO FELIPE CAPRISTANO.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1323/15

. DECRETO Nº 1323/15

. De 13 de março de 2015

NOMEIA ASSISTENTE TECNICO/JOSÉ LUIZ OLIVEIRA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 16 de março de 2015 para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Técnico(símbolo CC-5), previsto na Lei Complementar nº 83/2008 e alterações, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, JOSÉ LUIZ OLIVEIRA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1324

. DECRETO Nº 1324/15

. De 13 de março de 2015

NOMEIA CHEFE DIVISÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVO/CESAR AUGUSTO MICHELI.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 16 de março de 2015, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão Serviços Administrativos (símbolo CC-3), previsto na Lei Complementar nº 83/2008 e alterações, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, CESAR AUGUSTO MICHELI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1325/15

. DECRETO Nº 1325/15

. De 13 de março de 2015

Exonera Auxiliar de Direção/
Joyce Margo Angelo

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, artigo 2º, inciso III da Lei Municipal nº 1.969, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, do cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), JOYCE MARGO ANGELO, a partir de 13 de março de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 02 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 1326/15**

. DECRETO Nº 1326/15

. De 13 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDIAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 66.508,46 (sessenta e seis mil, quinhentos e oito reais e quarenta e seis centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381502	PF/VISA/SUS E.A
	Valor: (13.972,48)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381501	PQAVS – E.A

	Valor: (20.000,00)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2462	MANUT. DAS UBS (UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE)
339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381003	ESF – PMAQ E.A
	Valor: (195,20)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH – FP FUNDO SAÚDE
319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381001	ESF UNIÃO E.A
	Valor: (50,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH – FP FUNDO SAÚDE
319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381600	VSE E.A
	Valor: (30.000,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1443	CONSTRUÇÃO UNIDADES DE SAÚDE
449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03335412	UNIÃO – CONSTRUÇÃO UNIDADES E.A
	Valor: (1.089,54)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1443	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
4490000000000000	APLICACOES DIRETAS
03335404	UNIÃO – IMPLANT.UNIDADES BÁSICAS E.A
	Valor: (1.201,24)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Município de Indaial, em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1327

. DECRETO Nº 1327/15

. De 13 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 86.205,92 (oitenta e seis mil, duzentos e cinco reais e noventa e dois centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV.ESPECIAL EM SAÚDE
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671704	MAC ESTADO E.A
	Valor: (17.851,32)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
30.001.0010.0304.0030	FUNDO DE SAÚDE

30.001.0010.0304.0030.2449	MANUT. PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381500	VIGILÂNCIA SANITÁRIA E.A
	Valor: (20.000,00)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2466	MANUT. ATIVIDADES CAPS
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS E.A.
	Valor: (30.000,00)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2446	MANUT. SAMU
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03382002	SAMU MUNICÍPIO E.A
	Valor: (250,99)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2446	MANUT. SAMU
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03382001	SAMU UNIÃO E.A
	Valor: (951,77)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT. SAMU
33900000000000	APLICACOES DIRETAS

03381702	MAC REDE CEGONHA E.A
	Valor: (17.151,84)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 13 de março de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 13 de março de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1328

. DECRETO Nº 1328/15

. De 13 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.508,41 (vinte e um mil, quinhentos e oito reais e quarenta e um centavo) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT. FARMÁCIA BÁSICA
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03671303	FARMACIA BÁSICA ESTADO/DIABETES E.A
	Valor: (163,80)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT. FARMÁCIA BÁSICA
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03671302	FARMÁCIA BÁSICA ESTADO E.A
	Valor: (20.992,50)
Código	Descrição

30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT. FARMÁCIA BÁSICA
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381301	FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO E.A
	Valor: (14,63)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03671102	SAÚDE BUCAL ESTADO E.A
	Valor: (302,79)

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03382001	SAUDE BUCAL UNIÃO E.A
	Valor: (34,69)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1329

. DECRETO Nº 1329/15

. De 13 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.310,63 (nove mil, trezentos e dez reais e sessenta e três centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1445	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM UBS
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
03335413	UNIÃO REFORMA UNIDADES ESF E.A
	Valor: (9.310,63)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1330

. DECRETO Nº 1330/15

. De 13 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.978,94 (trinta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381802	HIV/AIDS E.A
	Valor: (2.590,54)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
30.001.0010.0304.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0304.0030.2449	MANUT. PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381502	UNIÃO PF/VISA SUS E.A
	Valor: (20.000,00)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
30.001.0010.0304.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0304.0030.2449	MANUT. PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
33900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381501	PQAVS E.A
	Valor: (17.388,40)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 13 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 13 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

CAMARA DE VEREADORES DE INDAL

ATA PROCESSO LICITATÓRIO 04/2015 - PREGÃO 02/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

DATA: 13/03/2015

HORÁRIO: 14h45MIN.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - TIPO: MENOR PREÇO PELO TOTAL GLOBAL

OBJETO: Fornecimento de licença de uso de software de gestão, em número ilimitado de usuários, provimento de data-center, prestação de serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico do referido software, conforme padrões de desempenho e qualidade objetivamente descritos no anexo do Edital de Pregão Nº 2/2015 Processo Licitatório nº 04/2015.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epigrafada, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação - Portaria 39/2014). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação do representante e recolhimento do envelope de proposta comercial e de habilitação da empresa IPM INFOMÁTICA LTDA, credenciado o senhor Tiago Arlindo da Rosa. Ato contínuo, foi recebida a Declaração do Licitante de que atende plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e o envelope contendo proposta e os documentos de habilitação estabelecidos no edital, respectivamente.

Verificou-se que a empresa estava de acordo com as exigências do edital, e, portanto, aberto o Envelope de nº 1 (Proposta de Preços) da

empresa participante e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se os valores:

CONSOLIDAÇÃO DOS VALORES:

ITEM	BENS/SERVIÇOS	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	Licença de Uso, Diagnóstico, Migração, Configuração e Habilitação e Treinamento e Acompanhamento Operacional.	9.350,00
02	Suporte Técnico (48 meses) e Provimento de Data-Center..	110.640,00
VALOR TOTAL GERAL PREVISTO DA CONTRATAÇÃO:		119.990,00

SERVIÇOS ADICIONAIS:

ITEM	SERVIÇOS	VALOR DA HORA TÉCNICA/ AULA (EM R\$)
01	Serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros e atendimento local pós-implantação dos módulos.	100,00
02	Serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros e atendimento remoto pós-implantação dos módulos.	100,00
03	Treinamento de pessoal para operação do software (turmas com até 20 pessoas).	100,00
04	Serviços de customização de software.	130,00

Iniciada a etapa de lances, o Pregoeiro consultou o representante da empresa IPM INFORMÁTICA LTDA sobre a possibilidade de melhorar a proposta, obtendo como valores finais:

CONSOLIDAÇÃO DOS VALORES:

ITEM	BENS/SERVIÇOS	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	Licença de Uso, Diagnóstico, Migração, Configuração e Habilitação e Treinamento e Acompanhamento Operacional.	7.630,00
02	Suporte Técnico (48 meses) e Provimento de Data-Center..	110.640,00
VALOR TOTAL GERAL PREVISTO DA CONTRATAÇÃO:		118.270,00

SERVIÇOS ADICIONAIS:

ITEM	SERVIÇOS	VALOR DA HORA TÉCNICA/ AULA (EM R\$)
01	Serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros e atendimento local pós-implantação dos módulos.	100,00
02	Serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros e atendimento remoto pós-implantação dos módulos.	100,00
03	Treinamento de pessoal para operação do software (turmas com até 20 pessoas).	100,00
04	Serviços de customização de software.	130,00

Encerrada a etapa de lance, classificada a empresa IPM, o pregoeiro determinou cumprimento do disposto no item 8.10 - Apresentação Prática do Software, sendo prontamente atendido e apresentado pelo representante da empresa, senhor Tiago. A Comissão de Licitações avaliou a apresentação, concluindo que o software atende o percentual mínimo previsto no edital. Ato contínuo, procedeu-se com a abertura dos envelopes de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representante presente. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADA a proposta. Desta forma, a Comissão declarou VENCEDORA a licitante IPM INFORMÁTICA LTDA. Questionado o representante presente, o mesmo declinou do direito de interposição de recurso. Não havendo qualquer objeção, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente, para produza efeitos legais.

Câmara Municipal de Indaial, em 13 de março de 2015.
Jefferson José Carlini
Pregoeiro

Carin Maria Bachmann BrandtMaria Helena Theiss
Membro da Equipe de ApoioMembro da Equipe de Apoio

Representante Empresa:

IPM INFORMÁTICA LTDA
Tiago Arlindo da Rosa

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.13.6980 DE 13 DE MARÇO DE 2015/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 13/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015, do PROCESSO Nº 13/2015, homologado aos 13 de março de 2015, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para realização de serviço de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos, a serem realizados em estradas municipais e perímetro urbano., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.13.6980
de 13 de março de 2015

FORNECEDOR: KNAPP & CIA LTDA- PERFURAÇÃO, DETONACAO DE ROCHAS ROMPEDORES E TERRAPLANAGENS, situada na RUA ALMIRANTE BARROSO, Nº 711-SALA 01-EDIF. ERSIDE, CEP: 89.887-000, Município de PALMITOS-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.376.375/0001-12 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.928.884, representado pelo Senhor CELSO KNAPP, CPF: 245.581.250-20.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Serviço Perfuração e detonação de rochas por metro linear	M	1.500,00		50,00	75.000,00
Valor Total Registrado					75.000,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 11, PP 3-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2015 Data do Processo: 24/02/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família e crianças/adolescentes, do programa socioeducativo, para o ano de 2015, conforme especificações anexo ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 3/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Março de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 11/2015, Licitação nº 3/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliar, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: ROSMERI GUERINI MI. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª ROSMERI GUERINI representante credenciada da empresa ROSMERI GUERINI MI. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, a empresa acima transcrita, se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para a fase seguinte do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 9761 - ROSMERI GUERINI MI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família e crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2015, conforme especificações anexo ao edital.	H	1.250,00		0,0000	25,00	31.250,00

Total do Participante -----> 31.250,00

Total Geral -----> 31.250,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2015 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 11/2015 Data do Processo: 24/02/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Março de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 13, PP 4-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2015 Data do Processo: 26/02/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para realização de serviço de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos, a serem realizados em estradas municipais e perímetro urbano.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 4/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Março de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 13/2015, Licitação nº 4/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze às quatorze horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliri, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: KNAPP & CIA LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº NELSON PAULO BREUNIG representante credenciada da empresa KNAPP & CIA LTDA. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, a empresa acima transcrita, não se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para a fase seguinte do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 6980 - KNAPP & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Serviço Perfuração e detonação de rochas por metro linear -No valor proposto já estão inclusos despesas referentes a óleo diesel, transporte, alimentação e estadia dos funcionários que realizarão a obra.	M	1.500,00		0,0000	50,00	75.000,00

Total do Participante -----> 75.000,00

Total Geral -----> 75.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 13/2015 Data do Processo: 26/02/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Março de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 11, PP 3-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2015 Data do Processo: 24/02/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2015
b) Licitação Nr.: 3/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 13/03/2015
e) Objeto da Licitação contratação de Monitara para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família e crianças/adolescentes, do programa socioeducativo, para o ano de 2015, conforme especificações anexo ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ROSMERI GUERINI MI (9761)

1 contratação de Monitara para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2015, conforme especificações anexo ao edital.	H	1.250,00	0,0000	25,00	31.250,00
---	---	----------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 31.250,00

Total Geral: 31.250,00

Ipumirim, 13 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 13, PP 4-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2015 Data do Processo: 26/02/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2015
b) Licitação Nr.: 4/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 13/03/2015
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para realização de serviço de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos, a serem realizados em estradas municipais e perímetro urbano.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

KNAPP & CIA LTDA (6980)

2 Serviço Perfuração e detonação de rochas por metro linear -No valor proposto já estão inclusos despesas referentes a óleo diesel, transporte, alimentação e estadia dos funcionários que realizarão a obra.	M	1.500,00	0,0000	50,00	75.000,00
--	---	----------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 75.000,00

Total Geral: 75.000,00

Ipumirim, 13 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 010/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 010/2013

"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC E A ADOSAREC - ASSOCIAÇÃO DOS DOADORES DE SANGUE DA REGIÃO DE CANOINHAS, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC."

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405- SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ADOSAREC - Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas, com sede à Rua Coronel Albuquerque, 752 - Centro - Canoinhas - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 79.376.919/0001-34, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada pelo seu Presidente SILMAR LUIZ GOLANOVSKI, portador do CPF nº 529.731.749-53 e RG nº 1.790.111, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.707/2013, de 17 de junho de 2013, em seu artigo 5º, bem como na Cláusula Nona do instrumento de Convênio original, têm, justo e aditado, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 010/2013, pelo período de 12 (doze) meses, até 31 de dezembro de 2015, conforme autoriza a Cláusula Nona do instrumento de Convênio original, bem como o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.707/2013, de 17 de junho de 2013, iniciando em 1º de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 03 de Fevereiro de 2015.

Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal	Silmar Luiz Golanovski Presidente ADOSAREC
---	---

Testemunhas:

Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Rosani R. da Silva Mischka CPF: 664.622.159-68
--	---

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 013/2013

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E A ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 238R 827.405-SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, com sede na Rua Paraná, nº 150, inscrita no CNPJ nº 10.825.325/0001-67, neste ato representado por seu Presidente, Senhor GERALDO KONKEL, inscrito no CPF nº 193.557.859-68, RG nº 124.734, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos, amparados pela Lei Municipal nº 1743/2013, de 18/10/2013, especialmente em seu artigo 1º, bem como na Cláusula Quarta do instrumento de Convênio original, têm, justo e aditado, o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 13/2013, pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, conforme autoriza a Cláusula Quarta do instrumento de Convênio original, bem como o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.743/2013, de 18 de outubro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 10 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	GERALDO KONKEL Presidente da Associação dos Pacientes Oncológicos de Irineópolis/SC
Testemunhas	
Ivete Cardoso Fronczak CPF 383.533.939-72	Patricia Fabiane Fronczak CPF 037.425.669-11

DECRETO 3782/ 2015

Decreto nº 3.782/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (115)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
T O T A L R\$ 10.000,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 - PODER EXECUTIVO		
09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (112)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
T O T A L R\$ 10.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,
em 13 de março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2015
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 de abril de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando contratação de empresa para execução de serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do município, de acordo com projeto básico. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 10 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EDITAL 001 - PROCESSO SELETIVO 002/2015 - ESTAGIÁRIOS

EDITAL 001 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, SC, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo Simplificado de Classificação por Prova Escrita, para Cadastro de Reserva, em Vagas de Estágio, para alunos que estejam frequentando Cursos de Ensino Médio ou Superior ou ainda Curso de Educação Especial (Técnico), com amparo na Lei Federal nº 11.788/2008, na Lei Complementar Municipal nº 060, de 15 de setembro de 2009, e, de acordo com as instruções deste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições estarão abertas no período de 16 a 27 de março de 2015, no horário das 07h30min às 11h30min, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Principal, nº 16, Vila Gerasul, Itá, SC, mediante preenchimento da ficha de inscrição - Anexo II deste Edital.

1.2. Para inscrever-se o candidato deverá atender ao que segue:

1.2.1. Comparecer ao local, período e horários indicados no item 1.1, munido de Cédula de Identidade (que não será retida) e da ficha de inscrição devidamente preenchida, bem como as cópias dos documentos constantes no item 2 (que serão retidos), para então receber o comprovante de inscrição.

1.2.2. A inscrição poderá ser realizada pessoalmente ou por procuração particular.

1.3. Não serão permitidas as inscrições:

1.3.1. Por correspondência postada ou via internet;

1.3.2. De estagiários que já atuam ou atuaram no Poder Executivo Municipal, por período superior a 02 (dois) anos;

1.3.3. De candidatos que não estejam regularmente matriculados em instituição de ensino;

1.3.4. De candidatos que não tenham obtido bom aproveitamento no ensino médio ou superior ou ainda em curso de educação especial (art. 2º, § único da Lei Complementar n. 060/2009);

1.3.5. De candidatos que não apresentarem todos os documentos exigidos para a inscrição;

1.3.6. De candidatos menores de 16 (dezesseis) anos.

1.4. Na assinatura da ficha de inscrição, o candidato declarará que está regularmente matriculado e frequentando instituições de ensino e que é do seu conhecimento as exigências deste Edital.

1.5. Ao inscrever-se, o candidato deverá informar qual a área pretendida e qual o curso que frequenta, observando que o mesmo deve ter compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio, e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

1.6. O preenchimento da ficha de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, devendo completar todos os campos, de forma legível, sem informações falsas, erros ou rasuras. O candidato será orientado por servidores do Município, que estarão no local para esta finalidade.

2. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1. Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos

(originais e cópias ou cópias autenticadas):

2.1.1. Carteira de Identidade;

2.1.2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;

2.1.3. Registro Civil (Certidão de Nascimento ou de Casamento);

2.1.4. Comprovante de matrícula e/ou frequência, referente ao ano letivo de 2015;

2.1.5. Histórico escolar e/ou boletim do ano letivo de 2014;

2.1.6. 02 (duas) fotos 3x4, recentes;

2.1.7. Ficha de inscrição devidamente preenchida (Anexo II).

3. DOS CARGOS E DAS VAGAS

3.1. O candidato concorrerá as funções, carga horária semanal, vencimento e qualificação profissional e área de atuação, definidos no Anexo V.

3.2. O horário de frequência das aulas não poderá coincidir com o do expediente que será cumprido pelo estagiário.

3.3. Na eventualidade do candidato ou estagiário deixar de frequentar as aulas, tiver ou vier a possuir outro estágio remunerado, bolsa de trabalho, vínculo empregatício e/ou não preencher as condições exigidas nos itens anteriores, será desclassificado do processo. Se já contratado, o Termo de Compromisso de Estágio será rescindido.

3.4. A classificação dos candidatos será para Cadastro de Reserva, não caracterizando direito à contratação, a qual, no prazo de validade do processo, será efetuada conforme necessidade da Administração.

3.5. O preenchimento das vagas será de acordo com o disposto no item 8.1 deste Edital e conforme a necessidade da administração municipal.

3.6. Sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, é assegurado ao estagiário, período de recesso de 30 (trinta) dias, remunerado, a ser gozado, preferencialmente, durante as férias escolares.

3.7. As vagas terão carga horária semanal de 30 (trinta) horas semanais, sendo que, excepcionalmente, a critério da Administração, a carga horária poderá ser de 20 (vinte) horas semanais, conforme estipulado na Lei Complementar Municipal n. 060/2009.

4. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. Considerando que as vagas são para formação de cadastro reserva, não há número de vagas pré-estabelecidas, não sendo possível a aplicação do percentual de 10% reservados aos portadores de necessidades especiais, previsto no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 002/2000, não havendo assim reserva para estes.

5. DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. A lista provisória dos inscritos será publicada no dia 30 de março de 2015 no mural público do Município e no site www.ita.sc.gov.br.

5.2. O candidato cuja inscrição foi indeferida poderá interpor recurso no período de 31 de março de 2015 à 01 de abril de 2015.

5.3. Os recursos interpostos, deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal e serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nomeadas pelo Decreto nº 057/2013.

5.4. As inscrições serão homologadas no dia 06 de abril de 2015, e afixadas no Mural Público Municipal e no site www.ita.sc.gov.br.

6. DAS PROVAS

6.1. O processo de seleção dos estagiários, para atender ao objeto deste Edital, consiste em realização de prova escrita, com questões objetivas, sendo 04 (quatro) alternativas, de múltipla escolha.

6.2. A prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, será a mesma para todos os cursos, incluindo conhecimentos gerais, raciocínio lógico e língua portuguesa constará de 20 (vinte) questões, com peso de 0,5 (zero vírgula cinco) pontos percentuais cada uma.

6.3. A prova escrita será realizada no dia 12 de abril de 2015, com início às 13h30min horas e término às 16h30min horas (horários de Brasília), junto às dependências da Escola Municipal de Educação Básica Valentin Bernardi, localizada na Rua Salto Santiago, nº 396, Bairro Vila Gerasul, Itá-SC, na forma do Anexo III, deste Edital.

6.4. Os portões da escola estarão abertos a partir das 12h00min horas.

6.5. Após as 13h30min horas nenhum candidato poderá adentrar no local da prova.

6.6. Os candidatos deverão comparecer no local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta de ponta grossa.

6.7. A nota mínima exigida para aprovação do candidato será 5,00 (cinco), ou seja, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais na nota final da prova objetiva.

6.8. O candidato que não estiver presente no interior da sala de aplicação das provas no horário de início das mesmas ou que deixar de apresentar documento de identidade oficial com foto, será excluído do certame.

6.9. O conteúdo programático da prova escrita está referido no Anexo IV, deste Edital.

6.10. O gabarito provisório será divulgado no dia 13 de abril de 2015 no mural público do Município, bem como no site www.ita.sc.gov.br.

6.11. Havendo empate na pontuação serão adotados os seguintes critérios para a classificação, obedecida à ordem abaixo:

- 6.11.1. Candidato com maior nota na prova escrita de Língua Portuguesa;
- 6.11.2. Maior nota na prova escrita de Raciocínio Lógico;
- 6.11.3. Maior nota na prova escrita de Conhecimentos Gerais;
- 6.11.4. Persistindo o empate, será efetuado sorteio.

7. DA CLASSIFICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO

7.1. O candidato que desejar recorrer do resultado do gabarito e/ou de qualquer questão da prova escrita terá os dias 16 a 17 de abril de 2015 para protocolizar recurso, devidamente fundamentado, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, endereçado à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, identificada no subitem 10.2, deste edital.

7.1.1. Fica vedado ao candidato identificar-se nas provas e nos recursos, devendo constar apenas o número da inscrição.

7.2. O gabarito oficial e a listagem classificatória serão afixados no mural público do Município e no site www.ita.sc.gov.br, no dia 21

de abril de 2015.

7.3. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá os dias 22 a 23 de abril de 2015 para protocolizar recurso, devidamente fundamentado, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, endereçado à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, identificada no subitem 10.2, deste edital.

7.4. A publicação da classificação final do Processo Seletivo (após julgamento de recursos) será realizada em 27 de abril de 2015, no mural público do Município e no site www.ita.sc.gov.br.

7.5. A publicação da Homologação do resultado final será realizada em 28 de abril de 2015, no mural público do Município e no site www.ita.sc.gov.br,

8. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

8.1. O quadro de vagas será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da administração municipal.

8.2. O candidato que não assumir no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da convocação, será desclassificado, sendo chamado o próximo classificado.

8.3. Para preenchimento de vagas que surgirem no período de vigência deste Edital, a Municipalidade poderá convocar os classificados, obedecida à ordem de classificação.

9. DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

9.1. Os candidatos selecionados serão convocados de acordo com as necessidades da Administração para comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, portando a seguinte documentação:

- 9.1.1. Certidão fornecida pela instituição de ensino de que o candidato está regularmente matriculado no curso informado na ficha de inscrição;
- 9.1.2. Cópia da Carteira de Identidade;
- 9.1.3. Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- 9.1.4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
- 9.1.5. Comprovante de que está em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino e maiores de 18 (dezoito) anos;
- 9.1.6. Atestado médico que comprove gozar de boa saúde física e mental;
- 9.1.7. 01 (uma) fotografia 3 x 4, recente;
- 9.1.8. Comprovante de abertura de conta corrente em instituição conveniada com o Município de Itá, SC;
- 9.1.9. Cópia do Título de Eleitor, para candidatos maiores de 18 (dezoito) anos e cópia do comprovante da última votação.

9.2. O candidato selecionado com idade inferior a 18 (dezoito) anos, deverá comparecer acompanhado do representante legal, o qual deverá apresentar CPF e Carteira de Identidade.

9.3. O candidato selecionado que não comparecer ou não apresentar os documentos relacionados no item 9.1, até 05 (cinco) dias após ser convocado, perderá o direito à vaga, sendo chamado o próximo classificado.

9.4. O período do estágio, objeto deste Edital, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.

9.5. O estágio será regido pelas disposições constantes na Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei Complementar Municipal nº

060/2009.

9.6. A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre o Município e o estudante, com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino.

9.7. O estágio deverá ter acompanhamento efetivo de professor orientador da Escola e de supervisor da Municipalidade, comprovado por vistos nos relatórios especificados na legislação própria, os quais serão encaminhados à Instituição de Ensino, semestralmente, e arquivada cópia no Setor de Recursos Humanos.

9.8. Será rescindido o Termo de Compromisso de Estágio, no caso de descumprimento de qualquer exigência constante neste Edital.

9.9. Da mesma forma, terá o Termo de Compromisso de Estágio rescindido, o estagiário que não demonstrar aptidão e dedicação para o desempenho do trabalho, mediante declaração do supervisor do estágio.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. O presente certame e a realização das provas serão coordenados pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada através do Decreto nº 057/2013.

10.2. Caso algum membro da citada comissão seja parente de candidato inscrito, na linha colateral ou transversal, até o quarto grau, o mesmo será substituído por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

10.3. As elaboração das provas escritas, aplicação bem como a correção das mesmas será realizada pela AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense.

4. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo.

10.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo constante do item 10.1 deste Edital.

10.6. A validade deste Processo Seletivo será de 02 (dois) ano, contados da homologação do resultado, com possibilidade de prorrogação por igual período à vista da necessidade da Administração.

10.7. Deixando o candidato de frequentar regularmente a aula implicará na rescisão do Termo de Compromisso de Estágio.

10.8. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

10.8.1. Anexo I - Do Cronograma.

10.8.2. Anexo II - Ficha de Inscrição.

10.8.3. Anexo III - Normas para realização da prova escrita.

10.8.4. Anexo IV - Conteúdo Programático.

10.8.5. Anexo V - Funções, Carga Horária e Salários.

Itá, SC, 13 de Março de 2015.

LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal

ANEXO I

DO CRONOGRAMA

Ato	Data Prevista
Publicação do Edital	12 ou 13/03/2015
Período de Inscrição	16 a 27/03/2015
Impugnação do Edital	13 a 17/02/2015
Publicação dos inscritos	30/03/2015
Recursos quanto às Inscrições	31/03 a 01/04/2015
Homologação final das Inscrições	06/04/2015
Realização da Prova Teórica	12/04/2015
Publicação do Gabarito provisório	13/04/2015
Recurso quanto às provas	16/04/2015
Publicação do gabarito definitivo	21/04/2015
Divulgação dos Classificados	21/04/2015
Recurso quanto à Classificação	22 a 23/04/2015
Publicação da Classificação Final	27/04/2015
Homologação do Processo Seletivo	28/04/2015

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ESTAGIÁRIO

FICHA DE INSCRIÇÃO n.º _

Nome do Candidato (a):

Endereço: Bairro_

Cidade: UF:
CEP:

Telefone: () Celular: ()

Email

RG:
CPF:

Sexo: () Feminino () Masculino Data Nascimento: / /

Área Pretendida:

Curso que Frequenta:

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do Processo Seletivo Simplificado 002/2015 do Município de Itá, SC, bem como a legislação pertinente sobre a Contratação.

Itá/SC, de de 2015.

Assinatura do Candidato (a)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO n.º Nome do Candidato (a): RG: CPF:
Sexo: () Feminino () Masculino Data Nascimento: / / Área Pretendida:
Curso que Frequenta:

Assinatura do Responsável pela inscrição

ANEXO III

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1.1. Comparecer no local da prova, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade original, comprovante de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

1.2. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

1.3. Não serão considerados como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitores, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

1.4. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas, nem protocolos de entrega de documentos.

1.5. Não será admitido o ingresso de candidatos na sala de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

1.6. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer material de consulta, inclusive consulta a livros doutrinários e a manuais.

1.7. Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de quaisquer equipamentos que permitam a armazenamento ou comunicação de dados e informações.

1.8. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas.

1.9. Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento na Prova Escrita implicará na imediata eliminação do candidato.

1.10. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento do candidato da sala onde está sendo aplicada a Prova Escrita.

1.11. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação das provas.

1.12. A Prova será Escrita, terá duração mínima de 01 (uma) hora e máxima de 03 (três) horas e será composta por questões de múltipla escolha, sendo cada questão composta de 4 alternativas (a, b, c, d), possuindo somente uma alternativa correta, na forma abaixo:

1.12.1 para os cargos de Estagiário:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO DE CADA QUESTÃO
1. Conhecimentos Gerais/Atualidades	8	0,5
2. Raciocínio Lógico	6	
3. Língua Portuguesa	6	

1.13. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem na prova escrita, nota superior a 5,00 (cinco).

1.14. O(s) envelope(s) contendo as provas serão abertos no horário definido para início das provas, pela Coordenação e/ou Fiscais, os quais convidarão 03 (três) candidatos para conferirem os lacres dos envelopes, e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura do(s) mesmo(s), removendo-os à vista de todos os presentes.

1.15. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Será atribuída pontuação 0,00 (zero) à questão de Prova Escrita que contiver mais de uma, ou nenhuma, resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.

1.16. O preenchimento do cartão resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas. Não haverá substituição do Cartão Resposta por erro do candidato.

1.17. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

1.18. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.

1.19. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Cartão-Resposta devidamente preenchido.

1.20. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido Termo, e assinarão o lacre dos envelopes em que forem guardados os gabaritos e as provas.

ANEXO IV

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

Atualidades: tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, problemas ambientais, segurança, globalização e ecologia e suas vinculações históricas, do Município, do Estado, do Brasil e no mundo. Aspectos históricos e geográficos do Município de Itá: hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia, e símbolos municipais. Ética e trabalho. Constituição Federal, Constituição do Estado de Santa Catarina, Lei Orgânica do Município de Itá, Lei 8666/93 e Lei 10.520/02.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Introdução ao raciocínio lógico; Proposições simples e compostas; A tabela-verdade (Operações lógicas sobre as proposições e sua tabela-verdade - negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional); Análise combinatória,

permutação simples e composta, números fatoriais, arranjo simples e compostos; Implicações lógicas; Equivalência entre proposições; Argumento, Proposições e frases, validade de um argumento, argumentos dedutivos e indutivos, argumentos dedutivos válidos, argumentos dedutivos não válidos, analogia, silogismo; Sistemas de numeração (números naturais, inteiros, racionais e reais); Conjuntos - (noção de pertinência, operações de união e intersecção); Operações numéricas com números naturais (IN) - (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); Números inteiros (Z) - (as seis operações); Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum; Números racionais (Q) - (as seis operações); Equações do primeiro grau - (com uma e duas incógnitas); Equações do segundo Grau; Regra de três - (simples e composta); Porcentagem; Juros; Medidas - (de comprimento de massa e capacidade, perímetro, área e volume). Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Matrizes. Raízes.

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos e gráficos; Fonética - Letra, fonema e sílaba. Encontros vocálicos e consonantais. Divisão silábica; Ortografia Oficial (Novas regras); Acentuação gráfica e crase; Morfologia - Processos de formação dos vocábulos: derivação e composição, parassíntese e hibridismo. Prefixos e sufixos. Distribuição das palavras em classes: flexões verbais e nominais; Sintaxe - Análise sintática; Orações coordenadas e subordinadas e sua aplicabilidade em textos: substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal, nominal e predicação dos verbos (transitivos, intransitivos e verbos de ligação). Colocação dos pronomes oblíquos átonos: próclise, mesóclise e ênclise; Semântica - Significação das palavras no contexto. Homonímia, sinonímia, antonímia, paronímia e polissemia; Emprego dos porquês e dos pronomes demonstrativos este, esse, aquele e aquilo. Denotação e conotação - Figuras de linguagem (metáfora, metonímia, antítese, prosopopéia ...); Pontuação - Usos e aplicabilidade: vírgula, ponto-e-vírgula, dois pontos, asterisco, ponto de exclamação, ponto de interrogação, reticências, parênteses, travessão, aspas e ponto final; Usos discursivos - Noções de ordem e clareza, coesão e coerência, ambigüidade. Funções da linguagem (segundo Jakobson) - gêneros textuais e funcionalidade. Noções de Redação Oficial - Características, funções e noções de tipologias usadas; Literatura Brasileira; Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

ANEXO V

Nº VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, VENCIMENTO QUALIFICAÇÃO PROFIS- SIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO - ESTAGIÁRIO

Nº de Vagas	Carga Horária	Vencimento	Qualificação Profissional	Área de Atuação
Cadastro Reserva	30 h	Médio: R\$ 518,24 Superior: R\$ 622,14	Cursando Ensino Médio ou Ensino Superior nas áreas de Administração, Contabilidade ou áreas afins.	Secretaria de Administração e Fazenda.
Cadastro Reserva	30 h	Médio: R\$ 518,24 Superior: R\$ 622,14	Cursando Ensino Médio ou Ensino Superior na área de Pedagogia ou Licenciatura.	Secretaria Municipal de Educação/ Escolas da rede municipal de Ensino.
Cadastro Reserva	30 h	Médio: R\$ 518,24 Superior: R\$ 622,14	Cursando Ensino Médio ou Ensino Superior na área de Pedagogia ou Licenciatura.	Pré Escola Sítio do Pica Pau Amarelo
Cadastro Reserva	30h	Médio: R\$ 518,24 Superior: R\$ 622,14	Cursando Ensino Médio ou superior nas áreas da Saúde/ Assistência Social ou áreas afins.	CRAS, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Cadastro Reserva	30h	Médio: R\$ 518,24 Superior: R\$ 622,14	Cursando Ensino Médio ou superior nas áreas de Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Engenharia Ambiental, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e ou áreas afins.	Secretaria de Urbanismo, Agricultura, DMER,

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL - PR Nº 15/2015

Processo Licitatório nº 19/2015 - Pregão Presencial nº 15/2015 - Objeto: registro de preços para aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetor, para veículos e máquinas pertencentes à frota municipal. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 27 de março de 2015, até às 09hs-30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 27 de março de 2015, às 09hs45min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 12 de março de 2015.
José Heraldo Schritke

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Extrato de Licitação Nº 06/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, treinamento e manutenção de sistema de gestão de frota com 25 (vinte e cinco) veículos terrestres, em uso pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de rastreamento por equipamento GPS. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresa vencedora: Iter Telecomunicações Ltda - ME, Valor: R\$ 19.800,00; Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Itaiópolis, 13/03/2015.
Eliseu Alexandre Gabardo
Secretário Municipal da Saúde.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Extrato de Licitação Nº 07/2015. Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação e materiais de copa e cozinha que deverão ser fornecidos para lanche aos usuários do CAPS- Centro de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, sendo os mesmos do Grupo Intensivo e Semi-Intensivo, que participam das oficinas terapêuticas e de culinária Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresa vencedora: Otavio Varvenczack - ME, Valor: R\$ 10.328,10; Supermercado Hilário Fuchs Ltda, Valor R\$ 14.063,98; Gisele Ribas Trierweiler, valor R\$ 548,40. Vigência: 12 de março de 2016.

Itaiópolis, 13/03/2015.
Eliseu Alexandre Gabardo
Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 38, DE 12 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 38, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Altera veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V e VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992, c/c a Lei 2.299, de 21 de março de 2006;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o automóvel da prestação de serviço de táxi no ponto nº 02, do Porto da Barca, cidade e município de Itapiranga - SC de propriedade Dilceu Romaldo Silveira, para o veículo GM/PRISMA MAXX, placas MDH2524, ano fabricação 2007, modelo 2008, RENAVAL 921747675, CHASSI 9BGRM69808G110868, cor cinza.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 12 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

DISPENSA Nº 8/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 8/2015 FMS

Dispensa de Licitação nº 8/2015 FMS

Partes: Município de Itapiranga e Labinbraz Comercial Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva dos equipamentos CM 200 e Counter 19, marca Wiener Lab, a disposição do laboratório de análises clínicas, do Fundo Municipal de Saúde.

Fundamento: Inciso XVII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93

Valor: R\$ 4.488,36.

Itapiranga - SC., 13 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO

LICITATORIO DO PREGAO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2015

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitação nº 58/2015, que tem como objeto: Aquisição de forma parcelada, de materiais diversos, destinados para manutenção das atividades das oficinas do centro de referência em Assistência Social - CRAS, da Secretaria de Assistência Social deste município. Fica retificado, a redação do item 1.1. A data da sessão pública prevista para o dia 17/03/2015 às 14:00 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 26/03/2015 às 14:00 horas.

Itapiranga, 13 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO**

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo terceiro dia de março de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2388/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 13/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TELAS ALAMBRADO REVESTIDO COM PVC PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DO CAMPO MUNICIPAL, ONDE ESTA LOCALIZADA A SEDE DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TELAS SCHMITT LTDA - ME	CLAUDIO SCHMITT

Analisados os documentos foi visto que o representante da empresa TELAS SCHMITT LTDA - ME não possuía o item 5.1. (Documento de Identificação - RG, CNH ou Carteira de Categoria Profissional), portanto perdendo o direito de representatividade. A empresa não apresentou a comprovação de microempresa e EPP, conforme cláusula 5.1.4. da Certidão de Junta Comercial. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens/Lotes	Valor Total
TELAS SCHMITT LTDA - ME	1 e 2	R\$ 12.487,16

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Como não houve representante presente, motivo pelo qual fica aberto o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 13 de março de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro		JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA Membro
TELAS SCHMITT LTDA - ME CLAUDIO SCHMITT		

CMS - RESOLUÇÃO 09/2015

RESOLUÇÃO CMS Nº 009/2015, de 06 de Março de 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua Centésima quinquagésima sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 06 de Março de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

1) Aprovar a Relação Municipal de Medicamentos de 2015 - REMUME

Itapoá, 06 de Março de 2015

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua Cristian Angelo Grassi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Secretario Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 008, de 06 de Março de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

CMS RESOLUÇÃO 08/2015

RESOLUÇÃO CMS Nº 008/2015, de 25 de Fevereiro de 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua Trigésima Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de Fevereiro de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

1) Aprovar a Programação Anual da Saúde do ano de 2013

Itapoá, 25 de fevereiro de 2015

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua Cristian Angelo Grassi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Secretario Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 008, de 25 de Fevereiro de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2399/2015 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DECRETO MUNICIPAL nº 2399/2015

Data: 12 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/09/2015, de 11 de março de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superavit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 124.617,70 (cento e vinte e quatro mil seiscentos e dezessete reais e setenta centavos), conforme segue:

Suplementações

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

06.02 Departamento de Urbanismo

044510004.2022 Manutenção de Urbanismo

33390 Aplicações Diretas (393) DR 30.000
..... R\$ 55.564,81

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

02708120016.2030 Manutenção do Departamento de Esporte

33390 Aplicações Diretas (394) DR 30.000
..... R\$ 34.052,89

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.03 Fundo Municipal de Saneamento Básico

01705120010.2082 Manutenção do FMSB

33390 Aplicações Diretas (395) DR 30.026
..... R\$ 35.000,00

Total das Suplementações R\$ 124.617,70

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 12 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EDITAL DISPENSA Nº04/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº04/2015

PROCESSO N.º 29/2015

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que o local atende o interesse público por se tratar de local adequado conforme a Lei nº 8.242 de 12/10/1991, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando que o imóvel atende aos interesses da Secretaria quanto a sua estrutura e espaço físico.

Considerando que a Secretaria de Educação precisa atender a demanda de matrículas para as creches, torna-se necessário alugar uma casa que esteja de acordo com nossas necessidades no que diz respeito ao tamanho e localidade desta.

Considerando que a propriedade está centrada onde a demanda do público infantil é muito grande, fator este, responsável pelo desafio no atendimento total das matrículas efetivadas para o ano letivo de 2015.

Considerando a necessidade desta locação por ser uma clientela de idade de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos para os quais existe a obrigatoriedade de atendimento dentro das políticas de direitos da criança, vinculados ao dever do Município a oferta destas vagas.

Considerando o Parecer jurídico nº 40/2015 da Diretoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores:

a)RONALDO JOSE DOS SANTOS, Creci nº 17561/SC, no valor de 3.000,00 (três mil reais);

b)TEREZA APARECIDA MALEVSKI MULLHER EIRELE-ME, Creci nº4217/J no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

c)ROSÂNGELA GONÇALVES FERREIRA, Creci nº 12.943/SC, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Autoriza a LOCAÇÃO DO OBJETO abaixo descrito:

1.FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei n 8.666/93.

2.OBJETO: Locação de um Imóvel em alvenaria, com aproximadamente 307,90m2 para funcionamento da extensão da Creche Lua de Cristal, na localidade do Balneário: Itapema do Saí.

3.DESCRICÃO DO IMÓVEL: Locação de um imóvel (em caráter de Dispensa de Licitação), sito no Lote nº 03 e 04 da quadra nº 36 do Balneário Itapema do Saí, Av. Mal. Floriano Peixoto, nº 470, sob Matrícula nº 11.619, no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, edificado com uma construção em alvenaria com 307,90 m² toda murada, contendo 04 quartos, 01 Sala de Estar, 01 Cozinha, 02 Banheiros, Varanda, e uma Edícula contendo, 01 Cozinha, 01 Sala, 01 Quarto e 01 Banheiro.

4.VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais) que será pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

5.DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:

Descrição	Código	Órgão	Unid.	Função	Sub- função	Programa	Proj. ativ	FR	Sub elemento
Fundo Municipal de Educação	340	13	002	12	365	21	2098	10100	33903615

6.PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 16/03/2015, finalizando-se em 16/03/2016, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

7.CONTRATADO: EDER RICARDO FIOR, Brasileiro, Advogado, casado, portador da CI.RG nº24.296.610-X SSP/SP, inscrito no CPF: 139.386.048-67, OAB//BA nº23.633, residente a domiciliado a Rua Paraná, nº 235, Bairro: Centro, na cidade Luiz Eduardo Magalhaes/BA, CEP: 47850-000.

Itapoá, 11 de março de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

EDITAL DISPENSA Nº05/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015
PROCESSO Nº32/2015

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando a qualidade da educação fundamental se baseia principalmente nos professores e no pessoal da educação em geral. Por isso, investir na formação de professores é essencial para que haja transformações na escola. O processo formativo permanente dos professores inclui tanto a formação inicial como sua continuidade ao longo da vida do profissional, como um meio de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na escola.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9394/96), no artigo 62, ao exigir que os professores da educação básica tenham formação, tem como objetivo melhorar a qualidade da educação oferecida aos cidadãos brasileiros. A ideia de formação é reforçada pelo artigo 87 da mesma Lei, segundo o qual cabe aos Municípios, aos Estados e à União realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício.

Considerando que a formação é a condição e o meio mais próximo e direto para o bom exercício profissional em sala de aula. Portanto, ela deve ser a melhor possível e a mais adequada ao perfil profissional do magistério público municipal de Itapoá.

Considerando que o SENAC uma pessoa jurídica componente da administração pública, com notória especialidade no objeto e inquestionável reputação ética profissional e idoneidade, conforme Atestado de Capacidade Técnica e Idoneidade da Secretaria de Educação de Ituporanga/SC, Vidal Ramos/SC, e certificados do Movimento Catarinense para Excelência-MCE, e que até a presente data não há nenhum fato que a desabone, prestando serviços com elevado grau de competência e excelência;

Considerando que não possui fins lucrativos, oferecendo preço compatível com os serviços a serem prestados e com a realidade de mercado conforme cópia dos contratos com os Municípios de Antônio Carlos/SC e A Associação Beneficente Evangélica de Joinville/SC.

Considerando o Parecer jurídico nº44/2015 desta municipalidade, e a justificativa da Secretária de Educação em que relata várias as alegações plausíveis quanto a qualificação para esta contratação.

Autoriza a prestação dos serviços abaixo descrito:

Fundamento Legal: Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Contratação de Serviço nacional de aprendizagem comercial (SENAC) para ministrar cursos no Programa de Formação da Equipe Gestora da SME, contemplando carga horária total de 112 horas, para atendimento de 17 (dezessete) Profissionais dos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Valor e condição de pagamento: O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da contratada, devidamente aprovado pelo contratante, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentais, totalizam o valor de R\$ 50.900,00 (Cinquenta mil e novecentos reais), que será pago em até 05 (cinco) dias úteis ao término da capacitação.

Prazo: O presente contrato terá sua vigência a iniciar a partir da assinatura do contrato e o termino estará previsto para 189 (cento e oitenta) dias corridos, a execução dos serviços iniciará dia 19/03/2015 com término no dia 23/07/2015. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço. A dilatação dos prazos de conclusão somente será tolerado por problemas de caso fortuito ou de força maior, que se assim ocorrerem, deverão ser comunicados a Secretaria de Educação, por escrito.

Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, pessoa física de direito privado, inscrito no CNPJ/MF: 03.603.739/0001-86, com sede na Rua Visconde de Taunay, nº 730, Bairro Atiradores Joinville/SC; representada pelo profissional RONALDO RIBEIRO, CPF 750.916.159/20, RG nº 2.000.298, administrador, residente na Rua Ilhota, nº 159, Bairro Floresta, Joinville/SC.

Fundamento da Despesa: As despesas decorrentes do presente contrato correrão pelas dotações orçamentárias, contas:

Descrição	Código	Órgão	Unid.	Função	Sub- função	Programa	Proj. ativ	FR	Sub elemento
Fundo Educação	338	13	01	12	361	21	2095	10100	333903999
Fundo Educação	340	13	02	12	365	21	2098	10100	333903999

Itapoá, 13 de março de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº18/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, pessoa física de direito privado, inscrito no CNPJ/MF: 03.603.739/0001-86, com sede na Rua Visconde de Taunay, nº 730, Bairro Atiradores Joinville/SC; representada pelo profissional RONALDO RIBEIRO, CPF 750.916.159/20, RG nº 2.000.298, administrador, residente na Rua Ilhota, nº 159, Bairro Floresta, Joinville/SC.

Licitação: DISPENSA nº 05/2015, Processo n.º32/2015.

Objeto: Contratação de Serviço nacional de aprendizagem comercial (SENAC) para ministrar cursos no Programa de Formação da Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação (SME), contemplando carga horária total de 112 horas, para atendimento de 17 (dezesete) Profissionais dos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

VALOR R\$: 50.900,00 (Cinquenta mil e novecentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá seu prazo de vigência a iniciar no dia da assinatura do contrato com termino previsto para 189 (cento e oitenta) dias corridos, a execução dos serviços iniciará dia 19/03/2015 com término no dia 23/07/2015. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço e seu termino condicionado a 09/09/2015.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 13 de março de 2015.
Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO EDITAL PREGÃO Nº16/2015 PROCESSO Nº14/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015
PROCESSO Nº30/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 26 de março de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa para Aquisição de 01 (uma) roçadeira trincha articulada, conforme especificações constantes no edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 13 de março de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

RH - PORTARIA Nº 0792/2015

PORTARIA Nº 0792/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 22 de fevereiro de 2015 à 23 de março de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) MARIA TEREZINHA PEREIRA DE OLIVEIRA WUNSCH, matrícula 607665, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 22.02.15.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0793/2015

PORTARIA Nº 0793/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) MARIA ISOLETE LINHARES, matrícula 603643, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0794/2015

PORTARIA Nº 0794/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 21 de março de 2015, ao (a) servidor (a) WALTER NIEDERHEIT-MANN, matrícula 3930, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Bem Estar Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0795/2015

PORTARIA Nº 0795/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 21 de março de 2015, ao (a) servidor (a) JOSENIO VIEIRA BERNARDI, matrícula 567949, investido (a) no cargo de ODONTÓLOGO 40HS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0796/2015

PORTARIA Nº 0796/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 21 de março de 2015, ao (a) servidor (a) WILBERTO JOSÉ SPECK, matrícula 574503, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Agricultura e Pesca, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0797/2015

PORTARIA Nº 0797/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015, ao (a) servidor (a) VALCI TEREZINHA DE SOUZA, matrícula 578444, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0798/2015

PORTARIA Nº 0798/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015, ao (a) servidor (a) TANIA MARA FERREIRA, matrícula 582360, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0799/2015

PORTARIA Nº 0799/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 21 de março de 2015, ao (a) servidor (a) MARGARIDA APARECIDA DA SILVA ESTEVÃO, matrícula 604089, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0800/2015

PORTARIA Nº 0800/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015

a 21 de março de 2015, ao (a) servidor (a) MARISTELA FRANZ PERRONY FONTANA, matrícula 604399, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SECRETARIA DE SAÚDE: CONVOCAÇÃO 001/2015 DO EDITAL Nº 003/2015 ACS SAÍ MIRIM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Nº 003/2015

LOCALIDADE SAÍ MIRIM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata JESSICA SPECK DOS SANTOS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

-Cédula de Identidade (RG) ;

-Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;

-Título de Eleitor;

-Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;

-Certidão de nascimento ou casamento;

-Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;

-Uma foto recente ;

-Comprovante de residência;

-Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

-Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);

-Certidão de Nascimento dos Filhos ;

-Certidão de Regularização do CPF (internet) ;

-Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);

-Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;

-Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);

-Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);

-Tipagem sanguínea;

-Laudo médico;

-Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi

Secretário da Saúde

Itapoá, 13 de Março de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 16/2015 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 89/2014 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2014. (3º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 16/2015 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 89/2014 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2014. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF: 248.711.419-34, pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, e, de outro lado, a empresa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede à SBS, Quadra 4, Bloco 1, Lote s/nº, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.092-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, representada neste ato pelo Procurador Gerente Regional, Sr. CELSO JOSÉ STROBEL, portador do CNPF/MF nº 310.681.629-53, e do CI.RG nº 846.038 SESPDC/SC, aqui denominada CONTRATADA, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a Contratação de Instituição Financeira para processar e gerenciar os créditos provenientes da folha de pagamento dos Agentes Públicos e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e em conformidade com o processo de licitação tipo PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014 - PROCESSO Nº 132/2014, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA SUPRESSÃO

O presente termo visa retificar a cláusula primeira do Termo de Supressão nº 89/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

O presente termo suprime do Contrato Administrativo nº 114/2014 os seguintes itens:

- CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Até 40 (quarenta) dias corridos para instalar no mínimo 01 (uma) máquina de autoatendimento no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itapoá.

- CLÁUSULA QUARTA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.5. A CONTRATADA deverá instalar no mínimo 01 (uma) máquina de autoatendimento no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itapoá em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.

- CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES**5.2. Obrigações da CONTRATADA:**

5.2.3. Instalar no mínimo 01 (uma) máquina de autoatendimento no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itapoá em até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas Contrato Administrativo nº 114/2014, e seus aditivos, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº

114/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 12 de março de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CELSO JOSÉ STROBEL
CONTRATANTE MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 372, DE 11 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 372, de 11 de março de 2015.

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA /SC

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o Decreto datado de 15 de dezembro de 2014, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, que convoca a 15ª Conferência Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar o debate acerca da Saúde Pública praticada em nosso Município, com os diversos setores da sociedade falando sobre o tema "Saúde Pública de Qualidade para cuidar bem das pessoas" e o eixo "Direito do Povo Brasileiro"

DECRETA

Art. 1º. CONVOCAR a 6ª Conferência Municipal de Saúde de Ituporanga, SC, como etapa preliminar da Conferência Estadual de Saúde e da 15ª Conferência Nacional de Saúde, a realizar-se no dia 03 de Julho de 2015.

Art. 2º. Nomear os Conselheiros Titulares Dulce Maria Franciozi, Pâmela Medeiros, Salésio Hausmann, o suplente de Conselheiro Luís Carlos Suzzena, os membros dos Conselhos Locais de Saúde dos Bairros Centro, Vila Nova e Nossa Senhora de Fátima: Lucia Sanzinha Thiesen, Márcia de Jesus e Valdemir da Rosa, respectivamente, Enfermeiras Daiana Pezenti e Jucilene Laís Rossa Bonfim e a Coordenadora da Estratégia Saúde da Família, Enfermeira Maiara Klettenberg, para comporem a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Saúde de Ituporanga.

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora será assessorada pelas Equipes da Estratégia Saúde da Família.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 11 de março de 2015

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA
Prefeita Municipal, em exercício

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 373, DE 13 DE MARÇO DE 2015

DECRETO nº 373 de 13 de março de 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ERICA JASPER EISELER, E EMPRESA ÁGUAS NEGRAS PASTA E PAPELÃO LTDA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Curitiba e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de

junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, os imóveis abaixo relacionados, descritos e caracterizados conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, tendo como objetivo interesse social.

I - EE-01 - Área com 186,40m² destinada à instalação de Estação Elevatória, de propriedade de Empresa Águas Negras Pasta e papelão Ltda, situada na Rua Presidente Juscelino, s/nº neste Município de Ituporanga, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada, tem início no ponto P-01 (coordenadas UTM - N:6968031.765m e E:637531.411m); deste segue por uma linha seca com distância de 12.50m até o ponto P-02 (coordenadas UTM - N:6968019.970m e E:637527.260m), formando o lado Oeste que extrema com as margens do RIO ITAJAI DO SUL E TERRAS DA EMPRESA ÁGUAS NEGRAS; deste segue por linha seca com distância de 15.00m até o ponto P-03 (coordenadas UTM - N:6968015.375m e E:637541.540m), formando o lado Sul que extrema com as terras da FIRMA FERRAMENTAS SANTA CATARINA LTDA.; deste segue por uma linha seca com distância de 12.00m até o ponto P-04 (coordenadas UTM - N:6968026.536m e E:637545.950m), formando o lado Leste que extrema com a RUA PRESIDENTE JUSCELINO; deste segue por linha seca com distância de 15.45m até o ponto P-01 (coordenadas UTM - N:6968031.765m e E:637531.411m), formando o lado Norte que extrema com as terras da EMPRESA ÁGUAS NEGRAS; fechando a poligonal da área com 186,40 m².

II - ETE - Área com 27.919,10m² destinada à instalação de Estação Tratamento de Esgoto, de propriedade de Erica Jasper Eiseler, localizada na Rodovia SC 350, s/nº neste Município de Ituporanga, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada, tem início no ponto P-01 (coordenadas UTM □ N:6969228.673m e E:638131.743m); deste segue por uma linha seca com distância de 200.00m até o ponto P-02 (coordenadas UTM - N:6969232.738m e E:638331.701m), formando ao Norte que extrema com o terreno de ARNO ENDER; deste segue por linha seca com distância de 136.16m até o ponto P-03 (coordenadas UTM - N:6969098.849m e E:638356.451m), formando ao Leste que extrema com o terreno ERICA JASPER EISELER; deste segue por linha seca com distância de 200.00m até o ponto P-04 (coordenadas UTM - N:6969084.790m e E:638156.946m), formando o lado Sul e que extrema com o terreno de ERICA JASPER EISELER; deste segue por linha seca com distância de 130.70m até o ponto P-05 (coordenadas UTM - N:6969213.638m e E:638135.053m), formando o lado Oeste e que extrema com a RODOVIA SC-350; deste segue por linha seca com distância de 15.40m até o ponto P-01 (coordenadas UTM - N:6969228.673m e E:638131.743m), formando o lado Oeste e que extrema com a RODOVIA SC-350; fechando a poligonal da área com 27.919,10 m².

Art. 2º - As áreas referidas nos parágrafos anteriores destinam-se a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Ituporanga - SC.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 13 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

EDITAL Nº 020/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL Nº 020/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Edital nº. 002/2014 e 003/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014 CONVOCA os candidatos relacionados nos Anexos I e II, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga,/ SC, do dia 12/03/2015 a 11/04/2015 e do horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 dos Editais nº. 002/2014 e 003/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado aos candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº. 020, de 17 de dezembro de 2008 e Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 12 de março de 2015.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

ANEXO I
EDITAL Nº. 02/2014

CARGO: Professor Educação Infantil (40h)
Além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014, apresentar Diploma de conclusão do curso em Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
35	CASSIA REGINA LUCKMANN ZOZ

ANEXO I

EDITAL Nº. 03/2014

CARGO: Psicólogo
Apresentar Diploma de Graduação em nível superior de Psicologia e Registro no CRP - SC - 12ª Região, além dos demais documentos

exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014.

CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01	LUIZ FERNANDO BARCELOS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.728 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº 4.728 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015. (REPUBLICADO)

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 257.545,18 (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e dezoito centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 1.013 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS P/ AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - R\$ 126.322,11

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - R\$ 20.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.101 MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - R\$ 111.223,07

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 09 de fevereiro de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4740 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4740 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 83.733,39 (oitenta e três mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Joaçaba:

Órgão: 21 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Proj./Atividade: 1.024 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - R\$ 83.733,39

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - DEMONSTRAÇÃO DA REELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, e pelo Secretário de Educação, Sr. José Luiz Junqueira de Carvalho, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública de demonstração da reelaboração do Plano Municipal de Ensino do Município de Joaçaba, conforme Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que acontecerá no dia 15 de abril de 2015, das 15h as 18h horas, nas dependências da antiga Câmara de Vereadores de Joaçaba, à Avenida XV de Novembro, nº 378.

Joaçaba, 13 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

José Luiz Junqueira de Carvalho
Secretário de Educação

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015

“Estabelece normas para a chamada pública de professores e auxiliar de serviços internos destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 121 de 26 de junho de 2006, lança este Edital para contratação de Professores na Rede Pública de ensino e auxiliares de serviços internos, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2015, podendo ser prorrogado pelo período de até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados nos processos seletivos originados pelos Editais 02/2013 e 01/2014, culminados com a desistência de inúmeros candidatos aprovados;

Considerando a impossibilidade de paralisação das aulas por ausência de professores, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2015 na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$*	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Portuguesa	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.

Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Inglês	R\$1.917,78	40h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Matemática	R\$1.917,78	20h	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$838,61	40h	01	Ensino Fundamental Completo ou cursando.

* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.

III - DATA E VAGAS

3.2.A data determinada para a Chamada Pública para os cargos acima referidos será dia 19 e 20 de março de 2015, das 15h00min às 18h00min, na Secretaria Municipal da Educação, sito à Av. XV de Novembro, 378 - Centro/Joaçaba - 2º andar.

3.3. As vagas existentes são nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Anos Iniciais e Auxiliar de Serviços Gerais de 1º ao 5º ano.

IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

4.2. A convocação para contratação será feita pelos meios oficiais da Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC.

V - PROCEDIMENTOS

5.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.2. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
- Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- Comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de graduação em licenciatura com data atualizada;
- Documento expedido pelo setor Pessoal que mencione o tempo de serviço no município de Joaçaba/SC.

VI - CLASSIFICAÇÃO

6.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- Professores com Pós-Graduação na área que pretende atuar;
- Professores com Graduação na área que pretende atuar;
- Professores cursando licenciatura, a partir da 5ª fase, na área que pretende atuar;
- Maior tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
- Maior idade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste

Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba, em 13 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados Pessoais		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Data de Nasc.:	Estado Civil:
CPF:		
E-mail:		
Telefone Residencial: ()		Telefone Celular: ()
Formação Acadêmica		
Graduação		
Especialização		
Mestrado/ Doutorado		
Tempo de Serviço na rede municipal de ensino		

Assinatura

EXTRATO PL 03/2015/FMS - PP 02/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, água mineral, materiais de copa e cozinha e de acondicionamento/embalagens, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, NASF, ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 30/03/2015, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 30/03/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de março de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO PL 17/2015/PMJ - PP 08/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015/PMJ

Objeto: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para fornecer licença(s) de uso de sistemas de Gestão Fiscal e Controle Interno e/ou de IAD - Indicadores de Avaliação de Desempenho e Cadastro Sócio Econômico, para a Administração Municipal de Joaçaba, SC, incluindo os serviços de instalação, ajustes de funcionalidades, consultoria, treinamento, suporte operacional, atualizações legais e tecnológicas, necessários ao perfeito funcionamento da solução contratada, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 07/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 07/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 22/2015/PMJ - PP 13/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 31/03/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 31/03/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Celso Felipe Bordin

Secretário

EXTRATO PL 25/2015/PMJ - PP 16/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 02/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 02/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO

SECRETÁRIO

PARECER TÉCNICO 01/2015 - COMISSÃO DE SELEÇÃO DESPORTIVA -

COMISSÃO DE SELEÇÃO DESPORTIVA

PARECER TÉCNICO 01/2015

De acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014; na Lei Municipal nº 4.555/2014 e no Edital de Chamamento Público destinado à seleção de organizações da sociedade civil atuantes na área esportiva, para fomento esportivo, envolvendo ou não a transferência de recursos financeiros e humanos;

De acordo com os Planos de Trabalho protocolizados pelas entidades proponentes, os membros da Comissão de Seleção Desportiva, Rony Edson Lenz, Franciani Alice Rizzi e Eliana Zardo, designados pela Portaria Municipal nº 4.053/2015, em análise individual dos processos, obedecendo aos critérios pré-definidos, apontam a seguir os projetos aptos conforme o cumprimento dos requisitos;

Projetos enquadrados no item 1.4, alínea "a" do Edital:

Entidade	Pontuação Geral	Recursos Financeiros	Recursos Humanos	Valor Total
AJOV – Associação Joaçabense de Voleibol	550	50.000,00	25.810,02	75.810,02
ADRECHA – Associação Desportiva Regional e Cultural de Handebol	510	42.000,00	37.297,80	79.297,80
TOTAL DE VALORES		92.000,00	63.107,82	155.107,82

Projetos enquadrados no item 1.4, alínea "b" do Edital:

Entidade	Pontuação Geral	Recursos Financeiros	Valor Total
ARAD – Associação Regional dos Atletas com Deficiência do Meio Oeste Catarinense	490	30.000,00	30.000,00
APTM – Associação Pró Tênis de Mesa	590	50.000,00	50.000,00
AJEC – Associação Joaçaba Esporte e Cultura	570	50.000,00	50.000,00
AAFB – Associação Atlético Frei Bruno	430	30.000,00	30.000,00
ARECJ – Associação Recreativa Esportiva e Cultural de Judô	670	50.000,00	50.000,00
AJT – Associação Joaçabense de Tênis	430	15.300,00	15.300,00
TOTAL DE VALORES		225.300,00	225.300,00

A Comissão de Seleção Desportiva alerta as entidades selecionadas que deverão incluir ao rol de documentos solicitados no item 3.7, os documentos necessários para a efetiva comprovação do item 2.2 alínea "c" do Edital, quanto à capacidade técnica para o desenvolvimento de suas atividades.

Conforme previsto no item 3.7 do Edital ficam as entidades selecionadas, convocadas a apresentar os documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, até o dia 18 de março de 2015, devendo protocolizar junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

É o parecer,

Joaçaba (SC), 12 de fevereiro de 2015

Franciani Alice Rizzi

Eliana Zardo

Rony Edson Lenz

RESOLUÇÃO Nº 03/2015-CMAS-JBA**RESOLUÇÃO Nº 03/2015-CMAS-JBA**

Defere sobre o pedido de inscrição da entidade socioassistencial Clube de Mães de Joaçaba por período indeterminado, em conformidade com a Resolução 14/2014

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além das Resoluções: 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e 14/2014 - que define parâmetros para inscrição de entidades socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar como entidade Associação Clube de Mães de Joaçaba, definida como entidade de Proteção Social Básica que desenvolve atividades de Atendimento;

Parágrafo único - A aprovação da inscrição da entidade de que trata o caput deste artigo, conta no parecer nº05/2015 aprovado em reunião do CMAS em 11/03/2015.

Art.2º Esta Resolução entrará a em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba-SC, 11 de março de 2015.

Dorvalina Lange

Presidente do CMAS

NOTA 01/2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR Processo Administrativo: 5/2015 Processo de Licitação: 5/2015 Data do Processo: 20/02/2015
<u>Objeto:</u> Registro de Preços de locação de brinquedos infláveis e mecânicos para área externa, com disponibilização de monitores, destinados aos eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.	
<p style="text-align: center;"><u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2015</u></p> <p><u>Motivo:</u> Aos treze dias do mês de março de 2015, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 5/2015/FMAS - Edital de Pregão Presencial nº 4/2015/FMAS. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.</p> <p style="text-align: center;">Joaçaba, 13 de Março de 2015</p> <p style="text-align: center;">----- Rafael Laske - Prefeito</p>	

SIMAE - JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 009/2014 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0009/2014

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE no município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0055/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 15/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de combustíveis para a frota e equipamentos do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo IV do Edital Pregão Presencial nº 0055/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Gasolina Comum, Quantidade - 25.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - POSTO DA VILA LTDA, no valor de R\$ 2,98 o litro;

Item 02 - Óleo Diesel, Quantidade - 30.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA, no valor de R\$ 2,56 o litro;

Item 03 - Biodiesel Evolux Fórmula S-10, Quantidade - 20.000, Unidade de medida - Litros.

1º. Colocado - POSTO DA VILA LTDA, no valor de R\$ 2,68 o litro;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de combustíveis obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

14.1.1 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro entre as partes e a alteração dos valores dos combustíveis dar-se-á proporcionalmente à relação do preço pago pelo Contratado à distribuidora, da seguinte forma:

1º Passo: Calcula-se a proporção entre o valor unitário de compra informado pela empresa ofertante na proposta e comprovado mediante apresentação de cópia(s) de Nota(s) Fiscal(is), na forma do item 5.1.3.2. do Edital e o valor unitário cotado para venda ao SIMAE;

Exemplo: A empresa tem um custo unitário de compra do combustível de R\$ 2,00 e propõe-se a fornecer para o SIMAE ao preço de R\$ 2,20. Neste caso, o preço de custo/compra corresponde a 90,90% do preço cotado. Logo, a proporção é de 90,90%.

2º Passo: Quando houver alteração nos preços pagos pela Contratada à distribuidora, deve-se apurar o índice da alteração.

Exemplo: A empresa adquiria o combustível junto à distribuidora ao custo de R\$ 2,00 e posteriormente a distribuidora venha a cobrar R\$ 2,10. Neste caso, o índice de alteração do valor seria de 5% (cinco por cento).

3º Passo: A alteração dos valores contratados com o SIMAE, dar-se-á mediante a aplicação do índice de proporção (obtido no 1º passo) sobre o índice de alteração do preço de compra do Contratado (2º passo).

Exemplo: Utilizando-se dos exemplos colocados nos passos anteriores, a alteração do valor do combustível seria 5% sobre 90,90%, o que corresponderia a 4,55%, a ser aplicado sobre o preço de venda ao SIMAE.

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa POSTO DA VILA LTDA, fica definido: o preço pago por litro do combustível "Gasolina" na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa é de R\$ 2,545 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,69. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 94,61% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \{[(PRD - PAD) \times 0,9461 + 1] \times PVS\}$$

PAD

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA, fica definido: o preço pago por litro do combustível Óleo Diesel na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa é de R\$ 2,2342 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,395. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 93,29% do preço de venda para o SIMAE. Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \{[(PRD - PAD) \times 0,9329 + 1] \times PVS\}$$

PAD

De acordo com o solicitado no edital de licitação e informado pela empresa POSTO DA VILA LTDA, fica definido: o preço pago por litro do combustível Óleo Diesel S-10 na Distribuidora, conforme Nota Fiscal anexa é de R\$ 2,42 e o preço de venda para o SIMAE é de R\$ 2,49. Portanto, o preço da distribuidora corresponde a 97,19% do preço de venda para o SIMAE.

Havendo alteração de preço na distribuidora, o reajuste será apurado aplicando-se a fórmula a seguir:

$$PFC = \{[(PRD - PAD) \times 0,9719 + 1] \times PVS\}$$

PAD

Onde: PFC = Preço final a cobrar

PRD = Preço reajustado, na distribuidora.

PAD = Preço anterior, na distribuidora.

PVS = Preço de venda ao SIMAE.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela

estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0055/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades do SIMAE, em havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

4.2 O Combustível será retirado nas Bombas do Posto de combustível pelos veículos ou equipamentos de propriedade do SIMAE.

4.3 A Contratada se obrigará a realizar o abastecimento com os combustíveis em quantidades solicitadas através de Ordem de Abastecimento que será emitida com numeração de controle, em duas vias, onde constará a placa do veículo, quilometragem do veículo, nome do motorista e quantidade a ser abastecida;

4.4 Os veículos da frota do SIMAE se encaminharão até o posto contratado com a devida Ordem de Abastecimento em mãos, devendo o frentista efetuar a abastecida de acordo com a quantidade estabelecida na mesma;

4.4.1 No ato da entrega do combustível deverá ser emitida nota fiscal ou cupom fiscal, correspondente à quantidade abastecida, contendo a Placa do veículo, quilometragem que ocorreu o abastecimento, quantidade abastecida, dados do SIMAE completos, bem como dados da empresa fornecedora.

4.4.2 A primeira via da nota fiscal/cupom fiscal deverá ser entregue ao motorista juntamente com uma via da Ordem de Abastecimento;

4.5 Fica aqui estabelecido que o combustível será recebido:

a) provisoriamente, para verificação do tipo de combustível e quantidade, para posterior verificação da qualidade e conformidade do combustível com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do combustível com a especificação e a consequente aceitação.

4.6. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6.1 Caso seja comprovado que os combustíveis entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

4.7 Se a substituição dos combustíveis recusados, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Lei.

4.8 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme §1º art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento do combustível fornecido será quinzenal, sendo os preços apresentados fixos e irrevogáveis, ressalvada eventual alteração para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, mediante a apresentação da Nota Fiscal, através de depósito na conta corrente da fornecedora.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude

de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

Código Dotação 14.01.1.051.4.4.90.30.01

14.01.1.052.4.4.90.30.01

14.01.2.061.3.3.90.30.01

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos combustíveis fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os combustíveis em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

7.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos combustíveis, exigidos no Edital, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para os combustíveis, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.2.1 A não substituição dos combustíveis no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de

Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, em caso de não atendimento ao Edital e Contrato em vigor,

b.2) 5% no caso da Contratada não realizar a entrega do combustível ou pedir a rescisão do Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba-SC), em 15 de dezembro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Mônica Saraiva Romani João Carlos Ungericht

Oswaldo Dagostini Junior Ivo Carlos Hack Junior

Posto da Vila Ltda. Posto de Combustíveis Michellos Ltda

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015 FMAS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2015, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a empresa SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA - SAMT, inscrito no CNPJ sob n.º 78.490.653/0001-93, para locação de Imóvel onde será instalado o CRAS V, pelo valor mensal de R\$ 1.566,94 (hum mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de Março de 2015.

José Amarildo Farias

Secretária Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 05 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015 - FMAS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 03/2015, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Sra. VALÉRIA SCHMITZ, inscrito no CPF sob n.º 425.569.299-87, para locação de Imóvel onde será instalado o Almoxarifado, pelo valor mensal de R\$ 1.291,52 (hum mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de Março de 2015.

José Amarildo Farias

Secretária Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 05 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015 - FMAS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 04 /2015, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com o Sr. GERALDO AUGUSTO LOCKS, inscrito no CPF sob n.º 221.090.569-91, para locação de Imóvel para uso do PRONATEC, pelo valor mensal de R\$ 940,17 (novecentos e quarenta reais e dezessete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de Março de 2015.

José Amarildo Farias
Secretária Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 05 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 33/2015 - PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 33/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 33/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com ANTONIO ROGÉRIO RIBEIRO, inscrito no CPF sob n.º 225.602.700-72 sito à Rua Benjamim Constant, nº 28 - Bairro Centro - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua Vidal Ramos Junior, - Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Fiscalização Tributária pelo valor de R\$ 5.722,81 (cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 05 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Município em Exercício Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2015 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 42/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com ADRIANA NUNES ZANELLA, inscrito no CPF sob n.º 946.755.899-87 sito à Rua Frei Rogério, 225 - Bairro Centro - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua Zeca Neves, Nº 29 - Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pelo Balcão cidadão, pelo valor de R\$ 3.128,91 (três mil, cento e vinte e oito reais e noventa e um centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de Março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 06 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Município em Exercício Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 43/2015

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 43/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 43/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com L.A. ZAGO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 72.185.549/0001-09 sito à Avenida Duque de Caxias, 579 - Bairro Frei Rogério - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Avenida Belizário Ramos, 3800, 5º andar, Bloco A. Salas 51ª á 56A - Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Execução Fiscal. Pelo valor de R\$ 6.951,92 (seis mil, novecentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário

Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 06 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 44/2015 - FMAS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 44/2015 FMAS

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 44/2015, através da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, com a empresa CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrito no CNPJ sob n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua: Doutor Aujor Luz Coelho Nº 791 - Bairro: Santa Catarina; CEP: 88.512-400; Lages/SC, para Serviços de Reparos Emergenciais na Secretaria de Assistência Social pelo valor de R\$ 6.541,74(seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de fevereiro de 2015.

José Amarildo Farias

Secretaria de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias, Secretário Municipal da Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 10 de fevereiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÕES 34/2015 - PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 34/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Sra. Ione Terezinha Ferreira Sell, inscrito no CPF sob n.º 862.430347920, para locação de um imóvel onde será instalado o Programa Psicossocial, pelo valor mensal de R\$ 1.931,93 (hum mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e três centavos)

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de Março de 2015.

Marimília Casa Costa Coelho

Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimília Casa Costa Coelho,

Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 05 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 86/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 86/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: EVALDINO PEREIRA DE FREITAS O TEIXEIRA EPP inscrita no CNPJ n.º 80.065.188/0001-95, com sede Antônio de Oliveira Waltrick, 110 - Santa Catarina - Lages/SC - CEP: 88.512-370

Contrato, em decorrência do Processo 40/2015, Correlato ao Pregão Presencial 20/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras pra uso em Construção e Reforma de Pontes e Passarelas, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 48 (quarenta e oito) horas, conforme solicitação, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 363.371,00 (trezentos e sessenta e três mil trezentos e setenta e um reais)

Lages, 12 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 87/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 87/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede Rua Valdomiro koech, 50 - Gethal - Lages/SC - CEP: 88.520-450

Contrato, em decorrência do Processo 40/2015, Correlato ao Pregão Presencial 20/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras pra uso em Construção e Reforma de Pontes e Passarelas, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato,

decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 48 (quarenta e oito) horas, conforme solicitação, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 66.840,00 (sessenta e seis mil oitocentos e quarenta reais)

Lages, 12 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 88/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 88/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MADEIREIRA FONTANA LTDA inscrita no CNPJ n.º 83.216.598/0001-88, com sede Rua Engenheiro Paulo Ribeiro, 505 - Área Industrial - Lages/SC - CEP: 88.514-010

Contrato, em decorrência do Processo 40/2015, Correlato ao Pregão Presencial 20/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras pra uso em Construção e Reforma de Pontes e Passarelas, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 48 (quarenta e oito) horas, conforme solicitação, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 164.834,00 (cento e sessenta e quatro mil oitocentos e trinta e quatro reais).

Lages, 12 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 89/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 89/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: W10 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI inscrita no CNPJ n.º 21.382.303/0001-96, com sede Av. Atlântica, 256 - Florianópolis/SC - CEP: 88.095-700

Contrato, em decorrência do Processo 42/2015, Correlato ao Pregão Presencial 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação Mensal de Veículo Executivo para uso do Gabinete do Prefeito, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), mensais,.

Lages, 12 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 90/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 90/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA inscrita no CNPJ n.º 75.887.273/0001-0796, com sede BR 116S/Nº - KM 253, - Lages/SC - CEP: 88.514-400

Contrato, em decorrência do Processo 27/2015, Correlato ao Pregão Presencial 19/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Pedra Brita, Pedrisco, Pó de Brita, Pedra Pulmão, Base, Pedra Rachão e Pedra de Mão para Aplicação no Perímetro Urbano e Vias Secundárias do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), subscrita(s) pelo Secretário de Infraestrutura. O material será retirado na jazida produtora, delimitado a distância não superior a 15km do perímetro urbano.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.021.500,00 (três milhões vinte e um mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 91/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 91/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: INTEGRA COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ n.º 10.212.388/0001-48, com sede Rua Veríssimo Marques, 1732 - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-410

Contrato, em decorrência do Processo 255/2014, Correlato ao Pregão Presencial 94/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s):

2.3.1 Os alimentos, deverão ser entregues conforme necessidade, em até 07 (sete) dias úteis da(s) solicitação(ões), no Armazém da Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, CEP 88509-100, Fone: (49) 3225-3828, nesta cidade;

2.3.2 Os produtos correlatos ao lote 33, deverão ser entregues na Padaria do SAMT, à Rua Gama Deca s/nº, Bairro Universitário, nesta cidade, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à Empresa vencedora;

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 179.847,00 (cento e setenta e nove mil oitocentos e quarenta e sete reais).

Lages, 28 de Janeiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 002/2015

EDITAL Nº. 002/2015

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 02/04/2015 (quinta-feira)

Horário: 19:00 horas

Pauta: As obras da Avenida Ponte Grande e seu desdobramentos

Local: Câmara de Vereadores do Município de Lages

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.cameralages.sc.gov.br.

Lages, 12 de março de 2015.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 021/2015**

DECRETO Nº 021/2015.

ESTABELECE EXPEDIENTE DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido, a partir do dia 16 de Março do ano em curso, o expediente de trabalho, das 08h às 12h e das 13h às 17h, para funcionamento de todos os setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, exceto na Secretaria Municipal de Obras que funcionará das 07h às 12h e das 13h às 16h.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 16/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº 022/2015

DECRETO Nº 022/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014

(Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito Especial no valor de R\$ 80.784,00 (Oitenta Mil Setecentos e Oitenta e quatro Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

09.02 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.011 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

DOTAÇÃO 143

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 80.784,00

Total: R\$ 80.784,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por anulação na mesma quantia nas seguintes dotações orçamentárias;

09.02 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.011 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

DOTAÇÃO 147

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 19.000,00

DOTAÇÃO 142

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 61.784,00

Total: R\$ 80.784,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

EDITAL DE PREGAO Nº31/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº31/2015 PMLM

PROCESSO Nº31/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 26 de março de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para aquisição de materiais para pintura de patrimônios (veículos e prédios) públicos em reforma de forma PARCELADA para o exercício de 2015, para atender as necessidades das Secretarias de Obra e Educação do Município de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 13 de março de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº32/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº32/2015 PMLM

PROCESSO Nº32/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 26 de março de 2015 às 11:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa para realização de projeto ocupacional, tendo como objetivo a contratação de 6 instrutores/professores para capacitação em trabalhos manuais das técnicas de Pintura, Richilieu, Patchwork, com início no mês de Abril e termino em Novembro de 2015, sendo os mesmos, voltados aos 35 grupos de inclusão Social do município de Lauro Muller/SC, para o desenvolvimento das atividades inclusos, para início imediato, emergencial e cumprimento de mandatos judiciais, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes abaixo- Desenvolvimento do objeto, parte integrante do presente edital durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 13 de março de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 126/2015

PORTARIA Nº 126 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR RODRIGO PONTES FERNANDES, para ocupar o cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/02/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de fevereiro de 2015.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 24 de fevereiro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 127/2015

PORTARIA Nº 127 DE 02 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CLAUDETE APARECIDA DE OLIVEIRA, Ocupante do cargo de Professor, FÉRIAS, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 128/2015

PORTARIA Nº 128 DE 02 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARISA SCARATTI MOCELLIN, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 129/2015

PORTARIA Nº 129 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ADENILTON CARLIN RIBEIRO, para ocupar o cargo de SECRETARIO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 130/2015

PORTARIA Nº 130 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR SIRLEI ALVES DOS SANTOS SELINKA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 131/2015

PORTARIA Nº 131 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR SIMONE ANDRADES RODRIGUES, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 132/2015

PORTARIA Nº 132 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR NERCELI MENEGILDO, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 134/2015

PORTARIA Nº 134 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR CRISTIANE CARLIN MULLER, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 135/2015

PORTARIA Nº 135 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JEFERSON DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 136/2015

PORTARIA Nº 136 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR GISELI GARCIA, para ocupar o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 137/2015

PORTARIA Nº 137 DE 02 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VOLNEI ALVES MORAIS, para ocupar o cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 138/2015

PORTARIA Nº 138 DE 03 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ERONITA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, AUXILIO DOENÇA, a partir de 03/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 139/2015

PORTARIA Nº 139 DE 03 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR VALDIR ANTUNES DE CAMPOS, para ocupar o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 140/2015

PORTARIA Nº 140 DE 03 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR LOURENÇA DA SILVA CAETANO, para ocupar o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 25 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 141/2015

PORTARIA Nº 141 DE 06 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, SANDRA MARCIA WILDNER, do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 06/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 06 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 142/2015

PORTARIA Nº 142 DE 06 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JUCILEI BINELLO, Ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, FÉRIAS, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 06 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 4/2015 CARTA CONVITE Nº.: CV-1/2015

Resumo de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO
LEBON RÉGIS

Contrato no. 4/2015
Processo Licitatório nº.: 4/2015
Carta Convite nº.: CV-1/2015
CONTRATANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
CONTRATADA: SUPERMERCADO GRAZZIOTIN LTDA.

Objeto: EMPRESA CONTRATADA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE.

Valor: R\$ 49.207,33 (Quarenta e Nove mil, Duzentos e sete reais e trinta e tres centavos))
Vigência: 13/03/2015 à 31/12/2015.
Recursos Orçamentários: 2.065.3390.30.07.00.00-338(1.38).

Lebon Régis, 13 de Março de 2015.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 020/2015**

DECRETO Nº 020, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
"DECLARA INSERVÍVEL O PRÉDIO DA UNIDADE ESCOLAR DO RIO JANZEN, E REVERTE O TERRENO AO ATUAL PROPRIETÁRIO."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Torna-se inservível o prédio da Unidade Escolar da Escola Municipal de Rio Janzen, Ribeirão dos Ovos, em face dos danos causados pelo desgaste natural em sua cobertura e paredes, de acordo com a Lei Municipal nº 1.131, de 11 de março de 2015.

Art. 2º Fica autorizada a reversão ao atual proprietário do imóvel do terreno constante na matrícula 16.526 ocupado pela mencionada Unidade Escolar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de março de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO N.º 021/2015

DECRETO Nº 021, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
"REGULAMENTA O REPASSE AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONFORME ART. 13, § 1º, INCISO I DA LEI MUNICIPAL Nº 939, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao exposto no Art.13, Inciso I, da Lei Municipal nº 939, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, o Município realize o repasse financeiro ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do percentual de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) correspondente a receita corrente do mês a que se refere, em cumprimento ao exposto no Art.13, § 1º, Inciso I, da Lei Municipal nº 939 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Os recursos serão repassados na data convencionada, ao Banco do Brasil, ag.5347-3, em conta específica, C/C 30.621-5 (FIA).

Art. 3º A utilização dos recursos seguirá o disposto nas Leis aplicadas à característica do Fundo, em especial a Lei Municipal nº 939 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de março de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2015

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a locação no 2º andar, de 04 (quatro) salas do imóvel urbano, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal, sito a Rua Padre José Ely, nº 27, Bairro Centro, registrado na Comarca de São João Batista sob nº R-23.638, livro nº 02, folhas 0001 para o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, do Município de Leoberto Leal, durante o ano de 2015. CONTRATADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Padre José Ely, nº 27, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.924.382/0001-04. VALOR: de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso X, Lei 8.666/93.

Em 13/03/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.669/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 2.669/2015, DE 09 DE MARÇO DE 2015

DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica designada Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 01/2015, conforme Edital, composta pelos seguintes membros:

I - Joana Spricigo - Presidente

II - Ivanete Zuanazzi

III - Giovana Andreza de Oliveira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 09 de Março de 2015

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PL 024.2015- IL 003.2015 - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

Processo Licitatório 024/2015

Inexigibilidade 003/2015

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à "Contratação da EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dário Fontana, nº 216, em Luzerna/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.411.843/0001-08, para aquisição de passagens de estudantes e passagens intermunicipais com fulcro nas Leis Municipais nº 1.338/2015 e 735/2007".

Valor contratado: R\$ 45.000,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, incisos I.

Luzerna (SC), 13 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 2013

DECRETO Nº 2013 de 13 de março de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 46.652,44 (quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte abaixo descrita, criando a Fonte de Recursos, Detalhamento e Valor no Orçamento do Município para 2015, atribuído ao Projeto:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.15.451.0061.1053 - Pavimentação e Revitalização de Ruas e Passeios Públicos

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 300 - Recursos Ordinários R\$ 46.652,44

Detalhamento 000000 - Sem Detalhamento

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML.0142015

EXTRATOS DE CONTRATOS

PML 2015

EXTRATO DE ARP Nº: pml.014.2015 - Primeiro Termo Aditivo CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA CONTRATADA : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA OBJETO: Repactuação Contratual, para adequação do preço contratual ao incremento no custo da mão de obra decorrente do aumento dos salários e encargos levado a efeito pela Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2015 da respectiva categoria profissional.

Luzerna(SC), 11 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

RONALDO BENKENDORF
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

PL 025/2015 - PP 014/2015 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 025/2015 - FMAS

Pregão Presencial nº 014/2015 – FMAS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios destinados aos Grupos da Terceira Idade do Município de Luzerna, em conformidade com as especificações em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 26 de março de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 26 de março de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 026/2015 - PP 015/2015 - AREIA MÉDIA- PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 026/2015 - PML

Pregão Presencial nº 015/2015 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de areia média, destinada a serviços, reparos e consertos realizados pelas diversas secretarias da Prefeitura de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 27 de março de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 27 de março de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015 RP 0002/2015****EDITAL DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2015

REGISTRO DE PREÇO Nº 0002/2015

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0013/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0010/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0002/2015 que até 09h00min, do dia 26 de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 26/03/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0010/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 13 de março de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 04.727.865/0001-05

MORRO REDONDO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA.

Nota Fiscal nº. 30485 R\$ 1.600,54

Nota Fiscal nº. 30527 R\$ 1.636,88

Nota Fiscal nº. 30598 R\$ 1.580,00

Nota Fiscal nº. 30629 R\$ 1.610,02

Nota Fiscal nº. 30703 R\$ 1.769,60

Nota Fiscal nº. 30761 R\$ 1.829,64

Nota Fiscal nº. 30773 R\$ 1.809,10

Nota Fiscal nº. 31060 R\$ 1.704,82

Nota Fiscal nº. 31133 R\$ 1.614,76

Nota Fiscal nº. 31172 R\$ 1.698,50

Nota Fiscal nº. 31258 R\$ 1.693,76

Nota Fiscal nº. 31315 R\$ 1.804,36

Nota Fiscal nº. 31343 R\$ 1.745,90

Nota Fiscal nº. 31390 R\$ 1.782,24

Nota Fiscal nº. 31580 R\$ 2.216,74

Nota Fiscal nº. 31601 R\$ 1.501,00

Nota Fiscal nº. 31624 R\$ 1.602,12

Nota Fiscal nº. 31684 R\$ 1.670,06

Nota Fiscal nº. 31699 R\$ 1.835,96

Nota Fiscal nº. 31798 R\$ 1.497,84

Nota Fiscal nº. 31842 R\$ 1.482,04

Valor Total: R\$ 35.685,88

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 16 de março de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Maravilha**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.110/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 1.110/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 010/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de botijões de sêmen (kit completo para inseminação artificial), tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 27 de março de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 13 de março de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Marema**PREFEITURA****CONTRATO /FMAS Nº: 002/2015**

MINUTA

Contrato /FMAS nº: 002/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA-SC

Contratado: CELSO TOBIAS 84469269972

Objeto: SHOW CULTURAL FESTIVIDADES DO DIA DA MULHER

Valor Total: R\$ 700,00 (reais)

Realização: dia 08 de março de 2015, com inicio às 09h00min e termino às 18h00min

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema SC, 26 de Fevereiro de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO /FMAS Nº: 001/2015

MINUTA

Contrato /FMAS nº: 001/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA-SC

Contratado: APP- ESCOLA DE ARTES DE CHAPECÓ

Objeto: ESPETÁCULO DE DANÇA CULTURAL FESTIVIDADES DO DIA DA MULHER

Valor Total: R\$ 4.000,00 (reais)

Realização: 08 de Março de 2015 as 14:00 Horas

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema SC, 20 de Fevereiro de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO/Nº: 003/2015 FMAS

MINUTA

Contrato/nº: 003/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA-SC

Contratado: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ

Objeto: LOCAÇÃO DE ESPAÇO DO SALÃO COMUNITÁRIO DE MAREMA

Realização: dia 08 de março de 2015

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 24 de Fevereiro de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

CO 8.2015 - AGRIC. FAMILIAR - VALDEMIRO RONCHI

Termo de contrato Nº. 8/2015, que entre si celebram o Município de Massaranduba/SC, e o Sr. VALDEMIRO RONCHI, tendo por objeto à aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização na merenda escolar.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba (SC), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, o Sr. VALDEMIRO RONCHI, inscrito no CPF sob o nº. 497.120.209-91, estabelecido na Rua Braço Costa, s/n, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CRENCIADO, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de Edital de Processo Licitatório nº. 12/2015 - Inexigibilidade /Chamada Pública nº. 1/2015-PMM, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1. É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades dos Centros de Educação Infantil do Município de Massaranduba (SC), verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o Processo Licitatório nº. 12/2015 - Inexigibilidade /Chamada Pública nº. 1/2015-PMM, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2. O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

4. OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

5. O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade total dos produtos adquiridos ou até 31 de Dezembro de 2015.

5.1. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o Processo Licitatório nº. 12/2015

- Inexigibilidade /Chamada Pública nº. 1/2015-PMM.

5.2. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

6. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 19.998,70 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos), conforme listagem abaixo:

NOME DO AGRICULTOR FAMILIAR		2. CPF	3. DAP		
Valdemiro Ronchi		497.120.209-91	SDW0497120209912203100822		
Item	Produto	Qtde	Unid.	R\$ unitário	R\$ total
10	BANANA BRANCA	1.395	Kg	R\$ 2,62	R\$ 3.654,90
11	BANANA COMUM	8.602	Kg	R\$ 1,90	R\$ 16.343,80
Total geral					R\$ 19.998,70

OBS: O Contratado entregará os gêneros alimentícios nos estabelecimentos de ensino conforme cronograma anexo.

Parágrafo único: O objeto do Chamamento Público poderá sofrer reajuste, desde que configurada alguma das hipóteses previstas no artigo 27, §1º incisos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA:

7. No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

8. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias do exercício vigente de 2015:

05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

05.01 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

2033 - Fornecimento de Merenda Escolar

33903007 - Gêneros de Alimentação

10000 - Recursos Ordinários

13702 - Transferência Ref. ao PNAE

05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

05.01 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

2034 - Fornecimento de Merenda Escolar Pré-Escola

33903007 - Gêneros de Alimentação

10000 - Recursos Ordinários

13704 - Transf. Ref. ao PNAE Pré-Escola

05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

05.01 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

2035 - PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - CRECHES

3390300700 - Gêneros de Alimentação

10000 - Recursos Ordinários

13703 - Transferência Ref. ao PNAE - Creche

CLÁUSULA NONA:

9. O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula oitava do edital, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10. O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11. Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12. O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

13. O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14. É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

15. O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

15.1. Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

15.2. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

15.3. Fiscalizar a execução do contrato;

15.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

15.5. Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA:

16. A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA:

17. A contratada obriga-se a:

17.1. A CREDENCIADA deverá comunicar formalmente a Prefeitura Municipal de Massaranduba, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a eventual impossibilidade temporária de entregar os produtos constantes do objeto deste EDITAL, mediante plena justificativa técnica;

17.2. É vedado a CREDENCIADA, delegar, subcontratar ou transferir, no todo, os serviços constantes deste Edital de Credenciamento;

17.3. A remuneração recebida pela CREDENCIADA não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária;

17.4. A CREDENCIADA é responsável pela indenização de dano causado a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurando a CREDENCIADA o direito de regresso.

17.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

17.6. Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

17.7. Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

17.8. Entregar o objeto, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas consecutivos, após solicitação através de ordem de compra, nos locais expressos no ANEXO VII - QUANTITATIVOS E VALORES, integrante deste edital.

17.9. As mercadorias serão devolvidas no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida na chamada pública, sendo vedado misturar gêneros de qualidade desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo ou entregar materiais impróprios ao consumo.

17.10. Os gêneros alimentícios deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado.

17.11. As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para consumo.

17.12. As folhas deverão se apresentar intactas e firmes. Deverão estar isentas de: substâncias terrosas, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, sem parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens, sem umidade externa anormal e isentas de odor e sabor estranhos.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA:

18. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Educação da Prefeitura de Massaranduba (SC) e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DECIMA NONA:

19. O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública nº. 6/2013, pela Resolução CD/FNDE nº. 38/2009 e pela Lei Federal nº. 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for

omisso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

20. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

21. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

22. Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- 22.1. por acordo entre as partes;
- 22.2. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- 22.3. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

23. O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de Dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, por igual período, no interesse recíproco das partes, e nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, por determinação e conveniência do Gestor Municipal, dentro do eminente interesse público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:

24.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Massaranduba (SC), 06 de Março de 2015.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA MÁRIO FERNANDO REINKE CONTRATANTE	VALDEMIRO RONCHI CPF: 497.120.209-91 CONTRATADO
--	---

Testemunhas :

JOVITA ALVES MUELLER CPF: 521.373.259-34	BRUNA RAFAELA UTECH 009.137.359-06
---	---------------------------------------

DECRETO Nº. 3080 DE 09 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 3080 DE 09 DE MARÇO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil - Creche

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos- Educação R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil - Creche

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos- Educação R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 09 de Março de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Fundamentação Legal:

a) Lei Municipal nº 1663, de 10 de Março de 2015

b) Decreto nº 3081 de 12 de Março de 2015

* A legislação encontra-se disponível em www.massaranduba.sc.gov.br/legislacao

REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

Nos termos do art. 5º do Decreto nº 3081/2015, o Poder Executivo somente poderá qualificar como Organização Social as entidades com finalidades estatutárias dirigidas à assistência social e à saúde, e que atendam, ainda, aos seguintes requisitos:

I - Comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alteração posterior, dispondo sobre:

a) Natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) Finalidade não-econômica, no caso de associações civis, ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade

de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) Aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;

d) Previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados por força do Contrato de Gestão e a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada no âmbito do Município na mesma categoria, ou ao patrimônio do Município ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

e) Previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;

f) Obrigatoriedade de publicação anual, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e dos relatórios de execução do Contrato de Gestão; e

g) Proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso das associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

II - Dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

a) Assembleia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis;

b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;

c) Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão; e

d) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil e financeira da entidade.

III - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como Organização Social, do Secretário Municipal da área correspondente à atividade fomentada e do Secretário Municipal de Administração.

DO PROCESSO PARA O ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS PARA A QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Nos termos do art. 6º do Decreto nº 3081/2015, a entidade que decidir pleitear sua qualificação como Organização Social, deverá manifestar sua vontade mediante requerimento de qualificação a ser encaminhado ao Secretário Municipal da área correspondente a sua finalidade estatutária, acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

I - Estatuto devidamente registrado em cartório;

II - Ata de eleição ou nomeação dos integrantes da atual Diretoria Executiva ou instância equivalente;

III - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

IV - Plano estratégico da entidade;

V - Comprovante de experiência anterior na execução de projetos, programas ou planos de ação relacionados à atividade da

qualificação pretendida, quando for o caso;

VI - Currículo dos membros da Diretoria Executiva ou instância equivalente; e

VII - Qualificação dos membros da equipe técnica da entidade.

§ 1º O requerimento de que trata o "caput" deste artigo deverá ser examinado pela Secretaria Municipal correspondente à atividade estatutária da entidade, num prazo de até 15 (quinze) dias após o seu recebimento, para verificação dos seguintes aspectos:

I - Ao cumprimento das exigências especificadas na Lei nº 1663 de 10 de Março de 2015, bem como neste Decreto; e

II - Demonstração da capacidade técnica e operacional da entidade e/ou do corpo técnico para a eventual gestão de atividades e serviços a serem descentralizados.

§2º Atendidos os pressupostos previstos no parágrafo anterior, será o processo encaminhado à Secretaria Municipal de Administração, para análise e parecer num prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

§ 3º Sendo favoráveis os pareceres para qualificação da entidade como Organização Social, o Secretário Municipal de Administração encaminhará exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo, acompanhada da minuta de decreto específico de qualificação da entidade como Organização Social.

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 121/2015

PORTARIA n.º 121/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora RAQUEL TISCOSKI PASINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 30 (trinta) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 12/03/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 122/2015

PORTARIA n.º 122/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor HÉLIO CARBONI, para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 123/2015

PORTARIA n.º 123/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor MAURÍCIO SANTOS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Educação, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da presente data.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 124/2015

PORTARIA n.º 124/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora TATIANI MACEDO ROCHA SCARDUELI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Raquel Tiscoski Pasini, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº083/2015 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 083/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 008/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Presencial n. 008/2015, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVICOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA, QUE DEVERÃO SER PRESTADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MODELO, SENDO UM ATENDIMENTO MENSAL COM 20 CONSULTAS, TOTALIZANDO DUZENTAS CONSULTAS ATÉ O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 26/03/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 13 de Março de 2015.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

DECRETO Nº 096/2015

DECRETO Nº 096/2015 DE 10.03.2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial em atendimento as determinações legais do Ministério da Educação/Fundo Nacional da Educação e demais disposições legais pertinentes a matéria em especial a Lei Municipal 1714/2007 e a Lei Municipal 1993/2011:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB, no âmbito do Município de Modelo/SC, na forma legal e conforme abaixo especificado, com as seguintes indicações e nomeações para Conselheiros do referido órgão:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB
BIÊNIO: NOVEMBRO DE 2014 À NOVEMBRO DE 2016.

1. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

ADILSON CESAR BRAUN - TITULAR
JANICE MARTINI MULLER - SUPLENTE

2. REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

JUSSANE FRANDOLOSO - TITULAR
GELCI VOGEL - SUPLENTE

3. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE MODELO SC:

TÂNIA MARA ROHENKOHL - TITULAR
MIRIAM CECATTO - SUPLENTE

4. REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS DE MODELO SC:

LOVANI TERESINHA BARON - TITULAR
ÉDINA MARIA BECKER - SUPLENTE

5. REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MARIVETE SANTOLIN - TITULAR
ELIANE CHAVES - SUPLENTE

6. REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

ROSANGELA DEOTTI - TITULAR
JULIANA CESCO - SUPLENTE

MARIZETE FLOSS - TITULAR
GRAZIANE FRIGO HASLINGER - SUPLENTE

7. REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

ENSINO FUNDAMENTAL:
MARLEI LAMBRECHT GRUNEVALD - TITULAR
FÁBIO RODRIGO KLEIN - SUPLENTE

ENSINO MÉDIO:
ROZEMAR DE SOUZA LEITE - TITULAR
CÉZAR JOSÉ BELOLI - SUPLENTE

8. REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO SC:

JANETE TOSETO - TITULAR
ILIANA CASAGRANDE - SUPLENTE

9. REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

LUCIA EUZÉBIO - TITULAR
ANTONIO DOS SANTOS - SUPLENTE

Art. 2º - As atribuições do Conselho reger-se-ão de conformidade com a Lei Municipal 1.714/2007 de 09.05.2007, o Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes a matéria, sendo o serviço de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo social ou trabalhista.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 10 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra: Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 021/2015

PORTARIA Nº 021/2015 DE 11.03.2015.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES
PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de
Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições
legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Mu-
nicipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as
disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, para os servi-
dores com lotação no Departamento da Saúde do Município de
Modelo - SC, sendo de segunda a sexta-feira conforme abaixo
especificado:

1. Coordenação, cargos efetivos, comissionados e administrativos:
Matutino: 07:30 às 11:30
Vespertino: 13:30 às 17:30

2. Médico:
Centro Municipal de Saúde e Hospital
Matutino: 07:30 às 11:30
Vespertino: 13:30 às 17:30

3. Cirurgião Dentista:
Jornada 01:
Matutino: 07:30 às 11:30 no Centro de Saúde;

Jornada 02:
Vespertino: 13:30 às 17:30 no Centro de Saúde;

Jornada 03:

Segunda e quinta-feira: das 07:30 às 11:30 na Escola Reunida
Municipal
Segunda, quarta e sexta-feira: das 13:15 às 17:15 na Escola Reu-
nida Municipal

4. Agente Comunitário de Saúde Pública - ESF:
Segunda Feira, Terça feira e na Quarta feira:
Matutino: 08:00 às 11:00 horas
Vespertino: 14:00 às 19:00 horas
Quinta Feira:
Matutino: 08:00 às 10:00 horas
Vespertino: 14:00 às 19:00 horas
Sexta feira:
Matutino/Vespertino: 11:30 horas às 18:30 horas

5. Serviços gerais

Jornada 01:
Matutino: 07:00 às 13:00 no Centro de Saúde;

Jornada 02:
Vespertino: 13:00 às 19:00 no Centro de Saúde;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 11 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Visto, conferido e de acordo:

Marcia Teresinha Jacoby
Diretoria Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 30/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 30/2015 PMN

AO(S) 13 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (2862), VALDIR DO AMARAL FILHO - ME (11042), RIGEL COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (14466).. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES TECNOAL, RIGEL, VALDIR DO AMARAL, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E BENEFICIÁRIOS DA LEI 123/2006 ME/EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI FORNECIDO AOS LICITANTES OS CREDENCIAMENTOS PARA VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, APÓS PROCEDEU-SE A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, O LICITANTE VALDIR DO AMARAL FILHO ME FOI DESCLASSIFICADO POIS NÃO COTOU MARCA EM SEUS ITENS (ITEM 4.2.3), APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES. EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA RIGEL E TECNOAL, E CONSTATADO QUE AMBAS ATENDERAM COM O EXIGIDO NO EDITAL, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

OBS.; NÃO HOUE MENÇÃO DE RECURSOS.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -FÉRIAS - PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

ADRIANA CORRÊA -- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 13 DE MARÇO DE 2015.

ATA IV CONVOCAÇÃO AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11 2015 PMN

ATA IV CONVOCAÇÃO AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN

Aos 14 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 26/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/ APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL	Aprovação/reprovação	
18	3º IMPEL	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	4º BLUNAC
35	3º TAYU	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
37	3º SATELITE	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	4º BLUNAC

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria Benedita - Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

Adriana Correa

Carla Claudino

Franciele Justino

Pedro Paulo

ATA PREGÃO PRESENCIAL 243/2014 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 243/2014 PMN

AO(S) 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA (623), CCME COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA-ME (5944), ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA (13716), TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP (14409), F.BEZ DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (14488). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES CCME, F.BEZ, TANAKO, MERCOLUX, ELETRICA LUZ TODAS DEVIDADEMENTE CREDENCIADAS, APENASA MERCOLUX NÃO POSSUIA O BENEFICIO DE ME/EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E FORNECIMENTO DOS CREDENCIAMENTOS PARA OS LICITANTES VERIFICAREM, PASSOU-SE PARA A PRÓXIMA ETAPA. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, E COMUNICADO QUE O LICITANTE F.BEZ NÃO ATENDEU O ITEM 4.1 D DO EDITAL (PROPOSTA SEM VALIDADE) SENDO O MESMO DESCLASSIFICADO, APOS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, elétrica luz pediu desclassificação no item 32 por ter cotado o valor errado, o pregoeiro suspendeu a etapa de lances no item nº100, as 11:40 e informou aos presentes que a sessão retornaria s 13:30 do mesmo dia no mesmo local.

REABERTA A SESSÃO CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 13:30, A PARTIR DO ITEM 101 NA ETAPA DE LANCES, NESTA ETAPA O LICITANTE ELÉTRICA LUZ, PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DOS ITENS 161, 162,163 SENDO ACORDADO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E OS LICITANTES QUE A PEÇA DESTE ITEM SERIA DE 50MTS///// ELÉTRICA LUZ TAMBÉM PEDIU DESCL.

DO ITEM 201 POIS COTOU ERRADO, O PREGOEIRO TERMINADO A ETAPA DE LANCES, INFORMOU QUE AS AMOSTRAS DEVERÃO SER ENTREGUES DIRETO NA SECRETARIA DE OBRAS NO PRAZO ESTIPULADO NO EDITAL, E QUE O RESULTADO DAS AMOSTRAS SERIA PUBLICADO NO SITE DA PREFEITURA NO MESMO LINK QUE ESTAVA O EDITAL DESTA LICITAÇÃO, E QUE OS INTERESSADOS EM VERIFICAR AS AMOSTRAS DEVERIAM IR DIRETAMENTE NA SECRETARIA DE OBRAS PARA VERIFICAÇÃO. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES, E CONSTATADO QUE TODOS ATENDERAM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -FÉRIAS - PREGOEIRA SUBSTITUTA
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
ADRIANA CORRÊA - - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 12 DE MARÇO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 3/2015 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 3/2015 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A DELEGAÇÃO DA CONCESSÃO DOS SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL E TAXÍMETRO "TÁXI" NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CONDICIONADA A AUTORGA ONEROSA. Data da entrega dos envelopes: 30/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 30/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 13 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 26/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 13 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 29/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS, SUMIDOURO E CAIXAS DE GORDURA PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS, SAUDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/03/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 26/03/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 13 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

DECRETO 202 REGULAMENTA INSCRIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

DECRETO Nº 202 DE 12 DE MARÇO DE 2015

REGULAMENTA A INSCRIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, PREVISTA NOS ARTIGOS 224 A 226 E 298 a 311 DA LEI complementar Nº 6 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso III da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido nos artigos 224 a 226 e 298 a 311 da Lei Complementar nº 6 de 31 de dezembro de 2002,
DECRETA:

Art. 1º Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, atividades industriais, comerciais, rurais, de prestação de serviços, e/ou outras que as definam ou qualifiquem como sujeito passivo de tributos municipais, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Econômico Fiscal do Município de Navegantes.

§ 1º A obrigatoriedade de inscrição estende-se:

I - às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento de tributos;

II - à entidade ou pessoa responsável pela realização de festas ou eventos, com ou sem cobrança de ingresso, realizadas em ambiente público ou privado, sujeitos à prévia licença do município, nos termos da legislação municipal.

§ 2º Antes de requerer a inscrição prevista neste artigo, o contribuinte ou responsável deverá promover consulta de viabilidade de licença quanto à adequação de horário, localização, atividades e outras restrições, de acordo com a legislação do município, observando o seguinte:

I - quando o contribuinte pretender efetuar consulta para localização e funcionamento, deverá fazê-lo pela Internet, através do sistema REGIN, um portal interligado com o sistema da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina e com a Prefeitura de Navegantes, Corpo de Bombeiros Militar, Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUMAN e a Vigilância Sanitária, caso em que, após o deferimento da consulta, se for o caso, esta terá validade por no máximo 90 (noventa) dias;

II - quando pretender promover consulta para realização de festas e eventos, o contribuinte deverá utilizar-se do formulário previsto no Anexo I deste Decreto, caso em que, após o deferimento da consulta, se for o caso, esta terá validade apenas para o evento específico constante da consulta.

Art. 2º Será permitida a inscrição de Pessoa Física no Cadastro Econômico Fiscal na condição de Autônomo ou Profissional Liberal somente dos profissionais estabelecidos na Tabela II-b da Lei Complementar nº 6/2002.

§ 1º Será vetada a inscrição na qualidade de autônomo ou profissional liberal à pessoa física que promover, além da prestação de serviços, venda ou circulação de mercadorias sujeitas ao Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS.

§ 2º As demais pessoas obrigadas à inscrição no Cadastro Econômico Fiscal deverão fazê-lo sob a forma de Pessoa Jurídica, sendo obrigatória a preexistência de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda e documento constitutivo oficial devidamente registrado no órgão competente.

Art. 3º - A inscrição ou alteração no Cadastro Econômico Fiscal será requerida pelo contribuinte ou responsável, que preencherá e entregará, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, os formulários próprios para cada estabelecimento ou atividade, de acordo com os modelos aprovados pelo órgão fazendário municipal.

§ 1º A inscrição referida neste artigo deverá:

I - no caso de atividades industriais, comerciais, rurais, de prestação de serviços, autônomos e profissionais liberais ou quaisquer outros que dependam de prévia licença para localização ou funcionamento, ser efetuada antes da abertura ou início da atividade;

II - no caso de realização de festas ou eventos, ser requerida pelo menos 20 (vinte) dias antes da data prevista para o evento.

§ 2º O deferimento da concessão da inscrição e/ou alteração está condicionado a Parecer favorável dos seguintes órgãos e repartições, dentro de suas prerrogativas:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Receita: Parecer quanto à situação fiscal e cadastral do imóvel, dos sócios e/ou administradores e do próprio contribuinte. No caso de realização de eventos, será necessário, ainda, Parecer da Autoridade Fiscal verificando os tributos que deverão ser pagos para realização do evento e outras orientações para cumprimento da legislação tributária municipal;

II - Secretaria Municipal de Governo: parecer quanto às adequações do Código de Postura, zoneamento urbano e normas do plano diretor;

III - Secretaria Municipal de Saúde: sempre que o contribuinte manipular alimentos, seja industrialização, comercialização ou transporte, ou quando a atividade envolva a saúde humana, será necessário parecer quanto à adequação do contribuinte às normas de vigilância à saúde e vigilância sanitária;

IV - Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUMAN: somente será concedida a Licença para Localização e Funcionamento após apresentação da Declaração de Liberação de Alvará e/ou do comprovante de recolhimento da taxa para obtenção da Licença Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação ou a Licença Simplificada) emitida pela FUMAN ou FATMA, que analisará a adequação do contribuinte quanto às normas ambientais;

a) Quando contribuinte se enquadrar nas exigências para obtenção de Licença Ambiental, mesmo que Simplificada, este deverá apresentar ao Departamento de Tributação a Licença Ambiental emitida pela FUMAN ou FATMA, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o deferimento de inscrição no cadastro econômico fiscal,

sob pena de cassação da Licença para Localização e Funcionamento e aplicação de penalidade pecuniária.

V - Polícia Civil: quando se tratar de festas e eventos, ou de atividades controladas pela Polícia Civil, como estabelecimentos em que seja permitido o consumo de bebidas alcoólicas ou exista o armazenamento e/ou venda de produtos inflamáveis, será necessário Parecer da Polícia Civil, atestando a aptidão do contribuinte para desempenho das atividades.

VI - Corpo de Bombeiros Militares: somente será concedida a Licença para Localização e Funcionamento ou para a realização de eventos após apresentação do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros Militares, que analisará a adequação do contribuinte quanto às normas de segurança.

§ 3º Ao requerer a inscrição, o contribuinte ou responsável fornecerá à autoridade competente os elementos e informações necessários, apresentando os documentos comprobatórios de registro ou inscrição nos órgãos federais, estaduais e de registro e fiscalização profissional, identificação pessoal de seu representante legal, bem como fornecerá, por escrito ou verbalmente, a critério do Fisco, quaisquer informações que lhe forem solicitadas.

§ 4º Ao contribuinte incumbe promover tantas inscrições quantos forem seus estabelecimentos ou locais de atividades.

§ 5º Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única pelo local do domicílio do contribuinte.

§ 6º Havendo atividade já inscrita no local pretendido, o contribuinte ou responsável deverá requerer a baixa do cadastro anterior ou justificar, por escrito, a razão de nova inscrição no mesmo local.

Art. 4º Para todos os efeitos, o contribuinte será identificado pelo número de inscrição no Cadastro Econômico Fiscal, do qual devem constar todos os documentos pertinentes.

Parágrafo Único: O número de inscrição no Cadastro Econômico Fiscal será identificado na respectiva Declaração Cadastral, fornecida ao contribuinte no ato da inscrição ou alteração.

Art. 5º A inscrição no Cadastro Econômico Fiscal deverá ser permanentemente atualizada, ficando, o contribuinte ou responsável, obrigado a comunicar ao Departamento de Tributação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do fato, as alterações havidas em quaisquer das características mencionadas no formulário de inscrição.

§ 1º Quando se tratar de alteração societária, na ocasião da comunicação deverão ser liquidados os débitos eventualmente existentes.

§ 2º No caso da não liquidação dos débitos na época prevista no parágrafo anterior, passarão, os mesmos, à responsabilidade do sucessor, inclusive as multas e outras penalidades pertinentes.

§ 3º No caso de encerramento da atividade do contribuinte, o débito será liquidado no ato do pedido de cancelamento da respectiva inscrição e, na hipótese de cancelamento "ex officio", o mesmo será realizado sem prejuízo dos débitos existentes.

§ 4º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, através do Departamento de Tributação, pode promover, de ofício, tanto a inscrição como as respectivas atualizações e o cancelamento no Cadastro Econômico Fiscal, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 6º Toda inscrição, atualização, alteração ou cancelamento de

dados no Cadastro Econômico Fiscal deverá ser encaminhada ao Departamento de Tributação.

§ 1º Todos os elementos declarados são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que o deverá fazer observando a forma, prazo e condições estabelecidos neste Regulamento.

Art. 7º Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação de quaisquer outros documentos ou declarações solicitados, na forma e no prazo fixado pelo órgão fazendário competente.

Art. 8º As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam a sua aceitação pelo Fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo Único: A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas e outras penalidades que lhe couberem.

Art. 9º Para os efeitos do Cadastro Econômico Fiscal, considera-se estabelecimento, o local do exercício, permanente ou temporário, de qualquer atividade de produção, industrialização, comércio, prestação de serviços, ou qualquer outra que constitua fato gerador de tributos municipais, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Parágrafo Único: A existência do estabelecimento é indicada pela existência de um ou mais dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução das atividades;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de qualquer atividade, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, homepage, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

Art. 10 Após a inscrição no Cadastro Econômico Fiscal, o Setor responsável encaminhará tais informações aos demais órgãos fiscalizadores do Município de Navegantes a fim de que procedam à devida inspeção, exercendo o poder de Polícia.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 960 COMISSÃO REALIZAÇÃO ESCOLHA UNIFICADA CONSELHO TUTELAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 960 DE 13 DE MARÇO DE 2015

INSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA, EM DATA UNIFICADA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e atendendo ao que dispõe a lei federal 12.696/2012,

RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão responsável pela realização do processo de escolha, em data unificada em todo o território nacional, dos membros do Conselho Tutelar, conforme determina a lei federal 12.696/2012.

II A Comissão instituída no item I desta Portaria compreende os seguintes Membros:

- a) Maria José Flor - Secretária de Assistência Social - Presidente;
- b) Juliano Nildo de Maria - Secretário da Criança, do Adolescente e da Juventude - Membro;
- c) Aldo Decker - Presidente do Conselho do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Navegantes - Membro;
- d) Gracy Kelly Lucindo - Procuradora Geral do Município - Membro;
- e) Fernando Sedrez Silva - Secretário de Gestão e Controle - Membro.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 966 SUBSTITUI EQUIPE APOIO PREGOEIROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 966 DE 13 DE MARÇO DE 2015
SUBSTITUI MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO PARA ATENDER ÀS
LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, e de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR Adriana Corrêa por Josezite dos Santos na Equipe de Apoio de Pregoeiros nomeados pela Portaria n º 71 de 29 de janeiro de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2015 PMN / CONVOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CNPJ N° 83.102.855/0001-50

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2015 PMN / CONVOCAÇÃO

Aos 13 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 26/2015 PMN, objeto: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	1º BARKI	APROVADO	-----
02	1º PJ	APROVADO	-----
03	1º BARKI	APROVADO	-----
04	1º BARKI	APROVADO	-----
05	1º ECO	APROVADO	-----
06	1º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
07	1º BARKI	APROVADO	-----
08	1º BARKI	APROVADO	-----
09	1º PJ	APROVADO	-----
10	1º BARKI	APROVADO	-----
11	1º BARKI	APROVADO	-----
12			
13	1º PJ	APROVADO	-----
14	1º BARKI	APROVADO	-----
15	1º BARKI	APROVADO	-----
16	1º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
17	1º BARKI	APROVADO	-----
18	1º PJ	APROVADO	-----
19	1º BARKI	APROVADO	-----
20	1º FORNECEDORA	APROVADO	-----
21	1º FORNECEDORA	APROVADO	-----

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

	RA		
22	3º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
23	1º BARKI	APROVADO	-----
24	2º BARKI	REPROVADO – NÃO APRESENTOU DESCRITIVO: A DEVE TER 30 CM DE BASE	3º ECO
25	1º BARKI	APROVADO	-----
26	1º BARKI	APROVADO	-----
27	1º BARKI	APROVADO	-----
28	1º PJ	APROVADO	-----
29	2º BARKI	REPROVADO – NÃO APRESENTOU DESCRITIVO: 3 DOBRAS.	3º FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL
30	1º BARKI	APROVADO	-----
31	1º BARKI	APROVADO	-----
32	1º BARKI	APROVADO	-----
33	1º BARKI	APROVADO	-----
34	1º FORNECEDORA	APROVADO	-----
35	1º BARKI	APROVADO	-----
36	1º PJ	APROVADO	-----
37	1º BARKI	APROVADO	-----
38	1º PJ	APROVADO	-----
39	1º PJ	APROVADO	-----
40	1º PJ	APROVADO	-----
41	1º BARKI	APROVADO	-----
42	1º BARKI	APROVADO	-----
43	1º BARKI	APROVADO	-----
44	1º BARKI	APROVADO	-----

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos – Pregoeiro

Maria Benedita - Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

Adriana Correa

Carla Claudino

Franciele Justino

Pedro Paulo da Costa

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC

NAVEGANTESPREV**PORTARIA N.º 12 DE 16 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA N.º 012 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 152/2012, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora MARGARETH BERLINCK DA COSTA para exercer o cargo de SECRETÁRIA RECEPTIONISTA-TELEFONISTA, com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - Lei Complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.
JAN ULLRICH
Diretor Presidente do NavegantesPrev

PORTARIA N.º 13 DE 16 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 013 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 152/2012, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES para exercer o cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO, com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - Lei Complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.
JAN ULLRICH
Diretor Presidente do NavegantesPrev

PORTARIA N.º 14 DE 16 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N.º 013 DE 16 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 152/2012, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor MICHAEL RICARDO BECK para exercer o cargo de PROCURADOR AUTÁRQUICO PREVIDENCIÁRIO, com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - Lei Complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.
JAN ULLRICH
Diretor Presidente do NavegantesPrev

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 038/2015

DECRETO nº 038/2015

convoca os aprovados no processo seletivo 04/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao SETOR DE recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto setor de Recursos Humanos, até o dia 17 de março de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 13 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único
(Decreto nº 038/2015)

CARGO: NUTRICIONISTA - SAÚDE

Classificação	Nome completo
03	Elisandra Cristina Zanon

PORTARIA Nº 266/2015 "A"

PORTARIA Nº 266/ 2015 "A"

Prorroga Admissão

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1020/2014 "B", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, Decreto de Convocação nº 236/2014, CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, matrícula nº 6502, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 24 de fevereiro de 2015 a 24 de abril de 2015, em substituição ao titular Afonso Inácio Dalri, afastado conforme Portaria nº 264/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de fevereiro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e Publicada a presente Portaria em 27 de fevereiro de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/n, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 692, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 039.713.659-57, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, em substituição ao titular Afonso Inácio Dalri, afastado conforme Portaria nº 264/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 24 de fevereiro de 2015 a 24 de abril de 2015, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de fevereiro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi Criselle Stuepp Claudino
Prefeito Municipal, em exercício. Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de fevereiro de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 287/2015

PORTARIA Nº 287/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, IZABELA DARÓS, matrícula nº 6439, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Serviços de Compras - CC 25, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionado do Município, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, o Servidor Público Municipal, IZABELA DARÓS, matrícula nº 6646, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 288/2015

PORTARIA Nº 288/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, LORENA WISINTAINER, matrícula nº 6472, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretária Adjunta de Planejamento, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, o Servidor Público Municipal, LORENA WISINTAINER, matrícula nº 6647, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Captação de Recursos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 289/2015

PORTARIA Nº 289/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, VANDELINA MARIA TOMASONI RIBEIRO, matrícula nº 5677, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar de Modalidade Esportiva, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, a Servidora Pública Municipal, VANDELINA MARIA TOMASONI RIBEIRO, matrícula nº 6648, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Eventos Esportivos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 290/2015

PORTARIA Nº 290/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal, ALEXANDRE FELLER, matrícula nº 5887, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Esportes, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Comissionados do Município, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, o Servidor Público Municipal, ALEXANDRE FELLER, matrícula nº 6649, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Esportes, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 291/2015

PORTARIA Nº 291/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal, HERON DO NASCIMENTO LINHARES, matrícula nº 6144, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Assuntos para a Juventude e Esportes, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, o Servidor Público Municipal, HERON DO NASCIMENTO LINHARES, matrícula nº 6650, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Programas e Projetos Esportivos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 293/2015

PORTARIA Nº 293/ 2015
Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal, ARNO JOSÉ BATTISTI ARCHER JUNIOR, matrícula nº 5262, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do CRAS, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, o Servidor Público Municipal, ARNO JOSÉ BATTISTI ARCHER JUNIOR, matrícula nº 6652, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento e Gestão Administrativa, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 294/2015

PORTARIA Nº 294/ 2015
Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, GENICE TOMASI, matrícula nº 3077, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, hora em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura,

Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, o Servidor Público Municipal, GENICE TOMASI, matrícula nº 6653, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 295/2015

PORTARIA Nº 295/ 2015
Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, CATIA MARIA BURIGO, matrícula nº 6183, ocupante do cargo de Assistente Técnico Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, a Servidora Pública Municipal, CATIA MARIA BURIGO, matrícula nº 6654, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 304/2015

PORTARIA Nº 304 /2015

Prorroga Portaria

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 799/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 158/2014, NEIVA TEREZINHA BAGNOLIN DE OLIVEIRA, matrícula nº 6466, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Rodoviária, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/n, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora NEIVA TEREZINHA BAGNOLIN DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Giacomo Dalri, s/n, Bairro Espraiado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 004.477.129-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Rodoviária, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores

Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 07 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Neiva T. Bagnolin de Oliveira

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 320/2015

PORTARIA Nº 320/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocado conforme Decreto nº 019/2015 "A", HILÁRIA TIRLONI HASS, matrícula nº 6662, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Contador de Histórias) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora HILÁRIA TIRLONI HASS, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua José Battisti Archer, nº 694, Bairro São Roque, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 504.845.089-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Contador de Histórias) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e

sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desprezar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Hilária Tirloni Hass

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 321/2015

PORTARIA Nº 321/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocada conforme Decreto nº 030/2015, JESSICA DE MOURA RAMBOR, matrícula nº 6663, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, (Ensino Fundamental Área I - Sala Multifuncional AEE) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Aguti - Aguti, no Município de Nova Trento, a contar de 04 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JESSICA DE MOURA RAMBOR, brasileira, solteira, residente e domiciliada na ST Geral Lageado, s/n, Bairro Lageado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 113.727.519-71, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, (Ensino Fundamental Área I - Sala Multifuncional AEE) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Aguti - Aguti, no Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.304,18 (dois mil trezentos e quatro reais e dezoito centavos), pagos na mesma data a que

tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Jessica de Moura Rambor

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 322/2015

PORTARIA Nº 322/ 2015

Exonerar a Pedido

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal DENIZE MONTEIRO SOARES, matrícula nº 6271, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 10 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 323/2015

PORTARIA Nº 323/ 2015

Faz Cessar Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

CESSAR a Portaria de nº 237/2014, que Concedeu Licença Sem Vencimento à Servidora Pública Municipal NADIR TRAINOTTI, matrícula nº 117, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência G, (Ensino Fundamental - Ciências), com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na E. E. Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 11 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria, em 11 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 323/2015

PORTARIA Nº 323/ 2015

Faz Cessar Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

CESSAR a Portaria de nº 237/2014, que Concedeu Licença Sem Vencimento à Servidora Pública Municipal NADIR TRAINOTTI, matrícula nº 117, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência G, (Ensino Fundamental - Ciências), com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na E. E. Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 11 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria, em 11 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 325/2015

PORTARIA Nº 325/ 2015

Altera Carga Horária

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR a Carga Horária, da Servidora Pública Municipal NADIR TRAINOTTI, matrícula nº 117, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência G, (Ensino Fundamental - Ciências), passando de 40 (quarenta) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, lotada na E. E. Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 09 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 327/2015

PORTARIA Nº 327/ 2015

Altera Carga Horária

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR a Carga Horária, da Servidora Pública Municipal PATRÍCIA REGINA TELL MARCHI, matrícula nº 6630, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, passando de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, sendo 05 (cinco) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental Agutí - Agutí e 05 (cinco) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a partir de 12 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora PATRÍCIA REGINA TELL MARCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Elias Salvador Cadorin, nº 146, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 504.940.079-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais, sendo 05 (cinco) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental Agutí - Agutí e 05 (cinco) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 389,76 (trezentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 12 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Patricia Regina Tell Marchi

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATUAL IPAM Nº 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Administrativo IPAM Nº.: 002/2015
Contratante.: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE
Contratada...: WF BORGES JUNIOR ME
Valor : R\$ 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta reais),
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços IPAM Nº.:002/2015
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (2)
Objeto : O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviços de distribuição on-line de conteúdo e suporte online, através do Siprev Gestão hospedado, implantando de forma de Cloud, hospedado em Data Center próprio com acesso na seguinte url:www.novohorizontesc.siprev.com.br.

Novo Horizonte/SC, em 16 de Março de 2015
Leandro Martins D´Avila
Presidente/Diretor Executivo

EXTRATO DO PL IPAM Nº 002/15-DL IPAM Nº 002/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO IPAM Nº 002/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 16/03/2015
CONTRATADO: W F BORGES JUNIOR ME
CONTRATANTE: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Prestação de Serviços de distribuição on-line de conteúdo através do Siprev Gestão implantando de forma de Cloud, hospedado em Data Center próprio com acesso na seguinte url:www.novohorizontesc.siprev.com.br.
VALOR DA DESPESA: Valor Mensal de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), totalizando o valor para 2015 em R\$ 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 16/03/2015
LEANDRO MARTINS D´AVILA
Diretor/presidente Do Ipam

Orleans**PREFEITURA****AVISO Nº 24/2015/FMS RAÇÃO PARA CANIL**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015.
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA USO DO CANIL MUNICIPAL DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Recebimento das Propostas: até o dia 31/03/2015 às 13h45m.
Abertura das Propostas: dia 31/03/2015, às 14h00m.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:
- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas,
- Telefone (48) 3886.0100,
- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br
- Site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 13 de Março de 2015.
ANA REGINA ZOMER
Secretaria de Saúde

EDITAL DE CHAMAMENTO CONCURSO PUBLICO Nº003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 003/2014, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 003/2014 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 003/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
ADRIANA DE SOUZA MENDES MOTTA	AGENTE DE APOIO E ZELADORIA DA SF	40 h

Orleans, 13 de março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORARIO CONCURSO PUBLICO Nº003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 003/2014, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:30hs a 18:30 hs, para tomar posse no respectivo cargo. O presente chamamento, nos termos do item 14.5, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que encontra-se afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado.

SERVIDOR(A)	CARGA HORÁRIA	CARGO
CACILDA DELAVEDOVA JUNG	40 horas semanais	Agente de Apoio e Zeladoria da SF

Orleans, 13 de março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº001/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº001/2015

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa e torna publico a nota e classificação geral dos candidatos aprovados, no Processo Seletivo nº001/2015:

INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS

Nº INS-CRICAÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
013	SALETE TURAZZI COSTA	01/05/1961	9,2	1º LUGAR
003	ANALIA LEONTINA BORGES VELHO	18/11/1978	9,2	2º LUGAR
010	RONEIDE DE FATIMA BONETTI LAURENTINO	19/01/1960	8,8	3º LUGAR
004	CRISTINA GONÇALVES PADILHA ALVES	14/02/1970	8,8	4º LUGAR
002	ZELI DALMAGRO	25/07/1953	8,4	5º LUGAR
008	TANIA MARIA PISONE ZOMER	18/03/1964	8,4	6º LUGAR
005	ROSIANE FERNANDES MICHELS	01/04/1965	8,4	7º LUGAR
001	INES BELTRAME FURLAN ORBEN	11/05/1966	8,4	8º LUGAR
006	SIRLEI GONÇALVES LONGO	03/06/1967	8,4	9º LUGAR
016	ROMELANIA APARECIDA RABELO	09/11/1973	8,4	10º LUGAR
007	LUSIANE CROCETTA PIZONI HOFFMANN	17/10/1976	8,4	11º LUGAR
015	JOSIANE DA SILVA CELSO	01/02/1977	8,4	12º LUGAR
009	RITA DE CASSIA PIZZOLATTI DEBIASI	09/06/1951	8,0	13º LUGAR
012	MARIA DE LOURDES ZOMER MATHEUS	15/09/1958	8,0	14º LUGAR

011	ROSIANI MORAIS MANOEL GERALDO	30/03/1975	7,6	15º LUGAR
014	SIVIA MORAES	07/09/1973	7,2	16º LUGAR

Ficam homologadas as notas e a classificação dos candidatos aprovados deste Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital nº001/2015.

Orleans, 16 de março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº28/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.28/2015, no dia 26 de Março de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº28/2015 tem como objeto à contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação com manutenção corretiva de um sistema de gerenciamento de filas (software e hardware) e de atendimento, para ambientes ao público presencial, a ser instalado na Secretaria Municipal de Receita e na Delegacia de Polícia Civil do Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 13 de Março de 2015. Pregoeiro.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 027/2015

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2015

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: GIZELE REGINA DA SILVA ME.

Objeto: aquisição mediante entrega parcelada de gêneros alimentícios não perecível, através de contratação em caráter emergencial, no período de março/2015 a abril/2015, para suprir as necessidades das Unidades de Ensino, atendendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Vigência do Contrato: 12/03/2015 a 28/04/2015

Processo: Dispensa de Licitação n. 027/2015

Rubrica orçamentária: "128" 13.01.2.041.3.3.90.30.07.

Valor: R\$ 55.905,50 (cinquenta e cinco mil, novecentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Autorização em 12/03/2015.

Ratificada em: 12/03/2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

PREGÃO PRESENCIAL 29/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 27 de março de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Bica Corrida para ser utilizado na manutenção das diversas ruas deste município, no Sistema de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 13 de março de 2015. PREGOEIRA.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
18/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto à locação de ônibus de turismo, com motorista, para a Secretaria de Assistência Social, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ITEM 1 - DODOTUR TRANSPORTE E VIAGENS LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 169.600,00 (cento e sessenta e nove mil e seiscentos reais).

Palhoça, 13 de Março de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 36/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 15/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME, CONFORME ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 27/03/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 27/03/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 13 de Março de 2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

PROCESSO 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 37/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 16/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA. Data da entrega dos envelopes: 26/03/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 26/03/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 13 de Março de 2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

PROCESSO 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 38/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 17/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. Data da entrega dos envelopes: 26/03/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 26/03/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 13 de Março de 2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

PROCESSO 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 39/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 18/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ENSINOS FUNDAMENTAL, INFANTIL E MÉDIO), PARA OS ANOS LETIVOS DE 2015 E 2016. Data da entrega dos envelopes: 27/03/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 27/03/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 13 de Março de 2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015. Objeto: Contratação de prestação de serviços de engenheiro de minas. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 26 de março de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 26/03/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na PREFEITURA Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 13 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2015

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da PREFEITURA Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 129/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/02/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA, inscrita no CNPJ 05.157.804/0001-12, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de gêneros alimentícios que compõe a merenda escolar da rede municipal de ensino para o primeiro semestre letivo de 2015, conforme especificações constantes na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima especificado;
1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 40.845,50 (quarenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), relativos aos itens 57, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 71, 72, 73, 74 e 76, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 129/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura ou até entrega total do objeto licitado, o que ocorrer primeiro;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 129/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue durante o 1º semestre letivo de 2015 no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a saber:

4.1.1 - O Fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares, sendo:

- a) Previsão de 3 entregas para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da Área Urbana e Rural, que deverá ocorrer em 5 (cinco dias) a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar;
- b) Previsão de entregas semanais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer toda Terça-feira de manhã, exceto se este dia coincidir com dia de feriado, sendo que, neste caso, a entrega deverá ser feita no dia útil imediatamente subsequente;
- c) Previsão de entregas quinzenais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.

4.1.2 - Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.

4.1.3 - Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nos CEIS.

4.1.4 - As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.

4.1.5 - Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas serão rejeitados no momento da entrega, sendo exigida a sua substituição dentro de um prazo de 24 horas.

4.1.6 - Horário das entregas: as entregas deverão ocorrer a partir das 08 horas até as 15:30 horas.

4.2 - Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora da especificação do edital e anexo I.

4.3 - A disponibilização dos itens adjudicados deverá ocorrer em

até 3 (três) dias após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante.

4.4 - Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto.

4.5 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes no edital do Pregão Presencial nº 129/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata de registro de preços;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua

justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de não entrega ou entrega parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 03 de fevereiro de 2015.

_____ - Fábio José Padilha - Pregoeiro
_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

_____ - Frutas e Verduras Indiana Ltda

- Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais e reagentes para a execução de exames laboratoriais, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 27 de março de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 27/03/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na PREFEITURA Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 13 de março de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015. Objeto: Contratação de prestação de serviços de engenheiro de minas. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 25 de março de 2015 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: dia 25/03/2015 - 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na PREFEITURA Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 10 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 022/2015

DECRETO Nº. 022, DE 12 MARÇO DE 2015.
DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES”.

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado Luto Oficial nas repartições públicas do Município de Passo de Torres, em decorrência do falecimento da Senhora SANTINA EULALIA COELHO, Mãe do Prefeito Municipal Em Exercício, Paulo Roberto Cordeiro, Ocorrido dia 11 de março de 2015; para que surta seus efeitos legais e jurídicos durante os dias 12 e 13 (Quinta e Sexta -feira) do mês de março de 2015.

Passo de Torres, em 12 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ERRATA 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ERRATA Nº 01 - EDITAL DE SELEÇÃO Nº 002/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
EDITAL PARA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL A SEREM ADMITIDOS EM CARATER TEMPORARIO PARA O ANO DE 2015 E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, no uso de suas atribuições legais, torna público a Errata nº 01 do edital nº: 002/2015 referente ao item 1.1 onde se lê - “Serão oferecidas 01(uma) vaga para Professor de Educação Infantil e 01 (uma) vaga Professor de Informática para atender às necessidades do quadro funcional e preencher o cadastro reserva da Secretaria de Educação e Cultura”. Será acrescido no subitem 1.1 do edital supracitado, a vaga de Professor de Educação Física. E, referente ao subitem 1.2 que trata “Os cargos e suas respectivas áreas a seguir:” Será acrescido na tabela a área Educação Física e cargo Professor.

No item 2- DAS INSCRIÇÕES e subitem 2.1 onde se lê - “As inscrições serão realizadas na secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito à Rua Mampituba, 302 - Centro - Passo de Torres - SC, no dia 13 de Março de 2015, das 13:30h às 17:30h”, altera-se o período de inscrições para o dia 17 de Março de 2015, permanecendo o mesmo horário e local. Referente ao subitem 2.3 onde se lê: “Declaração de que não sofreu processo disciplinar nos últimos 02 (dois) anos emitida pelo Setor de Recursos Humanos na PREFEITURA Municipal de Passo de Torres” acrescenta-se “Declaração de que (...) e/ou Instituições públicas ou privadas.

No item 7 - DO RESULTADO e subitem 7.1 onde se lê “O resultado (...) no dia 17/03/2015”. Altera-se para “O resultado (...) no dia

19/03/2015.

No item 9 - DO RESULTADO FINAL e subitem 9.1 onde se lê “O resultado (...) no dia 19/03/2015”. Altera-se para “O resultado (...) no dia 23/03/2015.

Karini Lummertz Colares
Secretária de Educação e Cultura

LEI 981/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 981 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“ALTERA AS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 901 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º O Artigo 3º da Lei Municipal nº 901, de 18 de novembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 3º: O Governo do Estado de Santa Catarina compromete-se em realizar a construção prevista no Artigo 2º da presente Lei, no prazo de 03 (três) anos, contados da assinatura do termo de doação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 09 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 016/2015

PORTARIA Nº 016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 064 DE 01 DE AGOSTO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Vera Regina Bueno Lopes que trata o artigo 1º da Portaria nº 064 de 01 de agosto de 2014 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 12 de fevereiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12 de fevereiro de 2014.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças.

PORTARIA 017/2015

PORTARIA Nº 017, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“DESIGNA LILIANI BAUER DE BARROS, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal, , de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 669/2009 , 736/2011 e 805/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Liliani Bauer de Barros, Professor em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Diretor do Ensino Fundamental na Escola Municipal Manoel Rodrigues da Silva de acordo com as Leis Municipais Nº.669/2009 , 736/2011 e 805/2012.

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação estabelecida no artigo 39 da Lei 736/2011, ficando suspenso quando findar a execução do cargo mencionado neste art.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 018/2015

PORTARIA Nº 018, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Samanta Bonicenha de Souza	Arquiteta

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 019/2015

PORTARIA Nº 019, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Nóe Santos de Melo	Motorista de Veículo em Geral

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 020/2015

PORTARIA Nº 020, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Elizangela Coelho Rodrigues Enfermeira	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 021/2015

PORTARIA Nº 021, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Camila da Silva de Matos	Enfermeira

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 022/2015

PORTARIA Nº 022, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Renata Henrique Ebsem	Enfermeira

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 023/2015

PORTARIA Nº 023, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Socrates Telemaco de Sousa	Fisioterapeuta

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 024/2015

PORTARIA Nº 024, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Graziela Porto Trescher	Psicologa

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 025/2015

PORTARIA Nº 025, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Angela Mattos Raupp	Farmaceutica

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 026/2015

PORTARIA Nº 026, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Marcos RodriguesHespanhol	Tecnico de Enfermagem

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 027/2015

PORTARIA Nº 027, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDOR ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Patricia Schefer	Tecnico de Enfermagem

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 028/2015

PORTARIA Nº 028, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDOR ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Simara Pereira Lummertz	Tecnico de Enfermagem

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 029/2015

PORTARIA Nº 029, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Neusa Maria Machado da Silveira	Tecnico de Enfermagem

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 030/2015

PORTARIA Nº 030, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Andrea Velleda Duarte	Médico Ginecologista

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 031/2015

PORTARIA Nº 031, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Luciana de souza Lopes	Médico Clinico Geral

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 032/2015

PORTARIA Nº 031, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Luciana de souza Lopes	Médico Clinico Geral

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 033/2015

PORTARIA Nº 033, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Fernanda de Souza Lummertz	Psicologa Educacional

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 034/2015

PORTARIA Nº 034, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Leticia Soares Ribeiro	Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 035/2015

PORTARIA Nº 035, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Marilian da Silva Casagrande	Nutricionista Educacional

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 036/2015

PORTARIA Nº 036, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Geovana de Moraes Lima	Assistente Social

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 037/2015

PORTARIA Nº 037, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Aline Andressa dos Santos Grossmann	Psicólogo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 038/2015

PORTARIA Nº 038, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Jerena Maria Luchetta Ryll	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 039/2015

PORTARIA Nº 039, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Gerusa Inacio dos Santos	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 040/2015

PORTARIA Nº 040, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Liliani Bauer de Barros	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 041/2015

PORTARIA Nº 040, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Liliani Bauer de Barros	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 042/2015

PORTARIA Nº 042, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Marinilda Ladislau Raupp	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 043/2015

PORTARIA Nº 043, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Maria Eloiza Vargas da Costa	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 044/2015

PORTARIA Nº 044, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Aline Costa Pereira	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 045/2015

PORTARIA Nº 045, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Stefania de Borba Quadros	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 046/2015

PORTARIA Nº 046, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Jaime Luis da Silveira Batista	Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 047/2015

PORTARIA Nº 047, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Marilia Boff Nicolodi	Psicopedagogo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 048/2015

PORTARIA Nº 048, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Silvia Regina Henrique	Técnico Educacional

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 049/2015

PORTARIA Nº 049, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Vilma Caetano de Campos	Técnico Educacional

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 050/2015

PORTARIA Nº 050, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Jaqueline Monteiro Ramos	Agente Auxiliar

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 051/2015

PORTARIA Nº 051, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Alana Maciel Aguiar Auxiliar	Administrativo Escolar

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 052/2015

PORTARIA Nº 052, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome
01 - Lisiane Scheffer da Silva

Categoria Funcional
Auxiliar Administrativo Escolar

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 053/2015

PORTARIA Nº 053, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Eliane Pacheco	Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 054/2015

PORTARIA Nº 053, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Eliane Pacheco	Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 055/2015

PORTARIA Nº 055, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Telma Lopes Scheffer Raupp	Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 056/2015

PORTARIA Nº 056, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Caroline Ribeiro Freitas	Caetano Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 057/2015

PORTARIA Nº 057, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Maria Leberaci Dias	Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 058/2015

PORTARIA Nº 058, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Marivalda Honorato Cunha	Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 059/2015

PORTARIA Nº 059, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Micael Camacho de Lima	Auxiliar de Biblioteca

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 060/2015

PORTARIA Nº 060, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Ediner Rospa da Silveira	Auxiliar de Biblioteca

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 061/2015

PORTARIA Nº 061, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Tiago Machado da Silva	Professor LP1 A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 062/2015

PORTARIA Nº 062, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Volnei Francisco Ramos de Almeida	Braçal

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 063/2015

PORTARIA Nº 063, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Alexandre Santos Farias	Braçal

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 064/2015

PORTARIA Nº 064, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Paulo Roberto Jardim	Braçal

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 065/2015

PORTARIA Nº 065, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - João Delfino Joaquim

Motorista de Ônibus e Ambulância

Categoria Funcional

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 066/2015

PORTARIA Nº 066, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - Marcello Santino Teixeira

Categoria Funcional

Motorista de Ônibus e Ambulância

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 067/2015

PORTARIA Nº 067, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - José Carlos Hespanhol

Categoria Funcional

Motorista de Ônibus e Ambulância

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 068/2015

PORTARIA Nº 068, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - Manoel Claudio Cardoso Borges

Categoria Funcional

Motorista de Ônibus e Ambulância

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 069/2015

PORTARIA Nº 068, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - Manoel Claudio Cardoso Borges

Categoria Funcional

Motorista de Onibus e Ambulancia

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 070/2015

PORTARIA Nº 070, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - Leandro Gonzaga Antonio

Categoria Funcional

Motorista de Onibus e Ambulancia

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 071/2015

PORTARIA Nº 071, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - Rogerio Santos de Souza

Categoria Funcional

Motorista de Onibus e Ambulancia

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 072/2015

PORTARIA Nº 071, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome

01 - Rogerio Santos de Souza

Categoria Funcional

Motorista de Onibus e Ambulancia

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 073/2015

PORTARIA Nº 073, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, VERA REGINA BUENO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Vera Regina Bueno Lopes, referente ao período aquisitivo de 15/12/2004 à 14/12/2009.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 09/03/2015 e com término em 06/06/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 074/2015

PORTARIA Nº. 074 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional da Letra "A" para "B", aos servidores públicos Municipais do quadro efetivo de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupos: I, II e III da referida Lei.

Art. 2º - Os servidores que fazem jus à referida progressão estão relacionados por ordem alfabética, de acordo com o Anexo I desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Anexo I da Portaria Nº 074 de 10 de março de 2015.
Período em referencia 03/2012 à 03/2015.

PROGRESSÃO DA LETRA "A" PARA "B"

- Alexandre Santos Farias	- Neusa Maria Machado da Silveira
- Aline Andressa dos Santos Grossmann	- Noe Santos de Melo
- Andrea Velleda Duarte	- Patricia Schefer
- Angela Mattos Raupp	- Paulo Roberto Jardim
- Camila da Silva de Matos	- Renata Henrique Ebsen
- Caroline Ribeiro Freitas Caetano	- Rogerio Santos de Souza
- Claire Luciane Martins dos Santos	- Samanta Bonicenha de Souza
- Eliane Pacheco	- Simara Pereira Lummertz
- Elizangela Coelho Rodrigues	- Socrates Telemaco de Souza
- Geovana de Moraes Lima	- Telma Lopes Scheffer Raupp
- Graziela Porto Trescher	- Valdir Pacheco
- Jaqueline Monteiro Ramos	- Volnei Francisco Ramos de Almeida
- João Delfino Joaquim	
- José Carlos Hespanhol	
- José Fabio Pereira	
- Leticia Soares Ribeiro	
- Luciana de Souza Lopes	
- Manoel Claudio Cardoso Borges	
- Marcello Santino Teixeira	
- Marcos Rodrigues Hespanhol	
- Maria do Carmo Gonçalves Zollin	
- Maria Leberaci Dias	
- Marivalda Honorato Cunha	

Passo de Torres, 10 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Alexandre Angelo Felipe
Secretario Municipal de Administração e finanças

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 01/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CRIA HORÁRIO DE USO DA TRIBUNA PARA OS CIDADÃOS PASSOTORRENSES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 1º Fica criado o horário de uso da tribuna, antes do inicio das sessões ordinárias, a iniciar às 19h15 (horário de verão) e às 18h15 (horário de inverno).

Art. 2º O horário de uso da tribuna pelo cidadão não poderá ultrapassar 10 (dez) minutos.

Art. 3º A cada terça-feira, apenas um cidadão poderá fazer uso da tribuna, devendo comunicar à secretaria desta Câmara de Vereadores, com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos, além de informar o assunto que irá expor na tribuna.

Art. 4º O uso da tribuna será para expor e reivindicar assuntos de interesse da população passotorrense.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Passo de Torres-SC, em 11 de março de 2015.
Pedro Paulo Bitencourt
Presidente do Poder Legislativo de Passo de Torres

Ademilson Batista da Silva
1º Secretário

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 04/2015

Ata nº 04/2015; Processo nº011/2015; Objeto: Aquisição parcelada, conforme a necessidade de materiais de copa , cozinha, higiene e limpeza para atender as secretarias administradas pela PREFEITURA e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. Contratadas: ANCS INFORMÁTICA LTDA- EPP, valor: R\$ 10.099,70 (Dez mil noventa e nove reais e setenta centavos); MERCEARIA PEDRINHO LTDA ME, valor: R\$ 15.650,00 (Quinze mil seiscentos e cinquenta reais); ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, valor: R\$ 42.602,55 (Quarenta e dois mil seiscentos e dois e cinquenta e cinco centavos PERUIBE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO -ELETRONICOS LTDA, valor: R\$ 18.957,00 (Dezoito mil novecentos e cinquenta e sete reais) ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA, valor: R\$ 13.298,85 (Treze mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos); PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, valor: R\$ 32.019,50 (Trinta e dois mil dezenove reais e cinquenta centavos); BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, valor: R\$ 31.641,00 (Trinta e um mil seiscentos e quarenta e um reais); BRASIDAS EIRELI ME, valor: R\$ 1.129,90 (Um mil cento e vinte nove reais e noventa centavos); DANNA COMERCIAL EIRELI ME, valor: R\$ 9.999,00 (Nove mil novecentos e noventa e nove reais); TARCIANE LOHN BOECHAT EPP valor: R\$ 32.947,80 (Trinta e dois mil novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos); COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA LTDA valor: R\$ 17.998,90 (Dezessete mil novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos); Data da Assinatura: 06/03/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 05/2015

Ata nº 05/2015; Processo nº 018/2015; Objeto: Registro de preços para aquisição de água e gás para atender as Secretarias deste Município; Contratada: MERCADO OSORIO LTDA ME - CNPJ 10.441.650/0001-26; valor contratado: R\$ 55.335,00 (Cinquenta e cinco mil trezentos e trinta e cinco reais). Data da Assinatura: 10/03/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 08/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua José Pereira da Silva inscrita no CNPJ sob o n.º 82.383.289/0001-32 Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Paulo Lopes, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro João dos Santos CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, em decorrência

do processo de Inexigibilidade n.º 01/2015, homologado em 11/03/2015, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento de Software como Serviço do(s) aplicativo(s) PONTO com acessos simultâneos em ambiente Windows e PONTUAL FLY, com acessos ilimitados em ambiente Web, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- b) Configuração e parametrização.
- c) Treinamento de implantação para os servidores responsáveis pela utilização do(s) aplicativo(s) contratado(s).
- d) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- e) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- f) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 11/03/2015, com vigência até 11/03/2016 podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s), objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal total de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais), totalizando o valor do presente instrumento em R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais).
- b) Pela parametrização e treinamento na operacionalização do APLICATIVO, a CONTRATANTE pagará o valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).
- c) Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) o KM rodado, mais despesas de estada no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.
- d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.
- e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia primeiro do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.
- f) O pagamento dos serviços de conversão de dados, implantação dos aplicativos e treinamento dos usuários serão pagos em parcela única em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.
- g) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.
- h) Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (hum por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente

ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

i) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do(s) Aplicativo(s) objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03	Secretaria de Administração
Unidade: 01	Secretaria de Administração
Atividade: 2.005	Func. e Manutenção da Sec. de Administração
3.3.90.00.00.00.00.000080	(7) Aplicações diretas
3.3.90.39.99.00	Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE SOFTWARE COMO SERVIÇO

- a) O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso na modalidade software como Serviço, que consiste no gerenciamento, manutenção legal, corretiva e hospedagem do(s) aplicativo(s), em ambiente externo disponibilizado pela CONTRATADA, dotado de infraestrutura para processar e armazenar os dados registrados pela CONTRATANTE.
- b) O ambiente externo consiste na locação e gestão de infraestrutura de hosting - sala limpa, prova de fogo e independência de energia, monitoramento 24 (vinte e quatro) horas nos 07 (sete) dias da semana e sistema de segurança de acesso; locação e gestão de espaço e processamento na base de servidores da CONTRATADA, com estrutura e manutenção de servidores, softwares, web link e segurança da aplicação (firewalls e chaves de criptografia).
- c) O(s) aplicativo(s) estará(ão) disponível(eis) no período diurno e noturno, em dias úteis, finais de semana e feriados, sendo que, a CONTRATADA poderá interromper o funcionamento para manutenções técnicas, para atualizações, para otimizações dos serviços ou atendendo às determinações legais e às de órgãos públicos.
- d) O(s) aplicativo(s) está(ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.
- e) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).
- f) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.
- g) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitada no(s) aplicativo(s).

- d) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
- Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
 - Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
 - Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- f) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- g) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícito(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)
- h) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- Instalar o(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, e treinar os funcionários da CONTRATANTE na utilização do(s) mesmo(s).
- Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativos(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).
- Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
- Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

O treinamento para o(s) usuário(s) operacionalizar(em) o(s) aplicativo(s) deverá ser realizado dentro de 30 (trinta) dias após sua instalação e obedecerá aos seguintes critérios:

- A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados.
- Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.
- O treinamento constará de apresentação geral do aplicativo e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.
- O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como, a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a

CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).

c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.

d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

10.1. O suporte técnico, após-implantação do(s) aplicativo(s), deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

- Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
 - Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,
 - Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
- Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente;
 - Analisar bases de dados via acesso remoto ou na Bethesda;
 - Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;
 - Alterar fórmulas de cálculo;
 - Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) aplicativo(s) contratado(s) e seja específico do cliente;
 - Desenvolver ATB's específicos para troca de senhas;
 - Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento;
 - Outros serviços inerentes ao(s) aplicativo(s).

10.2. Este atendimento poderá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

10.3. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

10.1. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s), serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

11.1 O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

11.2 O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator

correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

12.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "j" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO

10.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT, quando eventualmente requisitada.

10.2. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

c)

d) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

14.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Garopaba para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Paulo Lopes, 11 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Evandro João dos Santos

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.	BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva	Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF n.º _____

Nome: _____ CPF n.º _____

ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº 08/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

1. APLICATIVO DE PONTO ELETRÔNICO.

1.1. O aplicativo de Ponto Eletrônico deverá possuir integração com o aplicativo de folha de pagamento ou utilizar o mesmo banco de dados.

1.2. Permitir configuração das ocorrências de horas extras, faltas, DSR Perdido, adicional noturno e demais ocorrências de folha, para gerar lançamento diretamente na folha de pagamento.

1.3. Possuir integração com qualquer relógio ponto do mercado.

1.4. Permitir configuração de vários tipos de horários permitindo compensação dentro do mês.

1.5. Possuir controle de saldo de horas extras. No controle de saldo de horas extras, possibilitar as seguintes configurações:

1.5.1. Somar para saldo,

1.5.2. Subtrair do saldo,

1.5.3. Limite mensal de quantidade de horas extras, que podem ser pagas em folha.

1.6. Possibilitar flexibilidade de horários, permitindo a jornada de trabalho em horários diferentes.

1.7. Permitir configuração de busca automática de horários alternativos, pré-configurados, dentre os horários disponíveis para o servidor.

1.8. Permitir controle de revezamento de período a cada dia, semana ou mês.

1.9. Possuir programação de afastamento.

1.10. Permitir consulta de horários por período.

1.11. Permitir controle dos servidores, através de um crachá provisório.

1.12. Controlar marcações de refeitório.

1.13. Gerenciar períodos semanais e turnos corridos (vigia).

1.14. Permitir a realização da manutenção do cartão ponto, sem possibilitar a exclusão da marcação original. Quando houver necessidade de excluir uma marcação original equivocada, no lugar de excluir a marcação original, o aplicativo deve dispor de recurso para desconsiderar esta marcação da apuração, sem excluí-la.

1.15. Possuir fórmula de cálculo individual para as ocorrências do ponto, possibilitando ajustar a jornada de trabalho da entidade;

1.16. Permitir emissão do cartão ponto;

1.17. Possuir relatórios gerenciais para controle das ocorrências verificadas na apuração das marcações;

1.18. Possuir relatórios dos servidores ausentes e presentes na PREFEITURA em determinado período.

1.19. Possuir relatório de horas apuradas, por servidor e por ocorrência. Permitindo agrupar os valores por ocorrência e suprimir as faltas não descontadas em folha.

1.20. Permitir configuração de feriados fixos, móveis e de ponto facultativo.

1.21. Permitir parametrização de horas noturnas, intervalo mínimo entre batidas, intrajornada e controle de adição de variáveis;

1.22. Permitir ao usuário, incluir ou retirar ocorrências no cálculo do ponto (Ocorrências a calcular).

1.23. Permitir que as ocorrências configuradas no ponto possam ser refletidas no aplicativo da folha.

1.24. Permitir cadastro de períodos de apuração do ponto.

1.25. Permitir fechamento do período de apuração das ocorrências de forma geral e individual (individual para cálculo de rescisões).

1.26. Possuir filtros por data inicial e final do período de apuração, por funcionário, por data de admissão, por grupo funcional, por organograma, por vínculo empregatício, por regime de previdência, por cargo e por turma na rotina de apuração do ponto.

1.27. Permitir acessar o dia para inserir a marcação faltante ou desconsiderar uma marcação equivocada, possibilitando reapurar o dia e fechá-lo.

- 1.28. Possuir recurso para excluir uma ocorrência, marcar a falta para não descontar em folha ou abonar faltas.
- 1.29. Possuir recurso para fechar o dia, não gerando mais valores para este dia.
- 1.30. Demonstrar marcações originais do dia, acompanhada da informação se esta foi considerada ou não.
- 1.31. Demonstrar marcações apuradas no dia, acompanhada da informação se esta é original ou inserida.
- 1.32. Possuir recurso para impedir que a marcação original (importada do relógio), seja excluída durante as manutenções do ponto. Permitindo apenas, que a marcação original seja desconsiderada e deixe de exercer influência sobre a apuração.
- 1.33. Possuir relatório de absenteísmo configurável.
- 1.34. Possuir relatório de marcações importadas, ativas e anuladas.
- 1.35. Possuir relatório configurável de manutenção das ocorrências de ponto com os filtros "Maior que", "Menor que", "Maior igual", "Menor igual", "Igual", "Diferente".
- 1.36. Possuir relatório de extrato de compensação de horas.
- 1.37. Possuir gráfico de ocorrências para um período, por cargo, local de trabalho, vínculo, secretaria ou centro de custo.
- 1.38. Possuir gráfico comparativo de ocorrências em relação há outros meses.
- 1.39. Possuir gráfico comparativo do saldo de horas extras em relação há outros meses.
- 1.40. Atender dentro do prazo legal a portaria nº 1.510/2009 do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego.

2. APLICATIVO DE RELÓGIO DE PONTO VIA INTERNET.

- 2.1. Permite registrar marcações de ponto com precisão.
- 2.2. Possibilitar que as marcações sejam enviadas diretamente para um servidor de dados na internet, e disponibilizadas em tempo real, podendo ocorrer à coleta de dados a partir de qualquer computador, não sendo necessário coletar as informações diretamente no relógio físico.
- 2.3. Integração automática com o aplicativo de Ponto Eletrônico objeto do presente edital, através de um processo para coletar as informações de relógios, locais de trabalho, de funcionário.
- 2.4. Permitir ao usuário consultar suas marcações de ponto e identificar antecipadamente possíveis erros de marcações.
- 2.5. Possibilitar ao funcionário solicitar à sua chefia imediata alteração nas marcações ou até mesmo inclusão de marcações faltantes.
- 2.6. Permitir ao gestor monitorar as marcações de seus liderados, a fim de identificar possíveis incoerências.
- 2.7. Permitir definir quais entidades podem registrar marcações em cada relógio.
- 2.8. Permitir a criação de vários relógios, em locais de trabalhos diferentes.
- 2.9. Permitir a criação de várias funções distintas para cada relógio.
- 2.10. Possuir relatório para consultar as marcações registradas no relógio, podendo filtrar os dados para emissão deste relatório.
- 2.11. Possuir funcionalidade que permita agendar a emissão dos relatórios, assim como a emissão de relatórios em lotes.
- 2.12. O Módulo Relógio do aplicativo deve ser compatível com tablets e smartphones.

Paulo Lopes, 11 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
Evandro João dos Santos
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.	BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva	Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF n.º _____ CPF n.º _____

ANEXO II - DOS VALORES

CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

O objetivo deste Anexo II é o detalhamento dos valores do(s) aplicativo(s) e serviço(s), objeto deste contrato.

ITEM	QTD. MESES	APLICATIVO(S)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	12	PONTO	390,00	4.680,00
02	12	PONTUAL-FLY	200,00	2.400,00
VALOR TOTAL R\$			590,00	7.080,00

ITEM	QTD. PARCELAS	SERVIÇO(S)	VALOR PARCELA	VALOR TOTAL
01	01	Parametrização e Treinamento PONTO.	1.900,00	1.900,00
02	01	Parametrização e Treinamento PONTUAL-FLY.	1.000,00	1.000,00
VALOR TOTAL R\$			2.900,00	2.900,00

Paulo Lopes, 11 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Evandro João dos Santos

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.	BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva	Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF n.º _____ CPF n.º _____

PORTARIA Nº 117/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 116/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, Diretora Unidade Escolar, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Vera Lucia da Silva Pires, brasileira, portadora do CPF nº 020.914.639-73, matrícula nº 10742, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 045/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1º TERMO DE ADITIVO Nº 22/2015

1º Termo de Aditivo nº 22/2015

Ao Contrato nº 23/2014

Licitação: Processo Licitatório nº. 06/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2014 -FMS

Objeto: Prestação de serviço para locar 4 (quatro) impressoras com capacidade para 4.000 impressões e/ou cópias para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde.

Pelo presente instrumento do 1º Termo de Aditivo nº 22/2015 FMS ao Contrato Administrativo 23/2014, para Contratação de Empresa para prestação de serviço Prestação de serviço para locar 4 (quatro) impressoras com capacidade para 4.000 impressões e/ou cópias para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu E.E Prefeito Municipal, Sr. Mario Guaracyde Souza, brasileiro, viuvo, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a EMPRESA MAXLIFE INFORMATICA LTDA, com endereço na cidade de Penha/SC, Av. Eugenio Krause, nº 661, Sala 01, Centro, CEP 88380-000, Fone (47) 3345-6164 inscrita no CNPJ nº 09.501.997/0001-38, neste ato representada pelo Sr Anderson Clayton Forte Meisen, CPF 053.159.159-05, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de serviços manutenção dos veículos com fornecimento de peças, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica realizado aditivo de prazo ao contrato nº 23/2014, ficando assim prorrogado até o dia 13/04/2015, a contar do dia 13/03/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 13 de Março de 2015.

Mario Guaracy de Souza MAXLIFE INFORMATICA LTDA
E.E PREFEITO CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Gustavo João da Silva
CPF : 095.172.079

DE ACORDO: _____
Daniele Schweger de Souza Lunge
Secretária de Administração

CONTRATO Nº 291/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 291/2015 - RH/PMP

Contratado (A) DEISE DE FÁTIMA DOMINGUES, na função de Professor I, início em 12/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 292/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 292/2015 - RH/PMP

Contratado (A) JULIANA KOVACS LACERDA, na função de Professor I, início em 12/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 293/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 293/2015 - RH/PMP

Contratado (A) JOSIANE BENTO, na função de Professor I, início em 12/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 294/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 294/2015 - RH/PMP

Contratado (A) YANDRA ALINE CALDEIRA, na função de Professor I, início em 12/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 295/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 295/2015 - RH/PMP

Contratado (A) THIRCIANE FEITOSA DE SANTANA, na função de Professor I, início em 12/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 296/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 296/2015 - RH/PMP

Contratado (A) MARIA HELENA PADILHA DE CASTRO, na função de Servente/Merendeira, início em 13/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 13 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PENHA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2015

CONSULTA PÚBLICA COM OBJETIVO DE COLETAR PROPOSTAS PARA A CONFECCÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

O Prefeito Municipal de Penha, no uso das suas atribuições, em cumprimento ao Artigo 1º. e seu Parágrafo Único, ao Artigo 182 da Constituição Federal, aos incisos II, III, XIII do Artigo 2º, do Parágrafo 4º, Artigo 40 e ao Capítulo IV da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, bem como o Artigo 5º da Lei Federal 12.587 de 3 de janeiro de 2012, e suas posteriores alterações, comunica a todos os cidadãos e entidades da sociedade civil que será realizada uma Consulta Pública com o objetivo de debater e coletar propostas para a confecção do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, na seguinte data, horário e local:

- Dia 30 de março de 2015 (segunda-feira), às 18:30hs, na SAP (Sociedade Amigos de Penha) - Avenida Nereu Ramos, nº440, bairro Centro.

A Consulta Pública terá como objetivo expor a metodologia adotada nos trabalhos, os temas abordados, a forma de participação da comunidade na formulação de propostas, a coleta de propostas e as datas dos próximos eventos que serão realizados pelo Município de Penha, sob coordenação da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, ou seu preposto, para o início do processo de confecção do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável.

A íntegra deste chamamento público se encontra afixada no Mural público municipal, no sítio www.penha.sc.gov.br no ícone "licitações" e no sítio www.amfri.org.br no ícone "iniciativas".

Penha - SC, 13 de março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercício

TERMO ADITIVO Nº 297/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 297/2015 AO CONTRATO Nº275/2015

Contratado (A) EDIANI BENTO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M Rosália Valentina D'Allago, no período de 13/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 13 de Março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

O Presidente da Câmara de Vereadores de Penha torna público o resultado do Processo Licitatório 02/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2015, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cobertura cinematográfica das sessões legislativas, produção e veiculação de noticiário periódico ou ferramenta similar, filmagens de eventos internos e externos, além de edição em arquivo digital e finalização em mídia DVD.

Após decorrido prazo legal e expirado o prazo para apresentação do recurso na forma da Lei Nº 10.520/2002, observada a regularidade do procedimento, considerando o menor preço global, o Presidente da Câmara de Vereadores de Penha HOMOLOGA a decisão para declarar vencedora a empresa CATARINA COMUNICAÇÃO LTDA-ME, CNPJ: 14.914.689/0001-74, ADJUDICANDO-LHE o objeto licitado no valor global de R\$ 109.900,00 (cento e nove mil e novecentos reais).

Penha, 13 de março de 2015.

Felipe Rebello Schmidt

Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.188, DE 12 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.188, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.377, terreno este situado na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Município e cidade de Pinheiro Preto-SC, de acordo com o Processo Administrativo nº 01/2015, registrado à fl. 07, do livro 14, requerente LEOCLIDES ZANELLA, inscrito no CPF sob nº 168.157.009-25, e sua cônica MARIA CARINHATO ZANELLA, inscrita no CPF 981.689.249-91, residentes na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Pinheiro Preto-SC.

Art. 2º O DESMEMBRAMENTO da gleba de terra da matrícula nº 7.377, com área total de 28.260,24 m² (vinte e oito mil duzentos e sessenta metros e vinte e quatro centímetros quadrados), compondo-se de 03 (Três) lotes, perfazendo uma área total de 992,79m², sendo:

Relação das Áreas da Matrícula nº 7.377:

Área 01	27.267,45 m²	Área Remanescente da Matrícula nº 7.377
Área 02	330,93 m²	Área a Desmembrar da Matrícula nº 7.377
Área 03	330,93 m²	Área a Desmembrar da Matrícula nº 7.377
Área 04	330,93 m²	Área a Desmembrar da Matrícula nº 7.377
	28.260,24 m²	Área Total da Matrícula nº 7.377

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

27.267,45 m² - Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.377

Ao Norte: Confronta-se com Antonio Zanella, com distância de 105,00 m;

Ao Sul: Confronta-se com Alcir Zanella, com distância de 57,49 m e em outro plano distinto com Áreas 02, 03 e 04 a Desmembrar da Matrícula nº 7.377, com distância total de 47,04m;

Ao Leste: Confronta-se com Alcir Zanella, com distâncias de 266,58 m e 37,00 m;

Ao Oeste: Confronta-se com Herdeiros de Vicente Olivo, com distância de 253,38 m;

330,93 m² - Área 02 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.377

Ao Norte: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.377, com distância de 15,68 m e azimuth de 114º02'19";

Ao Sul: Confronta-se com Área 07 - Total de Área Institucional - Correspondente Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 13,00 m e azimuth de 294º02'16";

Ao Leste: Confronta-se com Área 03 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.377, com distância de 25,31 m e azimuth de 179º48'22";

Ao Oeste: Confronta-se com Herdeiros de Vicente Olivo, com distância de 26,52 m e azimuth de 354º31'08";

330,93 m² - Área 03 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.377

Ao Norte: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.377, com distância de 15,68 m e azimuth de 114º02'19";

Ao Sul: Confronta-se com Área 07 - Total de Área Institucional - Correspondente Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 13,00 m e azimuth de 294º02'16";

Ao Leste: Confronta-se com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.377, com distância de 24,33 m e azimuth de 185º34'15";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 02 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.377, com distância de 25,31 m e azimuth de 179º48'22";

330,93 m² - Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.377

Ao Norte: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.377, com distância de 15,68 m e azimuth de 114º02'19";

Ao Sul: Confronta-se com Área 07 - Total de Área Institucional - Correspondente Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 13,00 m e azimuth de 294º02'17";

Ao Leste: Confronta-se com Alcir Zanella, com distância de 23,62 m e azimuth de 191º44'58";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 03 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.377, com distância de 24,33 m e azimuth de 185º34'15";

Art. 3º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará autorizado a efetuar o registro das áreas frações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 12 de Março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.189, DE 12 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.189, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.381, terreno este situado na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Município e cidade de Pinheiro Preto-SC, de acordo com Processo Administrativo nº 02/2015, registrado à fl. 07, do livro 14, requerente ALCIR ZANELLA, inscrito no CPF sob nº 295.205.689-72, e sua cônica VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA inscrita no CPF 518.241.169-34, residentes na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Pinheiro Preto-SC.

Art. 2º O DESMEMBRAMENTO da gleba de terra da matrícula nº 7.381, com área total de 42.829,31 m² (quarenta e dois mil oitocentos e vinte e nove metros e trinta e um centímetros quadrados), compondo-se de 23 (vinte e três) lotes, perfazendo uma área, sendo:

Relação das Áreas da Matrícula nº 7.381:

Área 01	29.573,70 m2	Área Remanescente da Matrícula: 7.381
Área 02	426,28 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 03	400,30 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 04	2.774,41 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 05	1.404,29 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 06	425,77 m2	Área Institucional da Matrícula: 7.381
Área 07	418,96 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 08	484,82 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 09	412,40 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 10	416,48 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 11	517,18 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 12	455,37 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 19	401,65 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 20	400,65 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 21	509,19 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 22	928,55 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 23	650,00 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 24	317,27 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 25	426,41 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 26	373,02 m2	Área á Desmembrar da Matrícula: 7.381
Área 27	371,94 m2	
Área 28	370,69 m2	
Área 29	369,98 m2	
	42.829,31 m2	Área Total da Matrícula nº 7.381

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

29.573,70 m2 - Área 01 - Remanescente da Matrícula: 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Antonio Zanella, com distância de 117,32 m, em outro plano com Leoclides Zanella, com distância de 57,49 m, em outro plano com Área 19 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 19,06 m, com Área 20 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,06 m e com Área 21 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 5,27 m, totalizando 44,39 m;

Ao Sul: Confronta-se com Área 29 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,19 m, com Área 28 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 14,95 m, com Área 27 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,55 m, com Área 26 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 16,34 m, com Área 25 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 18,76 m, totalizando 80,79 m, em outro plano distinto com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 12,10 m, em outro plano distinto com Área 24 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,97 m, em outro plano distinto com Área 19 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 10,23 m e em outro plano distinto com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 59,47 m e com Área 02 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,00 m;

Ao Leste: Confronta-se com a Rua Marcelo Ramos Zanella, com distância total de 151,47 m, em vários alinhamentos, com Área 02 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distâncias de 21,40 m, com Área 03 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,50, totalizando 44,90 m, em outro plano distinto com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distâncias de 20,15 m e 9,75 m, com Área 06 Institucional da Matrícula: 7.381,

com distância de 26,37 m, com a Rua Antônio Costenaro Filho com distância de total de 16,75 m, totalizando 73,02 m em vários alinhamentos, em outro plano distinto com Área 19 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 18,07 m, em outro plano distinto com Área 23 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,34 e em outro plano com Área 24 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 21,61m;

Ao Oeste: Confronta-se com Área 25 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 21,34 m, em outro plano distinto com Leoclides Zanella, com distância de 37,00 m e em outro plano distinto com Leoclides Zanella, com distância de 266,58 m;

426,28 m2 - Área 02 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,00 m e azimuth de 115°40'20";

Ao Sul: Confronta-se com Área 03 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,00 m e azimuth de 294°39'50";

Ao Leste: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 21,40 m e azimuth de 210°50'46";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 21,40 m e azimuth de 30°50'44".

400,30 m2 - Área 03 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Área 02 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,00 m e azimuth de 294°39'50";

Ao Sul: Confronta-se com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,30 m e azimuth de 275°58'38";

Ao Leste: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 15,60 m, sendo:

- 12,51 m com azimuth 208°29'04";

- 3,09 m com azimuth 197°40'39";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,50 m e azimuth de 30°50'44".

2.774,41 m2 - Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distâncias de 59,47 m e azimuth de 57°51'14" e com Área 03 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,30 m e azimuth de 275°58'38";

Ao Sul: Confronta-se com Área 06 Institucional da Matrícula: 7.381, com distância de 24,26 m e azimuth de 82°48'38", com Área 07-- a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,70 e azimuth de 100°44'18", e em outro plano com Área 05 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 36,78 m e azimuth de 76°06'56";

Ao Leste: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 30,20 m, sendo:

- 4,72 m com azimuth 198°09'29";

- 4,17 m com azimuth 188°22'58";

- 5,28 m com azimuth 180°26'26";

- 4,90 m com azimuth 173°10'54";

- 4,69 m com azimuth 165°20'57";

- 4,71 m com azimuth 148°57'33";

- 1,73 m com azimuth 141°24'50";

Em outro plano distinto, confronta-se com Área 05 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distâncias de 6,55 m e azimuth de 29°56'29" e com distância de 18,00 m e azimuth de 333°30'05";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distâncias de 9,75 m e azimuth de 340°34'20" e distância de 20,15 m e azimuth de 5°27'32".

1.404,29 m2 - Área 05 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 36,78 m e azimuth de 76°06'56";

Ao Sul: Confronta-se com Área 08 - a Desmembrar da Matrícula

nº 7.381, com distância de 25,50 m e azimute de 285°59'55", com o vértice da Área 09 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381 e com Área 10 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 27,00 m e azimute de 247°43'28";

Ao Leste: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 33,23 m, sendo:

- 10,66 m com azimute 141°24'50";
- 6,40 m com azimute 143°37'18";
- 6,70 m com azimute 146°23'06";
- 6,77 m com azimute 149°43'39";
- 2,70 m com azimute 158°21'02";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 18,00 m e azimute de 333°30'05" e distância de 6,55 m e azimute de 29°56'29".

425,77 m2 - Área 06 Institucional da Matrícula: 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,26 m e azimute de 82°48'38";

Ao Sul: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 12,00 m, sendo:

- 9,25 m com azimute 141°37'02";
- 2,75 m com azimute 275°52'41";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 07 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,20 m e azimute de 10°31'54";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 26,37 m e azimute de 340°34'20".

418,96 m2 - Área 07 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,70 m e azimute de 100°44'18";

Ao Sul: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 14,00 m e azimute de 280°21'45";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 08 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 25,00 m e azimute de 26°05'22";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 06 Institucional da Matrícula: 7.381, com distância de 24,20 m e azimute de 10°31'54".

484,82 m2 - Área 08 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com Área 05 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 25,50 m e azimute de 285°59'55";

Ao Sul: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 14,00 m, sendo:

- 6,15 m com azimute 283°33'41";
- 7,85 m com azimute 288°21'09";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 09 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 29,35 m e azimute de 48°47'35";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 07 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 25,00 m e azimute de 26°05'22".

412,40 m2 - Área 09 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com vértice da Área 05 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381;

Ao Sul: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 18,10 m, sendo:

- 11,18 m com azimute 291°11'13";
- 6,92 m com azimute 292°32'34";

Em outro alinhamento, confronta-se com Área 11 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,00 m e azimute de 233°12'35";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 10 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 17,69 m e azimute de 322°35'21";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 08 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 29,35 m e azimute de 48°47'35".

416,48 m2 - Área 10 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com vértice da Área 05 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 27,00 m e azimute de 247°43'28";

Ao Sul: Confronta-se com a Área 11 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 17,40 m e azimute de 247°35'37", e com CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, com distância de 4,00 m e azimute de 247°46'28";

Ao Leste: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 17,06 m, sendo:

- 9,46 m com azimute 158°05'04";
- 7,60 m com azimute 164°44'33";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 09 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 17,69 m e azimute de 322°35'21";

517,18 m2 - Área 11 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com a Área 09 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,00 m e azimute de 233°12'35", com a Área 10 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 17,40 e azimute de 247°35'37" e em outro plano distinto com CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, com distância de 4,00 e azimute de 247°35'37";

Ao Sul: Confronta-se com a Área 12 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 27,57 m e azimute de 233°21'16";

Ao Leste: Confronta-se com a CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, com distância de 4,00 m e azimute 344°43'33" e com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 8,87 m e azimute de 169°54'56";

Ao Oeste: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 18,61 m, sendo:

- 10,72 m com azimute 302°13'40";
- 7,89 m com azimute 293°56'39".

455,37 m2 - Área 12 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com a Área 11 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 27,57 m e azimute de 233°21'16";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 31,31 m, sendo:

- 1,83 m com azimute 231°10'18";
- 3,22 m com azimute 273°03'19";
- 3,43 m com azimute 290°46'24";
- 2,61 m com azimute 303°19'38";
- 4,93 m com azimute 312°37'20";
- 9,22 m com azimute 308°50'00";
- 6,07 m com azimute 306°21'19";

Ao Leste: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 31,35 m, sendo:

- 17,42 m com azimute 169°13'22";
- 9,94 m com azimute 172°41'49";
- 3,99 m com azimute 163°14'35";

Ao Oeste: Confronta-se com o vértice da Rua Antônio Costenaro Filho.

401,65 m2 - Área 19 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se com a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 10,23 m e azimute de 104°04'24" e com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 12,17 m, sendo:

- 8,90 m com azimute 104°04'24";
- 3,27 m com azimute 125°36'07";

Ao Sul: Confronta-se com a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 19,06 m e azimute de 293°06'54";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 20 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,82 m e azimute de 216°02'47";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 01 - Remanescente da Matrícula

nº 7.381, com distância de 18,07 m e azimuth de 28°18'04".

400,65 m2 - Área 20 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 19,15 m, sendo:

- 9,34 m com azimuth 125°36'05";
- 9,81 m com azimuth 133°09'08";

Ao Sul: Confronta-se com a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância total de 20,06 m, sendo:

- 12,86 m com azimuth 305°47'43";
- 7,20 m com azimuth 305°34'23";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 21 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 19,59 m e azimuth de 213°10'16";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 19 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,82 m e azimuth de 216°02'47".

509,19 m2 - Área 21 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 40,88 m, sendo:

- 3,99 m com azimuth 132°01'57";
- 14,32 m com azimuth 138°13'42";
- 12,74 m com azimuth 146°56'08";
- 9,83 m com azimuth 157°02'14";

Ao Sul: Confronta-se com a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 5,27 m e azimuth de 305°47'43", com a Área 23 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 18,49 m e azimuth de 125°47'43" e com a Área 22 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,00 e azimuth de 100°43'50";

Ao Leste: Confronta-se com o vértice da Rua Antônio Costenaro Filho;

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 20 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 19,59 m e azimuth de 213°10'16".

928,55 m2 - Área 22 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 21 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,00 e azimuth de 100°43'50";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 24,80 m, sendo:

- 6,57 m com azimuth 246°09'58";
- 6,32 m com azimuth 270°42'37";
- 11,91 m com azimuth 289°31'26";

Ao Leste: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 40,14 m, sendo:

- 10,22 m com azimuth 157°53'38";
- 8,90 m com azimuth 164°11'16";
- 8,99 m com azimuth 175°51'07";
- 7,44 m com azimuth 207°29'46";
- 4,59 m com azimuth 241°49'42";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 23 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 39,48 m e azimuth de 191°10'05".

650,00 m2 - Área 23 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 21 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 18,49 m e azimuth de 125°47'43";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 15,00 m, sendo:

- 6,18 m com azimuth 292°09'30";
- 8,82 m com azimuth 295°27'50"

Ao Leste: Confronta-se com a Área 22 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 39,48 m e azimuth de 191°10'05";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 24 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,54 m e azimuth de 188°18'05" e com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,34 m e azimuth de 8°18'05".

317,27 m2 - Área 24 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,97 m e azimuth de 112°59'44";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 15,26 m, sendo:

- 1,46 m com azimuth 295°27'50";
- 9,34 m com azimuth 289°57'00"
- 4,46 m com azimuth 287°00'28";

Ao Leste: Confronta-se com a com a Área 23 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 20,54 m e azimuth de 188°18'05";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 21,61 m e azimuth de 6°59'37".

426,41 m2 - Área 25 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 18,76 m e azimuth de 102°29'09";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 20,54 m, sendo:

- 5,06 m com azimuth 281°25'34";
- 15,48 m com azimuth 278°57'05"

Ao Leste: Confronta-se com a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 21,34 m e azimuth de 186°59'37";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 26 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 22,29 m e azimuth de 191°44'58".

373,02 m2 - Área 26 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 16,34 m e azimuth de 102°29'09";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 16,36 m e azimuth de 278°42'23";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 25 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 22,29 m e azimuth de 191°44'58";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 27 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,37 m e azimuth de 191°44'58".

371,94 m2 - Área 27 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,55 m e azimuth de 102°29'09";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 15,58 m e azimuth de 278°28'35";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 26 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 23,37 m e azimuth de 191°44'58";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 28 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,46 m e azimuth de 191°44'58".

370,69 m2 - Área 28 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 14,95 m e azimuth de 102°29'09";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 14,97 m, sendo:

- 6,65 m com azimuth 278°28'35";
- 8,32 m com azimuth 283°14'33"

Ao Leste: Confronta-se com a Área 27 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,46 m e azimuth de 191°44'58";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 29 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,82 m e azimuth de 191°44'58".

369,98 m2 - Área 29 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381

Ao Norte: Confronta-se a Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 15,19 m e azimuth de 102°29'09";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 15,26 m, sendo:

- 8,00 m com azimute 285°00'55";
- 7,26 m com azimute 289°10'33"

Ao Leste: Confronta-se com a Área 29 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,82 m e azimute de 191°44'58";
Ao Oeste: Confronta-se com Leocledes Zanella, com distância de 23,62 m e azimute de 11°44'58".

Art. 3º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 12 de Março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.190, DE 12 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.190, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.383, terreno este situado na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Município e cidade de Pinheiro Preto-SC, de acordo com Processo Administrativo nº 03/2015, registrado à fl. 07, do livro 14, requerente ALCIR ZANELLA, inscrito no CPF sob nº 295.205.689-72, e sua cônjuge VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA inscrita no CPF 518.241.169-34, residentes na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Pinheiro Preto-SC.

Art. 2º O DESMEMBRAMENTO da gleba de terra da matrícula nº 7.383, com área total de 3.312,02 m² (três mil trezentos e doze metros e dois decímetros quadrados), compondo-se de 06 (seis) lotes, perfazendo uma área total, sendo:

Relação das Áreas da Matrícula nº 7.383:

Área 13	479,69 m2	Área á Desmembrar da Matricula: 7.383
Área 14	500,00 m2	Área á Desmembrar da Matricula: 7.383
Área 15	428,35 m2	Área á Desmembrar da Matricula: 7.383
Área 16	614,16 m2	Área á Desmembrar da Matricula: 7.383
Área 17	704,02 m2	Área á Desmembrar da Matricula: 7.383
Área 18	585,80 m2	Área á Desmembrar da Matricula: 7.383
	3.312,02 m²	Área Total da Matricula nº 7.383

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

479,69 m2 - Área 13 - a Desmembrar da Matricula nº 7.383

Ao Norte: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 31,53 m, sendo:

- 7,90 m com azimute 99°49'41";
- 11,15 m com azimute 105°38'49"
- 8,73 m com azimute 109°18'34";
- 3,75 m com azimute 113°10'06"

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com

distância total de 26,36 m, sendo:

- 9,00 m com azimute 322°36'07";
- 10,64 m com azimute 316°55'11"
- 6,72 m com azimute 330°23'11";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 14 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 25,90 m e azimute de 226°39'20";

Ao Oeste: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 8,15 m, sendo:

- 3,83 m com azimute 12°41'34";
- 4,32 m com azimute 62°33'42".

500,00 m2 - Área 14 - a Desmembrar da Matricula nº 7.383

Ao Norte: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 17,34 m, sendo:

- 7,87 m com azimute 118°55'03";
- 9,47 m com azimute 131°27'42"

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 17,30 m, sendo:

- 13,35 m com azimute 329°53'39";
- 3,95 m com azimute 322°36'07";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 15 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 32,62 m e azimute de 226°39'20";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 13 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 25,90 m e azimute de 226°39'20".

428,35 m2 - Área 15 - a Desmembrar da Matricula nº 7.383

Ao Norte: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 12,00 m e azimute 131°27'42"

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 13,28 m, sendo:

- 6,51 m com azimute 338°29'47";
- 6,77 m com azimute 329°53'39";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 16 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 37,69 m e azimute de 225°36'36";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 15 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 32,62 m e azimute de 226°39'20".

614,16 m2 - Área 16 - a Desmembrar da Matricula nº 7.383

Ao Norte: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 17,05 m, sendo:

- 6,77 m com azimute 131°27'42";
- 10,28 m com azimute 133°28'59";

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 14,00 m, sendo:

- 9,50 m com azimute 344°11'15";
- 4,50 m com azimute 338°29'47";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 17 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 45,08 m e azimute de 231°23'01";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 15 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 37,69 m e azimute de 225°36'36".

704,02 m2 - Área 17 - a Desmembrar da Matricula nº 7.383

Ao Norte: Confronta-se com vértice da Rua Antônio Costenaro Filho;

Ao Sul: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 15,02 m e azimute 351°09'23" e com Arlindo Boesing, com distância de 29,06 e azimute de 248°51'39";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 18 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 33,01 m e azimute de 10°07'39";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 16 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 45,08 m e azimute de 231°23'01".

585,80 m2 - Área 18 - a Desmembrar da Matricula nº 7.383

Ao Norte: Confronta-se com a Rua Antônio Costenaro Filho, com

distância total de 39,23 m, sendo:
 - 17,69 m com azimute 119°40'30";
 - 4,47 m com azimute 73°12'46";
 - 3,98 m com azimute 41°43'16";
 - 13,09 m com azimute 358°28'49"

Ao Sul: Confronta-se com Arlindo Boesing, com distância de 32,98 m e azimute 248°51'39";

Ao Leste: Confronta-se com a PREFEITURA Municipal de Pinheiro Preto, com distância de 29,35 m e azimute de 354°07'44";

Ao Oeste: Confronta-se com a Área 18 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 33,01 m e azimute de 10°07'39".

Art. 3º A Área Institucional e a área Correspondente a Rua Antônio Costenaro Filho implantado numa gleba de terra da matrícula nº 7.383, com área total de 5.847,57 m² (cinco mil oitocentos e quarenta e sete metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), a saber:

5.421,80 m² - Área 30 - Área Institucional - Correspondente Rua Antônio Costenaro Filho

Ao Norte: confronta-se com Rua Marcelo Ramos Zanella com distância de 15,30 m, com Área 02 a ser Urbanizada, com Área Urbanizada "A", com PREFEITURA Municipal de Pinheiro Preto e com Área Urbanizada "D", com distância total de 516,86 m;

Ao Sul: confronta-se com Área 03 a Urbanizar, PREFEITURA Municipal de Pinheiro Preto, Área 04 a Urbanizar, Área Urbanizada "C", com Arlindo Boesing e com Rua Antônio Costenaro Filho com distância de total 552,56 m;

Ao Leste: confronta-se com Rua Marechal Artur Costa e Silva, com distância de 13,59 m e com Rua Pedro José Rabuske, com distância de 17,53 m, em planos distintos;

Ao Oeste: confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância de 5,12 m.

425,77 m² - Área 06 Institucional da Matrícula: 7.383

Ao Norte: Confronta-se com Área 04 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,26 m e azimute de 82°48'38";

Ao Sul: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho, com distância total de 12,00 m, sendo:

- 9,25 m com azimute 141°37'02";
 - 2,75 m com azimute 275°52'41";

Ao Leste: Confronta-se com a Área 07 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.381, com distância de 24,20 m e azimute de 10°31'54";

Ao Oeste: Confronta-se com Área 01 - Remanescente da Matrícula nº 7.381, com distância de 26,37 m e azimute de 340°34'20"

Art. 4º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 12 de Março de 2015.
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.191, DE 12 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.191, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.378, terreno este situado na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Município e cidade de Pinheiro Preto-SC, de acordo com o Processo Administrativo nº 04/2015, registrado à fl. 08, do livro 14, requerente LEOCLIDES ZANELLA, inscrito no CPF sob nº 168.157.009-25, e sua cônjuge MARIA CARINHATO ZANELLA, inscrita no CPF 981.689.249-91, residentes na Rua Antonio Costenaro Filho, Bairro São José, Pinheiro Preto-SC.

Art. 2º O DESMEMBRAMENTO da gleba de terra da matrícula nº 7.378, com área total de 39.349,00m² (trinta e nove mil trezentos e quarenta e nove metros quadrados), compondo-se de 01 (um) lote, perfazendo uma área total de 850,00m², sendo:

Relação das Áreas da Matrícula nº 7.378:

Área 05	38.499,00 m ²	Área Remanescente da Matrícula nº 7.378
Área 06	850,00 m ²	Área a Desmembrar da Matrícula nº 7.378
	39.349,00 m ²	Área Total da Matrícula nº 7.378

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

38.499,00 m² - Área 05 - Remanescente da Matrícula nº 7.378

Ao Norte: Confronta-se com Itacir Scarbotto, Valdecir Schadleq, Nelio Gallas, Rui Novais de Mattos, Natal Yurkevick, Dione Sasso, Waldemar Alves e Albino Mensen, com distância total de 165,14 m;

Ao Sul: Confronta-se com Antonio Wilsen, com distância de 105,00 m;

Ao Leste: Confronta-se com Área 06 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.378, com distância de 21,22 m e com Alcir Zanella, com distâncias de 36,62 m e 276,82 m em alinhamentos contíguos;

Ao Oeste: Confronta-se com Arlindo Bee, com distância de 373,10 m;

850,00 m² - Área 06 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.378

Ao Norte: Confronta-se com Área 07 - Total de Área Institucional - Correspondente Rua Antônio Costenaro Filho, com distâncias de 3,20 m e azimute de 128°55'13", 5,44 m e azimute de 146°23'20", 3,36 m e azimute de 178°53'48";

Ao Sul: Confronta-se com Alcir Zanella, com distância de 35,09 m e azimute de 292°52'54";

Ao Leste: Confronta-se com Estrada Municipal, com distâncias de 14,78 m e azimute de 191°22'16" e 19,10 m e azimute de 193°02'33";

Ao Oeste: Confronta-se com Albino Mensen, com distância de 23,32 m e azimute de 49°11'25" e com Área 05 - Remanescente da Matrícula nº 7.378, com distância de 21,22 m e azimute de 49°11'24".

Art. 3º A Área Institucional Correspondente a Rua Antônio Costenaro Filho implantada numa gleba de terra da matrícula nº 7.378, com área total de 1.226,00m² (um mil duzentos e vinte e seis metros quadrados), a saber:

1.226,00 m2 - Área 07 - Total de Área Institucional - Correspondente Rua Antônio Costenaro Filho

Ao Norte: Confronta-se com Área 02, 03 e 04 a Desmembrar da Matrícula nº 7.377 e com Rua Antônio Costenaro Filho;

Ao Sul: Confronta-se com Itacir Scarbotto, Valdecir Schadleq, Nello Gallas, Rui Novais de Mattos, Natal Yurkevsk, Dione Sasso, Waldemar Alves, Albino Mensen, Área 06 - a Desmembrar da Matrícula nº 7.378 e com Estrada Municipal;

Ao Leste: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho;

Ao Oeste: Confronta-se com Rua Antônio Costenaro Filho.

Art. 4º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 12 de Março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.192, DE 13 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.192, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Programa elaborado pelos profissionais das áreas referente medidas socioeducativas em meio aberto,

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar atendimento especializado à adolescentes autores de ato infracional;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas à adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos Municípios, do Plano de Atendimento Socioeducativo, de abrangência decenal, com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, cuja responsabilidade ficou a cargo dos Municípios, e medidas privativas de liberdade, sob a responsabilidade dos Estados, além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes sócioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis, e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais

diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente aos Técnicos do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas socioeducativas de LA e PSC a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo:

- Representante do CMDCA
Jurcelei Bretha

- Representante do Conselho Tutelar
Ana Paula Carletto

- Representante Conselho Municipal de Assistência Social
Elaine Duarte

- Representante Secretaria de Educação
Geni de Oliveira
- Representante Secretaria de Saúde
Ana Paula Mazureck

- Representante Conselho Municipal de Habitação
Jéssica Bado

- Representante do Dep. De Cultura
Odenice Cardoso de Aguiar

- Representante Conselho Municipal do Idoso
Rosangela Dall 'Bosco

- Representante do Dep. De Esporte e Lazer
Vilmar Neis

- Representante Escola Estadual Maura de Senna Pereira
Ademilson Antônio Einsweiles
- Representante do Clube de Mães
Marinês Olivo

- Representante da Associação de Moradores do Bairro São José Kelvin Brocardo

- Representante da Associação de Pais e Professores-Centro Rizoni Bogoni

- Representante da Associação de Pais e Professores-Básica Valderi Perazoli

- Representante da Polícia Militar Odenir José Ciarini

- Representante do Grêmio Estudantil Iara Chiarani

- Representante do CRAS Tânia Zanella

Art. 2º A Comissão Intersectorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 1º de julho de 2015.

Parágrafo Único. A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 13 de março de 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104, DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 104, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA JULIANA PASOLD GUZZI PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE REGENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIANA PASOLD GUZZI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 038.278.589-41, para exercer a função em caráter temporário de Regente para educação infantil e ensino fundamental - Área I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 10 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de março de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de março de 2015.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014

PRAZO

Processo Administrativo n.º 034/2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. WUNDERWALD, SITUADA NA RUA DR. WUNDERWALD, N.º 3.209 - BAIRRO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.

Prorrogação - 120 dias - prazo final - 15/05/2015.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 032/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da alteração construtiva da cobertura, bem como condições climáticas desfavoráveis.

Pomerode/SC, 05 de Janeiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014

ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 034/2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. WUNDERWALD, SITUADA NA RUA DR. WUNDERWALD, N.º 3.209 - BAIRRO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL.

Valor Acréscimo - R\$4.827,19 (quatro mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 1,21%, conforme planilha anexa, em função de acréscimo na pintura externa do prédio antigo da escola, uniformizando a pintura do prédio antigo com a ampliação, em conformidade com a Cláusula Nona do

Contrato Administrativo n.º 032/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 11 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO N.º 2.911, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO N.º 2.911, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO O PERÍODO VESPERTINO DO DIA 02 DE ABRIL DE 2015.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, usando das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional o período vespertino do dia 02 de abril de 2015, em razão da Semana Santa.

Parágrafo Único Excetua-se da vantagem de que trata o caput os serviços essenciais ou inadiáveis, que funcionarão em regime de plantão, sendo consideradas como horas extraordinárias, mediante autorização do superior imediato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA Municipal de Pomerode, 13 de março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

7º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SC EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2012 PROCESSO Nº. 075/2011 CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA Municipal de Ponte Serrada CONTRATADA: DIMENZO ENGENHARIA LTDA CNPJ: 02.084.677/0001-80

OBJETO: O presente termo aditivo funda-se em conceder reajuste aos valores contratuais no período compreendido de fevereiro de 2012 a janeiro de 2015 com base no índice oficial do INCC, e da mesma forma, de acordo com o parecer jurídico exaurido nos autos do processo Valor : Os valores corrigidos R\$ 516.352,65 (quinhentos e dezesseis mil trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco reais), com os acréscimos a obra totaliza em R\$ 5.688.876,79 (cinco milhões seiscentos e oitenta e oito mil oitocentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos) VIGÊNCIA: De 02 de março a 31 de dezembro de 2015.

PONTE SERRADA, SC, 13 de Março de 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 0026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 026/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 27/03/2015.

Abertura: às 08h30min horas do dia 27/03/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na PREFEITURA Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 13 de Março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 680/2015

DECRETO Nº 680, de 15 de março de 2015.
Decreta Luto Oficial no Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL no Município, pelo período de 03 (três) dias, em sinal de pesar, em virtude das vítimas falecidas no acidente ocorrido na data de 14 de março de 2015, no Km 89 da SC 418, moradoras dos Municípios de Porto União - SC e União da Vitória - PR.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 010/2015

Edital de convocação 010/2015
Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2013 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta PREFEITURA Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 13/03/2015 à 19/03/2015, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;

- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
FELIPE ROSENTHAL RABELO	5º		

Porto União (SC), 12 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 011/2015

Edital de convocação 011/2015
Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2013 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta PREFEITURA Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 13/03/2015 à 19/03/2015, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público;

(modelo CRH)

- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
WAGNER ANDRÉ UBERNA	18º		

Porto União (SC), 12 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ERRATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 026/2015- PREGÃO PRESENCIAL 013/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 026/2015
Pregão Presencial 013/2015

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a errata do Edital do Processo Licitatório nº 026/2015, em razão de um equívoco da Administração na publicação do Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2015, publicado no dia 13/03/2015, na Página 246, da Edição Nº 49 do Diário Oficial da União, onde erroneamente constaram informações de outro processo licitatório. Devido à publicação desta e aos prazos estipulados na lei 8.666/93, alterou-se a data da sessão pública para o dia 30 de março de 2015 às 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais informações.

Porto União- SC, 13 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 006/2015- EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 006/2015 - Educação
Partes: Município de Porto União e O Comércio Gráfica e Editora Ltda.

Objeto: Contratação de um jornal em formato tablóide ou standard de ampla circulação local para publicação dos atos oficiais do município.

Valor Total: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 006/2015- Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 06 de março de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

O Comércio Gráfica e Editora Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 025/2015- PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 025/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e O comércio Gráfica e Editora Ltda.
Objeto: Contratação de um jornal em formato tablóide ou standard de ampla circulação local para publicação dos atos oficiais do município.
Valor Total: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 006/2015- Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 06 de março de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

O Comércio Gráfica e Editora Ltda.
Contratada

LEI Nº 4.307/2015

LEI Nº 4.307, de 11 de março de 2015.
Altera os anexos I, II e III constantes da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I, II e III constantes da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- I- GABINETE DO PREFEITO
- II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
- III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE
- V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
- VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
- VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
- X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE
- XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

- I- GABINETE DO PREFEITO
 - 1.1- Chefia de Gabinete
 - 1.2- Ouvidoria e Articulação Municipal
 - 1.3 - Assessoria Jurídica
 - 1.4 - Supervisoria de Defesa Civil
 - 1.5 - Supervisoria de Imprensa
 - 1.6- Consultoria de Apoio Jurídico
 - 1.7- Coordenadoria de Imprensa
 - 1.8- Assessoria de Gabinete
 - 1.9- Assessoria Administrativa do Setor Jurídico
 - 1.10- Assessoria de Informações

- II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
 - 2.1- Supervisoria de Cultura
 - 2.2- Coordenadoria de Eventos Culturais

- 2.3- Coordenadoria de Cultura e Turismo
2.4- Assessoria Cultural

III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 3.1- Coordenadoria de Desenvolvimento Social
3.2 - Coordenadoria de Programas Sociais
3.3 - Assessoria de Desenvolvimento Social

IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

- 4.1- Chefia de Recursos Humanos
4.2 - Diretoria de Esportes
4.3- Diretoria de Compras e Licitações
4.4- Coordenadoria de Compras
4.5- Coordenadoria de Licitações
4.6- Coordenadoria de Esportes
4.7- Coordenadoria de Controle de Frotas
4.8- Coordenadoria do Posto do Sine
4.9- Assessoria Esportiva
4.10- Assessoria de Apoio Técnico

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- 5.1 - Gerência de Contratos e Convênios
5.2- Diretoria Geral do DEMUTRAN/PU
5.3 - Supervisoria de Topografia
5.4- Supervisoria de Planejamento
5.5 - Assessoria da Divisão de Fiscalização, Tráfego e Administração

VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

- 6.1- Contadoria Geral do Município
6.2- Diretoria de Arrecadação e Fiscalização
6.3- Coordenadoria de Cadastro Técnico Imobiliário
6.4- Coordenadoria de Tributação
6.5- Coordenadoria de Fiscalização
6.6- Coordenadoria de Pagadoria
6.7- Assessoria Financeira
6.8- Assessoria de Tributação

VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 7.1- Supervisoria de Projetos Educacionais
7.2- Coordenadoria Itinerante para o Ensino Fundamental da Educação
7.3- Coordenadoria de Manutenção da Educação
7.4- Coordenadoria de Contabilidade da Educação
7.5- Assessoria Pedagógica da Educação
7.6- Assessoria de Manutenção de Serviços da Educação

VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.1- Superintendência Técnico de Saúde
8.2- Diretoria de Compras e Licitações da Saúde
8.3- Diretoria de Planejamento da Saúde
8.4- Supervisoria de Apoio Matricial da Saúde Mental
8.5- Coordenadoria de Vigilância Sanitária
8.6- Coordenadoria Administrativo e Financeiro da Saúde
8.7- Coordenadoria Contábil da Saúde
8.8- Coordenadoria de Controle e Avaliação da Saúde
8.9- Coordenadoria de Programas Institucionais da Saúde
8.10- Coordenadoria de Radiologia
8.11 - Coordenadoria de Pagadoria da Saúde
8.12 Assessoria de Manutenção de Programas Institucionais da Saúde
8.13- Assessoria de Apoio Técnico da Saúde
8.14- Assessoria de Apoio de Serviços da Saúde
8.15- Assessoria Administrativa de Unidade de Saúde

IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

- 9.1- Superintendência da Manutenção de Pontes, Galerias e Obras Públicas

- 9.2- Diretoria de Obras e Serviços Públicos
9.3- Diretoria de Obras do Interior
9.4- Encarregadoria Geral de Mecânica e Manutenção Leves e Pesadas
9.5 - Supervisoria Administrativa de Obras e Serviços Públicos
9.6- Supervisoria de Sinalização Viária
9.7- Supervisoria de Funilaria e Pintura
9.8- Supervisoria de Equipe de Pavimentação Asfáltica
9.9- Supervisoria de Iluminação Pública
9.10- Supervisoria do Distrito de Santa Cruz do Timbó
9.11 - Supervisoria do Distrito de São Miguel da Serra
9.12- Coordenadoria de Obras do Interior
9.13- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Leve
9.14- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Pesada
9.15- Coordenadoria de Manutenção Elétrica
9.16- Coordenadoria de Serviços Públicos
9.17- Chefia da Manutenção do Pátio de Obras
9.18- Chefia da Manutenção de Logradouros Municipais
9.19- Assessoria de Obras e Serviços Públicos
9.20- Assessoria de Britagem

X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

- 10.1- Chefia de Divisão de Meio Ambiente e Florestas
10.2- Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente

XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- 11.1 - Diretoria de Qualidade e Defesa Agropecuária
11.2 - Assessoria de Agricultura

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

A- NOMENCLATURA DO CARGO

B- COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

C- NÚMERO DE VAGAS

D- SÍMBOLO

E- VENCIMENTO

A	B	C	D	E
Chefe da Divisão de Meio Ambiente e Florestas	X	01	CD	CC1
Assessor Jurídico	I	02	AJ	CC2
Contador Geral do Município	VI	01	CG	CC3
Chefe de Gabinete	I	01	CH	CC4
Chefe de Recursos Humanos	IV	01	CH	CC4
Gerente de Contratos e Convênios	V	01	GC	CC5
Superintendente Técnico de Saúde	VIII	01	SI	CC5
Superintendente de Manutenção de Pontes, Galerias e Obras Públicas	IX	01	SI	CC5
Ouvidor e Articulador Municipal	I	01	OP	CC5
Diretor de Obras e Serviços Públicos	IX	01	DI	CC6
Diretor de Obras do Interior	IX	01	DI	CC6
Diretor de Planejamento da Saúde	VIII	01	DI	CC6
Diretor de Compras e Licitações da Saúde	VIII	01	DI	CC6
Diretor Geral do DEMUTRAN/PU	V	01	DI	CC6
Diretor de Arrecadação e Fiscalização	VI	01	DI	CC6
Diretor de Esportes	IV	01	DI	CC6
Diretor de Compras e Licitações	IV	01	DI	CC6
Diretor de Qualidade e Defesa Agropecuária	XI	01	DI	CC6
Encarregado Geral de Mecânica e Manutenção Leves e Pesadas	IX	01	EN	CC7
Consultor de Apoio Jurídico	I	01	CJ	CC8

Supervisor de Imprensa	I	01	SU	CC8
Supervisor de Cultura	II	01	SU	CC8
Supervisor de Iluminação Pública	IX	01	SU	CC8
Supervisor do Distrito de São Miguel da Serra	IX	01	SU	CC8
Supervisor do Distrito de Santa Cruz do Timbó	IX	01	SU	CC8
Supervisor de Projetos Educacionais	VII	01	SU	CC8
Supervisor de Funilaria e Pintura	IX	01	SU	CC8
Supervisor de Equipe de Pavimentação Asfáltica	IX	01	SU	CC8
Supervisor de Sinalização Viária	IX	01	SU	CC8
Supervisor Administrativo de Obras e Serviços Públicos	IX	01	SU	CC8
Supervisor de Planejamento	V	01	SU	CC8
Supervisor de Topografia	V	01	SU	CC8
Supervisor de Defesa Civil	I	01	SU	CC8
Supervisor de Apoio Matricial da Saúde Mental	VIII	01	SU	CC8
Coordenador de Controle de Frotas	IV	01	CO	CC9
Coordenador de Desenvolvimento Social	III	01	CO	CC9
Coordenador de Programas Sociais	III	01	CO	CC9
Coordenador Administrativo e Financeiro da Saúde	VIII	01	CO	CC9
Coordenador de Cadastro Técnico Imobiliário	VI	01	CO	CC9
Coordenador de Fiscalização	VI	01	CO	CC9
Coordenador de Imprensa	I	01	CO	CC9
Coordenador de Eventos Culturais	II	01	CO	CC9
Coordenador de Cultura e Turismo	II	01	CO	CC9
Coordenador de Tributação	VI	01	CO	CC9
Coordenador de Esportes	IV	01	CO	CC9
Coordenador de Compras	IV	01	CO	CC9
Coordenador de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	X	01	CO	CC9
Coordenador de Licitações	IV	01	CO	CC9
Coordenador de Obras do Interior	IX	01	CO	CC9
Coordenador de Manutenção Elétrica	IX	01	CO	CC9
Coordenador de Mecânica e Manutenção Leve	IX	01	CO	CC9
Coordenador de Mecânica e Manutenção Pesada	IX	01	CO	CC9
Coordenador de Radiologia	VIII	01	CO	CC9
Coordenador de Serviços Públicos	IX	01	CO	CC9
Coordenador de Vigilância Sanitária	VIII	01	CO	CC9
Coordenador de Pagadoria	VI	01	CO	CC9
Coordenador do Posto do Sine	IV	01	CO	CC9
Coordenador Contábil da Saúde	VIII	01	CO	CC9
Coordenador de Pagadoria da Saúde	VIII	01	CO	CC9
Coordenador de Controle e Avaliação da Saúde	VIII	01	CO	CC9
Coordenador de Programas Institucionais da Saúde	VIII	03	CO	CC9
Coordenador Itinerante para o Ensino Fundamental da Educação	VII	01	CO	CC9
Coordenador Contábil da Educação	VII	01	CO	CC9
Coordenador de Manutenção da Educação	VII	01	CO	CC9
Chefe da Manutenção do Pátio de Obras	IX	01	CM	CC10
Chefe da Manutenção de Logradouros Municipais	IX	01	CM	CC10
Assessor de Manutenção de Serviços da Educação	VII	01	AS	CC10

Assessor de Manutenção de Programas Institucionais da Saúde	VIII	02	AS	CC10
Assessor da Divisão de Fiscalização, Tráfego e Administração	V	01	AS	CC11
Assessor de Britagem	IX	01	AS	CC11
Assessor de Obras e Serviços Públicos	IX	03	AS	CC11
Assessor de Desenvolvimento Social	III	02	AS	CC11
Assessor de Tributação	VI	01	AS	CC11
Assessor Esportivo	IV	01	AS	CC11
Assessor Financeiro	VI	01	AS	CC11
Assessor de Gabinete	I	01	AS	CC11
Assessor de Agricultura	XI	01	AS	CC11
Assessor Cultural	II	01	AS	CC11
Assessor Administrativo do Setor Jurídico	I	01	AS	CC11
Assessor de Informações	I	03	AS	CC11
Assessor Administrativo de Unidade de Saúde	VIII	04	AS	CC11
Assessor de Apoio de Serviços da Saúde	VIII	01	AS	CC11
Assessor Pedagógico da Educação	VII	01	AS	CC11
Assessor de Apoio Técnico	IV	03	AT	CC12
Assessor de Apoio Técnico da Saúde	VIII	04	AT	CC12

TABELA DE VENCIMENTOS

VENCIMENTO	VALOR – R\$
CC-1	6.757,16
CC-2	5.800,00
CC-3	5.080,52
CC-4	4.581,27
CC-5	4.212,46
CC-6	3.055,90
CC-7	2.800,00
CC-8	2.293,49
CC-9	1.772,19
CC-10	1.259,84
CC-11	1.106,45
CC-12	834,12

ANEXO III
AGENTES POLÍTICOS

A - NOMENCLATURA DO CARGO

B - NÚMERO DE VAGAS

C - SÍMBOLO

A	B	C
Secretário Municipal de Cultura e Turismo	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	01	DS
Secretário Municipal de Administração e Esporte	01	DS
Secretário Municipal de Planejamento	01	DS
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade	01	DS
Secretário Municipal de Educação	01	DS
Secretário Municipal de Saúde	01	DS
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	01	DS
Secretário Municipal de Agricultura	01	DS

Art. 2º O Gerente de Contratos e Convênios e o Supervisor de Planejamento terão atribuições de Responsáveis pela Anotação Técnica - ART, junto ao órgão fiscalizador do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA ou Conselho de Arquitetura Urbanismo - CAU, razão pela qual tal cargo deverá ser preenchido por Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente inscrito no órgão de classe.

Art. 3º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 11 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 098/2015 - RH

PORTARIA Nº 098, de 11 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Rubia Cristina Braz de Oliveira e o Memorando nº 017/2015, de 10 de fevereiro de 2015, da Secretaria Municipal de Educação, nada tendo a opor quanto ao deferimento;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, que nada obsta que seja procedido a alteração da carga horária da professora efetiva;

RESOLVE

Art. 1º ENQUADRAR em caráter definitivo, a partir de 1º de fevereiro de 2015, a servidora RUBIA CRISTINA BRAZ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor Docente 6ª ao 9ª anos finais (Inglês), na carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "07", conforme previsto no Anexo III, observados os Art. 40 e 41, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município e suas alterações.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 11 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 159/2015 - RH

PORTARIA Nº 159, de 13 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cátia Aparecida Píala Moskvíak, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Caroline Moysés de Souza que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 13 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 163/2015 - RH

PORTARIA Nº 163, de 20 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Anisia Kozakiewicz, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Leila de Fátima Longo Ruaro, que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional do Jangada, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 167/2015 - RH

PORTARIA Nº 167, de 20 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Lorena Scheffer Redolfi, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Eliane Bradoski dos Santos, que está atuando junto à Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Hermínio Mílis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 168/2015 - RH

PORTARIA Nº 168, de 20 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sonia Aparecida Gonsalves Souza, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência

"01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Leila de Fátima Longo Ruaro, que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional do Jangada, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 171/2015 - RH

PORTARIA Nº 171, de 20 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Valquíria Pylepke Belena, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Joseane Cristina Jung Bereza, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Mílis, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 172/2015 - RH

PORTARIA Nº 172, de 20 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Gisella Arruda de Oliveira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora Lurdes Fernanda Lautério, que passou a atuar no Núcleo Educacional João Fernando Sobral e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 176/2015 - RH

PORTARIA Nº 176, de 20 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria Aparecida Cordeiro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 02 de fevereiro a 15 de julho de 2015, ou até que cessem as restrições nas atividades funcionais da servidora efetiva Margarete Kreuzberg Reisdorfer, conforme atestado médico.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 177/2015 - RH

PORTARIA Nº 177, de 20 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jussara Marlene Freisleben, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 178/2015 - RH

PORTARIA Nº 178, de 24 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO Bernardo Marek, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 179/2015 - RH

PORTARIA Nº 179, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO o contrato de trabalho de Adilson José Meyer, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 180/2015 - RH

PORTARIA Nº 180, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO o contrato de trabalho de Luana Locatelli Montipó, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 181/2015 - RH

PORTARIA Nº 181, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 a 20 de fevereiro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jane Aparecida Ferreira Rodrigues, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Edi Aparecida de Lima Mitzko que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 182/2015 - RH

PORTARIA Nº 182, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de fevereiro a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rosiane Aparecida Nascimento, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Eliane Hoff Trentin que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 183/2015 - RH

PORTARIA Nº 183, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cacia Regiane Ciukailo Schratzenstaller, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Cleide Maria Rosa Gregório que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Berçário Maria Luiza Waldruff, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 184/2015 - RH

PORTARIA Nº 184, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vilma Ireno Pageski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Jane-mar Aparecida Dalfovo Miskievicz, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida,

vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 185/2015 - RH

PORTARIA Nº 185, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sonia de Jesus Braga, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Cleide Maria Rosa Gregório, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 186/2015 - RH

PORTARIA Nº 186, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Angélica

Sabrina Ferreira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 187/2015 - RH

PORTARIA Nº 187, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Denise Maria Soares dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Tatiane Gulecz, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 188/2015 - RH

PORTARIA Nº 188, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cleuza Marilene de Fátima Guerellus de Araújo, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Luciane Cristina Kaminski Vaudan, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 189/2015 - RH

PORTARIA Nº 189, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013, do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR de 12 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, a servidora efetiva Lidiane Regina Schreiner, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Berçário Maria Luiza Waldruff, deste município.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, à servidora acima mencionada, de acordo com o Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 190/2015 - RH

PORTARIA Nº 190, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Lidiane Regina Schreiner, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar como Diretora do Berçário Maria Luiza Waldruff.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 191/2015 - RH

PORTARIA Nº 191, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Eliziane Ribeiro, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Lidiane Regina Schreiner, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 192/2015 - RH

PORTARIA Nº 192, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cibele Cristina Ferreira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, recém-inaugurado, e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 193/2015 - RH

PORTARIA Nº 193, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Misleine Wolf, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011

e alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, recém-inaugurado, e em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 194/2015 - RH

PORTARIA Nº 194, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vera Grundmann Debacker, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 195/2015 - RH

PORTARIA Nº 195, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de janeiro a 30 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Taís Couto, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Débora Sausen que encontra-se afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 196/2015 - RH

PORTARIA Nº 196, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de fevereiro a 25 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ivone Alves da Silva, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Jucélia Aparecida Ferreira Espíndola que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 197/2015 - RH

PORTARIA Nº 197, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de fevereiro a 26 de março de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cintia Mauren Alves da Silva, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Amara Carolina de Lima Jurkiewicz que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 198/2015 - RH

PORTARIA Nº 198, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de fevereiro a 05 de março de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sandra Bendlin Micalichen Budek, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Maria Judite Souka que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 199/2015 - RH

PORTARIA Nº 199, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de fevereiro a 25 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Inoema de Fátima Arbighaus, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Ivone Alongo Grossl que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 200/2015 - RH

PORTARIA Nº 200, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 23 de fevereiro a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cirlene Martins Vezaro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão das restrições médicas nas atividades funcionais da servidora efetiva Marli Stein dos Santos.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 201/2015 - RH

PORTARIA Nº 201, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 13 de fevereiro a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Dione dos Santos Reisdorfer, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto aos Núcleos de Educação Infantil Sonho de Criança e Favo de Mel, recém-inaugurados e também para atender a demanda do Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 202/2015 - RH

PORTARIA Nº 202, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 12 de fevereiro a 02 de abril de 2015, a carga horária da professora efetiva Yara Pinto Ferreira Kurutz, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Giceli Aparecida Gonçalves que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 203/2015 - RH

PORTARIA Nº 203, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Franciele Galvão dos Santos, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "005", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Karin Daiane Barth que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 204/2015 - RH

PORTARIA Nº 204, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Monica Langa, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "005", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Janemar Aparecida Dalfovo Miskiewicz, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 205/2015 - RH

PORTARIA Nº 205, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Ivone Oroski de Souza Kuritza, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "004", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Isabela de Fátima Machado, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 206/2015 - RH

PORTARIA Nº 206, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Ana Rosa Maria de Agostinho, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 207/2015 - RH

PORTARIA Nº 207, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 30 de abril de 2015, a carga horária da professora efetiva Sandra Cruz Rodrigues, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Eliane Hoff Trentin que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 208/2015 - RH

PORTARIA Nº 208, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, a carga horária da professora efetiva Fernanda Conceição Martins, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Andréia Aparecida Claus Kostek que está afastada para tratamento de saúde e posteriormente em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 209/2015 - RH

PORTARIA Nº 209, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Mara Clarice Schorr Jung, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "006", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Jane Regina Barth Brixner que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 210/2015 - RH

PORTARIA Nº 210, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Jane Aparecida Ferreira Rodrigues, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 211/2015 - RH

PORTARIA Nº 211, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, a carga horária da professora efetiva Deisy Jaqueline Tandler, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "006", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Kaline Marisa Cabral que passou a atuar provisoriamente no recém-inaugurado Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 212/2015 - RH

PORTARIA Nº 212, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, a carga horária da professora efetiva Kaline Marisa Cabral, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris em vaga vinculada da professora Yara Pinto Ferreira Kurutz, que passou a atuar provisoriamente no recém-inaugurado Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 213/2015 - RH

PORTARIA Nº 213, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, a carga horária da professora efetiva Ana Lúcia Martins de Freitas Andrekowicz, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Vilma Aparecida Volkmann que passou a atuar provisoriamente no recém-inaugurado Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 214/2015 - RH

PORTARIA Nº 214, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, a carga horária da professora efetiva Mara Clei Marschalk Puff, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Rita de Cássia do Nascimento Pecharke que passou a atuar provisoriamente no recém-inaugurado Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 215/2015 - RH

PORTARIA Nº 215, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária do professor efetivo Alfredo Oscar Koch, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "007", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento) do município, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral e Colégio Antonio Gonzaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 216/2015 - RH

PORTARIA Nº 216, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 10 de fevereiro a 30 de abril de 2015, a carga horária da professora efetiva Patrícia de Fátima Reisdorfer, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, em substituição à servidora efetiva Edi Aparecida de Lima Mitzko que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 217/2015 - RH

PORTARIA Nº 217, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Danieli Katchoroski, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "004", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, em substituição à servidora efetiva Caroline Moysés de Souza que se encontra exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º Revoga a Portaria nº 288, de 24 de fevereiro de 2014.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 218/2015 - RH

PORTARIA Nº 218, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 03 de março de 2015, a carga horária da professora efetiva Elisiane de Paula França, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, em substituição à servidora efetiva Silmara Bueno de Camargo que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 219/2015 - RH

PORTARIA Nº 219, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Ilza Terezinha Reinbold de Andrade, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "009", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento) do município, junto ao Colégio Germano Wagenfuhr, Colégio Antonio Gonzaga e Colégio Nilo Peçanha.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 220/2015 - RH

PORTARIA Nº 220, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária do professor efetivo Valter Buennemeyer, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento) do município, junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato e Colégio Antonio Gonzaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 221/2015 - RH

PORTARIA Nº 221, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "012", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento) do município, junto ao Colégio Antônio Gonzaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 222/2015 - RH

PORTARIA Nº 222, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, a carga horária da servidora efetiva Rita de Cássia do Nascimento Pecharke, (Professor Docente Educação Infantil) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "004", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 223/2015 - RH

PORTARIA Nº 223, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de julho de 2015, a carga horária da servidora efetiva Aline Cristina Colita, (Professor Docente Educação Infantil) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "004", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 224/2015 - RH

PORTARIA Nº 224, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora efetiva Eroni Natália Guimarães de Brito, (Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "007", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento) do município, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 225/2015 - RH

PORTARIA Nº 225, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, (Professor Docente Educação Infantil) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "010", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento) do município, junto ao Colégio Antônio Gonzaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 226/2015 - RH

PORTARIA Nº 226, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora efetiva Dulcimar Neide Sonnestrahl, (Professor Docente Educação Infantil) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "010", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (1º segmento) do município, junto ao Colégio Nilo Peçanha.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 227/2015 - RH

PORTARIA Nº 227, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária do servidor efetivo Tiago Metzler de Brito, (Professor Docente 6º ao 9º anos finais - Educação Física) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "005", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento) do município, junto aos Colégios Nilo Peçanha, Germano Wagenfuhr, Antonio Gonzaga e Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 228/2015 - RH

PORTARIA Nº 228, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora efetiva Kelly Cordeiro Ribeiro, (Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, em vaga vinculada da servidora Neusa Jarentchuk Marangoni que está atuando na Coordenação do Programa Mais Educação.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 229/2015 - RH

PORTARIA Nº 229, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 09 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora efetiva Gisele Gajdeczka, (Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais) para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, em vaga vinculada da servidora Neusa Iris Giacomini Deringer que está atuando na Coordenação do Programa Mais Educação.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Porto União, SC em 25 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 230/2015 - RH

PORTARIA Nº 230, de 26 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO João Batista Rodrigues, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 26 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 231/2015 - RH

PORTARIA Nº 231, de 26 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de fevereiro a 24 de março de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alexandra Franco, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços

Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Tereza Levandoski Cruz que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 26 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 232/2015 - RH

PORTARIA Nº 232, de 26 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 26 de fevereiro a 24 de abril de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jonathan Alves de Amorin, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão do pedido de rescisão de contrato do Senhor Adilson José Meyer que estava substituindo o servidor efetivo Leandro Pimentel que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 26 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 233/2015 - RH

PORTARIA Nº 233, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 146/2014, de José Mauricio da Silva, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro

de 2011, no período de 27 de fevereiro a 27 de maio de 2015 ou até a alta médica do servidor efetivo Silvio Cohls de Amarin que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 234/2015 - RH

PORTARIA Nº 234, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor Aroldo Heineck, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 235/2015 - RH

PORTARIA Nº 235, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor Divansir José Berton, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 236/2015 - RH

PORTARIA Nº 236, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2015, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, do servidor Daniel Benoni, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 237/2015 - RH

PORTARIA Nº 237, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2015, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2013, do servidor Adenilson Ferreira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 238/2015 - RH

PORTARIA Nº 238, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2015, referente ao período aquisitivo de junho de 2008 a junho de 2013, da servidora Simone Beatriz Kreuzberg, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 239/2015 - RH

PORTARIA Nº 239, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/03/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2015, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, do servidor Marcelo Heimann, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 240/2015 - RH

PORTARIA Nº 240, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/03/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2015, referente ao período aquisitivo de março de 2009 a março de 2014, da servidora Wally Buchholz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta PREFEITURA Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 241/2015 - RH

PORTARIA Nº 241, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00046/00-3, datada de 13 de novembro de 2014, do servidor SEBASTIAO DANIEL.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 6.129 dias, ou seja, 16 (dezesseis) anos, 09 (nove) meses e 19 (dezenove) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento

- 01/10/1977 a 18/10/1977 – Moecke e Filhos
00a 00m 18d
- 01/03/1978 a 19/05/1978 – Madeireira Truthenberg SA
00a 02m 19d
- 16/10/1974 a 11/10/1976 – Frigorífico Yukijirushi do Paraná SA
01a 11m 26d
- 04/01/1988 a 06/06/1988 – Esquadrias Schwegler LTDA
00a 05m 03d

- 01/10/1984 a 05/12/1984 – Dissenha SA
00a 02m 05d
- 05/01/1985 a 22/01/1986 – Industrias Novacki LTDA
01a 00m 18d
- 29/06/1979 a 01/12/1979 – Construtora Mendes Júnior
00a 05m 03d
- 26/03/1990 a 19/01/1995 – PREFEITURA Municipal de Porto União
04a 09m 24d
- 01/10/1988 a 07/03/1990 – Esquadrias Schwegler LTDA
01a 05m 07d
- 26/02/1986 a 28/09/1987 – Empo Empresa de Saneamento e Const Civil Ltda
01a 07m 03d
- 13/01/1977 a 28/02/1977 – Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes SA
00a 01m 18d
- 01/08/1974 a 10/10/1974 – Cerâmica Passos
00a 02m 10d
- 01/11/1971 a 31/12/1971 – Cerâmica Passos Ltda
00a 02m 00d
- 01/07/1980 a 15/08/1984 – Moecke e Filhos
04a 01m 15d

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 242/2015 - RH

PORTARIA Nº 242, de 27 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 287, de 24 de fevereiro de 2014, que designa a servidora Danieli Katchoroski Diretora de Unidade Escolar.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

Porto União - SC, em 27 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
006/2015 - CARONA**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 018/2015- Carona

Pregão Presencial 006/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

O Comércio Gráfica e Editora Ltda.

Porto União SC, 06 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
33/2015**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 33/2015

CONTRATAN- TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME
OBJETO:	Esta alteração tem por objeto alterar a marca e a descrição parcial do item 30, "cartucho (refil) de reposição para o marcador de quadro branco V Board Master nas cores azul, preta e vermelha", passando este item a seguinte descrição: "cartucho (refil) de reposição para o marcador de quadro branco, nas cores azul, preta e vermelha", também alterando a marca cotada pela empresa COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME, em sessão pública "pilot" para "faber-castell", a fim de abastecer os marcadores de quadro branco recarregável, ponta macia de poliéster 6.0mm, refil e pontas substituíveis, cores sortidas, cotadas e contratadas na marca faber-castell.
DATA:	12/03/2015

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
121/2013**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 121/2013

CONTRATAN- TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
OBJETO:	Contratação de serviço mensal especializado de manutenção de iluminação pública, no perímetro urbano e rural do município de Presidente Castello Branco/SC, com disponibilização de equipe completa, 24 horas por dia, nos sete dias semanais, com veículo equipado com cesto aéreo, escada giratória, conforme norma reguladora da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e aquisição de materiais para a execução dos devidos serviços. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade do item 23, parafuso galvanizado 5/8" 25cm.
VALOR:	R\$ 41.869,00 (quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais).
VIGÊNCIA:	13/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2015 - CARMEN MARIA HINCKEL CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN MARIA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 891.668.419-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jacó Finardi, Lado nº 212 - Bairro Canta Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Favo de Mel II, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/03/2015 e encerrando-se em 16/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul

(SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	CARMEN MARIA HINCKEL
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2015 - RODRIGO RINGENBERG CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RODRIGO RINGENBERG, portador(a) do CPF nº 099.203.009-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Caminho Bemburg, s/nº - Bairro Serra Vencida - Presidente Getúlio - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor História, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prof. Luiz Adelar Soldatelli, em substituição a Marcelo Francisco Schmitt, designado para assumir cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.941,75 (Mil novecentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/03/2015 e encerrando-se em 16/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	RODRIGO RINGENBERG
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015.

ABRE INSCRIÇÕES E DEFINE NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS, CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA A FUNÇÃO DE MONITOR ESCOLAR, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SC) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração e REGINA GARCIA FERREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei nº 5.550, de 18 de dezembro de 2014, combinada com a Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, bem como os demais dispositivos legais pertinentes à matéria, torna público que serão abertas as inscrições para a realização de PROCESSO SELETIVO para o preenchimento de vagas, cadastro de reserva e contratação temporária para a função de Monitor Escolar, para atuação no Município de Rio do Sul (SC), em consonância com a legislação municipal vigente e com o disposto neste Edital.

A empresa responsável pela execução do Processo Seletivo nº 001/2015 nos termos do presente Edital, será a empresa INFOVR - Tecnologia e Consultoria Pública Ltda., inscrita no CNPJ nº 08.662.246/0001-30, com sede à Av. Jorge Lacerda nº. 1017, Sala 01, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

1 - DA FUNÇÃO

1.1 - A descrição, vagas, carga horária semanal, vencimento mensal, habilitação mínima e tipos de provas da função objeto do Processo Seletivo nº 001/2015, são as descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - A função especificada no Anexo I será ocupada de acordo com a necessidade de contratação por tempo determinado pela administração pública municipal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2015.

1.3 - São requisitos básicos para contratação na função pública a que se refere o presente Processo Seletivo:

- A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- Estar em gozo com os direitos políticos.
- Estar quite com as obrigações eleitorais.
- Estar quite com as obrigações do serviço militar, quando do sexo masculino.
- O nível de escolaridade exigido para o exercício da função.
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da

contratação.

g) Aptidão física e mental, adequada ao exercício da função.

h) Outros requisitos justificados pelas atribuições da função e ou estabelecidos em Lei.

2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo nº 001/2015 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - - A divulgação do inteiro teor deste Edital de Processo Seletivo dar-se-á através do DOM - Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e/ou Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh e no site: www.infovr.com.br.

2.1.3 - As demais divulgações referentes às etapas deste Processo Seletivo dar-se-ão através do DOM - Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e/ou Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Processo Seletivo nº 001/2015 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no DOM - Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e no site: www.infovr.com.br, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site www.infovr.com.br, no período entre às 08h do dia 19 de março de 2015 e às 20h do dia 08 de abril de 2015.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no Processo Seletivo.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via internet, o site www.infovr.com.br, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos no tópico Concursos em Andamento.
- Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- Selecionar o PROCESSO SELETIVO e Clicar em "Faça já sua inscrição";
- Selecionar a função desejada;
- Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro na aba "Quero me cadastrar", completando os dados de inscrição do PROCESSO SELETIVO;
- Se já possuir cadastro, acessar seu cadastro digitando o CPF e senha, na parte superior direita do site;
- Preencha os dados solicitados, e confirmar a inscrição;
- Imprimir o Boleto Bancário referente à taxa para inscrição da função escolhida, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições;
- Para imprimir a Ficha de Inscrição, acesse novamente o seu cadastro digitando o CPF e senha, na parte superior direita do site, selecionar o PROCESSO SELETIVO, e fazer a impressão.

3.5 - O valor para pagamento da taxa de inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação e correção das provas, será de R\$ 30,00 (Trinta Reais).

3.5.1 - Antes do recolhimento da taxa de inscrição, o candidato

deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a contratação, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Somente serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetuado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento da taxa de inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A INFOVR - Tecnologia e Consultoria Pública Ltda. e a PREFEITURA Municipal de Rio do Sul não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O ato de homologação das inscrições contendo a relação de todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo será publicado no dia 13 de abril de 2015, no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodo-sul.sc.gov.br/rh e/ou DOM - Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

3.8.1 - Da não homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em cumprimento ao disposto no inciso VIII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, e no art. 35 da Lei Estadual nº. 12.870, de 12 de janeiro de 2004, fica assegurado o direito de se inscreverem neste Processo Seletivo, os candidatos portadores de necessidades especiais, em igualdade de condições com os demais candidatos, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com as necessidades especiais de que são portadores. A reserva de vagas para portadores de deficiência é de 5% (cinco por cento) para o presente processo seletivo.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à

compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Processo Seletivo nº 001/2015, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser encaminhado via SEDEX, até o último dia de inscrições, com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, sendo que o SEDEX deverá ser endereçado para: INFOVR - Tecnologia e Consultoria Pública Ltda - Avenida Jorge Lacerda nº. 1017, Sala 01, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, CEP 88443-000.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia da realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função, constitui obstáculo à sua inscrição no Processo Seletivo nº 001/2015.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.9 - Não haverá prova em braile, o candidato com deficiência visual poderá solicitar ampliação de prova ou um leitor.

5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

5.1 - Os habilitados e classificados no Processo Seletivo para a função de Monitor Escolar, nos termos deste Edital, caso contratados, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social e serão regidos de acordo com a Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002.

6 - DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

6.1 - O Processo Seletivo nº 001/2015 será realizado mediante aplicação de prova escrita.

PROVAS ESCRITAS

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 10 (dez) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 10 (dez) de Conhecimentos Específicos da Função, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,30	3,00
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,30	1,50

Conhecimentos Específicos da Função	10	0,40	4,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 19 de abril de 2015, com início às 9 (nove) horas e terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma, em local a ser identificado na homologação das inscrições.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.7 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.6, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Processo Seletivo vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.6.

7.1.8 - O candidato deverá assinalar suas respostas no Cartão de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.9 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas no Cartão de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.8 deste Edital.

7.1.10 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento do Cartão de Respostas, sendo que o mesmo não será substituído por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.11 - Será excluído do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Processo Seletivo, ou a outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Seletivo.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar o Cartão de Respostas.

7.1.12 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.13 - O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da Sala, o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado.

7.1.14 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.15 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.16 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 03 (três) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.17 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 03 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado no dia 20 de abril de 2015, a partir das 14h, o resultado da classificação provisória do Processo Seletivo será divulgado no dia 30 de abril de 2015 a partir das 14h e o resultado da classificação final do Processo Seletivo será divulgado no dia 12 de maio de 2015, a partir das 14h, todos, publicados no Portal do Servidor Público Municipal na rede

mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou DOM - Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo, via SEDEX com AR, sendo que o SEDEX deverá ser endereçado para: INFOVR - Tecnologia e Consultoria Pública Ltda - Avenida Jorge Lacerda nº. 1017, Sala 01, Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, CEP 88443-000, até o último dia do prazo de recursos para cada fase de recursos, utilizando-se do formulário constante do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não homologada, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.4 - Os pontos obtidos no seu Cartão de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.5 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.6 - A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, e terá caráter eliminatório, e serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

9.4 - A homologação do resultado do certame será publicada no Portal do Servidor Público Municipal na rede mundial de computadores (Internet) no site: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou DOM - Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br, com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.5 - A publicação do resultado do Processo Seletivo será feita em duas listas, sendo uma contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais; e outra somente contendo a classificação dos portadores de necessidades especiais.

9.6 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita.

11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com os Itens 9 e 10 deste Edital.

11.2 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da PREFEITURA Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis (contados da data de publicação do termo de convocação), munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

11.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da PREFEITURA Municipal de Rio do Sul - SC, quando houver alteração dos dados informados no formulário de inscrição.

11.4 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 15 (quinze) dias para procederem a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.5 - Caso o candidato admitido para assumir a vaga não preencha os requisitos para a contratação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Rio do Sul convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para a respectiva função.

11.6 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para a contratação, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

11.7 - Após o término da lista de aprovados, será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem, por mais uma vez. Ou seja, encerrando-se a chamada de candidatos aprovados, por mais uma vez, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles

candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram.

11.8 A contratação prevista neste edital tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação, podendo o contrato ser prorrogado ou não, de acordo com o motivo da contratação, conforme Parágrafo Único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.9 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.10 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos: Fotocópia legível:

- CPF
- Registro de Identidade
- Carteira de reservista (se homem)
- Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- Certidão nascimento ou casamento
- Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos)
- Título eleitoral e certidão de quitação com as obrigações eleitorais
- Comprovante dos requisitos exigidos para a função
- Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

12 - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015

12.1 - O prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2015 será até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, mediante lei específica (conforme prevê o art. 6º da Lei nº 5.550, de 18 de dezembro de 2014).

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Processo Seletivo nº 001/2015 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo nº 001/2015, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Função.
- Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova.
- Anexo III - Formulário de Recurso.
- Anexo IV - Conteúdos Programáticos da Prova Escrita.
- Anexo V - Descrição Sumária das Atribuições e Habilitação Mínima da Função.
- Anexo VI - Cronograma.

RIO DO SUL (SC), 16 de março de 2015.

REGINA GARCIA FERREIRA	GIVANILDO SILVA
Secretária Municipal de Educação	Secretário Municipal de Administração
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015

ANEXO I - FUNÇÃO

Função	Escolaridade / Habilitação Mínima	Tipo de Prova	Carga Horária Semanal	Vagas	Vencimento R\$
Monitor Escolar	Ensino Médio Completo + Curso de Formação fornecido pela PREFEITURA Municipal de Rio do Sul*	Prova objetiva	40 horas	20 + Cadastro Reserva	1.071,83**

* Os candidatos aprovados até o limite de 04 (quatro) vezes o número de vagas, deverão, OBRIGATORIAMENTE, participar do curso de capacitação, sem custo para o candidato, a ser ministrado pelo município.

** Mais auxílio alimentação no valor de R\$ 10,45 por dia trabalhado nos termos dos Arts. 84 a 90.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

A Sua Senhoria o Senhor

Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo n.º 001/2015
Município de Rio do Sul (SC)

_____, inscrito(a) ao Processo Seletivo nº 001/2015 do Município de RIO DO SUL, sob n.º _____, concorrendo a função de _____, portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado a _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 4 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada
Fonte n.º _____ / Letra _____

2) () Sala Especial
Especificar: _____

3) () Leitura de Prova

4) () Outra Necessidade
Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

RIO DO SUL / SC, ____ de ____ de 2015.

Assinatura do(a) Candidato(a)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

ANEXO III - FORMULÁRIO DE RECURSO

Senhor(a) presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo nº 001/2015 do Município de Rio do Sul.

CANDIDATO (A):	
N.º DE INSCRIÇÃO:	FUNÇÃO:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

() CONTRA o indeferimento da inscrição.

() CONTRA a formulação das questões e quesitos ou gabarito provisório.

() CONTRA a pontuação atribuída na classificação provisória.

REFERENTE PROVA:

N.º DA QUESTÃO:	GABARITO PROVISÓRIO:	RESPOSTA DO CANDIDATO:	
-----------------	----------------------	------------------------	--

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar. Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.

RIO DO SUL (SC), ____ de ____ de 2015.

Assinatura do(a) Candidato(a)	Assinatura do Recebedor / Responsável
-------------------------------	---------------------------------------

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

ANEXO IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA ESCRITA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FUNÇÃO: MONITOR ESCOLAR

Língua Portuguesa:

Morfologia, Fonética e Fonologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês, Interpretação de texto, Literatura Brasileira, Gêneros literários e discursivos.

Matemática:

Números e problemas envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples e composto; Números fracionários e operações, Equações de 1º e 2º Grau, Raciocínio Lógico e Estatística.

Conhecimentos Gerais:

Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação,

tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais de Santa Catarina e do município de Rio do Sul.

Conhecimentos específicos da Função:

MONITOR ESCOLAR:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Constituição Federal, na parte referente a Educação. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei Municipal nº 5.550, de 18 de dezembro de 2014. Atribuições da função de Monitor Escolar. Resolução CNE/CEB nº 07 de 14 de dezembro de 2010: Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

ANEXO V - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO MÍNIMA DA FUNÇÃO

MONITOR ESCOLAR	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES	
Atender crianças e adolescentes, auxiliando-os em atividades socioeducativas e nas necessidades diárias, cuidando de sua higiene, repouso e alimentação, para garantir o bem-estar e o desenvolvimento sadio.	
PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	
Receber crianças e adolescentes cuidar da higiene, escovação, executar banho quando necessário, vestindo e orientando para hábitos de limpeza pessoal, a fim de assegurar-lhes asseio e boa apresentação. Auxiliar nas refeições. Ministrar medicamentos, preparando as doses indicadas, controlando os horários de acordo com a orientação médica. Controlar o repouso, preparando-lhes a cama e ou demais espaços adequados a esta finalidade. Ajudar na troca da roupa e/ou fraldas, observando horários. Zelar pela saúde e bem-estar das mesmas. Participar de reuniões quando solicitado. Auxiliar, sob orientação do professor, na realização de atividades de rotina e em atividades socioeducativas. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.	
HABILITAÇÃO MÍNIMA:	Ensino Médio Completo + Curso de Formação fornecido pela PREFEITURA Municipal de Rio do Sul.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

ANEXO VI - CRONOGRAMA

DATA PREVISTA	ATO
16/03/2015	Publicação do Edital
17/03/2015 a 18/03/2015	Prazo para recurso contra o Edital
19/03/2015 a 08/04/2015	Período das inscrições
13/04/2015	Homologação das inscrições
14/04/2015 a 15/04/2015	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
19/04/2015	Data das provas Escritas
20/04/2015	Publicação do gabarito provisório.
22/04/2015 a 23/04/2015	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório
29/04/2015	Publicação do gabarito oficial.
30/04/2015	Publicação classificação provisória.

04/05/2015 a 05/05/2015	Prazo para recurso contra a classificação provisória.
12/05/2015	Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 001/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 001/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 001/2015
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 18/03/2015, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 009/2014
Protocolo nº 148607/2014
Recorrente: BUTZKE & CLAUDINO ADV ASSOC SC
Relator: Conselheiro Marco Aurelio Kuhnen Schulle

DECISÃO: Por maioria dos votos, dado provimento ao Recurso.

EMENTA: ISS FIXO PARA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CFE ART. 272, INCISO II DO CTM. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA: QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS (EMPREGADOS E SÓCIOS) QUE PRESTEM SERVIÇOS EM NOME DA SOCIEDADE. CONTRIBUINTE DEVE PAGAR ISS SOMENTE SOBRE OS PROFISSIONAIS QUE EFETIVAMENTE PRESTEM SERVIÇOS EM NOME DA SOCIEDADE.

Leonice Witte
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

PORTARIA Nº 0187/RH

PORTARIA Nº. 0187/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da PREFEITURA Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o Gabinete do Prefeito, o servidor RAMIRO DE LIZ E SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/02/2015.

Rio do Sul, 13 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 783, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

RESOLUÇÃO No 783, DE 13 DE MARÇO DE 2015

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a vereador e servidor.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de meia diária ao Vereador Jeferson Alexandre Vieira, no valor de R\$ 154,81 (cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos) e ao Servidor Luis Fernando Schweder, no valor de R\$ 118, 87 (cento e dezoito reais e oitenta e sete centavos), para visitar o Armazém Datacenter, no dia 18 de março do corrente ano, às 9:30 horas, objetivando conhecer os serviços que a empresa oferece para possível contratação deste tipo de serviço para armazenagem de dados da Câmara Municipal.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Brusque, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de março de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA
Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO
1º Secretário

MÁRIO MIGUEL
2º Secretário

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO N. 011, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO N. 011, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE APOIO, NOMEADO PELO DECRETO 004/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, no uso das atribuições legais e em conformidade com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Débora Baronchello, para compor a Comissão Permanente de Licitações do Município de Salto Veloso, sendo que o restante dos membros permanecem inalterados:

I - Presidente:

Zuriel Marco Azzolini Bussi

II - Membros:

Débora Baronchello

Paulo Hoffelder

Mozar Ganasini

Art. 2º. Fica nomeada a servidora Débora Baronchello, para atuação na Equipe de Apoio, nas licitações deste Município na modalidade de Pregão, sendo que o restante dos membros permanecem inalterados:

I - Pregoeiro:

Zuriel Marco Azzolini Bussi

II - Equipe de Apoio

Débora Baronchello

Paulo Hoffelder

Mozar Ganasini

Art. 3º. A Comissão Permanente de Licitações e o Pregoeiro solicitarão aos órgãos do Município, avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 13 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Administração e Finanças

LEI Nº 1.528, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.528, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI REGRAS PARA PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão em créditos do município, relativos a impostos, taxas, contribuição de melhoria e alienação de bens imóveis, bem como, quaisquer outros créditos em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. A anistia e/ou remissão que se refere este artigo será concedida apenas em relação à multa e juros de mora incidentes sobre os débitos.

Art. 2º. Para fins do pagamento do débito fiscal, os juros de mora e as multas terão seus valores originais anistiados e/ou remidos de acordo com a opção do contribuinte, nos termos previstos nos artigos 3º e 4º desta lei.

§ 1º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

§ 2º O contribuinte terá até o dia 30/10/2015 para formalizar sua opção.

Art. 3º Para efeitos de adesão, anistia e/ou remissão e forma de pagamento imediato (à vista) ou cota única, considera-se o seguinte:

I - no caso de pagamento à vista (parcela única) será concedido anistia e/ou remissão de 100% (cem por cento) dos juros de mora e multas;

II - no caso de parcelamento em 02 (duas) parcelas será concedido ao contribuinte anistia e/ou remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e multas;

III - no caso de parcelamento em 03 (três) ou 04 (quatro) parcelas será concedido ao contribuinte anistia e/ou remissão de 70% (setenta por cento) dos juros de mora e multas;

IV - no caso de parcelamento dos débitos em 05 (cinco) ou 06 (seis) parcelas, será concedido ao contribuinte anistia e/ou remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora e multas;

V - no caso de parcelamento entre 07 (sete) a 10 (dez) parcelas, será concedido ao contribuinte anistia e/ou remissão de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e multas;

Art. 4º Para efeitos de adesão, anistia e/ou remissão e forma de pagamento parcelado, deverá ser feita à opção para o pagamento em parcelas, que poderá ser efetuado em até 10 (dez) parcelas, desde que o valor mínimo da parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa física, ou R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica.

§ 1º No caso do pagamento parcelado pela opção prevista no inciso V, do artigo 3º desta Lei, deverá o devedor integralizar o importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da dívida, no ato do parcelamento.

§ 2º As parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira em até 05 (cinco) dias úteis da data da opção e as seguintes sofrerão atualização monetária pré-fixada com base no índice do ano anterior e juros simples de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º No caso de atraso, a parcela sofrerá juros de mora 1% (um por cento) ao mês ou fração e multa de 0,33% (trinta e três décimos de cento) ao dia até o máximo de 10% (dez por cento) por atraso.

Art. 5º Os contribuintes com vários executivos fiscais poderão ter seus débitos agrupados em um único parcelamento, nas formas previstas nos incisos I a V do art. 3º e inciso I do art. 4º.

Parágrafo único. Os débitos objeto de parcelamento, em curso, pendentes ou parcialmente cumpridos poderão ser incluídos no benefício, se assim o contribuinte desejar.

Art. 6º. A adesão pelos benefícios previstos nesta lei sujeita o optante à confissão, reconhecimento e novação dos débitos.

Art. 7º. A exclusão do optante pela adesão ao benefício dar-se-á nas seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nos artigos 3º e 4º;

II - inadimplência de duas parcelas consecutivas ou alternadas, relativamente a qualquer dos débitos abrangidos pelo mutirão;

III - declaração de insolvência ou decretação de falência ou, ainda, extinção por liquidação da pessoa jurídica;

IV - prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

V - declaração de inidoneidade dos documentos fiscais emitidos, confeccionada pelo Secretário de Administração e Finanças do Município de Salto Veloso, mediante despacho fundamentado em processo administrativo próprio.

§ 1º A exclusão, implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável a época da ocorrência dos fatos geradores.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I e II, a exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão que o excluiu do benefício.

§ 3º Constatado motivo de exclusão do benefício, o Secretário de Administração e Finanças do Município, notificará previamente o optante, assegurando-lhe o direito de conhecer antecipadamente os fatos que lhe são imputados, para que regularize sua situação perante a Fazenda Pública ou ofereça defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe a produção de provas:

I - após a apresentação de defesa e, eventualmente da instrução probatória, o Secretário de Administração e Finanças decidirá fundamentadamente se é caso de exclusão ou não;

II - da decisão que excluir o optante do benefício caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Prefeito Municipal de Salto Veloso.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a transigir, a não constituir o crédito tributário ou a desconstituí-lo, sempre que a matéria em litígio tenha sido objeto de reiteradas decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, definitivas no mérito e desfavoráveis ao sujeito ativo.

Art. 9º Nos casos de extinção de crédito tributário decorrente de dação em pagamento é lícito ao Poder Executivo apropriar o respectivo valor como receita tributária somente após a adjudicação do objeto da dação que resultar em efetivo ingresso de numerários.

Art. 10º Fica suspensa a pretensão punitiva do Município, referente aos crimes previstos nos artigos 1º e 2º, da Lei Federal n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, durante o período em que a pessoa física ou pessoa jurídica relacionada como agente dos aludidos crimes estiver incluída no benefício, ainda que tal opção se dê após o recebimento da denúncia criminal.

Parágrafo único. Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa física ou jurídica relacionada como agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento, ainda que tal opção se dê após o recebimento da denúncia criminal.

Art. 11. Os executivos fiscais em execução judicial, mesmo os que estiverem em fase de liquidação de sentença, poderão ser objeto do benefício instituído por esta lei, a critério da Assessoria Jurídica do Município, e mediante as condições e prazos previstos nesta lei. Parágrafo único. Todos os atos tendentes a regularização dos créditos e de seus lançamentos, bem como eventuais divergências apuradas em processo administrativo, poderão ser incluídos nos executivos judiciais, a critério da Assessoria Jurídica e mediante anuência do contribuinte.

Art. 12. Para efeito do inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, fica instituído o montante de R\$ 30,00 (trinta reais) por contribuinte.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 13 de março de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.529, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.529, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza Doação de Imóvel a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto Veloso - APAE.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.511.581/0001-13, a área de 1.242,08 m² (um mil, duzentos e quarenta e dois metros e oito decímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 33.056, conforme certidão anexa.

Artigo 2º - A presente doação é destinada ao fim específico de sediar a entidade beneficente e será realizada através de escritura pública, com cláusula de reincorporação do imóvel ao patrimônio público municipal, no caso de término da entidade ou de desvio da finalidade, ao qual a APAE é destinada, ou seja, atendimento a pessoas com deficiência.

Artigo 3º - Segue fotocópia de avaliação prévia, formalizada por comissão, destinada a esta finalidade.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 003, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 003, de 12 DE MARÇO de 2015.

ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO COORDENADORA PARA PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º. Em substituição a Sra. Cíntia Cristiany Périco Farenzena, fica designada a Sra. Juliana Basso Ansiliero, para compor a Comissão Municipal de Educação de elaboração do Plano Municipal de Educação junto ao Fórum Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. A presidência da Comissão será exercida pela Sra. Juliana Basso Ansiliero.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 12 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 169/2015

PORTARIA Nº. 169/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1502/2013 de 20/12/2013.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear por emprego público a Sra. MARILENE SANTOS ZANESCO nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1502/2013, para exercer o cargo de Agente comunitário de saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 12 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO ABERTURA EDITAL 024/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Aviso de Alteração abertura de Edital

Publicação de 27/02/2015- Edição 1692- página 737

Licitação nº 024/2015 - PR nº 024/2015

Fica alterado o prazo de abertura da documentação e propostas do Edital de Licitação acima descrito, para o dia 16 de março de 2015 às 08:30horas. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone: (0xx48) 534-1113 e e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 13:00h às 17:00h.

Santa Rosa do Sul, 11 de Março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

EDITAL 028/2015 PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 28/2015 - PR nº 28/2015

PREFEITURA Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos e equipamentos destinados às unidades de saúde do município e SAMU, a serem adquiridos parceladamente no exercício de 2015. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 17h00min do dia 26 de Março de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h:30min do dia 27 de Março de 2015. Cópia de edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 10 de Março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL Nº. 29/2015

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 29/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 17/2015, para AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 10:15 horas do dia 27/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 13/03/2015.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL Nº. 33/2015 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 33/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 7/2015 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE SAÚDE, TÉCNICO PRESENCIAL, VIA TELEFONE, INTERNET SEMPRE QUE NECESSÁRIO. ENGLOBANDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS, ORIENTAÇÃO E CONFECÇÃO DE CONTRATOS, PLANOS MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSESSORAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E O GESTOR MUNICIPAL. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:15 horas do dia 27/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 13/03/2015.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL Nº. 34/2015 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 34/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 8/2015 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA A UNIDADE DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 16:15 horas do dia 27/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 16:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 13/03/2015.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 32/2015	
Edital: Dispensa por Justificativa Nº. 07/2015	
Fornecedor	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Objeto	Serviços de exames laboratoriais para análise de amostras de água do sistema de abastecimento de água potável do Município de Santiago do Sul, estimativa para o exercício de 2015.
Valor	R\$ 9.372,00 (nove mil trezentos e setenta e dois reais).
Santiago do Sul-SC, 12 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

EDITAL 25/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 25/2015

Processo Administrativo Nº 32/2015	Pregão Presencial Nº. 25/2015
------------------------------------	-------------------------------

2.016.3390.00 - 301 - 178/2015 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
2.053.3390.00 - 100 - 150/2015 - MANUT. ATIVIDADES - ESTRADAS VICINAIS
2.002.3390.00 - 100 - 2/2015 - MANUT. ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
2.011.3390.00 - 101 - 41/2015 - TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL
2.025.3390.00 - 100 - 77/2015 - PROMOÇÃO E INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR
2.038.3390.00 - 100 - 90/2015 - MANUT. ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.056.3390.00 - 100 - 166/2015 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
2.004.3390.00 - 300 - 179/2015 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
2.013.3390.00 - 101 - 47/2015 - MANUT. ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 185/2014 de 31 de julho de 2014, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 32/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 25/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 27/03/2015 às 08:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 27/03/2015 às 08:00 horas, no Centro

Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto aquisição de combustíveis para utilização nos veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I - Lista de Itens, do presente Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 27/03/2015.

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores

unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.

4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.

4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE INSS

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS

CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL

CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CARTÃO CNPJ

5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015.

ABERTURA: às 08:00 horas do dia 27/03/2015

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos "sites" dos quais foram expedidos.

5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatarem a inviolabilidade dos mesmos.

6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

6.3. Serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem sequencial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu

desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de

05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. No prazo de até 02 (dois) dias a contar do recebimento da convocação para assinatura do contrato, o licitante deverá contratar com o Município de SANTIAGO DO SUL o objeto licitado.

9.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. A prestação de serviços/entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser iniciada 01 de abril de 2015, condicionando-se à assinatura de contrato conforme estabelecido no presente edital e após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra., considerando ainda: Que a prestação de serviços será efetuada, mediante solicitação por parte do Município, atendendo as necessidades de consumo, com término previsto para o dia 31 de junho de 2015, sendo que os valores contratados/empenhados referente às quantidades porventura remanescentes na data prevista para o término do fornecimento, ou mesmo antes desta data no caso de não haver mais previsão de utilização dos serviços, serão anuladas, não cabendo ao licitante vencedor qualquer indenização ou compromisso do Município de adquirir os serviços ainda não efetuados.

10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se à efetuar o pagamento a cada quinzena, podendo variar para mais ou menos dias em decorrência do estabelecimento das datas de pagamentos pelo Município, para os produtos entregues no período, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is), devidamente recebida(s) e aceita(s) pelo MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, através de seus responsáveis.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) dissolução da empresa;

h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

13.4.1. ANEXO I - Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.

13.4.2. ANEXO II - Minuta de Carta de Credenciamento;

13.4.3. ANEXO III - Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.4.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 12 de Março de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul ____/____/ ____ .

ANEXO I**LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à aquisição de combustíveis para utilização nos veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde, modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 25/2015, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Aquisição de combustíveis para utilização nos veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Os valores deverão ser cotados por preços unitários

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total	Marca	Preço Unitário	Preço Total Item
1	Gasolina Comum	LT	9.000,00	3,64	32.760,00			
2	Óleo Diesel S10	LT	27.650,00	2,99	82.673,50			
3	Óleo diesel B5 - S500	LT	30.000,00	2,87	86.100,00			

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a

contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias .
PRAZO DE ENTREGA: 01 de abril à 30 de junho de 2015.

Local e Data

NOME E ASSINATURA
REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA
ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015
OBJETO: Aquisição de combustíveis para utilização nos veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.
ABERTURA: 27/03/2015 - 08:00 h.

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, Telefone _____, E-mail _____ credencia como seu representante o Sr. _____ (nome e qualificação), CPF Nº _____ e CI Nº _____ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002. Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro) _____, em _____ de _____ 2015.

NOME E ASSINATURA
REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA
ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015
OBJETO: Aquisição de combustíveis para utilização nos veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.
A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

_____, em _____ de _____ 2015.

NOME E ASSINATURA
REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 884/2015

DECRETO Nº 0884, DE 12 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Gestão da Assessoria Jurídica

(211) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Gestão da Assessoria Jurídica

(208) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o INSTITUTO SANTÉ.

DO OBJETO: O presente Contrato tem como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Elzira Hanel, portadora do CPF nº 944.227.539-91, idosa referenciada no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", mediante o pagamento de mensalidade pelo CONTRATANTE, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 16/2015 de 28 de janeiro de 2015.

Parágrafo Primeiro: É condição para a celebração do presente contrato que os idosos necessitem de cuidados referidos na Cláusula Primeira (exceto cuidados psiquiátricos), e que sejam informados ao CONTRATADO as patologias e hábitos daqueles.

Parágrafo Segundo: Não está incluído no objeto do Contrato o acompanhamento de atividades de lazer fora da sede do Hospital, porém, será livre o acesso ao pátio e bosque deste Hospital, tendo o acompanhamento de equipe de atendimento.

DO VALOR: R\$ 19.521,24 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 30 de janeiro de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do

Município.
INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de passagens (vale transporte) para os Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul - SC para Mafra, Rio Negrinho, Campo Alegre e Rio Preto pelo período de fevereiro a março de 2015, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 7/2015 de 06 de fevereiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 12.102,90 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, a contar de 01/02/2015.

São Bento do Sul, 06 de fevereiro de 2015.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 011/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 363/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERV PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA EPP, em 29 de NOVEMBRO de 2013, conforme Edital Pregão Presencial nº 335/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 363/2013, que consiste na prestação de serviços de mão de obra especializada para limpeza geral, manutenção e serviços de copa do Prédio Central da PREFEITURA Municipal e Departamentos do Prédio, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Turismo e Departamento de Trânsito, juntamente com todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços na limpeza, manutenção e copa para o período de 12 meses.

Lote 1: Prestação de serviços de mão de obra especializada sendo 07 (sete) serventes, 01 (uma) copeira e 01 (um) líder de grupo, para a limpeza geral, manutenção e copa do Prédio Central da PREFEITURA Municipal e Departamentos do Prédio, sendo 8 (oito) horas/dia de segunda a sexta-feira, juntamente com todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços e materiais de limpeza, higiene, conservação e copa;

Lote 2: Prestação de serviços de mão de obra especializada sendo 01 (uma) servente, para a limpeza geral, manutenção e copa do Departamento de Meio Ambiente, sendo 8 (oito) horas/dia de segunda a sexta-feira, juntamente com todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços e materiais de limpeza, higiene, conservação e copa;

Lote 3: Prestação de serviços de mão de obra especializada sendo 01 (uma) servente, para a limpeza geral, manutenção e copa da Secretaria de Turismo, sendo 8 (oito) horas/dia de segunda a sexta-feira, juntamente com todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços e materiais de limpeza, higiene, conservação e copa;

Lote 4: Prestação de serviços de mão de obra especializada sendo 01 (uma) servente, para a limpeza geral, manutenção e copa do Departamento de Trânsito, sendo 8 (oito) horas/dia de segunda a sexta-feira, juntamente com todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços e materiais de limpeza, higiene, conservação e copa;

Considerando o término do Contrato nº 363/2013 na data de 15 de janeiro de 2015, e devido que os serviços prestados são de

natureza contínua e passíveis de prorrogação, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e cláusula nona - da Vigência do referido Contrato, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 16 de janeiro de 2015 e com término em 15 de abril de 2015.

Permanecem os valores mensais de R\$ 15.254,85 (quinze mil duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) para o Lote 01, R\$ 2.191,15 (dois mil cento e noventa e um reais e quinze centavos) para o Lote 02, R\$ 2.191,15 (dois mil cento e noventa e um reais e quinze centavos) para o Lote 03 e R\$ 2.191,15 (dois mil cento e noventa e um reais e quinze centavos) para o Lote 04, totalizando o valor do Contrato em R\$ 65.484,90 (sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos) para o período prorrogado.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2015.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

SERV PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02/2015 FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA MULTIFUNCIONAL DE Nº 02/2014 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA WB INFORMÁTICA LTDA, EM 29 DE JANEIRO DE 2014.

Considerando que a contratante necessita dar continuidade ao serviço de locação de máquinas multifuncionais e, considerando que o valor por cópia permanece sem reajuste e, considerando que há interesse em prorrogar a vigência do contrato, e com base na cláusula 8ª - DA VIGÊNCIA, nos termos do disposto no artigo 57 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e normas complementares, se estabelece: 1º - Fica incluído no Contrato o valor total de R\$ 1.980,00 (hum mil, novecentos e oitenta reais), para pagamentos conforme segue abaixo: Local: Secretaria da Fundação Cultural de São Bento do Sul. Nº de cópias: 27.000. R\$ total: 1.620,00 (hum mil, seiscentos e vinte reais). Local: Biblioteca Pública Municipal - Unidade Centro. Nº de cópias: 6.000 (seis mil). R\$ total: 360,00 (trezentos e sessenta reais). 2º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: - 18.01.2060.3.3.90.39.00.00.0100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, para a máquina instalada na Fundação Cultural, e- 18.01.2061.3.3.90.39.00.00.0100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, para a máquina instalada na Biblioteca Pública Municipal - Unidade Centro. 3º - Fica prorrogado o Contrato nº. 02/2014 por 12 (doze) meses, a contar de 29 de janeiro de 2015 a 28 de janeiro de 2016. 4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de janeiro de 2014, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de fevereiro de 2015.

Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural.

JEAN BECKERT, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 368/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 368/2014

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 271/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INOVA ENGENHARIA SS LTDA, em 31 de julho de 2012, conforme Convite nº 263/2012.

Considerando que o objeto do Contrato nº 271/2012, consiste na contratação de empresa para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica - Programa PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas de diversas ruas do Município, conforme memorial descritivo;

Considerando que o processo ainda encontra-se em análise pelos órgãos financiadores, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base na Cláusula Oitava - Da Vigência do Contrato, e de acordo com o Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 17 de janeiro de 2015 e com término em 15 de julho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 29 de dezembro de 2014.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RICARDO CALLADO, como Diretor do Departamento de Projetos do Município.

INOVA ENGENHARIA SS LTDA, como Contratada.

PORTARIA Nº 8374/2015

PORTARIA Nº 8374, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 002/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 002/2015.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;

ZILA ADA TERRES TSCHOEKE - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

SANDRA PETERS - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8375/2015

PORTARIA Nº 8375, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Prorroga prazo para posse

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ADILSON MARTINS FRUHAUF, no cargo de Enfermeiro, do Concurso Público nº 009/2011, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 1477/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8376/2015

PORTARIA Nº 8376, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Consolida Portaria nº 2578/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2578, de 24 de junho de 2013, que concedeu o benefício de pensão por morte a JUAREZ CAMARGO DE QUEIROZ, LUCAS MAINARDES DE QUEIROZ E ANA MAINARDES DE QUEIROZ, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, nº PPA - 13/00595954, através da Decisão GAC/HJN - 136/2015.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8384/2015

PORTARIA Nº 8384, DE 13 DE MARÇO DE 2015

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 01 de março de 2015, ADRIANA BRO-SOWSKI, do cargo de Coordenador de Setor de Atendimento, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 13 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8385/2015

PORTARIA Nº 8385, DE 13 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Coordenador de Setor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 01 de março de 2015, ADRIANA BROSOWSKI, no cargo de Coordenador de Setor de Secretaria da Junta Militar, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 13 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 59/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 59/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WENCESLAU HUBL, BAIRRO DONA FRANCISCA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 803355/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1.016.496-46/2014, sofreu alterações na Planilha de Orçamento item 4 - Drenagem em seus subitens 4.4 e 4.5, Cronograma Físico Financeiro e Valor Total Máximo da Obra.

Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, sito www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo da abertura do Edital Concorrência Pública nº 59/2015 do dia 08/04/2015 às 09:00 horas para o dia 15/04/2015 às 09:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08:30 horas.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 60/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 60/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS JORGE WEISS E SEVERINO EICHENDORF, BAIRRO DONA FRANCISCA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 803543/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1.016.603-34/2014, sofreu alterações na Planilha de Orçamento item 4 - Drenagem em seus subitens 4.4 e 4.5, Cronograma Físico Financeiro e Valor Total Máximo da Obra. Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, sito www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo da abertura do Edital Concorrência Pública nº 60/2015 do dia 08/04/2015 às 14:00 horas para o dia 15/04/2015 às 14:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 13:30 horas.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 005/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 005/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 009/2014 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Impulso Comunicação Ltda, em 15 de julho de 2014.

Considerando a previsão legal para alteração contratual, que tem como objeto Contratação de agência de publicidade e propaganda prestadora dos serviços de criação, produção, distribuição, veiculação, controle e acompanhamento de peças e campanhas publicitárias da Câmara Municipal, se faz necessária à majoração dos valores inicialmente contratados em 25% (vinte e cinco por cento), totalizando um acréscimo de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) ao contrato original. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 15 de julho de 2014, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de março de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

IVAN ROBERTO LIEBL

pela Empresa Contratada

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE /SBS/ Nº 095, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA/SAMAE /SBS/ Nº 095, de 13 de março de 2015.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

“Constitui e nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitação”

RESOLVE

Art. 1º Ficam designados para formação da Comissão Permanente de Licitação, na abertura, análise e julgamento das licitações do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, que ficará assim constituída:

PRESIDENTE Paulo Schwirkowski - matrícula 474

SECRETÁRIO José Alexandre Koch - matrícula 444

SUPLENTE Osni Paulo Langa - matrícula 152

MEMBRO Adair Chaves - matrícula 350

MEMBRO Ivana Aparecida Pereira - matrícula 370

MEMBRO Fridolino Van Den Boom - matrícula 140

MEMBRO Valdir Grosskopf - matrícula 381

Art. 2º Ausente um dos integrantes, inclusive o Presidente, será substituído pelo Suplente da Comissão;

Art. 3º - Esta Portaria produzirá efeitos legais a partir de sua publicação, revogando-se a portaria nº 062 de 10 de março de 2014.

Oswalcir Peters
Diretor Presidente

CARTA CONVITE Nº 23/2015

Carta-convite nº 23/2015

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 23/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:00 horas do dia 26 de março de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição uniformes para os servidores da área administrativa do SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(10) 3.3.90.30.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às

17h00.

São Bento do Sul, 13 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 46/2014

Contrato Nº: 18/2015 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 62/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Conpla Construções e Planejamento Ltda

Vigência: Início: 06/03/2015 - Término: 06/03/2016

Recursos: Dotação:

(93) 3.3.90.39.00 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Pavimentação Asfáltica para serviços e tapa-buracos.

Valor: R\$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais).

São Bento do Sul, 13 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 15/2015

Contrato Nº: 22/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Vigência: Início: 05/03/2015 - Término: 05/03/2016

Objeto: Cessão à PREFEITURA Municipal de São Bento do Sul, em regime de comodato do seguinte bem: veículo Ford Ranger cabine dupla, ano 1999, diesel, motor 2.5, 115cv, patrimônio nº 616.

São Bento do Sul, 13 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

CONVENIO 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE - EXTRATO DE CONVÊNIO
ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 02/2015. CONVENIENTES: Município de São João do Oeste e a Associação Comercial e Industrial de São João do Oeste - ACISJO. OBJETO: O presente convênio tem por objetivo o repasse de recursos financeiros objetivando auxiliar na manutenção e desenvolvimento das atividades da Associação.

VALOR: até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em parcelas conforme solicitação. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2015, conforme segue: Órgão: 08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Unidade Orçamentária: 08.01 - Setor de Indústria e Comércio Projeto/Atividade: 2045- Promoção da política de incentivos a indústria e comércio. Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Com fundamentação legal na Lei Municipal nº 1.621/2015. PRAZO DE VIGÊNCIA: A contar da data da assinatura do presente convênio até 31 de dezembro de 2015. DATA: São João do Oeste, 04 de Março de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luis Theisen - Prefeito Municipal de São João do Oeste e Vilmar Lohmann - ACISJO. Visto Jurídico: Moacir Biasi - 17.930-B - Município São João do Oeste-SC.

CONVENIO.01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE - EXTRATO DE CONVÊNIO
ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 01/2015. CONVENIENTES: Município de São João do Oeste e a Associação Cultural Alemã de São João do Oeste. OBJETO: O presente convênio tem por objetivo a manutenção e desenvolvimento de atividades inerentes à cultura nos termos do Estatuto da Entidade. VALOR: R\$ 84.300,00 (oitenta e quatro mil e trezentos) de acordo com a solicitação formulada pela Associação. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2015, conforme segue: Órgão: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO Unidade Orçamentária: 05.05 - Setor de Cultura Projeto Atividade: 2.030 - Manutenção Atividades Culturais Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Com fundamentação legal na Lei Municipal nº. 1.614/14 de 16 de dezembro de 2015 que autoriza o repasse de incentivos financeiros e vinculado ao Edital nº 01/2015 que visa a seleção de projetos visando ao fomento da produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais do município de São João do Oeste. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015, e sua vigência a contar da data da assinatura do presente convênio. DATA: São João do Oeste, 04 de Março de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luís Theisen- Prefeito Municipal do Município de São João do Oeste e Pedro José Lottermann - Associação. Visto Jurídico: Moacir Biasi - 17.930-B - Município São João do Oeste-SC.

São Joaquim

PREFEITURA

CONVÊNIO APAE

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOAQUIM

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOAQUIM

- CNPJ 83.294.579/0001-70 tendo como representante sua Presidente Marilda dos Santos Rodrigues, casada, CPF. 920.070.230-20, RG 3043451 - SSP/SC, neste ato denominada CONVENIENTE, da referida Instituição com sede nesta cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, na Rua Agripa de Castro Farias, nº 20.

O Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ 01.397.083/0001-67, localizado na Rua Gasparino Dutra, SN representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mirian Chioca Valtrick - CPF 511.326.309-59 - CI 8/R 1.661.269, casada, neste ato CONCEDENTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por finalidade a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOAQUIM, sendo os serviços abaixo identificados:

- 1.1 - O valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, para o custeio despesas de manutenção e capital da Associação.
- 1.2 - 250 (duzentos e cinquenta) litros de combustível mensal, para o transporte dos alunos.
- 1.2.1 - 200 (duzentos) litros de óleo diesel.
- 1.2.2 - 50 (cinquenta) litros de gasolina

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Compete ao Fundo Municipal de Assistência Social:

- 2.1 - manter o acompanhamento da execução dos serviços constantes no plano de trabalho;
- 2.2 - transferir ao conveniente os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso financeiro;
- 2.3 - analisar eventuais alterações do plano de trabalho, mediante aprovação do gestor do convênio;
- 2.4 - publicar o extrato do convênio e alterações conforme normas em vigor;
- 2.5 - receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo contratado;

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

Compete a Conveniente:

- 3.1 - Realizar os serviços conveniados como descrito na Cláusula primeira.
- 3.2 - Encaminhar ao Fundo Municipal de Assistência Social, até 30 dias após o repasse as Prestações de Contas referente a cada liberação.
- 3.3 - Efetuar os pagamentos de tributos e encargos sociais referentes às despesas decorrentes da contratação de serviços ou a compra de produtos.
- 3.4 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguros de acidentes, contribuições previdenciárias e quaisquer

outras que forem devidas, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a concedente;

3.5 - Realizar a movimentação financeira em conta corrente específica do convênio, e ficando o numerário por 30 dias ou mais sem movimentação o mesmo deverá ser aplicado em poupança ou aplicação de curto prazo.

3.6 - Na apresentação da Prestação de contas os extratos bancários deverão ser apresentados de forma consolidada e definitiva vinculando a aplicação ou a poupança.

3.7- propiciar no local de execução dos serviços meios e condições necessários para que a concedente possa realizar inspeções periódicas, bem como o controle externo;

3.8 - restituir o saldo dos recursos financeiros não utilizados;

3.9 - tomar outras providências necessárias a boa execução do objeto deste convenio;

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO REPASSE

4.1 - O concedente transferirá mensalmente o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

4.2 - 250 (duzentos e cinquenta) litros de combustível mensal.

4.3 - A título de contrapartida a conveniente alocará recursos próprios se necessário for, para a plena execução do objeto do convênio.

CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

O presente instrumento terá início a partir da data de sua assinatura, e seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015 e vigorará até 31 de dezembro de 2015 conforme Lei 4.303/2015.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

6.1 - A rescisão do presente convênio poderá ser rescindido por qualquer das partes em qualquer tempo, ficando o conveniente responsável pelas obrigações auferidas na sua vigência.

6.2 - Em caso de inexecução, descumprimento total ou parcial deste Convênio, a rescisão dar-se-á automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

6.3 - A rescisão de convênio, na forma prevista acima e sem que tenham sido os valores restituídos ao Município, ensejará a instauração de Tomadas de Contas Especial.

CLÁUSULA SETIMA: DA ALTERAÇÃO

7.1 - A alteração deste convênio no caso de necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo contratado, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 dias que antecedem o término de sua vigência.

CLÁUSULA OITAVA: DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

8.1 - As despesas correrão por conta dos recursos alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social 2015 - Recursos Próprios.

8.2 - As despesas não poderão ser auferidas anteriormente a data de liberação do recurso, a qual ocorrerá mensalmente.

8.2 - Os recursos transferidos pela concedente não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior a data de vigência.

8.3 - Deverão ser restituídos os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, nos seguintes casos:

a- quando não for executado o objeto pactuado.

b- quando não for apresentado a prestação de contas Parcial ou final no prazo regulamentar.

c- quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com o objeto do convênio.

d- quando forem efetuadas despesas anterior a data de liberação do recurso.

8.3.1 - O conveniente será notificado para que no máximo em 30 dias, restitua os valores nos casos previstos nos itens, 8.1, 8.2 e 8.3.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 - As prestações de contas deverão ser entregues até 30 dias após o repasse mensal.

9.2 - Deverão pertencer as prestações de contas, documentos fiscais, ordens de pagamentos, extratos bancários, balancete de prestação de contas, relatório sobre a execução física e financeira e relatório de cumprimento de objeto.

CLÁUSULA DECIMA: DO FORO

10.1- O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias deste instrumento é o da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

E por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que declaram conhecer seu inteiro teor, o convênio entra em vigor a partir da sua publicação.

São Joaquim, 03 de Março de 2015.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOAQUIM
CONVENIENTE

Fundo Municipal de Assistência Social
CONCEDENTE

Município de São Joaquim
CONCEDENTE

Testemunhas:

1-) _____

2-) _____

CONVÊNIO BENTO CAVALHEIRO - CASA LAR

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM SC E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO - CNPJ 86.159.340/0001-85 tendo como representante sua Superintendente Agna Mara Schlesting de Oliveira, casada, CPF. 472.330.879-20, RG 106.830-0 - SSP/SC, neste ato denominada CONVENIENTE, da referida Instituição com sede nesta cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, na Rua Murilo Bortoluzzi de Medeiros, s/nº.

O Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ 01.397.083/0001-67, localizado na Rua Gasparino Dutra, SN representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mirian Chioca Valtrick - CPF 511.326.309-59 - CI 8/R 1.661.269, casada, neste ato CONCEDENTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por finalidade a transferência de recursos financeiros do Município para a manutenção do Programa Casa Lar por parte da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO, sendo os serviços abaixo identificados:

- 1.1- Para a manutenção das despesas com as crianças que residem temporariamente na casa lar.
- 1.2- Manutenção das despesas com a estrutura física;

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Compete ao Fundo Municipal de Assistência Social:

- 2.1 - manter o acompanhamento da execução dos serviços constantes no plano de trabalho;
- 2.2 - transferir ao conveniente os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso financeiro;
- 2.3 - analisar eventuais alterações do plano de trabalho, mediante aprovação do gestor do convênio;
- 2.4 - publicar o extrato do convênio e alterações conforme normas em vigor;
- 2.5 - receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo contratado;

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

Compete a Conveniente:

- 3.1 - Realizar os serviços conveniados como descrito na Cláusula primeira.
- 3.2 - Encaminhar ao Fundo Municipal de Assistência Social, até 30 dias após o repasse as Prestações de Contas referente a cada liberação.
- 3.3 - Efetuar os pagamentos de tributos e encargos sociais referentes às despesas decorrentes da contratação de serviços ou a compra de produtos.
- 3.4 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguros de acidentes, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas, referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a concedente;
- 3.5 - Realizar a movimentação financeira em conta corrente específica do convênio, e ficando o numerário por 30 dias ou mais sem movimentação o mesmo deverá ser aplicado em poupança ou aplicação de curto prazo.
- 3.6 - Na apresentação da Prestação de contas os extratos bancários deverão se apresentados de forma consolidada e definitiva vinculando a aplicação ou a poupança.
- 3.7- propiciar no local de execução dos serviços meios e condições necessários para que a concedente possa realizar inspeções periódicas, bem como o controle externo;
- 3.8 - restituir o saldo dos recursos financeiros não utilizados;
- 3.9 - tomar outras providencias necessárias a boa execução do objeto deste convenio;

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO REPASSE

- 4.1 - O concedente transferirá mensalmente o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
- 4.2- A título de contrapartida a conveniente aloca recursos próprios se necessário for, para a plena execução do objeto do convênio.

CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

O presente instrumento terá início a partir da data de sua assinatura, e seus efeitos retroagem ao dia 01 de Janeiro de 2015, e vigorará até 31 de dezembro de 2015 conforme Lei 4.302/2015.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISAO

- 6.1 - A rescisão do presente convênio poderá ser rescindido por qualquer das partes em qualquer tempo, ficando o conveniente responsável pelas obrigações auferidas na sua vigência.
- 6.2 - Em caso de inexecução, descumprimento total ou parcial deste Convênio, a rescisão dar-se-á automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial.
- 6.3 - A rescisão de convênio, na forma prevista acima e sem que tenham sido os valores restituídos ao Município, ensejará a instauração de Tomadas de Contas Especial.

CLÁUSULA SETIMA: DA ALTERAÇÃO

- 7.1 - A alteração deste convênio no caso de necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo contratado, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 dias que antecedem o término de sua vigência.

CLÁUSULA OITAVA: DA CLASSIFICAÇÃO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

- 8.1 - As despesas correrão por conta dos recursos alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social 2015 - Recursos Próprios.
- 8.2 - As despesas não poderão ser auferidas anteriormente a data de liberação do recurso, a qual ocorrerá mensalmente.
- 8.2 - Os recursos transferidos pela concedente não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior a data de vigência.
- 8.3 - Deverão ser restituídos os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, nos seguintes casos:
 - a- quando não for executado o objeto pactuado.
 - b- quando não for apresentado a prestação de contas Parcial ou final no prazo regulamentar.
 - c- quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com o objeto do convênio.
 - d- quando forem efetuadas despesas anterior a data de liberação do recurso.

- 8.3.1 - O conveniente será notificado para que no máximo em 30 dias, restitua os valores nos casos previstos nos itens, 8.1, 8.2 e 8.3.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 9.1 - As prestações de contas deverão ser entregues até 30 dias após o repasse mensal.
- 9.2 - Deverão pertencer as prestações de contas, documentos fiscais, ordens de pagamentos, extratos bancários, balancete de prestação de contas, relatório sobre a execução física e financeira e relatório de cumprimento de objeto.

CLÁUSULA DECIMA: DO FORO

- 10.1- O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias deste instrumento é o da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

E por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que declaram conhecer seu inteiro teor.

São Joaquim, 04 de Março de 2015.
A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO
CONVENIENTE

Fundo Municipal de Assistência Social
CONCEDENTE

Município de São Joaquim

Testemunhas:

1-) _____

2-) _____

ERRATA DO PROCESSO 06/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Pregão presencial 05/2015 - Registro de Preço
Processo n.º06/2015 - Aquisição de medicamento para Farmácia
Básica, SAMU e Processos Judiciais

Onde lê-se:

4. DO(S) PRAZO(S):

4.1 De Entrega(s), em até 12 (doze) horas, a contar da(s) data(s)
da(s) solicitação(ões), no(s)
endereço(s) nela(s) indicado(s), devidamente subscrita(s) pelo
Responsável de cada Secretaria.

Leia-se:

4. DO(S) PRAZO(S):

4.1 De Entrega(s), em até 07 (sete) dias, a contar da(s) data(s)
da(s) solicitação(ões), no(s)
endereço(s) nela(s) indicado(s), devidamente subscrita(s) pelo
Responsável de cada Secretaria.

OBS.: A partir do item 90 até o item 134 é cota reservada para
MEI, ME EPP.

A Comissão

PREGÃO 08/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 08/2015
PREGÃO PRESENCIAL 08/2015 - REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA CONFECÇÃO DE
PRÓTESES DENTÁRIAS RECONHECIDO PELO CONSELHO FEDE-
RAL DE ODONTOLOGIA

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 26/03/2015 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$: 53.280,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo
contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital,
no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expedien-
te ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf.
(49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de março de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PREGÃO 14/2015 -PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 40/2015

PREGÃO PRESENCIAL 14/2015 - REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de recauchuta-
gem, conserto de pneu, recapagem e vulcanizo para diversas se-
cretarias.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 26/03/2015 às 14:00horas

Valor estimado: R\$: 72.005,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo
contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital,
no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expedien-
te ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf.
(49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de março de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

EDITAL Nº. 008/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 008/2015/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE VISITANTE POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ - Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Visitante, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária dos cursos de Pós-Graduação em Docência da Educação Infantil e Docência dos Anos Iniciais do Centro Universitário Municipal de São José - USJ, nos termos da Lei nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 11/03/2015 a 17/03/2015 Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição ficará automaticamente prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 20h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Sílvia Maria Fabro, nº 97 - Kobrasol - São José - Cep: 88102-430, Setor de Gestão de Pessoas.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 25,00 (vinte reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José - CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato). Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas no período entre os dias 11/03/2015 a 16/03/2015, e preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá:

I - ser portador do título de mestre e/ou doutor; e

II - ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área; e/ou

III - ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos cinco anos.

Apresentar cópia do "Curriculum Vitae" modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital (Anexo III), Cópia da Carteira de Identidade, ou documento equivalente nacional com foto, Formulário de Inscrição preenchido e assinado e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição.

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ - www.cnpq.br - deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, SOMENTE com a documentação que será analisada e pontuada. Serão consideradas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos.

1.6. Para comprovação da titulação exigida serão aceitos os seguintes documentos: Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado

de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6.1 Somente serão aceitos diplomas de Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 30 de abril de 2015. Após essa data o material será incinerado.

1.8 A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar a chamada dos(as) candidatos(as) para esclarecimentos quanto aos documentos apresentados para a prova de títulos.

2. Da prova de títulos (etapa única).

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$$PBC \times 10$$

$$NFPT = \frac{\text{PBC} \times 10}{PB}$$

PB

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
11/03/2015 a 17/03/2015	Inscrições.
11/03/2015 a 16/03/2015	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
18/03/2015	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
19/03/2015	Período de Recursos.
20/03/2015	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
20/03/2015	Publicação do Edital com a divulgação dos(as) classificados(as).
23/03/2015	Período de recursos.
24/03/2015	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo.

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado até 24 horas após a publicação dos mesmos, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e as datas previstas poderão ser alteradas de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José - USJ.

6. Da Remuneração: Titulação / Valor Hora-aula

I - Titulação: Mestrado / Valor hora-aula: R\$ 66,66 (sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos);

II - Titulação: Doutorado / Valor hora-aula: R\$ 74,07 (setenta e quatro reais e sete centavos).

6.1 Os valores referidos no item nº 6 devem ser multiplicados pelo número de aulas efetivamente ministradas no mês, acrescidos de um sexto concernente ao descanso semanal remunerado.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos da Lei nº 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) que for contratado(a) terá a carga horária da disciplina.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 10 de março de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO I**Formulário de Inscrição**

Edital nº 008/2015/FUNDESJ - Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Visitante

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome Completo:			
Identidade:	Órgão Emissor:	Uf:	Data de Emissão:
Cpf:	Data de Nascimento:	Sexo: ()	
Masc. () Fem.			
Nacionalidade:	Visto Permanente: () Sim		
() Não			
Endereço Residencial (Rua / Av.):			
Bairro:	CEP:	Cidade:	
UF:			
País:	DDD:	Tel:	Cel:
E-mail:			

ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ()

Área de Inscrição: _____

São José, __ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS**

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95	
1.2	Doutorado	85	
1.3	Mestrado	50	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior (Cursos de Pós-Graduação)	5,0/ano	
	Exercício do Magistério no Ensino Superior na área da disciplina(Graduação)	3,0 /ano	
	Exercício do Magistério na Educação Básica	0,5 /ano	
Total			

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro científico na área da Educação com registro ISBN.	15	
3.3	Organização de livro científico na área da Educação com registro ISBN.	10	
3.4	Capítulo de livro científico na área da Educação com registro ISBN.	10	
3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10	
Artigo publicado em periódico não indexado:			
3.6	Revista (pontuação máxima 05 pontos)	01	
	Jornal (pontuação máxima 05 pontos)	01	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	05	
3.8	Tradução de livro publicado	10	
3.9	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	05	
Total			

4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica – por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	
	Total		

5.	Bancas (Participação como membro efetivo)	PONTUAÇÃO
----	---	-----------

Trabalho de conclusão de curso – TCC	0,1/ banca	
Monografia de curso "Lato-Sensu"	0,2 /banca	
Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
Tese de doutorado	1,0/ banca	
Total		

Total de Pontos do Candidato	
------------------------------	--

ANEXO III

Das Vagas, Requisitos e Carga Horária do Processo Seletivo:

Área: Educação (07 vagas)

Curso de Especialização: DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS

REQUISITOS	DISCIPLINA	C.H	VAGAS	CÓDIGO DE VAGA
1- Doutorado ou Mestrado em Educação ou Áreas afins na área das disciplinas. 2- Experiência profissional na docência do Ensino Superior (1 ano). 3- Produção Acadêmica ou experiência profissional na área da disciplina.	Educação na Perspectiva Inclusiva	30	01	1.1
	Seminários de Aprofundamento: Literatura, Artes Visuais, Música, Mídias, Oficina de Materiais Lúdicos, Cultura Africana.	45	01	1.2
	Linguagens Integradoras: Língua Portuguesa, Literatura e Arte	45	01	1.3

Curso de Especialização: DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

REQUISITOS	DISCIPLINA	C.H	VAGAS	CÓDIGO DE VAGA
1- Doutorado ou Mestrado em Educação ou Áreas afins na área das disciplinas. 2- Experiência profissional na docência do Ensino Superior (1 ano). 3- Produção Acadêmica ou experiência profissional na área da disciplina.	Linguagem: brincadeira e Interação	30	01	2.1
	Linguagem: Oralidade e Escrita	30	01	2.2
	Metodologia de Pesquisa com Crianças	30	01	2.3
	Linguagem, Expressão e Arte: Musical, Cênicas e Visual	30	01	2.4

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 30/2015/FUNESJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 30/2015/FUNESJ

No mês de Março do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, resolve celebrar Termo de Convênio de acordo com os dados dos extratos abaixo.

Espécie: Termo de Convênio (Eventos)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à

Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00.00.00.00.0080

Valor do Instrumento: R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais)

Conveniente: INSTITUTO CATARINENSE DO DESPORTO, com sede na Rua Cândido Amaro Damásio, 267, Sala 03, Bairro Jardim Cida-de Florianópolis, CEP 88111-110, São José (SC), inscrito no CNPJ sob nº 10.868.082/0001-44.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante custeio da realização 3ª Meia Maratona Cidade São José, a ser realizada em 24 de Maio de 2015.

Presidente da Conveniente: Eduardo Gonçalves da Costa

Prazo de Vigência: 18/02/2015 a 31/05/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 31/2015/FUNESJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 31/2015/FUNESJ

No mês de Março do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, resolve celebrar Termo de Convênio de acordo com os dados dos extratos abaixo.

Espécie: Termo de Convênio (Eventos)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00.00.00.00.0080

Valor do Instrumento: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Conveniente: INSTITUTO COSTÃO SOCIAL EDUCAÇÃO ESPORTE CULTURA E LAZER, com sede na Avenida José Bouitex, 50, Bairro Ponta das Canas, CEP. 88056-750, São José (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.482.852/0001-50.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante custeio da realização de evento de MMA - SÃO JOSÉ SUPER FIGHT 2015, a ser realizado em 28 de Março de 2015.

Presidente da Conveniente: Metusela Fernandes dos Santos

Prazo de Vigência: 02/03/2015 a 10/04/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 32/2015/FUNESJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 32/2015/FUNESJ

No mês de Março do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, resolve celebrar Termo de Convênio de acordo com os dados dos extratos abaixo.

Espécie: Termo de Convênio (Eventos)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00.00.00.00.0080

Valor do Instrumento: R\$ 23.000,00 (vinte três mil reais)
 Conveniente: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MOTOCILISMO, entidade privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Comandante José Ricardo Nunes, n. 79, CEP 88.070-220, Bairro Capoeiras, Florianópolis (SC), inscrita no CNPJ sob nº 76.557.008/0001-97.
 Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante custeio da realização da 1ª Etapa do Campeonato Catarinense de Motocross, a ser realizada em 14 e 15 de Março de 2015.

Presidente da Conveniente: Onílio Cidade Filho

Prazo de Vigência: 02/03/2015 a 22/03/2015

PORTARIA Nº 004/2015/SF

PORTARIA Nº 004/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.453.0112.1.102 - Implantar Sistema de Transporte Coletivo Municipal

577 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 34.000,00

Total desta Atividade R\$ 34.000,00

Total do Órgão R\$ 34.000,00

11.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01.19.573.0108.2.275 - Cidade Digital

669 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 38.000,00

Total desta Atividade R\$ 38.000,00

Total do Órgão R\$ 38.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 72.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.125.0110.2.295 - Implantação, Instalação e Manutenção de Sinalização Eletrônica

439 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$

1.000,00

441 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

445 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

447 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 15.000,00

Total desta Atividade R\$ 18.000,00

09.01.06.125.0110.2.297 - Instalação e Manutenção de Totens

448 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.000,00

09.01.06.125.0112.2.259 - Funcionamento e Manutenção de Fiscalização de Transporte

452 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

453 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.000,00

09.01.06.125.0112.2.298 - Conselho Municipal de Transportes

455 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 1.000,00

457 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.000,00

09.01.06.181.0110.2.294 - Fundo Municipal de Segurança

493 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

09.01.06.183.0110.2.401 - Vídeo de Monitoramento Comunitário

541 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.000,00

Total do Órgão R\$ 34.000,00

11.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01.19.573.0108.2.275 - Cidade Digital

673 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 28.000,00

671 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 38.000,00

Total do Órgão R\$ 38.000,00

Total da Anulação R\$ 72.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de março de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 005/2015/SF

PORTARIA Nº 005/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.241.0111.2.278 - PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos - CATI

1781 - 3.3.90.39.00.00.0022 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

28.01.08.243.0111.2.085 - PSEAC - Serv. Acolh. Institucional para Crianças / Adolescente / Casa Lar / Abrigo Institucional
1823 - 3.3.90.39.00.00.0022 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 50.000,00
1829 - 4.4.90.52.00.00.0022 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 80.000,00
Total desta Atividade R\$ 130.000,00

28.01.08.244.0111.2.171 - PSB - Ser. de Proteção / Atendimento Integral à Família (PAIF)

1986 - 3.3.90.30.00.00.0022 - Material de Consumo,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00
Total do Órgão R\$ 230.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 230.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.182 - PSEAC - Serviço de Acolhimento em Repúblicas
1857 - 3.3.90.30.00.00.0022 - Material de Consumo,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 10.000,00
1860 - 3.3.90.39.00.00.0022 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa

Jurídica,

Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 10.000,00

1863 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 20.000,00

1866 - 4.4.90.52.00.00.0022 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 50.000,00

28.01.08.244.0111.2.426 - Apoio e Assistência a Entidades - FMAS

2117 - 3.3.50.43.00.00.0022 - Subvenções Sociais,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 180.000,00

Total desta Atividade R\$ 180.000,00

Total do Órgão R\$ 230.000,00

Total da Anulação R\$ 230.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de março de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 006/2015/SF

PORTARIA Nº 006/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 30 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.175 - Implantação, Reforma e Ampliação de Ginásios

e Quadras de Esportes - Educação

210 - 4.4.90.51.00.00.0081 - Obras e Instalações,
Recursos Ordinários - Educação R\$ 81.000,00

Total desta Atividade R\$ 81.000,00

Total do Órgão R\$ 81.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 81.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.043 - Aquisição de Veículos - Transporte

Escolar - Ensino Fundamental

208 - 4.4.90.52.00.00.0081 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Ordinários - Educação R\$ 81.000,00
Total desta Atividade R\$ 81.000,00
Total do Órgão R\$ 81.000,00
Total da Anulação R\$ 81.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de março de 2015.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

RESOLUÇÃO Nº 03/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 03/2015/CMAS

DISPÕE SOBRE AS ENTIDADES QUE NÃO ENTREGARAM RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013 E PLANO DE AÇÃO 2014 AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 12 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Lei 4.308 de 20 de julho de 2005 - Cria o Conselho Municipal de Assistência social CMAS;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Regimento Interno CMAS, III - Cabe ao Conselho fiscalizar o cumprimento das normas para a concessão de registro e certificado de entidade de fins filantrópicos e às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social;

CONSIDERANDO Art. 14º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - As Entidades ou organizações de Assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril ao Conselho de Assistência Social o Plano de Ação do corrente ano e Relatório de Atividades do ano anterior;

CONSIDERANDO Art. 16º inciso 1º da Resolução CMAS Nº 063/2010 - A Inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito de ampla defesa e ao contraditório;

CONSIDERANDO o Devido Processo legal, que estabelece a Garantia do Direito ao Contraditório e a Ampla Defesa, e que devem consubstanciar todos os Atos deste Conselho, que possam suprimir ou restringir Direitos conferidos por este a terceiros;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária de 12 de fevereiro de 2015 referente as Entidades que não observaram o Art. 14º da Resolução 063/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público as Entidades que receberam ofício comunicando o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014, e não procederam a entrega Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014 enviaram na forma do Art. 14º da Resolução CMAS 063/2010;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social faz saber que as Entidades abaixo relacionadas não enviaram a documentação

solicitada:

1. Inscrição nº 001 - Conselho Comunitário Bairro Bela Vista;
2. Inscrição nº 027 - Centro de Educação e Treinamento Esperança - CETE;
3. Inscrição nº 040 - Associação Portadores Síndrome de Down - Amigo Down;
4. Inscrição nº 066 - Instituto Cidadania em Ação - ICA;
5. Inscrição nº 073 - Instituição Filantrópica Casa de Caritas;
6. Inscrição nº 015 - Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima - Casa Lar Pai Herói;
7. Inscrição nº 077 - Instituto Santa Maria;
8. Inscrição nº 079 - Instituto Social Nação Brasil;

Art. 3º - As Entidades citadas no Art. 2º, terão o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, para entrega dos documentos supracitados com as devidas justificativas. Após este prazo, não o fazendo, estarão sujeitas ao cancelamento da Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social;

§1º- As Entidades serão informadas da situação irregular a qual se encontram, através de correspondência emitida pela Secretaria Executiva deste Conselho, que deverão conter as assinaturas do Presidente e do Coordenador da Comissão de Normas;

§2º- As correspondências serão entregues pessoalmente, nas unidades de atendimentos das Entidades, devendo ficar registrado, em cópia de igual teor, a data, o nome do responsável pelo recebimento e sua assinatura;

§3º- O prazo estipulado pelo caput deste artigo, será contado a partir da data do recebimento da Correspondência.

§4º- Caso não seja possível a entrega da correspondência na Entidade, pela insuficiência de endereço ou pela ausência de pessoa responsável pelo seu recebimento, a Secretaria Executiva deverá gestar junto a SAS - Secretaria de Assistência Social de São José, a publicação da correspondência no Site da PMSJ, no Mural da Secretaria e em lugar de acesso ao conhecimento público nas dependências da Casa dos Conselhos;

§5º- No caso do parágrafo anterior, o prazo será contado a partir da data da publicação da carta, da forma ou local que ocorrer a primeira.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação;
Art. 6º - Publique-se na forma da Lei;

São José (SC), 12 de fevereiro de 2015.
CESAR MAXIMILIANO SIMÕES
Conselheiro Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 003/2015.

RESOLUÇÃO Nº. 003/2015.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA CONSELHEIRA WANESSA CRISTHIANA GRANDO E DA CONSELHEIRA RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO NA COMISSÃO ESPECIAL PARA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES DE SÃO JOSÉ PARA O MANDATO 2013/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei Municipal nº. 4.302/2005, conforme deliberado em Assembléia Ordinária do dia 11 de fevereiro de 2015,

Considerando a necessidade de maior participação dos conselheiros e paridade na composição da comissão

RESOLVE:

Art. 1º incluir para comporem a presente Comissão Especial de Sindicância:

Não Governamentais:
WANEISSA CRISTHIANA GRANDO

Governamentais:
RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art.3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 13 de Fevereiro de 2015.
LILIANE FERREIRA MARTINS
Presidente do CMDCA/SJ

TERMO DE ACORDO N.º 002/2015/GAB

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO N.º 002/2015/GAB. PARTES: Município de São José e a DIMAS Empreendimentos Imobiliários LTDA. OBJETO: a realização de serviços de urbanização através de implantação e/ou manutenção e conservação pela ADOTANTE, sem ônus para o MUNICÍPIO, dentro do Programa de Adoção de Áreas Públicas no Município de São José, da área situada na Av. Beira Mar, no bairro Praia Comprida, no Município de SÃO JOSÉ. VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de assinatura, podendo ser renovado por igual período. LOCAL E DATA: São José, SC, 26 de janeiro de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Fernando Souza e Clóvis Renato Squio pelo Município de São José e Daniel Dimas da Silva pela Dimas Empreendimentos Imobiliários LTDA.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO LEILÃO 28/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE LEILÃO Nº28/2015

A PREFEITURA Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 28/2015, Edital de Leilão Nº 28/2015, Objeto: ALIENAÇÃO DE DOIS LOTES URBANOS LOCALIZADOS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC. Os proponentes interessados deverão solicitar o edital através do e-mail: compras@prefcedro.sc.gov.br e apresentar Contrato social, Procuração, RG e CPF, com endereço completo e telefone, para se credenciar, visando participar do Leilão. A abertura da etapa de lances será às 09:00 horas do dia 31/03/2015, no Departamento de Compras e Licitações da PREFEITURA Municipal de São José do Cedro - SC. Maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45 h, e das 13:30h até às 17:30h, ou via email pelo endereço "compras@prefcedro.sc.gov.br". São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.29/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº29/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 29/2015, Edital de Pregão Nº 29/2015, Objeto: alienação de dois lotes urbanos localizados no centro do município de São José do Cedro - SC. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 26/03/2015. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 26/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da PREFEITURA Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da PREFEITURA ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2015 FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, para aquisição de gêneros alimentícios de copa e cozinha para o Fundo Municipal de Assistência Social, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 30/03/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 13 de março de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por LOTE para aquisição de Seguro de Veículos e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 26/03/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 13 de março de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO 21/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de peças e serviços de mecânica para os veículos e máquinas da Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 27/03/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 13 de março de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.271 - NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.271/2015

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Municipal nº 5.890 de 12 de setembro de 2007 e Lei Municipal nº 5.921 de 05 de outubro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Conselho do FUNDEB, constituído por 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação de seus segmentos, a seguir discriminados:

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Zulmir Pelegrini - Titular
Claudir Pavan - Titular
Gilmar Antonio Sbardelotto - Suplente
Rodrigo Cieplak - Suplente

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública;

Catarina Ledi Battaglin - Titular
Janecir Giongo - Suplente

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas;

Andreza Eugênia Federhen - Titular
Adriana Londero - Suplente

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas;

Esaura Terezinha Bacin - Titular
Isabel Rodrigues da Paixão - Suplente

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública;

Ploudecir Valnei Malmann - Titular
Vera Lucia Romero Campelli Raffel - Titular
Aglimone Chittó - Suplente
Maria Tressoldi - Suplente

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública;

Andeza Cristine Silva - Titular
Julcimara Puntel - Titular
Tiago Roberto Conrad - Suplente
Ronaldo Assis Brasil - Suplente

Representantes do Conselho Municipal de Educação;

Maria Iolanda Fernandes Santana Gohlke - Titular
Maria Nair Dill - Suplente

Representantes do Conselho Tutelar;

Viviane Marisa Dal Magro - Titular
Marilete Arend - Suplente

Art. 2º O exercício do mandato dos membros do Conselho será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 3º O mandato dos membros titulares e suplentes do Conselho será de 2 (dois) anos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.073 de 19 de maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 13 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 03/2015 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Avisa da abertura do Processo nº 03/2015 MODALIDADE: Pregão Presencial.

1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em seguro de veículos, para o fornecimento de seguro para as coberturas descritas no anexo I do Edital dos veículos pertencentes à Frota do Município de São Pedro de Alcântara/Fundo Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

Data e hora de abertura da sessão: dia 27/03/2015 às 13h30min Credenciamento e entrega dos envelopes: até 13h15min do dia 27/03/2015.

TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: sede da PREFEITURA Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou através do email: compras@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone (48) 3277-0122 R: 203.

São Pedro de Alcântara, 13/03/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2015-PMS

PROCESSO Nº. 48/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra e horas máquina para executar manutenção nas unidades operacionais e ampliação de adutora de água bruta e água tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de abril de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 02 de abril de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da PREFEITURA de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 56/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 56/2015-PMS

Edital de Chamada Publica nº. 01/2015 - PMS - Processo nº. 09/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: RÁDIO JARAGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.432.897/0001-12, estabelecida na Rua Max Wilhelm, nº. 373,

Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-000.

Objeto: credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ 27,00 (Vinte e sete reais), por inserção de 30 segundos.
Data da Assinatura: 13/03/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 12/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 12/2015 - FMS
Processo de licitação nº. 06/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REICHEL BRINQUEDOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 85.179.463/001-15, estabelecida na Rua Anna Muller Enke, nº 434, Vila Rau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-080

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de colchonetes para atender as necessidades do NASF da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Colchonetes para atividade física 120 x 60 x 5 cm. Revestido em napa.	56	Unidade	32,50	1.820,00
TOTAL R\$					1.820,00

Valor do contrato: R\$ 1.820,00 (um mil oitocentos e vinte reais)
Data da Assinatura: 13/03/2015 - Vigência: 13/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.977/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº5.977/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO GERAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Concurso Público Geral do Município Schroeder, integrada pelos seguintes membros: Elmer Sandro Quadros - Diretor de Finanças CPF nº712.448.169-49 - Presidente; Tiago Rafael Muchalski Petry - Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças - CPF nº083.661.079-22 - Coordenador; Nádia Cristiane Hefter Tambosi - Diretora de Saúde - CPF nº022.876.719-94 - Secretária; Cheila Adriane Klitzke - Nutricionista - CPF nº030.094.539-65, Daiane Regina Azevedo Wolf - Diretora de Assistência Social - CPF nº055.300.379-84, Eloir José Wendt - Diretor Administrativo - CPF nº845.494.249-15 e Marilene Busch - Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças - CPF nº037.813.699-27 - Membros, que irá preparar, executar e julgar o concurso destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Schroeder.

Art. 2º A Comissão de Concurso Público ora constituída baixará instruções especiais sobre o Concurso, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão de Concurso, poderá contratar pessoa ou órgão estranho à PREFEITURA Municipal para elaboração e execução do Concurso Público, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 12 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.978/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 5.978/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora, Sra. Jaqueline Junckes Stefanini em 05 de fevereiro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.397/2012, de 09/02/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Suzana Mara Murara Demathé, para exercer o cargo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial nº 25 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.979/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.979/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Dener de Andrade em 19 de dezembro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Margarete Regina Trindade, para exercer o cargo de Professora B, subárea Ens. Fundamental - Anos Iniciais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.980/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.980/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Dulce Lara Schmitt em 19 de dezembro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08 de agosto de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Vivian Solange Marquardt Lenzi, para exercer o cargo de Professora C, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 03/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 13/03/2015		Válido até: 13/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de colchonetes para atender as necessidades do NASF da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Colchonetes para atividade física 120 x 60 x 5 cm. Revestido em napa.	UN	REICHEL BRINQUEDOS LTDA - EPP (9302)		0	32.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 2/2015							Data do Registro: 13/03/2015		Válido até: 13/03/2016	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de colchonetes para atender as necessidades do NASF da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015
PROCESSO Nº 6/2015

(9302) - REICHEL BRINQUEDOS LTDA - EPP

Schroeder, 13 de Março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 003/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 003/2015

A Câmara de Vereadores de Schroeder, torna público que dispensou de licitação a contratação de serviços de consultoria para adotar o novo PCASP, realizando configuração do sistema para adequar o sistema de contabilidade para registro das despesas, provisões, depreciações e controle de estoque, através da STIG-MA Assessoria e Consultoria Ltda, no valor Global de R\$ 2.850,00 (Dois mil e oitocentos e cinquenta reais), com fundamento o art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Schroeder, 11 de março de 2015

Ver. Adriano Kath

Presidente

Serra Alta**PREFEITURA****EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2014**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014	
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL	
2º Aditivo ao Contrato Nº:	017/2014
Contra- tante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	LAURO MULLER & CIA LTDA ME.
Objeto.....	CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
	O presente Aditamento Contratual tem por objeto:
	1.1. Alterar o Item "5.0 da Cláusula Quinta - do prazo e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 17/2014, com fundamentação legal no artigo 65, II, "d" da Lei de Licitações nº 8.666/93 e com base no item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:
	"CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"
	5.0. A partir do mês de março/2015 o preço dos serviços ora contratados a serem pagos mensalmente ficam reajustados no percentual de (3,84%) de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM em conformidade com a cláusula 5.2 do reajustamento passando de R\$ 4,00 (Quatro reais), por quilômetro rodado, do TRAJETO da qual foi vencedora para o valor de R\$ 4,15 (Quatro reais e quinze centavos).
SERRA ALTA, 16 de março de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº14/2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013	
EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL	
Quinto Aditivo ao Contrato Nº.:	14/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada Empresa:	LAURO MULLER & CIA LTDA ME.
Objeto.....	<p>Fica alterado o Item "5.0 da Cláusula Quinta - do prazo e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 14/2013, com fundamentação legal no artigo 65, II, "d" da Lei de Licitações nº 8.666/93 e com base no item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"</p> <p>5.0. A partir do mês de março/2015 o preço dos serviços ora contratados a serem pagos mensalmente ficam reajustados no percentual de (3,84%) de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM em conformidade com a cláusula terceira 5.1 do reajustamento passando de R\$ 3,27 (Três reais e vinte e sete centavos), por quilômetro rodado, dos TRAJETOS 09 E 10 da qual foi vencedora para o valor de R\$ 3,39 (Três reais e trinta e nove centavos) e o valor de R\$ 3,05 (Três reais e cinco centavos) do TRAJETO 05, passará a ser R\$ 3,16 (Três reais e dezesseis centavos).</p> <p>5.1. O preço do Km rodado poderá ser reajustado para mais ou para menos, somente no caso de ocorrência de fato superveniente que altere o equilíbrio econômico financeiro entre as partes e nas demais hipóteses previstas no art. 65, II, "d" da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, ou após 12 meses, a critério da administração municipal, pelo IGPM ou outro índice que venha a substituí-lo.</p>
SERRA ALTA, 16 de março de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013	
EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL	
Sexto Aditivo ao Contrato Nº.:	15/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Empresa:	GENOIR BAMPI & CIA LTDA ME.
Objeto.....	<p>Fica alterado o Item "5.0 da Cláusula Quinta - do prazo e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 15/2013, com fundamentação legal no artigo 65, II, "d" da Lei de Licitações nº 8.666/93 e com base no item 5.1 do presente contrato, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"</p> <p>5.0. A partir o mês de março/2015 o preço dos serviços ora contratados a serem pagos mensalmente ficam reajustados no percentual de (3,84%) de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM em conformidade com a cláusula terceira 5.1 do reajustamento passando de R\$ 3,28 (Três reais e vinte e oito centavos), por quilômetro rodado, dos TRAJETOS 07 E 13 da qual foi vencedora para o valor de R\$ 3,40 (Três reais e quarenta centavos) e o valor de R\$ 3,27 (Três reais e vinte e sete centavos), do TRAJETO 11, passará a ser R\$ 3,39 (Três reais e trinta e nove centavos).</p> <p>5.1. O preço do Km rodado poderá ser reajustado para mais ou para menos, somente no caso de ocorrência de fato superveniente que altere o equilíbrio econômico financeiro entre as partes e nas demais hipóteses previstas no art. 65, II, "d" da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, ou após 12 meses, a critério da administração municipal, pelo IGPM ou outro índice que venha a substituí-lo.</p>
SERRA ALTA, 16 de março de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH PREFEITO MUNICIPAL	

Sombrio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 018/2015

EXTRATO DE ATAS

PREGÃO PRESENCIAL 018/2015

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Av Nereu Ramos, 861 - Centro, no município de Sombrio - SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.963.216/0001-17, leva ao conhecimento dos interessados que se acham registrados os preços, do Pregão Presencial nº 18/2015, que tem por objeto registrar preços para a eventual aquisição de "gêneros alimentícios para produção de merenda escolar das escolas da rede municipal de ensino; gêneros alimentícios para o serviço de atendimento a criança e ao adolescente e centro de integração da terceira idade; gêneros alimentícios para as secretarias municipais de administração e finanças, obras viação e serviços urbanos e agricultura e pesca", sendo que o prazo de validade é até 04/03/2016, conforme fornecedores, itens, marcas e valores abaixo relacionados.

Razão Social Fornecedor Registrado: Rosalat LTDA-ME						
CNPJ: 04.207.876-0001-64						
End.: Rua estrada Geral, São Francisco – Sombrio-SC						
Fone: 48 9639-9930			Fax:			
E-mail:						
Representante: Ana Angélica Generoso				RG: 3.140.023	CPF: 915.800.729-68	
Cargo/Função: Sócia Administradora						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.(R\$)	V. Total (R\$)
31	Iogurte Integral com polpa de Fruta (Morango, Coco, Ameixa, Salada de Fruta: Maçã, Banana e Mamão). Ingredientes: Leite Integral pasteurizado, açúcar cristal, fermentos lácteos, amido de milho e preparado de morango ou coco ou ameixa (polpa natural, aroma, e corante artificial bordeaux, acidulante cítrico, estabilizante amido modificado, conservante sorbato de potássio). Características técnicas: Valor Calórico aproximado: 164kcal (90ml). Embalagem: Deverá ser acondicionado em embalagem de polietileno leitoso, constando peso, data de fabricação e validade; com peso liquido de 900ml.	Uni.	20.000	Rosalat	2,38	47.600,00
35	Leite Pasteurizado Integral Características técnicas: Valor energético aproximado de 120kcal (porção de 200ml). Embalagem: embalagens de polietileno leitoso contendo 1 litro. Devem constar na embalagem a data de validade e o selo de inspeção do órgão competente.	Uni.	58.000	Rosalat	1,91	110.780,00
Valor Total						158.380,00

Razão Social Fornecedor Registrado: Raulino Raul Rosar						
CNPJ: 81.925.952/0001-46						
End.: Rua Uganda, nº 463 – Balneário Camburíu-SC						
Fone: 47 3169-3800				Fax:		
E-mail:						
Representante: Ruan Aurélio da Cunha				RG: 5.290.826		CPF: 082.735.169-03
Cargo/Função: Representante legal						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit. (R\$)	V. Total (R\$)
12	Carne bovina em Cubos Congelada Opção de Corte de Carne: Paleta. Exceto: Recorte e Músculo. Características técnicas: Carne Bovina Congelada. A carne deve ser músculo e apresentar-se com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, livres de parasitas, sujidades e qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a legislação sanitária e Ministério de Agricultura, contendo na embalagem o SIF, nome e composição do produto, lote, data de fabricação e validade, número de registro no órgão oficial, CGC, endereço de fabricante e distribuidor, condições de armazenamento e quantidade (peso). Embalagem: sua apresentação deve ser em embalagens de até 1 kg, sendo que os cortes da carne em cubo deve-se apresentar nos tamanhos 2cm X 2cm.	Kg	5.100	Pavei	11,65	59.415,00

13	Carne bovina Moída Congelada Opção de Corte de Carne: Paleta, Patinho ou Coxão Mole. Exceto: Recorte e Músculo. Características Técnicas: Peça bovina moída e congelada, sem gordura e sem sebo (músculo). Carne de cor vermelha cereja, elástica, firme e com odor agradável. A carne deve ser de patinho ou coxão mole, com pouca gordura, isenta de cartilagens e ossos, manipulada em boas condições higiênicas provenientes de animais em boas condições de saúde, abatidos sob inspeção veterinária. A carne deve apresentar-se com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, livres de parasitas, sujidades e qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração, de acordo com a legislação sanitária e Ministério de agricultura, contendo na embalagem o SIF, nome e composição do produto, lote, data de fabricação e validade, número de registro no órgão oficial, CGC, endereço de fabricante e distribuidor, condições de armazenamento e quantidade (peso). Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa. Embalagens de 500gr ou 1 kg, constando peso, data de fabricação e validade, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne.	Kg	7.000	Pavei	8,90	62.300,00
28	Frango congelado – Coxa e Sobrecoxa Característica Técnicas: Coxa e sobrecoxa de frango congelado. A ave deve ter contorno definido, firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores. Embalagem: Deve estar intacta. O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente, pesando de 1 kg até 3 kg. Deve constar peso, data de fabricação e validade, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência do frango. A embalagem primária deverá ser de papelão contendo de 18kg a 20kg.	Kg	11.100	Canção	4,75	52.725,00
29	Frango congelado – Peito sem osso Característica Técnicas: Peito de frango sem osso congelado com pesagem aproximada de 500g a 1kg. O peito deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores. Produto de tamanho muito pequeno não será aceito. Embalagem: Deve estar intacta. O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente, constando peso, data de fabricação e validade, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência do frango. A embalagem primária deverá ser de papelão contendo de 18kg a 20kg.	Kg	2.750	Pioneiro	7,60	20.900,00
53	Queijo tipo prato ou colonial ou minas padrão fatiado Ingredientes: leite integral pasteurizado, fermento láctico, sal, cloreto de cálcio e coalho ou coagulante. Característica técnica do queijo Minas Padrão: Valor energético: 112 kcal (1 porção de 30 g). Característica técnica do queijo Colonial: Valor energético: 92 kcal (1 porção de 30 g). Característica técnica do queijo Prato tipo Colonial: Valor energético: 100 kcal (1 porção de 30 g). Embalagem: embalagem de polietileno transparente, acondicionada em pacote de no mínimo 1 kg. O queijo deverá ser entregue embalado e fatiado.	Kg	800	Riolat	15,95	12.760,00
Valor Total						208.100,00
Razão Social Fornecedor Registrado: L. Da Boit Da Rosa - Me						
CNPJ: 19.276.795/0001-93						
End.: Rua Manoel João Scheffer, nº 787, Parque das Avenidas – Sombrio-SC						
Fone: 48 3533-0409			Fax:			
E-mail:						
Representante: Wilian da Boit da Rosa			RG: 4.746.985		CPF: 056.090.499-11	
Cargo/Função: Representante legal						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit. (R\$)	V. Total (R\$)
02	Açúcar Características técnicas: Tipo cristal, granulado, cor clara, e sem umidade e sujidade. Embalagem: Pacote de 5kg.	Uni	2.650	Santa Isabel	6,89	18.258,50
03	Alho Características Técnicas: O Produto não deve apresentar sujidade e umidade. Deve apresentar as características de qualidade bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produto deteriorado não será aceito. Embalagem: embalagem individual de 1kg.	Kg	280	7 Montes	13,70	3.836,00

06	Banana Branca Características Técnicas: Banana branca tradicional. Deverão ser livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, sua coloração deverá ser amarela. Produto muito verde, muito maduro, danificado ou deteriorado não será aceito. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em caixa de madeira, pesado (até 20kg) e etiquetado.	Kg	990	Oliveira	2,73	2.702,70
10	Café Ingredientes: Café torrado e moído. Embalagem: Polietileno aluminizada com peso líquido de 500g. Embalagem de alto vácuo.	Pct	4.460	Dualis	5,20	23.192,00
14	Cebola de Cabeça Características Técnicas: Cebola de Cabeça de primeira qualidade. Deve apresentar as características de qualidade bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio ou grande; produtos pequenos ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede), ou em caixas, pesado e etiquetado.	Kg	285	7 Montes	2,45	698,25
15	Cenoura Características Técnicas: Cenoura. Deve apresentar as características de qualidade bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação. Deve ser de tamanho médio ou grande; produtos pequenos ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: O produto deve estar embalado, pesado e etiquetado.	Kg	200	PC	2,89	578,00
18	Doce de Fruta, diversos sabores (Banana, Goiaba, Morango, Uva) Ingredientes: Polpa de fruta, açúcar, amido e pectina, conservante benzoato de sódio. Não contém Glúten. Embalagem: Deve estar intacta, em potes de polietileno, com peso líquido de 400g.	Pote	1.750	Aurea	2,17	3.797,50
19	Doce de leite Ingredientes: leite/açúcar/glicose e bicarbonato de sódio, ingredientes adicionais amido de milho. Embalagem: Deve estar intacta, em potes de polietileno, com peso líquido de 400g.	Pote	70	Aurea	2,41	168,70
20	Extrato de Tomate Características técnicas: molho de tomate tradicional. Valor energético: 40 kcal (1 porção de 60g). Ingredientes: tomate, cebola, açúcar cristal, sal refinado, amido modificado, óleo refinado de soja, salsa, alho, realçador de sabor glutamato monossódico e conservador benzoato de sódio. Embalagem: lata, tetra pack ou filme de poliéster metalizado, contendo 340g a 500g. Embalagem primária de papelão contendo 24 ou 32 unidades.	Uni	3.220	Predilecta	1,25	4.025,00
21	Farinha de Milho Fina Características técnicas: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, classe: fina. Embalagem: embalagem de polietileno transparente, contendo 1 kg.	Uni	800	Sinha	1,37	1.096,00
22	Farinha de Milho Média (Fubá) Ingredientes: fubá mimoso médio, ferro e ácido fólico. Características técnicas: farinha de milho médio (fubá) enriquecido com ferro e ácido fólico. Não contém Glúten. Valor energético aproximado: 165 kcal (1 porção de 50g). Embalagem: embalagens de polietileno transparente, acondicionadas em pacotes de 1 kg.	Uni	800	Sinha	1,39	1.112,00
23	Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico Características técnicas: Farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico. Tipo Valor energético aproximado: 170 kcal (1 porção de 50g). Fibra alimentar: 2,0g. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes bem vedados de 1 kg. Embalagem primária de plástico contendo 10kg.	Kg	7.700	Três Coroas	1,75	13.475,00
27	Flocos de Cereais Características técnicas: alimento elaborado a partir de flocos de cereais (trigo, cevada e aveia) pré-cozidos indicada para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, açúcar, farinha de cevada, água, farinha de aveia, sal, vitaminas e minerais (ferro, B2, B1, B6), estabilizante fosfato dipotássico, antiumectante carbonato de cálcio e antioxidante ácido ascórbico. Embalagem: Filme de poliéster metalizado, atóxico, resistente, hermeticamente fechado, contendo 210g. Embalagem primária de papelão contendo 12 unidades do produto.	Pct	750	Neston	4,36	3.270,00

30	Banha suína refinada. Embalagem: atóxica, resistente, hermeticamente fechado, contendo 1kg. Valor Calórico: 90kcal a cada 10g.	Kg	66	Pinheiral	3,87	255,42
32	Laranja Valencia ou Hamilim Características Técnicas: Laranja classificada. Deve apresentar as características de qualidade bem formada, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio. Produto muito verde, muito maduro, danificado ou deteriorado não será aceito. Não será aceito Laranja destinada ao preparo de Suco. Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede), ou em caixas, pesado e etiquetado.	Kg	220	Primalta	1,65	363,00
33	Leite de Soja Características Técnicas: Alimento de soja, fonte de proteínas, sem colesterol e sem lactose. Sabor original. Produto envasado assepticamente em embalagem impermeável a germes. Ingredientes: Extrato de soja, água, açúcar, sal, vitaminas (A, C, D e E), aromatizante, espessante goma carragena, estabilizante lecitina de soja. Embalagem: Caixa de Tetra Pack, com 6 camadas de proteção. Resistente, com peso líquido de 1 litro. Lacrado, sem amassamentos e perfurações. A embalagem deve estar intacta.	Litro	1.500	Soyte-em	3,99	5.985,00
34	Leite em Pó Integral Instantâneo enriquecido com Vitaminas e Ferro Ingredientes: Leite em pó integral, vitaminas (A e D), ferro e lecitina de soja. Embalagem: Saco de poliéster metalizado, atóxico, resistente, hermeticamente fechado, contendo 400g. Com embalagem externa de papelão contendo 25 embalagem (total 10 kg).	Pct	6.880,00	Frimesa	6,05	41.624,00
36	Leite Zero Lactose Características técnicas: leite semidesnatado para dietas com restrição de lactose. Valor energético: 82 kcal (1 porção de 200ml). 0% Lactose. Ingredientes: leite semidesnatado, enzima lactase e estabilizantes. Embalagem: Caixa de Tetra Pack, com 6 camadas de proteção. Resistente, com peso líquido de 1 litro. Lacrado, sem amassamentos e perfurações. A embalagem deve estar intacta.	Litro	1.750	Tirol	3,59	6.282,50
37	Maça Nacional Seleccionada Características Técnicas: Maça vermelha classificada tipo A, podendo variar entre as variedades de maçã: Fuji e Gala. Deve apresentar características bem definidas e bem formadas. A maçã deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Produtos deteriorados não serão aceitos! Embalagem: O produto deve estar embalado em sacos resistentes (tipo rede), ou em caixas, pesado e etiquetado.	Kg	13.880	Dom Gabriel	3,44	47.747,20
41	Mamão Papaia Características Técnicas: Mamão Papaia. O mamão deverá ser de tamanho médio, ter entre 500g a 800g por unidade, ser livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, sua coloração deverá ser de verde para amarelo/alaranjado. Produto muito verde, muito maduro, danificado ou deteriorado não será aceito. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em caixa de papelão, pesado e etiquetado.	Uni	8.650	Dom Gabriel	1,60	13.840,00
42	Margarina com Sal Características técnicas: Valor energético: 59 kcal (1 porção de 10g), 65% de lipídeo, 0% Gordura Trans, Enriquecida com ácido graxo linoleico (ÔMEGA 6): 2,7g e ácido graxo linoleico (Ômega 3): 0,3g. Embalagem: Deve estar intacta, de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Deve conter peso líquido de 500 g.	Uni	1.680	Doarina	2,73	4.586,40
43	Milho verde Embalagem: lata ou sache atóxica, resistente, hermeticamente fechado de no mínimo 200g.	Lata	150	Goias Verde	1,18	177,00
45	Óleo de Soja Características Técnicas: Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos. Ingredientes: Óleo de soja, antioxidantes TBHQ e Ácido cítrico. Embalagem: Deve estar intacta, em embalagem PET transparente, atóxica, não apresentando amassamento ou vazamento; com conteúdo de 900 ml	Uni	3.500	Cocamar	2,46	8.610,00

47	Ovos Características técnicas: ovos de galinha isentos de sujidades, parasitas ou larvas; não deve apresentar quaisquer lesões de ordem física, mecânica ou biológica. Embalagem: embalagem de papelão específica ao produto, contendo de 1 a 2,5 dúzias cada caixa.	Dúzia	1.450	Cut	3,45	5.002,50
49	Pó para Gelatina Diversos Sabores, embalagem de 35g	Uni	6.500	Apti	0,66	4.290,00
50	Polpa de Fruta – Sabores Diversos Características Técnicas: Polpa concentrada de fruta, sem corantes e aromas artificiais. Ingredientes: polpa natural de fruta (maracujá, morango, amora, laranja, abacaxi).	Kg	250	La Fruta	10,25	2.562,50
52	Proteína Texturizada de Soja Ingredientes: farinha desengordurada de soja. Características técnicas: produto não transgênico. Embalagem: embalagem de polietileno transparente, acondicionada em pacote de 500g.	Pct	480	Grano-mel	4,90	2.352,00
54	Sal Refinado Ingredientes: Sal refinado iodado. Embalagem: Deve estar intacta, de polietileno leitoso ou transparente de 1 kg.	Kg	1.550	Mira-mar	0,90	1.395,00
55	Soja em Grãos Características técnicas: soja não transgênica, valor energético: 208 kcal (1 porção de 50g). Embalagem: Deve estar intacta, de polietileno transparente contendo 500g.	Pct	275,00	Grano-mel	4,70	1.292,50
56	Vinagre de álcool Ingredientes: vinagre simples, fermento acético de álcool hidratado e água. Sem conservante e Corante colorido. Características Técnicas: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Acidez 4%. Embalagem: Embalagem plástica contendo 900 ml. A embalagem deve estar intacta.	Uni	1.400,00	Heining	1,08	1.512,00
Valor Total						224.086,67

Razão Social Fornecedor Registrado: Cerealista Alano Ltda

CNPJ: 04.206.591/0001-09

End.: Rua Generino Teixeira da Rosa – Sombrio-SC

Fone: 48 3533-0589

Fax:

E-mail:

Representante: João Carlos Micheleto Alano

RG: 1.976.230

CPF: 601.346.079-53

Cargo/Função: Sócio Administrador

Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.(R\$)	V. Total (R\$)
04	Arroz Branco Características Técnicas: classe longo fino, tipo 1, subgrupo: polido. Devem estar livres de sujidades, parasitas, larvas e bolores. Embalagem: Pacote de 5 Kg.	Pct	390	Belttini	8,90	3.471,00
05	Arroz Parabolizado Características Técnicas: classe longo fino, tipo 1, subgrupo: polido. Embalagem: Pacote de 5 Kg.	Pct	2.200	Belttini	7,90	17.380,00
Valor Total						20.851,00

Razão Social Fornecedor Registrado: MARCOS VINÍCIOS CARDOSO M.E

CNPJ: 05.342.545/0001-08

End.: Rua Caetano Lummertz, nº 1678, Nova Brasília – Sombrio-SC

Fone: 48 9985-3846

Fax:

E-mail:

Representante: Marcos Vinícios Cardoso

RG: 4.070.746

CPF: 037.811.809-99

Cargo/Função: Sócio Administrador

Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.(R\$)	V. Total (R\$)
01	Achocolatado em Pó Instantâneo Enriquecido com Vitaminas Ingredientes: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (cálcio e ferro), vitaminas (A, B1, B2, niacina, B6, B12, ácido pantotênico e biotina), emulsificante e aromatizante. Embalagem: Pacote de 1 Kg.	Kg	3.100	Apti	5,79	17.949,00

07	Biscoito Doce tipo Rosca de Calda ou de Leite ou de Coco Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico, melhorador de farinha, emulsificante, e aromatizante. Características técnicas: Valor energético aproximado: 112 Kcal, 0% Gordura Trans. Embalagem: Pacote de 720g.	Pct	6.000	Ninfa	5,89	35.340,00
08	Biscoito Doce, tipo Maria Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, soro de leite em pó, e fermentos químicos. Características técnicas: 0% Gordura Trans. Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400gr. Embalagem primaria deve estar em caixa de papelão contendo 20 pacotes de bolacha cada caixa.	Pct	7.616	Ninfa	2,38	18.126,08
09	Biscoito Salgado tipo Cream Cracker Características técnicas: Valor energético aproximado: 127 kcal, Sódio: 202 mg, 0% Gordura Trans. Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400gr. Embalagem primaria deve estar em caixa de papelão contendo 20 pacotes de bolacha cada caixa.	Pct	8.220	Ninfa	2,55	20.961,00
11	Canela em pó Ingredientes: Canela moída. Embalagem: Pote plástico contendo 14 gramas ou mais, bem vedado.	Uni	500	Campeiro	1,39	695,00
16	Coloral Ingredientes: Fubá, urucum, óleo de soja e sal. Embalagem: Embalagem de polietileno transparente de 500g.	Uni	720	Campeiro	2,95	2.124,00
17	Cominho em pó Embalagem: Pote de Plástico contendo 25g ou mais.	Pote	1.100	Campeiro	1,70	1.870,00
24	Fermento Biológico Fresco Características técnicas: fermento para confecção de pães e pizza. Manter refrigerado. Não contem conservantes. Não contem glúten. Ingredientes: Saccharomyces cerevisiae Embalagem: Barra de 500g.	Pct	40	Reforpan	3,67	146,80
25	Fermento Biológico Seco Instantâneo Características técnicas: Fermento para a confecção de pães. Ingredientes: Saccharomyces cerevisiae. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em saches de 10 gramas cada, sendo que a embalagem primária deve estar em caixas de papelão contendo 48 saches.	Uni	2.400	Fleischmani	0,85	2.040,00
26	Fermento Químico em Pó Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem: Deve estar intacta, em latas, não apresentando ferrugem, amassamento ou vazamento, contendo 250 gramas.	Lt	2.000	Nita	4,63	9.260,00
38	Macarrão espaguete liso Características Técnicas: Macarrão tipo espaguete liso. Não deverá apresentar sujidade, bolor, mancha ou fragilidade à pressão dos dedos. Ingredientes: Sêmola de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (Vitamina B9), cúrcuma e urucum. Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polipropileno bem vedados, com peso líquido de 1 kg.	Kg	1.720	Ninfa	3,95	6.794,00
39	Macarrão parafuso Características Técnicas: Macarrão tipo parafuso, vitaminado. Não deverá apresentar sujidade, bolor, mancha ou fragilidade à pressão dos dedos. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida, corantes naturais como urucum e cúrcuma, beta-caroteno, vit. A e glúten. Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polipropileno bem vedados, com peso líquido de 1 kg.	Kg	1.500	Ninfa	3,97	5.955,00
40	Macarrão tipo cabelo de anjo Características Técnicas: Massa de sêmola com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, mancha ou fragilidade à pressão dos dedos. Ingredientes: Sêmola de trigo rica em ferro e ácido fólico, ovos e corante natural de urucum e cúrcuma. Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polipropileno bem vedados, com peso líquido de 500gr.	Pct	250	Orquidea	2,54	635,00

44	Mingau de Preparo Instantâneo sabor Multicereais OU Aveia Características Técnicas: farinhas de cereais à base de trigo e milho ricas com ferro e ácido fólico, cevada, aveia e arroz pré-cozido para a alimentação infantil. Ingredientes: farinhas de cereais (trigo e milho ricas com ferro e ácido fólico, cevada, aveia e arroz), açúcar, maltodextrina, carbonato de cálcio, vitaminas (C, niacina, E, ácido pantotênico, B1, B6, A, ácido fólico e D), minerais (ferro e zinco) e aromatizante. Embalagem: Filme de poliéster metalizado, atóxico, resistente, hermeticamente fechado, contendo 230g. Embalagem primária de papelão contendo 24 unidades do produto.	Pct	7.400	Nutribom	2,99	22.126,00
46	Orégano Embalagem: Embalagem de polietileno transparente de 50 gramas. Entrega: Conforme Solicitação da Secretaria de Educação.	Uni	700	Campeiro	2,22	1.554,00
48	Pão Doce – Hot Dog Ingredientes: farinha de trigo especial, leite, ovo, sal, açúcar, óleo, fermento biológico. Características Técnicas: Deverá apresentar boa coloração e consistência macia. O pão não deverá estar amassado, de tamanho irregular, queimado ou com manchas escuras na sua parte inferior. Peso Líquido 50gr.	Uni	98.000	ABC	0,81	79.380,00
51	Polvilho azedo Embalagem: de 1kg devidamente lacrada.	Kg	175	3 coqueiros	5,17	904,75
Valor Total						225.860,63

DECRETO N. 034/2015

DECRETO Nº 034, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da PREFEITURA Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 144.341,92 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos) nas seguintes dotações orçamentária:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**0.002 - Encargos Gerais do Município**

4.4.90.00.00.00.00.3617 - Aplicações Diretas R\$ 8.160,79

04.00 - SECRET. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS**04.02 - DIRETORIA DE OBRAS****1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas**

4.4.90.00.00.00.00.0610 - Aplicações Diretas R\$ 136.181,13

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 610 (Convênio nº 0929/2014) e superávit financeiro da fonte 3617.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 13 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 022/2015

DECRETO Nº. 022/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 68, inciso VI, e demais dispositivos legais pertinentes;

DECRETA:

Art.1º. Ficam DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial partes dos imóveis objetos das Matrículas nºs: 12.025 e 12.026, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de: Teodoro Bertoldo Backes, nascido aos 06-02-1962, filho de Leopoldo João Backes e de dona Philomena Cecília Eberhardt, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador da CI RG nº 1.617.646-SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 492.398.569-00, domiciliado e residente na Linha Bela Vista, Tigrinhos-SC; e, Waldirio José Backes, nascido aos 18-02-1958, filho de Leopoldo João Backes e de dona Philomena Cecília Eberhardt, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador da CI RG nº 1.615.386-SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 401.239.959-49, domiciliado e residente na Linha Bela Vista, Tigrinhos-SC, respectivamente, a saber:

Área a desmembrar da Matrícula 12.025, de Teodoro Bertoldo Backes

Parte do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situada no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área de "Dezenove mil oitocentos e noventa e cinco metros quadrados" (19.895,00 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Norte, com parte do lote colonial rural nº (82), de Nelson Muscopf - M. 15.813;- ao Sul, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes, M. 12.025;- ao Leste, com partes do mesmo lote colonial rural nº

(81), de Joares Lowis - M. 943 e Miguel Claudino Rossa, M. 3.859;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes - M. 12.026.

Área remanescente da Matrícula 12.025, de Teodoro Bertoldo Backes

Parte "Oeste" do Lote Colonial Rural nº (80), com a área de 39.156,80 m²; Parte do Lote Colonial Rural nº (80), com a área de 22.863,00 m²; e, Parte do Lote colonial rural nº (81), com a área de 8.417,00 m², todos da Seção Maravilha, situadas no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área total de "Setenta mil quatrocentos e trinta e seis metros e oitenta centímetros quadrados" (70.436,80 m²), sem edificações;- confrontando em conjunto:- ao Norte, por duas linhas, com partes do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes - M. 12.025 e Waldirio José Backes, M. 12.026, respectivamente;- ao Sul, com parte do lote colonial rural nº (79), de Jair Lowis, M. 18.420;- ao Leste, com uma estrada, e com parte dos mesmos lotes coloniais rurais nºs (80 e 81), de Miguel Claudino Rossa - M. 3.859;- ao Oeste, por duas linhas, uma, com parte do mesmo lote colonial rural nº (80), de Jair Lowis - M. 16.370, e outra, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes - M. 12.026. Área a desmembrar da Matrícula 12.026, de Waldirio José Backes Parte do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situada no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área de "Trinta mil, cento e cinco metros quadrados" (30.105,00 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Norte, com parte do lote colonial

rural nº (82), de Nelson Muscopf - M. 15.813;- ao Sul, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes, M. 12.026;- ao Leste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes - M. 12.025;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Jair Lowis - M. 16.369.

Área remanescente da Matrícula 12.026, de Waldirio José Backes Parte do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situada no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área de "Nove mil, quinhentos e

sessenta e três metros e vinte centímetros quadrados" (9.563,20 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Norte, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes - M. 12.026;- ao Sul, com parte do lote colonial rural nº (80), de Teodoro Bertoldo Backes, M. 12.025;- ao Leste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes - M. 12.025;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Jair Lowis - M. 16.369.

Descrição das áreas desmembradas das Matrículas 12.025 e 12.026 unificadas

Partes do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situadas no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com as áreas respectivas de 19.895,00 m² e 30.105,00 m², perfazendo a área total de "Cinquenta mil metros quadrados" (50.000,00 m²), sem edificações;- confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do lote colonial rural nº (82), de Nelson Muscopf - M. 15.813;- ao Sul, com partes do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes, M. 12.025 e Waldirio José Backes - M. 12.026;- ao Leste, com partes do mesmo lote colonial rural nº (81), de Joares Lowis - M. 943 e Miguel Claudino Rossa, M. 3.859;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Jair Lowis - M. 16.369.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação; Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Macon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

DECRETO 023/2015

DECRETO Nº. 023/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 68, inciso VI, e demais dispositivos legais pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica DESAPROPRIADO POR UTILIDADE PÚBLICA, por via amigável, partes dos imóveis objetos das Matrículas nºs: 12.025 e 12.026, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de Teodoro Bertoldo Backes, nascido aos 06-02-1962, filho de Leopoldo João Backes e de dona Philomena Cecília Eberhardt, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador da CI RG nº 1.617.646-SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 492.398.569-00, domiciliado e residente na Linha Bela Vista, Tigrinhos-SC; e, Waldirio José Backes, nascido aos 18-02-1958, filho de Leopoldo João Backes e de dona Philomena Cecília Eberhardt, brasileiro,

solteiro, maior, agricultor, portador da CI RG nº 1.615.386-SSI/SC, inscrito no CPF sob nº 401.239.959-49, domiciliado e residente na Linha Bela Vista, Tigrinhos-SC, respectivamente, a saber:

Área a desmembrar da Matrícula 12.025, de Teodoro Bertoldo Backes

Parte do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situada no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área de "Dezenove mil oitocentos e noventa e cinco metros quadrados" (19.895,00 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Norte, com parte do lote colonial rural nº (82), de Nelson Muscopf - M. 15.813;- ao Sul, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes, M. 12.025;- ao Leste, com partes do mesmo lote colonial rural nº

(81), de Joares Lowis - M. 943 e Miguel Claudino Rossa, M. 3.859;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes - M. 12.026.

Área remanescente da Matrícula 12.025, de Teodoro Bertoldo Backes

Parte "Oeste" do Lote Colonial Rural nº (80), com a área de 39.156,80 m²; Parte do Lote Colonial Rural nº (80), com a área de 22.863,00 m²; e, Parte do Lote colonial rural nº (81), com a área de 8.417,00 m², todos da Seção Maravilha, situadas no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área total de "Setenta mil quatrocentos e trinta e seis metros e oitenta centímetros quadrados" (70.436,80 m²), sem edificações;- confrontando em conjunto:- ao Norte, por duas linhas, com partes do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes - M. 12.025 e Waldirio José Backes, M. 12.026, respectivamente;- ao Sul, com parte do lote colonial rural nº (79), de Jair Lowis, M. 18.420;- ao Leste, com uma estrada, e com parte dos mesmos lotes coloniais rurais nºs (80 e 81), de Miguel Claudino Rossa - M. 3.859;- ao Oeste, por duas linhas, uma, com parte do mesmo lote colonial rural nº (80), de Jair Lowis - M. 16.370, e outra, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes - M. 12.026.

Área a desmembrar da Matrícula 12.026, de Waldirio José Backes Parte do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situada no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área de "Trinta mil, cento e cinco metros quadrados" (30.105,00 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Norte, com parte do lote colonial rural nº (82), de Nelson Muscopf - M. 15.813;- ao Sul, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes, M. 12.026;- ao Leste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes - M. 12.025;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Jair Lowis - M. 16.369.

Área remanescente da Matrícula 12.026, de Waldirio José Backes Parte do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situada no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com a área de "Nove mil, quinhentos e sessenta e

três metros e vinte centímetros quadrados" (9.563,20 m²), sem edificações;- confrontando:- ao Norte, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Waldirio José Backes - M. 12.026;- ao Sul, com parte do lote colonial rural nº (80), de Teodoro Bertoldo Backes, M. 12.025;- ao Leste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes - M. 12.025;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Jair Lowis - M. 16.369.

Descrição das áreas desmembradas das Matrículas 12.025 e 12.026 unificadas

Partes do Lote Colonial Rural nº (81), da Seção Maravilha, situadas no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, com as áreas respectivas de 19.895,00 m² e 30.105,00 m², perfazendo a área total de "Cinquenta mil metros quadrados" (50.000,00 m²), sem edificações;- confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do lote colonial rural nº (82), de Nelson Muscopf - M. 15.813;- ao Sul,

com partes do mesmo lote colonial rural nº (81), de Teodoro Bertoldo Backes, M. 12.025 e Waldirio José Backes - M. 12.026;- ao Leste, com partes do mesmo lote colonial rural nº (81), de Joares Lowis - M. 943 e Miguel Claudino Rossa, M. 3.859;- ao Oeste, com parte do mesmo lote colonial rural nº (81), de Jair Lowis - M. 16.369.

Art. 2º. Os imóveis desapropriados destinam-se ao Serviço Público Municipal, ressalvada outra finalidade, mediante autorização Legislativa.

Art. 3º. Para fins de indenização dos imóveis, fica estabelecido o valor de R\$ 512.000,00 (Quinhentos e doze mil reais).

Art. 4º. O valor da indenização, constante do artigo 3º deste Decreto, foi atribuído pela Comissão Municipal de Avaliação, nomeada pelo Decreto nº. 100/2014, de 13 de Novembro de 2014 e aceito pelos proprietários dos imóveis.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Macon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

DECRETO 024/2015

DECRETO Nº. 024/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015

Estabelece Limitação de empenho e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Tigrinhos – SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e art. 16 da Lei Municipal nº 757, de 28 de maio de 2014.

DECRETA:

Art. 1.º Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 39.485,44 (trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) apurados no período de janeiro a fevereiro de 2015.

Art. 2.º Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Lei Municipal nº 757, de 28 de maio de 2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

1. PREFEITURA Municipal de Tigrinhos

a) 3.3 - Outras Despesas Correntes no montante de R\$ 5.754,08 Proj./Ativ. 0.002 - Convênio Rádio Patrulha

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0054 (10) R\$ 50,33

Fonte de Recurso: 0054 - Convênio Trânsito - Militar
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0055 (11) R\$ 50,33
Fonte de Recurso: 0055 - Convênio Trânsito - Civil
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0056 (12) R\$ 54,20
Fonte de Recurso: 0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura

Proj./Ativ. 2.040 - Transporte Escolar Fundamental
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0022 (35) R\$ 7,09
Fonte de Recurso: 0022 - Transf. de Convênios - Educação

Proj./Ativ. 2.083 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0017 (97) R\$ 7,31
Fonte de Recurso: 0017 - Contrib. p/ Custeio da Ilum. Pública - COSIP

Proj./Ativ. 2.087 - Manutenção da Secretaria de Obras - DMER
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0016 (101) R\$ 3.940,55

Fonte de Recurso: 0016 - Contrib. de Intervenção do Dom. Econ. - CIDE
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0044 (102) R\$ 1.644,27
Fonte de Recurso: 0044 - Fundo Especial do Petróleo - FEP

2. Fundo Municipal de Saúde de Tigrinhos
b) 3.3 - Outras Despesas Correntes no montante de R\$ 33.731,36
Proj./Ativ. 2.066 - Manutenção da Secretaria de Saúde
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0023 (8) R\$ 15.531,12
Fonte de Recurso: 0023 - Transferências de Convênios - Saúde

Proj./Ativ. 2.116 - Farmácia Básica
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0067 (13) R\$ 120,02
Fonte de Recurso: 0067 - Assistência Farmacêutica Básica

Proj./Ativ. 2.118 - Saúde Bucal
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (16) R\$ 312,20
Fonte de Recurso: 0064 - Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.120 - Agentes de Saúde
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00.0064 (20) R\$ 25,00
Fonte de Recurso: 0064 - Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.121 - Programa Saúde da Família
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (25) R\$ 1.005,34
Fonte de Recurso: 0064 - Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.134 - Compensação e Especificidades Regionais
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (27) R\$ 3.440,64
Fonte de Recurso: 0064 - Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.135 - Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (29) R\$ 12.540,00
Fonte de Recurso: 0064 - Atenção Básica

Proj./Ativ. 2.136 - Teto Mun. Média e Alta Complexidade Amb. Hosp - MAC
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0065 (31) R\$ 757,04
Fonte de Recurso: 0065 - Atenção de Média e Alta Compl. Amb. Hosp. MAC

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos - SC, 13 de março de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 008-2015 SAUDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 008/2015.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015.
Sistema de Registro de Preço
Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a aquisição DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, durante o exercício de 2015. O recebimento das propostas e documentação será até as 11h00min do dia 27/03/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 11h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a PREFEITURA Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaier.

Tigrinhos (SC), 13 de Março de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 018-2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 018/2015.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015.
Sistema de Registro de Preço
Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a aquisição DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS SETORES, durante o exercício de 2015. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 27/03/2015, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a PREFEITURA Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaier.

Tigrinhos (SC), 13 de Março de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 57/2015

DECRETO Nº 57, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida IOLANDA DE OLIVEIRA, CPF 058.391.619-85 e RG 5.339.822-0, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I 40 hs, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 10 de março de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 58/2015

DECRETO Nº 58, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.745 de 10 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(53) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(143) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
1.005 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(18) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
2.011 - Promoção e Divulgação de Eventos Culturais
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(56) - Aplicações Diretas R\$

20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 10 de março de 2015.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 59/2015

DECRETO Nº 59, DE 12 DE MARÇO DE 2015.
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam admitidos os servidores abaixo relacionados, devidamente identificados e com nomenclatura de cargo, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Nome	RG/CPF	Cargo
Evaldo Crepaldi	656.838.709-68/1.977.861-9	Vigia
Sara Feijó Maria	101.117.299-20/5.929.645	Monitor PETI

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 12 de março de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 60/2015

DECRETO Nº 60, DE 12 DE MARÇO DE 2015.
ADMITE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam admitidos os servidores abaixo relacionados, devidamente identificados e com nomenclatura de cargo, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Nome	RG/CPF	Cargo
Mateus Manganelli Búrigo	057.257.939-07 4.225.749	Auxiliar Administrativo 40 hs
Simone Serafim Abreu Gonçalves	037.483.039-80 3.389.834	Assistente Social 40 hs

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 12 de março de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO 19/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 19/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Cambirela Extração e Comércio de Silex Ltda EPP
Objeto: contratação de empresa com profissional habilitado para a prestação de serviços de orientação e supervisão nos serviços de mineração na Sub-Bacia do Rio Amola Faca, Município de Timbé do Sul/SC, acompanhar os processos de licenças ambientais e preencher relatórios necessários aos órgãos competentes.
Valor: R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais) mensal
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 20/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 20/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: José Paulo Polla 04207380965
Objeto: Prestação de serviço de ginástica laboral para as crianças e jovens do município inseridos no Programa Bolsa Família e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti).
Valor: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensal
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 21/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 21/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Rafael Silverio 05166487990
Objeto: Prestação de serviço de monitor de capoeira para desenvolver o Projeto Educacional de Capoeira Educa-Ginga para as crianças e jovens do município inseridos no Programa Bolsa Família e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti)
Valor: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensal
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 22/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 22/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Taymon Rodrigues Fabris 07566951980
Objeto: Prestação de serviço monitor de oficina de violão e fanfarra

para desenvolver o Projeto Batidas e Acordes de um Sonho para as crianças e jovens do município inseridos no Programa Bolsa Família e no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti).
Valor: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensal
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 23/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 23/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Liga Sul de Futsal
Objeto: Prestação de serviços de arbitragem para a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo - Edição 2015.
Valor: R\$ 7.875,00 (três mil oitocentos e setenta e cinco reais) global
Vigência: de 02/03/2015 a 31/07/2015

EXTRATO DO CONTRATO 25/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 25/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Elonir Natal da Rosa 56087578820
Objeto: Prestação de serviços para realização de oficinas de canto-coral e musicalização com alunos de 2 a 6 anos da rede municipal de ensino - Projeto "A Música que liberta".
Valor: R\$ 1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais) mensal
Vigência: de 02/03/2015 a 30/06/2015

EXTRATO DO CONTRATO 26/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 26/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Acélio Baesso ME
Objeto: Fornecimento parcelado de produtos de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Obras e Transportes e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, para o ano de 2015.
Valor: R\$ 40.127,22 (quarenta mil, cento e vinte e sete reais e vinte e dois centavos) global estimado.
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 27/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 27/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Supermercado Romão Ltda
Objeto: Fornecimento parcelado de produtos de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Assistência

Social e Habitação, Secretaria de Obras e Transportes e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, para o ano de 2015. Valor: R\$ 10.329,64 (dez mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos) global estimado. Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 28/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 28/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Mercado Irmãos Zilli Ltda ME
Objeto: Fornecimento parcelado de produtos de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Obras e Transportes e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, para o ano de 2015. Valor: R\$ 11.510,25 (onze mil, quinhentos e dez reais e vinte e cinco centavos) global estimado. Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 29/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 29/2015
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Renato de Macedo Silveira
Objeto: prestação de serviços de gaiteiro para animar os encontros da 3ª idade (Melhor Idade) do município de Timbé do Sul/SC. Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) mensal. Vigência: de 02/03/2015 a 31/10/2015

LEI Nº 1.744/2015

LEI Nº 1.744, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.489/2009, FIXA O PISO SALARIAL PROFISSIONAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º- O vencimento básico do cargo Agente Comunitário de Saúde, previsto no Anexo I da Lei Municipal nº 1489/09 para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, fica fixado em R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais), em decorrência da entrada em vigor da Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que fixou o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Art. 2º- Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 1º de Abril de 2015.

Timbé do Sul, 10 de março de 2015.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.745/2015

LEI Nº 1.745, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:
04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura
3.3.90.00.00.00.00.0080(53) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.0080(143) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
1.005 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais
4.4.90.00.00.00.00.0087(18) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
2.011 - Promoção e Divulgação de Eventos Culturais
3.3.90.00.00.00.00.0080(56) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 10 de março de 2015.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGAO PRESENCIAL Nº 16 2015 PMT MATERIAIS PARA MONTAGEM E FIXACAO DE MOVEIS DESTINADOS A GUARDA E CONSERVACAO DE DOCUMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 16/2015 PMT

OBJETO: aquisição de materiais para montagem e fixação de móveis, destinados a guarda e conservação dos documentos dos servidores públicos do Setor de Superintendência de Recursos Humanos, e da guarda e conservação dos documentos do Setor de Licitações da PREFEITURA Municipal de Timbó, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 15h00min do dia 26 de março de 2015. ABERTURA: dia 26/03/2015 às 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 12/03/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

AVISO PREGAO PRESENCIAL Nº 27 2015 - FORNECIMENTO DE MACADAME

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 27/2015

OBJETO: fornecimento de macadame carregado em veículos dos setores solicitantes, para atender as necessidades da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 15:00 horas do dia 27 de março de 2015. ABERTURA: dia 27/03/2015 às 15:10 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 13/03/2015.
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02 2015 SAMAE SERVIÇO DE ELETROELETRÔNICA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão Nº 02/2015

OBJETO: contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalações elétrica predial e manutenção de bombas destinados a todos setores da autarquia. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 28 de março de 2015. ABERTURA: dia 28/03/2015 às 09:10 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Setor de Licitações, sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou

no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 13/03/2015.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

ERRATA 01-BOLSA ATLETA

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó, nos termos da Lei n. 2761, de 19 de dezembro de 2014, e considerando o equívoco ocorrido no Edital de Homologação Final publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, edição n. 1695, de 04 de março de 2015, torna pública a ERRATA n. 01.

ONDE SE LÊ:

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA	VALOR
INGO HARBS	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	R\$500,00

LEIA-SE:

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA	VALOR
INGO HARBS	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	R\$1.000,00

Permanecem inalterados os demais itens do Edital de Homologação Final dos beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico.

Timbó, 13 de março de 2015.
Martinho de Souza Filho
Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 20/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza, segurança desarmada e serviço de organização de veículos (estacionamento), junto ao Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, compreendendo o período de 22 a 27 de abril de 2015 por ocasião da III EXPOTÍLIAS, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 27/03/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da PREFEITURA de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 21/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, camarins, bilheteria, geradores, fechamento, e estruturas piramidais) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, por ocasião da III Expotílias, de 23 a 26 de Abril de 2015 no município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 14h00 min do dia 26/03/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da PREFEITURA de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 018/15

DECRETO 018/15 DE 05 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de Março de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Tunápolis

PREFEITURA

EDITAL DE LANÇAMENTO IPTU 2015

EDITAL DE LANÇAMENTO n.º 003/2015 IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, ENOÍ SCHERER, Prefeito do Município de Tunápolis – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, para os fins previstos no artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.08.1988, dos Artigos 32 a 34 da Lei 5.172, de 26.10.1966, Código Tributário Nacional, artigos 9º à 31 do Código Tributário Municipal de Tunápolis – Lei 097/90 de 14 de dezembro de 1990, divulga o presente Edital, demonstrando os lançamentos do Imposto Predial Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Lixa, Taxa de Conservação de Vias, Taxa de Limpeza Pública.

1 Do Fato Gerador

O Imposto Predial Territorial Urbano incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado nas zonas urbanas e de expansão urbana do município.

2 Sujeito Passivo

Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel.

3 Relação de contribuintes, com respectivo valor lançado

O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro imobiliário municipal, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
183	ABASTECEDORA ROOS LTDA	1	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 183,04	R\$ 6,48
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 52,43	R\$ 1,86
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,13	R\$ 1,10
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
400	ACÍDIO JUNGES	349	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 43,82	R\$ 1,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 53,83	R\$ 1,91
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,50	R\$ 0,73
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,17	R\$ 0,43
3697	ACILDA CECÍLIA WALKER HOCHSCHEUDT	346	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 17,80	R\$ 0,63
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,78	R\$ 0,52
420	ADALBERTO HOFMANN	384	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,78	R\$ 0,31
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 87,69	R\$ 3,10
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,36	R\$ 1,39
1298	ADELAIDE MELZ	706	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,94	R\$ 0,74
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,15	R\$ 1,46
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
190	ADELAR INACIO RECKTENVALD	5	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 33,26	R\$ 1,18
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 108,55	R\$ 3,84
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,94	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,90	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		618	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,26	R\$ 0,54
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,23	R\$ 1,60
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,94	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,90	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		619	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,43	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,89	R\$ 1,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,94	R\$ 0,35
1364	ADELAR LUIS KAEFER	10	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,20	R\$ 1,35
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,30	R\$ 1,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 31,78	R\$ 1,13
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,87	R\$ 0,67
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4097	ADÉLIA LUIZA HENNECKA	528	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,99	R\$ 0,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,06	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 27,78	R\$ 0,98
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 16,49	R\$ 0,58
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
458	ADELINO ALEXANDRE WINCKEL	444	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,21	R\$ 3,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
191	ADÊMIO FLACH	6	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,86	R\$ 0,74
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,27	R\$ 0,58
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,66	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1297	ADEMIR BIEGER	801	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 134,64	R\$ 4,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,11	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
255	ADEMIR SCHOMMER	21	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 171,26	R\$ 6,06
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		22	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 97,48	R\$ 3,45
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		102	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 164,34	R\$ 5,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,84	R\$ 0,60
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,00	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
213	ADENOR VICENTE WENDLING	142	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 76,28	R\$ 2,70
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 83,34	R\$ 2,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,60	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,26	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1501	ADOLAR ANTÔNIO MALLMANN	678	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 155,20	R\$ 5,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
382	AFONSO GELLER	322	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 7,32	R\$ 0,26
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 57,41	R\$ 2,03
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
409	AFONSO ROQUE PAULI	362	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 26,48	R\$ 0,94
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,50	R\$ 1,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,84	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,62	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
512	AFONSO ZENO GIEHL	518	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 67,98	R\$ 2,41
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 59,02	R\$ 2,09
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,29	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,46	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
741	AIRTON SEHN	569	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 196,75	R\$ 6,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,23	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,26	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1957	ALBANO ALOYSIO BIEGER	641	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 188,30	R\$ 6,66
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 48,15	R\$ 1,70
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
22	ALCIDES JUNGES	693	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 67,54	R\$ 2,39
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 66,90	R\$ 2,37
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,81	R\$ 0,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,42	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
665	ALCIDIO LOEBENS	16	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,52	R\$ 0,51
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 40,96	R\$ 1,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 24,32	R\$ 0,86
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		17	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 31,56	R\$ 1,12
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 36,95	R\$ 1,31
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 21,94	R\$ 0,78
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		18	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,14	R\$ 0,82
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 40,96	R\$ 1,45
200	ALCINO SPECHT	19	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 24,32	R\$ 0,86
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 31,29	R\$ 1,11
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,57
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
2349	ALCIONE ROBERTO BEAL	469	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 58,00	R\$ 2,05
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
2257	ALEX JÚNIOR BESING DEBOER	435	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 71,00	R\$ 2,51
492	ALFONSO JOSÉ GEBERT	490	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,93	R\$ 1,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 45,26	R\$ 1,60
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,36	R\$ 1,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
225	ALFREDO SPIES	53	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 107,02	R\$ 3,79
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 51,86	R\$ 1,84
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
788	ALICE MARIA KÖHLER EIDT	472	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 88,21	R\$ 3,12
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,38	R\$ 1,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 94,29	R\$ 3,34
2131	ALICE MARIA NEUKAMP SCHLICKMANN	683	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 55,98	R\$ 1,98
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 51,10	R\$ 1,81
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 74,90	R\$ 2,65
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,92	R\$ 0,71
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,82	R\$ 0,42

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
2611	ALICE SCHWAB	493	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,50	R\$ 1,75
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,09	R\$ 1,59
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 3,94	R\$ 0,14
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,34	R\$ 0,08
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
288	ALLAN DIEGO SPIES	161	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 89,46	R\$ 3,17
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,04	R\$ 1,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,03	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3090	ALOÍSIO ALBANO ARENHARDT	23	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 18,77	R\$ 0,67
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,59	R\$ 1,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,25	R\$ 0,29
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,90	R\$ 0,17
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		806	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 74,73	R\$ 2,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
1380	ALOÍSIO BACK	781	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 80,79	R\$ 2,86
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
204	ALOISIO FREIBERGER	25	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,07	R\$ 3,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 86,58	R\$ 3,06
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,41	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,52	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		27	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 495,65	R\$ 17,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,64	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,28	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		343	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 191,46	R\$ 6,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,93	R\$ 0,74
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,43	R\$ 0,44
2845	ALOÍSIO HEBERLE	377	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 58,94	R\$ 2,09
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,57	R\$ 2,29
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,95	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,31	R\$ 0,19
171	ALOISIO HEBERLE ME	378	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 81,89	R\$ 2,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 65,75	R\$ 2,33

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,77	R\$ 0,49
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,18	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		611	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,15	R\$ 1,92
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 140,37	R\$ 4,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,86	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,04	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
207	ALOISIO MICHELS	29	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,15	R\$ 1,28
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 61,12	R\$ 2,17
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,76	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,58	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		397	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,38	R\$ 0,51
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,40	R\$ 0,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,99	R\$ 0,18
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		487	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 256,36	R\$ 9,08
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		681	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,86	R\$ 1,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,56	R\$ 1,96
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		810	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 220,30	R\$ 7,80
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,59	R\$ 0,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,10	R\$ 0,18
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1810	ALVINO BOURSCHIED	332	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,16	R\$ 1,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 47,37	R\$ 1,68
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,40	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,52	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
2083	AMARILDO TADEU MEOTTI	714	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 33,91	R\$ 1,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,82	R\$ 1,41
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,63	R\$ 0,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,56	R\$ 0,06
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2306	ANA MADALENA SEHN ALBAN	601	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 6,95	R\$ 0,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 16,63	R\$ 0,59
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
212	ANA MARIA GRIEBELER	36	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 633,78	R\$ 22,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,37	R\$ 0,69

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,50	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3792	ANA PAULETE NICODEM	417	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 126,64	R\$ 4,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 6,57	R\$ 0,23
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 3,90	R\$ 0,14
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
838	ANA TRAESEL SEHN	692	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,37	R\$ 1,36
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,34	R\$ 1,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,52	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,21	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3644	ANGELITA TERESINHA STULP BOURSCHIED	38	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 40,81	R\$ 1,44
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 63,32	R\$ 2,24
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 41,11	R\$ 1,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 24,41	R\$ 0,86
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2168	ÂNGELO CICONI	443	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 154,57	R\$ 5,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,40	R\$ 0,79
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,30	R\$ 0,47
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
365	ANI KOHLER PARLADE	292	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 315,88	R\$ 11,18
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,58	R\$ 0,48
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,06	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2033	ANSELMO ARTUR HORN	87	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 132,22	R\$ 4,68
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,34	R\$ 0,58
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,70	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		339	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,54	R\$ 0,87
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,91	R\$ 0,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,41	R\$ 0,58
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,75	R\$ 0,35
718	ANSELMO RENE WEBER	514	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 202,19	R\$ 7,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 77,62	R\$ 2,75
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 46,09	R\$ 1,63
		527	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 62,46	R\$ 2,21
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 58,05	R\$ 2,06
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,29	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,46	R\$ 0,41
894	ANTONIO BAUMANN	72	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 110,41	R\$ 3,91

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 35,01	R\$ 1,24
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,79	R\$ 0,74
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
216	ANTÔNIO FREIBERGER	40	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 46,38	R\$ 1,64
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,10	R\$ 1,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,52	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,21	R\$ 0,33
2133	ANTÔNIO PADOIN	770	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,01	R\$ 0,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,90	R\$ 0,32
32	ARI ANTÔNIO SCHNEIDER	41	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,28	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 41,39	R\$ 1,46
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 49,59	R\$ 1,75
1248	ARI MALDANER	185	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,89	R\$ 1,23
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,72	R\$ 0,73
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,25
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 425,47	R\$ 15,07
		189	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 50,33	R\$ 1,78
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 29,89	R\$ 1,06
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 97,82	R\$ 3,46
3562	ARI WALDOMIRO GRAEFF	485	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,19	R\$ 1,35
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 26,68	R\$ 0,94
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,84	R\$ 0,56
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1220	ARLINDO EIDT	750	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 246,12	R\$ 8,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,28	R\$ 0,65
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,85	R\$ 0,38
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
526	ARNILDO AFONSO EPPING	546	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 11,13	R\$ 0,39
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,56	R\$ 0,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,08	R\$ 0,18
2931	ARNO ALOISIO NICKNIG	437	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 19,93	R\$ 0,71
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,27	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,10	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,22	R\$ 0,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,05	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		512	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 76,38	R\$ 2,70
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 52,09	R\$ 1,84
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,05	R\$ 0,64
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,72	R\$ 0,38
2358	ARNO INÁCIO GRIEBELER	233	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 65,10	R\$ 2,31
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,14	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,36	R\$ 0,40
2088	ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS - APAE	555	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 58,03	R\$ 2,06
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 34,46	R\$ 1,22
546	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DE TUNÁPOLIS	608	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,04	R\$ 1,24
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 77,79	R\$ 2,75
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
137	ASSOCIAÇÃO TUNAS PISCINA CLUBE	594	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 158,48	R\$ 5,61
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 4,67	R\$ 0,17
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,77	R\$ 0,10
899	ASTÉRIO HAHN	709	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,13	R\$ 1,92
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
2172	ASTOR NICKNIG	668	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,99	R\$ 0,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 66,21	R\$ 2,34
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,67	R\$ 0,66
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,09	R\$ 0,39
804	ASTOR NICODEN	535	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,34	R\$ 0,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,15	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,03	R\$ 0,21
222	ASTOR SCHOMMER	49	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 108,25	R\$ 3,84
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		736	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 60,52	R\$ 2,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,73	R\$ 1,23
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,62	R\$ 0,73
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
531	ATILIO LUIZ BEDUSCHI	570	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,50	R\$ 1,68
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 48,62	R\$ 1,72
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,09	R\$ 0,75
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,52	R\$ 0,44
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1856	AUDREI DELAZERI	325	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,70	R\$ 1,41
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 65,36	R\$ 2,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,00	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,12	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
4191	ÁUREA CECÍLIA PAULI	813	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 230,69	R\$ 8,16
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
413	AURÉLIO ROQUE FLACH E IRMAOS	369	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 31,44	R\$ 1,11
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 76,40	R\$ 2,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 45,67	R\$ 1,62
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,11	R\$ 0,96
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
127	AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA - ME	267	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 92,10	R\$ 3,26
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 33,52	R\$ 1,19
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 19,90	R\$ 0,70
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
170	AUTO POSTO CANARINHO LTDA - EPP	70	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 97,72	R\$ 3,46
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 102,93	R\$ 3,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,64	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,28	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		71	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 106,12	R\$ 3,76
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 44,96	R\$ 1,59
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 26,70	R\$ 0,95
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2957	BALTAZAR LUIZ SANDRI	503	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,86	R\$ 1,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,65	R\$ 1,26
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 30,77	R\$ 1,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,27	R\$ 0,65
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
239	BEATRIZ FRANTZ BIEGER	74	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 75,86	R\$ 2,69
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 52,67	R\$ 1,87
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 56,95	R\$ 2,02
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 33,81	R\$ 1,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
368	BENÍCIO SCHNORRENBERGER	216	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 222,89	R\$ 7,89
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,61	R\$ 0,48
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		298	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,39	R\$ 1,15
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,19	R\$ 2,13
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 69,39	R\$ 2,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 41,20	R\$ 1,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		587	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 66,97	R\$ 2,37
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		588	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 211,82	R\$ 7,50
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,84	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,62	R\$ 0,27
		667	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,45	R\$ 1,75
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 69,39	R\$ 2,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 41,20	R\$ 1,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1801	BENO GASPAR WEBER	44	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,83	R\$ 0,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,15	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,62	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
906	BENO LAURO ROYER	793	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 53,81	R\$ 1,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
252	BERNADETE MARIA LUNKES GOMES	98	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 48,01	R\$ 1,70
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 49,91	R\$ 1,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,25	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,43	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
35	BERNARDO NICOLAU SPIES	187	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 84,71	R\$ 3,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 50,00	R\$ 1,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
2151	BERNARDO SCHRÖER	58	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 127,35	R\$ 4,51
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 77,25	R\$ 2,73
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 45,87	R\$ 1,62
		355	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 72,36	R\$ 2,56
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,84	R\$ 0,70
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,78	R\$ 0,42
732	BERNILDO JOSÉ BOURSCHIEDT	394	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 154,01	R\$ 5,45
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,03	R\$ 0,32
232	BERTILO WIGGERS	63	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 73,57	R\$ 2,61
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 66,67	R\$ 2,36
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,42	R\$ 0,48
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,97	R\$ 0,28
258	BRASIL TELECOM S/A	110	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,77	R\$ 1,30
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 23,55	R\$ 0,83
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,69	R\$ 1,23
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,60	R\$ 0,73
264	BRAZ HECK	117	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 34,15	R\$ 1,21
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,65	R\$ 1,26
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,64	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,28	R\$ 0,33
1060	BRUNO IGNACIO GRIEBELER	702	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,82	R\$ 0,99
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,02	R\$ 1,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,61	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,70	R\$ 0,20
477	BRUNO LAUXEN	471	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,39	R\$ 0,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,86	R\$ 0,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,39	R\$ 0,51
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,55	R\$ 0,30
235	BRUNO REINALDO SCHOENBERGER	68	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 64,47	R\$ 2,28
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 69,80	R\$ 2,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,34	R\$ 0,83

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		416	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,86	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 584,88	R\$ 20,70
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,49	R\$ 0,83
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,95	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
470	BRUNO SPECHT	449	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 83,83	R\$ 2,97
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,16	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,41	R\$ 0,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4100	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	277	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,13	R\$ 3,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,39	R\$ 1,92
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 42,55	R\$ 1,51
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 25,27	R\$ 0,89
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
911	CANÍSIO GROTH	763	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 144,85	R\$ 5,13
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 38,90	R\$ 1,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 23,10	R\$ 0,82
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
521	CANISIO SCHLICKMANN	530	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 259,00	R\$ 9,17
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,10	R\$ 0,57
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,56	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1214	CANÍSIO SCHWAB	629	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,94	R\$ 0,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,10	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,40	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
150	CANISIO THOMAS	558	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 651,57	R\$ 23,07
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4156	CARLA CRISTINA ULRICH	248	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 37,17	R\$ 1,32
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,00	R\$ 0,74
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,47	R\$ 0,44
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
336	CARLITO JOSÉ FLACH	244	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,19	R\$ 1,24
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,89	R\$ 1,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,23	R\$ 0,47
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,85	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2199	CARLITO KÖRBES	538	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 45,97	R\$ 1,63

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,61	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,70	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
514	CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ	520	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 63,51	R\$ 2,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 146,84	R\$ 5,20
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 40,06	R\$ 1,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 23,79	R\$ 0,84
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1286	CARLOS AFONSO KERKHOFF	250	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 461,89	R\$ 16,35
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,56	R\$ 0,80
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,40	R\$ 0,47
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2665	CARLOS VALDIR BAMBERG	621	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,74	R\$ 1,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 67,32	R\$ 2,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,24	R\$ 0,57
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,64	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
777	CARMELITA BRITO DOS SANTOS RECKZIEGEL	114	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,28	R\$ 0,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,01	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,06	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,16	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
34	CATARINA DILL ANSCHAU	454	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,98	R\$ 0,92
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 74,86	R\$ 2,65
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,98	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,52	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		529	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,23	R\$ 1,92
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,82	R\$ 2,29
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		656	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,62	R\$ 0,84
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 48,15	R\$ 1,70
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,98	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,52	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		657	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 26,91	R\$ 0,95
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 47,14	R\$ 1,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,98	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,52	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2255	CATUMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	776	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 53,23	R\$ 1,89

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 37,81	R\$ 1,34
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,35	R\$ 1,29
352	CECÍLIA SCHAEFER WEBER	269	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,26	R\$ 0,58
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,65	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
395	CÉLIA DA SILVA	344	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,61	R\$ 0,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,11	R\$ 0,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,05	R\$ 0,78
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,09	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
776	CELIA SCHWAB HAMMES	562	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,19	R\$ 3,41
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,46	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,21	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1783	CELSÍ TERNUS LAUSCHNER	263	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,38	R\$ 1,15
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,11	R\$ 1,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,50	R\$ 0,48
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,01	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		264	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 64,19	R\$ 2,27
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,13	R\$ 1,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		722	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 52,98	R\$ 1,88
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,56	R\$ 1,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,04	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,34	R\$ 0,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
		808	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 408,81	R\$ 14,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
242	CELSE KESSLER	80	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,04	R\$ 3,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,65	R\$ 1,26
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1807	CELSE LUÍS FOLLMANN	741	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 87,07	R\$ 3,08
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 68,53	R\$ 2,43
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
751	CELSE SPIES	81	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 107,43	R\$ 3,80
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 85,29	R\$ 3,02

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 53,10	R\$ 1,88
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,53	R\$ 1,12
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2473	CLACI MARIA WELTER	155	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 50,17	R\$ 1,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,51	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,84	R\$ 0,24
544	CLÁIDES WILBERT	606	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 44,24	R\$ 1,57
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,80	R\$ 0,35
4128	CLAUDENIR BORTOLINI	300	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,82	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 243,76	R\$ 8,63
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
502	CLEBER ENGLER	505	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,42	R\$ 1,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 43,32	R\$ 1,53
651	CLEDINES FÁTIMA VIVIAN	532	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,19	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,02	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 76,23	R\$ 2,70
843	CLEDIR ANTÔNIO SANDRI	532	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,56	R\$ 1,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,16	R\$ 0,47
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,82	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
		533	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 18,46	R\$ 0,65
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,63	R\$ 0,84
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,03	R\$ 0,50
4038	CLEITON FRITZEN	805	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 217,66	R\$ 7,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,79	R\$ 0,56
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,38	R\$ 0,33
704	CLEITON KIST	421	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 202,40	R\$ 7,16
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 31,25	R\$ 1,11
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,55	R\$ 0,66
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 72,70	R\$ 2,57
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		602	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 10,95	R\$ 0,39
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,96	R\$ 1,45
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,61	R\$ 0,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,55	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
248	CLETOS E NELCINA DECKER	86	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 44,14	R\$ 1,56
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,06	R\$ 3,26
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 24,27	R\$ 0,86
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,41	R\$ 0,51
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
114	COLETADORA DE AVES MANNRICH EIRELI - EPP	817	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 498,22	R\$ 17,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1697	COMERCIAL E MERCADO PITANGA LTDA - ME	766	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 81,92	R\$ 2,90
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
85	COMERCIAL MÜLLER LTDA - ME	797	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 50,44	R\$ 1,79
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 147,27	R\$ 5,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
175	COMERCIAL SPIES LTDA	91	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 542,37	R\$ 19,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 87,95	R\$ 3,11
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 52,22	R\$ 1,85
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		92	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 1.041,32	R\$ 36,86
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 70,83	R\$ 2,51
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 42,06	R\$ 1,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		93	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 99,73	R\$ 3,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 31,01	R\$ 1,10
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,41	R\$ 0,65
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		94	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 796,45	R\$ 28,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 43,64	R\$ 1,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 25,91	R\$ 0,92
2434	CONORATO KOSWOSKI	281	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,91	R\$ 1,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 33,34	R\$ 1,18

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,84	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,62	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2075	CONSTRUTORA MINUANO LTDA - EPP	59	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 545,93	R\$ 19,32
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,07	R\$ 0,82
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,70	R\$ 0,48
		771	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 954,74	R\$ 33,80
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
550	COOPERATIVA A1	95	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 358,55	R\$ 12,69
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 81,64	R\$ 2,89
		96	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 48,48	R\$ 1,72
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 300,40	R\$ 10,64
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 31,16	R\$ 1,10
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,50	R\$ 0,66
130	CPE INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	89	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 193,99	R\$ 6,87
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,17	R\$ 0,78
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,16	R\$ 0,47
29	CRESCÊNCIA LUNKES	99	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,32	R\$ 1,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,53	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,59	R\$ 0,41
837	CRISTIAN ROSMUND DONAT	612	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 89,05	R\$ 3,15
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,03	R\$ 1,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
3682	CRISTIANO ANDRÉ SEHN	637	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 131,25	R\$ 4,65
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,65	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,91	R\$ 0,24
3900	DAIANE MARLISE DA SILVA	223	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 220,71	R\$ 7,81
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,56	R\$ 0,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,08	R\$ 0,18
1910	DANTE GUEDES LIMA JÚNIOR	97	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 26,48	R\$ 0,94
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 77,98	R\$ 2,76

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		100	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,16	R\$ 1,39
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 68,29	R\$ 2,42
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,05	R\$ 0,78
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,09	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 79,88	R\$ 2,83
482	DARCI ANTÔNIO NAUE	477	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 83,34	R\$ 2,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,99	R\$ 0,71
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,87	R\$ 0,42
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 17,85	R\$ 0,63
1438	DARCÍ LUÍS SCHAEFER	727	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,94	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,90	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		727	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 33,31	R\$ 1,18
260	DARCÍ SEHN	113	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 59,94	R\$ 2,12
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 36,12	R\$ 1,28
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 21,45	R\$ 0,76
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 64,68	R\$ 2,29
487	DARCÍSIO ALBANO HOCHSCHEIDT	483	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,18	R\$ 1,46
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 71,71	R\$ 2,54
7	DARIO EIDT	118	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 83,34	R\$ 2,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,41	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,52	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 88,11	R\$ 3,12
265	DARIO SCHROEDER	120	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 53,44	R\$ 1,89
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,73	R\$ 1,12
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 75,95	R\$ 2,69
		625	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,13	R\$ 1,35
690	DARNILO BORSCHIEDT E MARIA FREIBERGER	336	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,75	R\$ 1,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,16	R\$ 0,64
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,79	R\$ 0,38
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2086	DAVI ZOZ 00011050942	784	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,29	R\$ 0,72

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 13,82	R\$ 0,49
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
2145	DÉCIO MAYER	769	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,09	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,40	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
4193	DEISI FLACH	809	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 188,56	R\$ 6,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
4211	DENISE SIMONE RECKTENVALD	814	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 220,10	R\$ 7,79
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 59,27	R\$ 2,10
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,34	R\$ 0,83
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,86	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2484	DIONE LURDES LAWISCH WINK	531	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 22,86	R\$ 0,81
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,67	R\$ 0,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,33	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2676	DIONILDO JOSÉ LINHAR 78145635934	816	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,40	R\$ 1,36
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1216	DIONÍSIO MAURINO GEBERT	630	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,46	R\$ 0,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
381	DIONÍSIO SCHORR	320	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 60,02	R\$ 2,13
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,84	R\$ 1,62
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,63	R\$ 0,52
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,68	R\$ 0,31
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
196	DIOVANA STRIEDER SCHACKER	11	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,90	R\$ 1,27
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,38	R\$ 2,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,02	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,17	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		645	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,90	R\$ 1,27
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,38	R\$ 2,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,02	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,17	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		655	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 109,96	R\$ 3,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,03	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 44,35	R\$ 1,57
3804	DIRCE GRIEBELER BRUXEL WERLANG	352	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,82	R\$ 2,15
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,13	R\$ 0,47
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,79	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,58	R\$ 0,76
712	DIRCE JUNGES	360	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,88	R\$ 0,70
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,86	R\$ 0,60
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,01	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		410	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 150,26	R\$ 5,32
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,36	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,40	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2125	DIRCE SCHNEIDER	415	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,52	R\$ 1,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 56,89	R\$ 2,01
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,37	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,34	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3994	DIRCELEI ARENHARDT	687	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,54	R\$ 0,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,49	R\$ 0,76
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,39	R\$ 0,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
622	DIRCEU SCHERER	213	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 140,38	R\$ 4,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,82	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,02	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2310	DIVA SEHN	773	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 163,07	R\$ 5,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,05	R\$ 0,67
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,31	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
307	DOLORES CECILIA NASCIMENTO	787	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,41	R\$ 0,72
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 18,20	R\$ 0,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 29,45	R\$ 1,04
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 17,48	R\$ 0,62
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2550	DOMINGO CASANOVA	127	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,58	R\$ 1,26
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,82	R\$ 0,74

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,75	R\$ 0,31
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,20	R\$ 0,18
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1167	DOMINGOS INACIO ENGROFF	383	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 33,69	R\$ 1,19
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,79	R\$ 0,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
1293	DOUGLAS PAULI	42	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 73,67	R\$ 2,61
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 36,17	R\$ 1,28
273	EBERHARDT BERGER	128	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 21,48	R\$ 0,76
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 343,10	R\$ 12,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 190,08	R\$ 6,73
		129	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 52,90	R\$ 1,87
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,41	R\$ 1,11
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 235,35	R\$ 8,33
		131	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,96	R\$ 0,49
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,29	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 51,28	R\$ 1,81
		132	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,15	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,38	R\$ 0,83
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,88	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		133	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 91,85	R\$ 3,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 12,67	R\$ 0,45
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 59,73	R\$ 2,11
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 35,46	R\$ 1,25
		134	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 71,83	R\$ 2,54
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 7,92	R\$ 0,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,25	R\$ 0,68
		135	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,43	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 102,83	R\$ 3,64
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
		135	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,10	R\$ 0,82
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,72	R\$ 0,49
		135	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 65,94	R\$ 2,33
		135	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 4,75	R\$ 0,17

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		136	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 99,61	R\$ 3,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 77,32	R\$ 2,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 53,06	R\$ 1,88
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,50	R\$ 1,12
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
		138	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 191,07	R\$ 6,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 52,08	R\$ 1,84
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 30,92	R\$ 1,09
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2159	ÉDER TERNUS	704	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 193,88	R\$ 6,86
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 41,58	R\$ 1,47
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 24,69	R\$ 0,87
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
459	EDGAR LOTTERMANN	446	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 22,13	R\$ 0,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,74	R\$ 0,63
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 42,51	R\$ 1,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 25,24	R\$ 0,89
275	EDGAR PAULI	141	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,54	R\$ 1,04
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 67,50	R\$ 2,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 37,15	R\$ 1,31
		523	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 22,06	R\$ 0,78
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 377,00	R\$ 13,35
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,61	R\$ 0,59
1229	EDIMAR PEDRO LAWISCH	64	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,86	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 33,47	R\$ 1,19
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 34,73	R\$ 1,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
1981	EDISON BIEGER	3	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 73,37	R\$ 2,60
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,99	R\$ 1,59
1218	EDITH THEREZINHA SIGNORI	749	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,46	R\$ 0,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
656	EDIVAN KOSWOSKI	163	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,94	R\$ 1,38
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,84	R\$ 1,34
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
277	EDO ALOISIO TERNUS	143	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 195,23	R\$ 6,91
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
59	EDSON LUIZ SCHNEIDER	144	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,47	R\$ 1,29
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 59,16	R\$ 2,09
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,74	R\$ 0,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,37	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		502	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 63,16	R\$ 2,24
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 91,24	R\$ 3,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,10	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,19	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1699	EDUARDO LAUSCHNER	173	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 190,11	R\$ 6,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,11	R\$ 0,61
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,16	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2309	EDUARDO LAUSCHNER E MARCIANE S. VIVIAN	775	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 712,21	R\$ 25,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1242	EDUARDO MANNRICH DORNEL	108	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 79,09	R\$ 2,80
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,43	R\$ 1,36
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,70	R\$ 0,27
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,57	R\$ 0,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		737	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 260,11	R\$ 9,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 48,47	R\$ 1,72
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 28,78	R\$ 1,02
669	EGÍDIO CARLOS POHLMANN	56	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 464,67	R\$ 16,45
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,23	R\$ 0,47
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,85	R\$ 0,28
		358	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 97,77	R\$ 3,46
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
1474	EGÍDIO SCHERER	214	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,09	R\$ 1,24
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 49,76	R\$ 1,76
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,82	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,02	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
787	EGON INÁCIO BIEGER	409	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 143,81	R\$ 5,09
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 74,08	R\$ 2,62
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		551	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 40,30	R\$ 1,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
281	EGON LAWISCH	153	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 73,10	R\$ 2,59
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 77,32	R\$ 2,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,48	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,19	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
443	EGON LUIS ENGLER	420	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 91,82	R\$ 3,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 71,79	R\$ 2,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 52,90	R\$ 1,87
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,41	R\$ 1,11
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
284	EGON ROQUE RHODEN	112	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 22,06	R\$ 0,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		156	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,78	R\$ 1,69
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,91	R\$ 0,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,31	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,31	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		229	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 89,39	R\$ 3,17
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,81	R\$ 2,30
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,57	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,62	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1415	EGON SEHN	725	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,78	R\$ 0,84
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,44	R\$ 1,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,90	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,28	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
658	EGON THEISEN	215	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 125,62	R\$ 4,45

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,82	R\$ 0,42			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,02	R\$ 0,25			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23			
2659	ELAINE ANASTÁCIA HAMMES	2	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 73,56	R\$ 2,61			
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 48,62	R\$ 1,72			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,40	R\$ 0,55			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,15	R\$ 0,32			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23			
						102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,04	R\$ 1,73
2219	ELAINE ROSA KESSLER TOILLIER	418	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,78	R\$ 0,74			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 25,83	R\$ 0,91			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,34	R\$ 0,54			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24			
285	ELEANDRA A. MEOTTI EM USUFRUTO	157	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 72,90	R\$ 2,58			
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,89	R\$ 1,38			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23			
						102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 89,86	R\$ 3,18
3006	ELEANDRO ACELINO MEOTTI	55	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23			
						102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 5,93	R\$ 0,21
		317	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,04	R\$ 1,31			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05			
286	ELEMAR SERAFIM HECK	158	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24			
						102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 16,99	R\$ 0,60
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 12,67	R\$ 0,45			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23			
821	ELGIN WELTER SPIES	218	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 87,21	R\$ 3,09			
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 53,71	R\$ 1,90			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,36	R\$ 0,54			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,12	R\$ 0,32			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24			
						102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,82	R\$ 1,41
689	ELIANE CRISTINA DE LIMA DETERS	375	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 53,48	R\$ 1,89			
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,06	R\$ 0,50			
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,35	R\$ 0,30			
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23			
						102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,94	R\$ 1,10

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,67	R\$ 1,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,15	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,03	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4035	ELISABETA EIDT	162	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 106,73	R\$ 3,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 70,44	R\$ 2,49
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 41,83	R\$ 1,48
1328	ELISE GRETZLER TRENHAGO	720	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 170,67	R\$ 6,04
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
925	ELOI INÁCIO FOLLMANN	79	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 71,98	R\$ 2,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 11,40	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,30	R\$ 1,04
		794	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 47,38	R\$ 1,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 29,12	R\$ 1,03
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,90	R\$ 1,27
506	ELOI INÁCIO WELTER	510	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 69,91	R\$ 2,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 30,85	R\$ 1,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,31	R\$ 0,65
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		574	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 94,25	R\$ 3,34
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,90	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,07	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		165	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 434,71	R\$ 15,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
291	ELÓI KIPPER	166	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,90	R\$ 1,94
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,30	R\$ 1,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,49	R\$ 0,76
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,76	R\$ 0,45
		635	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 126,96	R\$ 4,50
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,51	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,84	R\$ 0,24
1211	ELÓI RHODEN	448	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,78	R\$ 0,56
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,04	R\$ 0,36

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,96	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 80,59	R\$ 2,85
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,70	R\$ 2,15
657	ELSA SPIES	395	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,48	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,19	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 182,82	R\$ 6,47
380	ELTON EIDT	640	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 25,31	R\$ 0,90
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,03	R\$ 0,53
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,64	R\$ 0,98
842	ELTON JAIR EIDT	755	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 47,50	R\$ 1,68
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 29,49	R\$ 1,04
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 17,51	R\$ 0,62
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 43,28	R\$ 1,53
399	ELTON WIRTH	106	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 72,28	R\$ 2,56
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 30,73	R\$ 1,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,25	R\$ 0,65
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 48,68	R\$ 1,72
795	ENOÍ SCHERER	653	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,75	R\$ 1,44
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 58,85	R\$ 2,08
641	ENOR ALOÍSIO HOFFMANN	245	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 51,53	R\$ 1,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 269,62	R\$ 9,54
813	EPAGRO- EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA	181	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 190,08	R\$ 6,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 69,78	R\$ 2,47
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 41,43	R\$ 1,47
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 11,31	R\$ 0,40
292	ERENI MARIA DO NASCIMENTO	167	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,11	R\$ 0,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,22	R\$ 1,74
474	ÉRICA BRISIUS	467	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,85	R\$ 0,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,95	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,31	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
1941	ERNA LÚCIA SCHNEIDER REMPEL	724	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 126,69	R\$ 4,48
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 75,19	R\$ 2,66
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 0,78	R\$ 0,03
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 0,46	R\$ 0,02
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		760	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 126,18	R\$ 4,47
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 124,15	R\$ 4,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 97,44	R\$ 3,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 57,86	R\$ 2,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
333	ERNA MARIA FRIDRICH WELTER	241	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,50	R\$ 1,68
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 58,34	R\$ 2,06
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,72	R\$ 0,80
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,49	R\$ 0,48
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
227	ERNESTO JOSE EIDT	107	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 40,63	R\$ 1,44
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,04	R\$ 2,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,33	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,10	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
16	ERNO ULRICH	334	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,85	R\$ 1,94
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,37	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,50	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1786	ERVINO ROQUE BIEGER	210	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 114,28	R\$ 4,04
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 67,73	R\$ 2,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,34	R\$ 0,83
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,86	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		802	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 103,47	R\$ 3,67
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
18	EUGENIO BERWANGER	329	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 41,86	R\$ 1,48
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,84	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,84	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
294	EUGENIO KNECHT	169	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 67,20	R\$ 2,38
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 82,97	R\$ 2,94
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,34	R\$ 0,83
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,86	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
673	EUNICE MARIA EIDT	636	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,17	R\$ 0,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,81	R\$ 0,77

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,67	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,52	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
312	EVALDO H. PETRY E CRESCÊNCIA LUNKES	209	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 132,89	R\$ 4,70
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,62	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,71	R\$ 0,20
360	EVALDO JUNGES	282	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 52,92	R\$ 1,87
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,10	R\$ 0,57
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,56	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1703	EVANI BACK	743	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,01	R\$ 0,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,90	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,28	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2010	EVERTON WERLANG	47	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 218,57	R\$ 7,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,12	R\$ 1,21
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,26	R\$ 0,72
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		109	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 434,71	R\$ 15,39
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 72,23	R\$ 2,56
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,23	R\$ 0,72
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,01	R\$ 0,43
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
2308	FERNANDO BAUMGRATZ	639	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,14	R\$ 1,07
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,11	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,14	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,21	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
830	FLAVIO ALBANO WENDLING	689	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 64,96	R\$ 2,30
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,89	R\$ 1,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 54,61	R\$ 1,93
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 32,43	R\$ 1,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
297	FLÁVIO SCHNORRENBARGER	175	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 58,79	R\$ 2,08
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 50,90	R\$ 1,80
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,77	R\$ 0,74
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,33	R\$ 0,44
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		176	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 266,62	R\$ 9,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 166,48	R\$ 5,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
853	FRANCIANO BLANC ALVES	262	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,26	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,47	R\$ 0,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 60,53	R\$ 2,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,39	R\$ 1,32
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,78	R\$ 0,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,93	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
298	FRANCISCO CACILDO FROELICH	177	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 422,52	R\$ 14,96
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,71	R\$ 0,56
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,33	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 13,75	R\$ 0,49
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,26	R\$ 0,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 24,15	R\$ 0,85
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,34	R\$ 0,51
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1495	FRANCISCO ENIO SOARES	733	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 65,89	R\$ 2,33
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 47,23	R\$ 1,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,65	R\$ 0,59
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,88	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,95	R\$ 0,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,64	R\$ 1,51
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
3985	FRANCISCO ERMILDO TONINI	137	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 129,34	R\$ 4,58
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 81,49	R\$ 2,88
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,26	R\$ 0,82
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,81	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,29	R\$ 1,28
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,57
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 212,46	R\$ 7,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,67	R\$ 0,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,86	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2051	FRANCISCO NICOLAU DILL	519	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 212,46	R\$ 7,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,67	R\$ 0,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,86	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
299	FRANCISCO ROQUE JUCHEM	179	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 212,46	R\$ 7,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,67	R\$ 0,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,86	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 212,46	R\$ 7,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,67	R\$ 0,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,86	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
295	FRANKLIN E MARCKIT NAUE	170	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 212,46	R\$ 7,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,67	R\$ 0,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,86	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
305	FRANTZ COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	190	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 212,46	R\$ 7,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,67	R\$ 0,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,86	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		191	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,36	R\$ 1,99
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 34,73	R\$ 1,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 29,52	R\$ 1,04
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 17,53	R\$ 0,62
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		192	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,44	R\$ 1,93
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,28	R\$ 0,72
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 53,09	R\$ 1,88
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,52	R\$ 1,12
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
		193	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,52	R\$ 1,01
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,89	R\$ 1,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 46,13	R\$ 1,63
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,39	R\$ 0,97
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
28	FREDERICO JORGE GRAVE	195	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 68,38	R\$ 2,42
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 73,43	R\$ 2,60
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,17	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,23	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		196	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 160,02	R\$ 5,66
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 73,62	R\$ 2,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 73,36	R\$ 2,60
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 43,56	R\$ 1,54
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		198	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,20	R\$ 0,96
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,56	R\$ 1,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 26,76	R\$ 0,95
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,89	R\$ 0,56
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		199	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 235,54	R\$ 8,34
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 76,94	R\$ 2,72
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 45,68	R\$ 1,62
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		669	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,02	R\$ 0,82
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,56	R\$ 1,97
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		670	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 17,23	R\$ 0,61
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 59,27	R\$ 2,10
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		671	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 8,16	R\$ 0,29
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 28,07	R\$ 1,00
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		672	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 26,07	R\$ 0,92

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 89,68	R\$ 3,17
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 16,32	R\$ 0,58
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 56,15	R\$ 1,99
		673	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 12,20	R\$ 0,43
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,11	R\$ 1,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
538	GELSO LUIS MEOTTI	596	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 52,87	R\$ 1,87
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 83,34	R\$ 2,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 35,24	R\$ 1,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,92	R\$ 0,74
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1519	GERSON ANTÔNIO MALLMANN	730	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 140,87	R\$ 4,99
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
309	GILMAR ANTÔNIO RAMOS	201	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 76,39	R\$ 2,70
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,10	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,19	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
4301	GILMAR RHODEN	75	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 251,74	R\$ 8,92
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2119	GILMAR ZOZ	122	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 45,76	R\$ 1,62
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,19	R\$ 2,13
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
		321	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 464,67	R\$ 16,45
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 35,55	R\$ 1,26
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 21,11	R\$ 0,75
2367	GM INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - EPP	603	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 252,59	R\$ 8,94
		782	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
310	GUIDO ERHARDT	204	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,17	R\$ 1,67
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,45	R\$ 1,29

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,64	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,66	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		207	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 62,65	R\$ 2,22
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,04	R\$ 0,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,43	R\$ 0,62
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,35	R\$ 0,37
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1588	GUIDO RODRIGUES BORGES	646	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 17,03	R\$ 0,60
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,58	R\$ 1,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
858	GUSTAVO JAHN	589	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 41,89	R\$ 1,48
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 14,30	R\$ 0,51
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,39	R\$ 0,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
340	HARRI ALFONSO WEISS	230	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,99	R\$ 1,10
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,37	R\$ 1,50
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		249	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 69,02	R\$ 2,44
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 59,57	R\$ 2,11
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		501	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 198,19	R\$ 7,02
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
2340	HARRI ALOISIO EIDT	247	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 72,59	R\$ 2,57
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,87	R\$ 0,56
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,42	R\$ 0,33
2336	HELENA EIDT	356	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 66,62	R\$ 2,36
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 80,56	R\$ 2,85
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,52	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,21	R\$ 0,33
314	HELENA OTHILIA FLACH	211	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,63	R\$ 1,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 33,99	R\$ 1,20
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,18	R\$ 0,71
		217	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 70,10	R\$ 2,48

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,75	R\$ 1,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 46,17	R\$ 1,63
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,41	R\$ 0,97
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		647	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 153,28	R\$ 5,42
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 33,22	R\$ 1,18
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 19,72	R\$ 0,70
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		654	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 316,79	R\$ 11,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,91	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,07	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
448	HELGA HERMINDA RAUBER	425	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 182,84	R\$ 6,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,66	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,92	R\$ 0,24
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 50,93	R\$ 1,80
545	HÉLIO BACK	607	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,04	R\$ 1,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,11	R\$ 0,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,78	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 17,64	R\$ 0,62
3056	HENRIQUE SANTO CASANOVA	219	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,31	R\$ 0,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,99	R\$ 0,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,71	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 65,14	R\$ 2,31
320	HERMETO JOSÉ BIEGER	222	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 59,03	R\$ 2,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		224	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 108,62	R\$ 3,85
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		225	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 41,08	R\$ 1,45
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 30,34	R\$ 1,07
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,01	R\$ 0,64
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 99,62	R\$ 3,53
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
1529	HERTA FLACH	342	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 53,51	R\$ 1,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 63,90	R\$ 2,26
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 30,54	R\$ 1,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,13	R\$ 0,64
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,64	R\$ 1,15
762	HILÁRIA NAUE	266	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 136,38	R\$ 4,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 3,50	R\$ 0,12
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,08	R\$ 0,07
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,25
		615	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,89	R\$ 1,06
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 127,97	R\$ 4,53
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		624	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 46,70	R\$ 1,65
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 121,65	R\$ 4,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 45,12	R\$ 1,60
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 26,79	R\$ 0,95
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 62,50	R\$ 2,21
1169	HILÁRIO CARLOS SPANIOL	734	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 67,94	R\$ 2,41
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,85	R\$ 1,23
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,69	R\$ 0,73
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,22	R\$ 0,54
1217	HILÁRIO KLEIN	149	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,41	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,59	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 45,91	R\$ 1,62
322	HILARIO ROQUE JUCHEM	228	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 49,08	R\$ 1,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,10	R\$ 0,57
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,56	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,16	R\$ 1,28
2259	HILDO BEUMER	774	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,99	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,75	R\$ 0,31
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,20	R\$ 0,18
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 42,44	R\$ 1,50
1502	HILTON CÉZAR LAMOUR	726	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 87,06	R\$ 3,08
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,53	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,66	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,43	R\$ 1,29
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 50,01	R\$ 1,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,45	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,20	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3142	HUGO INACIO HIPPLER	231					
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,24	R\$ 0,96
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
632	HUGO SCHWAB	274					
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 61,97	R\$ 2,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,03	R\$ 0,71
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,89	R\$ 0,42
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
364	IDA MARIA SCHNEIDER KOHLER	291					
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 57,85	R\$ 2,05
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,45	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,20	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
329	IDACIR PAULO PETRY	235					
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,70	R\$ 1,37
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,37	R\$ 2,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,86	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,04	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
315	IDILENE CARMEN PETRY	212					
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 338,92	R\$ 12,00
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,72	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,55	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
755	ILÁRIO BISOLO E ALCEU BISOLO	590					
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 34,24	R\$ 1,21
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 50,84	R\$ 1,80
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 46,39	R\$ 1,64
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,54	R\$ 0,97
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 46,61	R\$ 1,65
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 48,75	R\$ 1,72
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 28,95	R\$ 1,02
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
330	ILARIO WISNIEWSKI	236					
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 238,15	R\$ 8,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4383	ILKA JOSEFINA SCHERER	468					
840	ILOI BOLSONI	540	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 22,64	R\$ 0,80

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 18,56	R\$ 0,66
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,39	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,17	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		541	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 112,22	R\$ 3,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,39	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,17	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1701	ILSA MARIA SPIES	780	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 159,86	R\$ 5,66
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
331	INÁCIO ANTÔNIO TOILLIER	238	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 37,95	R\$ 1,34
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,97	R\$ 2,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,36	R\$ 0,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,97	R\$ 0,18
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
956	INÁCIO HAHN	481	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 95,16	R\$ 3,37
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 53,99	R\$ 1,91
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 32,06	R\$ 1,14
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
447	INÁCIO JACOB ULRICH	424	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,94	R\$ 0,74
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 33,34	R\$ 1,18
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,70	R\$ 0,56
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,32	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1245	INÁCIO KIST	31	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 65,55	R\$ 2,32
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 112,54	R\$ 3,98
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 66,82	R\$ 2,37
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		150	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 99,69	R\$ 3,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,76	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,58	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		237	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 63,63	R\$ 2,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
958	INÁCIO ROQUE RAUCH	272	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 63,96	R\$ 2,27
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,38	R\$ 0,72

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,10	R\$ 0,43
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,11	R\$ 1,13
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
490	INEIDE MARIA GEBERT BOLSONI	488	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,07	R\$ 0,82
796	IRENE GRETZLER	542	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,50	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,24	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 329,33	R\$ 11,66
4362	IRINEU ANTÔNIO WEIS	30	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,06	R\$ 0,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,76	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 195,90	R\$ 6,94
962	IRIO LUIZ MOMBACH	695	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 3,38	R\$ 0,12
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,01	R\$ 0,07
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,58	R\$ 1,37
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,97	R\$ 1,34
681	IRTON SEHN	39	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 55,27	R\$ 1,95
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 43,99	R\$ 1,56
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
345	ISOLDE BERGER	259	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,13	R\$ 1,99
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,04	R\$ 2,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,10	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,34	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 114,81	R\$ 4,06
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,97	R\$ 2,23
4170	ISOLDI MARIA WALTER	643	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,96	R\$ 0,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,66	R\$ 0,73
2339	IVAN CARLOS RAUCH	759	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 45,63	R\$ 1,62
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,09	R\$ 0,96

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
1564	IVANETE DILL	740	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,01	R\$ 0,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,50	R\$ 0,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,05	R\$ 0,18
2937	IVANIR JOSE KONRAD	439	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,00	R\$ 0,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,75	R\$ 0,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
3058	IVANOR LUIZ AGOSTINI	261	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 73,75	R\$ 2,61
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,46	R\$ 0,76
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,74	R\$ 0,45
964	IVO AFONSO SPIES	152	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
		202	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
		203	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
		265	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 201,71	R\$ 7,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 29,17	R\$ 1,03
		286	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 17,32	R\$ 0,61
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
		287	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		288	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		557	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
		559	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,02	R\$ 3,47
		561	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
350	IVO BENO NAUE	461	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,41	R\$ 1,36
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 80,56	R\$ 2,85
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,27	R\$ 0,61
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,25	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,49	R\$ 0,97
		751	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,50	R\$ 0,69
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
621	IVO NORBERTO ENGLER	664	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 48,08	R\$ 1,70
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
351	IVO PEDRO GRIEBELER	268	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 85,10	R\$ 3,01
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 53,25	R\$ 1,88
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,13	R\$ 0,64
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,76	R\$ 0,38
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
279	IVO ROYER	148	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 64,25	R\$ 2,28
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,75	R\$ 1,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,25	R\$ 0,79
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,21	R\$ 0,47
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
353	IVONE CARMEM BIEGER	270	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 292,98	R\$ 10,37
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 25,67	R\$ 0,91
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,24	R\$ 0,54
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
354	IVONE HENN	271	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 34,60	R\$ 1,23
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 57,41	R\$ 2,03

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 31,47	R\$ 1,11
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,68	R\$ 0,66
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2176	IVONEI TIAGO BRACHT	76	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,60	R\$ 1,26
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,13	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,25
1722	JACINTA FRIDALINA SÖHN JUSTEN	745	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,87	R\$ 0,74
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,99	R\$ 1,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,90	R\$ 0,31
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,28	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1723	JACINTA MARIA DETERS FLACH	747	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,01	R\$ 0,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,90	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,28	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
274	JACINTO HENRIQUE THOMAZ	140	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1549	JACKSON SCHERER	368	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 53,44	R\$ 1,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,56	R\$ 1,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
65	JACÓ BAUMGRATZ	610	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 31,59	R\$ 1,12
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 33,80	R\$ 1,20
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,07	R\$ 0,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,76	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
728	JACÓ INÁCIO RAMBO	257	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 69,35	R\$ 2,45
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 33,96	R\$ 1,20
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,16	R\$ 0,71
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
357	JACÓ LUÍS TOILLIER	51	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 140,74	R\$ 4,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,64	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,51	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		275	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 110,13	R\$ 3,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 55,00	R\$ 1,95

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 32,66	R\$ 1,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
358	JACÓ MARINO URNAU	276	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 72,18	R\$ 2,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,82	R\$ 2,29
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 57,92	R\$ 2,05
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 34,39	R\$ 1,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		278	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 505,81	R\$ 17,90
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,10	R\$ 0,82
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,72	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2035	JAIR KAPPAUN e SOELI KAPPAUN	15	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,54	R\$ 1,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,78	R\$ 2,15
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 37,89	R\$ 1,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 22,50	R\$ 0,80
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
630	JAIR HECK	116	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 40,79	R\$ 1,44
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 82,32	R\$ 2,91
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 6,22	R\$ 0,22
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 3,70	R\$ 0,13
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1530	JAIR LUIS REMPEL	571	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 37,75	R\$ 1,34
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 65,34	R\$ 2,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 5,79	R\$ 0,20
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 3,44	R\$ 0,12
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2541	JAIRO RIZZATTO	495	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 138,14	R\$ 4,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 72,92	R\$ 2,58
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 27,31	R\$ 0,97
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 16,21	R\$ 0,57
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
524	JANETE REMPEL BIEGER	738	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 84,26	R\$ 2,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,41	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,37	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
361	JANICE EIDT LAZAROTTO	283	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,89	R\$ 1,17
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,45	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,20	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4585	JEFERSON MARCIO CABRAL ALVES	729	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 103,08	R\$ 3,65
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
1163	JOÃO BATISTA HOFER FILHO	364	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 145,23	R\$ 5,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		576	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 110,41	R\$ 3,91
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		577	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 196,04	R\$ 6,94
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,27	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,44	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		578	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 193,88	R\$ 6,86
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		579	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 193,88	R\$ 6,86
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		580	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,94	R\$ 3,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		581	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,94	R\$ 3,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		583	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,94	R\$ 3,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		584	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 99,37	R\$ 3,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,50	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,21	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1700	JOÃO DARCI ARAÚJO MACIEL	386	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,23	R\$ 1,74
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,67	R\$ 0,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,00	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,31	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
648	JOÃO EGON ARENHARDT	598	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,51	R\$ 1,05

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,46	R\$ 1,22
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,46	R\$ 0,72
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1265	JOÃO GUIDO KERKHOFF	772	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 217,26	R\$ 7,69
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 59,85	R\$ 2,12
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 35,53	R\$ 1,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
363	JOÃO JACÓ KESSLER	285	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,76	R\$ 0,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,16	R\$ 0,64
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,79	R\$ 0,38
1266	JOÃO TOILLIER	307	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,47	R\$ 1,04
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,89	R\$ 1,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
47	JOÃO VICENTE DETERS	436	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,23	R\$ 0,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,89	R\$ 1,37
619	JOEL ROQUE SPIES	54	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 60,88	R\$ 2,16
		717	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 66,40	R\$ 2,35
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
263	JOEL TRENHAGO	363	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,04	R\$ 1,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 102,93	R\$ 3,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
128	JORGE EIDT	294	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 122,52	R\$ 4,34
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
		486	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 71,85	R\$ 2,54
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,00	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,31	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 45,39	R\$ 1,61
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 93,58	R\$ 3,31

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,00	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,31	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		752	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 87,91	R\$ 3,11
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,66	R\$ 0,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,33	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2503	JORGE LEANDRO KLOCK	792	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,39	R\$ 0,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,15	R\$ 0,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,39	R\$ 0,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
366	JORGE LISOT	295	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,00	R\$ 1,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,31	R\$ 0,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		539	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,74	R\$ 0,88
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,54	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,26	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1031	JORGE PAULI	698	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 306,68	R\$ 10,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,14	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
20	JOSÉ ALOÍSIO GRETZLER	296	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,28	R\$ 1,92
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,67	R\$ 1,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
374	JOSÉ FRIDOLINO FREIBERGER	308	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 87,89	R\$ 3,11
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 77,09	R\$ 2,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,64	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,28	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		309	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 248,44	R\$ 8,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,99	R\$ 0,57
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,49	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		310	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 72,14	R\$ 2,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,52	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,21	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
376	JOSE HUGO SCHAAB	312	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 75,24	R\$ 2,66
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1477	JOSÉ KIRCHNER	351	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 136,75	R\$ 4,84
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 24,12	R\$ 0,85
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,32	R\$ 0,51
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
377	JOSE KLEIN	314	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 573,35	R\$ 20,30
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,15	R\$ 0,71
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,96	R\$ 0,42
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
3134	JOSE LEO WERLANG	318	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 77,97	R\$ 2,76
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 83,34	R\$ 2,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,77	R\$ 0,74
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,33	R\$ 0,44
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		319	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 67,70	R\$ 2,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 65,75	R\$ 2,33
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 48,25	R\$ 1,71
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 28,65	R\$ 1,01
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
383	JOSÉ LUIZ KONRAD	323	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 93,13	R\$ 3,30
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,36	R\$ 1,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,64	R\$ 0,70
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,66	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
384	JOSÉ RABUSKE	326	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 58,24	R\$ 2,06
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 63,73	R\$ 2,26
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,26	R\$ 0,58
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,65	R\$ 0,34
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
15	JOSÉ RIVALDO PAULI	328	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,21	R\$ 3,48
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2002	JULIANE MALLMANN	550	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 215,21	R\$ 7,62
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,46	R\$ 0,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
1219	JULITA ENGLER	703	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2568	KRISTY FLACH	354	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 155,49	R\$ 5,51
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
667	LARI ROQUE STAUB	800	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 77,60	R\$ 2,75
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,00	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,31	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,26	R\$ 1,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 94,98	R\$ 3,36
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 6,11	R\$ 0,22
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 3,63	R\$ 0,13
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1827	LAUDELINO LENCINA DA SILVA	284	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,94	R\$ 1,02
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,46	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,62	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 17,52	R\$ 0,62
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,81	R\$ 1,94
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 0,88	R\$ 0,03
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 0,52	R\$ 0,02
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,82	R\$ 1,09
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,81	R\$ 1,52
488	LAURI FELIPE WELTER	67	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 72,89	R\$ 2,58
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3902	LAURÍ JOSÉ BIEGER	220	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 406,70	R\$ 14,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 125,42	R\$ 4,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,82	R\$ 0,42
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,02	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1883	LAURI RODRIGUES DA SILVA	438	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,94	R\$ 0,78
13	LAURINDO JOAO BACK	333	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,94	R\$ 0,78

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 6,57	R\$ 0,23
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 3,90	R\$ 0,14
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
389	LAURO JOSÉ EIDT	335	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 870,44	R\$ 30,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 163,21	R\$ 5,78
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 96,91	R\$ 3,43
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2273	LAURO TOILLIER	125	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 175,03	R\$ 6,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,89	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,47	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		180	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,16	R\$ 1,07
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 33,34	R\$ 1,18
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,05	R\$ 0,29
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,78	R\$ 0,17
3927	LEANDRO PAULUS	387	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 59,53	R\$ 2,11
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,49	R\$ 1,29
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,14	R\$ 0,68
515	LÉCIO INACIO RHODEN	521	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,36	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,68	R\$ 1,05
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,97	R\$ 1,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 27,64	R\$ 0,98
2598	LENOIR SCHEREN	48	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 16,41	R\$ 0,58
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,46	R\$ 1,01
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 16,39	R\$ 0,58
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,85	R\$ 0,46
391	LEO DILL e MARIA LUZINA SCHWAB	337	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,63	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,06	R\$ 1,24
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,91	R\$ 0,74
		697	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,04	R\$ 0,60
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,12	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 214,62	R\$ 7,59
392	LEO SCHNEIDER	338	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,73	R\$ 0,59
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,93	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 97,69	R\$ 3,46
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 70,38	R\$ 2,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,48	R\$ 0,55

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,19	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
393	LEOCADIA THOMAS WELTER	340	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 41,29	R\$ 1,46
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,13	R\$ 1,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 28,01	R\$ 0,99
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 16,63	R\$ 0,59
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1609	LEOCIR ALBAN	799	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 74,78	R\$ 2,65
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,94	R\$ 0,49
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,28	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2351	LEOCLIDES DALLEMOLE	399	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,04	R\$ 1,13
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,95	R\$ 1,27
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,05	R\$ 0,53
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,94	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
753	LEONEI KUHN	666	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 42,13	R\$ 1,49
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,38	R\$ 1,92
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,13	R\$ 0,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,79	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1543	LEONEL ANTÔNIO PALAVER	331	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 87,94	R\$ 3,11
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 67,14	R\$ 2,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 39,87	R\$ 1,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1845	LEONI PAULATA	61	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 55,62	R\$ 1,97
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 48,15	R\$ 1,70
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,53	R\$ 0,59
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,82	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
271	LEONI STULP	126	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 48,22	R\$ 1,71
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,89	R\$ 1,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,33	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,48	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3937	LEONOR RODRIGUES DA SILVA	77	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 119,61	R\$ 4,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,93	R\$ 0,49
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,27	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		604	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 51,73	R\$ 1,83
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
653	LEOPOLDO OBERGER	480	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 40,71	R\$ 1,44
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,04	R\$ 1,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,52	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,21	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1240	LÍLIAN MARIA RITTER EIDT	297	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 64,50	R\$ 2,28
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,90	R\$ 0,60
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,04	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
375	LILIANE SUZIN	311	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,46	R\$ 1,08
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,13	R\$ 1,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		675	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,79	R\$ 1,37
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 43,71	R\$ 1,55
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1223	LÍRIA INÊS MOMBACH	708	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,58	R\$ 0,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1610	LÍRIA TERESINHA THOMAS	151	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 43,32	R\$ 1,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 63,19	R\$ 2,24
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,13	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,61	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		200	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,64	R\$ 0,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 50,93	R\$ 1,80
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 39,15	R\$ 1,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 23,25	R\$ 0,82
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
691	LOIVO FRANCISCO ZOZ	330	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 53,59	R\$ 1,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 83,94	R\$ 2,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,24	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,45	R\$ 0,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1282	LORI TERESINHA KERKHOFF	614	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 309,56	R\$ 10,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,29	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,08	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
527	LOTÁRIO HAMMES	560	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 78,97	R\$ 2,80
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 157,02	R\$ 5,56
547	LOURDES FLACH VOGT	609	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 72,27	R\$ 2,56
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 42,91	R\$ 1,52
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,15	R\$ 1,67
534	LOURDES KEIL GRETZLER	575	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,07	R\$ 0,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,76	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 61,95	R\$ 2,19
332	LUCELDA SCHEREN	239	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 58,34	R\$ 2,06
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,98	R\$ 0,67
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,82	R\$ 1,30
1161	LUCENA PAULI	347	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 128,95	R\$ 4,57
2454	LÚCIA NELI STRIEDER	791	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2090	LÚCIA SCHNEIDER	556	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,77	R\$ 0,88
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 67,47	R\$ 2,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,44	R\$ 0,40
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,79	R\$ 0,24
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		680	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,48	R\$ 0,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,11	R\$ 1,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,54	R\$ 0,48
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,04	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
401	LÚCIA VEIGA	350	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 31,33	R\$ 1,11
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,10	R\$ 1,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 53,60	R\$ 1,90
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,83	R\$ 1,13
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
746	LUIS TOVAR FRANZEN	434	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 699,30	R\$ 24,76
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 25,17	R\$ 0,89
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,94	R\$ 0,53

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
697	LUIZ PAULO WENDLING	484	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,84	R\$ 2,01
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2382	MADALENA HOFER BAUMGRATZ	679	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 13,35	R\$ 0,47
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,25	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,27	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
160	MADEIREIRA BAMBERG LTDA - ME	620	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,76	R\$ 0,73
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,59	R\$ 0,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 3,49	R\$ 0,12
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,07	R\$ 0,07
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		622	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,76	R\$ 0,73
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,59	R\$ 0,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 3,49	R\$ 0,12
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,07	R\$ 0,07
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		623	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,76	R\$ 0,73
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,59	R\$ 0,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 3,49	R\$ 0,12
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,07	R\$ 0,07
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1684	MAIKON PAULATA	812	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 406,70	R\$ 14,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,61	R\$ 0,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,55	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
4076	MÁRCIA HECK	715	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 203,14	R\$ 7,20
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,71	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,95	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2102	MARCIANE RUHOFF	182	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,54	R\$ 1,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,28	R\$ 0,72
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,51	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,58	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
649	MARCIEL ETGES	240	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 55,97	R\$ 1,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,21	R\$ 2,20
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,41	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,52	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
2352	MARCIO LUIS WELTER	716	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 312,68	R\$ 11,07
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,05	R\$ 0,53
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,93	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
735	MARCIO LUIZ PETRY	566	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 189,81	R\$ 6,72
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
800	MARCOS AURELIO GEREMIA	370	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 103,79	R\$ 3,68
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,97	R\$ 2,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,29	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,46	R\$ 0,41
1525	MARCOS LUIZ GOSSLER	543	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,75	R\$ 0,91
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,18	R\$ 1,42
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,65	R\$ 0,34
1273	MARIA CLÁUDIA KNAPP	78	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,73	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,08	R\$ 0,75
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
2517	MARIA ELISABETA STRIEDER	788	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,17	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,01	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 188,65	R\$ 6,68
1171	MARIA FRAGOSO FELTRIN	700	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 33,34	R\$ 1,18
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,90	R\$ 1,10
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
2027	MARIA HELENA KIRCHNER	765	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,76	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,80	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 252,31	R\$ 8,93
229	MARIA LORI SCHAAB	60	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,63	R\$ 0,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,07	R\$ 0,75
695	MARIA LUCIA KÖHLER	545	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,11	R\$ 0,61
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,16	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,96	R\$ 1,06
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 57,44	R\$ 2,03
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,00	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,94	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
2453	MARIA LÚCIA STAUB	790	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 54,84	R\$ 1,94
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
773	MARIANE SCHNEIDER	513	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 304,70	R\$ 10,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 24,74	R\$ 0,88
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,69	R\$ 0,52
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
629	MARILEI CHRIST LEHNHOFF	463	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,53	R\$ 2,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,90	R\$ 0,67
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,22	R\$ 0,40
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
509	MARILEI MANNRICH	242	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 113,89	R\$ 4,03
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 90,75	R\$ 3,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 55,74	R\$ 1,97
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 33,10	R\$ 1,17
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		243	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 206,66	R\$ 7,31
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 190,08	R\$ 6,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 46,52	R\$ 1,65
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,62	R\$ 0,98
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2988	MARILEI ZOZ WILBERT	85	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,71	R\$ 0,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,95	R\$ 0,46
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,69	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2260	MARINO JACOB KLEIN	648	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 12,72	R\$ 0,45
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 36,58	R\$ 1,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
411	MARINO JOSÉ FREY	365	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 93,99	R\$ 3,33
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,37	R\$ 3,27
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 29,12	R\$ 1,03
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 17,29	R\$ 0,61
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
633	MARINO SCHNORRENBERGER	299	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 5,91	R\$ 0,21
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 48,62	R\$ 1,72
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
412	MÁRIO BECKER	366	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,89	R\$ 2,01
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 74,86	R\$ 2,65
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,09	R\$ 0,78
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,12	R\$ 0,46
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		367	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 112,84	R\$ 4,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 54,07	R\$ 1,91
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 32,10	R\$ 1,14
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 182,92	R\$ 6,47
414	MARIO LAURO FRANTZ	371	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 67,14	R\$ 2,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 39,13	R\$ 1,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 23,23	R\$ 0,82
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,54	R\$ 1,29
541	MARIO LUIZ BECKENKAMP	251	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,75	R\$ 1,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 22,03	R\$ 0,78
		599	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,14	R\$ 1,60
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 4,67	R\$ 0,17
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,77	R\$ 0,10
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 132,33	R\$ 4,68
2753	MARIO LUIZ BIEGER	372	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 14,26	R\$ 0,50
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,53	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,59	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		373	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 114,95	R\$ 4,07
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,60	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,26	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		374	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 50,77	R\$ 1,80
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,59	R\$ 1,93
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		711	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 345,79	R\$ 12,24
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		712	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 366,02	R\$ 12,96
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		758	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 99,82	R\$ 3,53
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 25,40	R\$ 0,90
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,08	R\$ 0,53
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
717	MARIO SERGIO BETTIO	544	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,22	R\$ 0,75
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,66	R\$ 1,37
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1724	MARLENA MÜLLER	746	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,66	R\$ 0,52
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 24,78	R\$ 0,88
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,71	R\$ 0,52
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2268	MARLENE BAUMGRATZ DALMONEK	455	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 51,86	R\$ 1,84
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 65,77	R\$ 2,33
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,51	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,58	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
833	MARLENE DALINGHAUS MOCELIN	690	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 255,95	R\$ 9,07
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,76	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,80	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
193	MARLENE MARIA WELTER BERTOLLO	184	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 250,85	R\$ 8,88
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,31	R\$ 1,21
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,37	R\$ 0,72
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		419	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,74	R\$ 0,88
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,23	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,45	R\$ 0,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
850	MARLENE NEUKAMP SCHAURICH	696	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 61,66	R\$ 2,18
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,17	R\$ 2,27
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
635	MARLI DALINGHAUS BAUMGRATZ	305	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,04	R\$ 1,35
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 63,66	R\$ 2,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,76	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,80	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
		453	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 59,91	R\$ 2,12
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 34,45	R\$ 1,22
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,41	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,52	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2256	MARLI TEREZINHA FOLLMANN	777	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 83,20	R\$ 2,95
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4499	MARLISE WILBERT	554	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 210,75	R\$ 7,46
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 26,27	R\$ 0,93
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
2205	MARTINHO BAUMGRATZ	84	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,65	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,92	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 194,25	R\$ 6,88
2589	MAURI WEIS	638	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,42	R\$ 0,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,44	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,23	R\$ 1,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,01	R\$ 2,12
31	MAURICIO BAUMGRATZ	341	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,23	R\$ 1,14
		676	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,01	R\$ 2,13
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 50,22	R\$ 1,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 76,40	R\$ 2,71
415	MAURINO INÁCIO FRANTZ	376	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,93	R\$ 1,24
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,74	R\$ 0,73
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 42,16	R\$ 1,49
		742	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,15	R\$ 2,27
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,40	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,15	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 50,07	R\$ 1,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 57,41	R\$ 2,03
1554	MAURO LUIZ BAMBERG	174	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,12	R\$ 0,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,61	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,25
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 159,42	R\$ 5,64
		798	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 37,69	R\$ 1,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 22,38	R\$ 0,79
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,67	R\$ 1,16
2149	MECÂNICA AGRÍCOLA NEI LTDA - ME	783	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,36	R\$ 1,15
560	MECÂNICA E CHAPEAÇÃO HEIRICAR LTDA ME	46	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 82,97	R\$ 2,94

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,79	R\$ 0,81
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,53	R\$ 0,48
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
		665	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,22	R\$ 1,35
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 137,25	R\$ 4,86
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,79	R\$ 0,81
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,53	R\$ 0,48
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
416	MENO INÁCIO KÖHLER	379	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,55	R\$ 1,36
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,79	R\$ 1,66
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,74	R\$ 0,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,37	R\$ 0,23
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
417	MENO VICENTE BIEGER	380	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 107,20	R\$ 3,79
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 61,94	R\$ 2,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 57,26	R\$ 2,03
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 34,00	R\$ 1,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
3773	MIGUEL BESING	226	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,24	R\$ 0,89
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 42,06	R\$ 1,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1465	MOACIR FRANCISCO LAZAROTTO	258	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 60,91	R\$ 2,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,64	R\$ 0,70
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,66	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3743	MOACIR PAULI	600	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 90,88	R\$ 3,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,50	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,24	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
3625	NADIR JUVER	691	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 33,84	R\$ 1,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,60	R\$ 1,44
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2087	NATALICIO ROQUE THOMAZ	348	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 36,51	R\$ 1,29
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,88	R\$ 1,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,25	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,27	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2157	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	359	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,09	R\$ 1,14
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 30,92	R\$ 1,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,36	R\$ 0,65
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3658	NEIDE JUVER	303	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 166,71	R\$ 5,90
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 4,67	R\$ 0,17
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 2,77	R\$ 0,10
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
421	NEIDE MARIA SCHROER	124	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 76,06	R\$ 2,69
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 71,30	R\$ 2,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,49	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,57	R\$ 0,41
		385	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 506,82	R\$ 17,94
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,22	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,41	R\$ 0,40
423	NELSI ETGES	388	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,70	R\$ 1,69
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,04	R\$ 1,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
205	NELSI MARIA SCHWEICKERT LAWISCH	26	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 67,54	R\$ 2,39
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,04	R\$ 1,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
4623	NELSON SULZBACH	194	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 261,74	R\$ 9,27
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 44,57	R\$ 1,58
871	NERI JOSÉ LUDWIG	447	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 49,54	R\$ 1,75
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 36,64	R\$ 1,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 21,76	R\$ 0,77
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
425	NERI ROMEU LAWISCH	391	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 102,73	R\$ 3,64
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 68,71	R\$ 2,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,60	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,26	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
710	NESTOR NICKNIG	500	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,59	R\$ 0,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,31	R\$ 0,47
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
2241	NESTOR SEHN	440	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 106,03	R\$ 3,75

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,35	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,14	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
426	NESTOR THOMÉ	392	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 130,74	R\$ 4,63
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,19	R\$ 2,13
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,35	R\$ 0,76
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,68	R\$ 0,45
1370	NILO STÜELP	396	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,50	R\$ 0,87
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 47,07	R\$ 1,67
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,95	R\$ 0,99
		677	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,77	R\$ 0,77
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,74	R\$ 0,63
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,53	R\$ 0,30
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,07	R\$ 0,18
839	NILSO VALENTIM BORTOLANZA	69	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,58	R\$ 1,05
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,28	R\$ 1,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
		429	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 137,98	R\$ 4,88
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,02	R\$ 0,67
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,29	R\$ 0,40
231	NILVA TERESINHA BIONDO	62	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 31,55	R\$ 1,12
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,17	R\$ 1,92
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,32	R\$ 0,51
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,50	R\$ 0,30
430	NIRTES TERESINHA SCHROER	398	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 112,62	R\$ 3,99
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 66,59	R\$ 2,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 39,54	R\$ 1,40
867	NOELI INÊS EIDT	476	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 58,38	R\$ 2,07
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 59,70	R\$ 2,11
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
418	NOELI MICHELS HOFER	381	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,36	R\$ 1,68

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,57
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,95	R\$ 0,81
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,63	R\$ 0,48
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
4155	ODAIR LUIS ULRICH	644	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 219,64	R\$ 7,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 33,84	R\$ 1,20
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,09	R\$ 0,71
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2688	ODETE MARIA BAMBERG	361	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,82	R\$ 0,56
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,80	R\$ 1,94
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
		572	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,29	R\$ 0,75
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 73,72	R\$ 2,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,46	R\$ 0,37
434	ODILO ADÃO THOMAS	252	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,21	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		253	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 564,21	R\$ 19,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 49,67	R\$ 1,76
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 29,49	R\$ 1,04
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		254	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 559,64	R\$ 19,81
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 49,67	R\$ 1,76
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 29,49	R\$ 1,04
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		255	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 483,97	R\$ 17,13
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 30,57	R\$ 1,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,15	R\$ 0,64
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		402	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 493,62	R\$ 17,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 22,13	R\$ 0,78
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,14	R\$ 0,47
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		403	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 109,46	R\$ 3,88
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 102,14	R\$ 3,62
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 60,65	R\$ 2,15
		404	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 401,19	R\$ 14,20
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 46,79	R\$ 1,66
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 27,78	R\$ 0,98
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		405	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 286,82	R\$ 10,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 190,08	R\$ 6,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,79	R\$ 0,67
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,15	R\$ 0,39
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		406	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 118,83	R\$ 4,21
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		719	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 91,97	R\$ 3,26
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 53,37	R\$ 1,89
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 31,69	R\$ 1,12
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1210	ODILO SEHN	537	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,60	R\$ 0,52
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,70	R\$ 0,31
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,16	R\$ 0,18
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1212	OLÍBIO HAMMES	206	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,75	R\$ 0,52
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,87	R\$ 0,31
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,27	R\$ 0,19
3744	OLINDA THOMAZ	431	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 490,46	R\$ 17,36
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,63	R\$ 0,09
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,56	R\$ 0,06
436	ORENA MARIA FLACH	408	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 12,31	R\$ 0,44
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,84	R\$ 0,56
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,16	R\$ 0,75
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,56	R\$ 0,44
438	ORNELIO JOSÉ LAWISCH	414	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 42,12	R\$ 1,49
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,28	R\$ 0,72
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
3917	OTAVIO FRANCISCO RAUCH	564	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 293,70	R\$ 10,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
2321	OTILIA FRANTZ	517	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 74,96	R\$ 2,66
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,95	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,48	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,19	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
2092	OTÍLIA MARIA BRACHT VOLLMER	432	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,81	R\$ 2,01
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 84,27	R\$ 2,98
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,69	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,75	R\$ 0,20
254	OTILIO MACHADO GONÇALVES DE SOUSA	101	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,25	R\$ 1,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 18,13	R\$ 0,64
650	OTOMAR ROQUE LENZ	123	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,76	R\$ 0,38
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 101,12	R\$ 3,58
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 69,40	R\$ 2,46
		754	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,36	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,12	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 100,63	R\$ 3,56
2469	PAULO CÉSAR SEHN	83	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 51,62	R\$ 1,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 56,78	R\$ 2,01
344	PAULO DÉCIO EIDT	273	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,19	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,05	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 296,55	R\$ 10,50
378	PAULO HAHN	315	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,11	R\$ 0,61
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,16	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 20,02	R\$ 0,71
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,42	R\$ 0,62
519	PAULO HENN E HERTA FLACH	526	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 134,98	R\$ 4,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
445	PAULO JOSÉ HOCHSCHEID	422	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,52	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,44	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
445	PAULO JOSÉ HOCHSCHEID	422	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 63,33	R\$ 2,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 48,85	R\$ 1,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,25	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,05	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		423	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 48,26	R\$ 1,71
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,11	R\$ 0,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		684	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,42	R\$ 1,75
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 83,09	R\$ 2,94
781	PAULO JOSÉ MASSING		104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3915	PAULO JOSÉ RAUCH	563	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 258,34	R\$ 9,15
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
303	PAULO LUIZ SCHERER	186	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,02	R\$ 1,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 76,03	R\$ 2,69
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 67,45	R\$ 2,39
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 40,05	R\$ 1,42
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		188	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 106,90	R\$ 3,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 154,40	R\$ 5,46
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		626	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 105,74	R\$ 3,74
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		627	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 55,58	R\$ 1,97
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 81,10	R\$ 2,87
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		628	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 37,58	R\$ 1,33
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,01	R\$ 0,67
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2061	PAULO ROBERTO BRUXEL	65	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 268,04	R\$ 9,49
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,95	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,31	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1221	PAULO STAUB	205	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,46	R\$ 0,55
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
847	PEDRO ARMINDO KESSLER	400	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 77,96	R\$ 2,76
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,24	R\$ 0,75
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,61	R\$ 0,45
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
844	PEDRO BAUMGRATZ	316	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 214,64	R\$ 7,60
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 57,57	R\$ 2,04
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 34,18	R\$ 1,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
449	PEDRO CANISIO FLACH	427	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 109,59	R\$ 3,88
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 149,72	R\$ 5,30
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,68	R\$ 0,70
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,69	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
523	PEDRO CLAUDINO SCHMIDT	302	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 121,89	R\$ 4,32
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		718	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 66,69	R\$ 2,36
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
450	PEDRO DORVALDO PAULI	428	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 90,16	R\$ 3,19
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 50,93	R\$ 1,80
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,17	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,01	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		458	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 34,29	R\$ 1,22
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 65,28	R\$ 2,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
451	PEDRO INACIO DILL	407	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 55,16	R\$ 1,95
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 37,64	R\$ 1,33
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		430	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 18,63	R\$ 0,66
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 40,40	R\$ 1,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,37	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,50	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
454	PEDRO REVERS	433	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,38	R\$ 0,97
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,38	R\$ 1,61
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 31,86	R\$ 1,13
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 18,91	R\$ 0,67
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 105,02	R\$ 3,72
456	PLACIO FREIBERGER	441	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 105,02	R\$ 3,72
		442	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 163,02	R\$ 5,77
		642	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 93,97	R\$ 3,33
767	QUIRINO ERNESTO REMPEL	707	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,56	R\$ 1,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 101,33	R\$ 3,59
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 60,16	R\$ 2,13
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 249,86	R\$ 8,85
874	RAFAEL BAUMGRATZ	304	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,69	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,75	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 122,85	R\$ 4,35
797	RAQUEL SCHNORRENBERGER	66	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,95	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,31	R\$ 0,19
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 85,10	R\$ 3,01
831	REGINA WERLANG E RICARDO WERLANG	504	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,19	R\$ 2,13
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,26	R\$ 0,82
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,81	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 53,68	R\$ 1,90
2347	REJANE SPIES e ASTÉRIO HANN	658	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,81	R\$ 0,63
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,57	R\$ 0,37
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 37,77	R\$ 1,34
826	REMI WENDLING	489	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,84	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,62	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
3580	RENALDO ZOZ	445	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,27	R\$ 1,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,88	R\$ 1,66
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
19	RENATO PEDRO DILL	450	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 118,55	R\$ 4,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 91,68	R\$ 3,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 61,69	R\$ 2,18
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 36,63	R\$ 1,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		451	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 55,20	R\$ 1,96
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,84	R\$ 1,62
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,60	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,64	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		452	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,40	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,38	R\$ 2,21
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 33,10	R\$ 1,17
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 19,65	R\$ 0,70
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		659	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,40	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,38	R\$ 2,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		660	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,40	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,38	R\$ 2,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		661	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,40	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,38	R\$ 2,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		662	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,40	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,38	R\$ 2,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		663	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 12,98	R\$ 0,46
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,23	R\$ 0,75
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3947	RICARDO DIETZ	565	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 199,45	R\$ 7,06
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2424	RICARDO HAMMERSCHMITT	382	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 191,96	R\$ 6,80
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,26	R\$ 0,47
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,88	R\$ 0,28
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
835	RICARDO HAMMES	568	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 167,59	R\$ 5,93
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
3879	RICARDO LUIS TOILLIER	616	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 30,05	R\$ 1,07
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,67	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,93	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
829	ROBERTO MIGUEL BAUMGRATZ	35	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 55,90	R\$ 1,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,53	R\$ 0,73
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 25,17	R\$ 0,89
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,94	R\$ 0,53
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
4320	RODINEI KAUTZMANN	280	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 254,47	R\$ 9,01
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,48	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,19	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		393	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 711,62	R\$ 25,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,11	R\$ 0,61
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,16	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2226	ROGÉRIO PELISSARI	710	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 75,21	R\$ 2,66
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 62,79	R\$ 2,22
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 37,28	R\$ 1,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
769	ROMERO CLÁUDIO NEITZKE	613	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,39	R\$ 1,15
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,91	R\$ 0,74
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,76	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,80	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
2317	ROMITO WUITSCHICK 02401129979	357	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 22,89	R\$ 0,81
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1721	ROQUE ARAÚJO VERÍSSIMO	744	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,93	R\$ 0,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 13,62	R\$ 0,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,78	R\$ 0,27
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,62	R\$ 0,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
465	ROQUE GENZ	232	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 51,34	R\$ 1,82
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 70,01	R\$ 2,48
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,02	R\$ 0,32
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,36	R\$ 0,19

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 390,07	R\$ 13,81
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 41,78	R\$ 1,48
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 24,80	R\$ 0,88
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
467	ROQUE ROHR	459	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 98,77	R\$ 3,49
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
		460	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 55,23	R\$ 1,95
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 32,80	R\$ 1,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1506	ROQUE STRIEDER	789	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 170,33	R\$ 6,03
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,64	R\$ 0,91
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,29	R\$ 0,72
2980	ROSALIA GRETZLER	168	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,66	R\$ 0,38
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,33	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 56,05	R\$ 1,98
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 53,71	R\$ 1,90
1590	ROSALVO PAULI	50	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 26,03	R\$ 0,92
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,46	R\$ 0,55
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,82	R\$ 0,77
803	ROSANE MALLMANN FLACH	536	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 34,67	R\$ 1,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,24	R\$ 0,75
875	ROSANI MARIA NICODEM	756	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,19	R\$ 0,68
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,43	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,53	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 62,74	R\$ 2,22
385	ROSELENE THEISEN	154	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 70,56	R\$ 2,50
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,29	R\$ 0,68
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,46	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,03	R\$ 0,82
2327	RUDI JORGE BETTIO	652	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,79	R\$ 0,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,16	R\$ 0,82
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,75	R\$ 0,49
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 42,77	R\$ 1,51
716	RUDINÉIA EIDT GRIEBELER	119	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 43,37	R\$ 1,53

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,25
469	RUDOLFO FREDERICO SCHMUCK	7	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 335,07	R\$ 11,86
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
		462	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 89,18	R\$ 3,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 64,82	R\$ 2,29
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,64	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,66	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1541	RUI BAMBERG	172	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 89,94	R\$ 3,18
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,90	R\$ 0,28
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,69	R\$ 0,17
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		552	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 91,83	R\$ 3,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,58	R\$ 0,27
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,50	R\$ 0,16
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		553	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 152,41	R\$ 5,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2272	RUI LAUSCHNER	9	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,36	R\$ 1,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 74,54	R\$ 2,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,01	R\$ 0,81
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 13,66	R\$ 0,48
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1652	RUI MIGUEL BORTOLINI	121	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,57
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 93,19	R\$ 3,30
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
870	SANDRA MAYER DETERS	256	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 229,03	R\$ 8,11
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 41,68	R\$ 1,48
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 24,75	R\$ 0,88
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
4497	SANDRA SEHN	582	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 96,94	R\$ 3,43
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
152	SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP	768	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 76,64	R\$ 2,71
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
507	SEDI TREVISAN	511	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 44,35	R\$ 1,57
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 66,44	R\$ 2,35
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,45	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,20	R\$ 0,22
471	SELMA RHODE LAWISCH	464	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 78,01	R\$ 2,76
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,57
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,25	R\$ 0,54
486	SELVINO HOCHSCHEIDT	482	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,05	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 80,55	R\$ 2,85
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
2616	SERAFIM ANTÔNIO STÜELP	208	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 46,04	R\$ 1,63
472	SÉRGIO FERNANDO BRAUN GENZ	465	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 39,58	R\$ 1,40
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,64	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,28	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
736	SERGIO LUIS CHRIST	567	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 46,61	R\$ 1,65
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,86	R\$ 0,24
473	SÉRGIO LUIS EIDT	466	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,62	R\$ 1,15
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 41,08	R\$ 1,45
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
1906	SÉRGIO PREIS	37	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,25
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 110,56	R\$ 3,91
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
210	SESTILIO FABBIE ANNA GUERRA	32	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 35,20	R\$ 1,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,90	R\$ 0,74
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 32,74	R\$ 1,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,57
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,78	R\$ 0,52
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,78	R\$ 0,31
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 130,33	R\$ 4,61

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 35,30	R\$ 1,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,96	R\$ 0,74
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		33	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 129,26	R\$ 4,57
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
		34	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 26,84	R\$ 0,95
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,56	R\$ 1,97
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 38,25	R\$ 1,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 22,71	R\$ 0,80
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2664	SILESIA STRIEDER VICENTE	183	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 39,65	R\$ 1,40
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 20,19	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,53	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,59	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
396	SILVANE KESSLER	345	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,92	R\$ 0,92
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,25	R\$ 0,43
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,27	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2366	SIMONE MAZZARDO	699	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,38	R\$ 1,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 18,59	R\$ 0,66
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,37	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,34	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
280	SIMPLICIO EIDT	145	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 561,16	R\$ 19,87
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,49	R\$ 0,58
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,79	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		146	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 558,62	R\$ 19,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,49	R\$ 0,58
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,79	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		147	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 345,33	R\$ 12,22
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,47	R\$ 0,76
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,75	R\$ 0,45
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		171	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 109,17	R\$ 3,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 84,83	R\$ 3,00
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 28,01	R\$ 0,99
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 16,63	R\$ 0,59
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
		534	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 234,77	R\$ 8,31
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1213	SIRIO REMPEL	306	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 15,09	R\$ 0,53
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
740	SOLANGE BEATRIZ MELZ E LAURI WALTER	688	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,39	R\$ 1,36
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 21,19	R\$ 0,75
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,84	R\$ 0,45
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,62	R\$ 0,27
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
476	SONIA ENGLER E IRMAOS	470	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 57,92	R\$ 2,05
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 62,97	R\$ 2,23
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,52	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,21	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2455	SÔNIA LAVISCH	515	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 117,55	R\$ 4,16
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,53	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,59	R\$ 0,41
		516	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 796,45	R\$ 28,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,72	R\$ 0,70
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,71	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
4209	SUELI FLACH DA SILVA	8	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,45	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,79	R\$ 0,70
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,53	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,22	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
206	SUELI MICHELS	28	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 52,64	R\$ 1,86
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 2,33	R\$ 0,08
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,39	R\$ 0,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
135	SUPERMERCADO VENEZA LTDA - EPP	499	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 310,75	R\$ 11,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 155,96	R\$ 5,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,42	R\$ 0,72
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,13	R\$ 0,43
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
479	TARCISIO FREIBERGER	474	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 117,67	R\$ 4,17

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,64	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,28	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2101	TARCÍSIO SCHWENGBER	757	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 99,54	R\$ 3,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,55	R\$ 0,76
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,79	R\$ 0,45
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
480	TEDEU MARTINS MEOTTI	475	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 78,52	R\$ 2,78
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,57
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 13,93	R\$ 0,49
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,27	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 34,09	R\$ 1,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
4519	TERÊSIA BERWANGER BOURSCHIED	507	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 242,35	R\$ 8,58
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,34	R\$ 0,33
2136	TEREZINHA WINTER	735	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,54	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 135,85	R\$ 4,81
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,47	R\$ 0,51
2337	THAIS RENATA WELTER	401	105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,59	R\$ 0,30
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,37	R\$ 1,36
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,19	R\$ 2,13
484	THEOBALDO RAMOS	456	104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,65	R\$ 0,59
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,88	R\$ 0,35
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,33	R\$ 1,75
747	TOP SERVICE INDÚSTRIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME	795	103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 139,20	R\$ 4,93
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,63	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,72	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		796	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 201,10	R\$ 7,12
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,63	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,72	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
186	TRANSPORTES E MADEIREIRA CAARÓ LTDA - ME	767	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 245,03	R\$ 8,68
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
756	VALDECIR BETTIO	73	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 29,01	R\$ 1,03
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,42	R\$ 1,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,58	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,28	R\$ 0,22
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1027	VALDECIR FABI	597	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 19,26	R\$ 0,68
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,59	R\$ 1,93
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
328	VALDEMAR VERÍSSIMO	234	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,31	R\$ 1,25
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 55,10	R\$ 1,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,45	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,55	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
3978	VALDEMAR WINK	522	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 38,65	R\$ 1,37
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 51,39	R\$ 1,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 47,89	R\$ 1,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 28,43	R\$ 1,01
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1756	VALDENOR FLACH	491	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 593,85	R\$ 21,02
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,91	R\$ 0,85
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,19	R\$ 0,50
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		494	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 28,89	R\$ 1,02
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 44,45	R\$ 1,58
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,60	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,64	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		682	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 77,05	R\$ 2,73
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 118,53	R\$ 4,19
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,60	R\$ 0,69
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,64	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		731	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 175,17	R\$ 6,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 92,60	R\$ 3,28
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 3,11	R\$ 0,11
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 1,85	R\$ 0,07
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		779	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 338,90	R\$ 12,00
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 190,08	R\$ 6,73
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
493	VALDENOR FLACH AC LOTARIO	492	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 406,27	R\$ 14,38
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 28,57	R\$ 1,01

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 16,97	R\$ 0,60
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
495	VALDIR BERWANGER	497	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 49,45	R\$ 1,75
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 63,43	R\$ 2,24
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,00	R\$ 0,25
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,16	R\$ 0,15
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2281	VALDIR HERRSCHAFT	498	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 24,54	R\$ 0,87
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 11,71	R\$ 0,41
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,95	R\$ 0,25
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
737	VALDIR PAULATA	457	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 44,91	R\$ 1,59
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 60,19	R\$ 2,13
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 20,38	R\$ 0,72
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,10	R\$ 0,43
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
403	VALDIRENE KERKHOFF PELISSARI	353	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 33,58	R\$ 1,19
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 54,17	R\$ 1,92
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 34,56	R\$ 1,22
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 20,52	R\$ 0,73
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
398	VALMIR NATALÍCIO KONRAD	324	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 47,49	R\$ 1,68
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 61,27	R\$ 2,17
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 19,64	R\$ 0,70
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 11,66	R\$ 0,41
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1094	VALMIR ROSSA	246	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 240,54	R\$ 8,52
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,72	R\$ 0,34
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,77	R\$ 0,20
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
491	VALMOR LUIZ BIEGER E ELI ANA TELOKEN	713	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 83,26	R\$ 2,95
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 83,72	R\$ 2,96
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 49,71	R\$ 1,76
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
1423	VALSEDIR FABI	115	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,74	R\$ 0,84
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,19	R\$ 1,25
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 26,33	R\$ 0,93
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 15,64	R\$ 0,55
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1277	VANDA MARIA MICHELIS	12	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 57,13	R\$ 2,02
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,79
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 17,89	R\$ 0,63
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,62	R\$ 0,38

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
4387	VANDA MARIA PAUL BACK	686	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
			101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 134,64	R\$ 4,77
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,11	R\$ 0,36
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,00	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
201	VENILDA FRAGOSO	20	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 10,86	R\$ 0,38
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 51,39	R\$ 1,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
503	VERGILINO FRANCISCO PETRY	506	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 86,72	R\$ 3,07
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 61,12	R\$ 2,17
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,56	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,24	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
505	VERNO HENRIQUE KUHN	508	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 62,63	R\$ 2,22
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 70,66	R\$ 2,50
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,68	R\$ 0,56
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,31	R\$ 0,33
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
2350	VILMAR LUIS HAMMES e Irmãos	4	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 19,54	R\$ 0,69
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 51,47	R\$ 1,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		650	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 14,80	R\$ 0,52
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 38,99	R\$ 1,38
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
		651	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 27,86	R\$ 0,99
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 73,30	R\$ 2,60
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
1228	VILMAR PAULO LAWISCH	524	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 23,34	R\$ 0,83
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 10,34	R\$ 0,37
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 6,14	R\$ 0,22
3930	VILMAR WILPERT	301	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 67,55	R\$ 2,39
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 9,78	R\$ 0,35
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 5,81	R\$ 0,21
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
845	VILSO FABI	221	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 21,05	R\$ 0,74
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 19,96	R\$ 0,71

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 7,90	R\$ 0,28
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,69	R\$ 0,17
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
		721	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 17,97	R\$ 0,64
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 17,74	R\$ 0,63
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,45	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,39	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
639	VILSON MENUNCIN	685	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 13,38	R\$ 0,47
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 21,28	R\$ 0,75
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 12,63	R\$ 0,45
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2516	VIRO FREIBERGER	82	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 42,49	R\$ 1,50
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 35,09	R\$ 1,24
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,44	R\$ 0,55
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,17	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
700	VITAL SILVESTRE FLACH	313	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 57,34	R\$ 2,03
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 56,02	R\$ 1,98
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 50,10	R\$ 1,77
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 29,75	R\$ 1,05
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
2319	VOLNEI FURTADO	197	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,35	R\$ 0,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,26	R\$ 1,60
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 16,88	R\$ 0,60
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 10,02	R\$ 0,36
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
282	WALTER FURTADO	43	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 94,47	R\$ 3,34
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 46,30	R\$ 1,64
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 9,03	R\$ 0,32
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
817	WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUÁRIA LTDA - ME	723	101	Imposto Territorial Urbano	30/04/2015	R\$ 870,26	R\$ 30,80
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 42,79	R\$ 1,51
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 25,40	R\$ 0,90
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
1706	WESLEY AUTRAN BACK	160	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 62,27	R\$ 2,20
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 79,66	R\$ 2,82
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 12,52	R\$ 0,44
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 7,43	R\$ 0,26
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
951	WUNIBALDO NYLAND	705	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 25,32	R\$ 0,90
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 33,20	R\$ 1,18

Cadastro Contribuinte	Nome Contribuinte	Código Imobiliário	Código Receita	Receita	Data vencimento	Valor Lançado	Desconto Pgto Cota Única até 30/04/2015
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,78	R\$ 0,52
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,78	R\$ 0,31
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23
518	ZELIA MICHELS	525	102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 34,31	R\$ 1,21
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 22,18	R\$ 0,78
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 8,17	R\$ 0,29
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 4,85	R\$ 0,17
3870	ZELIR LURDES DA SILVA	389	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,24
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 35,45	R\$ 1,26
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 15,21	R\$ 0,54
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 23,57	R\$ 0,84
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 14,00	R\$ 0,50
		390	106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,22
			102	Imposto Predial Urbano	30/04/2015	R\$ 31,54	R\$ 1,12
			103	Taxa de Coleta de Lixo	30/04/2015	R\$ 45,84	R\$ 1,62
			104	Taxa Limpeza Pública	30/04/2015	R\$ 14,00	R\$ 0,50
			105	Taxa Conservação Vias	30/04/2015	R\$ 8,31	R\$ 0,29
			106	Taxa de Expediente	30/04/2015	R\$ 6,60	R\$ 0,23

4 Dos prazos e condições de pagamento

Os tributos constantes no presente Edital têm vencimento em cota única no dia 30/04/2015, ou parcelado em até quatro (4) parcelas sucessivas e mensais com vencimentos em 30/04/2015, 29/05/2015, 30/06/2015 e 30/07/2015, conforme Decreto 1.669/2015 de 05/01/2015.

4.1 Do Desconto

Para o contribuinte que optar pelo pagamento em cota única até o dia 30/04/2015, será concedido desconto de 3,54% (três vírgula cinquenta e quatro por cento).

5 Classificação contábil de receita

As receitas provenientes da arrecadação, encargos e cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano serão classificadas, contabilmente 4.1.1.1.2.02.00.00.00.00; Taxa de Coleta de Lixo: 4.1.1.2.2.90.01.00.00.00; Taxa de Conservação de Vias: 4.1.1.2.2.90.02.00.00.00; Taxa de Limpeza Pública: 4.1.1.2.2.90.03.00.00.00 do Balanço Geral do Município de Tunápolis, de acordo com a Lei 4.320, de 17.03.1964, e demais legislações complementares.

6 Impugnação do lançamento

O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital de lançamento, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição fundamentada, devidamente protocolada junto ao Setor de Tributos da Prefeitura, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações e não terá efeito suspensivo da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano.

7 Da entrega dos carnês para pagamento

Os carnês poderão ser retirados pelo contribuinte no Banco Sicoob Creditapiranga (756), Agência de Tunápolis, localizada na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis – SC.

8 Do local de pagamento

O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU 2015 é exclusivo no Banco Sicoob Creditapiranga (756), Agência de Tunápolis, localizada na Avenida Cerro Largo, 615, Sala 02, Centro, Tunápolis – SC.

9 Disposições Finais

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura de Tunápolis, 16 de março de 2015.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
*Secretária de Administração
Finanças e Planejamento*

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

O presente edital foi publicado em data supra.

*Lilian Maria Ritter Eidt
Fiscal de Tributos
Portaria 1.965/2007*

Vargeão

PREFEITURA

RESULTADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 03/2015

RESULTADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 03/2015
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Vargeão, SC, nos termos da Instrução Normativa nº.001/2013/GS/SEDUC/MT, e, em cumprimento ao estabelecido pela Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº. 38 de 16 de julho de 2009; torna público o resultado da Chamada Pública nº. 03/2015 para a agricultura familiar:

Cooperativa Agroindustrial Folha Verde	Vargeão-SC
Fornecedor	Valor (R\$)
Elsa Dala Costa Presotto	6.700,00
Lenoir Marques	10.500,00
Marcos Antonio Bazzi	7.350,00
Maria Marlene de Ramos Cristófoli	8.400,00
Mauri Marini	5.900,00
Valdir Antunes da Cruz	8.000,00

Vargeão, SC, 13 de março de 2015.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.707/15

DECRETO Nº 11.707/15, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
Nomeia Assessor de Projetos Turísticos e Culturais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como no Processo Administrativo nº 3732/2015,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSIANE UGOLINI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Turísticos e Culturais, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Videira, 09 de março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.717/15

DECRETO Nº 11.717/15, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
Nomeia Agente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SAMARA MICHELON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.718/15

DECRETO Nº 11.718/15, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.561/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 3894/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.561/15, que nomeou FELIPE COMELLI MELOTTO, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.719/15

DECRETO Nº 11.719/15, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDERSON GREGORIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.781/15

DECRETO Nº 11.781/15, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da PREFEITURA Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

02 - Departamento de Ação Social

2.046 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 18.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 18.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

08 - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

02 - Departamento de Ação Social

2.046 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 18.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 18.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.782/15

DECRETO Nº 11.782/15, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Analista de Nível Superior

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GISELE CRISTINA RASTIROLLA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.783/15

DECRETO Nº 11.783/15, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.210/15, de 11 de março de 2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da PREFEITURA Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 276.674,10 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dez centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.050 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.72.00.00.00.00.00.03.0014 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	276.674,10
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	276.674,10

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.784/15

DECRETO Nº 11.784/15, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.211/15, de 11 de março de 2015,

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito Suplementar no valor R\$ 3.135,00 (três mil, cento e trinta e cinco reais), no orçamento vigente da PREFEITURA Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

20 - Câmara Municipal de Vereadores

01 - Câmara de Vereadores

2.001 - Manutenção da Câmara de vereadores

3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0100 - Aplicações Diretas 3.135,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 3.135,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

20 - Câmara Municipal de Vereadores

01 - Câmara de Vereadores

2.001 - Manutenção da Câmara de vereadores

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 - Aplicações Diretas 3.135,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 3.135,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.785/15

DECRETO Nº 11.785/15, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Designa servidor para responder pelo Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Representante do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, Gilberto Luiz Boschetti, retornará às suas atividades na data de 21 de março de 2015, conforme comunicação interna do Órgão de Trânsito de Videira.

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO, ocupante do cargo comissionado de Assessor do ORTRAVI, para responder interinamente pelo Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, no período de 13 a 20 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 019/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 005/2012:

CONVOCADA	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. JOÃO PAULO PARISOTTO ANDRIOLLI	ODONTÓLOGO – ESF	11.706/15, DE 06/03/2015

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na PREFEITURA Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 12 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015

Ata de Registro de Preços nº: 45/2015

Data de Assinatura: 02.03.2015

Fornecedor....: Dental Med Sul Artigos odontológicos Ltda.

Valor : R\$ 842,38

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2015-FMS

Vigência : Início: 02.03.2015 Término: 02.03.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA CENTRAL ODONTOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015

Ata de Registro de Preços nº: 46/2015

Data de Assinatura: 02.03.2015

Fornecedor....: L.M. Ladeira e Cia Ltda.

Valor : R\$ 27.332,28

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2015-FMS

Vigência : Início: 02.03.2015 Término: 02.03.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA CENTRAL ODONTOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2015

Ata de Registro de Preços nº: 47/2015

Data de Assinatura: 10.03.2015

Fornecedor....: Terranálises Laboratório de Análises Ambientais Ltda - ME.

Valor : R\$ 12.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 03/2015-FMS

Vigência : Início: 10.03.2015 Término: 10.03.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR A ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015

Ata de Registro de Preços nº: 48/2015

Data de Assinatura: 11.03.2015

Fornecedor....: Videmang Com. de Máquinas e Ferramentas Ltda.

Valor : R\$ 65.170,00

Licitação : Pregão Presencial nº 17/2015-PMV

Vigência : Início: 11.03.2015 Término: 11.03.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MANGUEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ÓLEO HIDRÁULICO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2015

Ata de Registro de Preços nº: 49/2015

Data de Assinatura: 12.03.2015

Fornecedor....: Britagem Gaspar Ltda - Filial 02

Valor : R\$ 94.500,00

Licitação : Pregão Presencial nº 19/2015-PMV

Vigência : Início: 12.03.2015 Término: 12.03.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEDRA BRITA PARA SER

UTILIZADA COMO BASE NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 39/2015

Contrato nº: 39/2015
Data de Assinatura: 02.03.2015
Fornecedor....: Postmix Soluções Gráficas Ltda.
Valor : R\$ 6.650,00
Licitação : Pregão Presencial nº 10/2015-PMV
Vigência : Início: 02.03.2015 Término: 31.07.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CARNES DE IPTU 2015 PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

EXTRATO CONTRATO Nº 40/2015

Contrato nº: 40/2015
Data de Assinatura: 04.03.2015
Fornecedor....: Dedetizadora Barros Ltda.
Valor : R\$ 24.197,00
Licitação : Pregão Presencial nº 13/2015-PMV
Vigência : Início: 04.03.2015 Término: 31.07.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D' ÁGUA, SENDO O ÓRGÃO GERENCIADOR O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL).

EXTRATO CONTRATO Nº 41/2015

Contrato nº: 41/2015
Data de Assinatura: 06.03.2015
Fornecedor....: Grêmio Floresta.
Valor : R\$ 27.960,00
Licitação : Pregão Presencial nº 02/2015 - FMAS
Vigência : Início: 06.03.2015 Término: 06.03.2016
Objeto : LOCAÇÃO DE PISCINAS PARA PRÁTICA ESPORTIVA DE HIDROGINÁSTICA PARA ATENDER AO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA AO IDOSO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO Nº 42/2015

Contrato nº: 42/2015
Data de Assinatura: 06.03.2015
Fornecedor....: Silvio E. Menegazzo - EPP
Valor : R\$ 5.300,00
Licitação : Pregão Presencial nº 15/2015 - PMV
Vigência : Início: 06.03.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO).

EXTRATO CONTRATO Nº 43/2015

Contrato nº: 43/2015
Data de Assinatura: 06.03.2015
Fornecedor....: Eliane Fenili Lins EPP
Valor : R\$ 26.150,00

Licitação : Pregão Presencial nº 15/2015 - PMV
Vigência : Início: 06.03.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO).

EXTRATO CONTRATO Nº 44/2015

Contrato nº: 44/2015
Data de Assinatura: 06.03.2015
Fornecedor....: Fritz Com. e Representações de Sêmen Bovino Ltda.
Valor : R\$ 36.060,00
Licitação : Pregão Presencial nº 04/2015 - PMV
Vigência : Início: 11.03.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE SÊMEN DE TOURO PARA SER UTILIZADO NO PROGRAMA DE MELHORAMENTO DO BOVINO DE LEITE PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0046/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0046/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0423/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE MIOZZO
CPF: 074.750.959-08
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 16 de março de 2015.

LEI Nº 3.210/15

LEI Nº 3.210/15, DE 11 DE MARÇO DE 2015.
Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da PREFEITURA Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 276.674,10 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e dez centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.050 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.72.00.00.00.00.00.03.0014 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	276.674,10
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	276.674,10

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

LEI Nº 3.211/15

LEI Nº 3.211/15, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito Suplementar no valor R\$ 3.135,00 (três mil, cento e trinta e cinco reais), no orçamento vigente da PREFEITURA Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

20 - Câmara Municipal de Vereadores
01 - Câmara de Vereadores
2.001 - Manutenção da Câmara de vereadores
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0100 - Aplicações Diretas 3.135,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 3.135,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

20 - Câmara Municipal de Vereadores
01 - Câmara de Vereadores
2.001 - Manutenção da Câmara de vereadores
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 - Aplicações Diretas 3.135,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 3.135,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0178/15

PORTARIA nº 0178/15

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3910/2015,

RESOLVE

Declarar estável o servidor LEONARDO ELOI ALTENHOFEN, Profissional de Educação Física - Musculação, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2015.

Videira, 10 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0179/15

PORTARIA nº 0179/15

Designa Luzia da Soler Di Domênico para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar LUZIA DA SOLER DI DOMÊNICO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0099/15.

Videira, 11 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0180/15

PORTARIA nº 0180/15

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes servidores:

I - Representantes da Procuradoria Jurídica:
KALYNE DANIELEWICZ
MARIO PEDRO FONTANELLA

RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA
LUCIANE MARIA DOS SANTOS

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:
CARLISE PIERDONA
SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT
CLEMIR BERTOTTO ERDMANN
CRISTINA KLOCK
ALVAIR LIRIO BARZOTTO
LUCÉLIA GRUTZMACHER

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:
POLIANA CARLA HAAS
IZABEL APARECIDA BALBINOTT
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO
MÁRCIA REGINA VANZ
JEAN CARLOS ANDREOLA
VALCIR JOSÉ RIGO

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:
ARNALDO POSANSKE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI
MIGUEL ALBERTO VIECELLI

V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:
HELY DE FREITAS E SILVA
SÉRGIO PERETTI
ADELMO ALBIERO
LUIS CARLOS SPANHOLI

VI - Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID:
EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
MARIA CRISTINA DE SOUZA
JOICEANE SAVIAN

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:
LEONARDO BOM GUSE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
JANAINA CORREA COUTO
ELISANDRA MARA BARETTA

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0082/15.

Videira, 11 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03.2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2015 - FMAS. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE SISTEMA CFTV (EQUIPAMENTO DE IMAGEM) PARA MONITORAMENTO DA CASA LAR MENINO JESUS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DO BAIRRO VILA VERDE, NOVA CASA LAR NO BAIRRO VINHEDO, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 31/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de Março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 33/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA ATENDER AO ENSINO FUNDAMENTAL CONFORME PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM O TERMO REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO VII. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 14/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de Março 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 03/2015 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PRESTAR SERVIÇO DE PINTURA NOS EQUIPAMENTOS (BRINQUEDOS) DE LAZER DA CIDADE DA CRIANÇA E NA PASSARELA SOBRE O RIO DO PEIXE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando INABILITADA a empresa Palazzo Construtora Ltda ME. Tendo

em vista ser a única empresa participante, nos termos do art. 48, §3º da Lei de Licitações, a Comissão Permanente de Licitações fixa à licitante o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas que ensejaram sua inabilitação.

Videira, 13 de Março de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo do objeto do edital de Pregão Presencial nº 08/2015 - FMS, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES NA UP - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e no formulário de proposta, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, porém, alterando a data de abertura do certame para o dia 31 de Março do corrente ano às 09h00min. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de Março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICOS, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE. As propostas e documentos serão recebidos até às 16h00min do dia 01 de Abril de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira, 13de Março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2014

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2014

Ao decimo primeiro dia do mês de Março do ano de 2015, a PREFEITURA Municipal de Vitor Meireles, celebra o 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 048/2014 homologada em 19/12/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 048/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 9,92% para o item 01, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6225.1 - AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LI-TRO	OLEO DIESEL S500		180.000,00	2,90	522.000,00
Total do Fornecedor: 522.000,00 (QUINHENTOS E VINTE E DOIS MIL REAIS)						

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 11 de março de 2015.
VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO
Pregoeiro

JAIR WIPPEL
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP
Empresa

AVISO DE LICITAÇÃO 007/2015

Processo de Licitação 007/2015

Modalidade: Pregão 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISICAO DE PNEUS PARA USO NOS VEICULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA RODOVIARIA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 26 de Março de 2015 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 16 de Março de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

LEI Nº 0911

LEI Nº 0911, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, ESTADO DE SANTA CATARINA, A FILIAR E A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM A UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vitor Meireles, autorizada a filiar e a contribuir mensalmente em favor da UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UCAVI, o repasse mensal, a título de contribuição no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo único. Os valores referidos da contribuição somente poderão ser modificados por Lei com finalidade específica e ajustá-los de conformidade com o que a UCAVI estabelecer.

Art. 2º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seu Estatuto, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade, prestará contas anualmente à Câmara Municipal de Vitor Meireles, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto da Lei.

Art. 3º A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio Estatutário, bem como, por revogação da Lei autorizativa que venha determinar sua condição de desfiliação, o que será comunicado por escrito a UCAVI.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a data de filiação da Câmara Municipal à UCAVI.

Vitor Meireles, 13 de março de 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 055/2015

PORTARIANº 055/2015

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Municipal, Edital nº 001/2015, homologado no dia 06 de março de 2015,

Nome: LEONDA CUSUNGN

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário, da PREFEITURA Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE MARÇO DE 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 056/2015

PORTARIANº 056/2015

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARINA DE OLIVEIRA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da PREFEITURA Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 023/2015, de 04 de fevereiro de 2015, passando de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 11 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE MARÇO DE 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 057/2015

PORTARIANº 057/2015

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: PATRICIA TILLMANN

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da PREFEITURA Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 016/2015, de 03 de fevereiro de 2015, passando de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 11 de março de 2015. A ampliação de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pela substituição à servidora SAMIRA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA, afastada por licença maternidade até 04 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE MARÇO DE 2015.

ESTEVÃO RUCHINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

PP 18/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 PMXV

Objeto: Contratação de empresa especializada para a cessão de licenciamento de uso de sistema de gestão educacional, de acordo com os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste Edital e em seus Anexos.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 30/03/2015.

Abertura: dia 30/03/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na PREFEITURA Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 16 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETTI,

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE DISPENSA 015/2015 AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório n. 045/2015

Dispensa n. 015/2015

O município de Xaxim através de seu Prefeito torna publico a revogação da licitação supra.

Considerando que, mesmo tendo sido convocada, conforme se faz prova através de e-mail enviado à licitante, não compareceu para a assinatura do contrato, presume-se a desistência da empresa em contratar com a municipalidade; ante a não existência de 2º (segunda) colocada, eis que o orçamento de segundo menor valor, passa do mínimo legalmente previsto, com fundamento no art. 64 paragrafo 2º da Lei nº 8.666/93, REVOGA-SE o presente processo licitatório.

Xaxim (SC), 13 de março de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA 20/2015 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2015

CONTRATADO: MEPAR PARAFUSOS CNPJ: 79.245.296/0001-60

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE SOLDA MIG COM VOLTÍMETRO E AMP + TOCHA MIG WELD.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.442,65 (SETE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS COM SESENTA E CINCO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 13/04/2015

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

XAXIM, 13/03/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Decreto 116

DECRETO Nº.116/2015.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Lei Complementar Nº. 081, de 20 de julho de 2011 e demais alterações; Lei Complementar Nº 082, de 29 de julho de 2011 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, o servidor municipal MARCELO PERTUS-SATTI, matrícula 6015, ocupante do cargo de Gerente de Projetos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a partir da presente data atuar como ASSESSOR DE PROJETOS

SÓCIO-EDUCATIVOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim - SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 117

DECRETO Nº. 117/2015.

Nomeia servidor em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Lei Complementar Nº. 081, de 20 de julho de 2011 e demais alterações; Lei Complementar Nº 082, de 29 de julho de 2011 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada pelo presente Decreto, a Sra. LIANE LURDES CORREIA, CPF: 777.307.719-34, a partir da presente data, no cargo de ASSESSORA DE DIREÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cedida a Casa Familiar Rural deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 118

DECRETO Nº.118/2015.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº.

001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, GRACIELE CRISTINA SOGARI, CPF: 009.506.949-67, para exercer o cargo de COZINHEIRA, código 002, categoria AGG (Atividades de Apoio Geral), nível 009, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 16 de março de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de março de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 06/2015

Ato de Dispensa nº 06/2015

Processo de Licitação nº 09/2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços gráficos relativo à impressão de 3 (três) banners a serem utilizados na divulgação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA em eventos.

Contratado: ACAOFIXA PUBLICIDADE LTDA. ME

CNPJ: 72.482.714/0001-94

VALOR: R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais).

Florianópolis, 13 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA Nº 08/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Portaria nº 08/2015, de 16 de março de 2015

Concede provimento do emprego público de Contador do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Portaria nº 07/2015 de 11 de fevereiro de 2015,

Resolve:

Art. 1º Conceder provimento do emprego público de Contador do CIGA ao Sr. Douglas Rego das Neves, CPF nº 069.331.259-98, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 16 de março de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO Nº 0005_2015

Resolução n. 005/2015

Institui a Possibilidade da Adoção da Pré-Qualificação de Bens e o Seu Procedimento e dá Outras Providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Alcir José Bodanese, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do Consórcio; e considerando o Art. 115 da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituída a possibilidade da realização de pré-qualificação de bens.

Art. 2º Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

Art. 3º Entende-se por Comissão Permanente ou Especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO E DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 4º Constituem objetivos gerais dos processos de pré-qualificação:

I - assegurar que os bens adquiridos possuam um padrão mínimo de qualidade e adequação aos serviços a que se destinam;

II - promover a isonomia no tratamento dispensado aos interessados na aprovação de bens;

III - proporcionar maior precisão na caracterização do bem a ser adquirido em compras futuras, bem como a satisfazer ao interesse da administração.

Art. 5º Aplicam-se aos processos de pré-qualificação os princípios que regem a Administração Pública e as licitações, especialmente, os princípios da legalidade, da igualdade, da eficiência, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

CAPÍTULO III

DAS NORMAS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 6º Para pré-qualificação, os bens devem estar acompanhados das respectivas descrições, justificativa formal que demonstre as potenciais vantagens que serão alcançadas com o procedimento, forma de avaliação e demais condições de acordo com um projeto básico.

Art. 7º Serão expedidos editais de convocação para que os interessados apresentem os bens para pré-qualificação.

Art. 8º O edital explicitará a forma como será processada a pré-qualificação, bem como, através de critérios objetivos, informará as características do bem para que seja considerado qualificado.

Art. 9º O aviso do edital de convocação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com prazo de início da pré-qualificação de bens não inferior a 10 (dez) dias.

Art. 10 Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o edital de convocação para a pré-qualificação de bens, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem, desde que o faça no prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores a data prevista para o início da pré-qualificação de bens.

Art. 11. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

Art. 12. Recebidos os documentos e amostras de bens exigidas no edital de convocação, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão

Permanente ou Especial.

Art. 13. A avaliação dos bens será feita por uma Comissão Técnica ou por profissionais qualificados com o conhecimento e habilitação técnica exigida na área, designados para este fim.

Parágrafo único. Por exceção, é possível considerar a possibilidade de que a avaliação seja submetida a um critério objetivo, sem os mesmos rigores científicos, e feita pela Comissão Permanente ou Especial, desde que assegurada a transparência.

Art. 14. É facultado, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

§ 1º Quando necessário poderá ser solicitado a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por qualquer instituição oficial competente ou por entidade credenciada;

§ 2º Sempre que possível e o bem assim permitir, os testes de avaliação poderão contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

Art. 15. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação serão definidos no edital de pré-qualificação, de acordo com o bem a ser avaliado.

Art. 16. Após avaliação, a Comissão Permanente ou Especial do processo, fará expedir decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 17. Da decisão do procedimento é facultada a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua publicação.

Art. 18. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO NA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 19. Qualquer pessoa física ou jurídica interessada é considerada parte legítima para pleitear, junto ao CIMCATARINA, a pré-qualificação de bens.

SEÇÃO II

DO PRAZO DE VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 20. A pré-qualificação de bens aprovados terá validade de 1 (um) ano, no máximo, podendo ser atualizada pelo mesmo período a qualquer tempo.

Parágrafo único. O prazo de validade da pré-qualificação ou atualização de bens aprovados, inicia-se com a publicação da Decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 21. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, ocorrerá:

§ 1º quando requerida pela mesma interessada que propôs a pré-qualificação, ficando dispensada de nova avaliação, se apresentar declaração ou certidão de que o bem aprovado não sofreu modificações no processo de fabricação e mantém as mesmas características da marca e modelo já pré-qualificado.

§ 2º quando requerida por nova interessada, que deverá apresentar sua documentação física ou jurídica, ficando dispensada de nova avaliação, se apresentar declaração ou certidão de que o bem aprovado não sofreu modificações no processo de fabricação e mantém as mesmas características da marca e modelo já pré-qualificado.

§ 3º quando em novo procedimento de pré-qualificação resultar aprovação da mesma marca e modelo já pré-qualificado.

§ 4º quando por iniciativa do CIMCATARINA, através da promoção de diligência destinada a certificar que o bem aprovado não sofreu modificações no processo de fabricação e mantém as mesmas características da marca e modelo já pré-qualificado.

SEÇÃO III DO CANCELAMENTO DA APROVAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS

Art. 22. Dar-se-á o cancelamento da aprovação de bens pré-qualificados nas hipóteses seguintes:

I - ocorrência de fraude ou falsidade nas declarações ou provas documentais apresentadas no processo de pré-qualificação;

II - constatação de discrepância relevante entre os resultados dos exames realizados nas amostras do bem avaliado e os obtidos com o uso e ou em avaliações posteriores;

III - quando o bem aprovado deixar de atender a qualquer exigência técnica feita pelo CIMCATARINA no respectivo edital de pré-qualificação;

IV - quando a fabricação se torne comprovadamente descontinuada;

V - quando presentes razões de interesse público, devidamente justificadas e comprovadas.

Art. 23. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

Art. 24. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

Art. 25. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

Art. 26. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA".

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA" ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados).

Art. 28. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

Art. 29. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

Art. 30. Quaisquer modificações no processo de fabricação ou nas características do bem aprovado obrigam o responsável que propôs a pré-qualificação a informar ao CIMCATARINA e providenciar a adequação dos documentos.

Art. 31. Os bens pré-qualificados poderão ficar suspensos durante procedimentos de reavaliação.

Art. 32. As futuras licitações realizadas pelo CIMCATARINA ou seus Municípios Consorciados poderão ficar restritas aos bens, marcas e modelos constantes do "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA".

Art. 33. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, SC, 16 de março de 2015.

ALCIR JOSÉ BODANESE

Presidente do CIMCATARINA

Prefeito de Rio das Antas

CIMVI

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CARTA CONVITE Nº 001/2015 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - CIMVI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - CARTA CONVITE Nº 01/2015 - CIMVI

Às quatorze horas, do décimo terceiro dia do mês de março de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para julgamento das propostas apresentadas pelas empresas MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI, INVIOVÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA, CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP (abertas na data de 04/03/2015), tendo em vista o despacho do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

Conforme consta na Ata de Abertura de Propostas, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para análise dos valores, quantitativos e planilhas de custos apresentadas pelas empresas licitantes.

Do despacho exarado pelo Presidente do CIMVI (fls. 284/285), verificou-se que as propostas de preços, apresentadas pelas empresas licitantes, estão de conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do despacho do Presidente do CIMVI, decide-se pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP, no valor total mensal de R\$ 18.143,22 (dezoito mil cento e quarenta e três reais e vinte e dois centavos), uma vez que apresentou o menor preço mensal para atendimento do objeto.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de proposta para, querendo apresentar recurso, nos termos do § 6º, do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 02 (dois) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim

a continuidade do certame.
Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.		
PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro

CIS/AMARP

RESOLUÇÃO 03 2015 CPL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 03/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento, ALIDA H R FERRAZ - EPP, CNPJ 97.435.127/0001-75, com endereço a Rua Coronel Fagundes, 111, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de procedimentos em:

ANÁLISES CLÍNICAS	CODIGO SUS	CIS
CLEARANCE OSMOLAR	0.20.20.10.01-5	3,51
DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	0.20.20.10.02-3	2,01
DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRÁFIA DE AMINOÁCIDOS	0.20.20.10.03-1	15,65
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	0.20.20.10.04-0	3,63
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (5 dosagens)	0.20.20.10.05-8	6,55
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (4 dosagens)	0.20.20.10.06-6	3,68
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 dosagens)	0.20.20.10.07-4	10,00
DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	0.20.20.10.08-2	3,51
DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	0.20.20.10.09-0	3,51
DOSAGEM DE ACETONA	0.20.20.10.10-4	1,85
DOSAGEM DE ÁCIDO ASCORBICO	0.20.20.10.11-2	2,01
DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	0.20.20.10.12-0	1,85
DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDELICO	0.20.20.10.13-9	9,00
DOSAGEM DE ALDOLASE	0.02.20.10.14-7	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	0.20.20.10.15-5	3,68

DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	0.20.20.10.16-3	3,68
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	0.20.20.10.17-1	3,68
DOSAGEM DE AMILASE	0.20.20.10.18-0	2,25
DOSAGEM DE AMONIA	0.20.20.10.19-8	3,51
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACÕES	0.20.20.10.20-1	2,01
DOSAGEM DE CÁLCIO	0.20.20.10.21-0	1,85
DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	0.20.20.10.22-8	3,51
DOSAGEM DE CAROTENO	0.20.20.10.23-6	2,01
DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	0.20.20.10.25-2	3,68
DOSAGEM DE CLORETO	0.20.20.10.26-0	1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	0.20.20.10.27-9	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	0.20.20.10.28-7	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	0.20.20.10.29-5	1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	0.20.20.10.30-9	3,68
DOSAGEM DE CREATININA	0.20.20.10.31-7	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	0.20.20.10.32-5	3,68
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	0.20.20.10.33-3	4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTÍRICA	0.20.20.10.34-1	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTÂMICA	0.20.20.10.35-0	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	0.20.20.10.36-8	3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	0.20.20.10.37-6	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	0.20.20.10.38-4	15,59
DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	0.20.20.10.39-2	3,51
DOSAGEM DE FOLATO	0.20.20.10.40-6	15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	0.20.20.10.41-4	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	0.20.20.10.42-2	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	0.20.20.10.43-0	1,85
DOSAGEM DE FRACAO PROSTÁTICA DA FOSFATASE ÁCIDA	0.20.20.10.44-9	2,01
DOSAGEM DE GALACTOSE	0.20.20.10.45-7	3,51
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRASFERRASE (GAMA GT)	0.20.20.10.46-5	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	0.20.20.10.47-3	1,85
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	0.20.20.10.48-1	3,68
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	0.20.20.10.49-0	3,68
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	0.20.20.10.50-3	7,86
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	0.20.20.10.51-1	3,68
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	0.20.20.10.52-0	3,51
DOSAGEM DE LACTATO	0.20.20.10.53-8	3,68
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	0.20.20.10.54-6	3,51
DOSAGEM DE LIPASE	0.20.20.10.55-4	2,25
DOSAGEM DE MAGNÉSIO	0.20.20.10.56-2	2,01
DOSAGEM DE MUÇO-PROTEÍNAS	0.20.20.10.57-0	2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	0.20.20.10.58-9	3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	0.20.20.10.59-7	3,51
DOSAGEM DE POTÁSSIO	0.20.20.10.60-0	1,85

DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	0.20.20.10.61-9	1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	0.20.20.10.62-7	1,85
DOSAGEM DE SODIO	0.20.20.10.63-5	1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	0.20.20.10.64-3	2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	0.20.20.10.65-1	2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	0.20.20.10.66-0	4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	0.20.20.10.67-8	3,51
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	0.20.20.10.68-6	3,51
DOSAGEM DE UREIA	0.20.20.10.69-4	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	0.20.20.10.70-8	15,24
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	0.20.20.10.71-6	3,68
ELETROFORESE DE PROTEINAS	0.20.20.10.72-4	4,42
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	0.20.20.10.73-2	15,65
PROVA DA D-XILOSE	0.20.20.10.74-0	3,68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTE ORAIS	0.20.20.10.75-9	6,55
Nível de Organização-0202020002-EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA		
CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	0.20.20.20.01-0	6,48
CONTAGEM DE PLAQUETAS	0.20.20.20.02-9	2,73
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	0.20.20.20.03-7	2,73
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	0.20.20.20.04-5	2,73
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	0.20.20.20.06-1	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	0.20.20.20.07-0	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	0.20.20.20.08-8	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	0.20.20.20.09-6	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	0.20.20.20.10-0	9,00
TERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIVIDA DE HEMACITAS	0.20.20.20.11-8	5,79
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	0.20.20.20.12-6	2,85
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	0.20.20.20.13-4	5,77
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	0.20.20.20.14-2	2,73
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	0.20.20.20.15-0	2,73
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	0.20.20.20.16-9	4,11
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	0.20.20.20.17-7	6,48
DOSAGEM DE FATOR II	0.20.20.20.18-5	5,31
DOSAGEM DE FATOR IX	0.20.20.20.19-3	7,63
DOSAGEM DE FATOR V	0.20.20.20.20-7	4,73
DOSAGEM DE FATOR VII	0.20.20.20.21-5	8,09
DOSAGEM DE FATOR VIII	0.20.20.20.22-3	6,63
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	0.20.20.20.23-1	15,00
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	0.20.20.20.24-0	18,91
DOSAGEM DE FATOR X	0.20.20.20.25-8	6,66
DOSAGEM DE FATOR XI	0.20.20.20.26-6	9,11

DOSAGEM DE FATOR XII	0.20.20.20.27-4	10,51
DOSAGEM DE FATOR XIII	0.20.20.20.28-2	6,66
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	0.20.20.20.29-0	4,60
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.30-4	1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	0.20.20.20.31-2	2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	0.20.20.20.32-0	2,73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	0.20.20.20.33-9	2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	0.20.20.20.34-7	4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.35-5	5,41
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	0.20.20.20.36-3	2,73
HEMATOCRITO	0.20.20.20.37-1	1,53
HEMOGRAMA COMPLETO	0.20.20.20.38-0	4,11
LEUCOGRAMA	0.20.20.20.39-8	2,73
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	0.20.20.20.40-1	25,00
PESQUISA DE CELULAS LE	0.20.20.20.41-0	4,11
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	0.20.20.20.42-8	2,73
PESQUISA DE FILARIA	0.20.20.20.43-6	2,73
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	0.20.20.20.44-4	2,73
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	0.20.20.20.46-0	2,73
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	0.20.20.20.48-7	4,11
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	0.20.20.20.49-5	2,73
PROVA DO LACO	0.20.20.20.50-9	2,73
RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	0.20.20.20.51-7	2,73
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	0.20.20.20.52-5	12,00
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	0.20.20.20.53-3	2,73
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	0.20.20.20.54-1	2,73
Nível de Organização - 0202030008 - EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS		
CONTAGEM DE LINFOCITOS B	0.20.20.30.01-6	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	0.20.20.30.02-4	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	0.20.20.30.03-2	15,00
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	0.20.20.30.04-0	65,00
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	0.20.20.30.05-9	96,00
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (C H50)	0.20.20.30.06-7	9,25
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	0.20.20.30.07-5	2,83
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.08-3	9,25
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	0.20.20.30.09-1	15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	0.20.20.30.10-5	16,42
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	0.20.20.30.11-3	13,55
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	0.20.20.30.12-1	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	0.20.20.30.13-0	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	0.20.20.30.15-6	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0.20.20.30.16-4	9,25

DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (I GM)	0.20.20.30.18-0	17,16
DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTE- RASE	0.20.20.30.19-9	4,10
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.20-2	2,83
IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	0.20.20.30.22-9	17,16
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	0.20.20.30.23-7	80,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTI- CARDIOLIPINA	0.20.20.30.25-3	10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTI- CARDIOLIPINA	0.20.20.30.26-1	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	0.20.20.30.27-0	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELI- COBACTER PYLORI	0.20.20.30.28-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	0.20.20.30.29-6	85,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	0.20.20.30.30-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI -HTLV-1 + HTLV-2	0.20.20.30.31-8	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBO- NUCLEOPROTEINA (RNP)	0.20.20.30.32-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-S- CHISTOSOMAS	0.20.20.30.33-4	5,74
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	0.20.20.30.34-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	0.20.20.30.35-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	0.20.20.30.36-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAD- NOVIRUS	0.20.20.30.37-7	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAME- BAS	0.20.20.30.38-5	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPER- GILLUS	0.20.20.30.39-3	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRU- CELAS	0.20.20.30.40-7	3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICIS- TICO	0.20.20.30.41-5	5,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMI- DIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	0.20.20.30.42-3	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICOR- TEX SUPRARENAL	0.20.20.30.43-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUI- NOCOCOS	0.20.20.30.44-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLE- RODERMA (SCL 70)	0.20.20.30.45-8	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPER- MATOZOIDES	0.20.20.30.46-6	9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIES- TREPTOLISINA O (ASLO)	0.20.20.30.47-4	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGA- DO	0.20.20.30.48-2	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIA- DINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	0.20.20.30.49-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLO- MERULO	0.20.20.30.50-4	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHO- TA DE LANGERHANS	0.20.20.30.51-2	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSU- LINA	0.20.20.30.52-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEP- TOSPIRAS	0.20.20.30.53-9	4,10

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILIS- TERIA	0.20.20.30.54-7	5,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMI- CROSSOMAS	0.20.20.30.55-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITO- CONDRIA	0.20.20.30.56-3	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUS- CULO ESTRIADO	0.20.20.30.57-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUS- CULO LISO	0.20.20.30.58-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINU- CLEO	0.20.20.30.59-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPA- RIETAIS	0.20.20.30.60-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLAS- MODIOS	0.20.20.30.61-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIRE- OGLOBULINA	0.20.20.30.62-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS	0.20.20.30.63-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE	0.20.20.30.64-4	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	0.20.20.30.65-2	7,78
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	0.20.20.30.66-0	9,71
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	0.20.20.30.67-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HD)	0.20.20.30.68-7	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	0.20.20.30.69-5	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS	0.20.20.30.70-9	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTI- GENO DO VIRUS SINCICIAL RESP	0.20.20.30.71-7	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTI- CLAMIDIA	0.20.20.30.72-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFI- LOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR	0.20.20.30.73-3	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI- CITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.74-1	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI- LEISHMANIAS	0.20.20.30.75-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI- TOXOPLASMA	0.20.20.30.76-8	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI- TRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.77-6	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CON- TRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	0.20.20.30.78-4	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CON- TRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	0.20.20.30.79-2	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CON- TRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.80-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CON- TRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.81-4	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CON- TRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.82-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CON- TRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.83-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CON- TRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	0.20.20.30.84-9	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI- CITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.85-7	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI- LEISHMANIAS	0.20.20.30.86-5	10,00

PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI-TOXOPLASMA	0.20.20.30.87-3	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI-TRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.88-1	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	0.20.20.30.89-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE	0.20.20.30.90-3	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV	0.20.20.30.91-1	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.92-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.93-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.94-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	0.20.20.30.95-4	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	0.20.20.30.96-2	13,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	0.20.20.30.97-0	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	0.20.20.30.98-9	18,55
PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	0.20.20.30.99-7	60,00
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	0.20.20.31.00-4	2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	0.20.20.31.01-2	4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	0.20.20.31.02-0	10,00
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	0.20.20.31.03-9	9,25
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	0.20.20.31.04-7	10,00
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	0.20.20.31.05-5	1,77
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	0.20.20.31.06-3	1,77
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	0.20.20.31.07-1	18,00
REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.09-8	4,10
REACAO DE MONTENEGRO ID	0.20.20.31.10-1	2,83
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.11-0	2,88
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.12-8	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.13-6	10,00
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	0.20.20.31.14-4	1,77
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	0.20.20.31.15-2	1,77
TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.16-0	10,00
VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	0.20.20.31.17-9	2,83
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	0.20.20.40.01-1	1,65
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	0.20.20.40.02-0	3,04
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	0.20.20.40.03-8	3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	0.20.20.40.04-6	1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	0.20.20.40.05-4	1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	0.20.20.40.06-2	1,65

PESQUISA DE GORDURA FECAL	0.20.20.40.07-0	1,65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	0.20.20.40.08-9	1,65
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	0.20.20.40.09-7	1,65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	0.20.20.40.10-0	1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	0.20.20.40.11-9	1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	0.20.20.40.12-7	1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	0.20.20.40.13-5	10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	0.20.20.40.14-3	1,65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	0.20.20.40.15-1	1,65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	0.20.20.40.16-0	1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	0.20.20.40.17-8	1,65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	0.20.20.50.01-7	3,70
CLEARANCE DE CREATININA	0.20.20.50.02-5	3,51
CLEARANCE DE FOSFATO	0.20.20.50.03-3	3,51
CLEARANCE DE UREIA	0.20.20.50.04-1	3,51
CONTAGEM DE ADDIS	0.20.20.50.05-0	2,04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	0.20.20.50.06-8	3,70
DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.07-6	3,70
DOSAGEM DE CITRATO	0.20.20.50.08-4	2,01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	0.20.20.50.09-2	8,12
DOSAGEM DE OXALATO	0.20.20.50.10-6	3,68
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	0.20.20.50.11-4	2,04
DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	0.20.20.50.12-2	3,04
EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	0.20.20.50.13-0	3,70
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	3,70
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	0.20.20.50.15-7	3,04
PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	0.20.20.50.16-5	3,70
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	0.20.20.50.17-3	2,04
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	0.20.20.50.18-1	2,40
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	0.20.20.50.19-0	2,04
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	0.20.20.50.20-3	2,04
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	0.20.20.50.21-1	3,70
PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	0.20.20.50.22-0	2,04
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	0.20.20.50.23-8	2,04
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	3,36
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	0.20.20.50.26-2	2,04
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	0.20.20.50.27-0	2,04
PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	0.20.20.50.28-9	3,70
PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	0.20.20.50.29-7	2,04
PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	0.20.20.50.30-0	4,44
PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	0.20.20.50.31-9	2,04
PROVA DE DILUICAO (URINA)	0.20.20.50.32-7	2,04

DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	0.20.20.60.01-2	12,54
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	0.20.20.60.02-0	12,54
DETERMINACAO DE T3 REVERSO	0.20.20.60.03-9	14,69
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	0.20.20.60.04-7	10,20
DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	0.20.20.60.05-5	6,72
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	0.20.20.60.06-3	6,72
DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	0.20.20.60.07-1	6,72
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	0.20.20.60.08-0	14,12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	0.20.20.60.09-8	11,89
DOSAGEM DE AMP CICLICO	0.20.20.60.10-1	12,01
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	0.20.20.60.11-0	11,53
DOSAGEM DE CALCITONINA	0.20.20.60.12-8	14,38
DOSAGEM DE CORTISOL	0.20.20.60.13-6	9,86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	0.20.20.60.14-4	11,25
DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	0.20.20.60.15-2	11,71
DOSAGEM DE ESTRADIOL	0.20.20.60.16-0	10,15
DOSAGEM DE ESTRIOL	0.20.20.60.17-9	11,55
DOSAGEM DE ESTRONA	0.20.20.60.18-7	11,12
DOSAGEM DE GASTRINA	0.20.20.60.19-5	14,12
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	0.20.20.60.20-9	15,35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	0.20.20.60.21-7	7,85
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	0.20.20.60.22-5	10,21
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	0.20.20.60.23-3	7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	0.20.20.60.24-1	8,97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	0.20.20.60.25-0	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	0.20.20.60.26-8	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	0.20.20.60.27-6	43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	0.20.20.60.28-4	15,35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	0.20.20.60.29-2	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	0.20.20.60.30-6	10,15
DOSAGEM DE RENINA	0.20.20.60.31-4	13,19
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	0.20.20.60.32-2	15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	0.20.20.60.33-0	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	0.20.20.60.34-9	10,43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	0.20.20.60.35-7	13,11
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	0.20.20.60.36-5	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	0.20.20.60.37-3	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	0.20.20.60.38-1	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	0.20.20.60.39-0	8,71
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	0.20.20.60.40-3	12,01
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	0.20.20.60.41-1	12,01

TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APOS GONADORRELINA	0.20.20.60.42-0	12,01
TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	0.20.20.60.43-8	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	0.20.20.60.44-6	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	0.20.20.60.45-4	12,01
TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	0.20.20.60.46-2	8,43
DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	0.20.20.70.01-8	2,06
DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	0.20.20.70.02-6	2,23
DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	0.20.20.70.03-4	3,68
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	0.20.20.70.04-2	2,04
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	0.20.20.70.05-0	15,65
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	0.20.20.70.06-9	3,51
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	0.20.20.70.07-7	2,01
DOSAGEM DE ALUMINIO	0.20.20.70.08-5	27,50
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	0.20.20.70.09-3	10,00
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	0.20.20.70.10-7	10,00
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	0.20.20.70.11-5	10,00
DOSAGEM DE BARBITURATOS	0.20.20.70.12-3	13,13
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	0.20.20.70.13-1	13,48
DOSAGEM DE CADMIO	0.20.20.70.14-0	6,55
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	0.20.20.70.15-8	17,53
DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.16-6	4,11
DOSAGEM DE CHUMBO	0.20.20.70.17-4	8,83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	0.20.20.70.18-2	58,61
DOSAGEM DE COBRE	0.20.20.70.19-0	3,51
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	0.20.20.70.20-4	8,97
DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA	0.20.20.70.21-2	15,65
DOSAGEM DE FENITOINA	0.20.20.70.22-0	35,22
DOSAGEM DE FENOL	0.20.20.70.23-9	2,05
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	0.20.20.70.24-7	3,51
DOSAGEM DE LITIO	0.20.20.70.25-5	2,25
DOSAGEM DE MERCURIO	0.20.20.70.26-3	2,04
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.27-1	4,11
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	0.20.20.70.28-0	10,00
DOSAGEM DE METOTREXATO	0.20.20.70.29-8	10,00
DOSAGEM DE QUINIDINA	0.20.20.70.30-1	10,00
DOSAGEM DE SALICILATOS	0.20.20.70.31-0	2,01
DOSAGEM DE SULFATOS	0.20.20.70.32-8	3,51
DOSAGEM DE TEOFILINA	0.20.20.70.33-6	15,65
DOSAGEM DE TIOCIANATO	0.20.20.70.34-4	3,68
DOSAGEM DE ZINCO	0.20.20.70.35-2	15,65
ANTIBIOGRAMA	0.20.20.80.01-3	4,98
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	0.20.20.80.02-1	13,33
BACIOSCOPIA DIRETA P/ BAAR	0.20.20.80.04-8	4,20
BACIOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANS-ENIASE)	0.20.20.80.05-6	4,20
BACIOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)	0.20.20.80.06-4	4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	0.20.20.80.07-2	2,80

CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	0.20.20.80.08-0	5,62
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS -PASTEURIZACAO)	0.20.20.80.09-9	4,33
CULTURA P/ HERPESVIRUS	0.20.20.80.10-2	4,33
CULTURA PARA BAAR	0.20.20.80.11-0	5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	0.20.20.80.12-9	10,25
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	0.20.20.80.13-7	4,19
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	0.20.20.80.14-5	2,80
HEMOCULTURA	0.20.20.80.15-3	11,49
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	0.20.20.80.16-1	5,63
PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	0.20.20.80.17-0	4,33
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	0.20.20.80.18-8	2,80
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA -HEMOLITICOS DO GRUPO A	0.20.20.80.19-6	4,33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	0.20.20.80.20-0	2,80
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	0.20.20.80.21-8	4,33
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	0.20.20.80.22-6	2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	0.20.20.80.23-4	5,04
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.01-9	1,89
ADENOGRAMA	0.20.20.90.02-7	5,79
CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	0.20.20.90.03-5	4,33
CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	0.20.20.90.04-3	4,33
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	0.20.20.90.05-1	1,89
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	0.20.20.90.06-0	1,89
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIEL	0.20.20.90.07-8	6,56
DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	0.20.20.90.08-6	1,89
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	0.20.20.90.09-4	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE	0.20.20.90.10-8	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	0.20.20.90.11-6	2,01
DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.12-4	1,89
DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.13-2	1,89
ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	0.20.20.90.15-9	5,23
ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	0.20.20.90.16-7	6,56
ESPLENOGRAMA	0.20.20.90.17-5	5,79
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE	0.20.20.90.18-3	1,89
MIELOGRAMA	0.20.20.90.19-1	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	0.20.20.90.21-3	9,70
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	0.20.20.90.22-1	2,01
PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	0.20.20.90.23-0	1,89
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	0.20.20.90.24-8	1,89
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	0.20.20.90.25-6	1,89

PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	0.20.20.90.26-4	4,80
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.27-2	1,89
PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	0.20.20.90.28-0	9,70
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNE	0.20.20.90.29-9	1,89
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	0.20.20.90.30-2	1,89
REACAO DE PANDY	0.20.20.90.31-0	1,89
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.32-9	1,89
TESTE DE CLEMENTS	0.20.20.90.33-7	1,89
TESTE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	0.20.20.90.34-5	4,69
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	0.20.20.90.35-3	4,69
IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE	0.20.21.20.04-0	10,65
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	0.20.21.20.05-8	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	0.20.21.20.06-6	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	0.20.21.20.07-4	5,79
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	0.20.21.20.08-2	1,37
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	0.20.21.20.09-0	2,73
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/ OU ANTI B	0.20.21.20.10-4	5,79
Exame	(*) Código	Valor
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE OVARIO (CA 125)	90158	20,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE MAMA (CA 15-3)	90166	12,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER GASTROENTESTINAL (CA 19-9)	90174	12,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGA (ELISA) ANTICLAMIDIA	90182	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (IFI) ANTICLAMIDIA	90190	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (ELISA) ANTICLAMIDIA	90212	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (ELISA) ANTICLAMIDIA	90204	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (IFI) ANTICLAMIDIA	90220	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGA)	90239	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGG)	9016007	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGM)	9016120	85,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DO MICOPLASMA	9016015	30,00
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO LIVRE (PSA LIVRE)	9016139	15,00
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES	9016244	4,80
THC (MACONHA)	9016252	25,00
CURVA DE TOLERENCIA A LACTOSE	9016260	35,00
DOSAGEM DE 25-OH-VITAMINA D	9016228	30,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE UREAPLASMA	9016422*	30,00

ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINA-SE IGA	9016430*	82,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINA-SE IGG	9016325*	98,00
DOSAGEM DE IGG TOTAL	9016333*	18,00
HLA-B-27	9016449*	87,00
PCR PARA DST's (CLAMYDIA)	9016503*	140,00
IGFBP-3	9016490*	43,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 02 de março de 2015.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 04 2015 CPL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 04/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento do CENTRO CATARINENSE EM DIAGNOSTICOS EM GINECOLOGIA LTDA, CNPJ 04.862.753/0001-67, situada na Rua Natividade, 3985, município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de procedimentos em:

CONSULTAS	CÓDIGO SUS	Valor
Consulta pré-cirúrgica	(*) 90336	60,00
Consulta pós-cirúrgica	(*) 90140	60,00
VASCULAR (CONSULTA)	03.01.01.007-2	60,00

(*) CÓDIGO CIS/AMARP

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 04 de março de 2015.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 10 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 10/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS, a seguir:

ALIDA H R FERRAZ - EPP, CNPJ 97.435.127/0001-75, com endereço a Rua Coronel Fagundes, 111, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 72/2015.

ANÁLISES CLÍNICAS	CODIGO SUS	CIS
CLEARANCE OSMOLAR	0.20.20.10.01-5	3,51
DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	0.20.20.10.02-3	2,01
DETERMINACAO DE CROMATOGRRAFIA DE AMINOACIDOS	0.20.20.10.03-1	15,65
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	0.20.20.10.04-0	3,63
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (5 dosagens)	0.20.20.10.05-8	6,55
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (4 dosagens)	0.20.20.10.06-6	3,68
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 dosagens)	0.20.20.10.07-4	10,00
DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	0.20.20.10.08-2	3,51
DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	0.20.20.10.09-0	3,51
DOSAGEM DE ACETONA	0.20.20.10.10-4	1,85
DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	0.20.20.10.11-2	2,01
DOSAGEM DE ACIDO URICO	0.20.20.10.12-0	1,85
DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	0.20.20.10.13-9	9,00
DOSAGEM DE ALDOLASE	0.02.20.10.14-7	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	0.20.20.10.15-5	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	0.20.20.10.16-3	3,68
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	0.2020.10.17-1	3,68
DOSAGEM DE AMILASE	0.20.20.10.18-0	2,25
DOSAGEM DE AMONIA	0.20.20.10.19-8	3,51
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	0.20.20.10.20-1	2,01
DOSAGEM DE CALCIO	0.20.20.10.21-0	1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	0.20.20.10.22-8	3,51
DOSAGEM DE CAROTENO	0.20.20.10.23-6	2,01
DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	0.20.20.10.25-2	3,68
DOSAGEM DE CLORETO	0.20.20.10.26-0	1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	0.20.20.10.27-9	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	0.20.20.10.28-7	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	0.20.20.10.29-5	1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	0.20.20.10.30-9	3,68
DOSAGEM DE CREATININA	0.20.20.10.31-7	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	0.20.20.10.32-5	3,68

DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRA-CAO MB	0.20.20.10.33-3	4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDRO-XIBUTIRICA	0.20.20.10.34-1	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	0.20.20.10.35-0	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	0.20.20.10.36-8	3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISO-ENZIMAS FRACIONADAS)	0.20.20.10.37-6	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	0.20.20.10.38-4	15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	0.20.20.10.39-2	3,51
DOSAGEM DE FOLATO	0.20.20.10.40-6	15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	0.20.20.10.41-4	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	0.20.20.10.42-2	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	0.20.20.10.43-0	1,85
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFA-TASE ACIDA	0.20.20.10.44-9	2,01
DOSAGEM DE GALACTOSE	0.20.20.10.45-7	3,51
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRASFERASE (GAMA GT)	0.20.20.10.46-5	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	0.20.20.10.47-3	1,85
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDRO-GENASE	0.20.20.10.48-1	3,68
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	0.20.20.10.49-0	3,68
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	0.20.20.10.50-3	7,86
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	0.20.20.10.51-1	3,68
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	0.20.20.10.52-0	3,51
DOSAGEM DE LACTATO	0.20.20.10.53-8	3,68
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	0.20.20.10.54-6	3,51
DOSAGEM DE LIPASE	0.20.20.10.55-4	2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	0.20.20.10.56-2	2,01
DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	0.20.20.10.57-0	2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	0.20.20.10.58-9	3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	0.20.20.10.59-7	3,51
DOSAGEM DE POTASSIO	0.20.20.10.60-0	1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	0.20.20.10.61-9	1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	0.20.20.10.62-7	1,85
DOSAGEM DE SODIO	0.20.20.10.63-5	1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-O-XALACETICA (TGO)	0.20.20.10.64-3	2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PI-RUVICA (TGP)	0.20.20.10.65-1	2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	0.20.20.10.66-0	4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	0.20.20.10.67-8	3,51
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	0.20.20.10.68-6	3,51
DOSAGEM DE UREIA	0.20.20.10.69-4	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	0.20.20.10.70-8	15,24
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	0.20.20.10.71-6	3,68
ELETROFORESE DE PROTEINAS	0.20.20.10.72-4	4,42
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	0.20.20.10.73-2	15,65
PROVA DA D-XIOSE	0.20.20.10.74-0	3,68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLI-CEMIANTES ORAIS	0.20.20.10.75-9	6,55
Nível de Organização-0202020002-EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA		
CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	0.20.20.20.01-0	6,48
CONTAGEM DE PLAQUETAS	0.20.20.20.02-9	2,73

CONTAGEM DE RETICULOCITOS	0.20.20.20.03-7	2,73
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	0.20.20.20.04-5	2,73
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	0.20.20.20.06-1	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	0.20.20.20.07-0	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EU-GLOBULINA	0.20.20.20.08-8	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	0.20.20.20.09-6	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	0.20.20.20.10-0	9,00
TERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACITAS	0.20.20.20.11-8	5,79
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	0.20.20.20.12-6	2,85
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLAS-TINA PARCIAL ATIVADA (TTP	0.20.20.20.13-4	5,77
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	0.20.20.20.14-2	2,73
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOS-SEDIMENTACAO (VHS)	0.20.20.20.15-0	2,73
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	0.20.20.20.16-9	4,11
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	0.20.20.20.17-7	6,48
DOSAGEM DE FATOR II	0.20.20.20.18-5	5,31
DOSAGEM DE FATOR IX	0.20.20.20.19-3	7,63
DOSAGEM DE FATOR V	0.20.20.20.20-7	4,73
DOSAGEM DE FATOR VII	0.20.20.20.21-5	8,09
DOSAGEM DE FATOR VIII	0.20.20.20.22-3	6,63
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	0.20.20.20.23-1	15,00
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (AN-TIGENO)	0.20.20.20.24-0	18,91
DOSAGEM DE FATOR X	0.20.20.20.25-8	6,66
DOSAGEM DE FATOR XI	0.20.20.20.26-6	9,11
DOSAGEM DE FATOR XII	0.20.20.20.27-4	10,51
DOSAGEM DE FATOR XIII	0.20.20.20.28-2	6,66
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	0.20.20.20.29-0	4,60
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.30-4	1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 370C	0.20.20.20.31-2	2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	0.20.20.20.32-0	2,73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	0.20.20.20.33-9	2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	0.20.20.20.34-7	4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.35-5	5,41
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	0.20.20.20.36-3	2,73
HEMATOCRITO	0.20.20.20.37-1	1,53
HEMOGRAMA COMPLETO	0.20.20.20.38-0	4,11
LEUCOGRAMA	0.20.20.20.39-8	2,73
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	0.20.20.20.40-1	25,00
PESQUISA DE CELULAS LE	0.20.20.20.41-0	4,11
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	0.20.20.20.42-8	2,73
PESQUISA DE FILARIA	0.20.20.20.43-6	2,73
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	0.20.20.20.44-4	2,73
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	0.20.20.20.46-0	2,73
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	0.20.20.20.48-7	4,11
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	0.20.20.20.49-5	2,73
PROVA DO LACO	0.20.20.20.50-9	2,73

RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERI-TROCIARIAS	0.20.20.20.51-7	2,73
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	0.20.20.20.52-5	12,00
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	0.20.20.20.53-3	2,73
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	0.20.20.20.54-1	2,73
Nível de Organização - 0202030008 - EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS		
CONTAGEM DE LINFOCITOS B	0.20.20.30.01-6	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	0.20.20.30.02-4	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	0.20.20.30.03-2	15,00
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	0.20.20.30.04-0	65,00
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	0.20.20.30.05-9	96,00
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	0.20.20.30.06-7	9,25
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	0.20.20.30.07-5	2,83
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.08-3	9,25
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	0.20.20.30.09-1	15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	0.20.20.30.10-5	16,42
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	0.20.20.30.11-3	13,55
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	0.20.20.30.12-1	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	0.20.20.30.13-0	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	0.20.20.30.15-6	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0.20.20.30.16-4	9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	0.20.20.30.18-0	17,16
DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	0.20.20.30.19-9	4,10
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.20-2	2,83
IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	0.20.20.30.22-9	17,16
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	0.20.20.30.23-7	80,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.25-3	10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.26-1	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	0.20.20.30.27-0	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	0.20.20.30.28-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	0.20.20.30.29-6	85,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	0.20.20.30.30-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	0.20.20.30.31-8	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	0.20.20.30.32-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	0.20.20.30.33-4	5,74
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	0.20.20.30.34-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	0.20.20.30.35-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	0.20.20.30.36-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	0.20.20.30.37-7	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	0.20.20.30.38-5	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	0.20.20.30.39-3	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	0.20.20.30.40-7	3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	0.20.20.30.41-5	5,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	0.20.20.30.42-3	10,00

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL	0.20.20.30.43-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOS	0.20.20.30.44-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	0.20.20.30.45-8	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	0.20.20.30.46-6	9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	0.20.20.30.47-4	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	0.20.20.30.48-2	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	0.20.20.30.49-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	0.20.20.30.50-4	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	0.20.20.30.51-2	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	0.20.20.30.52-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	0.20.20.30.53-9	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	0.20.20.30.54-7	5,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	0.20.20.30.55-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	0.20.20.30.56-3	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	0.20.20.30.57-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	0.20.20.30.58-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	0.20.20.30.59-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	0.20.20.30.60-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	0.20.20.30.61-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	0.20.20.30.62-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS	0.20.20.30.63-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE	0.20.20.30.64-4	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	0.20.20.30.65-2	7,78
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	0.20.20.30.66-0	9,71
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	0.20.20.30.67-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HD)	0.20.20.30.68-7	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	0.20.20.30.69-5	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	0.20.20.30.70-9	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESP	0.20.20.30.71-7	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	0.20.20.30.72-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR	0.20.20.30.73-3	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.74-1	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	0.20.20.30.75-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.76-8	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.77-6	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	0.20.20.30.78-4	18,55

PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	0.20.20.30.79-2	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.80-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.81-4	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.82-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.83-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	0.20.20.30.84-9	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.85-7	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	0.20.20.30.86-5	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.87-3	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.88-1	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	0.20.20.30.89-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	0.20.20.30.90-3	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.91-1	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.92-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.93-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.94-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	0.20.20.30.95-4	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	0.20.20.30.96-2	13,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	0.20.20.30.97-0	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	0.20.20.30.98-9	18,55
PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	0.20.20.30.99-7	60,00
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	0.20.20.31.00-4	2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	0.20.20.31.01-2	4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	0.20.20.31.02-0	10,00
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	0.20.20.31.03-9	9,25
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	0.20.20.31.04-7	10,00
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	0.20.20.31.05-5	1,77
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	0.20.20.31.06-3	1,77
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	0.20.20.31.07-1	18,00
REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.09-8	4,10
REACAO DE MONTENEGRO ID	0.20.20.31.10-1	2,83
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.11-0	2,88
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.12-8	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.13-6	10,00
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	0.20.20.31.14-4	1,77
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	0.20.20.31.15-2	1,77

TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.16-0	10,00
VDRL P/ DETECAAO DE SIFILIS EM GESTANTE	0.20.20.31.17-9	2,83
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	0.20.20.40.01-1	1,65
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	0.20.20.40.02-0	3,04
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	0.20.20.40.03-8	3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	0.20.20.40.04-6	1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	0.20.20.40.05-4	1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	0.20.20.40.06-2	1,65
PESQUISA DE GORDURA FECAL	0.20.20.40.07-0	1,65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	0.20.20.40.08-9	1,65
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	0.20.20.40.09-7	1,65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	0.20.20.40.10-0	1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	0.20.20.40.11-9	1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	0.20.20.40.12-7	1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	0.20.20.40.13-5	10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	0.20.20.40.14-3	1,65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	0.20.20.40.15-1	1,65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	0.20.20.40.16-0	1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	0.20.20.40.17-8	1,65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	0.20.20.50.01-7	3,70
CLEARANCE DE CREATININA	0.20.20.50.02-5	3,51
CLEARANCE DE FOSFATO	0.20.20.50.03-3	3,51
CLEARANCE DE UREIA	0.20.20.50.04-1	3,51
CONTAGEM DE ADDIS	0.20.20.50.05-0	2,04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	0.20.20.50.06-8	3,70
DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.07-6	3,70
DOSAGEM DE CITRATO	0.20.20.50.08-4	2,01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	0.20.20.50.09-2	8,12
DOSAGEM DE OXALATO	0.20.20.50.10-6	3,68
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	0.20.20.50.11-4	2,04
DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	0.20.20.50.12-2	3,04
EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	0.20.20.50.13-0	3,70
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	3,70
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	0.20.20.50.15-7	3,04
PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	0.20.20.50.16-5	3,70
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISULFIDURIA	0.20.20.50.17-3	2,04
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	0.20.20.50.18-1	2,40
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	0.20.20.50.19-0	2,04
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	0.20.20.50.20-3	2,04
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	0.20.20.50.21-1	3,70
PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	0.20.20.50.22-0	2,04
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	0.20.20.50.23-8	2,04
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	3,36
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	0.20.20.50.26-2	2,04
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	0.20.20.50.27-0	2,04

PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	0.20.20.50.28-9	3,70
PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	0.20.20.50.29-7	2,04
PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	0.20.20.50.30-0	4,44
PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	0.20.20.50.31-9	2,04
PROVA DE DILUICAO (URINA)	0.20.20.50.32-7	2,04
DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	0.20.20.60.01-2	12,54
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	0.20.20.60.02-0	12,54
DETERMINACAO DE T3 REVERSO	0.20.20.60.03-9	14,69
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	0.20.20.60.04-7	10,20
DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	0.20.20.60.05-5	6,72
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	0.20.20.60.06-3	6,72
DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	0.20.20.60.07-1	6,72
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	0.20.20.60.08-0	14,12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	0.20.20.60.09-8	11,89
DOSAGEM DE AMP CICLICO	0.20.20.60.10-1	12,01
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	0.20.20.60.11-0	11,53
DOSAGEM DE CALCITONINA	0.20.20.60.12-8	14,38
DOSAGEM DE CORTISOL	0.20.20.60.13-6	9,86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	0.20.20.60.14-4	11,25
DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	0.20.20.60.15-2	11,71
DOSAGEM DE ESTRADIOL	0.20.20.60.16-0	10,15
DOSAGEM DE ESTRIOL	0.20.20.60.17-9	11,55
DOSAGEM DE ESTRONA	0.20.20.60.18-7	11,12
DOSAGEM DE GASTRINA	0.20.20.60.19-5	14,12
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	0.20.20.60.20-9	15,35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	0.20.20.60.21-7	7,85
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	0.20.20.60.22-5	10,21
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	0.20.20.60.23-3	7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	0.20.20.60.24-1	8,97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	0.20.20.60.25-0	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	0.20.20.60.26-8	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	0.20.20.60.27-6	43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	0.20.20.60.28-4	15,35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	0.20.20.60.29-2	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	0.20.20.60.30-6	10,15
DOSAGEM DE RENINA	0.20.20.60.31-4	13,19
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	0.20.20.60.32-2	15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	0.20.20.60.33-0	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	0.20.20.60.34-9	10,43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	0.20.20.60.35-7	13,11
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	0.20.20.60.36-5	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	0.20.20.60.37-3	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	0.20.20.60.38-1	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	0.20.20.60.39-0	8,71

TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	0.20.20.60.40-3	12,01
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	0.20.20.60.41-1	12,01
TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APOS GONADOTRELINA	0.20.20.60.42-0	12,01
TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	0.20.20.60.43-8	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	0.20.20.60.44-6	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	0.20.20.60.45-4	12,01
TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	0.20.20.60.46-2	8,43
DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	0.20.20.70.01-8	2,06
DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	0.20.20.70.02-6	2,23
DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	0.20.20.70.03-4	3,68
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	0.20.20.70.04-2	2,04
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	0.20.20.70.05-0	15,65
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	0.20.20.70.06-9	3,51
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	0.20.20.70.07-7	2,01
DOSAGEM DE ALUMINIO	0.20.20.70.08-5	27,50
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	0.20.20.70.09-3	10,00
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	0.20.20.70.10-7	10,00
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	0.20.20.70.11-5	10,00
DOSAGEM DE BARBITURATOS	0.20.20.70.12-3	13,13
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	0.20.20.70.13-1	13,48
DOSAGEM DE CADMIO	0.20.20.70.14-0	6,55
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	0.20.20.70.15-8	17,53
DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.16-6	4,11
DOSAGEM DE CHUMBO	0.20.20.70.17-4	8,83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	0.20.20.70.18-2	58,61
DOSAGEM DE COBRE	0.20.20.70.19-0	3,51
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	0.20.20.70.20-4	8,97
DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	0.20.20.70.21-2	15,65
DOSAGEM DE FENITOINA	0.20.20.70.22-0	35,22
DOSAGEM DE FENOL	0.20.20.70.23-9	2,05
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	0.20.20.70.24-7	3,51
DOSAGEM DE LITIO	0.20.20.70.25-5	2,25
DOSAGEM DE MERCURIO	0.20.20.70.26-3	2,04
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.27-1	4,11
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	0.20.20.70.28-0	10,00
DOSAGEM DE METOTREXATO	0.20.20.70.29-8	10,00
DOSAGEM DE QUINIDINA	0.20.20.70.30-1	10,00
DOSAGEM DE SALICILATOS	0.20.20.70.31-0	2,01
DOSAGEM DE SULFATOS	0.20.20.70.32-8	3,51
DOSAGEM DE TEOFILINA	0.20.20.70.33-6	15,65
DOSAGEM DE TIOCIANATO	0.20.20.70.34-4	3,68
DOSAGEM DE ZINCO	0.20.20.70.35-2	15,65
ANTIBIOGRAMA	0.20.20.80.01-3	4,98
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	0.20.20.80.02-1	13,33
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR	0.20.20.80.04-8	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	0.20.20.80.05-6	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)	0.20.20.80.06-4	4,20

BACTEROSCOPIA (GRAM)	0.20.20.80.07-2	2,80
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	0.20.20.80.08-0	5,62
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)	0.20.20.80.09-9	4,33
CULTURA P/ HERPESVIRUS	0.20.20.80.10-2	4,33
CULTURA PARA BAAR	0.20.20.80.11-0	5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	0.20.20.80.12-9	10,25
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	0.20.20.80.13-7	4,19
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	0.20.20.80.14-5	2,80
HEMOCULTURA	0.20.20.80.15-3	11,49
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	0.20.20.80.16-1	5,63
PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	0.20.20.80.17-0	4,33
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	0.20.20.80.18-8	2,80
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	0.20.20.80.19-6	4,33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	0.20.20.80.20-0	2,80
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	0.20.20.80.21-8	4,33
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	0.20.20.80.22-6	2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	0.20.20.80.23-4	5,04
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.01-9	1,89
ADENOGRAMA	0.20.20.90.02-7	5,79
CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	0.20.20.90.03-5	4,33
CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	0.20.20.90.04-3	4,33
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	0.20.20.90.05-1	1,89
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	0.20.20.90.06-0	1,89
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIEL	0.20.20.90.07-8	6,56
DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	0.20.20.90.08-6	1,89
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	0.20.20.90.09-4	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE	0.20.20.90.10-8	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	0.20.20.90.11-6	2,01
DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.12-4	1,89
DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.13-2	1,89
ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	0.20.20.90.15-9	5,23
ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	0.20.20.90.16-7	6,56
ESPLENOGRAMA	0.20.20.90.17-5	5,79
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE	0.20.20.90.18-3	1,89
MIELOGRAMA	0.20.20.90.19-1	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	0.20.20.90.21-3	9,70
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONICO CEA	0.20.20.90.22-1	2,01
PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	0.20.20.90.23-0	1,89
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	0.20.20.90.24-8	1,89
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	0.20.20.90.25-6	1,89
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	0.20.20.90.26-4	4,80
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.27-2	1,89

PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	0.20.20.90.28-0	9,70
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNE	0.20.20.90.29-9	1,89
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	0.20.20.90.30-2	1,89
REACAO DE PANDY	0.20.20.90.31-0	1,89
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	0.20.20.90.32-9	1,89
TESTE DE CLEMENTS	0.20.20.90.33-7	1,89
TESTE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	0.20.20.90.34-5	4,69
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	0.20.20.90.35-3	4,69
IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE	0.20.21.20.04-0	10,65
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	0.20.21.20.05-8	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	0.20.21.20.06-6	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	0.20.21.20.07-4	5,79
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	0.20.21.20.08-2	1,37
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	0.20.21.20.09-0	2,73
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	0.20.21.20.10-4	5,79
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE OVARIO (CA 125)	90158	20,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE MAMA (CA 15-3)	90166	12,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER GASTROENTESTINAL (CA 19-9)	90174	12,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGA (ELISA) ANTICLAMIDIA	90182	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (IFI) ANTICLAMIDIA	90190	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (ELISA) ANTICLAMIDIA	90212	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (ELISA) ANTICLAMIDIA	90204	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (IFI) ANTICLAMIDIA	90220	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGA)	90239	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGG)	9016007	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGM)	9016120	85,00
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DO MICOPLASMA	9016015	30,00
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO LIVRE (PSA LIVRE)	9016139	15,00
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES	9016244	4,80
THC (MACONHA)	9016252	25,00
CURVA DE TOLERENCIA A LACTOSE	9016260	35,00
DOSAGEM DE 25-OH-VITAMINA D	9016228	30,00
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE UREAPLASMA	9016422*	30,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGA	9016430*	82,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGG	9016325*	98,00
DOSAGEM DE IGG TOTAL	9016333*	18,00
HLA-B-27	9016449*	87,00

PCR PARA DST's (CLAMYDIA)	9016503*	140,00
IGFBP-3	9016490*	43,00

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 02 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 12 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 12/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS, a seguir:

CENTRO CATARINENSE EM DIAGNOSTICOS EM GINECOLOGIA LTDA, CNPJ 04.862.753/0001-67, situada na Rua Natividade, 3985- cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 73/2015.

CONSULTAS	CÓDIGO SUS	Valor
Consulta pré-cirúrgica	(*) 90336	60,00
Consulta pós-cirúrgica	(*) 90140	60,00
VASCULAR (CONSULTA)	03.01.01.007-2	60,00

(*) Código próprio CISAMARP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 04 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 13 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 13/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art.1º Ficam reajustados na Tabela CIS-AMARP, em conformidade com a Aprovação pelos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios Consorciados, os Procedimentos a seguir:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR
Teste de esforço/teste ergométrico	02.11.02.006-0	100,00

Urotomografia	*9016210	210,00
---------------	----------	--------

* (código próprio CISAMARP).

Art.2º Os valores reajustados passam a vigorar para a competência 03/2015.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 09 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

CITMAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2015

Nº. Processo: 01/2015.

Objeto: É objeto do presente a Cessão de Espaço de 60,00m² de estande container com locação de bens móveis de estande promocional externo no evento Itajaí Stopover, buscando promover a divulgação da região dos municípios integrantes do CITMAR (Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo), a ser realizado nos dias 03 a 19 de abril de 2015, no Centreventos de Itajaí/SC..

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na organização do presente evento.

Declaração de Inexigibilidade em 12/03/2015 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.

Ratificação em 16/03/2015 - Rodrigo Costa - Presidente CITMAR / Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: R\$ 20.023,00 (vinte mil e vinte e três reais).

Contratada: AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CNPJ 82.747.460/0001-42

Itajaí/SC, 12 de Março de 2015.

Rodrigo Costa
Presidente CITMAR

Célio José Bernardino
Diretor Executivo - CITMAR.

CIGAMERIOS**ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 - CIGAMERIOS**

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 003/2015
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015

“SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS”

ERRATA

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS retifica através da presente ERRATA, o item 449 e 450 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2015 CIGAMERIOS, de 10 de março de 2015, com extrato (aviso) publicado no Diário Oficial dos Municípios na Edição nº 1700, do dia 11 de março de 2015, e postado na íntegra no site mantenedor do CIGAMERIOS www.amerios.org.br, a qual passa a obter a seguinte redação: onde se lê:

449	UNIDA- DE	PÁS ADESIVAS PARA DESFIBRILADOR EXTER- NO AUTOMÁTICO ADULTO	21
450	UNIDA- DE	PÁS ADESIVAS PARA DESFIBRILADOR EXTER- NO AUTOMÁTICO INFANTIL	12

Leia-se:

449	UNIDA- DE	PÁS ADESIVAS PARA DESFIBRILADOR EXTER- NO AUTOMÁTICO ADULTO, COMPATÍVEL COM APARELHO TMOS BRAKC.	21
450	UNIDA- DE	PÁS ADESIVAS PARA DESFIBRILADOR EXTER- NO AUTOMÁTICO INFANTIL, COMPATÍVEL COM APARELHO TMOS BRAKC.	12

Maravilha/SC, 12 de março de 2015
DILAIR MENIN
PRESIDENTE DA AMERIOS
PRESIDENTE DO CIGAMERIOS